

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA
2003

A POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA:
DO *APARTHEID* A MANDELA

Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo Branco

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

A POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA:
DO *APARTHEID* A MANDELA

Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, na especialidade de Política e Relações Internacionais em África.

Orientação: Professor Doutor Fernando Jorge Cardoso

ACRÓNIMOS

ACDP – African Christian Democratic Party
ACCORD – African Centre for the Constructive Resolution of Disputes
ACRI – African Crisis Response Initiative
ADM - The African Democratic Movement
AEB – Afrikaner EenheidsBeweging
AITUP – Abolition of Income Tax and Usury Party
AMCP - African Moderates Congress Party
AMP – African Muslim Party
AMWU – African Mine Works Union
ANC – African National Congress
ANCWL – African National Congress Women’s League
APLA – Azanian People’s Liberation Army
ARMSCOR – Armaments Corporation of South Africa
APO – African Political Organisation
AVF – Africânder Volksfront
AVU – Afrikaner Volksunie
AWB – Africânder Weerstandbeweging
AZAPO – Azanian People’s Organisation
BCP- Basotho Congress Party
BIS – The Inter African Bureau of Soil Conservations and Land Utilisation
BOSS – Bureau of State Security
BSAC – British South African Company
CANU – Caprivi African National Union
CCTA – Commission for Technical Cooperation in Africa South of the Sahara
CEE – Comunidade Económica Europeia
CIA – Central Intelligence Agency
CMA – Common Monetary Area
COD – Congress of Democrats
CODESA – Convention for a Democratic South Africa
COGSA – Commonwealth Observer Group to South Africa
COREMO – Comité Revolucionário de Moçambique
COSAG – Concerned South Africans Group
COSATU – Congress of South African Trade Unions
CP – Conservative Party
CPC – Coloured People’s Congress
CPSA – Communist Party of South Africa
CSA – The Scientific Council for Africa South of the Sahara
CSVR - Centre for the Study of Violence and Reconciliation
DFA – Department of Foreign Affairs
DONS – Department of National Security
DP – Democratic Party
DPSA - Dikwankwetla Party of South Africa
DTA – Democratic Turnhalle Alliance
ELF – Estados da Linha da Frente
EPG – Eminent Person’s Group

ETN – Estratégia Total Nacional
EUA – Estados Unidos da América
EUNELSA – European Union Election Unit in South Africa
FA – Federal Alliance
FAO – Food and Agriculture Organisation
FF – Freedom Front
FLN – Frente de Libertação Nacional
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FP - Federal Party
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GB – Grã-Bretanha
GEAR – Growth, Employment and Redistribution
GNU – Government of National Unity
GPDP – Government by the People Green Party
HNP – Herenigde National Party
HSRC – Human Science Research Council
IDASA – Institute for a Democratic South Africa
IDP – Institute for Defence Policy
IEC – Independent Electoral Commission
IFP – Inkatha Freedom Party
IRRC – Investor Responsibility Research Centre
ISDSC – Inter State Defence and Security Committee
ISS – Institute for Security Studies
JMCC – Joint Military Co-ordinating Council
KISS - Keep it Straight and Simple Party
LCD – Lesotho Congress for Democracy
LLA – Lesotho Liberation Army
LUSAP - Luso-South Africa Party
MF – Minority Front
MK – Umkhonto we Sizwe
MNE – Ministro dos Negócios Estrangeiros
MNA – Movimento dos Não Alinhados
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
NAIL – New Africa Investments Limited
NCACC – National Conventional Arms Control Committee
NP – National Party
NNP – New National Party
NUM – National Union of Mine Workers
OIAAC – Organização Internacional de Aviação Civil
OIG – Organização Intergovernamental
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OLP – Organização de Libertação da Palestina
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
ONU – Organização das Nações Unidas
ONUMOZ – Operation of the United Nations in Mozambique

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA – Organização de Unidade Africana
PAC – Pan Africanist Congress of Azania
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PLAN – People’s Liberation Army of Namibia
PNB – Produto Nacional Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLISARIO – Popular de Libertación del Saguia el-Hamra y Rio del Oro
PWV – Pretoria Witswatersrand Vereeniging
RAS – República da África do Sul
RDA – República Democrática da Alemanha
RDC – República Democrática do Congo
RDP – Reconstruction and Development Programme
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana
SACC – South African Council of Churches
SACOB –South African Chamber of Business
SACP – South African Communist Party
SACPO – South African Coloured People’s Organisation
SACTU – South African Congress of Trade Unions
SACU – Southern African Customs Union
SADC – Southern African Development Community
SADCC – Southern African Development Coordination Conference
SADF – South African Defence Forces
SAIC – South African Indian Congress
SANAC – South African Native Affairs Commission
SANDF – South African National Defence Forces
SANNK – South African Native National Congress
SAP – South African Party
SASO – South African Students Organisation
SDN – Sociedade das Nações
SOCCER - Sports Organisation for Collective Contributions and Equal Rights
SOPA – Socialist Party of Azania
SOWETO – South Western Townships
SSC – State Security Council
SWAPO – South West People’s Organisation
TEC – Transitional Executive Council
TRC – Truth and Reconciliation Commission
UANC – United African National Council
UCDP – United Christian Democratic Party
UDF – Union Defence Force
UDF – United Democratic Front
UDM – United Democratic Movement
UE – União Europeia
UIT – União Internacional de Telecomunicações
UNAVEM – United Nations Angola Verification Mission
UNESCO – United Nations Educational and Scientific Organisation
UNICEF – United Nations Children’s Fund
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UNOMSA – United Nations Observer Mission in South Africa
UNTAG – United Nations Transition Assistance Group
UP – United Party
UPI – União Postal Internacional
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VEKOM – Volkseenheidskomitee
VOC – Verenigde Oostindisch Compagnie
WLP - The Worker's List Party
WRPP - The Women's Rights Peace Party
XPP - Ximoko Progressive Party
ZANU – Zimbabwe African National Union
ZAPU – Zimbabwe African People's Union
ZUPO – Zimbabwe United People's Organisation

ÍNDICE

<i>Acrónimos</i>	12
Índice de Mapas e Quadros	12
Índice de Anexos	12
INTRODUÇÃO	12

CAPÍTULO I

Da Chegada dos Europeus à Criação da União Sul-Africana

Introdução

- 1.1. A Época Pré-Colonial
 - 1.2. A Chegada dos Europeus
 - 1.3. Do Domínio Holandês ao Domínio Britânico
 - 1.4. As Resistências Africanas
 - 1.5. O Fortalecimento da Presença Britânica no Cabo
 - 1.6. O *Great Trek*
 - 1.7. As Repúblicas Boeres e a Grã-Bretanha
 - 1.8. A Revolução Mineral
 - 1.9. Crescente Antagonismo entre Britânicos e Boeres
 - 1.10. A Guerra Anglo-Boer
 - 1.11. O Tratado de Paz de Vereeniging
 - 1.12. A Criação da União Sul-Africana
 - 1.13. União e Desunião entre os Africânderes
- Conclusão

CAPÍTULO II

A Ascensão ao Poder do *National Party* A Implementação do *Apartheid*

Introdução

- 2.1. A Caminho da Segregação
- 2.2. A Posição Sul-Africana na I Guerra Mundial
- 2.3. A Grande Depressão
- 2.4. A África do Sul e a II Guerra Mundial
- 2.5. A Institucionalização do *Apartheid*
 - 2.5.1. A Justificação do NP para o *Apartheid*
 - 2.5.2. Os Grandes Pilares Legislativos do *Apartheid*
 - 2.5.3. A Política de Bantustões

- 2.6. Resistências Africanas ao *Apartheid*
 - 2.7. O Crescimento do ANC: A *Youth League* e a *Women's League*
 - 2.8. A *Freedom Charter*
 - 2.9. A Criação do *Pan-Africanist Congress (PAC) of Azania*
- Conclusão

CAPÍTULO III

A Consolidação do *Apartheid* Reacções Internas e Externas

Introdução

- 3.1. O Massacre de Shaperville
- 3.2. Verwoerd e a 2ª Fase do *Apartheid*. Os Bantustões e a República.
- 3.3. O ANC na Clandestinidade. As Ligações ao SACP.
- 3.4. O Início da Luta Armada
 - 3.4.1. O Braço Armado do ANC: O MK
 - 3.4.2. Os Apoios Externos do MK
 - 3.4.3. A URSS e os Movimentos Anti-*Apartheid*
 - 3.4.5. A Influência Soviética e o Início da Luta Armada
 - 3.4.6. o Braço Armado do PAC: O *Pogo*
- 3.5. O Conflito Sino-Soviético
- 3.6. A Ofensiva do Estado Sul-Africano
 - 3.6.1. A Operação Mayibuye
 - 3.6.2. O Julgamento de Rivonia
- 3.7. A Oposição Legal ao Regime: O Papel de Steven Biko
- 3.8. A Liderança do ANC no Exílio
 - 3.8.1. A Conferência de Morongoro
- 3.9. A África do Sul e a Sociedade Internacional
 - 3.9.1. A Questão do Sudoeste Africano
 - 3.9.2. A Internacionalização da Questão do Sudoeste Africano. A Posição da ONU
 - 3.9.3. A Importância da África do Sul para os Países Ocidentais
 - 3.9.4. As Relações África do Sul-Grã-Bretanha

Conclusão

CAPÍTULO IV

Prioridade à Política Externa O Assalto Total e a Estratégia Total Nacional

Introdução

- 4.1. Agravamento da Situação na Frente Interna. A Crise do Soweto
- 4.2. Divisões no Seio dos Apoiantes do *Apartheid*
- 4.3. As Consequências das Alterações na África Austral

- 4.4. A Deténate de Vorster
- 4.5. A Criação dos Estados da Linha da Frente (ELF)
- 4.6. A Queda de John Vorster
- 4.7. Início da Era Botha. O Conceito de Assalto Total
- 4.8. A Estratégia Total Nacional (ETN)
 - 4.8.1. A Constelação de Estados da África Austral
 - 4.8.2. Da Rodésia ao Zimbabwe
 - 4.8.3. Criação da *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC)
 - 4.8.4. A Segunda Fase da ETN: A Desestabilização Generalizada
 - 4.8.5. A Terceira Fase da ETN: A Desestabilização Selectiva
 - 4.8.6. A Quarta Fase da ETN: A Pax Pretoriana
 - 4.8.7. O ANC face à Pax Pretoriana
- 4.9. As Reformas de P.W. Botha
- 4.10. A Oposição Interna às Reformas de Botha. A UDF e a COSATU
- 4.11. Os Movimentos Sul-Africanos no Exílio
- 4.12. O Endurecimento do Regime de P.W. Botha. O *Rubicon Speech*

Conclusão

CAPÍTULO V

A Política Externa do *Apartheid*

Introdução

- 5.1. O Nascimento da Diplomacia Sul-Africana
- 5.2. A Diplomacia de Malan. O Início dos Conflitos
- 5.3. A Diplomacia de Strydom. Pouca Influência na Esfera Externa
- 5.4. A Diplomacia de Verwoerd. O Início dos Grandes Embates
- 5.5. A Diplomacia de Vorster. A Aposta no Diálogo
- 5.6. A Diplomacia de P.W. Botha. A Influência dos Militares
- 5.7. A ONU e a Contestação ao *Apartheid*
- 5.8. As Sanções à África do Sul
- 5.9. O Problema da Namíbia
- 5.10. O Isolamento Internacional do Regime Sul-Africano

Conclusão

CAPÍTULO VI

O Processo de Transição

O Fim do *Apartheid*

Introdução

- 6.1. Os Vários Anos de Negociações Secretas. O Fim da Era Botha
- 6.2. F.W. De Klerk no Poder. O Discurso Histórico
- 6.3. Razões para o Comportamento de F.W. De Klerk
- 6.4. A Libertação de Mandela
- 6.5. Acordo de Groote Schuur

- 6.6. *A Convention for a Democratic South Africa (CODESA)*
 - 6.7. O Referendo de Março de 1992
 - 6.8. O Apoio ao Inkatha. A Terceira Força
 - 6.9. O Desbloquear do Impasse. O Recomeço das Negociações
 - 6.10. O Acordo Final
 - 6.11. A Campanha Eleitoral
 - 6.11.1. A Campanha do *African National Congress*
 - 6.11.2. A Campanha do *National Party*
 - 6.11.3. A Campanha do *Inkatha Freedom Party*
 - 6.11.4. A Extrema-Direita Branca. A Campanha da *Freedom Front*
 - 6.11.5. A Campanha do *Democratic Party*
 - 6.11.6. O Comportamento dos Partidos Negros Radicais. O PAC e a AZAPO
 - 6.12. As Eleições e Análise dos Resultados
 - 6.13. A Observação Internacional das Eleições Sul-Africanas
- Conclusão

CAPÍTULO VII

Os Desafios do Governo de Unidade Nacional Prioridade aos Assuntos Internos

Introdução

- 7.1. A Prioridade Máxima: A Aplicação do RDP
 - 7.1.1. Do RDP ao GEAR
- 7.2. O Governo de Unidade Nacional
 - 7.2.1. A Velha Função Pública e os Novos Desafios
 - 7.2.2. A Política do *Affirmative Action*
 - 7.2.3. A Reforma da Terra. Resultados
- 7.3. O Longo Caminho da Reconciliação Nacional. O TRC
 - 7.3.1. As Conclusões do TRC e as suas Implicações
- 7.4. A Criação das Novas Forças Armadas
 - 7.4.1. Os Primeiros Anos das SANDF
- 7.5. As Províncias
- 7.6. A Evolução Partidária
 - 7.6.1. As Eleições Locais de 1995
 - 7.6.2. As Transformações Políticas
- 7.7. A Sucessão de Mandela
- 7.8. As Eleições de 1999
 - 7.8.1. Os Resultados
 - 7.8.2. A Democracia na África do Sul

Conclusão

CAPÍTULO VIII

A Política Externa Sul-Africana na Era Mandela

Introdução

8.1. A Política Externa do ANC

8.2. A Missão Externa

8.2.1. A Missão Externa e a ONU

8.3. Os Vários Apoios ao ANC

8.4. O Fim da Guerra Fria. Consequências

8.5. A Política Externa na Fase da Transição

8.6. Da Teoria à Prática

8.7. A Estrutura do DFA

8.8. A Política Externa Sul-Africana em Acção

8.8.1. O Relacionamento com os EUA

8.8.2. As Relações com o Regime Nigeriano

8.8.3. A Questão das Duas Chinas

9.8.3.1. O Reconhecimento da República Popular da China

8.8.4. As Promessas Falhadas: A Frente POLISARIO

8.8.5. As Amizades Perigosas

8.8.6. As Relações com o Irão

8.8.7. As Relações com Cuba

8.8.8. As Relações com a Líbia

8.8.9. O Apoio à Indonésia e a Questão Timorense

8.9. As Relações com a União Europeia

8.10. A Grande Prioridade da Política Externa: A África Austral

8.10.1. O Órgão Político da SADC

8.10.2. A Dificil Relação entre a África do Sul e o Zimbábwe

8.10.3. A Questão Zaireense

8.10.4. As Relações com Angola

9.10.5. A Intervenção Militar Sul-Africana no Lesoto

8.11. Do Idealismo ao Realismo

8.12. O Conceito de Renascimento Africano

8.13. A Era Mbeki

Conclusão

CONCLUSÃO	
------------------	--

ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE DE MAPAS E QUADROS

Mapa I – As Repúblicas da África do Sul, 1877-1881 (Cap. I)	9
Mapa II – Distribuição Geográfica dos Bantustões (Cap. III)	5
Mapa III – A RAS em 1994 (Cap. VI)	5
Quadro I – Total da População e Percentagem de cada Raça (Cap. IV)	5
Quadro II – Evolução do Número de Representações Diplomáticas Sul-Africanas (Cap. V)	5
Quadro III – Gastos Sul-Africanos com a Defesa (1970-1989) (Cap. V)	5
Quadro IV – Tratados Bilaterais Assinados pela RAS (1961-1986) (Cap. V)	5
Quadro V – Resultados das Eleições de Abril de 1994. Distribuição dos Deputados (Cap. VI)	5
Quadro VI – Constituição Racial do Voto do ANC (Cap. VI)	5
Quadro VII – Constituição Racial do Voto do NP (Cap. VI)	5
Quadro VIII – Resultados do RDP, 1994-2000 (Cap. VII)	5
Quadro IX – Comparação Racial das Condições Económicas e Sociais (Cap. VII)	5
Quadro X – Resultados dos Principais partidos nas Eleições Locais de 1995 (Cap. VII)	5
Quadro XI – Resultados Nacionais das Eleições de 1999 (Cap. VII)	0

ÍNDICE DE ANEXOS

Manifesto of the Communist Party of South Africa, 1921 (Cap.II)	9
Programme of Action of the ANC, 1949 (Cap.II)	0
Freedom Charter, 1955 (Cap.II)	9
The National Party's Colour Policy, 1948 (Cap. II)	8
Legislação do <i>Apartheid</i> (Cap.II)	9
Manifesto of Umkhonto we Sizwe, 1961 (Cap.III)	0
Sindicatos Fundadores da COSATU (Cap.III)	0
Lauching of the UDF, 1983 (Cap.IV)	9
Statement by the UN Secretary-General, 1977 (Cap.IV)	0
Address by the State President, 1990 (Cap.VI)	0
Posters de Propaganda Política dos Principais Partidos Sul-Africanos, 1994, (Cap.VI)	9
Resultados Eleitorais Provinciais, 1994 (Cap.VI)	9
Government of the New South Africa, 1994 (Cap.VI)	9

CAPÍTULO I

DA CHEGADA DOS EUROPEUS À CRIAÇÃO DA UNIÃO SUL-AFRICANA

1.1. A Época Pre-Colonial

O estudo da história da África do Sul é um campo complicado devido às várias interpretações existentes, as quais variam conforme os seus actores mais importantes. Até 1910, a África do Sul não existia como uma entidade própria. Aliás, até à descoberta de diamantes e ouro, em finais do século XIX, era muito improvável que uma união, daquilo que é hoje a República da África do Sul (RAS), viesse a acontecer.

Os primeiros habitantes da África do Sul foram membros do povo *San*. Hoje em dia descendentes deste povo ainda existem, sendo conhecidos pelo nome de *Bushmen*, *Bosquímanos*, habitando o deserto do Kalahari. Este povo caracteriza-se por uma linguagem muito própria, que se traduz pelos *clicks* consoantes. Os *San* viveram milhares de anos em isolamento, dedicando-se à caça e à recolha de frutos.

Há aproximadamente 2.500 anos, alguns membros do povo *San* instalaram-se a norte do seu território natural, naquilo que é hoje em dia o Botswana, adquirindo gado e tornando-se pastores. Os seus descendentes, a quem os primeiros colonos chamaram *Hottentots*, são hoje conhecidos por *KhoiKhoi*, ou apenas *Khoi*. Apesar de muitos considerarem os *Khoikhoi* e os *San* povos diferentes, a única diferença reside na ocupação profissional, daí também serem conhecidos por *Khoisan*.

Os povos de língua Bantu, cujos descendentes são a maioria dos actuais habitantes da RAS, chegaram a esta zona há cerca de 1.500 anos. Estes povos vieram da zona ocidental da África Central a norte do rio Congo, que corresponde, mais ou menos, ao que é hoje em dia os Camarões. Esta migração foi-se fazendo ao longo dos tempos, à medida que os Bantu procuravam melhores áreas de cultivo e melhores pastos para o seu gado.

À medida que foram chegando, os povos Bantu começaram a distinguir-se em virtude do local onde se fixavam. Alguns Bantu fixaram-se no interior do território, perto de fontes de água e de postos comerciais, passando a ser conhecidos por Sotho-Tswana, caracterizando-se pelas grandes concentrações humanas que podiam chegar às 20 mil pessoas. Outros Bantu, conhecidos por Nguni, fixaram-se perto da costa entre o *Highveld* e o Oceano Índico, viviam em comunidades muito mais pequenas e tinham estruturas políticas menos hierarquizadas. Os Nguni eram nómadas, levando as suas manadas em busca de bons pastos.

1.2. A Chegada dos Europeus

Vários foram os navegadores portugueses que passaram pela África do Sul. Em 1488 Bartolomeu Dias chegou ao Cabo da Boa Esperança. Em 1497, foi a vez de Vasco da Gama passar pela costa sul-africana a caminho da Índia. No intuito de dominarem a rota para a Índia, os portugueses construíram uma série de fortes, porém, nenhum foi construído a sul de Angola e de Moçambique. A partir do século XVII, britânicos e holandeses começaram a disputar esta rota aos portugueses, sendo a região do Cabo muito disputada em virtude de representar um excelente ponto de apoio para as frotas que passavam nessa zona a caminho do Oriente. O governo de Londres recusou, várias vezes, o pedido de alguns marinheiros britânicos no sentido de anexar terra na zona do Cabo, com vista a estabelecer uma base de apoio.

Em 1652, a *Verenigde Oostindisch Compagnie* (VOC), Companhia Holandesa das Índias Orientais, estabeleceu uma base de apoio na *Table Bay*, na península do Cabo. O Comandante desta base, Jan van Riebeeck, e os seus 80 homens, receberam instruções para construir um forte e obter alimentos frescos para as frotas holandesas que por ali passavam.

A ideia inicial da VOC era a de que o forte fosse apenas um ponto de apoio às frotas, não sendo sua intenção colonizar a região. O número de empregados brancos deveria ser o mínimo indispensável e o contacto com as populações locais, *Khoisan*, deveria ser o menor possível. Os colonos necessitavam dos *Khoisan* para obter alimentos frescos, carne e mão-de-obra para a construção de habitações e armazéns. Porém, os *Khoisan* começaram a recusar-se a trabalhar para os holandeses, devido aos baixos salários e às duras condições, negando-se também a vender os seus produtos devido ao baixo preço oferecido. Esta situação obrigou à importação de mão-de-obra¹ para fazer face às necessidades. Simultaneamente, a VOC libertou das suas tarefas alguns dos seus empregados de modo a que estes pudessem dedicar-se à agricultura e produzir os bens necessários.

O crescente número de barcos que se vinham abastecer a esta zona, aliado ao crescente número de colonos a residir no Cabo, provocou um aumento das produções locais, o que implicou a ocupação de mais terras. O problema é que a ocupação de mais terras chocou com os interesses dos *Khoisan* que se viram despojados das suas terras. A luta pela posse da terra provocou o início dos conflitos entre colonos e *Khoisan*, os quais se viram ainda atingidos pelas doenças importadas pelos europeus, as quais tiveram um efeito devastador no seio da população indígena.

1.3. Do Domínio Holandês ao Domínio Britânico

Entre 1673 e 1677, registaram-se vários conflitos entre os holandeses e os *Khoisan*, tendo os primeiros saídos vencedores em virtude da sua superioridade ao nível do armamento e também devido à sábia manipulação feita junto dos *Khoisan*, que lhes permitiu explorar desentendimentos existentes. Na sequência destes conflitos, a sociedade *Khoisan* na zona do Cabo desintegrou-se. Muitos *Khoisan* acabaram por ir trabalhar para as fazendas dos brancos e outros, que se recusaram a fazê-lo, acabaram por abandonar a região, deslocando-se para norte. O golpe final foi dado em 1713, quando um navio holandês trouxe sarampo entre os seus passageiros, doença desconhecida na região e que dizimou grande parte da população *Khoisan*.

¹ Os holandeses foram buscar escravos à África Oriental, a Madagáscar e ao Sudoeste Asiático. Mais tarde, importantes contingentes de escravos chegaram da Índia e do Ceilão e do arquipélago indonésio.

A partir de 1679, a comunidade branca do Cabo cresceu rapidamente devido à decisão da VOC de aumentar a produção agrícola, apesar de exercer forte controlo sobre as produções e os preços a que as mesmas eram vendidas.

Em 1688 várias centenas de huguenotes², que fugiam das perseguições em França, receberam passagens e terrenos no Cabo. Estes colonos foram rapidamente assimilados pela cultura e língua *afrikaans*. Tendo-se dedicado à agricultura, destacaram-se na produção de vinhos.

Em finais do século XVII, já havia cerca de 1.500 europeus na zona do Cabo, dedicando-se, na sua esmagadora maioria, à criação de gado e à agricultura, actividades que requeriam cada vez mais terra. O aumento do número de colonos começou a provocar tensões entre a Companhia e os agricultores. A principal queixa dos agricultores prendia-se com o poder da VOC, nomeadamente no que dizia respeito à política de preços fixos. Por outro lado, os agricultores também se queixavam da incapacidade da VOC de os defender das investidas dos *Khoisan*.

Como a melhor terra do Cabo ou estava na mão da VOC ou de agricultores ricos, muitos colonos pobres decidiram arriscar e lançaram-se para o interior do território à procura de boas terras. Caminhando ao longo da costa em direcção a sudoeste, estes agricultores, ou *boeres*, contavam com o apoio tácito da Companhia. Porém, as terras escolhidas para se estabelecerem pertenciam aos pastores *Khoisan* e, inevitavelmente, o conflito surgiu.

Temendo perder o controlo sobre os colonos, a VOC decidiu, a partir de 1717, limitar o crescimento da comunidade europeia. Nesse sentido, o apoio logístico que era prestado à vinda de novos colonos cessou. No entanto, esta medida veio tarde demais, uma vez que os *boeres* já lhe tinham fugido do controlo. Os *boeres* achavam que os seus trabalhadores negros não deveriam ter o mesmo tratamento que os europeus, tendo estabelecido duros regimes de trabalho nas suas fazendas. De maneira a irem garantindo e até alargando os seus territórios, os *boeres* organizaram, com uma certa periodicidade, acções punitivas contra os povos locais

Pouco a pouco, os *boeres* começaram a desenvolver uma consciência muito própria e a considerarem-se uma comunidade distinta e, ao contrário dos outros europeus a trabalharem para VOC, não faziam intenções de regressar à Europa.

À medida que o século XVIII ia avançando, os problemas da colónia do Cabo agravavam-se devido a um excesso de produção, cuja responsabilidade os agricultores atribuíam à VOC. O descontentamento era ainda maior no seio dos *boeres*, uma vez que as possibilidades de expansão estavam bloqueadas. Esta situação derivava de dois factores. Por um lado, os terrenos a norte do Cabo eram de fraca qualidade e, por outro, apenas a 700 quilómetros a leste do Cabo existiam agricultores bantu, nomeadamente *xhosas*, o que tornava difícil a expansão. Durante grande parte do século XVIII, *boeres* e *xhosas* tiveram uma coexistência pacífica, tendo inclusivamente estabelecido relações comerciais. Porém, a partir de 1770, o relacionamento agravou-se devido ao facto dos agricultores *xhosas* se terem começado a deslocar para oeste na mesma altura em que os *boeres* se começaram a deslocar para leste. Na sequência deste movimento simultâneo, registaram-se várias guerras fronteiriças entre 1779 e

² Nome dado em França, a partir de 1550, aos protestantes, particularmente aos calvinistas.

1793. Durante este conflito, as autoridades locais da VOC tiveram um comportamento algo dúbio, chegando a reconhecer a ocupação de terras feita pelos xhosas após a vitória destes sobre os *boeres* em 1781. Os *boeres* reagiram muito mal a esta atitude da VOC, e, após terem derrotado os xhosas e recuperado as suas terras, expulsaram, em 1795, o representante da VOC em Graaf Reinet, proclamando de seguida a independência da República. Esta tentativa de autonomia terminou logo em 1795, com a tomada da colónia do Cabo pelos britânicos.

Ao mesmo tempo que se verifica a luta pela posse da terra nesta parte do continente africano, na Europa assistia-se às guerras napoleónicas, cujos efeitos se estenderam para além do continente europeu. Temendo que o estratégico porto de *Table Bay* caísse nas mãos de Napoleão Bonaparte, a GB ocupou a zona do Cabo de modo a defender o caminho marítimo para a Índia. Foram enviadas tropas para controlar os *boeres* e assegurar as fronteiras, não desejando, porém, alargar os domínios da Colónia. Tal como a VOC, os britânicos desejavam o Cabo devido à sua posição estratégica e não devido às suas capacidades agrícolas.

Em 1802, o Tratado de Amiens pôs fim ao conflito na Europa, e decidiu que a colónia do Cabo fosse devolvida aos holandeses, o que veio a suceder em 1803. No entanto, os holandeses pouco fizeram por implementar o seu domínio na região, atitude que foi entendida pelos britânicos como falta de interesse, o que levou a que a GB reocupasse a Colónia em 1806. Finalmente, em 1814, holandeses e britânicos chegaram a um acordo sobre a colónia do Cabo, com os primeiros a retirarem-se definitivamente da região em troca de uma compensação financeira de 2 milhões de libras³.

1.4. As Resistências Africanas

À medida que o número de colonos ia aumentando, também aumentava a resistência das populações locais. Não é objectivo deste trabalho analisar em profundidade todas as acções de revolta registadas contra a implantação dos europeus, apenas nos vamos concentrar nas mais importantes. Dentro destas, destaca-se a acção levada a cabo por Shaka Zulu.

Shaka Zulu nasceu em 1787, filho ilegítimo de Senzangakona, chefe do clã zulu. Tendo sido desprezado, Shaka foi criado junto do grupo Mthetwa, tendo-se distinguido como um guerreiro no exército de Dingiswayo. Shaka impressionou de tal modo com as suas capacidades militares, que Dingiswayo o ajudou a tornar-se, em 1816, chefe dos zulus, após a morte de Senzangakona.

À frente dos zulus, Shaka criou um impressionante aparelho militar. Todos os jovens zulus foram incorporados no exército, tendo recebido instrução militar. Todos os guerreiros passaram a utilizar uma lança curta, o que constituía uma enorme vantagem no combate a curta distância. Após sucessivas vitórias militares, Shaka impôs o estado zulu como o poder dominante entre os Nguni.

Em meados de 1820, o reino de Shaka abrangia mais de 100 mil pessoas e tinha um exército de cerca de 40 mil guerreiros. Para além das inovações militares, a acção de Shaka serviu para criar uma consciência e cultura zulu, a qual se foi impondo aos povos conquistados. Shaka foi

³ Rita M. Byrnes: South Africa. A Country Study, p. 22.

assassinado em 1828 no apogeu do seu poder. Quem lhe sucedeu foi o seu meio irmão, Dingane, um dos seus assassinos. Dingane não tinha as capacidades de Shaka, o que, a prazo, implicou o enfraquecimento do poder zulu.

A acção de Shaka e o orgulho zulu manteve-se ao longo dos tempos no imaginário do povo zulu. Este sentimento zulu manteve-se até aos dias de hoje, fazendo com que os zulus na África do Sul se considerem um grupo, elitista, à parte do resto da população. Esta consciência de grupo estará na origem quer de movimentos culturais e políticos, como o *Inkhata*, quer na tomada de posições políticas, nomeadamente na fase final do regime do *apartheid*.

A acção agressiva dos zulus, levou a que outros povos se unissem, de maneira a se protegerem. Deste esforço surgiram vários reinos importantes. Shobuza, chefe do povo Ngwane, situado a norte do reino zulu, conseguiu, através de uma mistura de diplomacia e de violência, criar um estado defensivo, o qual adoptou o nome do seu filho e herdeiro Mswati, dado origem ao actual estado da Suazilândia. Moshoeshe criou um forte estado sotho. Este reino foi a base do actual Lesoto. Um quarto estado criado foi o estado ndebele criado por Mzilikazi. Até 1821, Mzilikazi foi um aliado de Shaka, porém, a partir de certa altura começou a distanciar-se do rei zulu, recusando pagar o tributo devido. Fugindo às campanhas punitivas montadas por Shaka, Mzilikazi acabou por criar um forte estado à volta do que é hoje em dia Pretória e Joanesburgo.

1.5. O Fortalecimento da Presença Britânica no Cabo

À semelhança dos holandeses, os britânicos tentaram manter os custos da colónia no mínimo possível. Também favoreceram o envio de escravos, em vez de promover a imigração europeia. Legislação discriminatória foi introduzida com o objectivo de obrigar todos os negros livres a trabalharem pelo menor salário possível. O código *Hottentot* de 1809 exigia que todos os negros tivessem consigo, permanentemente, um passe identificando a sua morada e o nome do seu patrão. Pessoas sem passe podiam ser obrigadas a trabalhar para patrões brancos. Estas medidas discriminatórias deviam-se mais a razões económicas do que a razões de índole racial.

De maneira a resolver o problema de falta de terra dos *boeres*, os britânicos levaram a cabo uma série de ofensivas contra os dos xhosas. Estas ofensivas duraram desde 1799 até 1819, culminando com a expulsão dos xhosas para norte do *Great Fish River*.

A abolição da escravatura pelo Parlamento britânico, em 1807, teve sérias consequências na colónia do Cabo, assim como sobre os rendimentos dos *boeres*, uma vez que ambos dependiam do trabalho escravo. Mas, acima de tudo, o fim da escravatura veio agravar o relacionamento entre britânicos e *boeres*.

A partir de 1810, vários missionários britânicos, que contavam com grande apoio na GB, começaram a criticar a maneira como os *boeres* tratavam os seus trabalhadores negros, assim como as injustiças do Código *Hottentot*⁴. Por pressão dos missionários, foi criado um Tribunal

⁴ Devido à pressão exercida pelos missionários junto das autoridades britânicas, o Código *Hottentot* foi abolido em 1820.

destinado a analisar as condições de trabalho na região. Muitos *boeres* sentiram-se ofendidos, pelo facto do Tribunal conceder igual peso e importância às opiniões de empregados negros e patrões brancos. Os *boeres* não aceitaram o facto dos ex-escravos serem postos em pé de igualdade com os cristãos, coisa que, segundo eles, contrariava as leis de Deus⁵.

1.6. O *Great Trek*

Para além da questão da escravatura, o relacionamento entre britânicos e *boeres* foi também piorando devido à questão das terras. Devido à crescente escassez das mesmas, os britânicos eram claramente favorecidos na atribuição de novas terras. Por outro lado, várias tentativas dos *boeres* de anexar novas terras aos *xhosas*, começaram a enfrentar a oposição britânica.

Perante o criticismo e a hostilidade britânicas, muitos *boeres* decidiram abandonar as suas terras e partir à procura de novas áreas longe do domínio britânico. Assim, em inícios de 1836, muitas famílias *boeres*, juntamente com os seus empregados *khoisan*, reuniram os seus bens e iniciaram a sua viagem em direcção ao norte do *Eastern Cape*⁶. Este movimento migratório não foi organizado, nem ocorreu de uma só vez. Este acontecimento será da máxima importância para o imaginário do povo *africânder*, tendo ficado conhecido por *Great Trek* e os seus participantes ficaram conhecidos por *Voortrekkers*⁷. O objectivo dos *boeres* era o de tentarem manter a sua identidade, governarem-se a si próprios e preservarem nas suas terras, os princípios por eles herdados dos seus antepassados, nomeadamente a religião. A decisão de partir para novas regiões, também pode ser entendido como um sinal do nascimento da nação *boer*, já que estamos perante um conjunto alargado de pessoas, cujos laços vão para além dos familiares, que, voluntariamente, manifestam o desejo de viverem em conjunto.

Este movimento humano protagonizado pelos *boeres* foi simultâneo a outros movimentos efectuados pelas populações negras na zona. Conhecido como *Mfecane*, entre os Nguni, ou *Difaqane*⁸, entre os Sotho, estes movimentos representaram a consolidação e a expansão do reino zulu para a região do Natal. As razões que provocaram este movimento prendem-se, por um lado, maior valor das terras na zona sul do Natal, e por outro, com as pressões externas que exigiam um número cada vez mais elevado de escravos. Os avanços zulus e os avanços *boeres*, fizeram com que fosse apenas uma questão de tempo até que o conflito surgisse.

Um primeiro grupo *boer* estabeleceu-se no *Southern Highveld*, ocupando as terras entre o rio Orange e o rio Vaal. Um outro grupo mais numeroso deslocou-se mais para norte ocupando as

⁵ Allister Sparks: *Tomorrow is Another Country – The Inside Story of South Africa Road to Change*, p. 51.

⁶ Calcula-se que 6 mil *boeres* tenham efectuado esta viagem.
Rita M. Byrnes, *op.cit.*, p. 26.

⁷ *Great Trek* significa a grande migração. *Voortrekkers* significa pioneiros em *afrikaans*.

⁸ A actual estrutura demográfica da África do Sul foi muito influenciada pelos acontecimentos registados no país entre 1820 e 1840. Essas alterações deveram-se à chegada dos britânicos, às migrações *boeres* e às profundas alterações nos povos Nguni e Sotho através da *Difaqane*.

Paul Maylam: *A History of the African People of South Africa. From Early Iron Age to the 1970's*, pp. 54-64.

terras entre o forte reino ndebele, o que implicou que *boeres* e ndebeles rapidamente entrassem em conflito. Em 1837, Mzilikazi acabou por ser derrotado, tendo sido obrigado a afastar-se mais para norte, acabando por se estabelecer no actual Zimbabwe⁹.

Porém, a maioria dos *voortrekkers* dirigiu-se para nordeste, à volta do actual Lesoto, e para sul em direcção ao mar, numa região tradicionalmente habitada por zulus. Este grupo, liderado por Piet Retief, tentou negociar com Dingane, o rei dos zulus, uma autorização que permitisse à sua comunidade estabelecer-se na região. Inicialmente, Dingane aceitou. Porém, mais tarde sentiu-se ameaçado pelo estabelecimento de uma comunidade branca nas suas terras, vendo-a como uma potencial ameaça à sua autoridade. Atraindo Retief e outros chefes dos *voortrekkers* para uma cilada, acabou por os matar em Fevereiro de 1838. Após isto, Dingane mandou matar os restantes *voortrekkers* existentes na região, poucos conseguiram escapar.

Os sobreviventes conseguiram montar uma força, composta por elementos vindos do Cabo e comandada por Andries Pretorius. Esta força *boer*, encontrou os regimentos zulus de Dingane a 16 de Dezembro de 1838, tendo-se travado a Batalha de *Blood River*, que deu a vitória as *boeres*. Derrotado, Dingane foi obrigado a refugiar-se nas terras dos suazis, onde acabaria por morrer.

Com o afastamento de Dingane, o reino zulu ficou nas mãos de Mpande, meio-irmão de Shaka e de Dingane. Mpande acabou por celebrar uma aliança com os *boeres*, o que lhes permitiu criar, na região, a *Voortrekker Republic of Natalia*, embrião da futura província do Natal, em 1839.

Os britânicos não reagiram bem a esta crescente autonomização dos *boeres*, o que os levou a anexar a República do Natal. O receio britânico estava, sobretudo, relacionado com a hipótese dos *boeres* passarem a ter acesso ao mar, o que lhes permitiria estabelecer relações comerciais com outras potências coloniais, prescindindo dos britânicos. O domínio da GB sobre a zona do Natal fez com que, mais uma vez, os *boeres* se deslocassem para outra zona com o intuito de fugir ao domínio da coroa britânica. Esta fuga *boer* criou um problema inesperado à GB, que era o de saber como é que iria manter esta região sem os lucros gerados pelos *boeres*. A solução encontrada foi a aposta na criação de plantações de cana-de-açúcar, mantidas com mão-de-obra importada da Índia.

1.7. As Repúblicas Boeres e a Grã-Bretanha

Os *voortrekkers* criaram, em 1840 e em 1850, duas Repúblicas, a *Orange Free State*, com capital em Bloemfontein, na zona entre os rios Orange e Vaal, e a República do Transvaal, com capital em Pretória, situada a norte do rio Vaal.

⁹ A região em que Mzilikazi e os *ndebeles*, ou matabeles, se foram estabelecer no Zimbabwe era numa zona habitada por shonas, os quais não aceitaram de bom agrado que os recém chegados. Este desentendimento provocou conflitos entre os dois povos. O mau relacionamento manteve-se até aos dias de hoje, tendo sido particularmente visível durante a luta contra o regime minoritário de Ian Smith, com os shonas a estarem representados na ZANU e os ndebeles, ou matabeles, na ZAPU. Durante os anos 80, várias foram as vezes em que se registaram conflitos entre o governo, liderado pela ZANU, e os matabeles, nomeadamente na sua região, *Matabeleland*.

Politicamente, estas duas Repúblicas eram Estados com constituições semelhantes à dos EUA, cada uma delas com o seu Presidente e Parlamento. Os africanos tinham os seus direitos muito diminuídos. Assim, para além de não poderem votar, também não podiam ser proprietários de terras, ou usar armas de fogo.

No início da segunda metade do século XIX, a zona da África do Sul caracterizava-se, por duas colónias britânicas, a colónia do Cabo e a colónia do Natal e duas Repúblicas *boeres*, Orange e Transvaal. No conjunto, a população branca ascendia a 250 mil pessoas, sendo que 50 mil viviam nas Repúblicas *boeres*¹⁰. A maioria da população africana, ainda vivia em zonas controladas por reinos africanos, como era o caso do reino zulu, liderado por Mpande.

Economicamente, o território não despertava grandes entusiasmos, como ficava demonstrado pelo escasso número de europeus que nesta altura emigrava para esta região de África. As principais ocupações económicas estavam relacionadas com a agricultura. A maioria dos *boeres*, assim como dos africanos, dedicavam-se à pastorícia, pequenas culturas e à caça. Todo este cenário de interesse económico limitado foi profundamente alterado na segunda metade do século XIX.

1.8. A Revolução Mineral

As várias descobertas minerais¹¹ ocorridas na África Austral, entre 1860 e 1870, despertaram um enorme interesse pela região. A descoberta destas riquezas fez com que a GB se apressasse a controlar as zonas ricas em minerais, menosprezando as reclamações apresentadas pelos *boeres*. Inicialmente, a produção de diamantes era controlada por pequenos proprietários, porém, à medida que eram necessários maiores investimentos, a produção passou a estar controlada por apenas uma grande companhia, a *De Beers Consolidated Mines* de Cecil Rhodes.

A indústria diamantífera tornou-se rapidamente na principal fonte de receitas da Colónia do Cabo, impulsionando o desenvolvimento da economia local, ao mesmo tempo que atraía um elevado número de emigrantes europeus.

Com a descoberta de ouro na zona de Witwatersrand, a indústria diamantífera foi ultrapassada em importância. O conhecimento da descoberta de ouro, fez com que muitos homens de negócios, maioritariamente ingleses, que haviam feito fortunas com os diamantes, se apressassem a controlar os direitos de exploração nas zonas mais ricas, que se encontravam à volta de Joanesburgo. Esta actividade começou a gerar enormes lucros, sendo uma importante fonte de emprego. Devido à crescente escassez de mão-de-obra na zona, esta começou a ser recrutada em toda a região da África Austral, com especial incidência na zona de Moçambique.

Numa tentativa de aumentar os seus lucros, os donos das minas começaram a procurar meios de diminuir as regalias, e conseqüentemente os salários dos trabalhadores africanos. Com este

¹⁰ Rita M. Byrnes, *op.cit.*, p. 29.

¹¹ As primeiras descobertas diamantíferas ocorreram em 1867 à volta de Kimberley. O ouro foi descoberto em 1884 na zona este da República do Transvaal e na zona de Witwatersrand.
Luís Castelo Branco: Das Razões Políticas da SADCC às Razões Económicas da SADC, p. 6.

objectivo em mente, os proprietários de minas em Kimberley, persuadiram as autoridades coloniais britânicas a introduzirem em 1872 a Lei dos Passes, *Pass Law*. Esta Lei, que estará na origem da Lei dos Passes adoptada durante o *apartheid*, era um documento onde estava descrito se o trabalhador em causa podia trabalhar legalmente na cidade e se podia ou não sair da cidade. O objectivo desta medida era o de dificultar a mobilidade dos trabalhadores negros, impedindo-os de negociarem os seus contratos. Mais uma vez, a principal preocupação não era racial, mas sim económica.

Após esta lei, várias outras de carácter restritivo se seguiram. Entre as mais importantes, destacaram-se a criação de Tribunais especiais encarregues de julgar rapidamente apelos que violassem a Lei dos Passes, situação que estará na base da criação, mais tarde, de tribunais separados de acordo com a raça. Outra lei, visou o estabelecimento de áreas urbanas específicas onde os trabalhadores negros podiam viver, que estará na origem da segregação das zonas de residência. Finalmente, em 1886, foram criadas áreas fechadas e guardadas, onde os trabalhadores negros eram obrigados a viver durante a duração dos seus contratos.

A adopção destas leis na Colónia do Cabo, implicaram uma profunda transformação na administração da lei. Até então, a política oficial britânica era a de que todos, independentemente da cor da pele, deveriam ser tratados de igual modo. A partir de agora, embora o princípio em teoria fosse o mesmo, na prática a realidade era outra. Esta segregação das raças, não se devia a nenhum preconceito racial, mas apenas ao desejo de ter acesso a mão-de-obra barata.

Com o desenvolvimento da indústria mineira, a procura de novos trabalhadores não parava de aumentar. Os proprietários das minas defendiam a política de baixos salários sob pena dos seus lucros diminuírem. As autoridades britânicas, claramente comprometidas com os grandes interesses da indústria mineral, iniciaram campanhas de ocupação de novas terras aos africanos, de maneira a obter os meios necessários para sustentar uma comunidade branca em rápido crescimento. Nesse sentido, os britânicos travaram guerras com os zulus, griquas, tswanas, xhosas e sothos. O resultado final destes conflitos implicou que, em finais da década de 1880, e ao contrário do que acontecia 10 anos antes, a maioria da população negra da África do Sul, estava sob domínio colonial. Esta situação implicou a perda da posse das terras e a inclusão destas populações na economia colonial, o que implicava a necessidade de procurarem emprego, nas minas, fazendas ou nos centros urbanos, e se vissem obrigados a pagar impostos.

Perante o crescente domínio do poder colonial, a população negra tentou organizar-se de maneira a salvaguardar os seus direitos. Esta organização visava combater a legislação anteriormente referida que era considerada discriminatória. Face à incapacidade de influenciar o poder político, os negros procuraram apoio junto de movimentos cristãos de raiz africana. Dentro dos vários existentes, destacando-se a *Tembu National Church* e a *African Methodist Episcopal Church*¹². Os membros destas igrejas, para além de contestarem as leis discriminatórias, defendiam o princípio de “África para os Africanos”, o que era claramente apelativo para uma população que se via cada vez mais marginalizada e discriminada.

¹² A *Tembu National Church* foi criada por Thembu, um padre metodista. A *African Methodist Episcopal Church* era de origem norte-americana, tendo enviado vários missionários para a África Austral, treinou vários padres africanos nos EUA.

1.9. Crescente Antagonismo entre Britânicos e *Boeres*

O aumento do interesse britânico pela zona da África do Sul não chocou apenas com os interesses das populações negras. Os *boeres* também se sentiram ameaçados pelo crescente protagonismo britânico na região.

O mal-estar entre britânicos e *boeres* agravou-se com a descoberta dos diamantes e do ouro. Estas descobertas levaram os britânicos a tentarem a anexar as Repúblicas *boeres*. Contrariando o estabelecido na Convenção de Sand River¹³, assinada em 1852, a GB anexou, a 12 de Abril de 1877, a República *boer* do Transvaal.

A resistência à presença britânica foi encabeçada pelo então Vice-Presidente do Transvaal, Paul Kruger. Numa tentativa de resolução pacífica da questão, Kruger chegou a deslocar-se a Londres para negociar com o Primeiro-Ministro britânico Disraeli. Para apoiar as suas pretensões, Kruger levou consigo uma petição assinada por 6.591 *boeres* a favor da suspensão da anexação. Simultaneamente, circulou em Londres uma petição favorável à anexação assinada por 587 britânicos¹⁴. A posição *boer* apoiou-se no argumento de que a GB não respeitara o acordo estabelecido no momento da anexação, o qual previra a criação de um governo autónomo na província do Transvaal. A falta de desenvolvimento da província, nas mais diversas áreas, só serviu para aumentar o descontentamento da população *boer*.

A GB respondeu a estes pedido com dureza. O Alto Comissário britânico, Sir Garnet Wolseley, reagiu com firmeza, afirmando que os *boeres* deveriam, em primeiro lugar, limitar-se a pagar os seus impostos e a darem provas de lealdade e assim, no futuro, talvez a GB pensasse na criação do governo autónomo.

Face ao crescente descontentamento, Kruger apareceu como o líder dos *boeres*, disposto a recuperar pela força o poder no Transvaal. O prestígio de Kruger advinha, não só do seu passado recente, ou seja, de oposição à anexação britânica, mas também da história da sua vida. Kruger começou a destacar-se aos 10 anos quando, com os seus pais, fez parte do *Great Trek* que abandonou a colónia do Cabo à procura da terra prometida.

A primeira preocupação de Kruger foi no sentido de tentar acalmar os *boeres* mais exaltados, de maneira a evitar que estes se lançassem numa revolta prematura que poderia ser fatal para os seus objectivos. As eventuais esperanças de Kruger numa solução pacífica da crise desvaneceram-se em Junho de 1880. Em Abril desse ano, Gladstone substituiu Disraeli como Primeiro-Ministro britânico. Durante a campanha eleitoral que o levaria a ganhar as eleições, Gladstone referiu-se à necessidade de se restaurar a República do Transvaal, o que encheu de

¹³ Através desta Convenção, a GB concordou em reconhecer o direito dos *boeres*, estabelecidos para além do rio Vaal, a gerirem os seus próprios assuntos e a governarem-se de acordo com as suas leis sem qualquer interferência do governo britânico. Na prática, ao assinarem esta Convenção, os britânicos estavam a reconhecer a independência da República do Transvaal. Em contrapartida, os *boeres* comprometiam-se a proibir a escravatura. O resultado final da Convenção de *Sand River* foi claramente favorável aos *boeres*, devido ao facto da GB ainda não estar interessada em controlar o território na posse destes.

¹⁴ Thomas Pakenham: The Scramble for Africa. White Man's Conquest of the Dark Continent from 1876-1912, pp. 90-91.

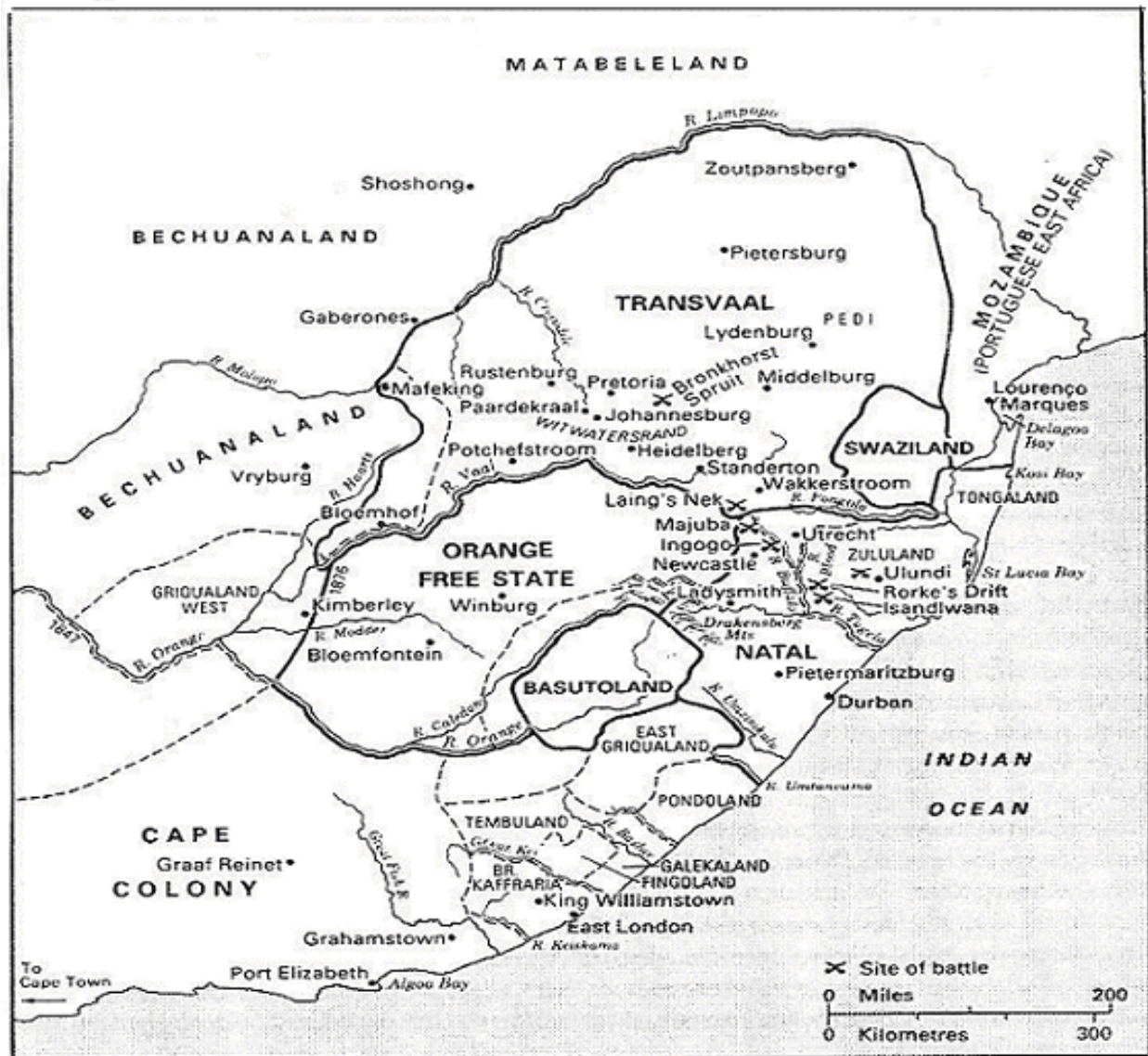
esperança Kruger e os seus aliados. Porém, uma vez no poder, Gladstone alterou a sua posição, não indo mais além de uma eventual atribuição de um governo autónomo.

Goradas quaisquer esperanças de resolução pacífica do problema, os *boeres* optaram pela via armada. A 10 de Dezembro de 1880, os *boeres*, reunidos em Paardekraal, decidiram hastear a *Vierkleur*, a bandeira nacional, e restaurar a República do Transvaal. O poder foi assumido por um triunvirato composto por Paul Kruger, Marthinus Pretorius e Piet Joubert. Porém, rapidamente o poder ficou centrado nas mãos de Kruger.

Os primeiros confrontos, verificados na época do Natal, foram claramente favoráveis para os *boeres*. Para agravar ainda mais a situação da GB, o novo Governador britânico do Cabo, Sir Hercules Robinson, informou Londres que os *boeres* da República de Orange estavam a apoiar, logística e humanamente, os seus irmãos do Transvaal, e que os *boeres* do Cabo estavam a pensar seguir o mesmo caminho.

Influenciado pelo Secretário Colonial, Lord Kimberley, Gladstone mostrou-se favorável ao início de negociações com os *boeres*. Contrariando as instruções recebidas, as tropas britânicas ainda tentaram mais uma vez derrotar os *boeres*, acabando por sofrer nova derrota, a 26 de Fevereiro de 1881, na Batalha de Majuba.

Mapa I
Território Sul-Africano, 1877 – 1881



A paz entre o Transvaal e a GB foi assinada a 23 de Março de 1881. A 3 de Agosto as relações entre a restaurada República do Transvaal e o governo britânico foram formalmente definidas pela Convenção de Pretória. A GB apenas manteve o direito de interferir em questões de política externa. Apesar do Acordo de Paz, eram evidentes os sinais de desconfiança e de oposição entre as partes, deixando antever que o conflito não se ficaria por aqui.

Numa tentativa de obter aliados e fugir à dependência britânica, Paul Kruger, Presidente da República do Transvaal, tentou desenvolver maiores ligações com os portugueses em Moçambique, nomeadamente através da criação de um caminho de ferro que ligasse a sua República a este território português. No entanto, a GB não apreciava esta iniciativa *boer*, pois

não pretendia permitir que o Transvaal diminuísse a sua dependência. Esta posição das autoridades britânicas era incentivada pelos proprietários britânicos que trabalhavam no Transvaal, o qual mantinham uma relação tensa com as autoridades locais. Para os *boeres*, estes britânicos eram muito mal vistos, não demonstrando nenhuma lealdade à República e sem qualquer intenção de proceder a qualquer investimento produtivo na região, chegando mesmo a criticar a carga fiscal imposta pelas autoridades da República às suas actividades.

O choque entre britânicos e *boeres* assumiu contornos claramente políticos na década de 1890. Com a descoberta de ouro, o Transvaal tinha sido invadido por milhares de trabalhadores britânicos, os quais passariam a gozar do direito de voto. Se, inicialmente, as autoridades *boeres* concederam esse direito, sem grandes preocupações, a verdade é que com o aumento deste tipo de emigrantes, os *boeres* arriscavam a ser a minoria dentro da população branca, o que levou as autoridades da República a restringir cada vez mais o direito de voto.

Assim cada vez menos os *Uitlanders*¹⁵ tinham direito a participar na vida política das Repúblicas. Este sentimento de marginalização, acompanhado por algumas restrições na produção mineira, fez com que os *uitlanders* manifestassem um descontentamento crescente. A situação tornou-se complexa devido ao facto da produção mineira ter que ser feita a profundidades cada vez maiores, o que exigia alguma tecnologia e investimentos crescentes, os quais só podiam ser feitos, em virtude dos seus elevados custos, pelos grandes industriais anglófonos do Cabo. Os industriais britânicos pretendiam ter um peso político nas Repúblicas *boeres* equivalente ao seu peso económico. Porém, tal exigência não era aceitável por parte das autoridades *boeres*, que viam neste objectivo britânico uma séria ameaça ao seu modo de vida¹⁶.

Este ambiente favoreceu uma tentativa de golpe de estado, levada a cabo em Dezembro de 1895, e patrocinada por Cecil Rhodes. Após uma campanha destinada a denegrir as autoridades *boeres*¹⁷, liderada por L.S. Jameson, Rhodes decidiu enviar uma força de 500 homens da *British South African Company* (BSAC), com vista a derrubar o governo de Kruger e substituí-lo por outro favorável aos interesses da GB. Esta iniciativa, que ficou conhecida como o *Jameson Raid*, fracassou devido ao facto dos britânicos que se encontravam no Transvaal, e ao contrário do que Cecil Rhodes previra, não terem aderido à revolta. Face ao pouco apoio obtido, a força da BSAC foi facilmente derrotada pelos *boeres*¹⁸.

Esta iniciativa serviu para demonstrar aos *boeres* as intenções dos britânicos. Na tentativa de se preparar melhor, para eventuais situações similares, Kruger decidiu procurar apoios internacionais, nomeadamente junto da Alemanha, ao mesmo tempo que procedia à modernização do seu exército.

¹⁵ Estrangeiros em *afrikaans*, nome dado aos ingleses que se encontravam nas Repúblicas *boeres*.

¹⁶ J.G. Avlis: *As Guerras do Transvaal*, pp. 220-222.

¹⁷ Cecil Rhodes levou a cabo uma campanha que visou preparar e obter apoios internos e internacionais para o golpe que estava a preparar. Nesse sentido, foram organizadas reuniões para dar a conhecer as condições humilhantes em que os britânicos que viviam nas Repúblicas *boeres* estavam sujeitos, os jornais britânicos do Cabo e de Londres eram inundados de notícias destinadas a aumentar a indignação geral contra os *boeres*.

Idem, pp. 225-226.

¹⁸ O fracasso desta iniciativa, acabou por levar à demissão de Rhodes do governo da Colónia do Cabo.

Este antagonismo anglo-*boer* ajudou a fortalecer o sentimento de nação *boer*. Para o aprofundamento deste sentimento, em muito contribuiu o trabalho de S.J. du Toit, um *boer*, padre da Igreja Reformada Holandesa no Cabo. Du Toit defendeu que os *africânderes* eram um povo com características próprias, cujo território natural era a zona da África do Sul e que tinham sido escolhidos por Deus para desempenharem uma missão. A acção de du Toit, que fundou no Cabo um partido político, a *Africânderbond*, juntamente com a iniciativa da BSAC e as posições anti-*boeres* dos magnatas da indústria mineral, ajudaram os *boeres* a criarem a consciência de identidade própria, claramente distinta dos britânicos.

A partir de 1899, o conflito anglo-*boer* aumentou de tensão. Cecil Rhodes, humilhado pela derrota sofrida, conseguiu mobilizar o governo britânico numa campanha anti-*boer*. O principal argumento utilizado por Rhodes para convencer Londres, foi o da inaceitável situação em que se encontravam os súbditos britânicos que viviam nas Repúblicas *boeres*.

Em Setembro de 1899, a GB, através de Joseph Chamberlain, Secretário de Estado das Colónias, emitiu um ultimato, exigindo a Kruger que os britânicos residentes nas Repúblicas tivessem de imediato direito de voto. Este ultimato foi apresentado ao mesmo tempo que as tropas britânicas foram reforçadas por contingentes vindos da GB. Kruger, convencido de que os britânicos iam mesmo para a guerra, conseguiu convencer Marthinus Steyn, Presidente da República de Orange, a formar uma aliança, o que lhe permitiu antecipar-se e declarar guerra à GB em Outubro de 1899.

1.10. A Guerra Anglo-Boer

O conflito entre *boeres* e britânicos teve a sua origem no desejo dos últimos controlarem toda a África do Sul, ao mesmo tempo que os primeiros pretendiam preservar a sua autonomia. A principal causa foi uma questão económica. Se até 1850 a GB não se mostrou especialmente interessada nesta região, tal posição mudou a partir de 1870 com a descoberta de diamantes. A posterior descoberta de ouro na zona de Witwatersrand veio a despertar ainda mais a cobiça britânica. A importância do ouro, e daí a necessidade de intervenção britânica, prendia-se com a ligação deste material precioso à economia capitalista, uma vez que a moeda de muitos países estava baseada no padrão ouro. A zona do ouro na África do Sul, a chamada zona do Rand, era, em 1898, responsável pela produção de 27.5% do ouro mundial¹⁹. Nesta medida, era crucial para os interesses britânicos o controlo sobre as Repúblicas *boeres*, nomeadamente o Transval. O conflito anglo-*boer* arrastou-se por três anos, de 1899 até 1902.

A chegada de Sir Alfred Milner à África do Sul, em 1897, para ocupar o cargo de Alto Comissário britânico, acelerou a deterioração das relações com as Repúblicas *boeres*. Milner era um fiel defensor do Império e, portanto, não via com bons olhos o modo como os súbditos britânicos eram tratados nas Repúblicas *boeres*, em que o direito de voto só lhes era concedido após 14 anos de permanência no território.

O agravamento das tensões preocupou os moderados de ambos os lados. O General Piet Joubert²⁰ do lado do Transval, e o Primeiro-Ministro da colónia do Cabo, W. P. Schreiner. As facções

¹⁹ Nigel Worden: *The Making of Modern South Africa. Conquest, Segregation and Apartheid*, p. 26.

moderadas ainda conseguiram realizar a Conferência de Bloemfontein, a 31 de Maio de 1899, porém, Milner estava interessado no seu fracasso e tudo fez para que isso acontecesse, rejeitando algumas concessões apresentadas por Kruger.

A partir de Setembro de 1899, ambas as partes começaram a preparar-se para a guerra, com a GB a enviar novos contingentes militares para a África do Sul, e as Repúblicas *boeres* a comprarem material de guerra. A 9 de Outubro, o Presidente da República de Orange, Marthinus Steyn, e o Presidente da República do Transval, Paul Kruger, apresentaram um ultimato às autoridades britânicas, exigindo a imediata retirada das suas tropas das fronteiras das Repúblicas *boeres*. Este ultimato foi aproveitado pelo Primeiro-Ministro britânico Chamberlain para entrar na guerra sem ter que aparecer como o responsável pelo começo da mesma. O ultimato *boer* expirou às 17 horas do dia 10 de Outubro. O conflito começou com os *boeres* ao ataque com o objectivo de atacar a colónia do Cabo, antes da GB ter tempo de enviar reforços²¹.

Os primeiros meses de confrontos foram favoráveis aos *boeres*, os quais obtiveram vitórias na região do Natal, ao mesmo tempo que conseguiam penetrar profundamente no território do Cabo.

A situação começou a melhorar para os britânicos, a partir de Janeiro de 1900, com a chegada ao Cabo de dois oficiais prestigiados, Lord Roberts e Lord Kitchener²². Paralelamente à chegada destes dois oficiais, o contingente militar britânico foi aumentando com a chegada de sucessivas vagas de reforços vindos não só da GB, mas também do Canadá, Austrália e Nova Zelândia²³. Esta nova situação permitiu ao exército britânico lançar uma ofensiva contra os *africânderes*. À medida que os britânicos iam obtendo vitórias, os *boeres* que iam sendo feitos prisioneiros tinham vários destinos, ou iam para o Ceilão, ou para a ilha de Sta. Helena, ou então eram internados em campos de concentração, onde as condições de subsistência eram muito precárias, o que provocou a morte de milhares de *africânderes*.

O objectivo britânico era o de retirar o apoio da população *boer* aos combatentes. Nesse sentido, e para além do internamento em campos de concentração, os britânicos também destruíram milhares de fazendas *boeres*²⁴. Esta política acabou por ter resultados negativos na actuação das forças *africânderes*.

²⁰ O General Joubert candidatou-se à presidência do Transvaal em Maio de 1898 contra Kruger. Os britânicos estavam esperançados na vitória de Joubert para afastar do poder Kruger, considerado um radical. Porém, Kruger acabou por ser eleito para um quarto mandato.

²¹ No início das hostilidades, o lado *boer* era composto por 35 mil homens. A GB contava com 20 mil soldados, 10 mil dos quais haviam chegado da Índia apenas quatro dias antes do começo das hostilidades. Tabitha Jackson: *The Boer War*, p. 26.

²² Lord Roberts tinha-se destacado nas campanhas militares na Índia. Lord Kitchener tinha derrotado os dervishes em Ondurman no Sudão.

²³ As tropas britânicas chegaram a alcançar 450 mil homens, enquanto que as forças *afrikanders* nunca ultrapassaram os 35 mil homens iniciais.

²⁴ Esta política de terra queimada, praticada pelos britânicos, implicou a destruição de 30 mil fazendas *boeres*, o que teve consequências negativas no abastecimento alimentar dos combatentes. Nigel Worden, *op.cit.*, p. 29.

A 13 de Maio de 1900, Bloemfontein, capital da República de Orange, foi capturada pelos britânicos, obrigando o Presidente Steyn a fugir e a estabelecer a capital da República em Kroonstad. O crescente poderio militar britânico tornava cada vez menos provável uma vitória militar *boer*. Nesse sentido, o objectivo dos *boeres* passou a ser o de utilizar técnicas de guerrilha, de maneira a desgastar os britânicos. Simultaneamente, uma activa campanha diplomática, junto dos países europeus, esperava angariar aliados que convencessem a GB a negociar.

Porém, a GB estava mesmo decidida a vencer os *boeres* militarmente e anexar as suas duas Repúblicas. Após a conquista da República de Orange, a qual foi anexada oficialmente à coroa britânica em 28 de Maio de 1900, o exército imperial avançou sobre o Transval. A 31 de Maio, Joanesburgo caiu nas mãos das tropas de Lord Roberts. A 5 de Junho, a capital do Transvaal, Pretória, foi tomada pelos britânicos²⁵.

A queda destas duas cidades fez com que os *boeres*, com o Presidente Kruger à cabeça, pensassem seriamente em render-se. No entanto, o Presidente Steyn recusou-se a aceitar tal hipótese, tendo pressionado Kruger a continuar a guerra. A queda das capitais e das principais cidades *boeres*, obrigou estes a optarem pela luta de guerrilha, que de facto era para a qual estavam mais bem preparados.

A guerrilha *boer* obrigou os britânicos a acentuarem a sua política de terra queimada, provocando a fuga de milhares de *boeres* que viram as suas fazendas destruídas, o que implicou sérios problemas de abastecimento aos combatentes *boeres*. Os avanços britânicos obrigaram Kruger a refugiar-se em Moçambique e daí partir para o exílio em França em Setembro de 1901. O Transval, à semelhança do que já tinha acontecido com a República de Orange, foi anexado à coroa britânica em 25 de Outubro. A resistência *boer*, já muito reduzida, ficou a cargo do General Louis Botha.

Apesar de alguns sucessos pontuais, nomeadamente em ataques à colónia do Cabo, a guerrilha *boer* era cada vez mais fraca. A política de campos de concentração, praticada por Lord Kitchener, foi um duro golpe na já enfraquecida guerrilha. Até esta altura, os britânicos permitiam que os *boeres* que se rendessem, podiam voltar para as suas terras. Porém, esta política mostrou-se contraproducente, pois nada garantia que estes *boeres* não voltassem a pegar em armas ou que apoiassem, financeira ou militarmente, os que continuavam a lutar.

No fim da guerra existiam 46 campos de concentração, onde as condições eram tão más, que os britânicos foram acusados de deliberadamente quererem provocar um genocídio. As autoridades britânicas tentaram defender-se alegando que as mortes nos campos foram acidentais e ficaram a dever-se a factores que lhes escaparam de controlo. Aliás, a ideia original era, segundo as autoridades britânicas, a mais humana possível, uma vez que se pretendia fornecer os meios de sobrevivência às populações que, devido à guerra, tinham perdido tudo. Para os *boeres*, os campos não foram mais do que um instrumento na estratégia britânica de aniquilamento da nação *africânder*.

²⁵ As vitórias britânicas foram vistas, inicialmente, com grande entusiasmo pela população negra. Porém, o entusiasmo inicial deu rapidamente lugar a um enorme desânimo, quando a população se apercebeu que o novo poder ia manter determinadas leis discriminatórias existentes nas Repúblicas *boeres*, como era o caso da *Pass Laws* e a proibição dos negros andarem nos passeios.

O poderio militar britânico, aliado à fraqueza *boer* criou o ambiente favorável ao início das negociações. Porém, não havia um consenso no seio da liderança *boer*. Louis Botha e Jan Smuts eram favoráveis às negociações, o Presidente Steyn, já muito doente, e Christiaan de Wet, um dos melhores comandantes *boeres*, defendiam a continuação dos combates. Do choque entre as duas facções, saiu vitoriosa a corrente favorável ao diálogo.

1.11. O Tratado de Paz de Vereeniging

A paz foi finalmente alcançada a 21 de Maio de 1902 com a assinatura do Acordo de Paz de Vereeniging. Este acordo, obra do Alto-comissário britânico, Alfred Milner, personagem que se destacou no pós-guerra, visou quebrar, uma vez por todas, o poder dos *boeres*. Segundo os termos assinados, os derrotados deveriam entregar todas as armas e aceitar a integração das duas Repúblicas no Império Britânico, as quais passariam a designar-se por colónia de Orange e colónia do Transval. Porém, alguns dos desejos dos *boeres* foram respeitados, nomeadamente o que dizia respeito à impossibilidade dos negros poderem votar no Transval e no Orange.

No intuito de quebrar a comunidade *boer*, Milner patrocinou a vinda de novas vagas de emigrantes oriundos da GB, com o objectivo de tornar a comunidade *boer* minoritária no seio da população branca, acabando eventualmente por ser absorvida pela componente anglófona. Com a intenção de diluir a cultura *afrikaner*, Milner levou a cabo uma forte campanha destinada a anglicanizar as instituições e divulgar a língua e a cultura inglesa.

Nesse sentido, e embora o Tratado de Paz de Vereeniging ter estabelecido que as línguas do ensino público no Tranvaal e no Orange eram o inglês e o *afrikaans*, começou a ser posta em prática uma política de marginalização da língua *afrikaner*. Embora alguns sectores no seio da população *afrikaner* aceitassem que os seus filhos fossem ensinados em inglês, uma outra facção, mais conservadora, recusou sempre tal hipótese. Esta última, revia-se nos comentários do Presidente Steyn que, a este propósito afirmou que *The language of the conqueror in the mouth of the conquered is the language of the slaves*²⁶.

Paralelamente a esta política, Milner também desenvolveu uma política económica claramente favorável aos interesses dos grandes industriais da actividade mineira. Na tentativa de aumentar a rentabilidade desta indústria, as condições de trabalho, e consequentemente as condições de vida, impostas aos trabalhadores negros agravaram-se. Este endurecimento, provocou uma deterioração nas relações raciais. As tensões acabaram por desembocar em violência quando, em 1905, o rei zulu Bambatha, evocando a memória de Shaka Zulu, se revoltou contra os britânicos. A enorme discrepância em termos de armamento, levou à derrota e à morte de Bambatha e de milhares de zulus em 1906. Esta foi a última revolta militar africana contra o poder colonial.

De maneira a fazer face às crescentes necessidades de mão-de-obra da indústria aurífera, Milner decidiu importar contingentes de trabalhadores chineses, isto apesar dos receios manifestados por certos sectores da comunidade branca, face aos eventuais perigos que um novo grupo racial poderia representar na sociedade sul-africana. Os primeiros chineses chegaram em 1904, e dois anos mais tarde já eram cerca de 50 mil²⁷.

²⁶ Brian Bunting: *The Rise of the South African Reich*, p.15.

²⁷ Esta Comunidade acabou por ser repatriada em 1908.

Uma questão que parecia estar esquecida no pós-guerra era a da discriminação racial que existia nas Repúblicas *boeres*. A GB tinha entrado na guerra contra os *boeres*, afirmando oficialmente a sua oposição às políticas discriminatórias adoptadas pelos *boeres*. Esta atitude provocou o apoio de milhares de negros ao esforço de guerra britânico²⁸.

Após o conflito, a questão da convivência entre brancos e negros foi alvo de análise de uma comissão criada para o efeito, a *South African Native Affairs Commission* (SANAC). Entre 1903 e 1905, a SANAC estudou o tema da convivência entre os dois grupos raciais, ouvindo opiniões de vários sectores da sociedade, incluindo vários membros da elite africana que se manifestaram vigorosamente contra as políticas discriminatórias. A Comissão acabou por concluir que não deveria haver uma igualdade política entre brancos e negros, devendo existir listas eleitorais separadas, aconselhando mesmo à separação geográfica das raças.

A política do Alto-comissário Milner acabou por fracassar em todas as frentes. A indústria aurífera não conseguiu, nos primeiros anos do século XX, alcançar lucros assinaláveis, em virtude dos elevados investimentos feitos para recuperar da devastação da guerra. Uma outra vertente mal sucedida na política de Milner, foi a da emigração de famílias britânicas, cujo número, apesar do esforço desenvolvido, foi muito baixo. Finalmente, a tentativa de assimilar os *boeres* foi um total fracasso.

Apesar de derrotados, os *boeres* agarraram-se aos seus símbolos, nomeadamente, língua e recusaram qualquer tentativa de assimilação. Insistiram que os seus filhos fossem educados em *afrikaans*, contestando as escolas públicas que só ensinavam em inglês.

Sentindo-se ameaçados na sobrevivência, a nação *africânder* respondeu como historicamente o tinha feito, ou seja, isolou-se. No período após a guerra Anglo-Boer, apenas pôde fazer esse isolamento espiritualmente, e não geograficamente como tinha sido o caso dos *Treks*. Nesse sentido, a comunidade *africânder* procurou resguardo na sua Igreja e fundou organizações destinadas a preservar a pureza *africânder*. Nesse sentido surgiu, em 1905 a *Afrikaanse Taalvereniging*, Associação de Língua *Afrikaans* na Cidade do Cabo e a *Afrikaanse Taalgenootskap* em Pretória. Em 1909 surgiu a S.A. *Akademie voor Taal, Lettere en Kuns*, Academia sul-africana para a Língua, Literatura e Cultura, destinada a regulamentar a língua *afrikaans*²⁹. Mais tarde surgiu a *Africânder Broederbond*³⁰, organização que virá a ter, como veremos, uma enorme importância após a subida ao poder do *National Party*.

²⁸ A atitude dos *boeres* face à população negra era claramente racista. Os *boeres* consideravam-se superiores e contrários a qualquer tipo de miscigenação. Este sentimento era apoiado e impulsionado pela Igreja Reformada Holandesa.

Fransjohan Pretorius: *Life on Commando during the Anglo-Boer War, 1899-1902*, p. 262.

²⁹ Brian Bunting, *op.cit.*, pp. 16-17.

³⁰ A *Afrikander Broederbond* foi criada em 1918 por *afrikanders* como instrumento de combate à crescente influência britânica, nomeadamente em termos culturais. Esta sociedade apenas aceitava membros *afrikanders*. A 26 de Agosto de 1921 a *Afrikander Broederbond* decidiu transformar-se numa sociedade secreta. Ao longo dos tempos foi aumentando a sua influência com vários dos seus membros a alcançarem lugares de destaque nas mais diversas áreas da sociedade sul-africana.

Ivor Wilkins & Hans Strydom: *The Super-Afrikanders. Inside the Afrikander Broederbond*, pp. 45-46.

Os sectores mais conservadores no seio da comunidade *africânder* nunca aceitaram a derrota imposta pela guerra, esperando que uma alteração das condições internas ou externas pudessem permitir o restabelecimento das Repúblicas *Boeres*. A espera advinha do aproximar da I Guerra Mundial e do mais que provável envolvimento britânico.

Politicamente, os *boeres* começaram a organizar-se, surgindo partidos nas suas duas áreas geográficas tradicionais. Assim, no Orange surgiu o *Orangia Unie*, União do Orange, liderada por Abraham Fischer e o General James Barry Munnik Hertzog. No Transvaal surgiu o *Het Volk*, o Povo, fundado pelo General Louis Botha e pelo General Jan Smuts. Ambos os partidos defendiam uma autonomia política para as suas regiões.

1.12. A Criação da União Sul-Africana

A posição britânica face à África do Sul mudou substancialmente após a vitória eleitoral dos liberais em 1905. Contrariando a política de Milner, os liberais britânicos decidiram assumir, como um facto consumado, que os anglófonos nunca iriam constituir a maioria da população branca da África do Sul. Em 1907, a GB decidiu dar uma autonomia política limitada, que se traduziu na criação de governos próprios, às colónias do Transvaal e do Orange. As eleições realizadas para esse fim, deram a vitória a *Orangia Unie*, no Orange, e ao *Het Volk*, no Transvaal. Na colónia do Cabo, o governo foi assumido pelo *South African Party (SAP)*³¹, liderado por brancos anglofónos que se aliaram ao movimento que na Colónia representava os *africânderes*, a *Africânder Bond*.

Nesta altura, a África do Sul era composta por quatro colónias, Orange, Transvaal, Cabo e Natal. Em virtude das interdependências existentes entre elas, ao nível de fluxos de trabalhadores, relações comerciais e investimentos, a GB patrocinou negociações entre os quatro respectivos governos, com o objectivo de criarem um estado único.

As negociações decorreram entre 1908 e 1909, culminando na assinatura de um Acordo com vista à criação de um estado unitário. O Acordo estabeleceu a adopção de um sistema de governo democrático, em que o poder político seria obtido por maioria simples. A questão sobre quem podia votar ficava à consideração de cada colónia. Assim, no Cabo e no Natal, o direito de voto ficava associado à questão da propriedade, nas colónias do Transvaal e de Orange aos negros não lhes era permitido votar. As línguas oficiais do novo estado passaram a ser o inglês e o *afrikaans*. O Acordo previa a futura incorporação no novo estado da África do Sul, dos territórios da Rodésia do Sul, actual Zimbabwe, Bechuanalândia, Botswana, Basutolândia, Lesoto, e Suazilândia, todos eles colónias britânicas.

Em Maio de 1910, Louis Botha tornou-se Primeiro-Ministro da União Sul-Africana e Jan Smuts Vice-Primeiro-Ministro. A União Sul-Africana continuou a ser considerada um domínio britânico.

³¹ Após a guerra, os *afrikanders* mais moderados aliaram-se no Cabo a políticos sul-africanos anglófonos como Sreimer, Primeiro-Ministro do Cabo entre 1898 e 1900, e Merriman, Primeiro-Ministro do Cabo entre 1908 e 1910.

William Beinart: *Twentieth Century South Africa*, p. 63.

Embora a criação da União Sul-Africana, oito anos apenas o fim da guerra *Anglo-Boer*, pareça indicar que as feridas entre as duas comunidades brancas estavam saradas, na verdade este acto implicou a criação de uma união sem unidade. Apesar de se ter conseguido alcançar uma solução de compromisso, a verdade é que os extremistas de ambos os lados mantinham-se activos.

O que não deixa de ser curioso em toda esta evolução é o facto de os *africânderes*, tendo perdido uma guerra há apenas oito anos, conseguirem dominar o aparelho do novo estado. Tanto Botha como Smuts, foram oficiais no exército de Kruger, tendo sido considerados heróis devido às suas vitórias militares sobre as tropas britânicas. Agora, ao aderirem ao SAP, passaram a estar à frente de um estado composto por 4 milhões de negros, 1 milhão e duzentos mil brancos, 500 mil mestiços e 180 mil indianos³².

Uma possível explicação prende-se com o facto do principal interesse britânico na África do Sul ser económico. Nessa medida e em sua defesa necessitavam de estabilidade, a qual só seria alcançada acomodando os *boeres*, o que implicava a tolerância face ao seu nacionalismo, desde que este respeitasse a União Sul-Africana e a ligação à coroa britânica. Esta solução é bem visível na distribuição do poder pelas diferentes regiões. Assim, e embora existisse um governo central, a capital legislativa ficou na Cidade do Cabo, a administrativa em Pretória e a judicial em Bloemfontein.

Este desejo britânico de acomodar o nacionalismo *boer*, também explica a posição adoptada em relação às reivindicações da população negra. Se, num primeiro momento, as autoridades britânicas se mostraram sensíveis às exigências, nomeadamente em relação à recuperação da posse da terra e ao direito de voto, numa segunda fase, as promessas foram esquecidas devido à necessidade de cativar os *boeres*.

1.13. União e Desunião entre os *Africânderes*

Após a criação da União, a grande maioria dos *africânderes* uniu-se à volta do SAP, o qual acabou por congrega os vários partidos³³ surgidos nas colónias. O SAP conseguiu unir as mais importantes tendências políticas existentes dentro dos dois principais grupos dentro da população branca. Se, a curto prazo, isto representou uma vitória dos moderados de ambos os lados, a médio prazo mostrar-se-á incapaz de controlar os radicais, nomeadamente do lado *africânder* que viram nesta união política uma subjugação ou subserviência dos *africânderes* aos anglófonos. Esta relação de forças poderia, segundo os radicais, acabar com a nação *africânder*.

Dentro da comunidade *africânder* começaram a ser visíveis, desde logo, duas correntes principais. Uma, personificada por Botha e Smuts, defendiam que todos os esforços deveriam ser concentrados na eliminação do racismo existente entre anglófonos e *africânderes*, de maneira a criar uma verdadeira política de reconciliação nacional. O objectivo final era o de fundir as duas comunidades.

³² Rita M. Byrnes, *op.cit.*, p. 36.

³³ O *Het Volk* do Transvaal, o *Die Afrikanerbond* do Cabo, o *Orangia Unie* do Estado Livre do Orange e o *Volksvereniging* do Natal. O SAP venceu as primeiras eleições da União, realizadas em 1910, obtendo 66 lugares contra 37 dos Unionistas (favoráveis à GB), 5 lugares dos trabalhistas e 11 independentes. Brian Bunting, *op. cit.*, p. 18.

Uma segunda corrente, liderada por Hertzog, defendia a existência de duas correntes paralelas, britânica e *africânder*, que podiam e deviam desenvolver-se em paralelo, mas separadamente, sem que uma se sobrepusesse à outra. Do ponto de vista de Hertzog, a política de Botha só poderia conduzir à destruição do povo *africânder*. A cultura britânica era dominante na África do Sul. O inglês era a língua dominante no sistema judiciário e na administração pública, na qual os postos mais elevados eram ocupados ou por britânicos ou por sul-africanos anglófonos. Os britânicos dominavam a indústria, o comércio e alta finança. A guerra Anglo-Boer tinha implicado a expulsão de milhares de *boeres* das suas terras, obrigando-os a deslocarem-se para as zonas urbanas, onde, desempregados, tinham que competir com os não brancos pela obtenção de empregos não qualificados. Assim sendo, para os apoiantes de Hertzog, a reconciliação defendida por Botha e Smuts apenas implicaria a subordinação permanente da população *africânder* à população anglófona. Simultaneamente isso seria o fim do sonho da restauração das Repúblicas.

CAPÍTULO II

A ASCENÇÃO AO PODER DO NATIONAL PARTY A IMPLEMENTAÇÃO DO APARTHEID

2.1. A Caminho da Segregação.

O *apartheid* teve a sua origem nas medidas legislativas e costumeiras das quatro Repúblicas que criaram a União Sul-Africana em 1910. Na prática, não existia grande diferença entre a política das Repúblicas *Boeres* que defendiam *No equality between black and white in church or in state*, e o princípio britânico de *Equal rights for all civilised men*³⁴.

O domínio da União Sul-Africana pelos *africânderes* permitiu a aprovação de determinadas decisões legislativas que fizeram com que a União passasse a ser um Estado onde a discriminação racial era oficialmente reconhecida. Exemplos dessas decisões foram a aprovação do *Native Labour Regulation Act* de 1911, pelo qual era considerada uma ofensa criminal o facto de um negro quebrar um contrato de trabalho, porém, o mesmo não se aplicava aos brancos. Um outro exemplo, foi o *Dutch Reformed Church Act*, também de 1911, pelo qual a Igreja Reformada Holandesa proibia os negros de se tornarem membros de pleno direito desta Igreja.

De entre todas as decisões adoptadas nesta altura, a mais importante foi a *Natives Land Act*, aprovada em 1913, a qual terá consequências anos mais tarde e cujos efeitos ainda se fazem sentir nos dias de hoje. Este acto legislativo determinou áreas geográficas precisas, onde brancos e negros podiam possuir terras. Sendo a população negra 2/3 do total, apenas tinha direito a 7.5% da terra. Os brancos, que constituíam 1/5 da população, tinham direito a 92.5% da terra.

A adopção destas disposições legislativas veio a agravar o desânimo da população negra. Em apenas 10 anos, passaram de um relativo optimismo, derivado da derrota militar dos *africânderes*, para uma situação de claro desânimo, provocada pela ascensão política destes.

Face a este cenário, a população não branca da União decidiu começar a organizar-se. Em 1902 a população mestiça do Cabo criou a *African Political Organisation* com o objectivo de representar os chamados mestiços educados. Liderada por Abdullah Abdurahman, esta organização chegou a ter um forte apoio no seu combate à discriminação política de que os mestiços eram alvo.

Também a comunidade indiana, principalmente concentrada na província do Natal, começou a fazer exigências políticas, utilizando os ideais difundidos por Gandhi, ou seja, a resistência passiva.

³⁴ Merle, Lipton: Capitalism and Apartheid. South Africa, 1910-1986, p. 17.

Gandhi desempenhou um importante papel na mobilização da população indiana da África do Sul. Os indianos começaram a chegar a esta zona de África em meados de 1860, como trabalhadores contratados para as plantações de cana-de-açúcar, chá e café. Concentrados, principalmente, na zona do Natal eram alvo de várias restrições, como por exemplo, todo o indiano tinha de ter consigo um passe para poder andar nas ruas depois das 21 horas. A população branca referia-se aos indianos como *coolies*, termo claramente insultuoso. Em finais do século XIX, existiam na província do Natal 51 mil indianos, no Cabo, 10 mil e na República do Transvaal cerca de 5 mil indianos³⁵.

Apesar da acção de Gandhi, que chegou à África do Sul em 1893, ser particularmente mal vista pelos *africânderes*, com o passar dos tempos, também a população anglófona começou a criticar e a temer as consequências da implementação dos ideais defendidos por Gandhi. Logo em 1906, Gandhi promoveu uma série de demonstrações públicas com o objectivo de criticar a política de passes praticada pelas autoridades.

Face à discriminação de que eram alvo, mestiços, negros e indianos, tentaram conciliar as suas acções de modo a aumentarem a eficácia das mesmas. Esta coordenação na luta foi visível durante a contestação à Constituição que estava a ser elaborada apenas por brancos. Estas actividades conjuntas culminaram, em Março de 1909, na *South African Native Convention*, a qual exigiu que a nova Constituição concedesse iguais direitos para todos os sul-africanos.

A 8 de Janeiro de 1912, várias centenas de sul-africanos pertencentes à elite negra reuniram-se em Bloemfontein com o objectivo de criar uma organização nacional destinada a protestar contra a discriminação racial e a apelar à igualdade de tratamento perante a lei. Foi neste contexto que a *South African Native National Congress* (SANNC) foi criada, a qual adoptou, em 1923, o nome de *African National Congress* (ANC). Após a sua criação, o SANNC foi presidido por John L. Dube, tendo como Secretário-Geral Solomon T. Plaatje. O encontro abriu e fechou ao som do hino *Nkosi Sikelel'i Afrika*, Deus abençoe África, a qual fora composto no século XIX por um poeta xhosa.

Os grandes objectivos desta nova organização eram os seguintes³⁶:

1. Unir todas as associações existentes no seio da União Sul-Africana que tivessem por objectivo a promoção e a salvaguarda dos interesses dos africanos.
2. As actuações iniciais da organização deveriam centrar-se na oposição à barreira da cor, existente em várias áreas da sociedade sul-africana. Por outro lado, era necessário lutar pela representação justa dos africanos nas instituições políticas do país.

Para alcançar estes objectivos, a SANNC pretendia utilizar três grandes meios para sensibilizar o poder político. Em primeiro lugar, pretendia recorrer às resoluções, protestos e propaganda pacífica. De seguida daria atenção à educação da população negra, realizar

³⁵ Louis Fischer: *Gandhi. Sua Vida e Mensagem para o Mundo*, pp. 39-44.

³⁶ *Constitution of the South African Native National Congress*, pp. 2-3.
http://www.anc.org.za/ancdocs/history/const/constitution_sannc.html.

sessões de esclarecimento e distribuição de material. Finalmente, uma terceira via de actuação visava recorrer às acções de massas. Nesta altura, a opção militar não era equacionada.

Os dirigentes do SANNC foram várias vezes à GB com o objectivo de sensibilizar as autoridades britânicas para a questão racial que se vivia na União Sul-Africana. Todas estas tentativas foram em vão, uma vez que as autoridades britânicas remetiam sempre o assunto para o executivo sul-africano.

Uma das primeiras grandes acções do SANNC teve a ver com a contestação às decisões previstas no *Natives Land Act* de 1913³⁷. Em primeiro lugar contestou a quantidade da terra atribuída à população negra, considerada manifestamente insuficiente. Por outro lado, a qualidade da terra atribuída também era muito fraca, dificultando a sua utilização para finalidades agrícolas.

O SANNC acusou este Acto de pretender, para além da separação física das raças, reduzir os africanos à condição de trabalhadores assalariados, uma vez que a compra de terras lhes era, cada vez mais, de difícil acesso.

2.2. A Posição Sul-Africana na I Guerra Mundial

A lealdade da União à Coroa Britânica foi posta à prova com o começo da I Guerra Mundial. Após o início das hostilidades, Botha e Smuts prometeram a Londres reunir um exército capaz de assegurar a defesa do território, ao mesmo tempo que poderiam avançar para o Sudoeste Africano, então uma colónia alemã³⁸.

Em Agosto de 1914, a União Sul-Africana entrou oficialmente na I Guerra Mundial, ao lado da GB. O principal objectivo militar sul-africano era o ataque ao Sudoeste Africano. Em Julho de 1915, as tropas de Botha tomaram a Windhoek, capital do Sudoeste Africano. Na euforia da vitória, os sul-africanos manifestaram o desejo de unir este território à União.

Para além do envolvimento neste teatro de operações, tropas sul-africanas também estiveram envolvidas em combate na África Oriental Alemã e em França.

Internamente este envolvimento militar começou a despertar alguns sentimentos de descontentamento no seio da população branca. A oposição política ao envolvimento militar sul-africano foi liderada por James Barry Munnik Hertzog que criou, em Janeiro de 1914, em Bloemfontein, o *National Party of South Africa* (NP). Hertzog tinha sido membro do SAP e aliado de Botha. Porém, desentendimentos vários fizeram com que abandonasse o partido. Hertzog acusou o SAP de estar demasiadamente associado aos interesses mineiros britânicos e de não desenvolver políticas suficientemente eficazes destinadas a separar brancos e negros.

³⁷ [Resolution against the Natives Land Act 1913 and the Report of the Natives Land Commission](http://www.anc.org.za/ancdocs/history/early/resolutions161002.html), 2 pp. <http://www.anc.org.za/ancdocs/history/early/resolutions161002.html>.

³⁸ Esta não foi uma posição unânime no seio da Comunidade *afrikander*. Vários comandantes militares *afrikanders*, como foi o caso de Christian Rudolph de Wet, manifestaram-se a favor da Alemanha. Esta posição ficou a dever-se às promessas do Kaiser Guilherme II da Alemanha de que apoiaria, em caso de vitória alemã, a reconstituição das Repúblicas *boeres*.

O novo partido defendia a pureza da raça *africânder*, a qual só poderia ser preservada através do isolamento em relação aos outros grupos que constituíam a população branca. De início, os defensores do nacionalismo *africânder* consideravam que a sua principal ameaça vinha do sector branco da comunidade anglófona, uma vez que estava associada ao poder imperial britânico. A ameaça da população não branca era considerada menor, uma vez que os seus membros não podiam votar, e as suas organizações eram ainda muito débeis e ineficientes.

Este novo partido começou a ganhar apoios junto da população *africânder*. Uma das principais características do NP era a importância que atribuía à língua e à cultura *africânder*. Para o NP, as más condições de vida de muitos *africânderes* eram explicadas pelas acções dos britânicos após a Guerra Anglo-Boer. Segundo o NP, muitos *africânderes* ficaram sem as suas terras, o que os obrigou a deslocarem-se para as cidades. Devido ao facto de quase todas as grandes empresas e bancos serem dominados por anglófonos, era quase impossível a um *africânder* obter os meios necessários para obter financiamentos ou bons empregos. Assim sendo, muitos *africânderes* viram-se obrigados a aceitar empregos pouco especializados.

2.3. A Grande Depressão

No pós-guerra a África do Sul, governada por Jan Smuts, teve que enfrentar vários conflitos internos derivados da situação económica dramática que o país atravessou, durante a crise mundial de 1920-1923. Durante esse período, o país esteve à beira do colapso devido a uma agricultura quase destruída, ao encerramento de minas de baixo teor e ao consequente desemprego urbano. A situação social foi ainda agravada pela chegada constante, a partir de 1920, de populações rurais atraídas pela crescente urbanização.

Diminuídos pelos acontecimentos protagonizados por alguns dos seus membros durante a I Guerra Mundial, os líderes do NP adoptaram outra estratégia de acção, desta vez legal, para enfrentar o governo sul-africano. A estratégia adoptada foi uma aliança com o Partido Trabalhista, o que, à partida, poderia parecer uma estranha ligação. No entanto, ambos os partidos tinham vários pontos em comum. Por um lado, a posição dos nacionalistas de se oporem ao imperialismo britânico, associado aos grandes interesses financeiros na África do Sul, deu-lhes conotações anti-capitalistas. Por outro lado, a decisão do NP em manter a barreira da cor, favorecia os interesses dos trabalhadores brancos, grande base de apoio do Partido Trabalhista.

A primeira acção conjunta desenvolvida por esta Aliança, surgiu devido aos acontecimentos provocados pela greve dos mineiros brancos em 1922 na zona do Rand. Devido à decisão da *Chamber of Mines*, entidade representante dos proprietários mineiros, de reduzir os custos de produção através da diminuição dos salários, os acontecimentos precipitaram-se. Esta decisão visava reduzir o número de mineiros brancos, mais bem pagos, substituindo-os por mineiros negros, mais mal pagos. Face a esta decisão, os mineiros brancos uniram-se à volta do slogan *Workers of the World Unite and Fight for a White South Africa*³⁹. O governo respondeu duramente, decretando a lei marcial. Esgotadas as hipóteses pacíficas de resolver a greve,

³⁹ Brian Bunting: *The Rise of the South African Reich*, p. 31.

Smuts recorreu ao exército para controlar os grevistas. Dos confrontos resultaram centenas de grevistas mortos.

Este cenário foi desgastando a imagem de Smuts, para a qual foi contribuindo os ataques directos ou indirectos, conduzidos pelos sectores mais conservadores da população *africânder*. Foi perante este cenário, que Smuts decidiu convocar eleições em 1924, as quais levaram ao poder o Partido Nacional, em aliança com o Partido Trabalhista.

A subida ao poder destes dois partidos implicou o início da implementação sistemática de medidas segregacionistas. Simbolicamente, as primeiras medidas deste tipo foram adoptadas no sector mineiro. Em 1922 os proprietários mineiros quiseram quebrar a barreira da cor de modo a diminuir os seus custos de produção através do aumento do número de negros neste sector. O governo Nacionalista-Trabalhista adoptou, em 1926, a *Mines and Works Act*, destinada a restabelecer e reforçar a barreira da cor no sector mineiro que, na prática, se traduziu na reserva dos trabalhos especializados e semi-especializados apenas para brancos.

Em finais dos anos 20, a União Sul-Africana conheceu profundas mudanças políticas. Hertzog e o NP, que haviam ganho novamente as eleições de 1929, foram acusados de nada terem feito para minorar as consequências da Grande Depressão. Temendo uma pesada derrota eleitoral em 1934, Hertzog aproximou-se do seu antigo opositor, Jan Smuts e do SAP. Desta aproximação resultou a criação, a 5 de Dezembro, de um novo partido, o *United South African National Party*⁴⁰. Os grandes objectivos do novo partido passaram a ser a recuperação da economia, devastada pela Grande Depressão, e a implementação das *Natives Bills*⁴¹.

Este novo partido ganhou as eleições, tendo Hertzog ficado como Primeiro-Ministro e Smuts como Vice Primeiro-Ministro. Muitos *africânderes* não gostaram desta aliança, uma vez que Smuts, para além de aliado interesses económicos britânicos, era um conhecido opositor do nacionalismo *africânder*. Este mal-estar culminou no abandono do *United South African Party* de muitos *africânderes*, os quais, liderados por Daniel François Malan, criaram o *Purified National Party*.

Malan aumentou o seu apoio popular através da adopção de um discurso virado para os problemas económicos dos *africânderes*, muitos dos quais enfrentavam sérios problemas económicos. Malan também recorreu ao passado histórico dos *africânderes*, lembrando as privações passadas e as glórias militares. Para Malan, o dever dos *africânderes* era o de⁴²:

Make South Africa a white man's land.

Embora o governo de Hertzog e Smuts divergissem de Malan na radicalização do nacionalismo *africânder*, convergiam todos nas ideias relativas à comunidade negra.

⁴⁰ Também conhecido por *United Party*.

⁴¹ Conjunto de leis elaboradas por Hertzog em 1926, cujo grande objectivo era o de limitar gradualmente o direito de voto dos não brancos.

⁴² Rita M. Byrnes: *South Africa. Country Study*, p. 38.

Em meados dos anos 30, o governo sul-africano aprovou um pacote legislativo com o objectivo de retirar os negros das listas de voto do Cabo, limitando-os a eleger representantes brancos e criando o *Natives Representative Council* que apenas tinha poderes consultivos. Apesar do governo ter aumentado, de 7.5% para 13%, a área de terras atribuídas à população negra, continuou a aprofundar a segregação racial.

Em resposta a um sentimento anti-semita crescente, sobretudo devido ao facto dos donos das minas serem judeus, que se verificava no seio da população *africânder*, o governo sul-africano aprovou o *Alien Act* em 1937, o qual proibia a imigração de judeus para a África do Sul. Esta lei também proibia a entrada de imigrantes que não conseguissem assimilar rapidamente a cultura branca. Também em 1937 foi aprovado o *Native Laws Amendment Act*, destinado a tornar mais eficaz a política de passes.

2.4. A África do Sul e a II Guerra Mundial

Tal como já tinha sucedido com a I Guerra Mundial, a posição a adoptar pela União Sul-Africana face a um novo conflito mundial, foi motivo de desentendimentos no seio da liderança sul-africana. Smuts defendeu o apoio à GB, enquanto que Hertzog defendeu a neutralidade. Muitos dos apoiantes de Malan defenderam o apoio à Alemanha. O anti-semitismo, associado à teoria da raça superior, cativou muitos *africânderes*.

Com o aproximar da II Guerra Mundial, a situação vivida na África do Sul durante a I Guerra Mundial, ou seja de revolta, ameaçava repetir-se. Novamente uma facção da população *africânder* mostrou-se contrária ao apoio que o governo pretendia dar à GB, preferindo ou a neutralidade ou inclusive o apoio à Alemanha. Porém, não houve, ao contrário do que sucedera em 1914, uma revolta militar, tanto mais que Smuts não deixou que as actividades desta facção se mantivessem por muito tempo para não correr o risco de lhes perder o controlo. Assim, a 14 de Setembro de 1939, foram aprovadas pelo governo sul-africano medidas de excepção destinadas a fornecer ao executivo os meios necessários para controlar eventuais descatos.

Os desentendimentos no seio do governo sul-africano levaram à demissão de Hertzog, o qual foi substituído por Smuts. Hertzog uniu-se a Malan e criaram o *Herenigde National Party* (HNP), o Partido Nacional Reunificado. Com Smuts à frente do Governo, a África do Sul enviou tropas para combater ao lado da GB na Europa e no Norte de África.

Os meios mais radicais da comunidade *africânder* criaram, em 1938, o Movimento *Ossewa Brandwag*, o qual tinha grupos paramilitares e visava a criação de uma República *Africânder* na África do Sul, nem que para isso tivesse que recorrer à força⁴³. Após o início do envolvimento sul-africano na II Guerra mundial, vários membros do *Ossewa Brandwag* foram

⁴³ A *Ossewa Brandwag* declarou ser uma organização anti-capitalista e anti-imperialista, defendendo a nacionalização das minas e outras indústrias consideradas estratégicas que estavam nas mãos do capital judeu e britânico. A *Ossewa Brandwag* levou a cabo, através do seu braço armado os *Stormjaers*, várias acções de sabotagem na África do Sul durante a II Guerra Mundial.

internados em campos por actividades contrárias ao esforço de guerra⁴⁴. Entre os presos encontrava-se John Vorster, futuro Primeiro-Ministro do país.

A II Guerra Mundial teve um profundo impacto na economia sul-africana. Apesar do ouro continuar a desempenhar um importante papel na economia sul-africana, nomeadamente do ponto de vista das exportações, o sector industrial cresceu consideravelmente. Esta mudança implicou o crescimento das principais cidades, assim como a rápida urbanização da população sul-africana. Uma outra consequência foi o aumento dos trabalhadores urbanos negros, os quais começaram a organizar-se em sindicatos. O mais importante destes, foi o *African Mineworks Union* (AMWU), cujo grande objectivo era a obtenção de melhores salários para os trabalhadores. Este aumento dos trabalhadores negros nas zonas urbanas chocou com o princípio segregacionista que pretendia obrigar as populações negras a permanecer fora das áreas urbanas brancas.

Nesta altura, começou a ser visível uma clivagem no seio da elite branca, que mais tarde se acentuará. Os meios económicos eram favoráveis à manutenção desses negros nas zonas urbanas, devido aos baixos salários pagos, opondo-se a um modelo de segregação total. No extremo oposto, tínhamos os meios políticos que advogavam a necessidade de se defender a segregação e inclusive alargá-la.

A migração de trabalhadores negros para as áreas urbanas, verificável sobretudo a partir dos anos 30, levantou um problema à população branca. Se por um lado, essa população era útil devido ao facto de constituir uma fonte de mão-de-obra barata, por outro corria-se o risco de, cada vez mais, os negros serem maioritários nas zonas urbanas⁴⁵.

Foi neste ambiente que o país caminhou para as eleições gerais de 1948. Os grandes candidatos à vitória eram o *United Party* de Smuts e o HNP de Malan. O primeiro, embora não defendesse uma integração social e política, sugeriu que os trabalhadores negros fossem acomodados nas cidades, onde as necessidades das indústrias e do comércio eram maiores. Por seu turno, o HNP defendia o contrário, ou seja, apenas a segregação total evitaria a adopção de um modelo de igualdade, o qual, a ser criado, derrubaria o modelo de sociedade branca existente no país. Assim sendo, o HNP defendeu que os trabalhadores negros apenas podiam entrar temporariamente nas cidades, sendo obrigados a regressar ao meio rural. Este regresso era também necessário para colmatar a falta de mão-de-obra que por vezes se fazia sentir nas grandes fazendas, dominadas por *africânderes*. Finalmente, o HNP recusou conceder qualquer tipo de representação parlamentar à população negra.

⁴⁴ Este movimento contestou o apoio sul-africano à GB, uma vez que os seus ideais estavam mais próximos da Alemanha e da Itália. Isso mesmo foi confirmado por John Vorster num dos seus discursos feitos, enquanto membro da *Ossewa Brandwag*, durante a II Guerra Mundial. Segundo ele, o seu movimento era favorável ao chamado Nacionalismo Cristão que era um aliado do Nacional Socialismo alemão e do Fascismo italiano.

Victor Pereira da Rosa & Salvato Trigo: Portugueses e Moçambicanos no Apartheid. Da Ficção à Realidade, p. 55.

⁴⁵ Em 1936 a população branca nas zonas urbanas era de 1.307.386. Entre 1936 e 1946 a população negra nas zonas urbanas passou de 1.141.642 para 1.794.212, enquanto que a população branca passou para 1.719.338.

Union of SA. Report of the Native Laws Commission, 1946-1948, UG 28/1948 p. 6, citado em Deborah Posel: The Making of Apartheid, 1948-1961. Conflict and Compromise, p. 24.

No seu programa eleitoral, Malan também se mostrou contrário aos casamentos mistos e advogou a ilegalização dos sindicatos negros. Embora Malan já tivesse utilizado a questão da identidade *africânder* durante a campanha eleitoral de 1943, vai ser a partir de 1945 que ele utilizou o argumento segregacionista e a necessidade de se adoptar uma firme política racial, como instrumentos centrais do seu discurso político.

Com estas propostas, o HNP, entretanto rebatizado de *National Party* (NP), ganhou as eleições de 26 de Maio de 1948. Contrariando todas as expectativas o NP venceu estas eleições por uma escassa maioria⁴⁶, a qual só foi possível devido ao apoio dos deputados do *Africânder Party*⁴⁷. O sucesso eleitoral do NP⁴⁸ deveu-se à conjuntura interna. Pouco antes das eleições era visível uma diminuição da segregação marcada pelo aumento de negros nas zonas urbanas, também visível era o relaxamento no controlo dos passes e a aparente incapacidade do governo em lidar com a crescente onda de contestação por parte dos trabalhadores negros.

A II Guerra Mundial e as suas consequências implicaram uma profunda alteração internacional, o que teve enorme impacto nos poderes coloniais e nas teses por estes defendidas relativamente à superioridade racial. A influência das novas ideias, a pressão da população negra e as posições dos novos empresários liberais e urbanos, favoreceram uma clara diminuição da aplicação das teses segregacionistas. O grande argumento tinha a ver com a crescente urbanização do país, a qual requeria uma mão-de-obra crescente e motivada, o que não era possível obter se à população negra lhe continuasse a ser negada a permanência nas zonas urbanas, e se continuasse a receber baixos salários. Esta liberalização racial era defendida pelo Primeiro-Ministro Smuts, mas duramente criticada pelos *africânderes* mais conservadores que viam neste relaxamento uma afronta aos desígnios divinos.

Com vista a satisfazer as necessidades da indústria, a população negra viu os seus salários aumentarem, ao mesmo tempo que lhes foi permitido aceder a empregos mais especializados. Esta última medida punha em causa a *job colour bar*, a qual garantia os melhores empregos para a população branca.

Em 1942, o *Department of Native Affairs* recomendou que a política de passes fosse abolida, tanto mais que a sua aplicação já tinha sido muito flexibilizada. Estas reformas limitaram-se às áreas económicas e sociais. Politicamente, a abertura não se fez sentir.

A vitória do NP travou esta liberalização e abriu caminho à implementação oficial da Doutrina do *Apartheid*. O NP recuperou a ideia de que os africanos apenas deveriam estar nas áreas brancas numa base temporária e com um objectivo concreto e limitado, devendo regressar sempre às suas áreas.

⁴⁶ O NP obteve 70 lugares no Parlamento, aos quais se lhe juntaram 9 deputados do *Afrikander Party* de N.C. Havenga. A oposição ficou com 74 lugares.
W.J. de Kock: História da África do Sul, p. 44.

⁴⁷ O *Afrikander Party* tinha surgido em 1941 a partir de uma dissidência no seio do *Herenigde Nasionale Party of Volksparty*. Mais tarde, o *Afrikander Party* fundiu-se no NP.

⁴⁸ Vitória do NP significou o fim político de Smuts. Considerado o último dos grandes Generais *boeres* que tinham governado a África do Sul desde 1910, Smuts optou por se retirar, desiludido com o desenvolvimento dos acontecimentos no seu país. Jan Smuts acabou por falecer em 1950.

Uma das preocupações iniciais do NP foi reverter a erosão do *apartheid* económico, opondo-se à classe média negra e aos trabalhadores especializados negros. Com este objectivo em mente, o NP começou a levantar cada vez mais obstáculos às actividades comerciais dos negros. Simultaneamente, negros que ocupavam empregos especializados foram sendo afastados. A política de passes foi endurecida e alargada às mulheres.

Particularmente visados nos primeiros tempos, foram as populações mestiças e indianas. Assim, a *Separate Representation of Voters Act* de 1956 retirou os mestiços das listas eleitorais do Cabo, permitindo que tivessem 4 representantes, brancos, no Parlamento eleitos numa lista distinta. Estes representantes não teriam direito de voto sempre que no Parlamento se discutissem questões relacionadas com um voto de confiança ao governo, declaração de guerra ou medidas destinadas a mudar os direitos dos não europeus. Em relação aos indianos, o repatriamento era o objectivo, uma vez que eram vistos como cidadãos estrangeiros.

2.5. A Institucionalização do *Apartheid*

Como já foi referido anteriormente, a implementação do *apartheid* foi um processo gradual. A convicção da superioridade branca foi sendo desenvolvida desde a chegada dos primeiros colonos a esta região de África. Várias das práticas que viriam a ter um enquadramento legal durante os governos do NP, nasceram durante o século XIX, tanto nas Repúblicas *Boeres* como nas áreas controladas pelos britânicos.

Devido à importância que o *apartheid* vai ter no desenvolvimento da África do Sul durante todo o século XX, julgamos ser da máxima importância tentar compreender bem o aparecimento, o desenvolvimento, a implantação e as várias facetas do *apartheid*.

Com este objectivo em mente, começaremos por recuar no tempo para enquadrar o aparecimento dos primeiros sinais de segregação racial.

Os primeiros sinais da supremacia branca surgiram logo no início da colonização holandesa. Desde essa altura, os brancos assumiram a posição de donos, enquanto que os negros eram trabalhadores. O grau de miscigenação foi pequeno.

Os ideais de supremacia racial não se limitaram apenas à África do Sul. As suas raízes são mais complexas e estão ligadas ao colonialismo europeu. Esta ideia de supremacia racial foi fortemente impulsionada em meados do século XIX, quando a necessidade de “civilizar as populações inferiores” tornou-se parte da argumentação para a partilha de África. Esta também foi a altura em que as noções de Darwin sobre a evolução das espécies foram aplicadas aos seres humanos. Os brancos rapidamente concluíram que estavam no topo da hierarquia, tal como indicava o seu desenvolvimento tecnológico e o dinamismo da sua expansão imperial. Na parte inferior dessa hierarquia encontravam-se os negros, considerados primitivos e menos inteligentes.

Este tipo de supremacia da raça branca teve forte aceitação na África do Sul, nos EUA e nas colónias britânicas da Ásia e África. Porém, na África do Sul este sentimento foi mais longe, desenvolvendo-se numa discriminação sistemática e legalizada que moldou a vida económica,

política e social do país. Para tal, foi determinante o comportamento da Igreja Reformada Holandesa, que deu uma cobertura religiosa e divina à ideia da supremacia da raça branca.

Embora fossem visíveis, desde o início da colonização, sinais de discriminação racial, não é fácil descobrir as origens da discriminação racial sistemática na África do Sul. Para uns, ela situa-se no comportamento das populações *africânderes* no século XIX, comportamentos esses recuperados pelo NP a partir de 1948. Porém, esta explicação esquece as práticas segregacionistas e discriminatórias praticadas pelos colonos e administração britânicos.

Uma outra explicação aponta a Revolução Mineral e a necessidade de garantir mão-de-obra barata, como as responsáveis pelo início da discriminação. Sendo em parte verdade, esta explicação esquece os comportamentos discriminatórios já existentes no período anterior a esta Revolução.

Na verdade, a explicação para o aparecimento da discriminação racial assenta em vários factores. Os primeiros indícios da alegada supremacia branca surgiram logo nos primeiros contactos entre os colonos holandeses e as populações khoi na zona do Cabo. A prática da escravatura, entre 1658 e 1834, contribuiu, em muito, para a divisão racial. Esta rígida divisão não permitiu a existência de importantes níveis de miscigenação. Em meados do século XVIII já eram visíveis algumas praticas discriminatórias⁴⁹.

Com a abolição da escravatura em 1834, a zona do Cabo passou a ser, teoricamente, indiferente à questão da raça. Se alguma distinção era feita, ela tinha por base o poder económico e não a raça, embora em termos práticos o resultado final fosse quase o mesmo.

A legislação com conotação racial foi novamente visível no Cabo no início do século XX, com o aparecimento de medidas discriminatórias no sistema de educação. A criação da União Sul-Africana em 1910, não veio alterar a situação. Cada província mantinha a capacidade de decisão sobre os direitos e os deveres de cada raça. Mesmo na província do Cabo, a população negra viu os seus direitos políticos limitados, não podendo apresentar-se como candidatos ao Parlamento, limitando-se a votar em candidatos brancos.

O liberalismo do Cabo não teve correspondência nas províncias *boeres* do Transvaal e de Orange. Mesmo na província do Natal, os direitos políticos dos não brancos foram sendo eliminados. Embora os direitos políticos estivessem dependentes da riqueza, o que permitia que muitos indianos votassem, esta prerrogativa foi rapidamente alterada.

No Transvaal e no Orange, os negros não podiam participar na vida política, não podiam ser donos de terras, não podiam frequentar os mesmos sítios que os brancos e não podiam possuir armas. A negação dos direitos políticos não era apenas para os não brancos, também os brancos anglófonos, os *uitlanders*, eram abrangidos.

Para se compreender correctamente o sistema de *apartheid* é útil fazer-se a distinção entre segregação e supremacia racial. O conceito de segregação vai mais além da simples

⁴⁹ A população negra era alvo de discriminações nas Igrejas e nos Tribunais. A partir de 1760, khoi e escravos eram obrigados a terem passes assinados pelos seus patrões de maneira a demonstrarem que não eram fugitivos.

Nigel Worden: The Making of Modern South Africa. Conquest, Segregation and Apartheid, p. 67.

subordinação defendida pela supremacia, pretendendo estabelecer uma clara separação, entre brancos e não brancos, no trabalho, no governo, na habitação e no lazer. Foi no período entre o fim da Guerra Anglo-Boer e o início dos anos 30, que a segregação racial, enquanto ideologia estruturada, surgiu e foi implementada na África do Sul.

A origem do modelo segregacionista sul-africano pode ser encontrado nos trabalhos da *South African Native Affairs Commission* (SANAC). Esta Comissão tinha como objectivo preparar o caminho para a futura União da África do Sul, apresentando propostas em matérias relacionadas com as populações negras. As principais recomendações desta Comissão forneceram os primeiros elementos para a articulação das ideias segregacionistas. A SANAC defendeu a separação racial da propriedade da terra, a criação das áreas de residência separadas nas cidades, a regulamentação dos fluxos dos trabalhadores negros nas cidades, o que poderia ser feito através da política de passes, um sistema de educação para negros baseado em missões religiosas em vez de um sistema de educação nacional, evitar alargar os direitos políticos que os negros gozavam no Cabo às outras províncias, diferentes níveis salariais conforme a raça. Muitas destas recomendações basearam-se em práticas já existentes em várias zonas da União.

Um importante passo na criação da segregação racial foi a aprovação, em 1927, do *Native Administration Act*, o qual defendia a necessidade dos negros voltarem a serem retribalizados sob um diferente sistema legal e de governo. Um sistema de administração mais uniforme foi adaptado, com os Chefes Tradicionais a serem responsáveis pelo pagamento de impostos das populações sob sua responsabilidade.

O *Native Affairs Departement*, responsável pelos assuntos africanos e com poderes sobre os Chefes Tradicionais, passou a ter um papel mais regulador, o qual incluía a possibilidade de disciplinar os Chefes Tradicionais e a capacidade de deslocar comunidades de maneira a obedecer às noções governamentais de distribuição étnica destas reservas.

A legislação de 1927 foi um marco importante na criação do modelo de segregação, pois deixou clara a intenção do governo, ou seja, a rejeição da noção de assimilação política dos negros dentro da União. Esta divisão étnica e geográfica da população foi o embrião das políticas dos Bantustões nos anos 60.

A implementação do *apartheid* contou com o apoio de duas forças motrizes. Em primeiro lugar o argumento religioso/ideológico, o qual influenciou a população branca a desempenhar um papel de civilização atribuído por Deus, sendo a segregação, simultaneamente, vista como uma defesa branca. O outro argumento prendeu-se com questões de carácter económico. Uma população negra subordinada e controlada era uma excelente fonte de recrutamento de mão-de-obra barata e abundante. Embora intimamente associados, a subida ao poder do NP marcou o início da primazia do primeiro sobre o segundo.

2.6. A Justificação do NP para o *Apartheid*

Para o NP havia duas correntes de opinião⁵⁰ na África do Sul em relação à política a seguir no que dizia respeito à comunidade não europeia.

Existia uma corrente que defendia uma política de igualdade, o que implicava igualdade de direitos dentro da mesma estrutura política para todas as pessoas civilizadas e educadas, independentemente da cor da pele. Assim sendo, as populações não europeias teriam a possibilidade de adquirir tais direitos à medida que se tornassem aptas a usarem-nos.

Uma outra corrente defendia uma política de separação, *apartheid*, a qual se desenvolveu a partir da experiência do estabelecimento da população europeia no território, a qual se baseia nos princípios cristãos de justiça e de razoabilidade.

Para o NP, apenas era possível seguir numa de duas direcções. Ou se seguia o caminho da igualdade, o que levaria ao suicídio da raça branca, ou então se adoptaria o caminho do *apartheid*, o qual garantiria a especificidade e o futuro de cada raça, permitindo o seu desenvolvimento de acordo com as suas ideias e tradições. Este desenvolvimento separado evitaria choques entre as raças, ao mesmo tempo que se afastava o perigo de umas ameaçarem as outras.

Perante estas constatações, o NP assumiu a missão de proteger a raça branca de qualquer política, doutrina ou ataque que pudesse ameaçar a sua existência. Ao mesmo tempo, o NP rejeitou qualquer política de opressão e exploração dos não europeus pelos europeus, uma vez que tal situação seria contrária aos princípios cristãos que pautavam a vida dos membros do NP.

A política de *apartheid*, garantiria a possibilidade de cada raça ser protegida e desenvolver-se separadamente em todas as áreas. A política nacional deveria ser planeada de modo a alcançar o ideal da *algehele apartheid*, separação total, no país.

Em relação aos mestiços, o NP considerava-os como estando numa posição intermédia entre brancos e negros. Mesmo assim, o NP defendeu uma política de separação entre brancos e mestiços e entre negros e mestiços em todas as áreas.

2.7. Os Grandes Pilares Legislativos do *Apartheid*

Mal subiram ao poder, o NP e Malan começaram a elaborar um conjunto de leis que tornassem o *apartheid* uma realidade legislativa difícil de erradicar, mesmo que o NP perdesse as próximas eleições. Embora o *apartheid* visasse permitir desenvolvimentos separados, de acordo com as suas características, na prática, visava a segregação racial.

Foi sobretudo a partir de 1950 que a tese legislativa do *apartheid* foi sendo criada. Quando se fala de *apartheid* tem-se em mente as duas vertentes que este conceito abrange. Por um lado, temos o chamado “Pequeno *Apartheid*”, que é a discriminação de todos os dias, ou seja, a separação das raças em locais públicos, restaurantes, praias, estádios, transportes públicos, etc... Por outro lado, existe o “Grande *Apartheid*” constituído pelos grandes pilares legislativos que

⁵⁰ [The National Party's Colour Policy, 1948, 3 pp.](http://www.fordham.edu/halsall/mod/1948apartheid.html)
<http://www.fordham.edu/halsall/mod/1948apartheid.html>

não sendo tão visíveis, são os mais importantes e que condicionam qualquer indivíduo nas suas escolhas, desde a altura em que nasce até que morre⁵¹. Vejamos de seguida aqueles que consideramos ser os principais pilares legislativos⁵²:

A) *Population Registration Act* (1950)

De acordo com esta lei, toda a população da África do Sul tinha que ser caracterizada segundo a sua raça, ou seja, brancos, mestiços e nativos, mais tarde designados por bantus. A população indiana, a quem o NP se recusou em 1948 reconhecer como habitantes permanentes da África do Sul, foram incluídos na categoria de asiáticos em 1959.

Inicialmente as pessoas eram classificadas de acordo com base na ideia existente na sua comunidade. Mais tarde, o critério passou a ser mais rigoroso, dando-se mais importância ao aspecto da pessoa, de modo a evitar que negros claros passassem por brancos. Em caso de dúvida, as autoridades recorriam a análises ao cabelo.

B) *Group Areas Act* (1950)

Esta lei veio agravar as decisões tomadas no *Native Land Act* de 1913. O que esta lei pretendia era dividir a África do Sul em áreas separadas para brancos e negros, incluindo os mestiços, e dar poder ao governo sul-africano para remover pela força as pessoas das áreas onde viviam caso não fosse uma área destinada para a sua raça. A Comissão Tomlinson⁵³ concluiu oficialmente em 1956 que as áreas designadas para os africanos não eram suficientes. Apesar destas conclusões, o governo não atribuiu mais terras aos negros.

C) *Prohibition of Mixed Marriages* (1949)

Estipulou a proibição de casamentos entre brancos e membros de outras raças.

D) *Immorality Act* (1927-1950)

Alargou a proibição de 1927 que proibia as relações sexuais entre brancos e negros, passando a proibir as relações sexuais entre brancos e não-brancos. A violação desta lei incorria numa pena de prisão até 7 anos, trabalhos forçados e até 10 chicotadas.

E) *Bantu Authorities Act* (1951)

⁵¹ Uma lista completa da leis do *apartheid* poderá ser consultada nos Anexos.

⁵² Fátima Proença: *O Apartheid de Todos os Dias*, pp. 31-34. Catherine Bradley: *Causes and Consequences of the End of Apartheid*, pp. 13-20. Rita M. Byrnes, *op. cit.*, pp. 40-42. William Beinart, *op. cit.*, pp. 142-158. Roger Omond: *The Apartheid Handbook. A Guide to South Africa's Everyday Racial Policies*, 282 pp.

⁵³ A Comissão Tomlinson foi criada em 1950 pelo governo sul-africano com o objectivo de preparar detalhadamente a aplicação da política dos Bantustões. Esta Comissão, liderada por F.R. Tomlinson, apresentou as suas conclusões em 1956, as quais estiveram na base da criação dos Bantustões autónomos e independentes.

Estabeleceu autoridades bantu a nível regional nas zonas atribuídas aos negros ao abrigo do *Group Areas Act*, abolindo o *Native Representative Council*. Estas novas autoridades Bantu deveriam ser dominadas por Chefes Tradicionais escolhidos pelo governo.

F) *Separate Representation of Voters Act* (1951)

Através desta lei, o governo sul-africano pretendeu remover das listas eleitorais da província do Cabo os votantes mestiços, criando para eles uma lista própria através da qual poderiam eleger representantes brancos. O Supremo Tribunal sul-africano declarou, com base em disposições constitucionais, ilegal esta determinação. Após uma longa batalha jurídica, o acto foi restabelecido em 1956.

G) *The Reservation of Separate Amenities* (1953)

Decretou a segregação racial de todos os locais públicos e privados.

H) *Bantu Education Act* (1953)

Decretou que a população negra deveria ter uma educação separada e controlada pelo Ministério dos Assuntos Nativos em vez do Ministério da Educação⁵⁴. Os estudantes negros seriam ensinados de acordo com a sua herança bantu e nas palavras do Ministro dos Assuntos Nativos, Hendrik F. Verwoerd, esses alunos seriam ensinados *in accordance with their opportunities in life*, que ele considerava que não atingiriam *above the level of certain forms of labour*⁵⁵.

A tentativa de tornar obrigatória a utilização do *afrikaans* nas escolas para negros esteve na origem das revoltas estudantis do Soweto em 1976.

I) *The Extension of University Education Act* (1959)

Proibia a presença de negros em instituições de ensino brancos e estabeleceu Universidades separadas para brancos, asiáticos, negros e mestiços.

J) *Industrial Conciliation Act* (1952)

Permitiu ao Ministro do Trabalho reservar determinados trabalhos para determinados grupos étnicos. A longo prazo, os trabalhos mais qualificados estavam reservados para os brancos.

K) *Native Laws Amendment Act* (1952)

Nenhum negro podia permanecer mais de 72 horas numa zona urbana sem ter uma autorização especial que demonstrasse que estava legalmente empregado.

L) *The Abolition of Passes and Co-ordination of Documents Act* (1952)

⁵⁴ Para além de separada, a educação dada à população negra era claramente inferior à disponibilizada para a população branca.

⁵⁵ Rita M. Byrnes, *op. cit.*, p. 41.

Aboliu o sistema de passes, que no fundo eram verdadeiros passaportes internos, substituindo-os por um documento conhecido por *Reference Book*. Este acto determinou que todos os negros tinham que ter esse *Reference Book* contendo a sua fotografia, morada, estado civil, historial profissional, lista de impostos pagos e distrito rural onde oficialmente residia. O não possuir este documento era considerado uma ofensa criminal punível com pena de prisão.

Para além da adopção destas medidas de âmbito social, o governo do *apartheid* começou a criar outras medidas com vista a reforçar o poder policial e através dele controlar as actividades políticas contrárias ao regime.

A) *Suppression of Communism Act* (1950)

Declarou o Partido Comunista e a sua ideologia ilegais⁵⁶. Este acto permitiu ao Ministro da Justiça determinar quem é que pertencia a organizações de índole marxista e bani-los, normalmente por períodos de 5 anos, de cargos públicos, de participar em encontros públicos ou de permanecer numa determinada área do país.

B) *Public Safety Act* (1953)

Deu ao Governador-geral britânico o poder de suspender todas as leis e declarar o estado de emergência.

C) *Criminal Law Amendment Act* (1953)

Qualquer pessoa que se fizesse acompanhar por alguém considerado culpado de ofensas cometidas durante qualquer contestação pública contra as leis do país, seria igualmente considerada culpada e teria que provar a sua inocência.

D) *Native Administration Act* (1956)

Permitia ao governo banir negros, exilando-os em zonas rurais longe das suas áreas de residência.

E) *Customs and Exercise Act* (1955)/ *Official Secrets Act* (1956)

Deram poderes ao governo para estabelecer um corpo de censores com vista a aplicarem uma censura a livros, filmes e outros materiais importados ou publicados na África do Sul.

Estas medidas legislativas do NP receberam o apoio crescente por parte do eleitorado branco, o que fica demonstrado pelas vitórias eleitorais esmagadoras do NP nas eleições legislativas de 1953 e 1958. Malan retirou-se da política em 1955, tendo o cargo de Primeiro-Ministro sido

⁵⁶ Este Acto definiu o comunismo como qualquer doutrina ou esquema destinado a promover qualquer mudança política, industrial, social ou económica na África do Sul. O absurdo desta definição e o facto do comunismo ser identificado com a oposição ao *apartheid*, levou a que este acto fosse rebatizado, em 1976, de *Internal Security Act*.
Merle Lipton, *op. cit.*, p. 28.

ocupado por Johannes Gerhardus Strijdom, líder do NP no Transvaal. Após a morte de Strijdom em 1958, o cargo de Primeiro-Ministro passou a ser ocupado por Hendrik Frensch Verwoerd, considerado o grande arquitecto do *apartheid*.

2.8. A Política de Bantustões

A base para um sistema político completamente diferente para a população negra foi estabelecida em 1951 com a apresentação do *Bantu Authorities* e em 1959 com a *Promotion of Bantu Self Government Acts*⁵⁷. Os representantes parlamentares e o Conselho criado para eles em 1936 foram abolidos. Em vez disso, cada uma das nove⁵⁸ nações ou tribos africanas, deviam exercer os seus direitos políticos no seu território tradicional, os quais poderiam evoluir para a independência, o que, na prática, poderia tornar os negros estrangeiros dentro da África do Sul.

Assim, cada africano era inserido dentro de uma destas unidades políticas, as quais, caso alcançassem a independência, fariam da África do Sul um estado onde a maioria da população seria branca. A verificar-se esta situação, a África do Sul passaria a possuir excelentes argumentos para se defender das críticas internacionais relativamente ao facto da maioria da população não gozar de direitos políticos.

Os Bantustões, ou *Homelands*, ocupavam 13% do território da África do Sul, o que correspondia a cerca de 122 milhões de hectares⁵⁹.

Apesar das intenções no plano teórico, a realidade demonstrou que estes territórios, mesmo que alcançassem a independência⁶⁰, manter-se-iam na total dependência da África do Sul. Todos eles tinham uma configuração geográfica marcada pela descontinuidade territorial, o que os tornava inviáveis economicamente. Assim, grande parte dos orçamentos dos Bantustões era financiada pelas finanças sul-africanas⁶¹.

O objectivo final desta política era, segundo o Ministro da Administração e Desenvolvimento Bantu, Connie Mulder o seguinte⁶²:

⁵⁷ Merle Lipton, *op. cit.*, p. 23.

⁵⁸ Para a nação Zulu era a zona do Kwazulu; para os Xhosas era o Ciskei e o Trankei; para os North Xhosa era o Lebowa; para os Tswana era o Bophuthatswana; para os South Sotho o Qwaqwa; para os Shangaan/Tsonga o Gazankulu; para os Swazi o Kangwane; para os Ndebele o Kwandebele e para os Vhavenda o Venda.

⁵⁹ Roger Omond, *op.cit.*, p. 111.

⁶⁰ O Trankei alcançou a independência em 1976; o Bophuthatswana em 1977; o Venda em 1979 e o Ciskei em 1981. Os outros mantiveram-se numa situação de autonomia. Alguns, como foi o caso do Kwazulu, rejeitaram a possibilidade de alcançarem a independência, afirmando que tal coisa significaria alinhar com o regime de *apartheid*.

⁶¹ A título de exemplo podemos apresentar os números referentes a 1984-1985, os quais reflectem a tendência normal. Assim nesse ano, 77% do orçamento do Transkei foi financiado pela África do Sul; 75% do Ciskei; 71,7% do Venda e 42,9% do Bophuthatswana.
Roger Omond, *op. cit.*, p. 113,

⁶² *Idem*, p.116.

If our policy is taken to its logical conclusion as far as the black people are concerned, there will not be one black man with south African citizenship... Every black man in South Africa will eventually be accommodated in some independent new state in this honourable way and there will no longer be a moral obligation on this Parliament to accommodate these people politically.

Também no Sudoeste Africano, a RAS tentou implementar a política dos Bantustões. Para tal, o Parlamento sul-africano aprovou, em 1968, o *Development of Self-Government for Native Nations in South West Act* nº 54, o qual estabeleceu quais os Bantustões a criar no território⁶³.

Esta questão dos Bantustões, e a intenção da África do Sul de tentar convencer a Sociedade Internacional da sua soberania, será uma questão a desenvolver mais à frente a propósito dos acontecimentos registados na região em finais dos anos 70. Apesar das intenções sul-africanas, nenhum estado soberano alguma vez reconheceu a soberania dos Bantustões independentes.

2.9. Resistências Africanas ao *Apartheid*

Embora ao longo do século XIX já fossem visíveis acções das populações africanas contra as discriminações de que eram alvo, a verdade é que uma oposição política bem organizada a nível nacional surge apenas com a criação do *South African Native National Congress* (SANNC), mais tarde *African National Congress* (ANC), em 1912⁶⁴.

Até à criação deste movimento, muitos membros da elite africana acreditavam que a melhor maneira de garantir os direitos políticos de todos os africanos era através da eleição de homens que simpatizassem com as aspirações africanas. Esta convicção, que surgiu com a derrota dos *boeres*, foi perdendo força após a assinatura do Tratado de Paz de Vereeniging em 1902, já que os derrotados recuperaram rapidamente os seus privilégios⁶⁵.

Inicialmente o SANNC caracterizou-se pela moderação, quer nas acções, através de petições ou exposições, quer nas ideias defendidas, a manutenção da ligação ao Império Britânico não só não era posta em causa como era defendida, por outro lado, durante a I Guerra Mundial, o SANNC decidiu suspender as suas acções.

Esta moderação dos líderes do SANNC foi claramente ineficaz, não trazendo qualquer benefício à sua causa. Esta situação provocou algum mal estar dentro da organização no pós guerra, o que

⁶³ Damaraland, Hereroland, Kaokoland, Okavangoland, Eastern Caprivi e Ovamboland. Johnny Pitsoane: *Namibia. Challenges of the First Decade*, p. 110.

⁶⁴ Antes do aparecimento do ANC, que serviu para unificar e coordenar a luta a nível nacional, houve algumas acções isoladas. Exemplos destas acções foram as actividades desenvolvidas por uma elite educada em missões religiosas, como foi o caso do Professor John Tengo, no *Eastern Cape*, que criou um jornal, *Imvo Zabantsundu* (Opinião Nativa), com o objectivo de sensibilizar a população africana para os seus direitos. Idênticos exemplos surgiram na província do Natal.

⁶⁵ Tal como vimos anteriormente, as expectativas da população negra saíram frustradas. Nomeadamente, os direitos políticos gozados pelos negros do Cabo, não foram alargados às Repúblicas *Boeres*.

levou ao afastamento do seu Presidente John Dube. Estes desentendimentos dentro da organização não se fizeram sentir apenas ao nível dos modos de acção, também as várias delegações regionais do SANNC não se conseguiam entender. Na zona do Natal, os seus membros eram importantes proprietários agrícolas defensores do restabelecimento da monarquia zulu e do nacionalismo zulu, o que os levou a saírem do SANNC e constituírem, em 1922, o *Inkatha Ka Zulu*.

Na zona do Transvaal, os membros do SANNC identificaram-se mais com o movimento operário radical da área do Rand, partilhando queixas dos operários, nomeadamente os baixos salários, más condições de trabalho e a dureza da política de Passes. Este apoio constituiu um problema para a liderança do SANNC que nunca se mostrou muito à vontade no meio destas massas, ao mesmo tempo que rejeitavam acções radicais.

A moderação da liderança do ANC, que a fazia rejeitar as ideias bolcheviques, sofreu um duro golpe com a aprovação das *Hertzog Bills* de 1926, a qual limitou os direitos políticos dos africanos do Cabo. Este acontecimento facilitou a reaproximação das várias tendências existentes dentro do ANC. Após a eleição, em 1927, de Josiah Gumede para a presidência do ANC, houve uma clara aproximação ao recém-criado *Communist Party of South Africa* (CPSA).

O Partido Comunista sul-africano surgiu, em 1921, na Cidade do Cabo a partir de vários pequenos grupos de esquerda existentes⁶⁶ na zona do Rand e na Cidade do Cabo. O principal grupo congregava todos aqueles que tinham criticado a I Guerra Mundial e envolvimento sul-africano, uma vez que consideravam o conflito, à semelhança dos bolcheviques russos, uma guerra entre imperialistas. Este grupo acabou por se unir a outras organizações marxistas, muitas delas influenciadas por emigrantes do Leste Europeu.

As ligações do CPSA com a população negra foram, de início, algo confusas. Embora não contassem com nenhum negro na sua estrutura inicial, contavam com algum apoio informal de operários negros. Porém, o apoio prestado, em 1922, às reivindicações dos mineiros brancos da zona do Rand, as quais tinham por base a exigência de se limitar o acesso dos negros a determinados empregos, nomeadamente os qualificados, dificultou a sua implantação junto da população negra.

A focalização na população negra começou a partir de 1924. Em 1928, o CPSA adoptou uma medida que foi determinante para estabelecer os alicerces de uma futura aliança com as organizações nacionalistas africanas. Nesse ano, o CPSA afirmou que os membros do Partido deveriam trabalhar a favor de *An independent native republic*⁶⁷. Este slogan partia da premissa de que a África do Sul vivia numa situação colonial, da qual necessitava de se libertar para, num segundo momento, estarem criadas as condições para uma revolução socialista.

⁶⁶ Entre esses partidos destacavam-se os seguintes: *International Socialist League, Social Democratic Federation of Capetown; Communist Party of Capetown; Jewish Socialist Society of Capetown; Jewish Socialist Society of Johannesburg; Marxian Club of Durban. Manifesto of the Communist Party of South Africa, 1921, 2 pp.*
<http://www.sacp.org.za/docs/history/manifesto21.html>.

⁶⁷ Tom Lodge: *Black Politics in South Africa since 1945*, p. 9.

Nos anos 30, as ligações entre o ANC e o CPSA⁶⁸ fragilizaram-se devido ao reforço dos conservadores dentro do ANC, os quais afastaram Gumede da liderança, substituindo-o por Pixley Ka Izaka Seme. Este conservadorismo do ANC, fez com que o movimento entrasse numa fase de estagnação e, mais tarde, de declínio devido à sua incapacidade de lidar com os problemas da maioria da população negra.

Para além da população negra, também os mestiços se começaram a organizar. Desde meados do século XIX foi surgindo na população mestiça do Cabo um sentimento de grupo, fortalecido pela discriminação de que era alvo. Este sentimento que derivava das acções da população branca, pretendia, ao mesmo tempo, distanciar-se da população negra, ainda mais discriminada. Em 1902, a elite mestiça do Cabo, temendo que a política de Passes lhe fosse aplicada, criou, a já referida, *African Political Organisation*⁶⁹ (APO), liderada por Abdullah Abdurahman.

Tal como o SANNC, a APO mostrou-se muito cautelosa, rejeitando acções radicais, acreditando mais nos princípios liberais britânicos. Também manteve a sua lealdade ao Império Britânico e apoiou Londres durante a I Guerra Mundial. Nos anos 20, a APO formalizou uma série de petições contra a crescente discriminação, as quais não tiveram qualquer resultado prático. Esperanças de que os mestiços fossem favorecidos pela acção governamental, nomeadamente, através do alargamento dos direitos de voto dos mestiços do Cabo a todo o país, suavizaram ainda mais as críticas da APO ao governo.

Após a vitória eleitoral do NP em 1948, a população mestiça sentiu-se mais ameaçada, o que fez com que se tentasse organizar melhor em defesa dos seus direitos. Neste sentido, foi criado, em 1953, o *South African Coloured People's Organization* (SACPO), cujo grande objectivo era evitar que a população mestiça fosse retirada das listas eleitorais, o que, no entanto, acabou por acontecer em 1956. Após este fracasso, o SACPO alterou o seu nome para *Coloured People's Congress* (CPC)⁷⁰, de modo a permitir a sua inclusão no *Congress Alliance*, uma frente comum sob a liderança do ANC que pretendeu unir todas as forças que se opunham ao governo⁷¹. O CPC participou, em 1955, no *Congress of the People*, o que implicou que vários dos seus membros fossem presos⁷².

⁶⁸ O CPSA foi desfeito, apesar da opinião contrária de alguns dos seus membros, pouco antes da aprovação do *Suppression of Communist Act* em 1950. O Partido foi ressuscitado em 1953 sob o nome de *South African Communist Party* (SACP), constituído apenas pelos membros mais activos do CPSA, não tendo feito grandes esforços para atrair novos membros, preferindo concentrar-se nas actividades da *Congress Alliance*. O esforço de mobilização só surgiu a partir de 1960. Muitos dos membros do SACP vão ser, simultaneamente, membros do ANC e do seu braço armado *Umkhonto we Sizwe*.

⁶⁹ Mais tarde, *African People's Organisation*.

⁷⁰ Gwyneth Williams & Brian Hackland: *The Dictionary of Contemporary Politics of Southern Africa*, pp. 56-57.

⁷¹ Esta frente unida era composta pelo ANC, que a liderava, pelo SAIC, pelo CPC, pelo *Congress of Democrats* e, depois de 1955, pelo SACTU. O *Congress Alliance* foi o responsável pela organização, em 1955, do *Congress of the People*, no qual foi aprovada a *Freedom Charter*.

⁷² *South African Coloured People's Congress*.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/congress/sacpc/index.html>

Um terceiro foco de contestação ao crescente domínio branco surgiu nas províncias do Natal e do Transvaal no seio da população indiana. As primeiras organizações da população indiana surgiram por volta de 1890, e tinham por objectivo defenderem os direitos comerciais dos indianos. Acções mais populares surgiram em 1906, inspiradas, como vimos, nas acções de Gandhi.

A partir de 1913, as acções das organizações indianas perderam alguma força devido, por um lado, à saída do país de Gandhi e, por outro lado, devido à moderação líderes da comunidade indiana que rejeitaram acções mais radicais.

Da experiência da acção das populações indianas do Natal e do Transvaal, surgiu em 1924 o *South African Indian Congress* (SAIC), o qual uniu o *Natal Indian Congress* e o *Transvaal Indian Congress*. O SAIC surgiu devido ao aparecimento de sentimentos anti-asiáticos no seio da população branca e à tentativa de alargar a legislação discriminatória à população asiática. Durante os seus primeiros anos de existência, o SAIC caracterizou-se pela moderação na sua actuação.

Este movimento radicalizou a sua acção quando, em 1946, foi eleito para sua presidência Yusuf Dadoo, responsável pela região do Transvaal, e G.M. Naicker, responsável pela região do Natal. Esta alteração na liderança levou a que fosse assinado um pacto de cooperação entre o ANC e o SAIC, o Pacto Xuma-Dadoo-Naicker a 9 de Março de 1947⁷³, criando uma base de cooperação que levou ao surgimento do *Congress Alliance*. A assinatura deste Pacto, permitiu a união de esforços entre os representantes da população negra e indiana com o objectivo de contestarem a discriminação de que eram alvo por parte das autoridades sul-africanas⁷⁴. O SAIC esteve, como veremos, muito envolvido na *Defiance Campaign* de 1952, levando a que vários dos seus membros fossem presos. Em 1955, o SAIC⁷⁵ foi dos grandes impulsionadores do *Congress Alliance*.

2.10. O Crescimento do ANC: A *Youth League* e a *Women's League*

Dentro de todas as organizações que se opunham nesta altura ao *apartheid*, o ANC começou, desde logo, a destacar-se, quer pelas suas acções, quer pela capacidade de mobilização popular. Os anos 40 marcaram uma importante alteração no ANC, reanimado pela revitalização

⁷³ *South African Indian Congress*.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history///congress/saic.html>.

⁷⁴ Este Pacto, também conhecido pelo Pacto dos Três Doutores, traduziu-se na apresentação de uma Declaração Conjunta de Cooperação. Nesta declaração apelava-se a todos os sul-africanos para que apoiassem a luta pela obtenção de igualdade de direitos, políticos e sociais, para todos os sul-africanos. Particularmente criticadas eram as limitações impostas no acesso à terra e na livre circulação de pessoas.

Three Doctors' Pact, Joint Declaration of Cooperation, 9/03/47, 1 p.

<http://www.sacp.org.za/docs/history/dadoo-45.html>.

⁷⁵ Embora nunca tenha sido ilegalizado, como aconteceu com a grande maioria dos movimentos anti-*apartheid*, a verdade é que, a partir dos anos 60, as actividades do SAIC foram diminuindo de importância. Só nos anos 80 é que esta organização voltará a ter uma acção de relevo na cena política sul-africana. Muitos dos membros do SAIC assumiram posições de destaque, quer no ANC, quer no seu braço armado, o *Umkhonto we Sizwe*.

empreendida pelo seu novo presidente, Alfred Xuma, eleito em Dezembro de 1940. O seu primeiro grande objectivo foi o de criar uma organização forte e centralizada, de modo a evitar as divergências regionais que, ao longo dos tempos, tanto enfraqueceram a organização. Sob sua liderança, o ANC, eliminou a *House of Chiefs*, órgão representativo do poder tradicional, a qual se tinha provado totalmente ineficaz, especialmente desde que o governo desencorajou os Chefes a participarem nas actividades do ANC. Uma outra alteração importante foi a eleição, por voto directo e secreto, do Secretário Geral e do Tesoureiro da Organização.

Durante a II Guerra Mundial, Xuma criou um Comité de Intelectuais destinados a estudar a Carta do Atlântico e a preparar um documento que deveria ser apresentado nas Conferências de Paz. Este Comité, liderado pelo Professor da Universidade de Fort Hare, Z.K. Mathews, apresentou um documento final em que estavam referidas as exigências do ANC⁷⁶:

Freedom of the African People from discriminatory laws whatsoever, ao mesmo tempo que pedia *Adult Suffrage*, uma exigência mais ambiciosa do que as apresentadas em 1919 que se limitavam a pedir *Equitable representation* ou as apresentadas em 1923 que pediam *Equal rights for all civilized men*.

Apesar destes avanços do ANC, a maneira de dirigir o movimento não satisfazia as camadas mais novas. O ANC continuava a agir através de delegações, cartas públicas, acções que, para além de não mobilizarem a população negra sul-africana, não tinha efeitos práticos. Segundo Nelson Mandela⁷⁷, Xuma estimava o relacionamento que tinha conseguido estabelecer com as elites brancas e não queria pô-lo em causa com acções mais radicais.

Perante este estado de coisas, vários membros mais novos do ANC, pediram a Xuma o apoio para a criação de uma Liga Juvenil destinada a desenvolver acções com vista à mobilização popular. Para eles, a continuar com os métodos tradicionais de actuação, o ANC corria o risco de ser marginalizado. A liderança de Xuma rejeitou, de início, a ideia com o argumento de que organizações de massas podiam desembocar em violência.

Apesar desta oposição inicial, os promotores da ideia apresentaram-na no Congresso do ANC, realizado em Dezembro de 1943 em Bloemfontein, onde a ideia acabou por ser aceite. A criação, de facto, da *ANC Youth League* deu-se em 1944 com a eleição dos seus dirigentes. Anton Muziwakhe Lembede foi eleito Presidente, Oliver Tambo, Secretário-geral, Walter Sisulu, Tesoureiro, A.P. Mda, Jordan Ngubane, Lionel Majomboz, Congress Mbata, David Bogape e Nelson Mandela foram eleitos membros do Comité Executivo.

Reafirmando os objectivos propostos pelo ANC em 1912, a *Youth League*⁷⁸ pretendeu assumir-se como motor por detrás da luta pela libertação nacional. A *Youth League* chamou, desde logo, a atenção para o facto de um governo de minoria branca nunca poder vir a ser aceite pela maioria negra, tanto mais que este tipo de governo nunca se mostrou preocupado com os problemas e

⁷⁶ T.R.H. Davenport: *South Africa. A Modern History*, p. 346.

⁷⁷ Nelson Mandela: *Long Walk to Freedom*, p. 92.

⁷⁸ Podiam ser membros da *Youth League* todos os africanos e todos aqueles que vissem como e entre os africanos, de idades compreendidas entre os 12 e os 40 anos. Membros da *Youth League* com mais de 17 anos eram, automaticamente, membros do ANC.

anseios da população negra. Exemplo disso era toda a legislação discriminatória adoptada. Para o sucesso da luta, era essencial cativar o apoio das massas, coisa que até então, o ANC tinha sido incapaz de fazer.

Para a *Youth League* existiam duas correntes de nacionalismo africano⁷⁹:

Now it must be noted that there are two streams of African Nationalism. One centres around Marcus Garvey's slogan "Africa for the Africans". It is based on the "Quit Africa" slogan and on the cry "hurl the white man into the sea". This brand of African Nationalism is extreme and ultra-revolutionary. There is another stream of African nationalism (africanism) which is moderate, and which the Congress of Youth League professes. We of the Youth League take account of the concrete situation in South Africa, and realise that the different racial groups have come to stay. But we insist that a condition for inter-racial peace and progress is the abandonment of white domination, and such a change in the basic structure of South Africa society that those relations which breed exploitation and human misery will disappear.

Importante nesta declaração da *Youth League* é o reconhecimento da realidade sul-africana, ou seja, de uma sociedade multirracial. Ao mesmo tempo que pretende aprofundar a luta, não excluem que da mesma façam parte brancos, sublinhando assim o carácter não racial e a política não racista do ANC. Esta tomada de posição do ANC será fundamental para credibilizar a sua posição, embora lhe venha, como veremos, a provocar problemas internos.

Embora se considerasse a possibilidade de, em alguns aspectos, se poder recorrer a ideologias estrangeiras, a *Youth League* apenas o defendia excepcionalmente. Esta rejeição das ideologias estrangeiras era um recado indirecto ao CPSA. Uma vez que o comunismo era visto como uma ideologia estrangeira, os líderes da *Youth League* rejeitaram linearmente a adopção do comunismo como ideologia do movimento. Lembede achava que o CPSA estava dominado por brancos, o que minaria a autoconfiança e a iniciativa africana. Esta tomada de posição da *Youth League* face ao comunismo é importante, uma vez que, anos mais tarde, o ANC vai ser acusado de ser um movimento comunista. Esta identificação do ANC com o comunismo, será utilizada pelo regime do *apartheid* tanto na esfera interna, com vista a mobilizar a população branca em seu apoio, como na esfera externa, com o objectivo de obter o apoio do mundo ocidental.

Para além da criação da *Youth League*, a acção do ANC também foi fortalecida através da criação da *African National Congress Women's League* (ANCWL). Em 1931, a *Bantu Women's League* foi reconhecida como a secção feminina do ANC, tendo sido sua primeira Presidente Charlotte Maxeke. Em 1943, as mulheres foram oficialmente admitidas como membros do ANC. A ANCWL foi formalmente criada em 1948⁸⁰. Para além da luta contra o regime de *apartheid*, a ANCWL levou a cabo uma luta dentro do ANC com o objectivo de obter, por parte da liderança do movimento, o reconhecimento da importância da luta das mulheres

⁷⁹ *Union in Action. A Short History of the African National Congress, 1912-1982*, p. 21.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/unity.html>

⁸⁰ *ANC Women's League*, 1 p.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/congress/saic.html>.

2.11. A *Freedom Charter*

O pós II Guerra Mundial trouxe consigo importantes alterações, externas e internas, para a África do Sul. O novo ambiente internacional, favorável ao princípio da autodeterminação dos povos, significou uma importante alteração nas mentalidades, que já não aceitavam a existência de doutrinas que defendessem a supremacia de um grupo sobre os outros. A independência da Índia, em 1947, fortaleceu as convicções daqueles que pretendiam opor-se à crescente discriminação imposta pelo governo sul-africano. Internamente, a vitória do NP em 1948 fez com que as populações não brancas sentissem a necessidade, quer de uma maior união e coordenação entre elas, quer a necessidade de enveredar por outras formas de oposição mais eficazes.

A resposta do ANC à vitória do NP foi o seu Programa de Acção apresentado em 1949, fortemente influenciado nas ideias da *Youth League*. Este Programa apelava à libertação do domínio branco e ao direito dos africanos à autodeterminação. Para alcançar estes objectivos, apelava-se aos boicotes, greves e desobediência civil. Apesar das reservas manifestadas pela ala mais velha do ANC, o Programa foi aceite pelo ANC, acabando por ser implementado por J. S. Moroka, após a sua eleição, em 1949, como líder do partido. A adopção deste Programa marcou a ruptura com as políticas conciliadoras do ANC das décadas anteriores. O ANC, influenciado pela *Youth League*, acabou por aceitar a necessidade de se ter de combater a segregação, mobilizando a população através de meios mais radicais

A resistência ao NP fazia-se sentir em duas frentes. Por um lado tínhamos a resistência das populações rurais, preocupadas com a perda de direitos que o regime do *apartheid* lhes impunha. As medidas adoptadas no âmbito da posse da terra, que limitavam o direito dos africanos a possuírem terras foi a razão central da contestação. A deslocação de população ao abrigo do *Group Areas Act*, também serviu para demonstrar a resistência da população negra. Também a questão dos Passes, e o alargamento da sua obrigatoriedade às mulheres, foi motivo de contestação.

Um outro foco de contestação teve por base as populações urbanas. Face à institucionalização do *apartheid*, o ANC decidiu iniciar, juntamente com *South African Indian Congress*, a partir de 1951, uma campanha de contestação massiva às leis discriminatórias. Esta decisão traduziu-se na convocação, a 26 de Junho de 1952, da *Defiance Campaign Against Unjust Laws*. Esta Campanha, que foi implementada como parte do Programa de Acção de 1949, apelou a campanhas de desobediência civil. A *Defiance Campaign* começou nos centros urbanos à volta de Joanesburgo e *Port Elizabeth*, levando à prisão de muitos dos activistas acusados de violarem as leis segregacionistas em vigor, como por exemplo, utilizarem equipamentos sociais ou serviços reservados a brancos. Os participantes na Campanha preferiram ser presos a pagar as multas relativas às leis violadas, situação que acabou por encher as prisões sul-africanas. O momento mais alto da campanha deu-se em Setembro de 1952, quando 2.500 pessoas foram presas.

A *Defiance Campaign* terminou em 1953 devido às posições do governo sul-africano, que declarou recolher obrigatório e prendeu vários dos líderes desta Campanha.

Embora a *Defiance Campaign* não tenha conseguido alterar a situação, nem continuar as suas actividades, não se pode considerar que ela tenha fracassado nos seus intentos. A sua aplicação teve consequências importantes para o movimento anti-*apartheid*. Por um lado a enorme visibilidade de que o ANC foi alvo fez com que houvesse uma adesão em massa ao movimento⁸¹, por outro, a *Defiance Campaign* serviu para chamar a atenção da Sociedade Internacional para a situação que se vivia na África do Sul, contribuindo para um gradual e maior envolvimento desta na situação sul-africana. Uma outra consequência da *Defiance Campaign* foi a criação do *Congress of Democrats*⁸². Esta organização, criada em 1953, era composta maioritariamente por brancos que se reviam na luta do ANC e que pretendiam apoiar este movimento nas suas diversas iniciativas.

O fim forçado da *Defiance Campaign* e a confortável vitória eleitoral do NP nas eleições de 1953, obrigaram a uma revisão da estratégia adoptada⁸³ pelos activistas anti-*apartheid*.

Meses após a eleição de Albert Luthuli como Presidente do ANC, o Professor Z.K. Mathews⁸⁴ regressou à África do Sul. Num discurso proferido na Conferência Anual do ANC na Cidade do Cabo afirmou⁸⁵:

I wonder whether the time has not come for the African National Congress to consider the question of convening a national convention, a Congress of the People, representing all the people of this country irrespective of race or colour, to draw up a FREEDOM CHARTER for the democratic South Africa of the future.

Esta intervenção foi extremamente importante para o futuro do ANC. Para além de estar na origem da criação da *Freedom Charter*, vai deixar implícito que na luta do ANC existe lugar não só para os negros, como também para qualquer pessoa, independentemente da sua raça, ou seja, afasta eventuais dúvidas sobre a possibilidade dos brancos poderem ou não aderir ao ANC.

Com base nestas ideias surgiu o *Congress Alliance*, que mais não era do que uma frente comum de organizações contra o regime vigente na África do Sul. Faziam parte do *Congress Alliance*, o ANC, o SAIC, o CPO, o COD e, após 1955, a poderosa central sindical *South African Congress of Trade Unions (SACTU)*⁸⁶.

⁸¹ Entre 1951 e 1953 o ANC passou de 7 mil membros para 100 mil. Nigel Woden, *op. cit.*, p. 100.

⁸² Entre os seus membros destacaram-se figuras como Ruth First e Joe Slovo.

⁸³ A necessidade da revisão da estratégia ficou a dever-se ao facto da *Defiance Campaign* ao ter tido uma enorme visibilidade, ter assustado o governo sul-africano, o qual a utilizou como pretexto para impôr leis muito mais duras sobre a população negra. Anthony Sampson: *Mandela. The Authorised Biography*, pp. 67-75.

⁸⁴ Professor da Universidade de Fort Hare, Z. K. Mathews era uma referência dentro do ANC. Em 1943 já tinha liderado o Comité de Intelectuais, criado por Xuma.

⁸⁵ Nelson Mandela, *op. cit.*, p. 158.

⁸⁶ O SACTU foi criado a 3 de Março de 1955 em Joanesburgo. Juntou 34 sindicatos, passando a representar cerca de 42 mil membros. Pela primeira vez na história da África do Sul, trabalhadores africanos, mestiços, indianos e brancos uniram-se numa base igualitária. Nelson Mandela: *In Our Lifetime*, p. 2.

Tendo como ponto de partida a intervenção do Professor Mathews, o *Congress Alliance* decidiu criar o *Council of Congress of the People* destinado a preparar uma reunião em que fossem adoptados os princípios básicos que deveriam governar uma África do Sul democrática e não racial. Com a finalidade de oscultar as populações, membros do ANC percorreram todo o país com o objectivo de ouvirem as populações, recolhendo as suas opiniões, queixas e anseios.

O conjunto dessas opiniões, serviu para ajudar a criar a *Freedom Charter*, documento essencial na história do ANC. A *Freedom Charter*⁸⁷ foi adoptada a 26 de Junho de 1955 em Kliptown, nos arredores de Joanesburgo. Apresentava as exigências básicas do povo sul-africano para um país democrático. Em 1956, o ANC adoptou formalmente a *Freedom Charter* como programa de uma África do Sul libertada.

A *Freedom Charter* começa por afirmar que a África do Sul pertence a todos, considerando que o então governo sul-africano se caracterizava pela injustiça e desigualdade.

Em termos genéricos, a *Freedom Charter* enunciou uma série de reivindicações, nos mais diversos campos, consideradas como metas a alcançar por um governo democrático e justo. A *Freedom Charter* defendia que a África do Sul deveria ser uma sociedade não racial, com nenhum grupo racial a ter especiais privilégios ou direitos.

No capítulo económico, determinadas partes do documento foram vistos como favoráveis à nacionalização dos bens, o que desde logo foi entendido como uma aproximação às teses marxistas. Esta questão era particularmente importante no que dizia respeito à riqueza mineral e à posse da terra⁸⁸:

The mineral wealth benedh the soil, the banks and monoploly industry shall be transferred to the ownership of the people.

Restrictions of land ownership on the racial basis shall be ended, and all the land re-divided amongst those who work it to banish famine and land hunger.

A *Freedom Charter* termina reafirmando a vontade e a disponibilidade dos membros do ANC de lutarem, durante o tempo que for preciso, até obterem as exigências apresentadas.

Este documento teve uma influência determinante na luta do ANC contra o regime sul-africano, uma vez que esclareceu a posição do movimento face à questão racial, tema central no desenvolvimento dos acontecimentos na África do Sul. O próprio Mandela chamou a atenção para este facto, afirmando que⁸⁹:

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history7campaigns/cop/freedom-in-our-lifetime.html>.

Uma das campanhas mais importantes da SACTU foi a campanha de “£ 1 a day”, que exigiu o pagamento de pelo menos 1 libra de ordenado mínimo diário para todos os trabalhadores.

⁸⁷ Ver a *Freedom Charter* nos Anexos.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ Nelson Mandela: *In Our Lifetime*, p. 1.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history7campaigns/cop/freedom-in-our-lifetime.html>.

For the first time in the history of our country, the democratic forces irrespective of race, ideological conviction, party affiliation or religious belief have renounced and discarded racialism in all its ramifications, clearly defined their aims and objects and united in a common programme of action.

A *Freedom Charter* não foi apenas uma mera lista de exigências a favor de uma reforma democrática. Foi um documento revolucionário, precisamente pelo facto de deixar claro que as mudanças que defendia não poderem ser alcançadas sem o fim da situação económica e política então vigente. O apelo ao fim dos monopólios mineiros, bancários e agrícolas, embora fosse visto como um duro golpe nos grupos económicos, era condição indispensável para uma melhoria da distribuição e consequente aumento do nível de vida da população.

Esta tomada de posição foi entendida por muitos como uma aproximação à ideologia marxista⁹⁰. Porém, o próprio Mandela se apressou a desfazer mal entendidos. Segundo ele, a ideologia marxista implicava que o estado e os trabalhadores detinham todos os factores de produção e que toda a produção era para o consumo e não para criar lucro, no entanto, a *Freedom Charter* não visava uma alteração económica tão profunda. Quando foi referido na *Freedom Charter* que *The People Shall Govern*, não significava que o poder político deveria ser transferido apenas para uma classe social, mas sim para o conjunto da população.

A *Freedom Charter* passou a ser o programa oficial de luta de todas as organizações participantes no *Congress of the People*. Após algumas reticências iniciais, também o SACP acabou por aceitar a *Freedom Charter* como linha de acção.

A adopção da *Freedom Charter* foi mal recebida pelas autoridades sul-africanas, as quais iniciaram uma campanha de perseguição aos membros do ANC. Tendo sido incapazes de evitar o *Congress of the People*, o governo resolveu perseguir os organizadores, acusando-os de conspirarem para derrubar o governo. Assim, em 1956, dezenas de figuras destacadas do ANC, entre elas, Albert Luthuli, Nelson Mandela, Oliver Tambo e Walter Sisulu, foram presas e acusadas de traição, num processo que se arrastou por cinco anos, mas que culminou com a retirada das acusações e a libertação dos acusados.

Toda a década de 50 foi marcada por protestos de dimensão e amplitude nunca antes vistos. Em certa medida isto deveu-se ao desenvolvimento lógico de tudo aquilo que se tinha verificado na década anterior, nomeadamente o crescimento da população urbana africana, o seu emprego nas indústrias e o aparecimento de sindicatos fortes. Mas, acima de tudo, o incremento na contestação deveu-se à criação e à aplicação sistemática de legislação discriminatória.

A contestação passou a fazer-se sentir em todos os sectores da sociedade, liderada por uma série de organizações onde, como vimos, se destacava o ANC. Este movimento mostrou uma

⁹⁰ Razão pela qual o *Liberal Party*, pequeno partido criado no seio da população branca em 1953 e que se opunha ao *apartheid*, se distanciou da *Freedom Charter*. Embora se opusesse ao regime vigente, o Partido Liberal apostava na oposição legal ao NP, pouco a pouco foi radicalizando a sua actuação. A sua aceitação no seio da população negra foi sempre muito pequena. Dos poucos africanos que conseguiu atrair para o seu seio foi Jordan Ngubane, membro fundador da *Youth League* do ANC, que abandonou o movimento devido à aproximação deste à ideologia marxista.
Tom Lodge, *op.cit.*, p. 87.

capacidade de intervenção considerável, caracterizando-se por ter várias correntes, dentro de si, nomeadamente a *Youth League* e a ANCWL, cada uma delas com modos de actuação autónomos.

Exemplo desta enorme capacidade de intervenção, e simultaneamente de autonomia, foi a campanha contra o alargamento dos Passes às mulheres organizada pela ANCWL. Em finais de 1955, o governo sul-africano decidiu que todas as mulheres africanas deveriam, a partir de Janeiro de 1956, ser obrigadas a transportar um Passe, à semelhança do que acontecia com a população masculina. Este documento servia para limitar e controlar os movimentos da população negra. Mal o governo sul-africano anunciou esta medida, surgiu imediatamente uma onda de contestação por parte das mulheres africanas.

A 9 de Agosto de 1956, 20 mil mulheres marcharam sobre os *Union Buildings*, sede do governo, em Pretória em protesto contra a aplicação desta medida⁹¹. Esta reacção teve, no imediato, algum sucesso, mas a médio prazo acabou por fracassar nos seus intentos, uma vez que o governo ameaçou com despedimentos as mulheres que se recusassem a andar com um passe.

2.12. A Criação do *Pan Africanist Congress (PAC) of Azania*

À medida que o ANC se assumia cada vez mais como o movimento líder na oposição ao regime de *apartheid*, internamente começou-se a sentir a existência de alguns desentendimentos, sobretudo no modo como essa oposição era conduzida. As divergências faziam-se sentir entre uma facção conotada com a presidência de Albert Luthuli e defensora da *Freedom Charter* e uma outra crítica e mais radical, defensora do Africanismo e crítica da *Freedom Charter*.

O grupo Africanista encontrava o seu apoio nos membros da *Youth League*, nomeadamente na zona de Orlando⁹². Os membros deste grupo criticaram a *Freedom Charter* por esta se afastar da ideia de Anton Lembede de que apenas os africanos eram donos da África do Sul. Após a morte de Lembede em 1947, os seus ideais passaram a ser defendidos por Potlako Leballo, líder da secção de Orlando da *Youth League*.

Este grupo tinha duas grandes divergências com a linha presidencialista de Luthuli. A primeira tinha a ver com o papel dos brancos dentro do ANC. Para os Africanistas, os brancos simpatizantes do ANC tinham influenciado a seu favor o ANC, influência bem visível na *Freedom Charter*. Para eles a adopção do multirracismo pelo ANC só servia para perpetuar a subserviência e dependência psicológica da população negra em relação aos brancos. Assim sendo, a luta do ANC deveria ser levada a cabo e conduzida apenas por africanos, rejeitando a associação com outros movimentos anti-*apartheid* não negros. Esta posição chocava com a posição oficial do ANC que defendeu a colaboração com outras organizações anti-*apartheid* como o COD, o SACP e o *Liberal Party*, todos eles maioritariamente compostos por brancos.

⁹¹ [The Demand of the Women of South Africa for the Withdrawal of Passes for Women and the Repeal of African Passes](http://www.anc.org.za7ancdoc/history/women7petition560809.html), 9/08/56, 2 pp.

⁹² Orlando era uma das *Townships* de Joanesburgo. Mais tarde foi incluída no *South-Western Townships* (SOWETO).

A segunda divergência andava à volta da espontaneidade. Para a direcção do ANC, os movimentos espontâneos que iam surgindo na sociedade contra o *apartheid*, deveriam ser devidamente enquadrados e direccionados de acordo com o previsto quer no Programa de Acção, quer na *Freedom Charter*, uma vez que era essencial a coordenação da luta de modo a torná-la mais eficaz. Os Africanistas argumentavam que esses movimentos deveriam seguir, com um mínimo de orientação, o seu carácter espontâneo na sua acção.

Este choque entre estas duas posições tornou o seu relacionamento irreconciliável, culminando na secessão do grupo Africanista. Os secessionistas formaram um novo partido, em Abril de 1959, o *Pan Africanist Congress (PAC) of Azania*.

A presidência do novo movimento foi entregue a um antigo dirigente da *Youth League*, Robert Sobukwe⁹³, cabendo o cargo de Secretário Nacional a Potalke Leballo. Este novo Movimento defendeu a ideia de que os africanos deveriam tomar nas suas mãos o seu destino e não deveriam contar com o apoio de outros grupos raciais na resolução dos seus problemas. Para o PAC, o ANC tinha-se mostrado muito moderado e comprometido com os outros grupos raciais, nomeadamente com os brancos, posição essa que para além de retardar a vitória da maioria negra, podia, inclusive, comprometê-la.

No seu discurso inaugural como Presidente do PAC, Robert Sobukwe defendeu um governo de africanos para africanos. Para ele, Africano era todo aquele que era leal a África. Esta definição ambígua deixava aberta a hipótese dos brancos serem considerados africanos e, conseqüentemente, poderem aderir ao PAC. Porém, na prática o PAC excluía qualquer hipótese de adesão de brancos. A posição do PAC em relação aos brancos era de clara hostilidade, a qual, como veremos, se irá agravar com o tempo. Para Sobukwe a adesão dos brancos ao seu movimento era difícil pelo seguinte⁹⁴:

Whites benefit materially from the present set-up, and cannot completely identify themselves with the cause.

O PAC, ao contrário do ANC, rejeitou o multirracismo na sociedade sul-africana, uma vez que tal hipótese implicaria *insuperable differences between various national groups and tried to safeguard minority interests*⁹⁵.

O Manifesto do PAC⁹⁶ visou promover o conceito e a ideologia Pan-Africanista, promovendo a unidade de todos os povos de África. Este objectivo aproximava-se muito dos ideais de Pan-Africanismo defendidas pelo Presidente do Gana, Kwame Nkrumah. Aliás, as Conferências de

⁹³ Robert Mangaliso Sobukwe foi um dos membros mais destacados da Youth League, chegando a ser Secretário Nacional desta organização. Identificado com o grupo Africanista foi editor do jornal do ANC The Africanist. Robert Sobukwe morreu em 1978 em Kimberley.

⁹⁴ Robert Sobukwe citando em Tom Lodge: *Black Politics in South Africa since 1945*, p. 84.

⁹⁵ *Idem*, p. 85.

⁹⁶ The *Pan Africanist Congress of Azania*.
<http://www.paca.org.za/panhist.htm>.

Accra⁹⁷, a dos Estados Independentes de África e a dos Povos de África, ambas realizadas em 1958, tiveram muita influência na formação do PAC.

⁹⁷ A Conferência dos Estados Independentes de África, realizada em Abril de 1958, e a Conferência dos Povos de África, realizada em Dezembro de 1958, foram ambas realizadas em Accra, no Gana, sob o patrocínio de Kwame Nkrumah. Em ambas as Conferências, Nkrumah quis conseguir apoios para as suas teses de Pan-Africanismo que visavam a Unidade Africana e a conseqüente criação dos “Estados Unidos de África”. As reacções foram diferentes. Os participantes na Conferência dos Estados Independentes, mostraram-se mais renitentes a aceitar essa unidade, que implicaria que cedessem as suas soberanias recentemente adquiridas. Nesta Conferência reinou uma visão mais realista que favorecia uma unidade gradual e a longo prazo. Na Conferência dos Povos de África, os participantes eram representantes de Movimentos de Libertação que necessitavam de apoio para as suas lutas, sendo natural a sua maior disponibilidade em aceitar a ideia de Nkrumah. Nesta segunda Conferência reinou uma visão mais idealista, que não excluía a Unidade Africana.

CAPÍTULO III

A CONSOLIDAÇÃO DO APARTHEID REACÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

3.1. O Massacre de Shaperville

Logo após a sua criação, a liderança do PAC sentiu a necessidade de se dar a conhecer à população negra, ao mesmo tempo que pretendia demonstrar ser um movimento mais activo e distinto do ANC. Uma das vantagens iniciais do PAC foi a de entender e capitalizar a frustração existente no seio das populações das *Townships*, especialmente da zona do Rand e do Cabo Ocidental. Nesse sentido, o PAC organizou, em Março de 1960, uma campanha nacional intitulada *No Bail, No Defence, No Fine*, contra a obrigatoriedade da utilização de Passes pela população negra. Esta campanha foi levada a cabo em frente às esquadras de polícia um pouco por todo o país, com o objectivo de desafiar as autoridades a prender os manifestantes.

A 21 de Março, em Shaperville⁹⁸, durante uma dessas demonstrações, os acontecimentos precipitaram-se, com a polícia a reagir às provocações dos manifestantes e a abrir fogo sobre estes. No rescaldo do confronto, 67 manifestantes foram mortos e 186 ficaram feridos⁹⁹, muitos deles atingidos nas costas. Este acontecimento marcou uma nova fase de contestação interna ao regime sul-africano, a qual começou a contar com o apoio da Sociedade Internacional, que, de certo modo, passou, a partir deste momento, a preocupar-se mais com a situação sul-africana.

O clima de contestação continuou com uma marcha em direcção ao Parlamento sul-africano na Cidade do Cabo. O governo sul-africano, já liderado por Hendrik Frensch Verwoerd¹⁰⁰, reagiu declarando, a 30 de Março, o estado de emergência¹⁰¹ e ilegalizando o ANC e o PAC.

A instabilidade causada pelos acontecimentos de Shaperville, juntamente com a declaração do estado de emergência, provocaram graves consequências económicas para o país. A confiança dos investidores foi abalada, levando à fuga de capitais. Apesar deste clima de instabilidade política e económica, a vontade do governo sul-africano em avançar com a política de *apartheid* não foi abalada.

⁹⁸ *Township* na área industrial de Vereeniging a sul de Joanesburgo.

⁹⁹ T.R.H. Davenport: South Africa. A Modern History, p. 395.

¹⁰⁰ O Primeiro-Ministro Strijdom morreu a 24 de Agosto de 1958, tendo sido substituído por Verwoerd, antigo Ministro dos Assuntos Nativos.

¹⁰¹ O estado de emergência vigorou até 31 de Agosto de 1960. Porém, em Novembro desse ano, foi reinstalado no Transkei devido a distúrbios registados nessa zona.

Como resultado da aplicação das teses do desenvolvimento separado, a África do Sul apresentava-se não como uma sociedade multirracional, mas como uma sociedade com várias nações. Consequentemente, o objectivo da África do Sul branca era o de proceder à descolonização das várias nações africanas que viviam em território sul-africano. Cada uma dessas nações passaria a ter o seu próprio território e população.

A campanha de críticas contra o governo sul-africano foi ignorada por Pretória que aumentou o aparelho repressivo, não só em homens e equipamentos, mas também em disposições legais que o tornassem mais eficaz. Particularmente importante no capítulo legislativo foi a adopção, em 1963, do *General Law Amendment Act* que concedia à polícia o poder de efectuar detenções sem culpa formada e permitia-lhe manter os prisioneiros em isolamento¹⁰². Desde a sua subida ao poder em 1948, o NP estava empenhado em reforçar o aparelho policial e militar do estado. Este reforço foi acompanhado por uma política de profunda transformação das chefias militares através da implementação de uma política de discriminação positiva, *Affirmative Action*, destinada a promover oficiais *africânderes* marginalizando os anglófonos. Em 1957, através do *Defence Act* n° 44 a *Union Defence Force* (UDF) deu lugar à *South African Defence Force* (SADF)¹⁰³. A proclamação da República e o crescente mau relacionamento com a GB, obrigou o governo sul-africano a enveredar pela criação de indústrias militares, com vista a reduzir a dependência do exterior, nomeadamente da GB.

3.2. Verwoerd e a 2ª fase do *Apartheid*: Os Bantustões e a República

Com a subida de Verwoerd ao poder, o *apartheid* entrou na sua fase de real implementação. Nesta fase, em que o *apartheid* se caracterizou por um maior radicalismo, o número de apoiantes no seio da população branca aumentou. A explicação para esta realidade deriva do facto de Verwoerd ter passado a apresentar o *apartheid* como uma ideologia de salvação nacional, dando-lhe uma dimensão moral. Esta conotação moral tornou o *apartheid* mais aceitável para muitos *africânderes*, que, à partida, se tinham distanciado dele por motivos religiosos. O argumento de que era errado os brancos governarem os negros, e de que estes últimos deveriam viver nas suas áreas tradicionais de acordo com os seus costumes, conquistou os mais cépticos.

Para fortalecer a sua argumentação, Verwoerd socorreu-se da Bíblia. Num discurso feito numa Igreja da Cidade do Cabo, Verwoerd afirmou quais eram as obrigações do poder branco¹⁰⁴:

We have a very fine position in South Africa, we've got land, we've got a country and we are obliged by the love Commandment to provide exactly the same to black people.

¹⁰² O *General Law Amendment* permitia à polícia deter suspeitos durante 90 dias sem culpa formada, não permitindo o acesso do detido a um advogado. Findos esses 90 dias, a polícia podia prolongar a detenção por mais 90 dias. Durante o período de detenção, nenhum Tribunal tinha o poder para determinar a libertação do detido, apenas o Ministro da Justiça detinha tal poder.

Nigel Worden: *The Making of Modern South Africa. Conquest, Segregation and Apartheid*, p. 108.

¹⁰³ Bill Sass: *The Union and South African Defence Force – 1912 to 1994*, p. 122.

¹⁰⁴ Patti Waldmeir: *Anatomy of a Miracle. The End of Apartheid and the Birth of a New South Africa*, p. 11.

O grande objectivo desta segunda fase do *apartheid* foi o de colmatar as falhas detectadas durante os anos 50, nomeadamente ao nível da aplicação da legislação criada e resolver o enorme desafio levantado pela criação das áreas de residência¹⁰⁵. Esta segunda fase foi marcada por duas grandes prioridades.

A primeira prioridade absoluta foi a criação dos Bantustões, que, para além da separação física das raças, visava acabar com os campos de barracas que tinham crescido à volta das principais cidades nas décadas de 30 e 40. Assim, de acordo com as determinações do *Group Areas Act*, tanto as zonas rurais como as zonas urbanas foram divididas por grupos raciais. Em cada uma das novas zonas criadas, apenas um grupo racial podia viver, o que implicava que os que ali habitassem, mas que não fossem do grupo escolhido, tinham que abandonar essa zona. Na prática esta deslocação atingiu particularmente a população negra¹⁰⁶.

O governo de Verwoerd reconheceu a existência de 10 Bantustões, pertencendo a 10 diferentes nações africanas. A cada uma delas foi-lhe dado o direito à autodeterminação nas suas áreas tradicionais. O objectivo era o de dar a ideia de que se estava a conceder direitos políticos à população negra, os quais só eram válidos nas suas respectivas áreas. A intenção última do regime sul-africano era o de conseguir, até 1978¹⁰⁷, integrar os milhões de negros que viviam na África do Sul nesses Bantustões, deixando os mesmos de ser cidadãos sul-africanos. Neste contexto, as *Townships* que rodeavam as cidades sul-africanas deixariam de existir. Conforme as necessidades de mão-de-obra, os negros poderiam entrar temporariamente na África do Sul branca com o estatuto de trabalhadores estrangeiros convidados, os quais voltariam ao seu estado findo o contrato.

Porém, como veremos mais à frente, estes Bantustões não tinham qualquer viabilidade económica. Para além da dispersão geográfica, em que os casos extremos eram o Bophuthatswana e o Kwazulu, como se pode constatar pelo Mapa II, os meios disponíveis para o desenvolvimento eram escassos. A terra era de má qualidade, obrigando a esmagadora maioria da população a ir trabalhar à África do Sul.

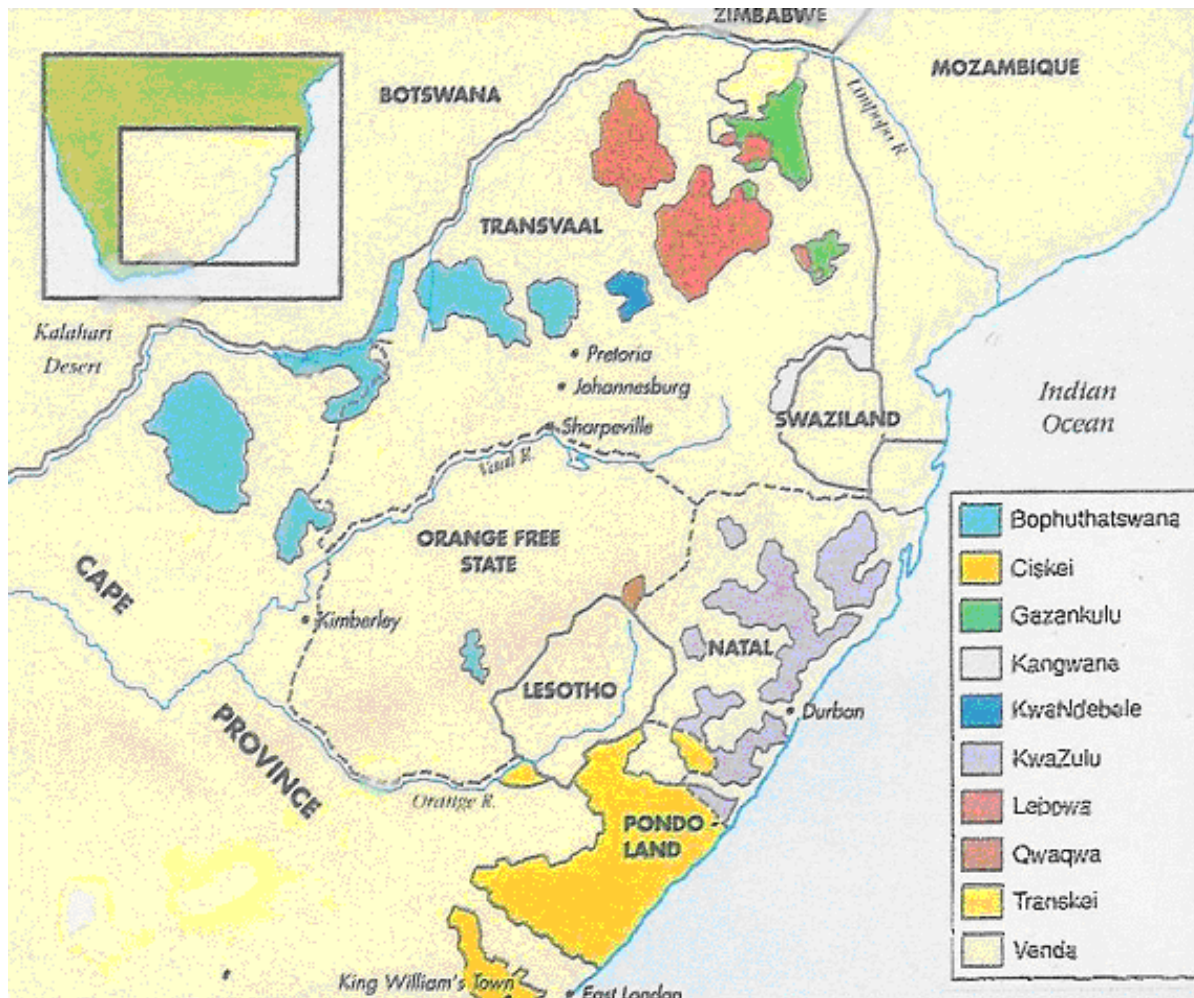
Os objectivos traçados à luz da política dos Bantustões, foram desde logo passados à prática. Assim, o território do Transkei foi autorizado em 1962 a avançar para a fase do governo autónomo, esperando que este caso servisse de exemplo aos outros Bantustões.

¹⁰⁵ Deborah Posel: *The Making of Apartheid, 1948-1961. Conflict and Compromise*, pp. 227-228.

¹⁰⁶ Calcula-se que entre 1963 e 1985, 3.5 milhões de negros se viram obrigados a abandonar as suas áreas de residência.
Rita Byrnes: *South Africa. Country Study*, p. 45.

¹⁰⁷ *Unity in Action. A Short History of The African National Congress 1912-1982*, pp. 16-17.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/unity.html>

Mapa II Distribuição Geográfica dos Bantustões



Esta decisão de Verwoerd surpreendeu os meios políticos sul-africanos, uma vez que poucos anos antes, na altura em que era Ministro dos Assuntos Nativos, ele tinha excluído a hipótese de independência dos Bantustões. Esta mudança de opinião ter-se-á ficado a dever às alterações que entretanto atingiram o continente africano com o início das descolonizações. O objectivo final de Verwoerd era o de criar uma espécie de Commonwealth sul-africana com os Bantustões independentes¹⁰⁸, a qual poderia incluir os protectorados britânicos na África Austral, ou seja, Basutolândia, Bechuanalândia e Suazilândia. O futuro destes territórios foi alvo de negociações entre Verwoerd e o Primeiro-Ministro britânico, Harold Macmillan, durante a visita deste último à África do Sul em 1959.

O projecto de criação destes Bantustões também foi utilizado por Verwoerd para retirar os últimos sinais de representação política da população não branca no Parlamento sul-africano,

¹⁰⁸ T.R.H. Davenport, *op.cit.*, p. 391.

justificando tal atitude com o facto destas populações poderem vir a gozar a plenitude dos seus direitos políticos nas novas entidades políticas.

A segunda grande prioridade desta fase foi a transformação da África do Sul numa República. A criação de uma República independente da GB era vista como a concretização de um velho sonho nascido no seio da nação *africânder* no século XIX. Para além de significar o fim de qualquer ligação a Londres, a proclamação da República tinha um sabor a vitória por parte dos *africânderes*, que viam nela a vingança pela sua derrota em 1902. Durante as décadas seguintes, o conflito que se tinha registado na África do Sul, não foi entre brancos e negros, mas sim entre *africânderes* e britânicos. Neste sentido, a proclamação da República foi vista como o culminar de uma libertação nacional por parte dos *africânderes*.

A possibilidade de este sonho *africânder* se concretizar ganhou novo impulso em 1948 com a vitória eleitoral do NP. Logo nessa altura, os novos dirigentes sul-africanos mostraram ser sua intenção recuperar o ideal republicano. Numa entrevista concedida ao jornal sul-africano *Cape Times*, a 18 de Novembro de 1948, o futuro Primeiro-Ministro Strijdom deixou claras as intenções do novo executivo ao afirmar que o objectivo último do NP era a proclamação da República¹⁰⁹.

O propósito de se avançar para a proclamação da República surgiu a 19 de Janeiro de 1960, iniciando um período de mau relacionamento com a GB, cuja Rainha era, formalmente, até então a Chefe de Estado da África do Sul. Em Fevereiro desse ano, Harold Macmillan demonstrou o mau estado do relacionamento entre os dois países. Num discurso proferido no Parlamento sul-africano, o Primeiro-Ministro britânico, impressionado com a força do nacionalismo africano, chamou a atenção das autoridades sul-africanas para a importância dos Ventos de Mudança que estavam a assolar o continente africano. Macmillan advertiu a elite sul-africana para a necessidade de se adaptar aos novos tempos, avisando simultaneamente que a política do *apartheid* não seria apoiada pela GB.

Independentemente das críticas britânicas, Verwoerd decidiu convocar um referendo, apenas para brancos incluindo os do Sudoeste Africano. O resultado final do referendo, realizado a 5 de Outubro de 1960, deu uma vitória aos adeptos da República, embora por uma escassa margem¹¹⁰, o que revelava a profunda divisão existente no seio da população branca. Apesar desta clivagem a adopção da República foi utilizada pelo governo sul-africano com vista a unificar a população branca, ao mesmo tempo que também se queria clarificar a posição de muitos brancos anglófonos.

Com vista a obter a tal unidade, o governo tentou elaborar uma nova constituição que não fosse vista como demasiada *africânder* e que consequentemente afastasse os anglófonos. Para muitos brancos anglófonos a proclamação da República foi vista com pesar, uma vez que cortava oficialmente a ligação que ainda tinham à GB, já que os obrigava a escolher entre permanecerem britânicos ou passarem a ser cidadãos sul-africanos. No entanto, muitos

¹⁰⁹ Brian Bunting: *The Rise of the South African Reich*, p. 194.

¹¹⁰ O Sim à República ganhou com 52.14% dos votos contra 47.42 % do Não. A diferença foi de apenas 74.580 votos.
W.J. de Kock: *História da África do Sul*, p. 52.

anglófonos apoiaram Verwoerd, pois não concordavam com o discurso de Macmillan sobre os Ventos de Mudança e com a descolonização britânica.

A decisão de se converter numa República, deixou a África do Sul numa posição incómoda dentro da Commonwealth. Essa situação não derivava tanto do facto de agora ser uma República, alguns estados membros como a Índia e o Paquistão também o eram, o problema tinha mais a ver com o relacionamento com os outros parceiros da Commonwealth. Até agora, a África do Sul, pelo facto de estar institucionalmente ligada à GB, gozava de alguma protecção contra as críticas dos estados membros. Embora não depositando grandes esperanças na possibilidade de permanecer na Organização, Verwoerd aceitou participar na Conferência da Commonwealth que se realizou em Londres em Março de 1961. A onda de críticas, lideradas pela Índia de Pandit Jawaharlal Nehru, e expressas pela maioria dos estados membros face à política interna sul-africana, fez com que a África do Sul se retirasse voluntariamente da Commonwealth.

A 31 de Maio de 1961 foi proclamada a República, passando o país a ser designado oficialmente por República da África do Sul (RAS). Um Presidente passou a assumir os mesmos poderes formais que anteriormente eram atributo do Governador-Geral. Não foi feita qualquer tentativa para se voltar à fórmula de um Presidente com poderes executivos, como já tinha existido nas Repúblicas *Boeres* antes de 1902. C.R. Swart foi nomeado primeiro Presidente da República sul-africana

A proclamação da República inaugurou a era áurea do *apartheid*, em que o NP controlava efectivamente o país e gozava na região de uma situação confortável, não temendo os Ventos de Mudança que atingiam o continente africano. Esta situação regional derivava, em grande medida, da existência de outros regimes de minoria branca, Angola, Moçambique e Rodésia, que, em conjunto com os sul-africanos, conseguiam controlar o expansionismo do nacionalismo africano. Apesar do aumento da hostilidade internacional face ao regime sul-africano, na prática Pretória podia contar com o apoio das principais potências ocidentais que, embora publicamente apoiassem as críticas, não estavam dispostas a deixar cair o regime sul-africano.

Esta confortável posição do regime sul-africano também derivava de uma situação de claro enfraquecimento da oposição interna, nomeadamente ANC e PAC, que ficaram muito fragilizados pela sua ilegalização.

3.3. O ANC na Clandestinidade. As Ligações ao SACP

Proibidos de agirem na legalidade, tanto o ANC como o PAC atravessaram um período de alguma desorientação. As necessidades de se adaptarem aos tempos da clandestinidade não foram fáceis. Para além dos óbvios problemas decorrentes da nova situação, dentro de ambos os movimentos havia um debate intenso sobre novos modos de actuação. Numerosos membros dos dois movimentos defendiam a necessidade de se optar pela luta armada. A ilegalização, e a conseqüente impossibilidade de agir pacificamente, aumentaram os argumentos daqueles que defendiam a utilização de meios violentos de actuação.

A ilegalização do ANC teve repercussões sobre o movimento anti-*apartheid*. O enfraquecimento do ANC fez com que o *Congress Alliance*, de quem o ANC era o movimento dirigente, entrasse numa fase de declínio. Os dois principais membros, ANC e SACP estavam ilegalizados, o *Congress of Democrats* também o foi, o que levantou o problema da liderança da aliança. Ainda se pôs a hipótese de algum dos membros ainda na legalidade, SAIC, o CPC ou o SACTU assumirem a liderança, o que não veio a acontecer, acabando o *Congress Alliance* por deixar de existir.

Devido ao facto de existir há mais tempo e ter mais membros, o ANC foi particularmente afectado pela decisão do governo de ilegalizar estes movimentos. O PAC devido a sua recente criação, tinha um número pequeno de membros e uma estrutura bem menor.

A ilegalização do ANC não constituiu totalmente uma surpresa. A ilegalização do CPSA em 1950 ao abrigo do *Suppression of Communist Act* serviu de aviso. Mais tarde, as restrições impostas a vários membros do ANC, como foi o caso do Presidente Luthuli, que ficou limitado à sua aldeia de Groutville, na província do Natal, ou o Vice-Presidente Oliver Tambo, limitado a Joanesburgo, também serviram de alertas. Porém, apesar destes avisos, o ANC não se preparou convenientemente para a eventualidade de poder vir a ser ilegalizado.

A decisão de ilegalizar o ANC acabou por apanhar a maioria dos seus líderes de surpresa, muitos dos quais nunca julgaram que o governo chegasse a este ponto. Embora confrontados com o facto do movimento só poder agir na clandestinidade, o problema que se punha à liderança do ANC era o de não saber como agir nestas circunstâncias, o que explica a desorientação inicial. O facto do ANC ser um movimento de massas dificultava ainda mais a sua actuação nestas novas condições. Os seus líderes estavam habituados a participar em grandes concentrações humanas e a ter uma enorme exposição pública. Passar de um extremo ao outro, ou seja, passar agir com a maior discrição possível, não era uma tarefa fácil.

Na adaptação à nova situação foi essencial o apoio dos membros do SACP, muitos dos quais eram simultaneamente membros do ANC, habituados já a anos de clandestinidade. Mal o governo de Pretória anunciou a ilegalização do ANC, o movimento criou um comité de emergência liderado por Moses Kotane, Secretário Geral do SACP, o qual tornou público um comunicado em que se afirmava a disponibilidade do ANC continuar a existir e a resistir.

A presença de membros do SACP no seio do ANC começou a ser mais visível a partir da adopção do *Suppression of Communist Act* em 1950. Antes dessa data, as ligações entre o ANC e o SACP não eram pacíficas, uma vez que muitos membros do ANC eram declaradamente anti-comunistas. Em meados dos anos 40, Oliver Tambo, ele próprio um anti-comunista, então líder da *Youth League* do ANC, chegou a propor a expulsão dos comunistas do Movimento. Para Tambo, a ilegalização do SACP em 1950 foi um marco decisivo no relacionamento entre as duas organizações¹¹¹:

Before 1950 there was the feeling that there are two camps; some belong to one, some to the other. But after 1950 we were all together and when we discussed politics we never thought of the differences in our philosophies. We were all equals deciding what to do.

¹¹¹ Vladimir Schubin: *ANC. A View from Moscow*, p. 12.

Para Tambo, era necessário reagir a esta decisão do regime sul-africano, afirmando que¹¹² *Today is the Communist Party. Tomorrow it will be our trade unions, our Indian Congress, our African People's Organisation, our African National Congress.*

Após a sua ilegalização em 1950, o SACP dissolveu-se para ressurgir em 1953, embora não tivesse publicitado o seu renascimento¹¹³. O momento escolhido para publicitar a sua existência surgiu após o massacre de Shaperville. A estrutura dirigente, escolhida em 1958, era composta por um Comité Central constituído por 15 membros, sete dos quais eram membros executivos, destacando-se Moses Kotane, Secretário-geral, Yusuf Dadoo, Presidente, Lionel “Rusty” Bernstein e Joe Slovo.

A ilegalização do SACP, que o ANC contestou, serviu para aproximar estes dois movimentos, que marginalizaram as suas diferenças com vista a unir esforços na luta contra um inimigo comum. A partir dessa altura, as relações melhoraram e a influência dos comunistas dentro do ANC começou a crescer. O SACP não punha em causa o papel dirigente do ANC, sendo seu principal objectivo a procura de novos apoios e soluções que tornassem mais eficaz a luta comum. Como modo de actuação o SACP defendia o seguinte¹¹⁴:

All methods of struggle which drew the masses into action, which raised the level of mass consciousness and organisation.

O debate sobre a possibilidade de se recorrer à luta armada há muito que se fazia dentro do SACP. Para os comunistas, era necessário chamar a atenção para a necessidade de não se encarar o princípio da não-violência como algo absoluto, não excluindo portanto, a possibilidade de se recorrer à luta armada como modo de alcançar os objectivos pretendidos. Esta posição do SACP começou a ganhar adeptos dentro do ANC.

3.4. O Início da Luta Armada

A possibilidade de se enveredar pela luta armada foi discutida no seio do *Congress Alliance* ainda antes de Shaperville. De todos os movimentos que constituíam esta Aliança, o SACP era o que de longe tinha aprofundado mais o tema, estando claramente convencido que era apenas uma questão de tempo até se seguir este caminho. Esta possibilidade ganhava adeptos à medida que o regime sul-africano ia criando um aparelho repressivo cada vez mais forte que tornava ineficazes as acções não violentas.

¹¹² A. Lerumo: *Fifty Fighting Years. The Communist Party of South Africa 1921-1971*, p. 41.
<http://www.sacp.org.za/docs/history/fifty1.html>

¹¹³ Até à sua dissolução em 1950 o nome oficial do movimento era *Communist Party of South Africa* (CPSA). Após o seu renascimento, o nome adoptado foi o de *South Africa Communist Party* (SACP). Ao longo deste trabalho, e com a finalidade de facilitar a leitura, a sigla utilizada será sempre SACP mesmo quando se abordar acontecimentos anteriores a 1950.

¹¹⁴ A. Lerumo, *op.cit.*, p.13.

Embora não seja claro que a decisão de enveredar pela luta armada tenha sido tomada pelas esferas dirigentes do *Congress Alliance*¹¹⁵, a verdade é que nem todos os membros mais importantes do ANC tomaram parte na decisão. O que parece claro é que vários dirigentes do ANC, ou por estarem sob vigilância policial ou por estarem limitados nos seus movimentos, não participaram na discussão. Houve um atraso na comunicação da decisão ao Presidente do ANC, Albert Luthuli. Tal facto deveu-se, por um lado, a problemas de comunicação com Luthuli que se encontrava limitado à região do Natal. Mas, por outro lado, tal atraso ter-se-á ficado a dever ao facto de Luthuli se ter mostrado muito renitente em aceitar a luta armada, demonstrando que esta questão não era pacífica no seio do ANC. Uma terceira explicação, embora menos plausível, para exclusão de Luthuli no processo decisório, teve a ver com o desejo de o proteger caso as coisas corresse mal.

Na sequência da decisão de passar à luta armada, o ANC criou o *Umkhonto we Sizwe*, Ponta de Lança da Nação, conhecido com as iniciais MK. Quase em simultâneo, também o PAC criou o seu braço armado, o *Poqo*, Só Nós. Embora ambas as organizações visassem utilizar a luta armada, os seus modos de acção, nomeadamente ao nível dos alvos, eram bem diferentes. O MK favoreceu os ataques a alvos económicos, como centrais eléctricas, estações de correio, barragens etc., evitando causar vítimas nas suas acções. A estratégia do MK era a de afectar a economia do país ao mesmo tempo que se pretendia afastar os investidores estrangeiros.

A África do Sul do pós II Guerra Mundial conseguiu atrair bastantes investimentos estrangeiros. A sua eficiente rede de comunicações e sistema bancário, aliados à existência de numerosos quadros qualificados e à mão-de-obra barata, serviram de incentivos às empresas estrangeiras para se estabelecerem no país. Todo o interesse e clima de confiança na economia sul-africana tinha na base o seu sector mineiro, sector mais importante da economia sul-africana. Para além do ouro, a RAS tinha uma enorme variedade de reservas minerais, destacando-se o urânio, amianto, platina, manganês, antimónio e o vanádio. O sector mineiro era controlado pelo gigante *Anglo-American Corporation*, o qual tinha assumido, em 1929, o controlo da *De Beers*, a companhia fundada por Cecil Rhodes. Para além de dominar grande parte do sector mineiro sul-africano, a *Anglo-American Corporation*, alargou a sua área de actuação aos mais diversos sectores da economia, convertendo-se na maior entidade privada empregadora no país. Embora politicamente não estivesse alinhada com o NP¹¹⁶, a família dirigente da *Anglo-American*, a família Oppenheimer, lucrou bastante com os vários governos do *apartheid*.

A estratégia de actuação do *Poqo*, visava eliminar Chefes Tradicionais e negros que colaborassem com o regime, assim como causar vítimas no seio da população branca.

Após o início da luta armada, o SACP organizou clandestinamente uma Conferência, que se realizou em 1962 em Joanesburgo. Nesta Conferência, foi adoptado um novo programa do

¹¹⁵ Segundo alguns autores, como Tom Lodge, a decisão foi tomada sem ter havido um debate interno entre os principais dirigentes da *Congress Alliance*. Porém, o próprio Mandela afirmou que tais debates existiram, nomeadamente no seio do ANC.

¹¹⁶ O Presidente da *Anglo-American Corporation*, Harry Oppenheimer, que sucedeu no cargo de Presidente da companhia ao seu pai em 1940, tentou conciliar a sua vida empresarial com a política. Em 1948 foi eleito deputado pelo *United Party* (UP) pela região de Kimberley. Com o passar do tempo, Harry Oppenheimer tornou-se mais cauteloso e decidiu abandonar o Parlamento, embora tenha sido, em 1959, um dos principais patrocinadores da criação do *Progressive Party*, surgido de uma cisão do UP.

partido intitulado *The Road to South Africa Freedom*, no qual eram apresentados os objectivos do partido. O Programa reafirmou a adesão do Partido aos princípios fundamentais do marxismo-leninismo, defendendo a necessidade de se acabar com o regime de minoria branca como pré-condição para o estabelecimento de uma sociedade socialista¹¹⁷:

As its immediate and foremost task, the South African Communist Party works for a united front of national liberation. It strives to unite all sections and classes of oppressed and democratic people for a national democratic revolution to destroy white domination. The main content of this revolution will be the national liberation of the african people. Carried to its fulfilment, this revolution will at the same time put an end to every sort of race discrimination and privilege...the destruction of colonialism and the winning of national freedom is the essential condition and the key for future advance to the supreme aim of the Communist Party: the establishment of a socialist South Africa, laying the foundation of a classless, communist society.

3.4.1. O Braço Armado do ANC: O MK

O MK foi criado oficialmente como uma organização distinta do ANC, embora na prática estivesse subordinada à sua liderança política. O objectivo desta separação era o de evitar que o regime pudesse acusar os membros do ANC de envolvimento na luta armada, o que poderia, em última instância, permitir revogar a ilegalização do ANC. Porém, existe uma outra explicação mais plausível para compreender esta separação. Uma vez que a decisão de iniciar a luta armada foi tomada no *Congress Alliance*, estrutura política composta por várias organizações, também a estrutura militar a criar deveria ser composta por estas mesmas organizações. Se, pelo contrário, se criasse uma estrutura militar apenas ligada a uma das organizações, mesmo que fosse a mais forte, como era o caso do ANC, podia ser mal interpretado pelas outras e provocar um mal-estar no seio da *Congress Alliance*.

O desejo de iniciar a luta armada era um velho sonho dos círculos mais radicais do ANC, nomeadamente conotados com a *Youth League*. Esta opção era de facto, segundo Andrew Masondo¹¹⁸, uma opção muito popular nos círculos mais jovens do ANC¹¹⁹:

The ideia of the movement moving away from its non violence stance was discussed within youth circles even earlier than 1960. I remember that a group of us at Fort Hare actually formed a group to prepare for the eventuality of an armed struggle taking place.

Para além da pressão interna, também o ambiente internacional influenciou a decisão de enveredar pela luta armada. Durante muito tempo, o exemplo indiano da não-violência serviu de modo de actuação aos sul-africanos. Esta influência indiana ficou a dever-se, sem dúvida, à

¹¹⁷ A. Lerumo, *op.cit.*, pp. 46-47.

¹¹⁸ Andrew Masondo foi um dos membros do MK. Mais tarde, foi nomeado Comissário Nacional do ANC e, após a vitória eleitoral do ANC nas eleições de 1994, assumiu o cargo de Major-General nas novas forças armadas sul-africanas, a *South African National Defence Force* (SANDF).

¹¹⁹ Vladimir Schubin, *op.cit.*, p.19.

passagem de Gandhi pelo país. No entanto, as lutas de libertação iniciadas por alguns movimentos de libertação africanos, serviram de inspiração a muitos membros da oposição sul-africana. Também a mudança de atitude da Índia, demonstrada com a invasão de Goa, Damão e Diu em Dezembro de 1961, mostrou que nem sempre a não-violência permite alcançar os objectivos pretendidos.

No contexto africano o grande exemplo inspirador foi a Argélia. Face à eminente retirada francesa, os apologistas sul-africanos da luta armada exultaram de alegria e de optimismo, uma vez que ao compararem a França à África do Sul, este último país era claramente inferior a todos os níveis, prevendo-se assim o sucesso de uma eventual luta armada. Os principais defensores deste raciocínio eram os membros do SACP, os quais afirmavam que¹²⁰:

Military, strategically, the South African government starts off weaker than the French in Algeria. Its armed forces are smaller, the exclusively white pool from which it can draw further recruits is minute by comparison with the french reserves of population; its armements are inferior; its industrial base is infinitely smaller.

Todavia, esta visão pecava por excesso de optimismo. O governo sul-africano, para além de conseguir atrair um número considerável de brancos e de membros de outras raças para a SADF, contava com o apoio tácito de várias importantes potências ocidentais.

Esta posição muito positiva em relação às hipóteses de sucesso de uma luta armada dentro da África do Sul, foi principalmente promovida pelo SACP. Os comunistas sul-africanos defendiam esta ideia, não por serem irrealistas, mas com a intenção de convencer aqueles que, dentro da *Congress Alliance*, se mostravam mais renitentes em seguir este caminho. O facto de estar ilegalizado há quase uma década, fez com que o SACP estivesse bem mais preparado psicologicamente para seguir a opção militar.

Internamente, o SACP tinha vindo a debater a questão de outras formas de luta contra o regime. A questão da luta armada foi considerada como inevitável, visão que ficou expressa num panfleto intitulado *South Africa – What Next?* que circulou clandestinamente em Agosto de 1960. Um passo em frente surgiu com a apresentação da resolução interna *On Forms of Struggle*, onde se falou concretamente de meios violentos de reacção contra as acções do governo.

A opção pela luta armada foi finalmente adoptada pelo ANC, argumentando os seus líderes que se tinham esgotado o potencial dos protestos e as acções não violentas. Simultaneamente, essas acções eram cada vez menos eficazes face ao um estado considerado ilegítimo que respondia a essas acções com actos de violência¹²¹.

Os principais fundadores do MK foram Nelson Mandela, seu primeiro comandante, Walter Sisulu, Wilton Mkwayi, Joe Slovo e Raymond Mhalaba. A primeira prioridade foi a de encontrar apoios para o treino dos guerrilheiros no exterior. As primeiras ofertas chegaram da Argélia e da Etiópia¹²². O Alto Comando do MK foi composto por 6 pessoas: Nelson

¹²⁰ *Idem*, p. 20.

¹²¹ William Beinart: *Twentieth – Century South Africa*, pp. 160-161.

¹²² Tsepe Motumi: *The Spear of the Nation. The Recent History of Umkhonto we Sizwe (MK)*, p. 84.

Mandela, Walter Sisulu e Andrew Mlangeni do ANC e Joe Slovo, Govan Mbeki e Raymond Mhlaba por parte do SACP.

Os primeiros ataques do MK deram-se a 16 de Dezembro de 1961. Esta era uma data com um enorme simbolismo para a nação *africânder*, sendo inclusive feriado no país, pois comemorava-se a vitória dos *africânderes* na Batalha de *Blood River* em 1938. Numa série de ataques concertados, vários alvos económicos foram atingidos em diversas partes do país. Coincidindo com estas acções, a liderança do MK distribuiu clandestinamente um panfleto no qual afirmava os grandes objectivos da sua luta¹²³:

Umkhonto we Sizwe will be at the front line of the people's defence. It will be the fighting arm of the people against the government and its policies of race oppression. It will be the striking force of the people for liberty, for rights and for their final liberation.... In this actions, we are working in the best interests of all the people of this country – black, brown and white, those future happiness and well being cannot be attained without the overthrow of the Nationalist Government, the abolition of white supremacy and the winning of liberty, democracy and full national rights and equally off all people of this country.

Nesse mesmo panfleto, o MK assumiu a sua ligação ao ANC, ao mesmo tempo que aceitou a liderança deste na elaboração da estratégia de acção¹²⁴:

Umkhonto we Sizwe will carry on the struggle for freedom and democracy by new methods, which are necessary to complement the actions of the established national liberation organisations. Umkhonto we Sizwe fully supports the national liberation movement and our members jointly and individually, place themselves under the overall political guidance of the movement.

Com a divulgação deste panfleto, o MK pretendeu justificar a decisão de iniciar a luta armada, culpando o governo pela sua intransigência. Igualmente importante foi a afirmação de que a luta era feita em nome de todas as raças, não excluindo de uma futura África do Sul, a população branca.

Como já foi referido, a estratégia do MK não era a de matar pessoas, mas sim a de causar danos à economia do *apartheid*, ao mesmo tempo que se pretendia afastar eventuais investidores estrangeiros. Segundo Mandela os objectivos da luta armada eram muito claros¹²⁵:

Sabotage did not involve loss of life, and it offered the best hope for future race relations. We believed South Africa depended to a large extent on foreign capital and foreign trade. We felt that planned destruction of power plants and interference with rail and telephone

¹²³ Unity in Action. A Short History of The African National Congress 1912-1982, p. 24.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/unity.html>

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ Nelson Mandela: I am Prepared to Die, pp. 16-17.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1960's/rivonia.html>

communications would tend to scare away capital from the country, make it more difficult for goods from the industrial areas to reach the seaports on schedule and would in the long run be a heavy drain on the economic life of the country, thus compelling the voters of the country to reconsider their position.

3.4.2. Os Apoios Externos ao MK

Logo após a criação do MK, Mandela apareceu como a sua principal figura. Aproveitando o seu prestígio, Mandela iniciou uma visita a vários países africanos com o objectivo de angariar apoios para a luta armada. Como já foi referido anteriormente, a principal prioridade era obter apoio ao nível da formação militar.

Durante este périplo, Mandela encontrou-se com vários líderes africanos¹²⁶, muitos deles ainda a lutarem pela independência dos seus territórios. Durante esses encontros, Mandela constatou que muitos deles recebiam apoios não só de países africanos, já independentes, e do Ocidente, mas também, e de um modo crescente, dos países do bloco soviético. Perante isto, ao regressar à África do Sul, uma das recomendações que fez à liderança do ANC e do MK foi a de alargar os pedidos de apoio aos países do bloco soviético. Este desejo do ANC obter novos apoios para a sua luta, coincidiu com a política soviética de Khrushchev de apoiar todas as revoltas contra o domínio ocidental que pudessem surgir no seio dos territórios africanos e asiáticos.

4.4.3. A URSS e os Movimentos Anti-Apartheid

A ilegalização do SACP e a prisão de vários dos seus membros fez com que o contacto dos comunistas sul-africanos com a URSS durante os anos 50 fosse diminuto. Mesmo a decisão de fazer renascer o SACP não aprofundou os laços. Tal situação derivou por um lado do pequeno número de membros deste partido e, por outro, devido à limitada capacidade de actuação dos comunistas sul-africanos em consequência da repressão levada a cabo pelas autoridades sul-africanas.

Em finais dos anos 50 o relacionamento entre a URSS e o SACP entrou numa nova fase, com vários comunistas sul-africanos a visitarem Moscovo. Uma primeira dúvida que surge tem a ver com a eventual influência soviética na decisão do SACP enveredar pela luta armada. Como foi dito anteriormente, de todas as organizações que compunham a *Congress Alliance*, o SACP era a que há mais tempo discutia a possibilidade de se avançar para a luta armada. Esta questão é importante, uma vez que a influência do SACP na decisão do ANC enveredar pela luta armada poderá ter partido de Moscovo e não ter sido uma decisão original dos movimentos sul-africanos. Mais à frente voltaremos a esta questão, importante para determinar o grau de influência dos comunistas no ANC e no MK.

¹²⁶ Julius Nyerere (Tanganica, mais tarde parte da Tanzânia), Habib Bourguiba (Tunísia); Modibo Keita (Mali); Leopold Senghor (Senegal); Sekou Touré (Guiné Conacry); Ben Bella (Argélia); Milton Obote (Uganda); Kenneth Kaunda (Zâmbia, então Rodésia do Norte) e Josuha Nkomo (Zimbabwe, então Rodésia do Sul).

O relacionamento do SACP com os soviéticos ganhou um carácter institucional em Julho de 1960. Foi nessa altura que membros do SACP mantiveram uma série de reuniões com o PCUS em Moscovo. A representação dos comunistas sul-africanos esteve a cargo de Yusuf Dadoo e de Vella Pillay. Estes encontros, destinados a fortalecer os contactos e obter apoio soviético, foram pedidos através do Partido Comunista da Grã-Bretanha, que contactou para o efeito a embaixada soviética em Londres. Para apoiar as pretensões sul-africanas, a comitiva levou consigo uma carta de recomendação de John Gollan, Secretário-geral do Partido Comunista britânico.

Durante este primeiro encontro, os comunistas sul-africanos apresentaram uma série de relatórios aos seus anfitriões, nos quais descreviam a situação política na África do Sul e a situação do SACP, muito enfraquecido pelos acontecimentos de Shaperville. Os sul-africanos reafirmavam a sua intenção em continuar a luta e a campanha de mobilização, cuja eficácia estava comprometida devido à falta de recursos.

Para além de apoio económico, os sul-africanos contavam com a influência soviética para aumentar a eficácia da campanha de isolamento internacional à África do Sul decorrente dos acontecimentos de Shaperville.

Após esta visita, o apoio financeiro soviético começou a ser canalizado para o SACP¹²⁷, ao mesmo tempo que o Partido era convidado a participar num encontro internacional de Partidos Comunistas que se realizou em finais de 1960.

A seguir a este primeiro encontro oficial, negociações mais detalhadas tiveram lugar entre Outubro e Novembro de 1961, quando Moses Kotane e Yusuf Dadoo pediram o apoio soviético para o treino de guerrilheiros, pedindo simultaneamente a opinião soviética sobre a possibilidade de se iniciar a luta armada na África do Sul. A posição soviética, apresentada por Boris Ponomarev, membro do Secretariado do Comité Central do PCUS, mostrou-se cautelosamente favorável a tal opção.

A decisão oficial soviética de apoiar a luta armada do SACP foi transmitida a Moses Kotane em Fevereiro de 1962, meses depois do MK ter levado a cabo as primeiras acções. Oficialmente a URSS nem instigou nem promoveu a luta armada na África do Sul, limitando-se a apoiar uma decisão tomada pelos comunistas sul-africanos¹²⁸.

Inicialmente o apoio soviético era feito ao nível da formação de guerrilheiros, a qual era ministrada não na URSS, mas em países africanos aliados, como eram o caso do Gana e da Guiné Conakry. Simultaneamente, vários membros do SACP foram estudar para a URSS. Após o início da luta armada, a URSS aumentou o apoio financeiro prestado ao SACP¹²⁹.

¹²⁷ No fim de 1960, o SACP recebeu 30 mil dólares do Fundo Sindical Internacional de Auxílio a Organizações de Trabalhadores de Esquerda. Este fundo, gerido pelo Conselho Romeno de Sindicatos, foi criado pelo PCUS nos anos 50 com o objectivo de apoiar movimentos de ideologia marxista. Vladimir Schubin, *op. cit.*, pp. 36-37.

¹²⁸ Vladimir Schubin: The Soviet Union /Russian Federation's Relations with South Africa, with Special Reference to the Period since 1980, p. 3.

¹²⁹ Assim, dos 50 mil dólares atribuídos em 1961, passou a 112.455 em 1962. Vladimir Schubin: ANC. A View from Moscow, p. 43.

Os soviéticos aconselharam o SACP a continuar a trabalhar com os seus aliados internos, nomeadamente com o ANC, não descurando, porém, as acções destinadas a publicitar o Partido no seio da opinião pública sul-africana, dando a entender a necessidade de não perder a sua identidade própria.

Face a este relacionamento privilegiado, foi natural que o SACP servisse de ponte na ligação entre soviéticos e o ANC. A necessidade de estabelecer esta ligação advinha do facto da liderança do ANC estar disposta, por influência de Mandela, a encontrar novas fontes de apoio para a sua causa. No entanto, tal decisão não era pacífica dentro do ANC, uma vez que existia uma corrente claramente anti-comunista, que não via com bons olhos um eventual auxílio soviético.

A influência do SACP na fase inicial da luta armada derivava não só do acesso privilegiado aos soviéticos, mas também devido ao facto de muitos dos seus membros serem brancos. Devido à política de *apartheid*, os não brancos não tinham acesso à compra de armas, nem recebiam formação militar. Os brancos comunistas sul-africanos representavam assim, uma peça fundamental no apetrechamento inicial do MK, quer ao nível do armamento quer ao nível da experiência militar, muita dela adquirida nos teatros de combate da II Guerra Mundial.

3.4.4. A URSS e o ANC

O primeiro representante do ANC a visitar a URSS nos anos 60 foi Tennyson Makiwane, que tinha saído da África do Sul antes de Shaperville. Porém, a visita com maior simbolismo deu-se em inícios de 1963, quando o Vice-Presidente e Responsável pelas Relações Externas do ANC, Oliver Tambo, visitou Moscovo. Esta visita tinha um significado especial devido às conhecidas posições anti-comunistas de Tambo. Após a ilegalização do ANC, Oliver Tambo foi enviado para o exterior com o objectivo de angariar apoios e estabelecer uma representação no exílio. Tambo tentou nos primeiros tempos obter o apoio Ocidental para a luta do MK. Porém, não fazia especial questão em deslocar-se à URSS, onde esses apoios poderiam eventualmente ser obtidos com maior facilidade.

Durante a visita de Oliver Tambo à URSS, o ambiente foi de grande receptividade. A 5 de Abril de 1963, Tambo teve um encontro com os membros do PCUS onde lhe foi pedido que fizesse um resumo da situação sul-africana e que apresentasse uma lista com as necessidades do ANC. A partir deste encontro foram criados canais directos entre o ANC e o PCUS.

Entre 1963 e 1965 centenas de guerrilheiros do MK receberam treino em Moscovo, Odessa e Tashkent. O apoio soviético não se resumia ao fornecimento de treino militar. Numa segunda fase, foi igualmente importante o apoio de Moscovo na esfera internacional, nomeadamente no campo diplomático. Outra componente fundamental desta ajuda foi o apoio na área da saúde, quer no treino de médicos e enfermeiros, quer no envio de pessoal médico soviético para os campos do ANC. Na área da educação, a URSS apoiou a formação académica de elementos do ANC em Universidades soviéticas.

O crescente apoio soviético ao ANC foi concedido no âmbito da estratégia soviética durante a Guerra Fria. Para os soviéticos, na lógica do conflito bipolar, a África Austral era uma zona estratégica, quer pela sua posição geográfica, quer pela sua riqueza mineral. Esta região era considerada uma área sob influência ocidental, em que o principal pilar era a África do Sul. A alteração de poder na região dever-se-ia fazer, segundo os soviéticos, atacando os elos mais fracos da região, ou seja, Angola, Moçambique e Rodésia, com o objectivo de os fazer cair, enfraquecendo assim a parte mais forte que era a África do Sul. Todavia, esta estratégia não descurava medidas que fossem minando o poder sul-africano a partir do interior, e é nessa óptica que deve ser entendido o apoio ao ANC e ao MK.

3.4.5. A Influência Soviética e o Início da Luta Armada

Embora oficialmente a URSS se tenha limitado a apoiar uma decisão dos movimentos sul-africanos, não é de excluir que os soviéticos tenham feito sentir a sua influência na hora de se decidir ou não pela luta armada. Segundo as autoridades sul-africanas, cuja posição também deve ser considerada subjectiva, os soviéticos influenciaram o SACP a enveredar pela luta armada, e estes, por via do peso que já tinham adquirido dentro da *Congress Alliance* em geral, e no ANC em particular, conseguiram convencer os seus parceiros a seguir este caminho. Provavelmente, a verdade estará a meio caminho, ou seja, os soviéticos terão apoiado aqueles que, à partida, dentro da *Congress Alliance* se mostraram dispostos a seguir a via das armas.

A propósito da influência soviética no início da luta armada, vários dirigentes do ANC e do MK mostraram ter posições algo diferentes. Durante o seu julgamento em 1964, Mandela a propósito desta questão afirmou o seguinte¹³⁰:

It is a fact that for a long time the people had been talking of violence, of the day they would fight the white man and win back their country, and we, the leaders of the ANC, had nevertheless always prevailed upon them to avoid violence and pursue peaceful methods. When some of us discussed this in May and June 1961, it could not be denied that our policy to achieve a non racial state by non-violence had achieved nothing and that our followers were beginning to lose confidence in this policy and were developing disturbing ideas of terrorism.

No fundo, Mandela dá a entender que a decisão foi interna e visava não só alcançar, por outros meios, os objectivos propostos pelo ANC, como também enquadrar os seus militantes numa luta armada organizada evitando assim actos solitários e desesperados que só serviriam para aumentar a repressão estatal. Porém esta posição de Mandela foi criticada com o argumento que o próprio Presidente do ANC, Albert Luthuli ter afirmado não ter tido conhecimento da decisão de se avançar para a luta armada. Para além das explicações já avançadas anteriormente para justificar o desconhecimento de Luthuli, no seu livro *Long Walk to Freedom*, Mandela apresentou uma outra versão algo diferente sobre os acontecimentos, afirmando que Luthuli teria sido informado. Segundo Mandela, o

¹³⁰ Nelson Mandela: *I am Prepared to Die*, p. 12.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1960's/rivonia.html>

desconhecimento mais tarde revelado por Luthuli terá ficado a dever-se a problemas de saúde do Presidente do ANC¹³¹:

The Chief was not well and his memory was not what it had been once. He chastised me for not consulting him about the formation of the MK. I attempted to remind him of the discussions we had in Durban about taking up violence, but he did not recall them. This is in large part why the story has gained currency that the Chief Luthuli was not informed about the creation of MK and was deeply opposed to the ANC taking up violence.

Porém esta ideia defendida por Mandela difere um pouco da apresentada por uma outra corrente que defende que a decisão foi tomada em conjunto pelo ANC e o SACP, deixando perceber que os outros movimentos do *Congress Alliance* ficaram à margem. Esta tese foi apoiada por Joe Slovo¹³² do SACP, o qual afirmou a este respeito, durante uma reunião realizada em 1969 entre o ANC e o SACP, o seguinte¹³³:

This is the first formal meeting ever to take place between two organisations which walked with hands clasp together for many years... the simultaneous decision by both leaderships to chart the new way – the way of armed struggle.

Uma outra posição, que contraria a ideia de que a decisão de enveredar pela luta armada foi tomada à revelia da *Congress Alliance*, foi apresentada por um destacado elemento do MK, Joe Modise¹³⁴, o qual ao recordar em 1986 a criação do MK afirmou¹³⁵:

¹³¹ Nelson Mandela: [Long Walk to Freedom](#).

¹³² Joe Slovo era membro do SACP e do ANC, tendo sido um dos mais importantes comandantes do MK. Branco, de origem lituana, foi um dos fundadores do *Congress of Democrats*. Preso várias vezes, abandonou a África do Sul em 1963, continuando a trabalhar no exílio para o SACP e para o ANC. Após a independência de Moçambique, em 1975, foi viver para esse país. Em 1982 uma bomba, colocada pelos serviços secretos sul-africanos, matou-lhe a mulher, a activista anti-*apartheid* Ruth First. Em 1984, na sequência da assinatura do Acordo de Nkomati entre a África do Sul e Moçambique, foi obrigado a abandonar o país. Após as eleições de 1994 na África do Sul, foi nomeado Ministro da Habitação, cargo que ocupou até à sua morte em 1995.

[Biographie of Joe Slovo](#), 2 pp.

<http://www.sacp.org.za/biographies/slovo.html>

¹³³ Vladimir Schubin: [ANC. A View from Moscow](#), p. 24.

¹³⁴ Membro do ANC, foi um dos principais comandantes do MK. Recebeu treino militar na Checoslováquia e na URSS. Em 1963, e na sequência da prisão de vários líderes do MK, como Nelson Mandela, Raymond Mhlaba e Wilton Mkwayi, assumiu a liderança da luta armada. Durante o período de transição que se seguiu à libertação de Mandela e à legalização do ANC, Modise fez parte da delegação do ANC que negociou com o governo sul-africano. Shelagh Gastrow: [Who's Who in South African Politics](#), pp. 190-192. Após a vitória eleitoral do ANC em 1994, foi nomeado Ministro da Defesa, cargo que ocupou até 1999, altura em que se retirou da vida política. Joe Modise faleceu vítima de cancro a 26 de Novembro de 2001.

[Biographie of Joe Modise](#), 2 pp.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/people/modise/index.html>

¹³⁵ Vladimir Schubin: [ANC. A View from Moscow](#), p. 24.

When the ANC, SACP, CPC, SAIC and CD met to discuss this new method of struggle. After two days of consultation, it was agreed that the ANC and SACP were going to undertake this new form of struggle whilst the other movements that were still legal should continue working legally. It was then decided that the MK was going to be launched.

Independentemente de quais foram os movimentos dentro da *Congress Alliance* que tomaram esta decisão, todas as versões defendem que foi uma decisão interna, e não uma decisão imposta pelo exterior. Devido à sua maior capacidade de actuação e melhor organização, o ANC e o SACP apresentaram-se como os líderes desta decisão, tanto mais que a sua ilegalização os obrigou a explorar novos modos de actuação.

3.4.6. O Braço Armado do PAC: O Poqo

Poqo é uma palavra xhosa que significa “sozinhos”, “puro” ou “só nós”. Este termo foi utilizado no início dos anos 60 pelos líderes do PAC para descrever o carácter do seu movimento em oposição ao multirracismo do ANC. Gradualmente, este termo foi sendo utilizado para designar inicialmente o braço armado do PAC, criado após a ilegalização do movimento. As células do *Poqo*, existentes entre os trabalhadores negros da Cidade do Cabo, estiveram na origem da criação do *Azanian People’s Liberation Army* (APLA), a verdadeira estrutura militar do PAC. A mensagem do *Poqo* era muito radical, advogando, por exemplo, a expulsão dos brancos das terras. Mais tarde, o PAC e *Poqo* utilizaram o slogan de *One White, One Bullet*, demonstrando não aceitar qualquer tipo de cedências ou negociações com a população branca.

Muitos dos líderes do PAC foram presos na sequência das campanhas contra os PPPpasses que culminaram no massacre de Shaperville. Após a libertação de alguns, em inícios de 1961, estes reagruparam-se em Maseru, na Basutolândia, sob a liderança de Potlako Leballo, uma vez que o Presidente do PAC, Robert Sobukwe foi mantido preso até 1969, altura em que apesar de libertado estava sob residência fixa.

Entre 1961-1967, o *Poqo* foi responsável por uma série de acções violentas que visaram a eliminação de informadores, polícias e Chefes Tradicionais, principalmente na zona do Transkei, acusados de colaborarem com o regime do *apartheid*. Ao contrário do ANC, as acções do *Poqo* visavam atingir pessoas, nomeadamente brancos, com o objectivo de as fazer sentirem-se inseguras.

Operações policiais realizadas, em 1963, em todo o país conseguiram prender bastantes membros do *Poqo*, provocando a quase extinção do movimento na RAS. A maioria das células do *Poqo* foi desmantelada graças à intercepção pelas autoridades sul-africanas de uma série de cartas de Potlako Leballo em que dava instruções a todas elas para se prepararem para a insurreição nacional. Este desmantelamento obrigou o PAC a tentar reorganizar-se, política e militarmente, a partir do exterior.

Fora da África do Sul, pequenos grupos de apoiantes do PAC iniciaram programas de preparação militar, primeiro no Congo Kinshasa juntamente com guerrilheiros do movimento angolano Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e depois no Gana e na Argélia. Em 1968, o

APLA tinha 2.000 guerrilheiros prontos para entrarem em acção¹³⁶. A primeira operação deu-se nesse mesmo ano, quando membros do APLA se juntaram aos guerrilheiros moçambicanos do Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), na preparação de um ataque ao *pipeline* da cidade moçambicana da Beira, devendo seguir depois para a África do Sul. Esta missão APLA/COREMO fracassou devido ao exército português que atacou o grupo, matando grande parte dos guerrilheiros.

Um dos principais problemas do APLA era o de conseguir bases seguras nos países da região. A Zâmbia foi o primeiro país a mostrar a sua disponibilidade para receber os guerrilheiros do APLA. Porém, a pressão do ANC, que também se encontrava em território zambiano, aliada às acções intimidatórias do regime de Pretória, fizeram com que o governo zambiano revisse a sua posição e se decidisse pela expulsão do APLA¹³⁷. Até 1970, os guerrilheiros do APLA foram obrigados a refugiarem-se em vários campos do *Zimbabwe African National Union* (ZANU), um dos dois movimentos que combatia o regime de minoria branca na Rodésia. Esta limitação implicou uma eficácia reduzida nas acções militares deste movimento sul-africano.

A situação começou a melhorar com o aumento do apoio tanzaniano ao APLA. Durante alguns anos, a Tanzânia hesitou entre o ANC e o PAC, embora autorizasse ambos os movimentos a utilizarem o seu território. O crescente conflito sino-soviético obrigou a uma tomada de posição em relação ao apoio aos movimentos sul-africanos. O ANC, por influência do SACP, apesar de tentar não tomar posição no conflito, acabou por se decidir pelo alinhamento com a URSS. O PAC, assim como o regime tanzaniano, alinharam com a China. Esta clarificação de posições implicou uma crescente hostilidade tanzaniana, para a qual muito contribuiu o PAC, em relação ao ANC. Esta hostilidade traduziu-se em dificuldades crescentes impostas ao ANC para operarem em território tanzaniano, que culminaram, como veremos, com a saída da liderança do ANC deste país.

A partir de 1970, a Tanzânia passou a apoiar exclusivamente o APLA, permitindo que este se instalasse em massa no seu território. O APLA construiu, com apoio chinês, a base de Chunya e passou a ministrar cursos militares com apoio de Pequim.

Embora desde o início as relações entre o ANC e o PAC não fossem nada pacíficas, o conflito sino-soviético veio alimentar ainda mais as divergências entre os dois movimentos, impossibilitando uma eventual aliança entre o MK e o APLA.

3.5. O Conflito Sino-Soviético

À medida que o relacionamento sino-soviético se ia deteriorando, ambos os países exigiam aos seus aliados uma tomada de posição face a esta situação. Os movimentos de libertação sul-africanos encontravam-se numa situação muito delicada, uma vez que pretendiam manter todas as portas abertas e conseqüentemente preferiam não ter que tomar uma posição face a este conflito. Esta era a posição principalmente do ANC.

¹³⁶ Tom Lodge: *Soldiers of the Storm. A Profile of the Azanian People's Liberation Army*, p. 106.

¹³⁷ Nesta matéria, a posição da Zâmbia foi algo hesitante, uma vez que anos mais tarde, o APLA foi novamente autorizado a estabelecer-se no país. Porém, em 1973 o APLA foi, mais uma vez, expulso devido ao roubo praticado por vários dos seus membros.

O apoio soviético ao ANC exigiu contrapartidas. A primeira tinha a ver com a necessidade dos sul-africanos declararem o seu apoio aos soviéticos rejeitando as teses chinesas. O ANC tentou evitar, ao máximo, tomar uma posição, tanto mais que se o apoio soviético era importante, também a República Popular da China era um apoiante precioso dos sul-africanos. As ligações ao regime chinês surgiram por volta de 1960 quando uma delegação do SACP, liderada por Dadoo, foi à China. Recebidos por Mao Zedong, os sul-africanos foram muito bem recebidos. Porém, foi desde logo notória a intenção chinesa de condicionar o apoio ao ANC à necessidade de um afastamento dos sul-africanos em relação à URSS, acusada de revisionismo.

Quando o conflito entre as duas grandes potências comunistas se agravou, o ANC viu-se obrigado a tomar uma posição. A pressão do SACP e o facto da China estar a privilegiar o PAC no apoio concedido aos movimentos sul-africanos, convenceu o ANC a alinhar com os soviéticos. Esta decisão não ficou isenta de aspectos negativos para o ANC. As relações entre o ANC e a República Popular da China ficaram congeladas. Verdadeiras tentativas de as reanimar só surgiram em 1975.

3.6. A Ofensiva do Estado Sul-Africano

Ao mesmo tempo que ANC e PAC se preparam, política e militarmente, para os tempos da clandestinidade, também o regime do *apartheid* fazia os preparativos necessários para lidar com estes dois movimentos nestas condições. Para além do reforço do aparelho policial, o governo sul-africano criou uma série de informadores, o que lhe permitiu infiltrar as organizações contestatárias do regime. Esta rede de informadores permitiu a recolha de informações essenciais para controlar os movimentos dos principais líderes da oposição.

Após o seu périplo no estrangeiro com vista a angariar apoios para o MK, Mandela regressou clandestinamente à RAS em Julho de 1962. Agindo na clandestinidade, Mandela continuou o trabalho de mobilização da população, até que foi preso a 5 de Agosto de 1962 na região do Natal. Julgado em Novembro desse ano, foi condenado a 5 anos de prisão por incitamento à greve e por ter saído ilegalmente do país¹³⁸.

Apesar da prisão de Mandela, outros líderes do ANC, nomeadamente Walter Sisulu, Govan Mbeki, Denis Goldenberg, Raymond Mhlaba, Andrew Mlangeni, Elias Motsoaledi, Ahmed Kathrada, Rusty Bernstein, continuaram a luta e a coordenação do MK através do recrutamento de novos membros e o seu envio para campos de treino no exterior.

A inexperiência militar, aliada a algumas falhas na organização e o limitado apoio regional, fez com que as forças de segurança sul-africanas descobrissem estes membros do ANC e interrompessem o trabalho que estava a ser desenvolvido. A 11 de Julho de 1963 a polícia sul-africana invadiu a fazenda Lillieslief em Rivonia, nos arredores de Joanesburgo, prendendo muitos dos líderes do ANC e do MK, apreendendo documentação incriminatória. Presentes a Tribunal, a 9 de Outubro de 1963, os oito homens, aos quais se lhe juntou Mandela, foram

¹³⁸ No fim do julgamento, Mandela foi condenado a 3 anos por incitamento à greve e 2 por sair ilegalmente do país.

Nelson Mandela: *Black Man in a White Court*, p. 25.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1960s/nm6210.html>

acusados de 193 actos de sabotagem cometidos entre 27 de Junho de 1962 e a data da detenção¹³⁹. Acusados de traição, corriam o risco de serem condenados à morte.

3.6.1. Operação Mayibuye

A documentação apreendida em Rivonia serviu para que o estado sul-africano sustentasse as suas acusações de traição contra os arguidos. Principalmente incriminatória para os membros do ANC foi a documentação relativa à Operação Mayibuye.

O texto da Operação Mayibuye começava por fazer uma análise da situação interna sul-africana, afirmando que o governo de minoria branca eliminou qualquer hipótese de alteração pacífica de poder. Nessas circunstâncias, apenas a via armada apareceu como o único meio viável para substituir o poder político existente. A escolha da opção da luta armada para derrubar o governo adveio de um sentimento de frustração e de impotência por parte da maioria da população acumulada ao longo de séculos, particularmente nos últimos anos¹⁴⁰:

The political events which have occurred in the last few years have convinced the overwhelming majority of the people that no mass struggle which is not backed up by armed resistance and military offensive operations, can not hope to make a real impact.

Em relação ao tipo de luta armada, a escolha recaiu sobre um movimento de guerrilha, justificando tal opção da seguinte forma¹⁴¹:

The objective military conditions in which the movement finds itself makes the possibility of a general uprising leading to direct military struggle an unlikely one. Rather, as in Cuba, the general uprising must be sparked off by organised and well prepared guerrilla operations during the course of which the masses of the people will be drawn in and armed.

Após esta introdução, a documentação apreendida revelava como é que o MK pretendia implementar a Operação Mayibuye. O objectivo era o de coordenar o desembarque simultâneo de grupos de 30 guerrilheiros em várias partes do país, nomeadamente em *Port Elizabeth, North Western Transvaal, North Western Cape* e *Port Shepstone*. Igualmente determinante foi a apreensão da cadeia de comando desta Operação.

O plano da Operação Mayibuye apresentava uma descrição detalhada dos preparativos de uma guerra de guerrilha, a qual deveria ser seguida de uma revolta generalizada. A evolução da luta dependeria do apoio internacional, o qual se espera que viesse da maioria dos países africanos e países do bloco soviético. Houve claramente uma visão demasiado optimista em

¹³⁹ Unity in Action. A Short History of The African National Congress 1912-1982, p. 26.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/unity.html>

¹⁴⁰ Operation Mayibuye, p. 1.
<http://www.anc.org.za/anacdocs/history/mk/mayibuye.html>

¹⁴¹ *Ibidem*.

relação às reais intenções de apoio internacional. O ANC chegou a esperar o envolvimento militar directo de alguns países em apoio da sua causa. Também havia planos para se criar um governo sul-africano no exílio, para o qual era necessário o consentimento de um estado que permitisse o estabelecimento desse governo no seu território.

Este excesso de optimismo do ANC foi, em certa medida, provocado pelas declarações de apoio de vários dirigentes africanos. Tanto Sekou Touré, Presidente da Guiné Conacry, como o Presidente argelino, Ben Bella, anunciaram a sua intenção de mobilizar milhares de combatentes em apoio aos territórios ainda sob domínio colonial. Estas intenções, aliadas ao auxílio financeiro vindo dos países do leste, favoreceu o aparecimento de um cenário tão positivo. Mas que, na prática, nunca se veio a concretizar.

Para a acusação, a Operação Mayibuye era a prova de que o ANC visava derrubar pela força o governo sul-africano, contando para tal com apoios externos, nomeadamente do bloco comunista, motivos mais do que suficientes para que todos os arguidos fossem acusados de traição. Na tentativa de mobilizar o apoio da população branca e do mundo ocidental, o governo sul-africano afirmou que esta documentação era a prova irrefutável de que o ANC, ao contrário do que afirmava, não era mais do que um movimento marxista manipulado pela URSS e os seus aliados.

3.6.2. O Julgamento de Rivonia

Face às fortes provas incriminatórias encontradas em Rivonia, nomeadamente a referente à Operação Mayibuye, a defesa dos arguidos, a cargo de Bram Fischer, centrou-se no argumento de que o documento encontrado pelas autoridades dizia respeito a algo que estava a ser debatido e ainda não tinha sido aprovado. A esperança da defesa era a de que se se considerasse que o documento ainda não tinha sido aprovado, os arguidos não poderiam ser julgados por causa disso¹⁴². A ideia de afastar do conjunto das provas, a documentação da Operação Mayibuye, prendia-se com o facto dos arguidos estarem a ser acusados de ajudar unidades militares estrangeiras quando estas invadissem a África do Sul, deixando entender que essas forças estrangeiras seriam de países da órbita comunista. Por causa disto, os arguidos eram acusados de traição, punível com a pena de morte.

Com o decorrer das sessões, a defesa dos acusados ficou particularmente centrada na figura de Mandela, cujo prestígio concentrava em si as atenções internas e externas. Consciente deste protagonismo e da divulgação que o julgamento iria ter, Mandela pautou as suas intervenções no sentido de clarificar determinadas questões relacionadas com as suas opções pessoais e as do ANC. Particularmente importante era contrariar a tese governamental de que o ANC, apesar de proclamar princípios pacifistas, se estar a preparar para acções militares de grande envergadura¹⁴³.

¹⁴² Nelson Mandela e Walter Sisulu afirmaram durante o julgamento que a Operação Mayibuye não tinha sido aprovada, estando apenas em discussão, sendo muito difícil passá-la à prática. Porém, outros membros do ANC, como Govan Mbeki, autor da operação, e Joe Slovo defenderam que a Operação já tinha sido aprovada.

Nelson Mandela: *Long Walk to Freedom*, p. 344.

¹⁴³ Lionel Berstein: *Rivonia. Telling it as it was*, p. 2.
<http://www.anc.org.za/anacdocs/history/trials/rivonia.html>

Mandela iniciou a sua declaração no julgamento de Rivonia tentando contrariar a tese da acusação da influência comunista no ANC¹⁴⁴:

I want to say that the suggestion made by the state in its opening that the struggle in South Africa is under the influence of foreigners or communists is wholly incorrect. I have done whatever I did, both as an individual as a leader of my people, because of my experience in South Africa and my own proudly felt African background, and not because of what any outsider might have said.

Tanto para Mandela como para os outros acusados, este julgamento poderia ser uma oportunidade única para divulgar internacionalmente a situação na África do Sul, assim como a possibilidade de mobilizar internamente a população sul-africana. Entre todos foi decidido não negar os princípios do ANC, nem rejeitar as acusações de envolvimento em acções militares. Mandela não negou o planeamento de actos de sabotagem, nem negou o seu papel na criação do MK, afirmando que *I was one of the persons who helped to form Umkhonto we Sizwe and that I played a prominent role in its affairs until I was arrested in August 1962*¹⁴⁵. Afirmou que a decisão de enveredar pela luta armada foi uma decisão ponderada¹⁴⁶:

I did not plan it in a spirit of recklessness, nor because I have any love of violence. I planned it as a result of a calm and sober assessment of the political situation that had arisen after years of tyranny, exploitation and oppression of my people by the whites.

Uma outra questão que os líderes do ANC queriam esclarecer era o relacionamento entre o seu movimento e o SACP. Para a acusação havia uma clara subordinação do ANC ao SACP, o que era o mesmo que dizer que o ANC estava subordinado à URSS. Mandela negou essa influência afirmando que o ANC e o SACP tinham objectivos diferentes, embora o inimigo principal fosse o mesmo¹⁴⁷:

The ideological creed of the ANC is, and always has been, the creed of African Nationalism. The African Nationalism for which the ANC stands is the concept of freedom and fulfilment for the African People in their own land.

Confrontado com a hipótese de ele próprio ser comunista, Mandela respondeu da seguinte maneira¹⁴⁸:

¹⁴⁴ Nelson Mandela: *I am Prepared to Die*, p. 1.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1960's/rivonia.html>

¹⁴⁵ *Idem*, p. 2.

¹⁴⁶ *Unity in Action. A Short History of The African National Congress 1912-1982*, p. 32.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/unity.html>

¹⁴⁷ Nelson Mandela: *I am Prepared to Die*, p. 9.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1960's/rivonia.html>

¹⁴⁸ Vladimir Schubin: *ANC. A View from Moscow*, p. 58.

Well I don't know if I did become a communist. If by communist you mean a member of the communist party and a person who believes in the theory of Marx, Engels, Lenin and Stalin, and who adheres strictly to the discipline of the party, I did not become a communist.

O esforço das autoridades sul-africanas em conotarem o ANC com a ideologia comunista visavam limitar as críticas internacionais ao julgamento e obter apoios no seio das forças anti-comunistas ocidentais, as quais poderiam vir a influenciar os seus governos. O próprio Primeiro-Ministro Verwoerd, com vista a cativar o apoio ocidental, declarou a propósito do julgamento que¹⁴⁹:

We are dealing here with a communist attack which was directed not only against South Africa but against the West.

Internamente, a maioria da população branca apoiava o seu governo no combate ao perigo vermelho, *rooi gevaar*. Este apoio foi fortalecido devido às acções do *Poqo*, que ao privilegiar brancos nas suas acções violentas, fazia temer uma outra ameaça, o perigo negro, *swart gevaar*. Neste sentido, a aplicação da teoria do *apartheid* era encarada como a resposta dos *africânderes* perante um futuro incerto. A possibilidade de virem a ser governados por uma maioria negra assustava a população branca, uma vez que temiam que os negros fizessem as mesmas coisas que os britânicos tinham feito, ou seja, reduzir os *africânderes* a uma minoria marginalizada na sua própria terra. Perante isto, o *apartheid* era encarado como uma reacção defensiva, com vista a garantir a segurança da nação *africânder*.

Neste sentido, foram exploradas todas as hipóteses de conotar o ANC e Mandela com o comunismo. Durante o julgamento foram apresentadas várias provas que tentavam demonstrar essa ligação. Mandela foi particularmente visado, tanto mais que existiam documentos que o comprometiam com a ideologia marxista. A prova mais embaraçosa tinha a ver com um documento escrito por Mandela intitulado *How to be a Good Communist*, o qual parecia dar ao estado a prova final das convicções marxistas de Mandela.

Confrontado com este documento, Mandela apresentou a sua explicação¹⁵⁰. Este documento, cujo título foi copiado de um texto do chinês Liu Shao Chi¹⁵¹, teria sido escrito para demonstrar a Moses Kotane que os textos marxistas apelavam pouco ao sul-africano comum. Para reforçar o seu ponto de vista, Mandela rescreveu o texto numa linguagem mais simples e mais dirigida à realidade sul-africana, cópia essa apreendida pelas autoridades.

Para reforçar o seu não-alinhamento com o comunismo, Mandela afirmou que o ANC e o SACP não eram a mesma coisa, nem tinham os mesmos objectivos para além da eliminação

¹⁴⁹ *Idem*, p. 59.

¹⁵⁰ Nelson Mandela: *Long Walk to Freedom*, p. 347.

¹⁵¹ Companheiro de Mao Zedong desde a primeira hora, Liu Shao Chi foi um dos principais teóricos do Partido Comunista Chinês. Membro do Comité Central do PCC, chegou a alcançar a posição de Vice-Presidente do Partido. Na sequência da Revolução Cultural foi acusado de traidor, e afastado de todos os cargos partidários em 1968. Faleceu em 1969, tendo sido reabilitado em 1980. Peter Teed: *Dictionary of 20th Century History, 1914-1990*, pp. 274 -275.

do governo de minoria branca. A aliança ANC-SACP podia ser entendida na mesma óptica da aliança entre os EUA, a GB e a URSS durante a II Guerra Mundial. Estes países aliaram-se não por terem os mesmos objectivos, mas por terem um inimigo comum, a Alemanha nazi. Esta aliança não fazia dos EUA e da GB estados marxistas. A ideologia do ANC era o Nacionalismo Africano, sendo que o documento mais importante do ANC, onde estavam as escolhas fundamentais do movimento no campo político e económico, era a *Freedom Charter*. Mesmo os aspectos da *Freedom Charter* que tinham semelhanças com os princípios marxistas, não faziam do ANC um movimento marxista. A defesa das nacionalizações não era motivada por princípios marxistas, como defendia o governo sul-africano, mas pelo seguinte motivo¹⁵²:

...it calls for redistribution, but not nationalization of land; it provides for nationalization of mines, banks and monopoly industry, because big monopolies are owned by one race only, and without such nationalization racial domination would be perpetuated despite the spread of political power. Under the Freedom Charter, nationalization would take place in an economy based on private enterprise. The ANC has never at any period of its history advocated a revolutionary change in the economic structure of the country, nor has it, to the best of my recollection, ever condemned capitalist society.

As ligações à URSS e o apoio prestado por este país ao ANC foram justificados da seguinte maneira por Mandela¹⁵³:

It is perhaps difficult for white south africans, with an ingrained prejudice against communism, to understand why experienced african politicians so readily accept communists as their friends. But to us the reason is obvious... it is not only in internal politics that we count communists as amongst those who support our cause. In international field, communist countries have always come to our aid.

Mandela terminou o seu discurso, afirmando que o objectivo da sua luta não era contra os brancos, mas sim a favor de uma sociedade multirracial. A sua determinação, assim como dos seus companheiros presos, bem explicitada no fim da sua intervenção, serviu de ânimo àqueles que no exterior e na clandestinidade estavam dispostos a continuar a lutar¹⁵⁴:

During my lifetime I have dedicated myself to this struggle of the african people. I have fought against white domination, and I have fought against black domination. I have cherished the ideal of a democratic and free society in which all persons live together in harmony and with equal opportunities. It is an ideal which I hope to live for and to achieve. But if needs be, it is an ideal for which I AM PREPARED TO DIE.

¹⁵² Nelson Mandela: *I am Prepared to Die*, p. 9.
<http://www.anc.org.za/ancedocs/history/mandela/1960's/rivonia.html>

¹⁵³ Vladimir Schubin: *ANC. A View from Moscow*, p. 59.

¹⁵⁴ Nelson Mandela: *I am Prepared to Die*, p. 15.
<http://www.anc.org.za/ancedocs/history/mandela/1960's/rivonia.html>

A 11 de Junho de 1964, Nelson Mandela, Walter Sisulu, Govan Mbeki, Raymond Mhlaba, Elias Motsoaledi, Andrew Mlangeni, Ahmed Kathrada e Denis Goldberg foram condenados a prisão perpétua. As acusações de traição não foram provadas, escapando assim os acusados à pena de morte.

O desmembramento dos braços armados do ANC e do PAC, aliado à condenação e às duras penas dos principais líderes da oposição, revelou uma maior determinação do governo sul-africano no esmagamento da contestação interna. Estas acções demonstraram a determinação de Verwoerd, não só em aprofundar a política de *apartheid*, como também a decisão de ser implacável face a qualquer movimento contestatário.

Nesta sua política, Verwoerd contou com o apoio de dois homens, Balthazar John Vorster, Ministro da Justiça, responsável pelo julgamento de Rivonia, e o General Hendrik J. Van den Bergh, Chefe do *Bureau of State Security* (BOSS), responsável pelas operações de neutralização do MK e do *Poqo*. A acção destes dois homens, que mais tarde se irão destacar na cena política sul-africana, foi acompanhada pela adopção de novas medidas legislativas que facilitavam a vida às autoridades, como foi o caso da já referida *General Law Amedment Act*, que permitia a prisão de suspeitos sem culpa formada.

O sucesso obtido na neutralização das acções do MK e do *Poqo*, assim com a detenção dos seus principais dirigentes, fez com que John Vorster ganhasse um enorme prestígio, o que lhe permitiu ascender rapidamente na hierarquia do NP. Quando em 1966 Verwoerd foi assassinado¹⁵⁵, Vorster apareceu como o seu natural sucessor ao cargo de Primeiro-Ministro.

3.7. A Oposição Legal ao Regime: o Papel de Steven Biko

Com o ANC e o PAC na clandestinidade, enfraquecidos com a prisão de vários dos seus membros mais influentes, a acção legal dos grupos contrários ao *apartheid* ficou temporariamente muito reduzida, com o governo sul-africano a conseguir controlar internamente a situação. A estabilidade do regime sul-africano foi reconhecida internacionalmente, nomeadamente pelos EUA, que, numa óptica realista influenciada pela Guerra Fria, decidiu colaborar com o regime sul-africano, cativando assim o apoio de um estado importante. Em 1969, o Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, reconheceu a estabilidade e poder do regime de Pretória ao afirmar¹⁵⁶:

The white minority has the monopoly of force which it does not hesitate to use, and of power which it will not voluntarily yield... for the foreseeable counter insurgent activity.

Com o objectivo de encontrarem alguma forma de organização, que fosse tolerada pelo regime, jovens estudantes negros começaram a associar-se. Foi nessa altura que surgiu o

¹⁵⁵ Verwoerd foi assassinado a 6 de Setembro de 1966 no momento em que se preparava para proferir um discurso no Parlamento sul-africano. O autor do atentado foi Dimitro Tsafendas, um grego originário de Moçambique, que acusava Verwoerd de ser demasiado moderado em relação à população negra. Verwoerd tinha sobrevivido em 1960 a uma outra tentativa de assassinato levada a cabo por um agricultor branco.

¹⁵⁶ Patti Waldmeir, *op. cit.*, p. 10.

movimento *Black Consciousness*, conotado mais com um pensamento filosófico do que com um pensamento político. Este movimento, surgido nos meios universitários, foi muito influenciado pela teoria do *Black Power* surgida nos EUA.

Em 1969, estudantes negros universitários criaram a *South African Students Organisation* (SASO) sob a presidência de Steven Biko, um jovem estudante de medicina na Universidade do Natal. Para além do *Black Power*, a SASO também foi buscar as suas influências às ideias defendidas pelo primeiro Presidente da *Youth League*, Anton Lembede. A principal ideia da SASO era a de que os negros tinham que se organizar sozinhos, evitando qualquer ligação aos brancos, mesmo àqueles que se diziam contrários ao *apartheid*, uma vez que, nem que fosse no seu subconsciente, eles sentiam-se acima de tudo brancos. Para a SASO era necessário quebrar um estado de espírito que se tinha instalado ao longo dos séculos que defendia a ideia da inferioridade africana¹⁵⁷.

Para Biko, os brancos tinham que ser excluídos de todas as acções do *Black Consciousness Movement*. Para que a luta fosse bem sucedida, o primeiro passo era o de desenvolver uma atitude positiva em relação ao facto de se ser negro. Era necessário alcançar a libertação psicológica da mentalidade de escravo obediente, como condição *sine qua non* para que qualquer acção política fosse bem sucedida. Em 1972, Biko descreveu o surgimento do *Black Consciousness* da seguinte forma¹⁵⁸:

... South Africa political power has always rested with white society. Not only whites have been guilty of being on the offensive, but, by skillful manoeuvres, they managed to control the responses of the blacks to the provocation. Not only have they kicked the black, but they have also told him how to react to the kick. With painful slowness he is beginning to show that he realises it is his right and duty to respond to the kick the way he sees fit.

Apesar das ideias extremistas com evidentes conotações raciais, Biko não advogava a utilização da violência, criticando o ANC e o PAC por terem recorrido à sua utilização.

Se, inicialmente, o governo sul-africano tolerou a SASO, já que a promoção da negritude ia de encontro às teses do desenvolvimento separado promovido pelo regime, o crescimento do movimento, assim com a sua crescente politização alterou a posição do governo.

A partir dos anos 70, a acção da SASO tornou-se cada vez mais incómoda para o governo. Em 1972, a SASO promoveu uma série de greves nas Universidades, nas quais ficou patente o descontentamento crescente dos estudantes. Em 1974 uma série de manifestações, promovidas para festejar o derrube do colonialismo português em Angola e Moçambique, levaram à prisão de vários membros da SASO, nomeadamente Steven Biko.

Este desafio crescente da SASO ao governo, provocou a ilegalização do Movimento em 1977. Esta ilegalização levou a SASO a passar a defender medidas mais drásticas em relação aos

¹⁵⁷ Nigel Worden: *op.cit.*, pp. 116-117.

¹⁵⁸ Gwyneth Williams & Brian Hackland: *The Dictionary of Contemporary Politics of Southern Africa*, pp. 33-34.

modos de acção, aproximando-se muito das ideias do PAC e de escritores radicais como Fanz Fannon¹⁵⁹, rejeitando claramente a ligação a organizações anti-*apartheid* brancas, rejeitando também a eventual entrada de brancos no movimento.

A 12 de Setembro de 1977 Steven Biko foi preso em *Porth Elizabeth* pela polícia sul-africana. Após ter sido espancado, foi enviado para Pretória onde viria a falecer em consequência de lesões cerebrais. A sua morte afectou o funcionamento do movimento, embora tenha despertado uma onda de críticas internacionais ao regime sul-africano.

3.8. A Liderança do ANC no Exílio

O julgamento de Rivonia destruiu a estrutura dirigente do ANC no interior do país, o que obrigou a estrutura externa a assumir o comando do movimento. A liderança do movimento passou a estar a cargo de Oliver Tambo, o qual tinha sido enviado para o exterior na altura em que o movimento foi ilegalizado.

A principal prioridade do ANC no exílio foi a de aumentar o número de guerrilheiros, os quais deveriam ser treinados na URSS, devido às dificuldades em encontrar países africanos que tivessem condições para receber grupos numerosos de recrutas.

Após a visita de Tambo à URSS, e ultrapassadas a suas resistências em aceitar o apoio soviético, o auxílio financeiro¹⁶⁰ e material começou a chegar ao ANC. Igualmente foi decidido pelas autoridades soviéticas passar a treinar grandes grupos de recrutas do ANC de cada vez. Odessa passou a ser o local de eleição para a formação dos guerrilheiros do MK. Vários membros do ANC, que se viriam a destacar no futuro, passaram pelos campos de treino soviéticos. Um desses casos foi um jovem estudante membro do SACP, Martin Thembesile Hani, que, tal como muitos dos seus colegas, utilizava um nome falso, Chris Nkosana. Mais tarde, viria a ser conhecido pela combinação do seu nome verdadeiro e do falso, Chris Hani.

Em meados dos anos 60, o MK possuía cerca de meio milhar de guerrilheiros bem treinados. O grande problema passou a ser a dificuldade de os introduzir no território sul-africano devido aos estados vizinhos que eram aliados da RAS. Como vimos anteriormente, tentativas de fazer passar guerrilheiros sul-africanos através de Moçambique foram mal sucedidas. Os que conseguiram entrar, foram rapidamente capturados pelas forças de segurança sul-africanas. Esta facilidade derivava da fraca estrutura da rede clandestina do ANC, assim com o sucesso da política policial de infiltrar informadores nas redes clandestinas dos movimentos sul-africanos.

¹⁵⁹ Originário da Martinica, Fannon estudou medicina em França. Enviado para a Argélia, cedo aderiu à Frente de Libertação Nacional (FLN), tendo-se assumido como um dos porta-vozes do nacionalismo argelino. Destacou-se como um dos teóricos dos extremistas que promoveram a descolonização de África, advogando a necessidade de se recorrer à violência para se obter a libertação do poder colonial.

¹⁶⁰ O ANC recebeu uma verba de 300 mil dólares, uma soma considerável, ainda mais se tivermos em conta que nessa altura o SACP recebeu 56 mil dólares, e o MPLA e a ZANU 50 mil dólares. Vladimir Schubin: *ANC. A View from Moscow*, p. 58.

A acção do ANC também começou a ter que enfrentar obstáculos no exterior, nomeadamente na Tanzânia, país onde estava sediada a liderança. Em Novembro de 1964, o governo tanzaniano obrigou o ANC a deslocar o seu quartel-general da capital, Dar-es-Salaam, para a cidade de Morongoro, o que afectou a visibilidade do ANC, que deixava de estar próximo do corpo diplomático acreditado na Tanzânia.

Esta mudança de atitude tanzaniana estava relacionada com o conflito sino-soviético. Ao alinhar com a China, a Tanzânia foi pressionada a mudar o seu apoio do ANC para o PAC, este último claro adepto das teses chinesas. O ANC viu o apoio chinês desaparecer, embora isso fosse compensado pelo aumento significativo do auxílio soviético, embora a crescente dependência do ANC em relação à URSS¹⁶¹ não deixasse de inquietar alguns membros do movimento sul-africano.

À medida que o apoio soviético aumentava, alguns países africanos mostraram estar dispostos a moderar as suas posições em relação ao regime de Pretória. Face à forte aliança existente na África Austral entre a África do Sul, Portugal e Rodésia, muitos líderes africanos, entre eles Hastings Banda do Malawi e Felix Boigny da Costa do Marfim, julgavam que esta região do continente era um bastião branco inexpugnável. Assim sendo, o melhor seria não hostilizá-los, mas colaborar com eles¹⁶². Ao defenderem um melhor relacionamento com a África do Sul, estes estados defendiam a diminuição do apoio aos movimentos de libertação, nomeadamente a proibição destes utilizarem os seus territórios como pontos de apoio.

3.8.1. A Conferência de Morongoro

Face aos poucos resultados alcançados pela luta armada, aliada a uma apatia política generalizada que se vivia na África do Sul, o ANC sentiu a necessidade de reanimar o movimento. A situação era particularmente delicada tanto mais que vários membros do MK começaram a criticar abertamente a liderança do movimento. As críticas mais contundentes surgiram do seio do grupo de comandantes do MK, onde se destacou Chris Hani, que apresentou um documento, o Memorando Hani, em que foram expostas as razões do descontentamento.

O Memorando Hani traçou um cenário desastroso do estado do ANC e da luta armada, acusando a liderança pela falta de resultados e soluções perante a situação vivida. Os vários líderes do ANC eram acusados de se terem acomodado à situação, e de viverem no exílio à custa dos fundos recolhidos para a continuação da luta armada. Hani e os outros subscritores do Memorando receberam o apoio de muitos membros do ANC, mas, apesar disso, a liderança do ANC reagiu negativamente, suspendendo do movimento os autores do documento. Apesar da situação ter voltado à normalidade rapidamente, esta situação deixou alguns desentendimentos que não foram totalmente resolvidos nessa altura.

¹⁶¹ Em meados dos anos 60, o apoio soviético representava 85% do apoio financeiro recebido pelo ANC. *Idem*, p. 68.

¹⁶² Hastings Banda defendeu esta ideia no Manifesto de Lusaka, documento aprovado em Lusaka em Abril de 1969 durante uma Cimeira de Estados da África Central e Oriental. Felix Boigny defendeu a necessidade de dialogar e não isolar o regime sul-africano, como meio de ajudar à transição gradual interna.

Este Memorando serviu, no entanto, para que a liderança do ANC despertasse para a necessidade de revitalizar o movimento. Com este objectivo, foi decidido, a 14 de Fevereiro de 1969, a realização de uma conferência. Durante os trabalhos preparatórios desta conferência, uma das questões que se levantou era a de se saber se o ANC deveria ou não continuar a manter a ligação com grupos de oposição não-negros e a de aceitá-los como membros do movimento. A decisão foi a de continuar de portas abertas a todos aqueles que pretendessem contribuir para a abolição do regime de *apartheid*. Tal opção foi justificada da seguinte modo¹⁶³:

This decision of integrate all revolutionaries – irrespective of colour and nationality into the external mission of the ANC – had another important dimension: a moral value. Here are members of the same movement faced with the same problems, striving for the same objectives of bulding a national organisation in which each revolutionary is a potential organiser in any community with direct benefit to the entire movement and where he runs an equal risk of maximum penalty if captured by the enemy. In such a situation all revolutionaries and activists are equal worth, and equally entitled to participate in discussions and decisions affecting the prosecution of a cause for which they have offered their entire lives as individuals.

No fundo, o ANC pretendia transmitir aos seus apoiantes que o objectivo do derrube do *apartheid* não era fácil, sendo necessário contar com o apoio de todos. Face aos riscos que corriam todos aqueles que lutavam contra o regime sul-africano, não se devia menosprezar estes esforços e muito menos marginalizar os seus autores pelo simples facto de não serem negros.

A 25 de Abril iniciou-se a Conferência de Morongoro. Os grandes objectivos eram dois:

1. Criar uma base sólida e uma estratégia de apoio à luta armada com vista a mobilizar a população.
2. Reorganização interna e externa do movimento. Criação de um Conselho da Revolução composto por membros do Comité Executivo do ANC e destacados membros do ANC. Entre eles destacaram-se Yusuf Dadoo, futuro Presidente deste Conselho, e Joe Slovo, principal estratega do Conselho. Para além da preparação, planeamento e aplicação das operações militares, o Conselho da Revolução também seria responsável pela preparação dos quadros do movimento.

Embora a presença e a importância dos membros do SACP no seio do ANC e do MK fosse grande, as acções militares eram decididas em conformidade com as directrizes políticas emanadas pelo ANC que, desde a Conferência de Lobatse, era o movimento dirigente¹⁶⁴.

Para além da luta armada, o objectivo foi o de também melhorar e aprofundar a rede clandestina do ANC dentro da África do Sul. Nesse sentido foi necessário reforçar os mecanismos de segurança interna que evitassem a infiltração de agentes do estado ou a existência de fugas de

¹⁶³ Unity in Action. A Short History of the African National Congress, 1912-1982, p. 31.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/unity.html>

¹⁶⁴ Com vista a reorganizarem-se na clandestinidade, os membros do ANC, SACP e SACTU reuniram-se, em 1963, na Conferência de Lobatse, no sul do Botswana. Nessa Conferência, ficou decidido a conversão do MK como parte integrante do ANC. Igualmente ficou decidido que o ANC seria o movimento dirigente dentro dos movimentos no exílio, ficando a luta armada subordinada à direcção política do ANC.

informação. Igualmente importante foi a infiltração de membros do ANC nos sindicatos, universidades e no seio dos trabalhadores com vista a aumentar o apoio à luta.

Após a Conferência de Morongoro, o ANC ganhou ânimo para continuar a sua luta. No entanto, este entusiasmo foi desde logo posto à prova em meados de 1969.

O crescente afastamento que se vinha registando por parte do regime tanzaniano em relação ao ANC, culminou com a ordem de expulsão¹⁶⁵ em Julho de 1969. O argumento oficial para tal decisão foi o facto do governo tanzaniano considerar a presença, há tão longo tempo, de guerrilheiros sul-africanos no seu território, uma ameaça à segurança interna do país. Na prática, tal decisão deveu-se ao conflito sino-soviético e à opção tanzaniana de passar a apoiar apenas o PAC.

Mais uma vez a URSS foi de extrema utilidade. Aviões soviéticos transportaram os guerrilheiros do MK da Tanzânia para solo soviético. Embora esta fosse a solução possível, a verdade é que a eficácia do MK diminuiu consideravelmente devido à distância geográfica e à contínua falta de apoio regional.

3.9. A África do Sul e a Sociedade Internacional

A passagem à prática dos vários pressupostos do *apartheid*, associada ao crescente número de estados afro-asiáticos com assento na ONU, trouxe para a ribalta internacional a situação interna sul-africana.

Desde a sua criação, a ONU manteve uma relação tensa com a África do Sul, a qual se foi agravando com o passar dos anos. A posição sul-africana face à ONU foi, desde o início, a de que esta Organização não tinha poderes para se imiscuir nos assuntos internos dos estados membros. Os sul-africanos rejeitaram peremptoriamente a possibilidade da ONU se envolver na questão racial, considerado um assunto interno do país.

Para além da questão do *apartheid*, a África do Sul também foi criticada devido ao problema da posse do Sudoeste Africano, questão que veremos um pouco mais à frente.

Pelo menos desde 1947, a África do Sul viu a sua posição alvo de discussão na ONU. Logo nesse ano, a Índia iniciou uma campanha contra a África do Sul na ONU com vista a defender os direitos dos cidadãos sul-africanos de origem indiana. Esta campanha isolada da Índia, começou a ganhar adeptos à medida que novos estados, saídos da descolonização, iam aderindo à ONU. Estas iniciativas indianas receberam, desde logo, o apoio da Libéria e da Etiópia, dois dos poucos estados africanos que na altura eram independentes.

Se até aos anos 50 a RAS conseguiu ultrapassar, sem grandes problemas, as campanhas patrocinadas pelos estados opositores, a situação mudou com o começo dos anos 60. Só no ano

¹⁶⁵ O governo tanzaniano deu um prazo de 14 dias aos guerrilheiros do MK para se tentarem infiltrar na RAS, caso contrário seriam enviados para campos de refugiados, o que provavelmente representaria o fim do MK.

de 1960, 17 colónias africanas ascenderam à independência¹⁶⁶, passando a África do Sul a contar com 17 novos inimigos no seio da ONU. Os acontecimentos de Shaperville e o julgamento de Rivonia, chamaram ainda mais a atenção da Sociedade Internacional para a situação interna sul-africana.

Para além disso, os primeiros anos desta década foram acompanhados pela criação de uma série de Comitês destinados a acompanhar a situação sul-africana. O Comité do *Apartheid* foi criado em Novembro de 1962, através da Resolução 1761. A Comissão para o Estudo das Condições na África do Sul foi nomeada em Dezembro de 1963. O Comité de Sanções, cuja criação foi proposta pela Noruega em 1964, encarregou-se de estudar a possibilidade de se adoptar sanções económicas contra a RAS¹⁶⁷.

Desde 1963, os estados africanos, 36 num total de 114 estados membros da ONU, conseguiram aprovar uma série de resoluções sobre assuntos relacionados com a África do Sul. Também conseguiram que fossem criados Comissões e Comitês destinados a tomar medidas concretas contra a RAS. Igualmente nas agências especializadas da ONU se começou a fazer sentir os ataques aos sul-africanos¹⁶⁸.

O ano de 1963 também foi marcado pela adopção de um primeiro pacote de sanções cuja aplicação causou alguns transtornos ao regime sul-africano. A 4 de Novembro de 1963 o Conselho de Segurança da ONU adoptou a Resolução 182 que determinou o embargo de armas à África do Sul¹⁶⁹. A adopção destas sanções acabou por ter um efeito perverso, uma vez que fomentou a indústria militar no país, nomeadamente através da criação da *Armaments Corporation of South Africa* (ARMSCOR), a qual rapidamente se converteu num dos maiores conglomerados industriais do país.

3.9.1. A Questão do Sudoeste Africano

Para além das políticas de discriminação racial, o regime de Pretória mantinha um relacionamento tenso com a ONU devido à questão da posse do Sudoeste Africano.

¹⁶⁶ Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Senegal, Somália e Togo.

¹⁶⁷ Richard Pattee: *África do Sul Vizinha de Portugal*, p. 417.

¹⁶⁸ Desde meados dos anos 50 a RAS começou a abandonar várias agências especializadas da ONU. Em 1955 abandonou a *United Nations Educational and Scientific Organisation* (UNESCO). Porém, foi nos anos 60 que a decisão de abandonar estas organizações teve maiores efeitos práticos. Assim, em 1963 abandonou a *Food and Agriculture Organisation* (FAO). Em 1964 a RAS retirou-se da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao mesmo tempo que a sua permanência ou expulsão era alvo de discussão em organizações como a Organização Mundial de Saúde (OMS), União Internacional de Telecomunicações (UIT) e da Organização Internacional de Aviação Civil (OIA).

¹⁶⁹ Enuga Sreennivasulu Reddy: *United Nations and Apartheid. A Chronology*, p. 4.
<http://www.anc.org.za/un/un-chron.html>

Para compreendermos correctamente esta questão, é necessário recuar um pouco no tempo, mais precisamente à I Guerra Mundial, para se perceber os argumentos apresentados pelas partes em litígio.

A disputa à volta da posse do Sudoeste Africano tinha por base o facto deste território não ser uma província sul-africana, mas antes um território colocado sob administração e responsabilidade sul-africana através do Sistema de Mandatos da Sociedade das Nações.

Após o fim da I Guerra Mundial, a Alemanha enquanto potência derrotada, perdeu as suas colónias. Em África a Alemanha detinha o Togo, os Camarões, a África Oriental Alemã, composta pelos actuais Ruanda, Burundi e grande parte da Tanzânia, e o Sudoeste Africano. Estes territórios foram distribuídos pelos países vencedores¹⁷⁰. O Sudoeste Africano foi atribuído por mandato tipo C, a 17 de Dezembro de 1920, à África do Sul, país que já tinha ocupado o território durante a guerra.

O Sistema de Mandatos¹⁷¹ surgiu, em grande medida, dos ideais defendidas pelo General Jan Smuts¹⁷², e pretendia colocar determinados territórios na mão de potências que os ajudariam a evoluir até estarem em condições de se poderem administrar.

Cada potência convidada a exercer a autoridade de mandatário assinou um acordo específico e individual sobre o território que iria administrar. No Acordo assinado pela África do Sul em relação ao Sudoeste Africano, o artigo 2 estabeleceu que o mandatário tinha o direito de administrar e legislar sobre o território, como se este fosse parte integrante da União Sul-Africana e podia aplicar-lhe as leis sul-africanas, apenas necessitando de as adaptar às realidades locais¹⁷³. O mandatário ficava obrigado a contribuir ao máximo para o bem-estar moral e material e progresso social dos habitantes.

Dentro do território do Sudoeste Africano existia o Enclave sul-africano de Walvis Bay. Criado antes da atribuição do Sudoeste Africano pela Conferência de Berlim de 1884/85, o Enclave será, mais tarde, mais um obstáculo a complicar a resolução do problema do Sudoeste Africano.

3.9.2. A Internacionalização da Questão do Sudoeste Africano. A Posição da ONU

¹⁷⁰ A França ficou com o Togo e parte dos Camarões; a GB ficou com a outra parte dos Camarões e com o Tanganica; a Bélgica ficou com o Ruanda e Burundi.

¹⁷¹ Existiam três tipos de Mandatos, A, B e C. Os do tipo A diziam respeito aos territórios do antigo Império Austro-Húngaro e à zona da Síria, do Líbano e da Palestina. Estes eram os territórios que estavam mais próximos de alcançar a sua autonomia, devendo as potências responsáveis pela administração do mandato favorecer o seu avanço. Os de mandato B e C diziam respeito a territórios que careciam de condições económicas e humanas para alcançarem a curto prazo a autonomia, necessitando de um período, mais alargado de preparação, período durante o qual ficavam sob administração e protecção de uma potência. Todas as colónias africanas, com excepção do Sudoeste Africano, ficaram com um mandato tipo B. As ilhas do Pacífico e o Sudoeste Africano ficaram com Mandatos do tipo C.
Armando Campos: África do Sul. Potência Regional, p. 327.

¹⁷² As ideias de Smuts foram desenvolvidas no seu livro *The League of Nations. A Practical Suggestion*, publicado em 1918 em Londres.

¹⁷³ Richard Patte, *op.cit*, p. 557.

A criação da ONU resultou essencialmente da colaboração dos países aliados que venceram a II Guerra Mundial. Na primavera de 1945, a Conferência de S. Francisco, onde estiveram presentes 50 países, viu nascer a ONU. A Carta da Organização das Nações Unidas entrou em vigor a 24 de Outubro de 1945. Durante essa altura, a SDN continuava a existir, uma vez que a sua dissolução oficial só ocorreu em Abril de 1946. Para os sul-africanos, uma prova do carácter distinto das duas organizações foi dada pelo facto de, na altura em que se preparava a Conferência de S. Francisco, foram convidadas a estarem representadas várias organizações internacionais, nomeadamente a SDN.

Para a África do Sul, o facto das duas organizações terem coexistido durante alguns meses, confirmava juridicamente que não se pensou numa continuidade legal. Esta questão é central para se poder compreender a questão do futuro dos Mandatos criados pela SDN e, consequentemente, o futuro do Sudoeste Africano.

Do ponto de vista sul-africano, nada obrigava aos países com Mandatos a aceitar as disposições da ONU, nomeadamente a ideia de converter os Mandatos no novo Sistema de Tutela¹⁷⁴. Assim, se aceitarmos o facto de não existir uma linha de continuidade e de sucessão entre a SDN e a ONU, as responsabilidades dos estados membros da SDN não passavam automaticamente para a ONU, sendo necessário obter um consentimento prévio. Para argumentar ainda mais a favor da sua posição, a África do Sul chamou a atenção para a posição das duas potências cujo papel foi determinante na criação da ONU, EUA e URSS, os quais recusaram a ideia de que a ONU era a sucessora da SDN. Os EUA nunca chegaram a aderir à SDN e a URSS havia sido expulsa em 1939.

Desde muito cedo houve vários estados dentro da ONU que defenderam que existia uma transferência directa e automática do Sistema de Mandatos da SDN para o conceito de Territórios Não-Autónomos da ONU, abrangidos pelo Artigo 73 da Carta das Nações Unidas¹⁷⁵.

¹⁷⁴ De acordo com o Artigo 77 da Carta das Nações Unidas, o Sistema de Tutela visava abranger três tipos de territórios: territórios sob Mandato; territórios que pudessem ser separados de Estados inimigos em consequência da II Guerra Mundial; e territórios voluntariamente colocados sob tal sistema por estados responsáveis por tal administração. Os objectivos do Sistema de Tutela eram, segundo o Artigo 76 da Carta da ONU, os de fomentar o progresso político, económico, social e educacional dos habitantes dos territórios tutelados e o seu desenvolvimento progressivo para alcançar um governo próprio ou a independência.

Carta da Organização das Nações Unidas.

<http://www.un.org/Overview/Chapter/chapter11.html>

¹⁷⁵ O Artigo 73 está incluído no Capítulo XI da Carta das Nações Unidas. Este Capítulo diz respeito aos territórios sem governo próprio. O Artigo 73 obriga os estados, que assumiram responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, a assegurar o progresso político e a desenvolver a capacidade de governo próprio desses territórios. Os estados eram igualmente obrigados a transmitir regularmente ao Secretário-Geral da ONU informações de vária índole sobre a evolução dos territórios sobre sua responsabilidade.

Carta da Organização das Nações Unidas.

<http://www.un.org/Overview/Chapter/chapter11.html>

Foi à volta da aplicabilidade deste Artigo que se travaram duras discussões na ONU entre estados colonizadores, nomeadamente Portugal, e os restantes estados membros.

Prevendo o agravamento da posição da África do Sul em relação às suas pretensões sobre o Sudoeste Africano, o Marechal Smuts tentou, durante a Conferência de S. Francisco, obter a aprovação da ONU para anexar o território. A sua pretensão não foi aceite¹⁷⁶, tendo a Assembleia Geral da ONU recomendado à África do Sul que colocasse, voluntariamente, o Sudoeste Africano sob o Sistema de Tutela. Pretória recusou, afirmando que continuaria a administrar o Sudoeste Africano segundo o espírito do antigo Mandato.

Perante este impasse, o governo sul-africano decidiu apresentar, a 6 de Dezembro de 1949, o caso ao Tribunal Internacional de Haia. Na sua decisão, o Tribunal fez saber, a 11 de Julho de 1950, que os sul-africanos não tinham qualquer obrigação jurídica de concluir um acordo de Tutela para o Sudoeste Africano, extinguindo assim o Mandato existente. Porém, esta não foi a opinião da Assembleia Geral da ONU, que, cada vez mais, pressionou o governo de Pretória a aceitar o novo Sistema. Este confronto foi-se agravando à medida que novos estados africanos aderiam à ONU.

A partir dos anos 50, a contestação à África do Sul no seio da ONU, passou a ser liderada pela Etiópia e Libéria¹⁷⁷, e tinha por base não só a questão do Sudoeste Africano, mas também o problema do *apartheid*. A África do Sul foi acusada de, também no Sudoeste Africano, ter posto em prática políticas discriminatórias, cujo objectivo era a opressão da população negra em benefício dos brancos.

Nos anos 60, a questão da posse do Sudoeste Africano passou a estar permanentemente presente nos trabalhos da ONU. Esta questão assumirá, como veremos, contornos particularmente graves durante os anos 70 e 80. Porém, na década de 60 a questão andou à volta de princípios jurídicos.

Importante para apoiar as teses daqueles que se opunham à posição sul-africana foi o aparecimento do *South West People's Organisation* (SWAPO). Este movimento teve as suas origens num outro, o *Ovamboland People's Congress*, fundado em 1957 na Cidade do Cabo por Andimba Toivo ja Toivo¹⁷⁸. A ideia subjacente à criação da SWAPO¹⁷⁹, foi a de tentar congregar num mesmo movimento todos aqueles que pretendiam lutar contra o domínio sul-africano.

A 19 de Abril de 1960 a SWAPO foi criada sob a liderança de Sam Nujoma. O principal objectivo da nova organização era *The Liberation of the Namibian People from Colonial Oppression and Exploitation*¹⁸⁰. Em 1961 a SWAPO aceitou o princípio de se juntar o esforço político ao esforço militar e iniciar os preparativos para a luta armada contra a presença sul-

¹⁷⁶ A Comissão Permanente de mandatos da SDN já tinha recusado por duas vezes, em 1927 e 1929, a ideia da soberania sul-africana sobre o Sudoeste Africano.

¹⁷⁷ T.R. Davenport: *op.cit.*, pp. 481-484.

¹⁷⁸ Preso em 1966, Toivo ja Toivo foi condenado, em 1968, a 20 anos de prisão em Robben Island, na África do Sul. Foi libertado em 1984, tendo sido nomeado Secretário Geral da SWAPO.

¹⁷⁹ Embora a SWAPO aceitasse a existência de outras organizações, o seu objectivo era o de coordenar e liderar o esforço de oposição com vista a tornar mais eficazes as acções a desenvolver, ao mesmo tempo que haveria uma maior rentabilização dos recursos existentes.
SWAPO: *Nasce uma Nação. Luta de Libertação na Namíbia*, pp. 194-195.

¹⁸⁰ Gwyneth Williams & Brian Hackland, *op. cit.*, pp. 262-263.

africana no território do Sudoeste Africano. Em 1964 os primeiros guerrilheiros estavam prontos para entrar em acção. Nesse mesmo ano, a *Caprivi African National Union* (CANU) uniu-se à SWAPO, o que permitiu ao movimento estabelecer bases na região estratégica da faixa de Caprivi¹⁸¹. A 26 de Agosto de 1966, a SWAPO lançou a sua primeira operação militar, atacando as forças sul-africanas no norte do território, em Omgulumbashe.

Em 1965 a SWAPO obteve uma importante vitória diplomática ao ser reconhecida pela Organização de Unidade Africana (OUA), como único e legítimo representante do povo da Namíbia¹⁸².

Os anos 70 marcaram o início de acontecimentos determinantes para o desenvolvimento do problema da Sudoeste Africano/Namíbia. Em 1973, a SWAPO decidiu reestruturar o seu braço armado e criou o *People's Liberation Army of Namibia* (PLAN). Nesse mesmo ano, a ONU reconheceu a SWAPO como representante legítimo do povo namibiano. Este reconhecimento abriu as portas à atribuição do estatuto de Observador à SWAPO em 1976.

A maior actividade militar da SWAPO, levou o governo sul-africano a enviar mais tropas para o território e a declarar, a 4 de Fevereiro de 1972, o estado de emergência. Paralelamente ao esforço militar, os sul-africanos vão começar, por iniciativa do Primeiro-Ministro John Vorster, a tentar encontrar uma solução política interna para o território. A eficácia das acções militares da SWAPO não foi maior devido à falta de apoios regionais. Salvo o caso da zona de Caprivi, o resto do território não gozava de uma retaguarda segura. A norte, encontrava-se Angola, onde o exército português mantinha excelentes relações com as tropas sul-africanas, relacionamento esse que se traduzia em acções conjuntas. Pese embora este ambiente hostil, a SWAPO manteve ligações estritas com a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), uma vez que ambos os movimentos tinham a mesma base de apoio, ou seja, a população ovambo. A leste, o Botswana, devido à sua enorme dependência económica face à RAS, não estava em condições de auxiliar a SWAPO. A sul estava a África do Sul. Porém, esta ausência de apoios regionais sólidas mudaria em breve com a independência de Angola.

A questão do Sudoeste Africano/Namíbia foi, juntamente com a condenação ao *apartheid*, motivo de constante animosidade entre a ONU e a África do Sul. Partindo de uma posição algo confortável, devido aos apoios recebidos, o regime sul-africano viu a sua posição degradar-se gradualmente com o aparecimento de novos estados no seio da ONU. Esta escalada no mau relacionamento entre a África do Sul e a ONU culminou a 30 de Setembro de 1973 quando a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu¹⁸³ não aceitar as credenciais dos representantes sul-

¹⁸¹ Faixa de território situado na zona nordeste da Namíbia que faz fronteira com quatro países, Angola, Botswana, Zâmbia e Zimbabwe. A sua curiosa configuração geográfica resultou de um Acordo Anglo-Alemão de 1890. Ao criar a faixa de Caprivi, os alemães pretendiam acesso ao rio Zambeze, o qual se julgava ser navegável até ao Oceano Índico e em direcção à costa oriental de África.

¹⁸² O nome Namíbia foi adoptado em homenagem ao deserto do Namib que ocupa grande parte do território. A partir de 1968, a ONU passou, a pedido da SWAPO, a designar oficialmente o território por Namíbia, deixando de utilizar o termo Sudoeste Africano.

¹⁸³ Esta decisão da Assembleia Geral foi adoptada com 98 votos a favor, 23 contra e 14 abstenções. Esta ideia já vinha sendo defendida desde 1973 por vários países, nomeadamente africanos. Para os defensores desta posição, o regime sul-africano não tinha o direito de representar o povo da África do Sul, devendo os movimentos de libertação ser reconhecidos como os verdadeiros representantes do povo. Enuga. S. Reddy: *op.cit.*, pp. 5-6.

africanos. A mesma Assembleia convidou o ANC e o PAC a participarem nas reuniões com o estatuto de observadores. A proposta de expulsão da África do Sul na ONU, votada pelo Conselho de Segurança em Outubro de 1974, só não foi aprovada devido aos votos contra de três dos membros permanentes, GB, França e EUA.

3.9.3. A Importância da África do Sul para os Países Ocidentais

Apesar de demonstrarem algum nível de criticismo em relação à política interna sul-africana, a verdade é que os países ocidentais, nomeadamente a GB e os EUA, eram considerados sólidos aliados do regime sul-africano. Tal posição era revelada em momentos críticos, como foi o caso da votação de expulsão da RAS da ONU anteriormente referida. Interessa saber concretamente o porquê deste apoio. É sobretudo interessante analisar a posição norte-americana, onde vários Presidentes apoiaram o regime sul-africano apesar de internamente contarem com uma importante minoria negra. No entanto, convém referir que o apoio norte-americano variava bastante conforme o Presidente em exercício, não sendo de esperar o mesmo nível de apoio do Presidente Jimmy Carter ou do Presidente Ronald Reagan.

O começo da Guerra Fria fez com que a ameaça do expansionismo soviético servisse para aproximar a África do Sul aos países ocidentais. Vários líderes *africânderes* afirmaram que a África do Sul era o baluarte da civilização Ocidental em África, representando um oásis de estabilidade e progresso face a uma África pós-colonial mergulhada em conflitos. Para além de argumento interno, esta ideia também era utilizada para mobilizar apoios no mundo Ocidental para o regime. A tentativa de colar a África do Sul ao mundo Ocidental era vista pelo regime sul-africano como uma garantia de segurança. Neste sentido, os sul-africanos abordaram, em 1948, o Sub-Secretário de Estado norte-americano, Robert Lovett, sobre a possibilidade da África do Sul ser incluída na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), argumentando para tal sobre a importância da Rota do Cabo para o mundo Ocidental¹⁸⁴.

A hipótese de adesão da África do Sul à OTAN acabou por ser abandonada devido aos problemas e às implicações geográficas e políticas de tal decisão. O principal obstáculo prendia-se com as dificuldades associadas ao regime sul-africano e à distância geográfica. Países membros da OTAN, como a Dinamarca, Noruega, Holanda e Canadá, rejeitaram em absoluto a hipótese da África do Sul estar agregada à Organização. As exigências sul-africanas, nomeadamente ao nível da autonomia de acção, também dificultaram um eventual acordo. Face à impossibilidade de se estabelecer um acordo global, a África do Sul acabou por assinar um acordo bilateral com a GB, em 1955, sobre a base naval de Simonstown, situada na zona do Cabo. Embora fosse um acordo bilateral, não estava excluída a utilização desta base por parte de outros estados membros da OTAN.

A assinatura do Acordo bilateral sobre Simonstown entre britânicos e sul-africanos veio demonstrar que, apesar dos problemas existentes entre os dois países, os pontos em comum ainda eram muitos. Para além da enorme percentagem de população branca sul-africana que ainda se considerava britânica, a África do Sul continuava a estar ligada à GB por laços institucionais.

¹⁸⁴ Christopher Coker: NATO, The Warsaw Pact and Africa, p. 72.

Este relacionamento era muito útil para os EUA que, sem se terem comprometido oficialmente com o regime sul-africano, contavam na prática com o apoio, nomeadamente logístico, deste país. Acima de tudo, os norte-americanos não queriam cair em situações embaraçosas. O elemento dominante na política externa norte-americana durante a Guerra Fria foi a oposição ao expansionismo comunista. No que diz respeito a África tal oposição foi deixada, inicialmente, a cargo das potências coloniais e dos regimes de minoria branca¹⁸⁵. Esta cumplicidade era particularmente visível no contexto da África Austral. Ainda durante a Presidência Truman, a *Central Intelligence Agency* (CIA) elaborou um documento intitulado *The Political Situation in the Union of South Africa*¹⁸⁶, em que se afirmava que, pese embora a África do Sul fosse um país anti-comunista, uma excessiva ligação entre os EUA e este país seria negativo. Devido à política racial sul-africana, uma eventual aliança com os EUA seria utilizada pela URSS na sua campanha contra os países ocidentais, ao mesmo tempo que prejudicaria a imagem norte-americana nos territórios africanos a descolonizar.

A ideia com que se fica em relação à posição norte-americana face à África do Sul é a de que, embora preferisse evitar ligações oficiais na forma de Acordos ou Tratados, os EUA reconheciam a necessidade de manter um bom relacionamento com este país. Esta ideia começou a ganhar força durante a presidência de Eisenhower, para quem a África do Sul era um importante aliado no combate ao expansionismo soviético. Esta concepção esteve presente mesmo durante a presidência de Kennedy, que pese embora tenha tido uma posição mais distante em relação aos poderes brancos em África, não deixou de reconhecer a importância da África do Sul.

Mas, no contexto ocidental, o relacionamento privilegiado dos sul-africanos foi com a GB, embora esse relacionamento se caracterizasse muitas vezes por uma relação amor-ódio.

3.9.4. As Relações África do Sul – Grã-Bretanha

Para além das razões históricas, o relacionamento entre a GB e a África do Sul resultava da cooperação estabelecida nos anos 30 durante a fase em que se discutiu o envolvimento sul-africano na II Guerra Mundial em apoio da GB. A contribuição sul-africana foi essencial para garantir a segurança e controlo das rotas marítimas no Atlântico Sul.

O início dos processos de descolonização das colónias britânicas, baseados no princípio da aplicação da regra da maioria, fez com que o relacionamento começasse a esfriar. Para os dirigentes sul-africanos, muito influenciados pelas ideias do nacionalismo *africânder*, era necessário começar a cortar amarras. Assim, em 1957 a bandeira e o hino nacional britânicos¹⁸⁷ foram abolidos das cerimónias oficiais sul-africanas. Em 1960, uma nova moeda, o rand, substituiu a libra esterlina. A decisão sul-africana de se converter numa República e a posterior saída da Commonwealth, vieram contribuir ainda mais para o afastamento.

¹⁸⁵ Julius Nyerere: *America and Southern Africa*, pp. 671-672 & 677-682.

¹⁸⁶ Armando Campos, *op. cit.*, p.526.

¹⁸⁷ O hino nacional britânico, *God Save the Queen*, foi substituído pelo novo hino nacional sul-africano, *Die Stem Van Suid Afrika*.

Este crescente afastamento sul-africano provocou alguma irritação nos britânicos que decidiram reagir da mesma maneira. A primeira prova do afastamento britânico deu-se com a decisão de não integrar os três protetorados britânicos na África do Sul, contrariando assim o que tinha ficado previsto no Acordo de 1910.

Esta decisão foi muito mal recebida pelos sul-africanos que consideravam a incorporação um facto consumado. Desde que subiu ao poder em 1948, o NP tinha insistido com o governo britânico para que este procedesse à incorporação. Várias vezes os dirigentes sul-africanos se referiram à necessidade de se proceder a tal incorporação, essencial para o esforço de defesa do território sul-africano. Pretória temia que estes territórios, caso alcançassem a independência, se convertessem em santuários para os movimentos de oposição sul-africanos. Assim, a anexação era mais motivada por razões de segurança do que por razões expansionistas. Mas não eram apenas as questões ligadas à segurança que justificam tal desejo. No caso da Basutolândia, futuro Lesoto, as reservas de água existentes neste território eram essenciais para abastecer as zonas urbanas de Joanesburgo e Pretória.

Se inicialmente a ideia britânica era de facto integrar os protetorados na África do Sul, as alterações mundiais verificadas com o fim da II Guerra Mundial, mas sobretudo a progressiva aplicação da doutrina do *apartheid*, obrigaram a uma revisão da ideia inicial.

Respeitando os princípios defendidos em relação ao processo de descolonização já posto em prática, a GB decidiu conceder a independência aos três protetorados em meados dos anos 60¹⁸⁸. Os três novos estados, Botswana, Lesoto e Suazilândia, alcançaram a independência política, porém, mantiveram-se muito dependentes economicamente da África do Sul, realidade que lhes condicionou as opções políticas, nomeadamente ao nível do apoio aos movimentos de libertação sul-africanos.

O relacionamento sul-africano e britânico também foi seriamente afectado devido ao problema rodesiano. A Rodésia do Sul, onde residia uma importante comunidade branca, reagiu negativamente ao processo descolonizar patrocinado pela GB. Entre 1953 e 1963, o território da Rodésia do Sul esteve unido ao da Rodésia do Norte e ao da Niassalândia, através da existência da Federação da África Central. Esta Federação, um velho sonho da população branca destas três colónias britânicas, era vista como um primeiro passo para uma independência branca destes territórios. Apercebendo-se disto, a GB dissolveu a Federação em 1963. Em 1964, a Niassalândia e a Rodésia do Norte alcançaram a independência, adoptando respectivamente as designações oficiais de Malawi e Zâmbia. Temendo que a GB se preparasse para aplicar a regra da maioria ao território da Rodésia do Sul, o partido da minoria branca, a Frente Rodesiana, liderada por Ian Douglas Smith, declarou a independência unilateral da Rodésia do Sul a 11 de Novembro de 1965.

Antes de tomar esta atitude, os brancos rodesianos garantiram quer o apoio sul-africano, quer o apoio português, essenciais para garantir a sobrevivência do regime rebelde. O governo britânico, liderado por Harold Macmillan, reagiu duramente a esta declaração de independência. De imediato, Londres, juntamente com a ONU, declarou um conjunto de sanções contra o

¹⁸⁸ O Botswana ascendeu à independência a 30 de Setembro de 1966 sob o comando de Seretse Khama; o Lesoto alcançou a independência a 4 de Outubro de 1966 com o rei Motlotlehi Moshoeshe II no poder; a Suazilândia tornou-se independente a 6 de Setembro de 1968 sob a liderança do rei Shobuzi II.

regime de Salisbúria, com o objectivo de o fazer cair numa questão de semanas. Porém, o regime não só não caiu, como conseguiu reforçar-se política e economicamente, contribuindo para tal o apoio precioso da África do Sul e de Portugal.

A ligação entre a África do Sul, Rodésia e Portugal, era vista com uma aliança que permitia a continuidade e a viabilidade dos regimes brancos na África Austral. As componentes económicas e militar sul-africanas eram completadas pela mão-de-obra e vias de comunicação moçambicanas. O Porto e Caminho-de-ferro da Beira eram vitais para a sobrevivência económica rodesiana, que utilizava esta via como principal via de escoamento e abastecimento¹⁸⁹. Este conjunto de territórios, aos quais se aliavam, na costa atlântica, Angola e o Sudoeste Africano, davam à África do Sul uma sensação de segurança e de distanciamento face aos movimentos descolonizadores que se estavam a verificar no resto do continente africano.

A importância da intervenção sul-africana na região assumirá cada vez maior relevância no contexto da formulação da sua política externa, ao ponto de ser vital para a sobrevivência do próprio regime do *apartheid*. As alterações verificadas nos anos 70, trouxeram o início dos grandes desafios à manutenção do regime sul-africano.

¹⁸⁹ A continuação da utilização deste Porto pelos rodesianos, agravou o relacionamento entre a GB e Portugal. Em 1966, a GB chegou a levar a cabo um bloqueio marítimo ao Porto da Beira, o que obrigou a desviar o tráfico comercial com destino à Rodésia para Lourenço Marques e para a África do Sul.

CAPÍTULO IV

PRIORIDADE À POLÍTICA EXTERNA O ASSALTO TOTAL E A ESTRATÉGIA TOTAL NACIONAL

4.1. Agravamento da Situação na Frente Interna. A Crise do Soweto

Entre 1962 e 1972, a RAS conheceu um período de alguma acalmia social, a qual permitiu um crescimento económico. Durante esse período, as condições de vida das populações negras melhoraram, com o fosso entre brancos e negros a diminuir¹⁹⁰. A partir de 1973, o país começou a entrar num período de recessão, com o preço do ouro a cair nos mercados mundiais, ao mesmo tempo que a crise petrolífera fez disparar os preços do petróleo. Esta recessão foi acompanhada por uma vaga de greves em todo o país, particularmente graves em Durban e em *East London*. As independências de Angola e Moçambique vieram animar os opositores do regime, começando-se a sentir uma revitalização da contestação política.

Em 1974, o novo Ministro da Educação Bantu, Michael C. Botha, e o seu Vice-Ministro, Andries Treurnicht, decidiram fazer aplicar uma determinação do *Bantu Education Act* que determinava a utilização no ensino do *afrikaans* em pé de igualdade com o inglês. Ao longo dos anos, a falta de professores de *afrikaans*, associada à ausência de livros escolares nesta língua, fizeram com que o inglês e as línguas nativas fossem as mais usadas na educação. Devido ao facto do *afrikaans* ser conotado com a língua do opressor, a decisão de utilizar esta língua no ensino, levantou, desde logo, uma onda de contestação. Ao longo de 1975 e 1976 a contestação foi subindo de tom.

O descontentamento também foi motivado pela crescente falta da habitação para a população negra. A razão desta escassez, prendeu-se com a decisão do governo de abrandar a construção de habitações para negros na África do Sul branca, preferindo promover a criação de habitação nos vários Bantustões, como forma a incentivar à deslocação das populações.

A 16 de Junho de 1976, centenas de estudantes do ensino secundário do Soweto, realizaram uma manifestação, protestando contra a utilização do *afrikaans*. A polícia respondeu a tiro às provocações, causando 3 mortos e vários feridos. A notícia da morte destes estudantes, levou à erupção de vários focos de violência nas zonas à volta de Joanesburgo, as quais acabaram por provocar a morte de centenas de manifestantes¹⁹¹.

¹⁹⁰ Esta diminuição ficou a dever-se ao aumento dos salários dos mineiros. Este aumento foi feito com vista a cativar trabalhadores nacionais para as minas, de modo a não se ter que recorrer tanto à mão-de-obra estrangeira.

¹⁹¹ A violência manteve-se por vários meses. Até 1977, segundo os números oficiais, a onda de violência provocou a morte de 575 pessoas e feriu 2.389.

Estes incidentes acabaram por ter um enorme efeito no desenvolvimento dos acontecimentos na África do Sul. Embora as manifestações de estudantes não tivessem sido organizadas pelos movimentos de libertação, a verdade é que eles acabaram por ser os grandes beneficiados destes acontecimentos. Milhares de jovens¹⁹² abandonaram o país nesta altura, com o intuito de se juntarem à luta armada sob o slogan *Liberation Before Education*. O governo sul-africano tentou acalmar os ânimos, mostrando a sua disponibilidade para rever a decisão da utilização obrigatória do *afrikaans* no ensino, decisão que veio, no entanto, tarde demais.

Os acontecimentos do Soweto tiveram duas consequências importantes. Em primeiro lugar, trouxeram, pelos piores motivos, a situação da África do Sul de volta à ribalta internacional, e, por outro, a população negra consciencializou-se de que a resistência podia alcançar resultados, uma vez que o ensino do *afrikaans* foi abandonado nas escolas do Soweto. Devido à crescente má imagem do país, os custos do *apartheid* aumentaram. Tudo isto obrigou o governo a ponderar a aplicação do *apartheid* noutros moldes, ou seja, tentar encontrar maneira de implementar as suas ideias com o apoio da população negra. Esta necessidade sul-africana, surgiu ao mesmo tempo que a economia começou a sofrer as consequências da crise petrolífera.

A crise económica do país fez com que as manifestações anti-*apartheid* ganhassem maior importância. A degradação económica era mais visível no seio da população negra, mas, necessariamente, acabou também por atingir a população branca. A ideia de se criar uma sociedade separada era impossível em termos económicos, uma vez que as várias realidades sociais acabavam por ser indissociáveis. O Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Pik Botha, reconheceu esta realidade num discurso proferido no Conselho de Segurança da ONU¹⁹³:

An African Bishop, a wise man, once compared the blacks and whites in South Africa with a zebra. If the zebra were shot, it would not matter whether the bullet penetrated a white stripe or a black stripe – the whole animal would die.

Os brancos e negros estavam tão economicamente interdependentes, que não podiam viver separados tal como propunha o *apartheid*. A ideia de se criar Bantustões Independentes, com economias independentes que se relacionassem com a RAS na base de estados soberanos, era impraticável. Os Bantustões eram economicamente inviáveis, levando as suas populações a

Gwyneth Williams & Brian Hackland: The Dictionary of Contemporary Politics of Southern Africa, pp. 256-257.

¹⁹² Calcula-se que tenham sido 14 mil os jovens que decidiram juntar-se à luta armada. Patti Waldmeir: Anatomy of a Miracle. The End of Apartheid and the Birth of a New South Africa, p. 23.

¹⁹³ *Idem*, p. 24.

procurarem emprego na RAS, ao mesmo tempo que obrigava a uma transferência de apoios financeiros do orçamento sul-africano.

Os acontecimentos do Soweto apanharam desprevenidos os movimentos de libertação. A adesão de milhares de jovens sul-africanos à luta armada, levantou sérios problemas logísticos ao ANC e PAC, uma vez que nenhum deles estava preparado para receber de repente tão elevado número de novos recrutas.

Apesar dos problemas logísticos provocados pela chegada repentina de tantos novos candidatos a guerrilheiros, o ANC viu nesta situação a possibilidade de conseguir envolver uma maior percentagem da população sul-africana na luta contra o *apartheid*. Militarmente, os objectivos continuaram a ser económicos.

O PAC, nas suas acções militares continuou a privilegiar as zonas rurais, seguindo a estratégia, claramente influenciada pela experiência chinesa, delineada por Potlako Leballo, a qual previa o seguinte¹⁹⁴:

The Azanian Revolution can develop from a guerrilla type of war in the countryside, extending its authority and then surrounding and taking over the cities. It would be from the ranks of the peasants in the reserves that the guerrilla forces would find their most eager support.

Porém, na segunda metade da década de 70, o PAC atravessou uma crise interna que minou a sua capacidade de operação. A morte, em 1978, do seu líder histórico, Robert Sobukwe, abriu a luta pela sua sucessão. Esta disputa radicalizou-se, provocando a interrupção das operações militares. A tentativa de Leballo assumir a liderança do movimento oficialmente, embora na prática já fosse ele a dirigir o movimento devido à detenção de Sobukwe, contou com a oposição de um dos comandantes do APLA, Templeton Ntantala. Esta luta pelo poder culminou com a expulsão de Ntantala¹⁹⁵ e dos seus apoiantes do PAC. Porém, toda esta luta interna enfraqueceu o movimento, o qual não levou a cabo nenhuma operação militar significativa até meados dos anos 80.

4. 2. Divisões no Seio dos Apoiantes do *Apartheid*

Para além da tradicional divisão entre anglófonos e *africânderes*, a população branca tinha outras clivagens. Após um período inicial de contenção, Vorster teve que começar a lidar com as exigências das várias sensibilidades existentes dentro da população branca. Logo em 1968 os desentendimentos dentro do governo fizeram-se sentir. As tentativas de Vorster em modificar alguns aspectos¹⁹⁶ marginais do *apartheid*, que não punham em causa a essência do

¹⁹⁴ Tom Lodge: Soldiers of the Storm: A Profile of the Azanian People's Liberation Army, p. 106.

¹⁹⁵ Templeton Ntantala e os seus apoiantes, criaram o *Azanian People's Revolutionary Party*, movimento que acabou por despertar pouco interesse, não tendo conseguido mobilizar nenhum apoio, interno ou externo. A maioria dos membros deste movimento acabaram por ser presos.

¹⁹⁶ Basicamente, eram alterações de pormenor, como aceitar as credenciais de Embaixadores negros ou dar garantias aos anglófonos sobre a possibilidade de poderem manter a sua identidade se aderissem ao NP. T.R.H. Davenport: South Africa. A Modern History, p. 424.

conceito de segregação racial, provocaram um enorme mal-estar dentro do NP. Para a ala mais conservadora, liderado pelo Ministro da Saúde, Albert Hertzog¹⁹⁷, qualquer alteração às orientações de Verwoerd era considerado uma traição. Este choque provocou a saída do governo dos membros mais conservadores¹⁹⁸.

A contestação a esta flexibilização do regime foi liderada pela *Africânder Broederbond*¹⁹⁹, liga *africânder* de irmãos, movimento conservador com enorme influência dentro do NP. A influência da *Broederbond* foi determinante no fortalecimento do sentimento nacional *africânder*. Criada em 1918, a primeira missão da *Broederbond* foi a de reanimar os ânimos dos *africânderes*, debilitados pela derrota na Guerra Anglo-Boer. O fortalecimento da *Broederbond* começou a ser feito através de um sentimento anti-anglófono que foi sendo alimentado no seio da população *africânder*.

O espírito de grupo *africânder* também foi fortalecido, utilizando-se uma série de símbolos e imagens, como o *Great Trek* e o sentimento de cerco permanente. Os princípios defendidos pela *Broederbond*, influenciaram em muito as decisões do NP a partir de 1948. Num documento publicado em 1944, a *Africânder Broederbond* defendeu uma série de princípios que terão uma enorme influência na implementação do *apartheid*. Entre os principais destacam-se a missão divina da nação *africânder*; a separação dos brancos dos não-brancos e a prioridade à língua e à cultura *africânder* dentro do estado sul-africano. Embora se considere que a influência da *Broederbond* dentro do NP tenha sido, ao longo dos tempos, muito grande²⁰⁰, é difícil quantificá-la devido ao seu carácter secreto, tanto mais que por vezes chega a ser impossível separar o NP da *Africânder Broederbond*.

O conflito entre moderados e radicais, terminou com a saída de vários membros da ala mais conservadora do NP, os quais, liderados por Albert Hertzog, criaram o *Herstigte Nasionale Party* (Partido Nacional Reconstituído) HNP. Este novo partido defendia a dureza e intransigência na aplicação do *apartheid*, criticando a moderação do governo de Vorster.

Esta secessão não resolveu as clivagens dentro do NP, tendo mesmo provocado uma divisão dentro dos apoiantes do *apartheid*, entre os moderados ou liberais, *verligtes* e os radicais ou conservadores, *verkrampes*. A distinção entre estes dois grupos, que será uma constante dentro do NP, foi feita, pela primeira vez, pela Professor Willem De Klerk, irmão de Frederik De Klerk, durante uma conferência realizada na Universidade de Potchefstroom em 1966²⁰¹. Para

¹⁹⁷ Filho de J.B.M. Hertzog.

¹⁹⁸ Para além de Hertzog, saíram do governo o Ministro dos Assuntos Indianos, A.E.G. Trollip, e o Ministro do Interior, P.M.K. Le Roux.

¹⁹⁹ A *Afrikander Broederbond* foi criada como organização exclusivamente masculina e protestante. Organização elitista, seleccionou os seus membros no seio da classe política, funcionários públicos e membros da Igreja Reformada Holandesa. Grande parte dos líderes sul-africanos desde 1948, foram membros da *Broederbond*. Esta organização tinha também uma estrutura juvenil, a *Ruiterwing*, que incluía membros dos 18 aos 33 anos.

Cfr. Brian Bunting: *The Rise of the South African Reich*, pp. 43-56.

²⁰⁰ Stephen Chan: *Exporting Apartheid. Foreign Policies in Southern Africa 1978-1988*, pp. 10-13.

²⁰¹ F.W.De Klerk: *The Last Trek. A New Beginning*, p. 79.

além destes dois grupos, o Professor De Klerk apontou um terceiro, instalado entre conservadores e liberais, intitulado os positivos, os quais defendiam a mudança, mas de uma forma ordeira e gradual. Esta divisão da sociedade branca em três grupos, teve uma enorme repercussão nos meios de comunicação social, a qual marginalizou o último grupo, passando a apresentar a comunidade branca dividida apenas entre *verligtes* e *verkrampsts*.

4.3. As Consequências das Alterações na África Austral

Para além dos problemas na frente interna, o governo de Vorster teve que enfrentar um cenário regional e internacional cada vez mais desfavorável. Se durante a era de Verwoerd a prioridade sul-africana era interna, ou seja, a aplicação da teoria do *apartheid*, com Vorster começa a ser visível uma gradual alteração das prioridades a favor da esfera externa.

As iminentes independências de Angola e Moçambique, tiveram duas consequências imediatas na situação interna sul-africana. Em primeiro lugar, animou e fortaleceu os movimentos anti-*apartheid*. Em segundo, obrigou o governo de Vorster a rever a sua posição, até então construtiva em relação à região. Relativamente a este segundo aspecto, Vorster hesitou entre os radicais, que defendiam a utilização do poder militar sul-africano para controlar a região, e os que defendiam, por via do poder económico sul-africano, o estabelecimento de boas relações com os estados da região.

A combinação do poder militar e económico sul-africano já vinha a ser utilizado como forma de pressionar os países da região a moderar os seus comportamentos políticos. Um bom exemplo disso, foi a Zâmbia, país onde o ANC tinha o seu Quartel General. A RAS levou a cabo vários ataques cirúrgicos contra membros do ANC instalados em Lusaka²⁰². Esta pressão militar, aliada a dificuldades económicas, decorrentes do conflito rodesiano, obrigou as autoridades de Lusaka a reduzir as actividades do ANC no seu território.

4.4. A *Détente* de Vorster

Face às alterações regionais, Vorster privilegiou, inicialmente, a via diplomática, apostando numa política de *Détente*, nas relações com os estados da região. A ideia básica de Vorster era a de quebrar o isolamento do país, fazendo passar a ideia de que era necessário dar tempo ao governo para iniciar as reformas, embora não fosse claro se as mesmas iriam pôr fim ao regime de segregação racial. Alguns países, como a Libéria e Costa do Marfim mostraram-se receptivos a esta aproximação, começando a defender a ideia, junto de outros estados africanos, de que era necessário dar uma oportunidade ao regime de Pretória. Os sul-africanos tentaram reforçar a sua posição, afirmando que a sua participação era essencial para resolver as questões da Rodésia e da Namíbia.

A hipótese de se enveredar pela via do diálogo no relacionamento do continente com a RAS, representava um grave perigo para os movimentos de libertação sul-africanos, que viam nesta estratégia de Pretória a possibilidade do regime se perpetuar no poder. Assim sendo,

²⁰² Num desses ataques, o Vice-Presidente do ANC e Comandante do MK, John Dube, Adolfus Muembe, foi morto.

juntamente com os estados africanos aliados, iniciou-se uma campanha internacional a favor do isolamento sul-africano.

Entretanto, na África Austral os acontecimentos relativos às independências de Angola e Moçambique levaram a RAS a actuar. No caso moçambicano a corrente moderada ainda conseguiu impor as suas opiniões a Vorster. Quando a 7 de Setembro de 1974 estalou uma revolta²⁰³ em Lourenço Marques, sectores no seio do aparelho militar sul-africano mostraram-se dispostos a apoiar os revoltosos. Esta iniciativa acabou por ser cancelada por ordens de Vorster, o qual pretendia promover um bom relacionamento com os novos dirigentes moçambicanos.

Já em relação a Angola, Vorster teve uma opinião diferente. Face à escalada de conflito entre os três movimentos angolanos, MPLA, FNLA e UNITA, as autoridades sul-africanas temiam que a instabilidade tivesse consequências para a questão namibiana. Vorster confrontou-se com a existência de três posições relativas à atitude a adoptar face ao conflito angolano. Uma, encabeçada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hilgard Muller, defendia a não ingerência nos assuntos internos angolanos, semelhante à posição adoptada relativamente a Moçambique. Uma segunda posição, defendida pelo Ministro da Defesa, P.W. Botha, defendia uma intervenção militar em Angola com vista a evitar que o MPLA tomasse o poder. Esta posição argumentava, a seu favor, com as consequências negativas de uma eventual vitória do MPLA, apoiado por forças do bloco soviético. A terceira posição, era apresentada pelo chefe do *Bureau of State Security* (BOSS)²⁰⁴, o General van den Bergh, o qual defendia uma intervenção, mas não levada a cabo pelas SADF, mas sim com agentes do BOSS numa operação semelhante às da CIA.

Perante o crescente apoio soviético e cubano ao MPLA, Vorster decidiu-se pela intervenção militar directa em Angola. Os primeiros contactos entre Cuba e o MPLA tinham-se dado em 1965, quando Che Guevara tentou espalhar a revolução cubana ao continente africano²⁰⁵. Mais tarde, em 1966, Agostinho Neto visitou Cuba a convite de Fidel Castro. Os contactos só voltaram a ser importantes em princípios de 1975, quando o Comandante Flávio Bravo se encontrou com Neto em Brazzaville. Nessa altura, foram discutidas várias modalidades de apoio de Cuba ao MPLA. Em Outubro de 1975, com o aproximar da data de independência de Angola e com o agravamento da guerra civil, Cuba decidiu iniciar a Operação Carlota, a qual se traduziu no envio de um forte contingente militar em apoio do MPLA²⁰⁶. Esta decisão

²⁰³ Os revoltosos contestavam a Assinatura do Acordo de Lusaka, entre Portugal e a FRELIMO, que concedeu a independência de Moçambique sob a liderança da FRELIMO.

²⁰⁴ Face à existência dos movimentos de libertação, o governo de Vorster decidiu criar em 1969 o BOSS, o qual veio substituir o pequeno aparelho do *Republican Intelligence* que fazia parte do *Security Police*. O BOSS, liderado pelo General van den Bergh, assumiu a liderança no combate aos movimentos de libertação, nomeadamente infiltrando agentes.

²⁰⁵ A experiência africana de Che Guevara foi bem descrita no livro O Ano em que Estivemos em Parte Nenhuma. A Guerrilha Africana de Ernesto Che Guevara, da autoria de Paco Ignacio Taibo & Froilán Escobar & Félix Guerra. Neste livro, os autores recorreram ao testemunho de vários companheiros de Guevara que o acompanharam na aventura africana, assim como a documentos na posse do estado cubano.

²⁰⁶ Cfr. Gabriel García Márquez: Operation Carlota, pp. 123-127.

cubana coincidiu com a radicalização da posição sul-africana que se traduziu num envolvimento directo no conflito angolano.

Esta decisão fez fracassar quaisquer hipóteses de sucesso das iniciativas dos estados africanos moderados. O choque entre favoráveis ao diálogo com a RAS e defensores do isolamento do país deu-se numa reunião do Conselho de Ministros da OUA, realizada em Dar-es-Salaam em Abril de 1975. A posição do ANC e do PAC foi defendida pelo Presidente do país anfitrião, Julius Nyerere. A OUA acabou por rejeitar o diálogo com Pretória e continuar o apoio aos movimentos de libertação sul-africanos. Esta vitória diplomática reforçou o ANC, o qual esperava muito em breve poder vir a utilizar os territórios de Angola e Moçambique, como bases para as suas operações militares.

No caso de Moçambique, o novo poder confrontava-se com um dilema. Por um lado, a solidariedade levava-o a querer apoiar a luta do ANC, mas a realidade, nomeadamente económica, obrigava-o a ser mais moderado devido à dependência económica existente²⁰⁷ em relação à RAS. Após a subida ao poder, em Setembro de 1974, do Governo de Transição, liderado por Joaquim Chissano, as novas autoridades moçambicanas declararam não ser sua intenção iniciar uma nova guerra, nem pretender ser os reformadores da África do Sul. Aparentemente, a visão realista tinha ganho.

Apesar destas declarações, a independência de Moçambique foi muito festejada na África do Sul, não só como acto de solidariedade para com a FRELIMO, mas também, e talvez sobretudo, pelo facto da Moçambique ter ascendido à independência através de uma luta armada. Esta situação motivou os sul-africanos para a necessidade de apoiarem, na clandestinidade, a luta armada.

Nas cerimónias de independência de Moçambique, a 25 de Junho de 1975, o ANC esteve representado por uma importante delegação, liderada por Oliver Tambo. Num discurso proferido nessa altura, Samora Machel deixou clara a posição do novo país em relação ao conflito sul-africano²⁰⁸:

O povo moçambicano e a República Popular de Moçambique sob a liderança da FRELIMO assumirá sempre o seu dever de solidariedade com os interesses do povo sul-africano, independentemente das dificuldades que isso possa acarretar.

O idealismo político tinha ganho ao realismo económico. Moçambique pagará bem caro este acto de solidariedade para com o ANC. Porém, a proximidade geográfica da capital moçambicana do território sul-africano, tornava os membros do ANC muito vulneráveis a eventuais ataques sul-africanos, o que limitou as possibilidades de actuação, nomeadamente do MK.

²⁰⁷ A dependência explica-se pelas opções adoptadas durante a época colonial, com o desenvolvimento de Moçambique a ser feito em íntima relação com a África do Sul. O Porto de Lourenço Marques devia grande parte dos seus rendimentos ao tráfego sul-africano; no capítulo das relações comerciais e investimento a presença sul-africana era considerável; finalmente, as remessas dos trabalhadores moçambicanos a trabalharem nas minas sul-africanas, eram uma importante fonte de rendimento para Moçambique.

²⁰⁸ Vladimir Shubin: *ANC. A View from Moscow*, p. 161.

4.5. A Criação dos Estados da Linha da Frente (ELF)

As independências de Angola e Moçambique vieram alterar o equilíbrio de forças numa região, onde os estados negros independentes tinham sido, até então, demasiado fracos para se oporem aos regimes de minoria branca. Todos eles, em maior ou menor grau, apoiavam os movimentos de libertação que actuavam na região. Porém, por um lado, devido à falta de coordenação no apoio prestado, e, por outro, devido ao poder militar e económico sul-africano, esse apoio era quase sempre limitado.

O conceito de ELF nasceu no seio do Comité de Libertação da OUA e também do papel desempenhado pela Tanzânia como retaguarda de apoio aos movimentos de libertação da África Austral, nomeadamente no apoio à FRELIMO²⁰⁹.

Em 1976, Angola, Moçambique, Botswana, Tanzânia e Zâmbia decidiram criar os ELF. O objectivo fundamental era o de coordenar esforços, recursos e estratégias de apoio aos movimentos de libertação que actuavam na região, o ANC e o PAC na África do Sul; a SWAPO na Namíbia; e a *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e a *Zimbabwe African People's Organisation* (ZAPU) na Rodésia.

Logo após a sua criação, dois problemas absorveram a atenção dos ELF. O primeiro teve a ver com a guerra civil angolana. Devido à impossibilidade de se conseguir chegar a um acordo entre os beligerantes, a questão que se pôs foi a de tentar saber qual era o movimento angolano que deveria ser apoiado pelos ELF. Apesar de haver desentendimentos dentro dos ELF sobre esta matéria, a partir do momento que a RAS entrou no conflito, a questão tornou-se consensual à volta do apoio ao MPLA.

A segunda questão que concentrou as atenções dos ELF foi o problema rodesiano. Dentro dos ELF estavam importantes apoiantes dos movimentos rodesianos. Moçambique apoiava a ZANU de Robert Mugabe, e a Zâmbia apoiava a ZAPU de Joshua Nkomo. Estes apoios permitiram aos ELF vir a desempenhar, como veremos mais à frente, um papel decisivo no desbloqueamento das negociações que culminaram no Acordo de Lancaster House, que permitiu a independência do Zimbabwe.

A criação dos ELF foi importante, pois marcou o início da coordenação dos estados da região na sua oposição aos regimes de minoria branca. Devido à força do regime sul-africano, as primeiras acções dos ELF visaram os elos mais fracos, ou seja, o regime rodesiano e a questão namibiana. Pouco a pouco, os ELF passaram a ser considerados, aos olhos da Sociedade Internacional, como a vertente política da região no combate ao *apartheid*.

²⁰⁹ A ligação da Tanzânia à região da África Austral deve-se a motivos políticos, nomeadamente, no apoio tanzaniano aos movimentos de libertação nessa região. Do ponto de vista económico, as relações tanzanianas faziam-se com os seus vizinhos da África Oriental, Quênia e Uganda.

Luís Castelo Branco: *Das Razões Políticas da SADCC às Razões Económicas da SADC*, p. 9.

Esta mobilização regional contra a RAS deu força à ala radical dentro do regime sul-africano que criticava a política de *Détente* de Vorster, o qual começou a ver a sua posição cada vez mais criticada.

4.6. A Queda de John Vorster

Apesar de se ter destacado enquanto Ministro da Justiça, Vorster teve sempre o fantasma de Verwoerd a assombrar a sua liderança do país e do NP. Esta situação devia-se ao facto de, por um lado, os apoiantes de Verwoerd pretenderem de Vorster uma linha de continuidade com o seu antecessor, mas, por outro, para a ala mais liberal do NP, o novo líder era visto como a hipótese para uma renovação necessária. No meio destas duas correntes, Vorster teve alguma dificuldade em se afirmar.

As alterações regionais associadas a alguma hesitação começaram a aumentar o número de críticos de Vorster. A aposta inicial na política de *Détente*, como forma de lidar com as alterações regionais, acabou por revelar-se infrutífera. A aposta militar, nomeadamente na questão angolana, também acabou por ter os mesmos resultados.

Quando Vorster decidiu intervir em Angola, através de uma operação militar em quatro fases, em que a última era tomada de Luanda, nunca pensou que seria necessário chegar tão longe. Os sucessos militares iniciais, fizeram supor que seria possível obrigar o MPLA a aceitar a UNITA num modelo de partilha de poder. Diga-se em abono da verdade que a RAS não aspirava a pôr no poder a UNITA, uma vez que este movimento, devido às ligações históricas e étnicas com a SWAPO, não inspirava grande confiança a Pretória.

O fim do apoio norte-americano aos movimentos angolanos, na sequência da aprovação pelo Congresso da Emenda Clark²¹⁰, aliado ao crescente apoio soviético e cubano ao MPLA, obrigou os sul-africanos a retirarem-se do território angolano. Considerando-se traídos pelos EUA, os líderes sul-africanos cedo iriam vingar-se.

Mas para além destes problemas na esfera externa, internamente as dificuldades de Vorster também eram várias. Por volta de 1976, começaram a surgir indícios relativos à utilização indevida de fundos governamentais. Para se poder compreender melhor esta questão, convém recuar um pouco no tempo.

Em 1969, o Primeiro-Ministro Vorster obteve autorização do Parlamento para criar um fundo, o *Security Services Special Account*, com o objectivo de financiar, discretamente, determinadas actividades do regime. Este fundo deveria ser controlado pelo Primeiro-

²¹⁰ Sob proposta do Senador Dick Clark, o Congresso norte-americano proibiu, em Dezembro de 1975, a continuação do apoio militar aos movimentos angolanos.
Chester A. Crocker: *High Noon in Southern Africa. Making Peace in a Rough Neighborhood*, p. 54.

Ministro e pelo Ministério das Finanças. Com o passar dos tempos, este fundo passou a ser gerido apenas pelo Primeiro-Ministro, que o canalizava para o Ministério que bem entendesse.

Em Novembro de 1976, a Procuradoria Geral chamou a atenção de Vorster para a maneira como os fundos secretos estavam a ser utilizados pelo Departamento de Informação. Gradualmente, rumores de ilegalidades começaram a manchar a imagem do Ministro da Informação, Connie P. Mulder, que na altura aspirava a ser o sucessor de Vorster.

Foi neste ambiente de suspeita, com um Primeiro-Ministro enfraquecido pelos desaires regionais, que se realizaram as eleições de 1977. Pela primeira vez, desde que o NP ascendeu ao poder, as questões internacionais dominaram a campanha eleitoral, num sinal da importância das mesmas para a sobrevivência do regime. Apesar de debilitado politicamente, Vorster e o NP ganharam as eleições de uma forma esmagadora²¹¹.

A 1 de 1978 rebentou o escândalo sobre a má utilização dos fundos por parte de vários funcionários do governo. O Auditor Geral, F.G. Barrie, apresentou no Parlamento provas sobre a utilização, por parte de membros do Ministério da Informação, de fundos para obter publicidade favorável à RAS. O escândalo envolveu o Secretário para Informação, Eschel Rhoodie e o próprio Ministro Mulder.

O escândalo, que ficou conhecido por Muldergate, acabou por atingir o próprio Vorster que, alegando problemas de saúde, acabou por se demitir a 20 de Setembro de 1978. Aproveitando o facto do Presidente sul-africano, Nicholas Diederichs ter morrido, Vorster mostrou-se disponível para o cargo, o qual não tinha qualquer poder executivo.

A 28 de Setembro, P.W. Botha, até então Ministro da Defesa, foi eleito Primeiro-Ministro, vencendo por escassa margem Connie Mulder. No dia seguinte, Vorster foi eleito Presidente da RAS. A eleição de P.W. Botha como líder do NP foi acompanhada pela eleição de Andries Treurnicht, que como vimos foi um dos responsáveis pela decisão da utilização obrigatória do *afrikaans* no ensino, como líder do NP no Transvaal, segundo posto mais importante na hierarquia do NP, em substituição de Connie Mulder. Nessa altura, os dois postos mais importantes dentro do NP estavam na mão da ala conservadora do partido.

A eleição de P.W. Botha não marcou o fim do conflito entre defensores da via armada e defensores da via diplomática.

²¹¹ O NP obteve 134 dos 165 lugares. O *Progressive Federal Party*, criado a partir da união do *Progressive Party* e do *Reform Party*, ambos dissidências do *United Party*, tornou-se na oposição oficial com 17 deputados. O *New Republic Party*, sucessor do *United Party*, obteve 10 lugares.

A 29 de Outubro estalou mais um escândalo envolvendo o Ministério da Informação. O jornal sul-africano *Sunday Express*, revelou que o governo tinha gasto em 1976 um elevada soma²¹² com o objectivo de criar um novo jornal. A ideia era criar um jornal de expressão inglesa, embora feito por *africânderes*, de maneira a fazer concorrência aos outros jornais anglófonos, tradicionalmente críticos do governo. As alegações do *Sunday Express* foram, mais tarde, confirmadas pela Comissão de Inquérito Erasmus²¹³. O escândalo envolveu várias personalidades próximas de Vorster, como Mulder, Rhodie e o General van den Bergh, os quais acabaram todos por se demitir.

Na esfera de poder, Botha e a ala militarista do regime já só tinham que enfrentar a oposição de Vorster. A 19 de Junho de 1979, com uma imagem pública muito debilitada, Vorster²¹⁴ acabou por se demitir, sendo substituído por Marais Viljoen à frente da Presidência do país.

4.7. Início da Era Botha. O Conceito de Assalto Total

A subida ao poder de P.W. Botha foi marcada por grandes alterações políticas no país. Em primeiro lugar, os militares adquiriram uma enorme influência no processo de formulação política. Botha acumulou o cargo de Primeiro-Ministro com o de Ministro da Defesa até 1980, altura em que o cargo passou a ser ocupado pelo General Magnus Malan. Em segundo lugar, os Serviços de Segurança, a BOSS, foram reestruturados, tendo sido rebatizados com o nome de *Department of National Security* (DONS), passando a estar sob controlo directo do Primeiro-Ministro. Estas duas medidas promoveram os militares no aparelho do estado, ao mesmo tempo que se assistia a uma militarização da sociedade civil. Finalmente, o novo Primeiro-Ministro, tentou criar um melhor relacionamento com o poder económico, tal como ficou demonstrado pela Conferência do Hotel Carlton, em Joanesburgo, realizada em Novembro de 1979. Este relacionamento visava obter o apoio do mundo empresarial, nem sempre de acordo com o NP, na criação de uma aliança nacional.

Estas alterações eram vistas como necessárias para combater o “Assalto Total”. O conceito de Assalto Total surgiu por volta de 1973 nos sectores mais radicais das forças armadas sul-africanas. O General Magnus Malan definiu o Assalto Total da seguinte maneira²¹⁵:

²¹² O Secretário de Estado da Informação, Rhodie, teria gasto perto de 32 milhões de randes. T.R.H. Davenport, *op. cit.*, p. 436.

²¹³ Deon Geldenhuys: *The Diplomacy of Isolation. South Africa Foreign Policy Making*, p. 36.

²¹⁴ Vorster faleceu em Novembro de 1983.

²¹⁵ Kenneth W. Grundy: *The Militarization of South African Politics*, p. 11.

Total onslaught is an ideologically motivated struggle and the aim is the implacable and unconditional imposition of the aggressor's will on the target state. The enemy uses all means at his disposal. The onslaught is not just military: it is political, diplomatic, religious, psychological, cultural, economic, and social. South Africa is today... involved in total war. The war is not only an area for the soldier. Everyone is involved and has a role to play.

Segundo os seus apologistas, este Assalto Total era conduzido pela URSS, com o objectivo último de derrubar o regime sul-africano e substituí-lo por outro de maioria negra, totalmente controlado por Moscovo²¹⁶. Assim sendo, os movimentos de libertação sul-africanos, ANC e PAC, mais não eram do que fantoches nas mãos dos soviéticos. O interesse de Moscovo prendia-se com o domínio da Rota do Cabo, passando assim a controlar o abastecimento de petróleo à Europa e o controlo das riquezas minerais sul-africanas. Tudo isto faria com que a Europa Ocidental ficasse na dependência soviética, obrigando-a a afastar-se dos EUA.

O conceito de Assalto Total permaneceu marginal à esfera política sul-africana até 1975, uma vez que a maioria da população branca não acreditava que a ameaça fosse, de facto, real. As independências de Angola e Moçambique, transformaram o conceito de Assalto Total na peça central da formulação política sul-africana.

A subida ao poder da FRELIMO em Moçambique, e o desaire militar sul-africano em Angola, que não evitou a tomada de poder por parte do MPLA, foram utilizados pelos defensores do Assalto Total para criticar Vorster. Estas críticas, feitas principalmente por militares, apelaram a um rápido endurecimento das relações da RAS com os países da região.

Em 1977, as chefias militares sul-africanas apresentaram o *White Paper on Defense*, documento que apelava à necessidade de se dar uma resposta adequada ao Assalto Total. Segundo o *White Paper*, era necessário adoptar uma Estratégia Total para fazer face à ameaça total. Para tal, era necessário a mobilização dos recursos económicos, políticos, psicológicos e militares, para que, simultaneamente, se pudesse defender e avançar com os interesses do regime, quer a nível interno, quer a nível externo. Ao mesmo tempo que se afirmava a necessidade de manter uma supremacia militar face aos estados da região, apelava-se à utilização de acções na esfera económica com vista a promover a colaboração política com estados da África Austral²¹⁷.

Como a ameaça era total, também a resposta o deveria ser. Nesse sentido, surgiu a Estratégia Total Nacional (ETN), a qual previa a mobilização de todos os recursos

²¹⁶ *Idem*, p. 1.

²¹⁷ Robert Davies & Dan O'Meara: Total Strategy in Southern Africa. An Analysis of South African Regional Policy Since 1978, p. 186.

nacionais, numa campanha de resposta ao Assalto Total. Era necessário criar uma frente comum entre o governo, militares e empresários, nas mais diversas áreas, num verdadeiro esforço de mobilização nacional. A população deveria, então, estar preparada para os perigos e aceitar os sacrifícios que lhe seriam pedidos.

A subida ao poder de P.W. Botha, tido como uma figura muito próxima dos militares, permitiu o início da aplicação da Estratégia Total Nacional, a qual se converteu no conceito central da formulação política sul-africana.

4.8. A Estratégia Total Nacional (ETN)

Antes de passarmos à aplicação da ETN, vejamos detalhadamente em que é que consistia. A ETN era um plano de acção composto por 12 pontos, onde estavam delineadas as linhas mestre do que viria a ser o futuro comportamento do estado sul-africano, quer ao nível interno, quer ao nível externo. Vejamos mais atentamente cada um desses pontos²¹⁸.

1. Reconhecimento e Aceitação da Existência do Multinacionalismo e das Minorias Étnicas na RAS.

Esta questão era essencial para o problema interno sul-africano. Segundo as autoridades de Pretória, o país era um composto multinacional e não apenas multirracial. Com esta diferença subtil, pretendia-se apresentar um país não apenas dividido entre brancos e negros, mas um país em que a população negra não era homogénea, mas sim dividida em vários grupos nacionais. Os negros dividiam-se em várias nações, cada uma delas com características próprias. Também a população indiana não era homogénea, uma vez que estava dividida entre os cidadãos de origem paquistanesa e os de origem indiana. A população mestiça, em virtude de utilizar línguas diferentes, *afrikaans* ou inglês, não podia ser apresentada como um grupo coeso. A população branca estava dividida entre anglófonos e *africânderes*. Tudo esta argumentação era utilizada pelo regime para explicar e justificar a política do *apartheid*.

2. Aceitação da Diferenciação Vertical e da Autodeterminação de todos os Grupos Populacionais.

Tendo por base as nações e não as raças, o governo sul-africano estava disposto a pôr em prática o princípio da autodeterminação, o que abria caminho à continuação da aplicação e criação dos Bantustões.

3. Estabelecimento de estruturas constitucionais por parte dos povos negros por forma a obterem governos próprios, a fim de lhes permitir caminhar para a independência de acordo com o seu próprio interesse.

²¹⁸ Cfr. Armando Campos: *África do Sul Potência Regional*, pp. 251-277.

Este ponto visava concretização dos princípios defendidos no ponto anterior, ou seja, a independência dos Bantustões após um período transitório de autonomia.

4. Estabelecimento da divisão de poderes entre sul-africanos brancos, mestiços e indianos, através de um sistema de consulta e de responsabilidade mútua, envolvendo interesses comuns.

Este princípio estará na origem da reforma constitucional de 1983, que veremos mais à frente, que criou as Câmaras de Representantes para Mestiços e Indianos. A população negra não teve direito a qualquer representatividade, uma vez que o regime argumentava que ela poderia exercer a plenitude dos seus direitos políticos nos Bantustões. O que se pretendia, era incentivar a ida da população negra para esses territórios, permitindo criar a África do Sul branca.

5. Aceitação do princípio de que cada grupo populacional deveria possuir as suas próprias escolas e viver dentro da sua comunidade, em conformidade com a sua herança cultural.

Este princípio não era mais do que a continuação da aplicação do *Group Areas Act*, que defendia a separação física das raças.

6. Remoção das medidas discriminatórias desnecessárias, embora não se advogasse a obrigatoriedade de integrar os diversos grupos sociais, a fim de não pôr em causa o direito à autodeterminação dos *africânderes*.

Através deste ponto, defendeu-se a abolição de determinadas leis do *apartheid*, como o *Immorality Act* ou o *Mixed Marriages Act*. Também toda uma série de legislação relativa ao *Petty Apartheid*, foi abolida. A ideia era a de abstrair do acessório, para se poder concentrar no essencial, que era a perpetuação da supremacia branca.

7. Reconhecimento da interdependência económica entre os diversos grupos populacionais e a da utilização racional de toda a mão-de-obra.

A adopção desta ideia foi fruto da pressão dos grupos económicos que sentiam, cada vez mais, a necessidade de ter acesso a um mercado de mão-de-obra qualificada cada vez maior. Para satisfazer as suas necessidades, era necessário que fosse permitido á mão-de-obra africana qualificar-se.

8. Implementação pacífica da Constelação de Estados da África Austral, com respeito pelas culturas, tradições e ideias de cada uma das partes.

Este ponto será mais aprofundado no ponto 9 deste capítulo. Por agora podemos dizer que o objectivo era a tentativa da África do Sul formalizar os laços económicos que mantinha com os países da região, ideia que já tinha surgido na época de Verwoerd.

9. Determinação firme por parte da RAS de se defender, por todos os meios, das interferências externas.

Face às ameaças dos movimentos de libertação, a RAS afirmava o seu direito à defesa por todos os meios, o que vai implicar uma militarização da sociedade. Esta afirmação deixava implícita a disponibilidade da RAS agir, militar e economicamente, contra aqueles que apoiassem o ANC e o PAC.

10. A adopção de uma política de neutralidade em relação aos conflitos entre as Superpotências, dando prioridade aos assuntos relativos à África Austral.

Este princípio parece no entanto ser uma contradição na acção sul-africana. Se se afirma que existe um Assalto Total, comandado pela URSS com o objectivo de derrubar o regime sul-africano, como é que se compreende que se adopte a neutralidade no conflito bipolar. Uma possível explicação prende-se com o ressentimento sul-africano face aos EUA devido à questão angolana. A intervenção sul-africana em Angola em 1975, foi iniciada em colaboração com os EUA. Porém, a adopção da Emenda Clark deixou os sul-africanos sozinhos no terreno. Com vimos anteriormente, a RAS não se esqueceu desta traição norte-americana, vindo agora vingá-la.

Este princípio também pode ser entendido como um afastamento em relação ao Ocidente como um todo. Os sul-africanos ressentiram-se das campanhas anti-*apartheid* levadas a cabo com o crescente apoio das autoridades dos países e opiniões públicas ocidentais. Simultaneamente, as posições oficiais dos países ocidentais nas organizações internacionais, nomeadamente na ONU, também foram fruto de descontentamento sul-africano. No entanto, o regime sul-africano necessitava do Ocidente para sobreviver.

11. Manutenção do elevado nível de eficácia dos centros de decisão do estado, que se apoiará nas Forças Armadas como garantia de um bom e eficiente governo.

Este ponto vai legitimar o fortalecimento do aparelho militar e policial, e implicar, como foi dito no ponto 9, a militarização da sociedade sul-africana. As esferas militares e policiais passam a ter uma influência determinante em todas as decisões do governo.

12. Manutenção da economia de mercado como base da política económica-financeira e a utilização racional de toda a mão-de-obra, pressupondo adequada formação profissional.

O último ponto diz respeito às opções do estado na esfera económica e financeira. A aposta na economia de mercado era utilizada para tentar cativar os Estados da região para a esfera sul-africana.

Do ponto de vista da actuação do estado sul-africano, a ETN vai atribuir prioridade à esfera externa, como meio de garantir a estabilidade e a continuidade do regime. Dentro da política externa, a prioridade será dada à África Austral, uma vez que era necessário controlar esta região para garantir a segurança do regime sul-africano. Segundo Deon Geldenhuys, um dos principais consultores do regime de P.W. Botha em assuntos de política externa, a ETN visava desde logo uma série de objectivos regionais imediatos²¹⁹:

²¹⁹ Deon Geldenhuys, *op. cit.*, pp. 41-42.

A. Evitar que os estados da região fossem utilizados ou dessem apoio a ataques de guerrilheiros contra a RAS.

B. Evitar o aumento da influência soviética e dos seus aliados na região.

C. Evitar que os estados da região tentassem reduzir a sua dependência económica face à RAS. Quanto mais fortes fossem os laços de dependência económica, menor capacidade e vontade teriam os estados da região em pedir e aplicar sanções internacionais contra a RAS. Os estados dependentes economicamente da RAS acabariam por servir de escudos contra as sanções que viessem a ser aplicadas contra o regime de Pretória.

A consequência imediata da aplicação da ETN foi a militarização da sociedade sul-africana. Devido à ameaça do nacionalismo negro, esta militarização atingiu sobretudo a população branca, a qual, imbuída nos temores tradicionais da nação *boer*, julgou novamente, estar em causa a sua sobrevivência enquanto nação.

Para além dos gastos militares²²⁰, também o número de efectivos militares aumentou consideravelmente, passando a incluir efectivos negros²²¹. Indústrias militares, como a ARMSCOR, ganharam uma enorme importância no contexto da economia nacional.

Na sequência das prioridades delineadas por Geldenhuys, o governo sul-africano tentou controlar os acontecimentos na África Austral, com o objectivo de diminuir as influências externas. Esta primeira aproximação aos estados da região foi feita através de propostas económicas, que se traduziram na tentativa de obter a adesão deles ao projecto de Constelação de Estados.

4.8.1. A Constelação de Estados da África Austral

²²⁰ Entre 1977/78 e 1986/87, o orçamento militar sul-africano mais do que triplicou, alcançando os 5,1 biliões de randes. Dan O'Meara: Destabilization of the Frontline States of Southern Africa, 1980-1987, p. 2.

Embora o aumento dos orçamentos militares fosse particularmente visível durante os anos 80, a verdade é que logo em 1974/75, em virtude dos acontecimentos regionais, as verbas atribuídas aos militares aumentaram consideravelmente. Os gastos com a defesa em 1973 foram na ordem dos 327 milhões de randes, o que representou 2.25% do PNB sul-africano, correspondendo a 8.30% dos gastos governamentais. Em 1974/75, os gastos foram na ordem dos 699 milhões de randes, o que representou 3.12% do PNB e 12.72% dos gastos governamentais.

Greg Mills: The Wired Model. South Africa, Foreign Policy and Globalisation, p. 239.

²²¹ Até inícios dos anos 60, os negros estavam excluídos das acções de combate e não podiam ter armas. A primeira unidade militar africana foi apenas criada em 1973, a qual mais tarde passaria a ser conhecida por Batalhão 21. Em finais dos anos 70 começaram a ser criados batalhões negros. Em 1979 foi criado o Batalhão 32, também conhecido por Batalhão Búfalo, composto por antigos soldados da FNLA e do exército português. Por volta de 1986, o exército sul-africano contava com 13.600 soldados negros.

Bill Sass: The Union and South Africa Defence Force. 1912 – 1994, p. 123.

Após as independências de Angola e Moçambique, o governo sul-africano passou a deixar de fazer qualquer distinção no processo de formulação política entre a esfera interna e externa, nomeadamente em termos regionais. Assim, qualquer política formulada no âmbito nacional, seria aplicada e teria consequências na esfera regional. Foi o caso da ETN, a qual, enquanto resposta ao Assalto Total, também teria aplicação na esfera regional.

A primeira fase da ETN visou aplicar o seu ponto 8, ou seja, a criação da Constelação de Estados da África Austral. A necessidade de se criar a Constelação, ficou a dever-se a duas situações. Em primeiro lugar, devido à degradação da situação na região para o regime do *apartheid* em consequência de todas as alterações registadas nos anos 70. Em segundo lugar, devido à degradação no relacionamento entre a RAS e o Ocidente, nomeadamente com os EUA durante a administração do Presidente Carter.

A ideia era utilizar o poderio económico sul-africano para dominar os estados da região. Graças à dependência económica de muitos deles, Pretória pretendia criar uma espécie de organização que unisse os estados da região sob a liderança sul-africana. Embora a formalização desta união fosse favorável do ponto de vista económico aos países da África Austral, politicamente ficavam muito limitados. A RAS pretendia, através deste projecto, reconstruir o cordão sanitário que a tinha protegido até 1975. Controlando economicamente os seus vizinhos, Pretória conseguiu retirar apoios ao ANC e ao PAC, obtendo, simultaneamente, uma diminuição das críticas ao *apartheid*. Para além da própria segurança interna, a RAS considerava útil a Constelação, pois seria um meio de proteger os estados moderados da região do expansionismo soviético, tanto mais que não era de prever que o Ocidente o fizesse.

Em relação a quem é que deveria aderir a esta Constelação, os sul-africanos nunca foram totalmente claros. Pronunciando-se sobre esta questão, durante um discurso proferido na Associação Suíça-Sul-Africana em Zurique em Março de 1979²²², o Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Pik Botha, referiu-se à associação de vários estados, abrangendo 40 milhões de habitantes ao sul da linha do Kunene e Zambeze. Pik Botha estaria a pensar na inclusão da RAS, Sudoeste Africano/Namíbia, Rodésia/Zimbabue, Botswana, Lesoto, Suazilândia e nos três Bantustões independentes, Transkei, Venda e Bophuthatswana.

Meses mais tarde, o Primeiro-Ministro P.W. Botha ao referir-se ao mesmo assunto, pretendeu alargar a base da Constelação, de modo a incluir os Bantustões Autónomos. Nesse sentido, P.W. Botha visitou o Kwandebele, Lebowa, Kangwane, Qwaqwa, Gazankulu e o Kwazulu, tendo recebido uma resposta positiva da maioria deles sobre a sua eventual adesão ao projecto. O Kwazulu e o seu líder, Mangosothu Buthelezi, reagiram com muitas desconfianças a este projecto²²³.

A criação da Constelação tinha intimamente ligado objectivos internos e regionais. Do ponto de vista interno, a Constelação também poderia ser utilizada para o fortalecimento do regime. Ao propor a criação de uma aliança que teria como membros, em igualdade de circunstâncias,

²²² Deon Geldenhuys & Denis Venter: Cooperação Regional na África Austral: Uma Constelação de Estados?, pp. 21-22.

²²³ De todos os Bantustões Autónomos, o Kwazulu foi o único que rejeitou a hipótese de aceitar a independência, pois aceitá-la seria apoiar a política do *apartheid*.

os estados da região e os Bantustões Independentes, a RAS estava a tentar obter, tacitamente, o reconhecimento dos últimos pelos primeiros. Se os estados da região reconhecessem os Bantustões como estados independentes, por que motivo a Sociedade Internacional não fazia o mesmo? Se houvesse esse reconhecimento, ele equivaleria a uma legitimação internacional da política do *apartheid*²²⁴, da qual a criação dos Bantustões era um pilar fundamental.

Todo o projecto de Constelação de Estados só seria obviamente possível se os estados da região aceitassem aderir. À partida, os países dividiam-se em dois grupos. Por um lado, tínhamos um grupo, constituído pelo Botswana, Lesoto, Malawi, Suazilândia e Zâmbia que, devido à sua extrema dependência económica face à RAS, não lhes restava outra hipótese que não fosse aderir. Um segundo grupo, constituído por Angola, Moçambique e Tanzânia, devido a uma maior capacidade de resistência, opunham-se às pretensões sul-africanas.

Essencial para desequilibrar esta situação a favor da RAS era o futuro da Rodésia/Zimbabwe.

4.8.2. Da Rodésia ao Zimbabwe

Na altura em que a RAS tentava implementar o seu projecto de Constelação de Estados, a transição no Zimbabwe estava no auge. Para os sul-africanos, assim como para a GB e os EUA, era óbvio que Ian Smith não se poderia manter no poder. Assim sendo, a aposta era nos líderes negros moderados de maneira a evitar a subida ao poder dos grupos mais radicais, como a ZANU de Robert Mugabe. Para os sul-africanos, assim como para os britânicos, o ideal era que o futuro governo saísse de uma aliança entre Abel Muzorewa e Joshua Nkomo²²⁵. Um Zimbabwe moderado, liderado por Muzorewa, estaria disposto a aderir à Constelação de Estados, o que provocaria um efeito de arrastamento, com outros Estados a seguirem o mesmo exemplo.

Se a aposta no Zimbabwe fosse ganha, também na Namíbia, poderia a RAS tentar aplicar o mesmo modelo, ou seja, apostar nos moderados para excluir os radicais, a SWAPO, do poder e manter o território na esfera de influência sul-africana.

Em finais dos anos 70, a situação na Rodésia tinha-se degradado bastante, com o poder da minoria branca totalmente isolado. Este ambiente permitiu à GB, formalmente a potência administrante do território, tentar encontrar uma solução diplomática para a questão. Para tal, o novo governo britânico, liderado por Margaret Thatcher, convocou, em Setembro de 1979, todas as partes envolvidas para uma Conferência em Londres.

A Conferência de Lancaster House²²⁶ reuniu a GB, a ZANU, a ZAPU, os líderes moderados negros, uma representação do partido branco, a Frente Rodesiana, e os ELF. Tanto Smith como Muzorewa, estavam convencidos que o radicalismo dos movimentos de libertação

²²⁴ Robert M. Price: *Pretoria's Southern Africa Strategy*, p. 15.

²²⁵ Peter Stiff: *Cry Zimbabwe. Independence – Twenty Years On*, p. 22.

²²⁶ Nome do edifício onde decorreram as negociações em Londres.

fariam fracassar a Conferência, o que implicaria o cumprimento da ameaça britânica de reconhecer o governo saído do Acordo Interno²²⁷.

Para além desta ameaça, também a pressão dos ELF, permitiu a flexibilização da posição dos movimentos externos, nomeadamente da ZANU. O próprio líder da ZANU, Robert Mugabe reconheceu a pressão exercida pelos ELF no sentido de moderarem as suas posições²²⁸:

Foram Nyerere, Kaunda e Machel, que nos persuadiram a ir a Lancaster House. Eles até nos advertiram para não assumirmos posições inflexíveis, tais como rejeitar a inclusão das forças rodesianas no novo exército.

A importância desta posição dos ELF prendia-se com o facto de serem grandes apoiantes da ZANU e da ZAPU, o que implicou que alguns deles, nomeadamente Moçambique e a Zâmbia, sofressem represálias por parte do regime rodesiano.

Esta dupla ameaça sobre os movimentos de libertação, aliada à convicção por parte de Ian Smith que os moderados iriam ganhar as eleições, permitiu a assinatura, a 21 de Dezembro de 1979, do Acordo de Lancaster House.

Embora a questão da transferência de poderes tenha ficado assente, muitas outras questões, como a questão da posse da terra, viram a sua resolução adiada. Durante um período de 10 anos a questão da posse da terra não podia ser alterada, a não ser pela venda voluntária da mesma pelos seus donos. Voltaremos a esta questão mais tarde, quando falarmos do processo de transição sul-africano.

A intervenção da África do Sul em todo este processo teve por base as eventuais consequências que o agravamento da situação na Rodésia/Zimbabwe poderia ter para o regime sul-africano. Após a conclusão do Acordo Interno na Rodésia, e com a não resolução do conflito, a África do Sul quis ver-se livre de Ian Smith, pressionando o regime rodesiano a chegar a uma solução com os líderes negros moderados. Pretória temia que o agravamento do conflito na Rodésia pudesse promover a sua internacionalização, com a vinda de mais conselheiros, material militar e até forças militares do bloco soviético para a região. Para evitar isso, era preciso afastar rapidamente Smith, que era visto como um radical. A capacidade de pressão da RAS sobre o regime de Smith era enorme, pois representava a única fronteira amigável que o regime de Salisbúria possuía.

²²⁷ Face ao fracasso das iniciativas diplomáticas, Smith tinha conseguido celebrar, em Março de 1978, um Acordo entre a minoria branca e os líderes negros moderados, *United African National Council* (UANC) de Abel Muzorewa; *Zimbabwe United People's Organisation* (ZUPO) de Jeremias Chirau e a ZANU interna de Ndabaningi Sithole, uma dissidência da ZANU de Mugabe. No cumprimento deste Acordo, realizaram-se eleições em 1979, às quais apenas concorreram os movimentos legais, ou seja, ZANU e ZAPU estavam excluídos. A vitória coube ao UANC de Muzorewa. Apesar destas eleições darem a ideia de que a regra da maioria, defendida pelos britânicos como base para as suas descolonizações, estar a ser cumprida, a verdade é que a minoria branca continuava a controlar a gestão do estado.

M. Tamarin: *The Making of Zimbabwe. Decolonization in Regional and International Politics*, pp. 171-210.

²²⁸ António Gumedde: *Robert Gabriel Mugabe, O Estadista Ideal*, p. 39.

Smith apercebendo-se do afastamento sul-africano, tentou evitar, gradualmente, ser pressionado por Pretória. Os sul-africanos tentaram primeiro seduzir Smith, através de Pik Botha, para que este se retirasse. Fracassada essa iniciativa, Pretória minou o poder de Smith através de contactos com outros membros da Frente Rodesiana, com o objectivo de marginalizar Smith²²⁹.

Apesar das esperanças sul-africanas, toda a suas expectativas em relação às eleições no Zimbabwe saíram frustradas. A ZANU e Robert Mugabe foram os grandes vencedores das eleições de 29 de Fevereiro de 1980. Muzorewa e o seu partido, a UANC, sofreram uma pesada derrota²³⁰. O novo poder de Harare, nova designação de Salisbúria, anunciou desde logo a sua intenção de aderir aos ELF, ao mesmo tempo que rejeitou a hipótese de aderir à Constelação de Estados. Paralelamente, Mugabe anunciou a intenção do Zimbabwe passar a apoiar os movimentos de libertação sul-africanos.

Este acontecimento significou um duro golpe para os sul-africanos e para o seu projecto de Constelação de Estados. Porém, o golpe final nas esperanças sul-africanas, de formalizar a dependência económica dos países da região em relação à sua economia, foi dado, a 1 de Abril de 1980, com a criação da *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC).

4.8.3. A Criação da Southern African Development Coordination Conference (SADCC)

A SADCC foi criada em Lusaka, durante uma reunião de Chefes de Estado e de Governo dos ELF, aos quais se juntaram o Lesoto, Suazilândia e o Malawi e o recém- independente Zimbabwe. No fim do encontro, todos eles assinaram uma declaração intitulada África Austral Rumo à Independência Económica, a qual ficou conhecida como a Declaração de Lusaka.

Subjacente à criação da SADCC estava a ideia dos estados membros de que não era possível continuar a oposição política à RAS, por via dos ELF, ao mesmo tempo que se colaborava economicamente com ela. A oposição ao regime sul-africano tinha que ser feita em todos os domínios. Assim, se os ELF eram vistos como a vertente política de combate ao *apartheid*, a SADCC passou a ser vista como a vertente económica. Ambas as organizações defendiam o mesmo objectivo, ou seja, o fim do *apartheid*. No caso da SADCC, e pese embora se apresentasse como uma organização económica, a prioridade, ao nível dos seus objectivos, era política. Embora possa parecer como uma contradição, a verdade é que os objectivos económicos da SADCC só poderiam ser alcançados se desaparecesse um grande obstáculo

²²⁹ Foi dentro dessa lógica que alguns membros, como David Smith, da Frente Rodesiana acabaram por votar, contra a vontade de Ian Smith, a favor do Acordo de Lancaster House.
Cfr. Ian Smith: The Great Betrayal. The Memoirs of Africa 's Most Controversial Leader, pp. 291-294.

²³⁰ A ZANU-PF venceu as eleições com 63% dos votos, obtendo 57 deputados; a ZAPU obteve 24% e 20 deputados; o UANC obteve 13% e elegeu apenas 3 deputados.
Luís Castelo Branco & Guilherme Zeverino: Portugal na Missão de Observação Eleitoral da União Europeia no Zimbabwe, p. 31.

político que era o do *apartheid*²³¹. Nesse sentido, a grande prioridade da SADCC era contribuir para a eliminação desse obstáculo.

Na Declaração de Lusaka, que serviu de documento base à nova organização, os estados signatários fizeram uma análise da situação económica da região. A libertação económica foi identificada como condição indispensável para a total libertação política.

Ao nível dos objectivos, a SADCC pretendia alcançar os seguintes²³²:

1. Redução da dependência económica, particularmente, mas não só em relação à RAS.
2. Criação de laços para uma genuína e equitativa integração regional.
3. Mobilização de recursos para promover a implementação das políticas nacionais, interestatais e regionais.
4. A acção concertada para garantir a cooperação internacional dentro do âmbito da estratégia de libertação económica definida.

Para além destes quatro objectivos explícitos, a SADCC tinha um quinto objectivo, este implícito, que visava o apoio aos movimentos de libertação que ainda actuavam na região, a SWAPO, o ANC e o PAC. A razão pela qual este objectivo estava implícito, prendeu-se com a necessidade de não legitimar eventuais ataques sul-africanos, os quais poderiam ser justificados por Pretória, caso existisse uma determinação explícita da SADCC em se opor ao regime político sul-africano.

Com o objectivo de quebrar a dependência face à RAS, a SADCC elaborou um programa de desenvolvimento multilateral, privilegiando o desenvolvimento do sector dos transportes e comunicações. A escolha deste sector, como prioridade máxima, deveu-se ao facto de entre os nove estados membros, seis não terem acesso ao mar²³³. Ao nível das trocas comerciais e por razões de sobrevivência, os membros da SADCC tinham duas hipóteses, ou promoviam os corredores regionais²³⁴ ou utilizavam a rede de transportes da RAS, o que faria com que a sua dependência em relação a Pretória não só não diminuísse, como acabaria por aumentar, com todos os custos políticos inerentes.

Para além dos Transportes e Comunicações, as atenções da SADCC também se concentraram noutros sectores, nomeadamente nas Relações Comerciais, Investimentos e Fluxos Migratórios, onde a dependência em relação à RAS era igualmente grande²³⁵.

²³¹ Cfr. Luís Castelo Branco: Das Razões Políticas da SADCC às Razões Económicas da SADC, pp. 126-129.

²³² SADCC: Southern Africa: Toward Economic Liberation, p. 2.

²³³ Botswana; Lesoto; Malawi; Suazilândia; Zâmbia e Zimbabwe.

²³⁴ Em Angola existia o Corredor de Benguela; na Tanzânia o de Dar-es-Salaam; e em Moçambique existiam três corredores: Nacala, Beira e Maputo.

²³⁵ Cfr. Luís Castelo Branco, *op. cit.*, pp. 49-72.

Se, do ponto de vista da solidariedade política, a criação da SADCC fez sentido, do ponto de vista económico, o seu aparecimento foi nefasto para os estados membros. A ideia de se querer avançar para a integração regional era quase utópica, não só porque excluía a potência regional, a RAS, como contava com a oposição aberta desta. Independentemente de considerações políticas, qualquer esforço de integração regional naquela altura deveria contar com a RAS, único estado da região com capacidade económica para servir de motor no esforço de integração regional.

O aparecimento da SADCC foi encarado como um claro desafio e ameaça pelas autoridades sul-africanas. Para além de ter posto em causa o projecto sul-africano da Constelação de Estados, a SADCC visava explicitamente reduzir a dependência dos seus membros face à economia sul-africana. A existência dessa dependência era considerada essencial por Pretória como forma de garantir o controlo da região. Se, através da Constelação de Estados, a RAS pretendia garantir o controlo sobre a região, com a SADCC, os estados membros pretenderam fugir a esse controlo e combater a influência sul-africana. Perante isto, a reacção sul-africana foi de clara oposição à nova Organização, a qual se traduziu numa campanha de agressão militar e desestabilização dos estados da região. Se até agora, a RAS tinha privilegiado o vector da cooperação no relacionamento com os estados da região, a partir da criação da SADCC, a RAS passou a privilegiar as acções de desestabilização económica e militar.

A partir de agora, serão os militares a assumirem as orientações de política externa. Para os meios militares sul-africanos, a criação da SADCC era a prova de que a força económica sul-africana não tinha sido capaz de controlar os acontecimentos na região. Perante isto, acabou a fase da cenoura e passou-se à fase do bastão²³⁶. Esta mudança de atitude implicou a entrada numa nova fase da ETN.

4.8.4. A Segunda Fase da ETN: A Desestabilização Generalizada

Uma segunda fase da ETN iniciou-se em meados de 1980 e durou até finais de 1981²³⁷. Esta fase caracterizou-se por uma desestabilização generalizada dos países da região. Foi a época das invasões do território angolano, em apoio da UNITA. Embora oficialmente as invasões sul-africanas fossem motivadas pelas acções do PLAN na Namíbia, a verdade é que elas se inseriam num esforço de defesa avançado da própria África do Sul. Devido à presença de guerrilheiros do MK e do PLAN em território angolano, a RAS considerava-se ameaçada. Estes guerrilheiros podiam aliar-se às tropas do MPLA, aos milhares de soldados cubanos, aos conselheiros soviéticos e de outros países do Leste Europeu, para juntos lançarem uma

²³⁶ Nesta altura, as forças armadas sul-africanas eram compostas por 83.400 efectivos, com reservas à volta das 321.000. As forças paramilitares rondavam os 145.500 efectivos. Comparativamente, os principais Estados dos ELF (Angola, Moçambique, Zâmbia e Zimbabue) tinham, no seu conjunto, forças na ordem dos 114.250 efectivos, não havendo qualquer comando unificado das tropas destes países. Em termos de gastos militares, a RAS gastou em 1983-1984, 2.7 biliões de USD, enquanto que os ELF, anteriormente referidos, gastaram 1.77 biliões de USD.

Steven Metz: *The Mozambique National Resistance and South African Foreign Policy*, p. 491.

²³⁷ Robert Davies & Dan O'Meara, *op. cit.*, p. 197.

ofensiva na Namíbia. Uma vez conquistado o território namibiano, essa aliança militar poderia avançar para a RAS.

A fim de justificar as suas acções militares, Pretória invocou o direito de *Hot Pursuit*, o qual, segundo as regras do Direito Internacional, permite a um estado prolongar no território de um outro estado, a perseguição que se tenha iniciado no território do primeiro. Este conceito foi especialmente utilizado para explicar as intervenções sul-africanas em território angolano em perseguição dos guerrilheiros do PLAN. Dentro da mesma lógica, a RAS adoptou a Doutrina da Intervenção Preventiva, a qual era utilizada para justificar intervenções realizadas no quadro da percepção do estado sul-africano de uma condição de cerco, o que em última instância, se torna numa acção de legítima defesa. Esta tentativa de legitimar o recurso à força, em função da percepção da ameaça à segurança do estado, estava prevista no ponto 9 da ETN.

Desestabilizar Angola também interessava aos sul-africanos por outros motivos. Angola podia oferecer aos outros estados da região, uma alternativa ideológica e económica ao domínio sul-africano. Uma Angola estável e em paz, era claramente uma candidata ao lugar de Potência Regional.

O apoio à UNITA não visou, em última instância, a subida ao poder do movimento de Jonas Savimbi. Como já foi referido, a RAS desconfiava das ligações da UNITA à SWAPO, uma vez que ambos os movimentos tinham a sua principal fonte de recrutamento junto das populações ovimbundu, ovambo na Namíbia. Nada garantiria à RAS que a UNITA, uma vez no poder, não viesse a apoiar a SWAPO. Neste contexto, o apoio sul-africano à UNITA visava desestabilizar Angola, limitando assim as suas capacidades de actuação regionais, mais do que derrubar o governo do MPLA.

A desestabilização de Moçambique justificava-se por dois motivos. Por um lado, devido ao apoio moçambicano concedido ao ANC, por outro, Moçambique era um território estratégico para a SADCC, uma vez que possuía três dos cinco corredores regionais, essenciais para quebrar a dependência face à RAS. A inviabilização dos corredores moçambicanos, comprometeria, em larga medida, os objectivos que a SADCC se tinha proposto alcançar em matéria de transportes.

Os ataques ao território moçambicano foram levados a cabo directamente, através da SADF, ou indirectamente através da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Simultaneamente, medidas na área económica, nomeadamente acções que atingiram os trabalhadores moçambicanos a trabalhar nas minas sul-africanas, foram aplicadas para pressionar, ainda mais, o executivo de Maputo.

A Suazilândia e o Lesoto, devido ao seu apoio prestado ao ANC, foram alvo de vários raids das forças de segurança sul-africanas. Estas acções obrigaram estes dois países a limitarem as actividades do ANC nos seus respectivos territórios.

A arma económica sul-africana foi particularmente utilizada contra o Zimbabwe. Após a independência do país, Mugabe fez declarações públicas muito violentas contra o regime sul-africano. De maneira a moderar o seu comportamento político, Pretória utilizou o seu poder

económico para condicionar Mugabe. O elevado grau de dependência²³⁸ de Harare, muito aprofundado nos últimos anos do regime de Ian Smith, obrigou Mugabe a moderar as suas acções contra a RAS.

4.8.5. A Terceira Fase da ETN: A Desestabilização Selectiva

Em finais de 1981, o governo sul-africano apercebeu-se que a sua política de desestabilização generalizada não era totalmente bem sucedida, uma vez que não tinha havido uma clarificação dos objectivos concretos da mesma. Assim, em 1982 entrámos numa nova fase da ETN, caracterizada por uma clarificação dos objectivos e por uma desestabilização selectiva. Desde logo, dois objectivos foram declarados:

1. A exigência de que todos os estados da região deveriam colaborar com Pretória, com vista a limitar o número e as actividades dos membros do ANC nos seus respectivos territórios.
2. O segundo objectivo era manter e, se possível, aprofundar os laços de dependência económica dos países da região em relação à RAS²³⁹. Nesse sentido, as iniciativas da SADCC passaram a ser um alvo prioritário das acções militares e económicas sul-africanas.

Clarificados os objectivos, a desestabilização sul-africana tornou-se mais selectiva, tendo os estados da região sido divididos em três grupos²⁴⁰ conforme a sua vulnerabilidade à pressão sul-africana.

Um primeiro grupo era constituído por estados vistos como facilmente vulneráveis às pressões sul-africanas. A estes estados eram oferecidas grandes concessões com vista a aprofundar a sua já grande dependência e, simultaneamente, a recompensá-los pelo seu bom comportamento. Dentro deste grupo, encontrávamos o Malawi e a Suazilândia. No caso do Malawi, o seu bom comportamento em relação à RAS, recorde-se que este foi o único país africano com quem Pretória mantinha relações diplomáticas, foi premiado com o apoio sul-africano na construção da sua nova capital, Lilongwe. A Suazilândia foi cativada com a promessa sul-africana de cedência do Bantustão Kangwane e parte do Kwazulu, o que permitiria à Suazilândia estender-se e chegar ao mar, velho sonho swazi. Em troca, o regime swazi aceitou assinar, a 17 de Fevereiro de 1982, um Pacto Secreto de Não Agressão com a RAS, através do qual se comprometeu a expulsar os membros do ANC do seu território. O

²³⁸ Os investimentos sul-africanos no Zimbabwe eram maiores do que em qualquer outra economia da África Austral. Das 10 maiores empresas industriais do país, 5 estavam directa ou indirectamente na mão de empresas sul-africanas. A maior de todas elas, a *Zimbabwe Breweries*, dominava a indústria alimentar, tendo igualmente uma forte presença no sector turístico.

Luis Castelo Branco, *op. cit.*, pp. 65-66.

²³⁹ Embora a dependência dos estados da África Austral fosse muito elevada em relação à RAS, ela era muito variável de país para país. No caso do Botswana, Lesoto e Suazilândia, a dependência era muito elevada. Outros, como Angola e a Tanzânia, não tinham praticamente nenhuma dependência em relação aos sul-africanos, em virtude de não terem ligações económicas com o regime de Pretória.

²⁴⁰ Para efeitos desta classificação, a Tanzânia ficou excluída por dois motivos, primeiro a sua distância em relação à RAS e, segundo, a sua pouca dependência em relação à economia sul-africana, fizeram com que Pretória não se preocupasse com este país nesta fase.

Pacto manteve-se secreto a pedido da Suazilândia, uma vez que a assinatura de um Pacto deste tipo deixava este país numa situação muito incómoda no seio da SADCC.

Um segundo grupo de países, constituído pelo Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Lesoto, mostraram-se dispostos a resistir às pressões sul-africanas. Para os quebrar, a RAS tinha que utilizar uma estratégia que combinasse a pressão económica e os ataques militares. Particularmente visado por esta estratégia combinada foi o Lesoto. A RAS utilizou as suas forças de segurança para apoiar o movimento rebelde, o *Lesotho Liberation Army*²⁴¹ (LLA), como objectivo de destabilizar o governo do Primeiro-Ministro Leabua Jonathan. Pese embora a pequenez e a fraqueza do país, Jonathan mostrou-se disposto a apoiar o ANC, atitude que provocou as reacções militares sul-africanas. Simultaneamente, os sul-africanos utilizaram o seu poder económico para desestabilizar o Lesoto. As remessas dos trabalhadores sotho na RAS eram essenciais para a economia do pequeno reino²⁴². Pretória várias vezes fechou a fronteira com o Lesoto ameaçando-o, caso não moderasse as suas posições políticas, de asfixia económica.

Um terceiro grupo de países, do qual faziam parte Angola e Moçambique, para além do apoio prestado ao ANC e à SWAPO, constituíam um desafio ideológico ao regime sul-africano. Paralelamente, a viabilidade dos projectos marxistas nestes dois países, também poderia significar a viabilização da SADCC. Assim, a desestabilização destes dois países, assumia especial importância para a África do Sul.

O sul de Angola passou, a partir de 1982, a estar ocupado em permanência pelo exército sul-africano com o objectivo de apoiar a UNITA, mas também como vertente da estratégia de defesa sul-africana da Namíbia.

Moçambique também sofreu um aumento das actividades militares sul-africanas, quer contra alvos económicos, como o Porto da Beira, quer contra alvos do ANC²⁴³. Paralelamente, a RENAMO levou a cabo uma campanha militar, destinada a eliminar a presença do governo moçambicano do interior do país.

Estas acções da RAS contra os estados da região causaram enormes prejuízos económicos e humanos. Em 1985, a SADCC calculou que as acções de desestabilização sul-africanas, entre 1980-1984, tinham causado perdas na ordem dos 10 biliões de USD. Outras fontes, como Reginald Green e Carol B. Thompson, consideram estes valores muito baixos, apontando para números na ordem dos 64 biliões de USD²⁴⁴. Neste contexto, e devido à importância

²⁴¹ O LLA era o braço armado do *Basutoland Congress Party*, liderado por Ntsu Mokhehle.

²⁴² Em 1982, os trabalhadores sotho na RAS, cerca de 110.000, enviaram 240 milhões de randes para o seu país, montante que representava mais de 2/3 do PNB do Lesoto.
Robert Davies: *A Statistical Profile of the SADCC Countries in the 1980's*, p. 14.

²⁴³ Foi o caso, por exemplo, do ataque sul-africano de 1982 contra as instalações do ANC em Maputo que vitimou Ruth First. Jornalista sul-africana, First ajudou à criação do *Congress of Democrats*. Foi uma destacada membra do SACP e do ANC. Devido às constantes perseguições policiais, exilou-se em 1964, primeiro na Suazilândia e depois em Moçambique.

²⁴⁴ Estes prejuízos incluíam encargos directos com a guerra; gastos extras com a defesa; perdas no crescimento económico; maiores custos com os transportes e energia; menos exportação e turismo; redução na produção e encargos com os refugiados.

estratégica do seu território, Moçambique foi particularmente atingido. Segundo a ONU, as acções de desestabilização directas e indirectas da RAS, entre 1980-89, causaram a Moçambique um prejuízo na ordem dos 15 biliões de dólares²⁴⁵.

Para além destes dois estados, todos os outros foram alvo de acções de destabilização sul-africana. A intensidade e o grau das acções de Pretória variavam conforme o comportamento político de cada estado.

Em finais de 1983, a situação na região caracterizava-se por um impasse. A RAS tinha conseguido afirmar o seu poder e inviabilizar a SADCC, porém, não tinha conseguido quebrar a vontade dos países da região. Apesar do poderio militar sul-africano ser evidente, alguns sinais de que as coisas neste capítulo poderiam estar a mudar começaram a surgir, nomeadamente após a Operação Askari²⁴⁶.

Internacionalmente, e apesar da onda de críticas ao regime sul-africano não parar de aumentar, Pretória contava com o apoio da GB de Margaret Thatcher e dos EUA de Ronald Reagan. Particularmente importante, foi o apoio deste último país, uma vez que estava apostado em quebrar o isolamento internacional da RAS pela via do diálogo²⁴⁷. Embora os EUA estivessem decididos em apoiar o regime sul-africano, duvidavam que a política de desestabilização praticada por Pretória fosse bem sucedida. Assim sendo, a administração Reagan pretendeu favorecer um entendimento entre os países da região. Os norte-americanos propuseram, através do Sub-Secretário de Estado para os Assuntos Políticos, Lawrence Eagleburger, uma Doutrina de Segurança Regional. Esta Doutrina, apresentada em Junho de 1983, baseava-se no seguinte²⁴⁸:

First, the need to recognize the rights and obligations of statehood and respect for international boundaries and the renunciation of the use of violence across them. Second, the cessation of organised activities within their territory by guerrillas or dissidentes planing acts of violence in the territory of another state. Third our task is not to impose a structure of security. The structure must rest on regional realities, mutual interests and direct channels of communication. Fourthly, peaceful change in Southern Africa and regional security are both urgently needed if the risks of growing international strife are to be avoided. A structure of regional stability in Southern

Dan O'Meara, *op. cit.*, p. 8.

²⁴⁵ Hans Abrahamsson & Anders Nilson: Moçambique em Transição. Um Estudo da História do Desenvolvimento durante o período 1974-1992, p. 176.

²⁴⁶ Iniciada em Dezembro de 1983, a Operação Askari visou eliminar várias unidades do PLAN instaladas em Angola. Apesar de terem conseguido o seu objectivo, os sul-africanos tiveram que enfrentar a oposição das tropas angolanas e dos cubanos. A resistência de cubanos e angolanos, deixava antever maiores dificuldades em futuros combates.

John W. Turner: Continent Ablaze. The Insurgency Wars in Africa 1960 to the Present, pp. 44-45.

²⁴⁷ Esta tarefa de aproximação ao regime de Pretória ficou a cargo, dentro da administração norte-americana, do Sub-Secretário de Estado para os Assuntos Africanos, Chester A. Crocker. A experiência de Crocker em relação aos acontecimentos na África Austral nos anos 80, vem muito bem descrita no seu livro *High Noon in Southern Africa. Making Peace in a Rough Neighborhood*, Norton 1992, 533 pp.

²⁴⁸ Robert Davies & Dan O'Meara, *op.cit.*, p. 206.

Africa is unlikely to take root in the absence of a basic movement away from a system of legally entrenched rule by the white minority in South Africa.

A administração Reagan tentou promover o conceito de *Linkage Politics*. Este conceito surgiu originalmente no seio do governo sul-africano. Este conceito adveio da intenção sul-africana de ligar a questão da independência da Namíbia à retirada das tropas cubanas de Angola. Esta ligação foi feita publicamente por P.W. Botha em Junho de 1982 quando anunciou²⁴⁹:

We cannot enter into the third phase (implementation of the agreement – UNSCR 435) with the Western Five, unless the Cubans are withdrawn from Angola. I stand by this statement.

Ou seja, para os sul-africanos, a independência da Namíbia, tal com estava prevista na Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, não podia ser alcançada, enquanto existissem tropas cubanas em Angola, vistas como uma ameaça à segurança sul-africana. A ameaça não vinha só da presença de tropas cubanas, como também da firme determinação do regime cubano, várias vezes afirmada²⁵⁰, em ajudar ao derrube do *apartheid*

Internamente, vários sectores da população branca *africânder*, começaram a questionar abertamente a razão da manutenção da presença sul-africana na Namíbia, cujos custos financeiros e ao nível da imagem internacional do país se estavam a tornar insuportáveis. As críticas surgiram nos meios *africânderes* mais liberais, conotados com a ala *verligte* do regime. Esta facção estava principalmente representada na imprensa de língua *afrikaans* e no meio académico²⁵¹.

Nesta altura, também a eliminação do apoio angolano à SWAPO era impossível de alcançar, tanto mais que a URSS fez saber que não admitiria a queda do regime angolano. Todos estes factores conjugados permitiram uma aproximação entre a RAS, Angola e Moçambique.

4.8.6. A Quarta Fase da ETN: A Pax Pretoriana

A aproximação entre estes três países deveu-se, em grande medida, mais à pressão externa e à situação interna de cada um deles, do que propriamente a um desejo sincero de mudança no relacionamento.

²⁴⁹ Gwyneth Williams & Brian Hackland, *op.cit.*, p. 136.

²⁵⁰ Em meados dos anos 70, o Ministro dos Negócios Estrangeiros cubano, Isidoro Malmierca Peoli, afirmou publicamente que as prioridades da política externa cubana centravam-se no combate ao *apartheid* na África do Sul, ao sionismo no Médio Oriente e ao Imperialismo norte-americano na América Latina. Leonardo Ralha: "Revolucionário antes de Castro", in *O Independente*, 17/08/2001, p. 51.

²⁵¹ John de St. Jorre: *Inside the Laager: White Power in South Africa*, p. 176.

Esta situação culminou com a assinatura, a 16 de Fevereiro de 1984, do Acordo de Lusaka, entre Angola e a RAS, e a 16 de Março, do Acordo de Nkomati, entre a RAS e Moçambique.

Pelo Acordo de Lusaka, a RAS comprometeu-se a retirar as suas tropas do sul de Angola, enquanto que o governo angolano se comprometeu a ocupar essa zona não permitindo que a mesma fosse ocupada por guerrilheiros do PLAN. Com o objectivo de fiscalizar a retirada sul-africana, foi criada uma Comissão de Monitorização Conjunta.

O Acordo de Nkomati, estipulou o fim do apoio sul-africano à RENAMO, enquanto que Moçambique se comprometeu a expulsar do seu território todos os membros do ANC conotados com a luta armada, deixando apenas uma pequena representação política em Maputo.

Simultaneamente à assinatura destes dois Acordos, foi divulgado a existência do Pacto de Não Agressão, assinado dois anos antes com a Suazilândia. Tal como as autoridades suazis temiam, a divulgação do Pacto provocou um enorme mal-estar no seio da SADCC.

O aparente sucesso da estratégia sul-africana, levou Pretória a tentar pressionar os outros estados da região a assinarem acordos semelhantes. Se a RAS tinha conseguido pressionar Angola e Moçambique, à partida, seria mais fácil pressionar os outros.

Porém, contrariando as expectativas sul-africanas, os outros estados da região recusaram-se a assinar Pactos de Não Agressão com o regime sul-africano. Simultaneamente os acordos assinados com Angola e Moçambique fracassaram. O Acordo de Lusaka foi violado por ambas as partes, e, em Junho de 1984, as tropas sul-africanas estavam de volta ao território angolano.

Documentos apreendidos à RENAMO pelas tropas moçambicanas, durante a ocupação do Quartel-General dos rebeldes moçambicanos na província de Sofala, demonstraram que a RAS violou o Acordo de Nkomati durante e após as negociações, já que o apoio à RENAMO nunca cessou.

Os sucessos diplomáticos sul-africanos assentaram numa base pouco sólida. Os compromissos obtidos basearam-se na necessidade da África do Sul conseguir traduzir para esses países, os Acordos, em benefícios económicos. Porém, a capacidade da economia sul-africana em oferecer tais benefícios, era cada vez menor. Aos elevados custos com o aparelho militar, havia ainda que acrescentar uma economia afectada pela crise, agravada pela imposição de sanções internacionais. A este cenário pouco favorável, e havia ainda que acrescentar os fardos económicos que representavam a Namíbia e os Bantustões Independentes.

O sucesso temporário, obtido com os Acordos de Lusaka e Nkomati, deram uma falsa esperança ao regime sul-africano sobre a eventualidade de ser reconhecido e aceite pelos seus vizinhos. Se dúvidas existissem, sobre a posição dos países da região em relação à eventualidade de uma aceitação do regime sul-africano, elas desapareceram com a reunião dos ELF em Arusha, Tanzânia, em 1984. Nessa reunião, os ELF afirmaram claramente que uma situação de paz verdadeira na África Austral, seria impossível enquanto o regime do *apartheid* existisse.

4.8.7. O ANC face à Pax Pretoriana

À medida que foram sendo conhecidas as notícias sobre as negociações em curso entre a RAS, Angola e Moçambique, a liderança do ANC começou a manifestar o seu receio de que o movimento sul-africano fosse utilizado como moeda de troca. Antecipando essa eventualidade, o ANC foi afirmando publicamente a sua preocupação. Oliver Tambo manifestou esse receio numa entrevista concedida ao jornal britânico *The Guardian*²⁵²:

The Machels, Dos Santos, Kaundas, Mugabes – They are all creations of liberation struggle. If they did what South Africa wanted them to do, to destroy the liberation struggle, they would be destroying their own independence...They may be limitations as to what they can do in practice but they cannot be our enemies.

Embora não tivessem provas palpáveis de uma mudança de comportamento dos países da região, o ANC sentiu um crescente distanciamento de alguns países, nomeadamente Moçambique, em relação ao movimento sul-africano. As suspeitas avolumaram-se quando os encontros entre Machel e Tambo, marcados a pedido deste último, foram sucessivamente adiados pelas autoridades moçambicanas. Apenas a 14 de Janeiro de 1984, foi o ANC informado pelas autoridades moçambicanas do conteúdo e das consequências das negociações em curso com os sul-africanos.

Durante os meses em que o Acordo de Nkomati esteve em vigor, as autoridades moçambicanas cumpriram a sua parte, limitando as acções do ANC no seu território. As limitações impostas pelo Acordo de Nkomati, implicavam que o ANC deixasse de poder contar com o território moçambicano como base segura para as suas actividades.

Porém, o não cumprimento do Acordo por parte dos sul-africanos, aliado às duras críticas feitas ao regime moçambicano por parte da maioria dos estados africanos, provocou a revisão da posição moçambicana. Pouco a pouco, o apoio ao ANC foi sendo restabelecido.

No caso de Angola, as negociações entre Luanda e Pretória não eram fonte de grande preocupação para o ANC. O Acordo de Lusaka dizia apenas respeito à SWAPO e ao sul do território angolano. Embora o ANC se sentisse solidário com o movimento namibiano, o qual se viu privado de utilizar o sul do território angolano como base de lançamento das suas

²⁵² Vladimir Shubin, *op.cit.*, p. 252.

operações militares, a principal preocupação era o registo de convulsões internas nos seus campos militares em Angola.

Em Julho de 1983, operações militares levadas a cabo pela UNITA, tinham posto em causa as linhas de abastecimento dos campos do ANC. Perante esta situação, o governo angolano pediu ajuda do ANC, assim com da SWAPO, para travar o avanço da UNITA. Ambos os movimentos concordaram em ajudar. Em inícios de 1984, começaram a correr notícias de incidentes nos campos do ANC. A instabilidade derivava da insatisfação dos guerrilheiros pelos longos períodos, que em alguns casos chegaram aos 6 anos, que os guerrilheiros passavam nos campos. Esta instabilidade era ainda fomentada pela pouca disciplina e formação ideológica dos guerrilheiros do ANC. A falta de bens de alimentação e os poucos cuidados de saúde disponíveis, agravaram ainda mais o descontentamento. Este ambiente foi ainda mais prejudicado pela morte de vários guerrilheiros do ANC em combate. A velha acusação difundida por Pretória de que o ANC mandava os seus jovens morrer em outros países, ao mesmo tempo que a liderança vivia confortavelmente no exílio, começou a ganhar adeptos dentro do movimento, situação habilmente explorada pelas autoridades sul-africanas.

4.9. As Reformas de P.W. Botha

Apesar de ser conotado com o grupo mais radical dentro do NP, os *verkrampts*, P.W. Botha decidiu, em inícios dos anos 80, reformar o *apartheid*. A sua ideia era a de se concentrar no essencial, ou seja, a manutenção do regime de minoria branca, esquecendo os pequenos pormenores. Nesse sentido, começou por eliminar o Petty *Apartheid*, uma vez que era visto como desnecessário, ao mesmo tempo que prejudicava a imagem interna e externa de um regime que pretendia ser reconhecido e aceite. Para ser bem sucedido na obtenção do apoio interno, P.W. Botha necessitava de cativar o apoio de uma parte da população negra. Para tal, o governo decidiu promover uma classe média negra, com o objectivo desta servir de tampão à mensagem revolucionária dos movimentos de libertação. Se existisse uma camada da população negra que visse o seu bem-estar aumentar, ela poderia opor-se às ideias de uma alteração de poder, a qual poderia pôr em causa esse mesmo bem-estar.

Com vista a iniciar as suas reformas, P.W. Botha aceitou as recomendações de duas Comissões, criadas para analisar o modo como as leis do trabalho e dos Passes eram aplicadas à população negra.

A Comissão Wiehan, *Commission of Inquiry into Labour Legislation*, foi criada na sequência da instabilidade laboral dos anos 70. A sua principal recomendação foi no sentido de permitir a criação de sindicatos negros e que os mesmos fossem ouvidos nas negociações laborais²⁵³. A aprovação desta recomendação levou ao aumento considerável do sindicalismo nos anos 80, com a criação da central sindical *The Congress of South African Trade Unions* (COSATU).

A Comissão Riekert, *Commission of Inquiry into Legislation Affecting the Utilisation of Manpower*, reconheceu que a pobreza dos Bantustões continuaria a empurrar milhares de

²⁵³ A criação do sindicalismo negro também foi defendida pelos grandes industriais sul-africanos, como Harry Oppenheimer, uma vez que quando surgiam os problemas laborais, era difícil encontrar com quem dialogar.

trabalhadores negros para as cidades, pondo em causa o *Group Areas Act*. Perante isto, a Comissão recomendou, em 1979, que em vez de se punir os negros que entrassem ilegalmente nas zonas urbanas, o governo deveria multar os empregadores que dessem empregos ou habitação a esses trabalhadores, ao mesmo tempo que deveria flexibilizar o mercado de trabalho para negros e abolir os Passes. P.W. Botha aceitou essa reivindicação, embora apenas 8 anos mais tarde e após 1 milhão de prisões²⁵⁴ é que foi aprovada legislação destinada a abolir os Passes.

Para além de garantir a sobrevivência do regime, as reformas de P.W. Botha também foram promovidas perante uma constatação preocupante, a diminuição gradual do peso da população branca no total da população sul-africana. A análise dos Censos sul-africanos confirmava este declínio:

Quadro I

Total da População e Percentagem de cada Raça.					
	Total da População	Branco	Mestiços	Asiáticos	Negros
1946	11.415.925	20.8	8.1	2.5	68.6
1951	12.671.452	20.9	8.7	2.9	67.5
1960	16.002.797	19.3	9.4	3.0	68.3
1970	21.794.328	17.3	9.4	2.9	70.4
1980	28.979.035	15.7	9.1	2.8	72.4

Fonte: Adaptação do Autor a partir de William Beinart. *Twentieth-Century South Africa*, p. 261

Apesar da população branca ter passado dos 3.1 milhões em 1960 para 4.5 milhões em 1980, a verdade é que o seu peso no total da população sul-africana diminuiu. Em igual período, a população negra passou de 10.9 milhões para 20.8, número no qual se incluíam 3.9 milhões relativos aos habitantes dos Bantustões Independentes²⁵⁵. A manter-se esta tendência, o governo sul-africano previa que em 2010, a população branca representaria menos de 10% do total da população, enquanto que os negros constituiriam mais de 83%²⁵⁶.

Face a estes números, P.W. Botha decidiu, em 1983, tentar cativar as populações mestiças e indianos. Nesse sentido, propôs a partilha de poder entre brancos, mestiços e indianos, criando-se para o efeito parlamentos separadas para cada grupo racial.

Esta proposta foi mal aceite pela ala mais radical do NP. Os opositores desta proposta, liderados por Andries Treurnicht, criticaram estas medidas, acusando-as de pôr em perigo o regime do *apartheid*. Treurnicht e os seus apoiantes, entre eles 18 deputados do NP, acabaram por abandonar o NP e criar o *Konserwatiewe Party* ou *Conservative Party* (CP). Para o lugar de Treurnicht como líder do NP no Transvaal, que como vimos era o segundo posto mais importante dentro do partido, foi eleito Frederik Willem De Klerk.

²⁵⁴ Rita M. Byrnes: *South Africa. A Case Study*, p. 49.

²⁵⁵ Merle Lipton: *Capitalism and Apartheid. South Africa 1910-1986*, p. 400.

²⁵⁶ Rita M. Byrnes, *op. cit.*, p. 49.

As reformas de P.W. Botha também afectaram o *think tank* do regime, o *Africânder Broederbond*. Desentendimentos dentro desta organização levaram a uma cisão e à criação, em 1984, de uma organização rival, a *Afrikaner Volkswag*, vigia do povo *africânder*. Liderada por Carol Boshoff, antigo dirigente da *Broederbond*, a *Afrikaner Volkstag* criticou as reformas de Botha. Determinada a combater aquilo que considerou ser as influências liberais, esta organização declarou o seu apoio ao CP de Treurnicht, ao HNP de Hertzog e ao *Africânder Weerstandbeweging*, frente de resistência *africânder*, (AWB) de Eugene Terreblanche.

As propostas de P.W. Botha também foram criticadas pela ala liberal da população *africânder*. Representada por Frederik van Zyl Slabbert, líder do *Progressive Federal Party*, esta ala criticou as propostas do governo por excluírem a população negra da vida política do país. Porém, apesar das críticas, as propostas de P.W. Botha receberam o apoio de 2/3 da população branca através de um referendo convocado para o efeito.

Durante anos, o NP não teve uma posição clara sobre qual seria a posição dos mestiços²⁵⁷ no modelo de desenvolvimento separado. Ao contrário dos negros, os mestiços não tinham nenhum Bantustão onde se pudessem desenvolver autonomamente as suas instituições políticas. As dúvidas também derivavam do facto de 50% dos mestiços serem cristãos e 80% utilizarem como primeira língua o *afrikaans*, factores que os aproximavam em muito da população branca. A grande maioria da população mestiça da África do Sul, que no total deveria rondar os 2.6 milhões em 1980, cerca de 9% da população²⁵⁸, concentrava-se na província do Cabo. Desde sempre, houve uma grande proximidade entre os brancos do Cabo e os mestiços, com os primeiros a considerarem que os segundos deviam ser aceites na comunidade branca como *africânderes* mestiços²⁵⁹. Porém, também havia quem defendesse que os mestiços deveriam ser mantidos como uma comunidade distinta da branca.

Nas primeiras décadas do *apartheid*, a posição dominante na elite sul-africana foi a última, ou seja, os mestiços eram um grupo distinto dos brancos. Esta visão defendia igualmente que certos imigrantes, como os portugueses, deveriam ser considerados mestiços não brancos. Perante esta posição dominante, os mestiços viram-se abrangidos pela aplicação das teses do *apartheid*, o que teve como resultado que a maioria dos mestiços aderisse a movimentos anti-*apartheid*. Como vimos em capítulos anteriores, os mestiços estiveram envolvidos em movimentos e organizações de contestação ao regime.

Para além dos mestiços, também a população indiana levantou problemas aos arquitectos do *apartheid*. Representando em 1980 cerca de 800 mil pessoas, o que correspondia a 3% da população²⁶⁰, a população indiana era descendente dos indianos que tinham sido trazidos no século XIX para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar do país. Pouco a pouco, esta comunidade foi-se concentrando na província do Natal, hoje em dia Kwazulu-Natal. A

²⁵⁷ Os mestiços podiam ser divididos em dois grupos. Os Malaios do Cabo, muçulmanos descendentes de indonésios e malaios e os Griquas descendentes de Khoi e brancos.

²⁵⁸ Merle Lipton, *op.cit.*, p. 400.

²⁵⁹ F.W. de Klerk, *op.cit.*, pp. 90-91.

²⁶⁰ Merle Lipton, *op.cit.*, p. 400.

posição inicial do governo sul-africano em relação aos indianos era a de que eles eram estrangeiros e deveriam regressar ao seu país.

Com o objectivo de cativar o apoio destas duas comunidades, P.W. Botha aprovou, a 3 de Setembro de 1984, uma nova Constituição. Ficou estabelecido a criação de um Parlamento com três câmaras²⁶¹, para brancos, mestiços e indianos. Esta decisão fundamentou-se nas conclusões da Comissão Schlebusch, criada por P.W. Botha para analisar as hipóteses de um maior envolvimento político de mestiços e indianos. De acordo com a nova Constituição, P.W. Botha demitiu-se do cargo de Primeiro-Ministro, cargo que deixou de existir, e foi eleito Presidente do país. O regime tornou-se presidencialista.

A população negra viu nestas reformas, não um passo no sentido de uma reforma mais vasta, mas sim um aprofundamento do *apartheid*, o qual visou excluí-los definitivamente da vida política nacional. Mesmo no seio das populações indiana e mestiça, o sucesso destas reformas foi muito limitado, uma vez que nas eleições de 1984, destinadas a escolher os representantes de cada grupo para as três câmaras do Parlamento, a afluência de indianos e mestiços foi muito baixa.

A Sociedade Internacional, através da ONU, não reconheceu as propostas do governo sul-africano, afirmando que o facto da nova Constituição ter sido referendada não tinha qualquer valor, uma vez que só a população branca é que pôde expressar a sua opinião. A posição da ONU foi oficializada pela aprovação da Resolução 38/11 de 15 de Novembro de 1983 da Assembleia Geral²⁶²:

... Declares that the so-called “constitutional proposals” are contrary to the principles of the Charter of the United Nations that the results of the referendum are of no validity whatsoever and that the enforcement of the proposed “Constitution” will inevitably aggravate tension and conflict in South Africa and in Southern Africa as a whole.

4. 10. A Oposição Interna às Reformas de Botha. A UDF e a COSATU

Paralelamente às reformas do regime, também a oposição se mostrava activa. Em 1983 surgiu a *United Democratic Front* (UDF), com o objectivo de unir todos aqueles que se opunham à nova Constituição sul-africana. Lançada publicamente em Joanesburgo em Agosto, por 150 delegados de 30 organizações, a UDF surgiu das ideias do Reverendo Allan Boesak, Presidente do *World Alliance of Reformed Churches*.

O objectivo inicial foi o de apelar ao boicote, no seio das populações indiana e mestiça, nas eleições de 1984. Rapidamente os objectivos passaram a ser mais vastos, apelando, por meios não violentos, ao governo sul-africano para que o *apartheid* fosse abolido. Para o regime sul-

²⁶¹ A *House of Assembly* para brancos com 178 lugares, a *House of Representatives* para os mestiços com 85 lugares; e a *House of Delegates* para os indianos com 45 lugares. Mesmo que indianos e mestiços se unissem nas votações, os deputados brancos constituíam sempre a maioria.

²⁶² Resolução A/RES/38/11, 15 Novembro 1983 da Assembleia Geral da ONU.
<http://www.anc.org.za/un/undocs2b.html-105>

africano, o objectivo da UDF era muito claro, visava tornar o país ingovernável²⁶³. Para além de Allan Boesak, também o Bispo Desmond Tutu se destacou à frente da UDF.

Na sequência das conclusões da Comissão Wiehahn, o governo sul-africano flexibilizou o controlo sobre o sindicalismo negro. Este novo ambiente favoreceu o aparecimento de vários sindicatos negros. Porém, de maneira a serem ouvidos, era necessário que os vários sindicatos se unissem numa poderosa Central Sindical, que tivesse poder junto do governo e das associações patronais.

As negociações que conduziram à criação da *The Congress of South African Trade Unions* (COSATU) arrastaram-se entre 1981 e 1985. As negociações, que envolveram 100 representantes de 29 sindicatos, caracterizaram-se por desconfianças mútuas, desentendimentos sobre os métodos a adoptar pela nova organização e choques de personalidades.

A 30 de Novembro de 1985, delegados de vários sindicatos²⁶⁴ reuniram-se na Universidade do Natal para criarem oficialmente a COSATU. A liderança foi assumida por Elijah Barayi, Chris Dlamini ficou como Vice-Presidente, Jay Naidoo como Secretário-Geral. Desde muito cedo, destacou-se no seio da COSATU Cyril Ramaphosa, Secretário-Geral do poderoso sindicato dos mineiros, o *National Union of Mineworkers* (NUM). Fundado em 1982, o NUM tinha em 1986, 350 mil membros²⁶⁵, numa área fundamental para a economia sul-africana. A pressão da NUM pela melhoria das condições de trabalho e salariais dos mineiros foram uma pressão constante ao longo dos anos 80.

Os objectivos da COSATU eram os seguintes:

1. Organização não racial;
2. Compromisso de criar um sindicato em cada uma das grandes indústrias;
3. Controlo dos sindicatos pelos trabalhadores;
4. Representação nos sindicatos através do pagamento de quotas;
5. Cooperação nacional.

4.11. Os Movimentos Sul-Africanos no Exílio

A crescente eficácia do aparelho militar e policial sul-africano durante os anos 60, limitou a capacidade de actuação do MK e do APLA. Embora levassem a cabo algumas acções armadas, atacando alvos económicos no caso do MK e alvos humanos no caso do APLA, a verdade é que a eficácia dessas acções mostrou-se limitada. O grande problema dos movimentos era a ausência de apoios regionais. Perante isto, as independências de Angola e

²⁶³ Frederik De Klerk, *op.cit.*, p. 112.

²⁶⁴ Ver em Anexo a lista dos sindicatos participantes.

²⁶⁵ Gwyneth Williams & Brian Hackland, *op. cit.*, p. 189.

Moçambique foram recebidas com enorme alegria em virtude das oportunidades que se abriam.

Durante o período de transição angolano, as relações entre o ANC e o MPLA foram-se aprofundando²⁶⁶. A invasão sul-africana de Angola serviu para unir ainda mais ANC e MPLA, os quais passavam a ter um inimigo comum. Este relacionamento permitiu o estabelecimento, em Fevereiro de 1976, de campos de treino do MK em Angola. A partir desse momento, apenas os cursos especializados continuariam a ser ministrados na URSS ou noutros países do bloco soviético. A tão desejada base regional do MK estava finalmente encontrada. Nessa altura, o MPLA era visto como um exemplo para o ANC. Oliver Tambo ao visitar Angola, em Março de 1976, referiu-se aos angolanos nos seguintes termos²⁶⁷:

The significant aspect of the MPLA forces which defeated the racists is that they are not divided racially according to whether the person is white, brown or black – They are simply angolans. This is the kind of South Africa we are going to have.

Esta melhoria da situação regional também se deveu a uma reaproximação à Tanzânia. Após alguns anos de afastamento, em virtude do regime tanzaniano ter privilegiado o apoio ao PAC, o ANC viu aumentar a boa vontade do Presidente Julius Nyerere. O facto de Nyerere ocupar a presidência dos ELF, tornava necessário um melhor relacionamento do ANC com este país africano. Embora a Tanzânia continuasse a apoiar o PAC, deixou de pressionar o ANC no sentido de se criar uma frente unida.

Para além da melhoria das condições na região, o ANC também começou a explorar outras áreas em busca de apoios. Em 1975, as relações com a República Popular da China, que como vimos tinham sido interrompidas devido ao Conflito Sino-Soviético, foram retomadas. A convite da Associação de Amizade Chinesa com os Países Estrangeiros, uma delegação do ANC visitou Pequim. Neste encontro foi prometido apoio chinês no campo militar e financeiro. No entanto, a melhoria deste relacionamento continuava a enfrentar obstáculos. Por um lado, os chineses recusavam-se a receber membros do SACP, exigindo para tal um conhecimento prévio da composição das delegações do ANC. Por outro lado, a invasão chinesa do Vietname voltou a esfriar o relacionamento. Durante os anos 60, o ANC tinha demonstrado publicamente o seu apoio aos vietcongues, e em 1979 pouco antes do ataque chinês, Tambo tinha visitado Hanoi.

Se a luta armada não gerava grandes resultados, o mesmo não se aplicava à ofensiva diplomática. A liderança do ANC no exílio, liderada por Oliver Tambo, conseguiu obter apoios importantes. Para além do crescente apoio e acesso à ONU e às suas agências especializadas, o ANC foi obtendo fundos financeiros oriundos dos mais diversos países. Este aumento do apoio diplomático, permitiu ao ANC começar a defender a aplicação de sanções ao regime de Pretória, ideia apoiada por muitas organizações e estados.

Nos anos 70, o ANC alargou a sua base de contactos. Importantes foram as aproximações ao Iraque e ao Iémen do Sul. Também foram estabelecidos contactos com a Organização de

²⁶⁶ A partir do momento em que o MPLA passou a agir legalmente em Luanda, membros do ANC passaram a visitar com regularidade a capital angolana.

²⁶⁷ Vladimir Shubin, *op. cit.*, p. 167.

Libertação da Palestina (OLP) com vista a uma aproximação à Líbia, país que na altura apoiava o PAC.

Após a revolução iraniana, o ANC tentou desenvolver contactos com as novas autoridades de Teerão, com um duplo objectivo em vista. Por um lado, acabar com os abastecimentos de petróleo iraniano à RAS e, por outro, obter apoio financeiro para a luta. O primeiro objectivo foi obtido de imediato, o segundo, demorou mais algum tempo. A importância do fim do abastecimento do petróleo era essencial para que as sanções, decretadas pela OPEP à RAS em 1973, passassem a ter efeito. Nesse sentido Oliver Tambo escreveu ao Ayatollah Khomeini a pedir essa cessação:

LETTER TO AYATOLLAH KHOMEINI,

*Maputo,
People's Republic of Mozambique,
February 13, 1979*

*His Excellency Ayatollah Khomeini
Teheran
Islamic Republic of Iran*

On behalf of the African National Congress and the oppressed masses of South Africa we express to you our immense joy at the glorious success of the Iranian revolution. Your victory demonstrates the irresistible power of a people united in the pursuit of a just cause. Your historic victory has shattered the infamous conspiracy of Reza Pahlevi and Vorster-Botha against our two peoples which guaranteed the racists their soil.

Your victory therefore constitutes an enormous contribution to the success of our struggle against a brutal racist fascist dictatorship. The ANC joins all progressive humanity in the celebration of your achievement and welcomes the new Iran into the ranks of the anti-imperialist and anti-racist community of nations. We salute the heroic Iranian people. We lower our banners in memory of the fallen martyrs who made victory possible. Their blood has cemented our bonds of solidarity in common struggle for a just world. Long live the Great Iranian Revolution.

Oliver Tambo

President

African National Congress (South Africa)

Fonte: Oliver Tambo Page. ANC Historical Documents.

4.12. O Endurecimento do regime de P.W.Botha. O *Rubicon Speech*

Em inícios de Agosto de 1985, foi anunciado que o Presidente Botha se estava a preparar para fazer um discurso histórico, o qual anunciaria a adopção de profundas alterações do regime, entendido tal como o possível fim do *apartheid*. Tendo criado enormes expectativas, internas e externas, o discurso, proferido, a 15 de Agosto em Durban, durante a conferência anual do NP, foi uma enorme desilusão. Particularmente desiludidos ficaram os norte-americanos. O governo de Washington tinha cada vez mais dificuldades, internas e externas, para justificar a política de cooperação com Pretória.

Para além de pequenos sinais de reforma, como o fim da proibição de casamentos entre pessoas de distinta raça, pouco mais se alterou. As esperanças tão elevadas derivaram, em grande medida, do facto de se saber que já existiam contactos entre o governo e a liderança do ANC no exílio. A tão esperada libertação dos presos políticos²⁶⁸, nomeadamente de Mandela, também saiu frustrada.

A libertação de Mandela já tinha sido equacionada por P.W. Botha em Janeiro desse ano. Tal libertação, ficava no entanto dependente da aceitação por parte de Mandela de uma série de condições, nomeadamente, a renúncia à violência e a abstenção de tomar posições políticas. A resposta de Mandela foi dada a 10 de Fevereiro, numa manifestação no Soweto, através da sua filha Zinzi²⁶⁹:

I am surprised at the conditions that the government wants to impose on me. I am not a violent man. My colleagues and I wrote in 1952 to Malan asking for a round table conference to find a solution to the problems of our country, but that was ignored. When Strijdom was in power, we made the same offer. Again it was ignored. When Verwoerd was in power we asked for a national convention for all the people in South Africa to decide on their future. This, too, was in vain.

It was only then when all other forms of resistance were no longer open to us that we turned to armed struggle. Let Botha show that he is different to Malan, Strijdom and Verwoerd. Let him renounce violence. Let him say that he will dismantle apartheid. Let him unban the people's organisation, the African National Congress. Let him free all who have been imprisoned, banished or exiled for their opposition to apartheid. Let him guarantee free political activity so that people may decide who will govern them.

I cherish my own freedom dearly, but I care even more for your freedom... I cannot sell my birthright, nor am I am prepared to sell the birthright of the people to be free...

²⁶⁸ Numa primeira versão do discurso, P.W. Botha tinha incluído, por influência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, o anúncio da libertação de Mandela. Porém, acabou por mudar de opinião, facto que quase provocou a demissão de Pik Botha.

²⁶⁹ E.S.Reddy: Free Nelson Mandela. An Account of the Campaign to Free Nelson Mandela and all other Political Prisoners in South Africa, p. 11.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/campaigns/prisoner.html>

What freedom am I being offered while the organisation of the people remains banned? What freedom am I being offered when I may be arrested on a pass offence?... What freedom am I being offered when I must ask for permission to live in an urban area? What freedom am I being offered when I need a stamp in my pass to seek work? What freedom am I being offered when my very South African citizenship is not respected?...

I cannot and will not give any undertaking at a time when I and you, the people, are not free. Your freedom and mine cannot be separated.

Para o ANC, o discurso de Botha era a clara demonstração que o regime não fazia tentativas de abolir o *apartheid* e mudar a sua política, reafirmando a sua determinação em avançar com o projecto de bantustização do país.

Na resposta ao discurso de P.W. Botha, o ANC, através do seu Presidente, criticou a posição do regime, defendendo a necessidade de se continuar a luta armada como única forma de derrubar o *apartheid*. Na sua reacção, Oliver Tambo também criticou os países ocidentais, nomeadamente os EUA, pelo apoio concedido a Pretória, o qual era essencial para a sobrevivência do regime. O ANC já tinha feito saber que a política de diálogo com Pretória, com vista a promover a reforma do regime, não tinha surtido qualquer efeito²⁷⁰. A liderança do ANC já tinha desfeito qualquer hipótese de alguma vez o regime de *apartheid* vir a ser aceite internamente. Num discurso proferido na sede da UNESCO em Paris, em Maio de 1981, Oliver Tambo tinha deixado bem claro que o regime do *apartheid*, responsável pela instabilidade na região, nunca seria reconhecido²⁷¹.

A partir desta altura, começou a ser visível que a radicalização do regime crescia em proporção ao seu desespero. Embora internamente a situação fosse controlável, a pressão internacional, aliada ao isolamento cada vez maior, começou a ter efeitos decisivos sobre o regime sul-africano.

Apercebendo-se desta situação, o ANC lançou mais uma ofensiva diplomática com o objectivo de obter garantias da Sociedade Internacional de que a pressão se iria manter. Simultaneamente, na esfera interna o objectivo do ANC foi o de mobilizar a população sul-africana, através da UDF, com o objectivo de tornar o país instável e assim afectar uma economia já debilitada.

Se a partir de 1985, o desespero do regime aumentou, também aumentou a esperança do ANC no fim do *apartheid*. Esta convicção do ANC era notória nas declarações públicas de membros do movimento. No discurso comemorativo dos 73 anos do ANC²⁷², Oliver Tambo

²⁷⁰ Oliver Tambo: Response to P.W. Botha "Rubicon Speech", p. 1.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/pr/1980s/pr850816.html>

²⁷¹ Oliver Tambo: There Can Be no Peace or Stability in Southern Africa without the Destruction of Apartheid, 1 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/or/or81-5a.html>

²⁷² Oliver Tambo: Render South Africa Ungovernable!, p. 2.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/or/or85-1.html>

afirmou que as acções das várias camadas da população, aliadas ao crescente apoio internacional, começaram a ter efeitos determinantes para o regime, tornando o país ingovernável.

O radicalismo do regime sul-africano aliado à crescente contestação internacional contra o *apartheid* levou a que houvesse um aprofundamento das sanções aplicadas à RAS, mesmo por parte daqueles países, como os EUA²⁷³, que sempre se tinham mostrado contrários a tal medida.

²⁷³ Sobre a posição dos EUA relativamente à aplicação de sanções ao regime sul-africano, Cfr. Chester Crocker, *op. cit.*, pp. 253-278.

CAPÍTULO V

A POLÍTICA EXTERNA DO APARTHEID

5.1. O Nascimento da Diplomacia Sul-Africana

Apesar da África do Sul ter ascendido à independência em 1910, o *Department of Foreign Affairs* (DFA), Ministério dos Negócios Estrangeiros sul-africano, só foi criado a 1 de Junho de 1927 pelo Primeiro-Ministro Hertzog. Até então, muitas das questões externas do país estavam a cargo da gestão britânica. A criação do DFA foi considerada uma necessidade absoluta, justificada por Hertzog da seguinte maneira²⁷⁴:

The only proof which can satisfy the sentiment that we ought to behave as an independent country. It does not benefit us as an independent country any longer to simply rely on the services of other countries (uma óbvia referência à diplomacia britânica).

Na sequência desta decisão, o período entre 1927 a 1945 foi marcado pela abertura de várias representações diplomáticas sul-africanas. Em 1929, a União Sul-Africana abriu a sua embaixada na Holanda, entendido como um importante gesto simbólico, uma vez que este país era a origem dos *africânderes*. Também nesse ano, foram abertas embaixadas em Itália e nos EUA. O ano de 1934 marcou uma fase de grande expansão da rede diplomática sul-africana, com a abertura de embaixadas em Portugal, Bélgica, França, Alemanha e Suécia. Para além da abertura de representações diplomáticas em países ocidentais, a União Sul-Africana também destacou representantes para países ou territórios “não-brancos”. Nesse sentido, o governo de Pretória abriu representações diplomáticas ou consulares em Moçambique, Congo Belga, Madagáscar, Marrocos, Singapura, Índia e China.

A característica comum à esmagadora maioria dos diplomatas sul-africanos era a sua inexperiência em questões externas. Esta situação levou a que as nomeações para os cargos diplomáticos se baseassem apenas em critérios políticos, não tanto por favorecimento de aliados, mas sim por falta de alternativas. Nesta fase, a principal questão, do ponto de vista externo, era o relacionamento com a GB e, por extensão, com a Commonwealth.

Nos anos imediatamente anteriores à II Guerra Mundial, a África do Sul era um membro respeitado da Sociedade de Estados, prestígio que se devia em muito à personalidade de Jan Smuts. No continente africano, a África do Sul era dos poucos países independentes, e, de longe, o mais desenvolvido economicamente. A política de segregação racial passava despercebida, numa época em que o poder colonial era a regra em África. As únicas queixas contra o regime sul-africano, vinham da parte da população indiana devido ao tratamento de que eram alvo.

²⁷⁴ Deon Geldenhuys: *The Diplomacy of Isolation. South Africa Foreign Policy Making*, p. 3.

Nos anos 40, a política externa sul-africana era dominada por duas correntes opostas. Uma, representada pelo General Smuts, defendia uma política externa activa com grande visibilidade, na lógica de um estado soberano membro da Commonwealth. Esta corrente defendia uma clara ligação à GB e ao mundo anglófono. O prestígio de Smuts permitiu-lhe condicionar a política externa do seu país até 1948. O seu comportamento no processo de reconciliação entre *boeres* e ingleses, a posição de apoio à GB assumida durante a I Guerra Mundial, tinham-lhe granjeado um enorme protagonismo internacional, o qual se consolidou com as suas contribuições para a criação da SDN. A continuação do apoio de Smuts e da África do Sul à GB na II Guerra Mundial valeu-lhes um reconhecimento internacional, que se expressou na sua contribuição para a Carta da ONU.

A segunda corrente, representada por Hertzog, foi-se desenvolvendo no seio da oposição *africânder* a Smuts. Esta corrente defendia uma política menos activa, preferindo um maior isolamento de modo a fortalecer o sentimento nacional *africânder*, o que implicava obviamente uma afastamento em relação à GB. Para os *africânderes*, a frequência com que os dirigentes sul-africanos se dirigiam a Londres, demonstrava a enorme dependência, em matéria de política externa, que existia em relação a Londres. Para Hertzog, esta ligação era vista como uma clara subordinação da África do Sul à GB, sendo necessário quebrá-la e reforçar o nacionalismo *africânder*, intenção bem expressa em slogans como *South Africa First*.

Todavia, a dependência em matéria de política externa em relação à GB tinha as suas vantagens para a RAS. Para além de fornecer informações aos sul-africanos, os serviços diplomáticos britânicos agiam em representação da África do Sul, junto de estados onde este país não tinha representação diplomática. Como existia uma profunda comunhão de interesses em matéria de política externa, Smuts não via qualquer inconveniente nesta ligação.

O primeiro sério choque entre as duas correntes surgiu a propósito da posição a adoptar pelo país durante a II Guerra Mundial. Nessa altura ganhou a corrente anglófona. Porém, a posição de Smuts acabou por ser derrotada, não só pela vitória eleitoral do NP em 1948, mas também por causa das transformações mundiais. A criação da ONU em 1945, a ascensão à independência da Índia e o compromisso britânico de conceder a independência às suas colónias, minaram a posição de Smuts. A África do Sul era, até então, considerada um elemento essencial dentro da Commonwealth. O problema é que com a independência das colónias britânicas, esta Organização transformou-se, deixando de ser uma associação de países brancos, transformando-se numa organização multirracial, em que os membros brancos estavam, cada vez mais, em minoria.

Uma das consequências mais importantes da derrota da Alemanha nazi foi o aparecimento de uma nova mentalidade internacional dominante. Esta mentalidade traduziu-se na promoção dos direitos humanos, preocupação bem expressa na Carta das Nações Unidas. A primeira referência é encontrada logo no Preâmbulo da Carta²⁷⁵:

²⁷⁵ ONU: Carta das Nações Unidas e Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, p. 1.

Ao reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas.

A Conferência de São Francisco foi um ponto de viragem no que diz respeito à imagem internacional da África do Sul. Foi a última vez que Pretória assistiu a uma Conferência Internacional sem ser alvo de críticas. A partir desse momento, a onda de críticas em relação ao regime sul-africano começou a aumentar, ao mesmo tempo que o prestígio e a influência internacional da África do Sul diminuía.

Após a subida ao poder, o NP passou a privilegiar a política interna, ou seja, a aplicação do *apartheid*, criticando a excessiva importância que Smuts tinha prestado à política externa. O NP apresentou o *apartheid* não só como uma ideologia de combate ao comunismo, mas também como uma ideologia destinada a preservar os valores cristãos. Existiu, nesta fase, uma clara ligação entre ideologia e religião, sendo que a principal prioridade foi a expulsão da ameaça comunista do território sul-africano. O afastamento internacional não evitou as críticas crescentes da ONU face à posição sul-africana relativa ao Sudoeste Africano.

5.2. A Diplomacia de Malan. O Início dos Conflitos

No pós guerra, e com o aparecimento da ONU, a África do Sul começou a ser alvo das atenções da Sociedade Internacional. A subida ao poder do NP em 1948 e a adopção do *apartheid* como doutrina oficial do estado, começou a agravar o relacionamento da África do Sul com o exterior. Para combater a crescente má imagem, e contrariar as campanhas que começaram a surgir contra o regime sul-africano, o Primeiro-Ministro Malan nomeou Te Water, um antigo apoiante de Hertzog, como embaixador itinerante do país. A missão do embaixador Te Water, era a de combater a campanha de hostilidade contra o regime, a qual estava a ganhar força internacionalmente. Porém, rapidamente Pretória se apercebeu que essa campanha não era transitória, mas representava uma nova atitude da Sociedade Internacional face à situação interna sul-africana.

Um outro obstáculo que a diplomacia teve que enfrentar nos primeiros anos de poder do NP, e que afectou a sua pouca experiência, foi o choque entre um governo *africânder* e um aparelho diplomático claramente anglófono e próximo da GB. Embora não se tivesse assistido a uma purga no seio dos diplomatas sul-africanos, a verdade é que a pressão *africânder*, nomeadamente a partir de 1956 quando o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros foi ocupado por G.P. Jooste, começou a afastar os diplomatas anglófonos das representações diplomáticas mais importantes.

Do ponto de vista da política externa, Malan elaborou aquilo que designou por Carta de África, vista como uma tentativa de contrariar o avanço das teses favoráveis à autodeterminação dos povos, a qual estipulou cinco grandes objectivos²⁷⁶:

1. Proteger África da dominação asiática;

²⁷⁶ Donald Sole: South African Foreign Policy Assumptions and Objectives from Hertzog to de Klerk, pp. 106-107.

2. Preservar África para os Africanos;
3. Assegurar que África se desenvolva de acordo com os valores cristãos e ocidentais;
4. Manter o comunismo fora de África;
5. Fazer de África uma zona desmilitarizada.

Existia nestes objectivos uma clara intenção de Malan de se identificar com o Ocidente, considerando-se a África do Sul como uma extensão ocidental em África. Para além da natural identificação com os valores ocidentais, estes objectivos visavam mobilizar e favorecer o apoio ocidental ao regime sul-africano. Na sequência destes objectivos, o DFA elaborou um plano de acção destinado a alcançar as seguintes metas:

1. Manutenção e aprofundamento dos laços económicos com a GB e a Europa Ocidental;
2. Manter os laços militares estabelecidos com a GB e os países ocidentais durante a II Guerra Mundial.
3. Evitar qualquer ruptura com a ONU que levasse à imposição de sanções.
4. Promover a África do Sul enquanto líder do desenvolvimento científico e tecnológico do continente africano.

No período do pós-guerra, o principal objectivo externo sul-africano foi o de ser incluído numa aliança defensiva ocidental. Esta prioridade devia ser alcançada ao mesmo tempo em que se desejava um afastamento amigável em relação à GB, com vista a uma afirmação da soberania sul-africana. Porém, como foi referido no Capítulo IV, as dúvidas ocidentais aliadas às exigências sul-africanas abortaram esta possibilidade.

Do ponto de vista regional, durante os anos 50, o interesse sul-africano era o de manter e fortalecer o poder branco na região. Nesse sentido, a questão mais urgente dizia respeito aos três protectorados britânicos na África Austral, Basutolândia, Bechuanalândia e Suazilândia. Quando em 1910 a União Sul-Africana foi criada, ficou prevista a inclusão dos três protectorados na África do Sul. Tal inclusão fazia sentido em termos geográficos, nomeadamente no caso da Bechuanalândia e Suazilândia. Do ponto de vista económico, os três territórios estavam muito dependentes da economia sul-africana, tanto mais que eram membros da *Southern African Customs Union (SACU)*²⁷⁷ e da *Common Monetary Area (CMA)*²⁷⁸. Finalmente, do ponto de vista da segurança, era essencial para a África do Sul garantir o controlo desses territórios.

²⁷⁷ A SACU foi criada em 1910 entre a União Sul-Africana e a GB, em nome dos seus três protectorados. Ao longo dos anos sofreu várias reformas, embora o seu objectivo se tenha mantido o mesmo, ou seja, permitir comércio ilimitado entre os estados membros, situação muito favorável à RAS, a qual compensava financeiramente os outros membros. A SACU representava uma das principais fontes de rendimento do Botswana, Lesoto e Suazilândia, motivo pelo qual estavam muito dependentes economicamente e condicionados politicamente pela RAS. Gwyneth Williams & Brian Hackland: *The Dictionary of Contemporary Politics of Southern Africa*, pp. 253-254.

²⁷⁸ A CMA surgiu em 1974 com o nome de *Rand Monetary Union*. Pertenciam a esta União, a RAS, Botswana, Lesoto e Suazilândia. A moeda nacional sul-africana, o rand, circulava em todos estes países, o que dava um enorme poder a Pretória sobre os outros membros. Em 1980, os outros estados decidiram criar as suas próprias moedas, embora o loti do Lesoto e o lilangeni da Suazilândia, continuassem ligados ao rand. O Botswana optou por abandonar a União, a qual se transformou em CMA em 1986. Gwyneth Williams & Brian Hackland, *op.cit.*, p. 231.

A promessa britânica de permitir a anexação sul-africana, começou a ser cada vez mais difícil de cumprir, face à crescente contestação interna, nomeadamente devido à previsível aplicação do *apartheid*, nomeadamente o *Group Areas Act*, que se sentia nos três territórios. A posição britânica era ainda mais delicada, devido à promessa feita às populações dos três territórios de realizar referendos para avaliar as suas posições face à eventual anexação.

Para convencer as populações dos protectorados britânicos, a África do Sul tentou passar a ideia de que os Bantustões acabavam por se traduzir numa situação análoga à independência, embora se mantivessem na esfera de influência sul-africana numa espécie de Commonwealth sul-africana. Porém, para os três protectorados tal situação era inaceitável. Apercebendo-se de que estes territórios estavam a caminhar definitivamente para a independência, a África do Sul mudou de estratégia, passando a desenvolver todos os esforços no sentido de garantir a máxima dependência económica possível destes novos estados em relação à economia sul-africana. Se tal fosse conseguido, seria bem mais fácil limitar-lhes as suas opções políticas. Esta política foi acompanhada pela renúncia oficial feita, em 1964, por Verwoerd, sobre a intenção sul-africana de anexar os três protectorados britânicos²⁷⁹.

5.3. A Diplomacia de Strydom. Pouca Influência na Esfera Externa

Os anos de governo de Strydom, 1954-1958, foram marcados pelo começo das independências africanas, e com elas a crescente dificuldade que a África do Sul começou a sentir no relacionamento com os novos estados. O problema que se punha era o de tentar conciliar o desejo de aproximação às novas autoridades africanas, ao mesmo tempo que se continuava a aplicar a teoria do *apartheid*.

Uma importante componente da política externa africana de Strydom, que será mais tarde prosseguida por Verwoerd, visou a promoção da cooperação técnica entre a África do Sul e os outros territórios africanos. Nesse sentido, a África do Sul aderiu, ao longo dos anos 50, a uma série de organizações técnicas africanas como a *Commission for Technical Cooperation in Africa South of the Sahara* (CCTA) e aos seus dois principais órgãos, *The Scientific Council for Africa South of the Sahara* (CSA) e o *The Inter African Bureau of Soil Conservations and Land Utilization* (BIS).

A época de Strydom acabou por não deixar grande marca na esfera externa do país. O relativo curto período no exercício do cargo, agravado pelo facto de no seu último ano de governo já estar bastante doente, e ainda aliado à prioridade dada à esfera interna, fez com que Strydom tivesse influenciado pouco a política externa sul-africana. Mesmo o acordo com a GB sobre a base naval de Simonstown, foi essencialmente negociado pelo Ministro da Defesa sul-africano, F.C. Erasmus.

Até Malan, a política externa sul-africana esteve na dependência directa do Primeiro-Ministro. Com Strydom, a pasta passou para um Ministro dotado de uma maior autonomia, o que

²⁷⁹ A Bechuanalândia alcançou a independência a 30 de Setembro de 1966, passando a designar-se por Botswana; a Basutolândia ascendeu à independência a 4 de Outubro de 1966, adoptando a designação de Reino do Lesoto; A Suazilândia ascendeu à independência a 6 de Setembro de 1968.

demonstrou a crescente complexização das relações externas sul-africanas, e, ao mesmo tempo, o pouco interesse de Strydom por esta área. Perante isto, a política externa na época de Strydom ficou essencialmente a cargo do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Eric Louw, o qual tinha uma longa experiência internacional.

5.4. A Diplomacia de Verwoerd. O Início dos Grandes Embates

Apesar da proximidade com Strydom, Verwoerd distanciou-se claramente do seu antecessor em matéria de política externa. Ao contrário de Strydom, Verwoerd já tinha alguma experiência internacional adquirida, nomeadamente, durante os anos em que foi Ministro dos Assuntos Nativos, questão, que pese embora fosse interna, merecia as atenções internacionais. Esta maior sensibilidade de Verwoerd para os assuntos internacionais, implicou que, gradualmente, a formulação da política externa se fosse concentrando nas suas mãos, menosprezando a experiência do MNE Louw, o qual acabou por ser substituído, em 1964, por Hilgard Muller. Apesar da sua pouca influência no processo de formulação política, Muller conseguiu introduzir algumas novidades à política externa sul-africana. A principal foi a aproximação da RAS aos países da América Latina, iniciativa que acabaria por dar frutos, anos mais tarde, durante a liderança de Vorster.

Em matéria de política externa, Verwoerd teve que enfrentar, desde logo, dois importantes desafios. O primeiro foi a necessidade de reagir ao discurso sobre os *Ventos de Mudança* do Primeiro-Ministro britânico, MacMillan, feito, em Janeiro de 1960, durante a sua visita à África do Sul. O segundo teste foi enfrentar as críticas internacionais devido ao Massacre de Shaperville. Em ambos os casos, o Primeiro-Ministro sul-africano conseguiu dar uma resposta convincente para a maioria dos brancos do seu país, o que lhe permitiu fortalecer a sua posição. A sua determinação em resistir às pressões externas, começou a ser a sua imagem de marca²⁸⁰:

The greater the pressure on us to make concessions, the more emphatic we must be in refusing to do so.

Com a subida ao poder de Verwoerd, a grande prioridade interna da África do Sul passou a ser a aplicação do chamado Grande *Apartheid*, nomeadamente através da aplicação de medidas destinadas a criar os Bantustões, cujo objectivo último era a manutenção do regime de supremacia branca. O novo Primeiro-Ministro estava convencido que logo que a Sociedade Internacional se apercebesse das reais intenções sul-africanas com a aplicação do *Bantu Self Government Act*, deixaria de pressionar e criticar o governo de Pretória. Porém, a verdade é que durante os anos de Verwoerd, a África do Sul radicalizou a sua posição, afastando aliados, como foi o caso da GB, ao sair da Commonwealth e proclamar a República, e ganhando novos inimigos, nomeadamente os estados saídos do movimento descolonizador. A linha de acção de Verwoerd traduziu-se no seguinte²⁸¹:

²⁸⁰ Deon Geldenhuys, *op. cit.*, p. 23.

²⁸¹ *Idem*, p. 108.

Our motto is to maintain white supremacy for all time to come over own people and our own country, by force if necessary.

Para Verwoerd, o *apartheid* e a sobrevivência da nação branca eram indissociáveis. Nesse sentido, a política racial sul-africana era para ser aplicada e não podia ser alvo de cedências. Qualquer país que quisesse manter relações com a RAS, tinha que aceitar esta situação.

Apesar de Verwoerd pensar que a política externa sul-africana se tinha que basear na premissa de que a África do Sul seria gradualmente exposta a um ambiente internacional hostil, a verdade é que o período entre 1945 a 1960, ainda foi extremamente favorável aos sul-africanos. Apesar de Pretória ter um relacionamento tenso com a ONU, nesta fase mais devido à questão da Namíbia do que ao *apartheid*, em termos gerais, o país continuava a ser visto como um elemento essencial dentro da Commonwealth e da Sociedade Internacional.

Em matéria de política externa, nomeadamente ao nível regional, o objectivo foi o de promover a segurança do regime através de acordos com os poderes coloniais. Para os sul-africanos, um ambiente regional favorável, era essencial para a promoção dos seus interesses económicos e a para a sua segurança. Assim, a estabilidade da situação interna sul-africana derivava do sucesso desta política externa. Nesta fase é clara a hegemonia que a África do Sul exerce no contexto da África Austral, actuando como a Potência Regional, contando com o apoio de Portugal.

A independência do Gana em 1957, fez com que os líderes sul-africanos começassem a pensar nos cenários pós-coloniais. Verwoerd tentou responder a este desafio através da promoção da “descolonização sul-africana” que se traduziu na criação dos Bantustões. O objectivo último seria, como foi referido anteriormente, a criação de uma ligação do tipo da Commonwealth entre a África do Sul, os Bantustões e os Protectorados britânicos na região²⁸². Esta ideia será mais tarde recuperada por P.W. Botha quando, nos anos 70, propôs a criação da Constelação de Estados.

Embora os sul-africanos ainda ponderassem a hipótese de estabelecer relações diplomáticas com os novos estados africanos, a verdade é que o radicalismo racial sul-africano²⁸³ e a determinação dos novos estados inviabilizou essa hipótese. O relacionamento sul-africano com os novos estados africanos foi ainda mais dificultado por vários acontecimentos. Em Junho de 1960 a II Conferência dos Estados Independentes de África, realizada em Addis Abeba, exigiu que os estados africanos se abstivessem de manter relações diplomáticas com a África do Sul. Em 1961, a Conferência da Commonwealth, realizada em Londres, demonstrou como a posição da RAS era cada vez mais criticada. Verwoerd assistiu a esta reunião da Commonwealth com o intuito de garantir, apesar da proclamação da República, a continuação do seu país na organização. Porém, a onda de críticas dos outros estados membros a Pretória,

²⁸² Greg Mills: The Wired Model. South Africa, Foreign Policy and Globalisation, pp. 228-229.

²⁸³ Um dos requisitos iniciais dos sul-africanos, para o estabelecimento de relações diplomáticas, era o de que os representantes enviados para a África do Sul não fossem negros, temendo que os mesmos pudessem ser utilizados como agentes subversivos. Porém, tal exigência, para além de irracional, foi linearmente rejeitada pelos países africanos. Verwoerd ainda tentou ultrapassar esta posição dos países africanos, propondo que África do Sul fosse representada por embaixadores itinerantes, enquanto que os países africanos poderiam ser representados por membros de governo.

devido à sua política racial, fez com que Verwoerd decidisse retirar o seu país da Commonwealth. Em 1962 foi a vez da Assembleia Geral da ONU adotar resoluções no sentido de impor sanções diplomáticas à RAS²⁸⁴. Em 1963, a OUA, logo após a sua criação, apelou ao isolamento diplomático da RAS, defendendo que os estados membros se deveriam abster de manter relações diplomáticas com Pretória. Em 1965, a RAS sofreu um duro golpe quando as organizações técnicas que tinham aderido nos anos 50, a CSA e a BIS, e nas quais apostava para promover o relacionamento com os países africanos, foram absorvidas pela OUA, organização da qual a RAS estava excluída. O apoio tácito dos sul-africanos à Declaração Unilateral de Independência de Ian Smith, só serviu para isolar, ainda mais, o regime sul-africano.

O aumento da contestação interna ao regime e a dura resposta do governo, piorou a imagem africana da África do Sul, inviabilizando outras iniciativas²⁸⁵ que lhe permitissem aproximar-se dos países do continente africano. À medida que as colônias africanas ascendiam à independência, era clara a intenção dos novos estados em rejeitar a hipótese de estabelecer relações diplomáticas com a África do Sul²⁸⁶. No fim da era Verwoerd, a RAS tinha sido incapaz de estabelecer relações diplomáticas com os novos estados africanos. Em 1966, em África, apenas tinha representações nos territórios de Angola, Moçambique, Rodésia e nas Maurícias. O isolamento internacional sul-africano era visível no número de representações diplomáticas que o país tinha. Tal situação fica bem ilustrada pelo seguinte quadro:

QUADRO II

Evolução do Número de Representações Diplomáticas Sul-Africanas		
ANO	MEMBROS DA ONU	REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS
1948	58	15
1955	76	20
1961	104	21
1966	122	23

Fonte: Deon Geldenhuys: *The Diplomacy of Isolation. South Africa Foreign Policy Making*, p. 14.

A radicalização do regime também teve consequências no relacionamento extra africano, nomeadamente com a GB, o seu aliado tradicional. O gradual afastamento entre os dois países, que culminou com a saída sul-africana da Commonwealth e a proclamação da República, retirou à RAS o apoio internacional da GB ao mesmo tempo que inviabilizou o velho sonho de incorporação dos protectorados britânicos no seu território.

²⁸⁴ United Nations: *The United Nations and Apartheid, 1948-94*, p. 8.

²⁸⁵ O regime sul-africano tentou promover as relações com outros países africanos através da cooperação técnica. A ideia era deixar de lado as questões políticas e tentar criar laços em áreas não conflituosas. Porém, estes esforços fracassaram devido à acção da OUA que, para além de apelar ao isolamento diplomático de Pretória, pressionou os seus estados membros a rejeitarem qualquer tipo de cooperação com o regime do *apartheid*.

²⁸⁶ A África do Sul chegou a ter Consulados em várias colônias africanas. Porém, à medida que estas ascendiam à independência, as novas autoridades exigiam o encerramento dessas representações. Foi o caso do Congo Belga e do Quênia.

Este afastamento em relação à GB, desejado sobretudo pelos sectores mais radicais dentro do NP, não significou a vontade de se afastar o país da esfera ocidental, considerada essencial para garantir algum grau de protecção ao regime. A tentativa de cativar o Ocidente, nomeadamente os EUA, explicou o apoio sul-africano aos norte-americanos durante o bloqueio soviético a Berlim e na Guerra da Coreia.

Embora o isolamento político sul-africano fosse crescente desde a II Guerra Mundial, o mesmo não sucedia no campo económico, onde as cumplicidades e apoios ocidentais eram evidentes. Durante os anos 60, o país conheceu uma taxa de crescimento considerável, transformando-se num gigante industrial no continente africano. Este desenvolvimento económico deveu-se aos baixos salários dos trabalhadores negros e aos elevados rendimentos de capital²⁸⁷. Durante a década de 60, os investimentos estrangeiros não pararam de aumentar na RAS. Nem mesmo os incidentes de Shaperville fizeram desistir os investidores. Estes investimentos criaram uma rede de cumplicidade entre o regime do *apartheid*, vários países ocidentais e algumas multinacionais.

5.5. Diplomacia de Vorster. A Aposta no Diálogo

Desde que subiu ao poder em 1948, o principal objectivo da política externa dos governos do NP foi o de proteger o regime de minoria branca das ameaças externas. Este objectivo foi fácil de alcançar durante os anos 50 e 60. Porém, quando Vorster subiu ao poder, em 1966, o ambiente internacional estava a tornar-se hostil para a RAS. Se até esta fase se combateu a ameaça comunista, principalmente, em termos internos, a partir de Vorster, passou a ser necessário ir mais longe, e combatê-la em termos regionais.

Apesar de ter fama de radical, adquirida durante os anos em que foi Ministro da Justiça, Vorster começou o seu consulado fazendo algumas concessões marginais na aplicação do *apartheid*. Estas concessões, derivavam do grau de confiança da população branca sobre a sua segurança, interna e internacional. Esta confiança ficou bem patente na forma serena com que o país assistiu ao assassinato de Verwoerd e à sua substituição. Vorster apareceu como porta-voz desse estado anímico²⁸⁸:

It seems as if it was only yesterday that supporters as well as opponents of the Republic wondered what the future of the Republic would be. Now after seven years, South Africans have the answers to most if not all of their questions. Doubts have gone and fears have vanished.

Terá sido esta confiança que levou Vorster a flexibilizar a situação interna. O primeiro exemplo dessa flexibilização foi a alteração na política desportiva²⁸⁹ anunciada em Abril de 1967. Apesar de ser uma alteração simbólica, não deixou de causar algumas tensões no seio

²⁸⁷ Roger Southall: South Africa in Africa. Foreign Policy Making during the Apartheid Era, p. 9.

²⁸⁸ Deon Geldenhuys, *op.cit.*, p. 34.

²⁸⁹ Vorster aboliu os regulamentos que obrigavam as equipas estrangeiras, que visitassem a RAS, a serem constituídas apenas por jogadores brancos.

do NP, com a ala mais conservadora do partido a considerar tal flexibilização, como uma traição aos ideais de Verwoerd.

Para muitos apoiantes do regime, a grande preocupação não era a manutenção do *apartheid*, mas sim a manutenção do poder na mão da minoria branca, facto considerado essencial para a sua sobrevivência. Surge nesta altura uma importante alteração no âmbito da formulação política sul-africana. O *apartheid* deixa de ser considerado um fim em si mesmo, coisa que acontecia na era de Verwoerd, uma vez que se começa a pensar na possibilidade do regime de minoria branca conseguir subsistir sem o *apartheid*. Para a Sociedade Internacional e para os movimentos de libertação, o *apartheid* e o regime de minoria branca estavam intimamente ligados, acabando-se com a segregação racial, era óbvio que o regime de minoria branca também cairia. Esta diferença de percepções, foi-se mantendo até ao fim do *apartheid*. As várias reformas, que foram sendo feitas pelos vários líderes sul-africanos, primeiro Vorster, depois P.W. Botha e finalmente De Klerk, visavam eventualmente desmantelar o *apartheid*, mas nunca ceder o poder político.

Durante a era Vorster, a política externa da RAS caracterizou-se pelo seguinte²⁹⁰:

1. Posição pro-ocidental com vista a promover a cooperação com os estados não comunistas. Especial ênfase foi dada às relações comerciais como meio de combater o crescente isolamento internacional.
2. Coexistência pacífica e cooperação regional baseadas nas realidades geográficas, o que implicou a necessidade de estabelecer boas relações com os estados vizinhos, tendo em consideração que a RAS era parte integrante do continente africano.
3. Melhorar a imagem internacional da RAS, evitando as críticas e as ingerências nos assuntos internos.

A política externa de Vorster diferenciou-se da de Verwoerd em vários aspectos. O mais importante dizia respeito à ideia de que a RAS não podia desligar-se do continente africano. O velho conceito que defendia que a RAS era um baluarte do Ocidente em África começou a ser tacitamente abandonado. Vorster criou a *Outward Policy*, a política de abertura ao exterior, promovendo a *Détente* e o diálogo com os outros países africanos. Esta política de diálogo fez com que a RAS se tentasse aproximar da ONU, acenando com a sua capacidade de ajudar a resolver os conflitos da Rodésia e da Namíbia. Para além de pretender com esta política reforçar os laços com os estados de minoria branca na região, fortalecendo a sua posição de líder regional, a grande aposta era a de cativar os estados negros. A estratégia a utilizar era a de trocar vantagens económicas pela aceitação do regime de *apartheid*.

As interdependências económicas existentes entre a RAS e os países vizinhos, permitiram uma aproximação entre os estados da África Austral. Através desta realidade económica, a RAS pretendia, pela positiva, assegurar o controlo da região. A procura de mão-de-obra barata, fomentou uma aproximação entre a RAS e os estados vizinhos. A necessidade crescente de energia, levou o governo sul-africano a colaborar com os portugueses no desenvolvimento de projectos hidroeléctricos, Cahora Bassa em Moçambique e Kunene em

²⁹⁰ Roland Henwood: *South Africa's Foreign Policy. Principles and Problems*, p. 4.

Angola. Semelhantes carências energéticas e de água, levaram os sul-africanos a iniciar negociações com o Lesoto²⁹¹. Paralelamente, empresas sul-africanas e multinacionais do sector mineiro associaram-se na extracção mineira nos países da região²⁹².

Estas ligações económicas, também foram fomentadas, por uma economia sul-africana em crescimento, que necessitava de novos mercados de exportação, tanto mais que os baixos salários impostos aos negros na RAS limitavam o seu poder de compra. Esta situação levou a que fossem assinados, no início dos anos 70, vários acordos comerciais, que permitiram aumentar as exportações sul-africanas para a Rodésia, Malawi, Zaire, Costa do Marfim e Gabão²⁹³. Muitas destas exportações eram feitas indirectamente através de países terceiros, nomeadamente as ilhas Maurícias, de maneira a esconder a proveniência das mesmas.

Para além das relações comerciais, a RAS também tentou seduzir os estados africanos através da concessão de ajudas financeiras. Nesse sentido, a política de ajudas privilegiou o Lesoto e a Suazilândia, devido à proximidade geográfica e ao baixo custo de uma tal operação. Outros dois países abrangidos pela ajuda financeira, foram o Malawi e Madagáscar. Em troca de auxílio financeiro, o Malawi estabeleceu, em 1967, relações diplomáticas com a RAS. O Presidente Hastings Banda justificou, oficialmente, a sua decisão devido à pobreza, dependência e posição geográfica do país. Porém, para além destes argumentos, o apoio sul-africano na eliminação dos opositores de Banda, também pesou na decisão final. Em Madagáscar, o governo do Presidente Philibert Tsirana aproveitou o auxílio sul-africano, para reduzir a dependência e influência francesa, ao mesmo tempo que garantia apoios no combate à crescente influência soviética e chinesa no Oceano Índico.

No fundo, a ideia de Vorster era a de encontrar um *modus vivendi* com os países africanos. Os primeiros resultados desta política foram positivos, com Vorster a ter, em Janeiro de 1967, um encontro com o Primeiro-Ministro do Lesoto, Leabua Jonathan, e a estabelecer, em Setembro do mesmo ano, relações diplomáticas com o Malawi.

As tentativas de alguns estados africanos, nomeadamente da Costa do Marfim, de fomentar uma aproximação à RAS, foram claramente derrotadas na Cimeira da OUA de 1971. Os líderes dos estados da África Oriental e Central aprovaram a Declaração de Mogadíscio, a qual defendeu a luta armada como o único caminho possível para se alcançar a libertação da África Austral. Simultaneamente, condenou os estados africanos que mantivessem ligações próximas com o regime de *apartheid*. Esta Declaração, foi um passo em frente na oposição à RAS, indo mais longe do que o Manifesto de Lusaka de 1969 que, apesar de apelar ao boicote e ao isolamento do regime de Pretória, ainda previa a possibilidade de diálogo. A posição dos países africanos acabou por ser fortalecida em 1975, com a Declaração de Dar-es-Salaam,

²⁹¹ Sendo um país pobre, o Lesoto tinha abundantes reservas de água, essenciais para abastecer algumas zonas urbanas na RAS, nomeadamente, Pretória e Joanesburgo. Estes contactos serão retomados nos anos 80, com vista a promover o projecto do *Highlands Water Scheme*.

²⁹² Foi o caso da *Anglo-American Corporation*, a qual se aliou ao governo zambiano na exploração de cobre.

²⁹³ Estas relações permitiram esbater um pouco o isolamento sul-africano, ao mesmo tempo que se obtinha alguma simpatia no seio dos estados negros. Exemplo dessa posição mais favorável, foi expressa pelo Presidente da Costa do Marfim, Houphouët Boigny, o qual defendeu, em Novembro de 1970, a convocação de uma Conferência para promover o diálogo com a RAS.

aprovada numa reunião do Conselho de Ministros da OUA. Esta Declaração desfez quaisquer hipóteses de diálogo com a RAS ao afirmar que²⁹⁴:

Any talk with the apartheid regime is such a nonsense that it should be treated with the contempt it deserves.

Embora a moderação do comportamento externo fosse importante para a RAS quebrar o seu isolamento, a verdade é que Vorster começou a enfrentar dificuldades internas para explicar este comportamento. Como vimos anteriormente, alguns sectores radicais do NP, liderados por Albert Hertzog, opuseram-se a esta moderação.

Se, por um lado, Vorster flexibilizou o *apartheid* em algumas áreas, noutras, nomeadamente, na justiça e na segurança interna, reforçou-o. A já draconiana legislação de segurança interna foi aprofundada com medidas como o *Suppression of Communism Amendment Act* de 1967 e o *Public Service Amendment Act* de 1969, o qual criou o BOSS. Paralelamente a estas medidas, o *apartheid* político foi reforçado, com a adopção de medidas como *The Prohibition of Political Interference Act* de 1968, o qual considerava uma ofensa pertencer ou ajudar partidos compostos por elementos de várias raças. Também a política de Bantustões foi acelerada com a aprovação do *Black States Constitution Act* de 1971. Até finais de 1972, sete novos Bantustões juntaram-se ao Transkei como entidades autónomas. Foram eles o Ciskei, Kwazulu, Bophuthatswana, Lebowa, Venda, Gazankulu e o Qwaqwa.

Externamente, Vorster teve que enfrentar dois períodos muito distintos. O primeiro, que durou até 1973-74, caracterizou-se por elevado grau de confiança da população branca, alicerçada por um crescimento económico e uma segurança interna e externa garantida pelo cordão sanitário regional e o apoio das principais potências ocidentais.

A segunda fase, que se iniciou em 1975, foi exactamente o contrário. As independências de Angola e Moçambique, marcaram o início de profundas alterações regionais. Perante essas alterações, o governo de Pretória viu a ameaça externa ao seu poder vir de três sítios²⁹⁵:

1. Os movimentos de libertação radicados nos países da região. Embora não tivessem a capacidade militar para enfrentar as forças armadas sul-africanas, a verdade é que os seus actos de sabotagem, contra alvos económicos e símbolos de poder, ou contra apoiantes do regime, tinham um enorme efeito psicológico, reforçando a ideia de isolamento.
2. Ameaça militar convencional estrangeira. Uma eventual aliança militar de estados africanos, apoiados pela URSS e por Cuba, podia representar uma ameaça para a RAS. Essa ameaça era sobretudo real no caso de Angola, devido à quantidade de guerrilheiros e forças anti-*apartheid* que se encontravam no país.
3. Pressão económica internacional. A RAS era um país dependente da exportação, do acesso a capital e da tecnologia ocidental. Assim sendo, a aplicação de sanções teriam graves efeitos sobre a economia, obrigando a um desvio de recursos para fazer face aos custos das mesmas.

²⁹⁴ Greg Mills, *op. cit.*, p. 231.

²⁹⁵ Robert M. Price: Pretoria's Southern African Strategy, pp. 146-147.

O desaparecimento do cordão sanitário, o avanço da ameaça marxista, a crise económica derivada do primeiro choque petrolífero e as críticas internacionais, inverteram a situação. É devido a isto que a África do Sul, enquanto Potência Regional, passa de um comportamento construtivo, para um comportamento destrutivo, com o mesmo objectivo em mente, ou seja, manter o controlo da região como meio de sobrevivência do regime. Esta mudança no comportamento regional foi acompanhada por uma importante alteração ao nível interno. A partir de agora, o regime está disposto a reformar ou até abandonar o *apartheid*, se isso não implicar o fim do domínio branco do país. O problema era conciliar esse desejo com a realidade. Sem o *apartheid*, que proibia as outras raças de participar na luta política em pé de igualdade com os brancos, muito dificilmente a população branca conseguiriam manter o poder.

Perante as transformações regionais, a RAS decidiu agir cautelosamente, reconhecendo as novas autoridades moçambicanas. A posição sul-africana visava manter o fluxo de trabalhadores moçambicanos, o acesso à energia da barragem de Cahora Bassa e evitar que o território moçambicano fosse utilizado como base do ANC e do PAC. Esta cautela também explica a decisão sul-africana de não intervir na revolta do 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques. No fundo, Vorster tentou aplicar a Moçambique a política de diálogo utilizada em relação a outros países africanos em finais dos anos 60.

As alterações em Moçambique tiveram para os sul-africanos uma consequência imediata, a sentença de morte do regime rodesiano. Sem o auxílio de Moçambique, seria impossível ao regime rodesiano sobreviver muito tempo. Ao assumir o poder, a FRELIMO comprometeu-se em apoiar a luta dos movimentos de libertação zimbabueanos, o que na prática implicou o encerramento das fronteiras com a Rodésia, e a cedência do território moçambicano à ZANU para o lançamento de ataques militares. Perante as novas realidades, interessava aos sul-africanos uma transição rápida na Rodésia, embora o poder devesse ficar na mão dos sectores negros moderados. O radicalismo de Ian Smith aliado às novas realidades regionais, poderia internacionalizar o conflito, o que poderia atrair mais tropas do bloco soviético para a região, o que, em última instância, representava uma séria ameaça para os sul-africanos.

A política de diálogo de Vorster, acabou por ruir devido ao conflito angolano e à decisão sul-africana de intervir militarmente. Se, no caso de Moçambique, a RAS optou pela diplomacia, no caso de Angola, a opção militar foi a escolhida. O envolvimento sul-africano no conflito angolano partiu de erros de interpretação que custaram caro aos sul-africanos²⁹⁶. Em primeiro lugar, avaliaram mal a disponibilidade soviética e cubana de apoiarem o MPLA. Em segundo lugar, devido à hostilidade evidente que existia em África face à RAS, não era de prever, que algum país africano se sentisse à vontade para aparecer ao lado dos sul-africanos. Em terceiro lugar, o apoio norte-americano foi sobrevalorizado e não teve em conta a crise interna norte-americana, decorrente do escândalo do Watergate e do trauma do Vietname. A subida ao poder nos EUA de Carter, foi muito negativa para os interesses sul-africanos. Para além de promover uma política externa baseada nos direitos humanos, Carter mostrou-se favorável a um distanciamento face a Pretória²⁹⁷. Finalmente, a RAS errou, ao pensar que a OUA iria

²⁹⁶ John Barratt: *Southern Africa: A South Africa View*, p. 153.

²⁹⁷ Este distanciamento foi visível, por exemplo, nas votações da ONU. Em 1977, os EUA votaram a favor da Resolução 418 do Conselho de Segurança, que tornou obrigatório o embargo de armas à RAS.

propor uma solução entre os três movimentos angolanos. O apoio sul-africano à UNITA e à FNLA, levou a OUA a apoiar o MPLA.

A sensação de isolamento, que por algum tempo tinha sido esbatida, voltou a aparecer em força. Essa situação levou o regime sul-africano a tentar obter novos aliados fora da esfera tradicional. Nesse sentido, Voster visitou em 1975 o Uruguai e o Paraguai²⁹⁸, países que devido à sua situação interna, também tinham um difícil relacionamento com a Sociedade Internacional. Com vista a obter apoios, Israel e Taiwan também foram visitados por dirigentes sul-africanos.

5.6. A Diplomacia de P.W. Botha. A Influência dos Militares

A percepção das ameaças, regionais e internacionais, obrigou os sul-africanos a alterarem a sua política externa, alteração essa que coincidiu com a transferência de poderes de Vorster para P.W. Botha. As operações militares em Angola serviram para detectar, na prática, os pontos fracos da SADF. Estes eram essencialmente a dois níveis, ao nível tático e ao nível do material militar, nomeadamente no campo da artilheiria²⁹⁹. O reconhecimento destas falhas, levou a que os militares pressionassem o poder político no sentido de colmatar rapidamente estas lacunas. Apesar do embargo decretado pela ONU à venda de armas à RAS, a ascensão ao poder de Botha, permitiu satisfazer os pedidos dos militares.

Com Botha no poder, a ideia geral era a de que o *apartheid* era insustentável. Face a esta constatação, o poder sul-africano estava disposto a desmantelá-lo, gradualmente, com o objectivo último de manter o poder político na mão dos brancos. Esta ideia, que começou a ganhar força na época de Vorster, vai agora ser claramente assumida. Botha estava plenamente convencido que era possível remodelar o *apartheid*, no sentido de eliminar as principais leis do *Petty Apartheid*, com o objectivo de cativar apoios internos para a manutenção do poder na mão dos brancos. Com essa ideia em mente, Botha tentou, durante a primeira fase da sua governação, entre 1978 a 1985, reformar o sistema com o objectivo último de manter o poder na mão dos brancos. Para tal, aceitou o reconhecimento dos sindicatos negros, eliminou a odiada política de Passes e aboliu toda uma série de disposições legislativas do *Petty Apartheid*³⁰⁰. Para além disso, Botha tentou cooptar as comunidades mestiças e indiana, ao mesmo tempo que favorecia o aparecimento de uma classe média negra, que servisse de tampão ao radicalismo dos movimentos de libertação. O regime do *apartheid* deixou de ser considerado um fim, com conotações religiosas, e passou a ser considerado apenas como um meio destinado a perpetuar os brancos no poder. Este pragmatismo de Botha em relação ao futuro do *apartheid*, ficou bem patente no seu slogan *Adapt or Die*.

Dos vários pilares do *apartheid*, o que verdadeiramente interessava a Botha, era o *Group Areas Act*. A criação dos Bantustões Independentes acalentava a esperança de que os brancos,

²⁹⁸ Com vista a quebrar o seu crescente isolamento internacional, a RAS desenvolveu, desde finais dos anos 60, uma intensa campanha diplomática na América Latina, a qual lhe permitiu abrir oito novas embaixadas: Bolívia, Paraguai, Uruguai, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Panamá.

²⁹⁹ Bill Sass: *The Union and South African Defence Force – 1912 to 1994*, p. 124.

³⁰⁰ Brian Pottinger: *The Botha Era. An End or a Beginning?*, p. 16.

um dia, viessem a ser a maioria da população na RAS, altura em que o *apartheid* deixaria de ser necessário.

Ao contrário de Vorster, o governo de Botha caracterizou-se por uma flexibilização interna e um endurecimento no comportamento regional. Esta dureza em termos externos, nomeadamente em termos regionais, ficou bem visível na questão da Namíbia. O Conselho de Segurança da ONU adoptou a Resolução 435 a 29 de Setembro de 1978, um dia após a subida ao poder de Botha. Os termos da transição da Namíbia tinham sido aceites pela administração de Vorster. Porém, Botha rejeitou-os linearmente. Para o novo Primeiro-Ministro e para os militares, aceitar o processo de transição da Namíbia, iria permitir a ascensão ao poder da SWAPO. Tal vitória, tão perto do colapso português, em Angola e Moçambique, e do fracasso da intervenção militar sul-africana em Angola, transmitiria, para o exterior, uma ideia de fraqueza sul-africana. Quando Botha subiu ao poder, havia um sentimento generalizado de desânimo no seio da população branca. As suas iniciativas de radicalização e militarização do regime, para além de um estratégia de defesa do país, pretendiam também ter efeitos psicológicos, uma vez que visavam recuperar a confiança da população branca.

A estratégia de recuperação do ânimo e da iniciativa, caracterizou-se por um aumento do poder dos militares na formulação da política externa, operando através do *State Security Council* (SSC)³⁰¹, presidido pelo próprio Primeiro-Ministro. Esta influência dos militares derivou da importância que o governo de Botha deu ao conceito de Assalto Total. A importância dos militares, também foi visível pelo contínuo crescimento dos orçamentos de defesa, tal como se pode constatar do seguinte quadro:

QUADRO III

GASTOS SUL-AFRICANOS COM A DEFESA (1970-1989)			
ANO	Milhões de Randes	PNB (%)	Total dos Gastos Governamentais (%)
1970-71	252	2.17	9.67
1972-73	327	2.25	8.30
1974-75	699	3.12	12.72
1976-77	1.374	4.86	16.69
1978-79	1.553	4.37	15.60

³⁰¹ O SSC foi criado em 1972, através do *Security Intelligence and State Security Council*, com a finalidade de juntar os vários serviços de segurança e elementos de vários ministérios. O objectivo do SSC era o de aconselhar o governo na formulação e na implementação de uma estratégia nacional de segurança que garantisse a defesa do Estado. Durante a era de Botha, o SSC viu os seus poderes aumentarem, chegando a rivalizar com o próprio governo.

1980-81	2.341	4.15	17.22
1982-83	3.196	4.33	16.66
1984-85	3.957	4.03	14.59
1986-87	5.521	4.23	13.72
1988-89	9.939	5.51	17.77

Fonte: Greg Mills: *The Wired Model. South Africa, Foreign Policy and Globalization*, p. 239.

O SSC passou a ser uma peça central na formulação política na RAS. Liderado por Botha, o SSC era composto por vários Ministros e membros das forças de segurança³⁰², se na época de Vorster o SSC se limitou à esfera da segurança, com Botha ele vai acabar por abranger todas as áreas da sociedade. Durante este período, o SSC tornou-se uma fonte de formulação da política externa. Isto implicou uma ascendência dos militares, e do Ministério da Defesa liderado pelo General Magnus Malan³⁰³, sobre os diplomatas, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros liderado por Roelof “Pik” Botha³⁰⁴. Esta transformação contou com a concordância do Primeiro-Ministro Botha, o que na prática fez com que o Conselho de Ministros, em muitos aspectos, se limitasse a assinar decisões de política externa emanadas do SSC. Esta ascendência dos militares sobre a política externa, fez-se sentir, sobretudo, nos assuntos relativos à África Austral.

Este aumento do poder dos militares relegou para um segundo plano os diplomatas, com o DFA a ser sucessivamente marginalizado, no processo de formulação da política externa, por outros ministérios e agências governamentais. Esta situação, foi uma constante durante a época da ETN. Mesmo durante a *Pax Pretoriana*, em que a RAS pretendeu estabilizar a região, através de uma séria de acordos diplomáticos, o DFA manteve-se à margem das negociações, cabendo ao Ministério da Defesa, as diligências que conduziram aos Acordos de Nkomati e Lusaka³⁰⁵.

Em relação à sua região, a RAS pretendeu continuar a garantir o estatuto de Potência Regional, condição considerada indispensável para a própria sobrevivência do regime. Embora a atenção prestada à África Austral já fosse uma das prioridades da política externa sul-africana na época de Vorster, agora vai ser a prioridade máxima. O controlo sobre a região, que até 1975 foi obtido através de comportamentos construtivos, nomeadamente através da cooperação económica e militar, vai passar ser conseguido através de comportamentos

³⁰² Os membros do SSC eram os seguintes: o Primeiro-Ministro, o Ministro da Defesa; Ministro dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Justiça; Chefe dos Serviços de Informação; Chefe das Forças Armadas; responsável máximo da polícia e o Ministro mais antigo do governo, caso não fosse nenhum dos anteriores. Em circunstâncias especiais, outros membros do executivo poderiam ser convidados a participar nas reuniões do SSC.

³⁰³ Magnus Andre Merindol Malan era um dos militares de topo mais próximos de Botha, tendo substituído, em 1980, o Primeiro-Ministro no cargo de Ministro da Defesa. Malan foi um dos principais formuladores da Teoria do Assalto Total e da Estratégia Total Nacional.

³⁰⁴ Roelof Federik “Pik” Botha assumiu a pasta dos negócios estrangeiros em Abril de 1977, tendo-a ocupado até às eleições de 1994. Em 1978, Pik Botha foi candidato à liderança do NP. A sua candidatura foi vista como forma de bloquear as hipóteses de Connie Mulder vencer a corrida à liderança e, simultaneamente, como estratégia de apoio à candidatura de P.W. Botha. Dentro do NP, Pik Botha era visto como uma das figuras mais destacadas da ala *verligtes*.

³⁰⁵ Kenneth Grundy: *The Militarization of South African Politics*, p. 88.

destrutivos, ou seja, através de pressões económicas e ataques militares directos ou indirectos³⁰⁶. A necessidade de controlar e desestabilizar a região era essencial para se evitar uma aliança regional, apoiada pelo bloco soviético contra a RAS.

Com a adopção da ETN o governo sul-africano passou a dar prioridade à política externa, nomeadamente à política regional, visando alcançar três objectivos:

1. A curto prazo pretendia enfrentar o dilema de reprimir os movimentos de libertação nos países vizinhos, o que implicava atacar estes países e, transmitindo para o exterior uma imagem de agressor, ao mesmo tempo que pretendia cativar apoios externos. A utilização do argumento da ameaça soviética/cubana para explicar estes ataques, foi a solução encontrada.
2. A médio prazo, a política regional sul-africana visava neutralizar os estados vizinhos, impedindo-os de apoiar os movimentos nacionalistas. Para tal, a RAS utilizou o seu poder económico e militar, numa clara administração da política do bastão e da cenoura.
3. A longo prazo, o objectivo sul-africano era obter o reconhecimento internacional do seu regime, nomeadamente por parte do Ocidente. Para tal, era essencial que a Constelação de Estados fosse criada, para transmitir a ideia de que os estados da região aceitavam o regime sul-africano.

Se os dois primeiros objectivos foram sendo conseguidos, o mesmo não aconteceu com o último. Nem os estados da região aceitaram reconhecer o regime sul-africano, nem o Ocidente, apesar de colaborar com Pretória, se mostrava disponível para aceitar o *apartheid* como uma solução definitiva para o país. O máximo que foi obtido do Ocidente, foi uma ajuda no sentido de se evoluir gradualmente para o fim do regime.

A Era Botha ficou ainda marcada, negativamente, pelo discurso de P.W. Botha proferido em Agosto de 1985. O *Rubicon Speech* demonstrou uma atitude de desafio e de arrogância por parte do regime, a qual inviabilizou as iniciativas norte-americanas destinadas a quebrar o isolamento sul-africano. Para além de minar a imagem internacional da RAS, precipitou uma nova vaga de sanções, dando a entender que o regime não tinha qualquer hipótese de ser remodelado.

No período final da era Botha, assistiu-se a uma onda de instabilidade interna, coordenada pela UDF, a qual levou à declaração do Estado de Emergência, e pelo aprofundamento da hostilidade internacional, traduzida na adopção de duras sanções contra o regime sul-africano. A gravidade das sanções, prendeu-se com o facto de também os principais aliados da RAS as estarem a adoptar. A prioridade dada às questões de segurança anulou qualquer esforço diplomático, situação que implicou que, nesta fase, qualquer tentativa de agradar à Sociedade Internacional por parte do governo sul-africano desaparecesse. O isolamento internacional que atingia a RAS era bem visível ao nível das relações diplomáticas³⁰⁷.

³⁰⁶ A RAS utilizou directamente as suas forças armadas contra alguns estados da região, nomeadamente Angola e o Lesoto. Indirectamente utilizou vários movimentos rebeldes a actuarem na região, nomeadamente, a UNITA em Angola e a RENAMO em Moçambique.

³⁰⁷ Em 1988, a RAS apenas tinha 25 embaixadas: 14 na Europa: Áustria, Bélgica, Finlândia, França, RFA, Grécia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça e GB; 5 na América Latina: Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai; 2 na América do Norte: EUA e Canadá; 1 na Ásia; Taiwan; 1 na Oceânia:

Do ponto de vista diplomático, a era de P.W. Botha foi marcada pela figura de Roelof “Pik” Botha. Nomeado para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1977, ocupou o cargo até ao fim do regime de minoria branca, tendo servido três Primeiros-Ministros, Vorster, P.W. Botha e F.W. De Klerk. Como MNE, Pik Botha reconheceu a ligação existente entre política externa sul-africana e a situação interna do país, tendo sido um dos principais rostos da corrente *verligte* dentro do NP. Do ponto de vista da acção diplomática³⁰⁸, o ponto mais alto da sua carreira foi em 1984 com a assinatura do Acordo de Nkomati com Moçambique, e o conseqüente reconhecimento internacional, facto que permitiu quebrar, embora por um breve período, o isolamento internacional sul-africano.

Os choques entre Pik Botha e P.W. Botha começaram-se a fazer sentir com mais força a partir de 1985. O primeiro teve a ver com o desapontamento de Pik Botha em relação às expectativas criadas à volta do *Rubicon Speech* de P.W. Botha. A segunda questão prendeu-se com um comentário feito por Pik Botha, em Fevereiro de 1986, em que admitiu, em público, que num futuro a RAS poderia ter um Presidente negro, desde que os interesses da minoria branca fossem salvaguardados. Tal comentário provocou a ira de P.W. Botha que obrigou o seu MNE a retrair-se em público. Dentro do governo sul-africano, Pik Botha foi sempre favorável à adopção de reformas que liberalizassem o regime.

Os acontecimentos em Angola em 1987-88 tiveram conseqüências decisivas nas esferas internas e externa. A RAS tinha feito uma grande aposta na UNITA, a qual chegou a receber em meados dos anos 80, uma percentagem do orçamento de defesa sul-africano superior ao da marinha de guerra sul-africana. Porém, a crescente capacidade militar angolana, aliada ao apoio cubano, teve conseqüências no desaire militar sul-africano em Cuíto Cuanavale, o qual permitiu ver as limitações sul-africanas, nomeadamente em termos de projecção do seu poder na região.

Tal constatação flexibilizou a posição sul-africana em relação ao futuro da Namíbia, possibilitando que fosse posta em prática a Resolução 435 da ONU e a conseqüente transição do território para a independência. Também os estados da região se viram obrigados a flexibilizar a sua posição em relação à RAS, uma vez que a hostilidade demonstrada, quer em termos políticos, quer em termos económicos, não conseguiu quebrar a dependência da região face à Potência Regional. Ao longo dos anos 80, e apesar da existência da SADCC, o padrão típico do comércio regional, caracterizado por menor importância dos fluxos intra-SADCC e maior importância das relações com a RAS, manteve-se inalterado³⁰⁹.

5.7. A ONU e a Contestação ao *Apartheid*

De maneira a tornar mais eficaz a sua campanha contra o regime sul-africano, a ONU criou em 1962 o *Special Committee Against Apartheid*. A grande missão deste Comité, era o de

Austrália; 1 no Médio Oriente: Israel e 1 em África: Malawi.

³⁰⁸ Pik Botha voltou a desempenhar um papel fundamental nas negociações que culminaram com a retirada cubana de Angola e conseqüente independência da Namíbia.

³⁰⁹ Fernando Jorge Cardoso: *Metamorfose das Relações Regionais*, p. 124.

acompanhar permanentemente a evolução da situação na RAS, e fazer as recomendações sobre o modo de agir dos vários órgãos e agências da ONU. O *Special Committee* acabou por ser o responsável pela promoção da campanha internacional da ONU contra a RAS, destinada a isolar o regime sul-africano.

Com a chegada à ONU de vários países africanos saídos da descolonização, começaram as movimentações no sentido de expulsar a RAS da ONU. Estas iniciativas, partiram da Assembleia Geral, a qual em 1962, pediu ao Conselho de Segurança que pondera-se a aplicação do Artigo 6 da Carta da ONU à RAS, o qual prevê o seguinte³¹⁰:

O membro das Nações Unidas que houver violado persistentemente os Princípios contidos na presente Carta poderá ser expulso da Organização pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança.

Porém, a presença da GB e dos EUA no Conselho de Segurança, inviabilizou esta iniciativa. Mas, isto não diminuiu a animosidade de certos estados em relação à RAS. Em 1965, vários estados membros declararam na Assembleia Geral que não reconheciam as credenciais dos membros da delegação sul-africana. Em Setembro de 1974, a Assembleia Geral não só rejeitou as credenciais da delegação sul-africana, como também pediu ao Conselho de Segurança que revisse as relações da ONU com a RAS. No Conselho de Segurança, os estados africanos tentaram fazer aprovar uma resolução que expulsasse a RAS da Organização, facto inviabilizado pelo veto da GB, EUA e França.

Embora a questão do *apartheid* tenha feito parte da agenda da ONU desde a sua criação, foi a partir dos anos 70 que as acções da ONU começaram a ter efeitos concretos sobre a RAS³¹¹. Tal situação ficou a dever-se aos esforços do bloco afro-asiático. Assim, se durante os anos 60, as resoluções da Assembleia Geral se resumiram a 14, entre 1970 e 1984, a ONU aprovou 176 resoluções contra a RAS³¹².

Para além do início da crise económica, o ano de 1973 também foi negativo para o regime sul-africano devido à campanha internacional destinada a recusar as credenciais dos representantes sul-africanos nas mais diversas organizações, medida vista como o primeiro passo para a expulsão sul-africana dos fóruns internacionais. Tal campanha, que várias vezes tinha sido pedida e apoiada pelos países africanos, passou a contar com o apoio da ONU. A 14 de Dezembro de 1973, a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução 3151 G, destinada a promover a recusa das credenciais dos representantes sul-africanos, ao mesmo tempo que os movimentos de libertação sul-africanos eram convidados, na qualidade de observadores, a estarem representados³¹³.

³¹⁰ ONU, *op.cit.*, p. 7.

³¹¹ Esse endurecimento da posição da ONU foi bem visível com a aprovação pela Assembleia Geral da Resolução A/RES/3068 de 30 Novembro de 1973, na qual o *apartheid* é considerado como um crime contra a humanidade.

³¹² Newell M. Stultz: *The Apartheid Issue at the General Assembly: Stalemate or Gathering Storm?*, p. 37.

³¹³ United Nations, *op. cit.*, p. 328.

Declares that the South African Regime has no right to represent the people of South Africa and that the Liberation Movements recognized by the Organization of African Unity are the authentic representatives of the overwhelming of the South African people.

Requests all specialized agencies and other intergovernmental organization to deny membership or privileges of membership to the South African regime and to invite in consultation with the Organization of African Unity, representatives of the Liberation Movements of the South African people recognized by that organization to participate in their meetings.

Tal como os movimentos de libertação, também a ONU passou a defender a ideia de que o sistema do *apartheid* não podia ser reformado, devendo-se apenas defender a sua eliminação. A este propósito, o Conselho de Segurança afirmou em 1984 o seguinte³¹⁴:

Only the total eradication of apartheid and the establishment of a non racial democratic society based on a majority rule, through the full and free exercise of universal adult suffrage by all the people in a united and non-fragmented South Africa, can lead to a just and lasting solution of the explosive situation in South Africa.

A posição da ONU, embora desde sempre crítica ao regime do *apartheid*, endureceu a partir da adopção da resolução 418³¹⁵, a qual impôs um embargo obrigatório de armas à RAS. Esta posição já tinha sido visível na resolução 417, a qual se referiu pela primeira vez ao regime sul-africano como um regime racista e afirmou o direito à autodeterminação do povo sul-africano. A partir de agora, a Assembleia Geral, ao referir-se à RAS, utilizou a expressão o “Regime do *Apartheid*”, em vez do governo da África do Sul.

O carácter vinculativo da resolução 418, para além de se justificar à luz de uma nova fase no relacionamento entre a ONU e a RAS, também se tornou necessário devido ao projecto nuclear sul-africano, o qual estava a dar os primeiros passos na direcção da obtenção da bomba nuclear³¹⁶. O programa nuclear sul-africano tinha sido iniciado nos anos 50 e visava objectivos pacíficos. Em finais dos anos 60, os avanços alcançados permitiram a construção de armas nucleares. Esta hipótese só começou a ser seriamente encarada nos anos 70, perante o ambiente internacional hostil. Em Outubro de 1978, imbuído no espírito do Assalto Total, o

³¹⁴ *Idem*, p. 37.

³¹⁵ A Resolução 418, de 4 de Novembro de 1977, foi aprovada pelo Conselho de Segurança por unanimidade.

³¹⁶ Apesar de terem existido fundadas suspeitas sobre a capacidade nuclear sul-africana, a confirmação oficial só surgiu em 1993, já com Frederik De Klerk. Num discurso proferido no Parlamento sul-africano, de Klerk reconheceu que o país chegou a ter capacidade nuclear para produzir sete bombas atómicas. Essa capacidade foi desmantelada em inícios dos anos 90.

Sobre esta questão Cfr. J.W. de Villiers & Roger Jardine & Mitchell Reis: Why South Africa Gave Up the Bomb, pp. 98-109 & Peter Lieberman: The Rise and Fall of the South African Bomb, pp. 45-86.

governo sul-africano aprovou o seu plano de estratégia nuclear³¹⁷ com vista a garantir a segurança do país.

Alheio às críticas, o governo sul-africano continuou a pôr em prática as suas ideias sobre o *apartheid*. Assim, em 1976 foi concedida a independência ao Transkei, em 1977 ao Bophuthatswana, em 1979 ao Venda e em 1981 ao Ciskei. A partir da independência, os cidadãos destes estados, mesmo aqueles que viviam fora deles, passavam a ser considerados estrangeiros na RAS. Nenhum destes estados foi reconhecido internacionalmente. A ONU rejeitou linearmente esta prática, uma vez que ela ia contra a vontade das populações e a sua aplicação promovia o objectivo último do *apartheid*, ou seja, tornar a população branca maioritária na RAS. A posição da ONU, em relação à independência dos Bantustões, ficou bem evidente com a aprovação pela Assembleia Geral da resolução 31/6 A de 26 de Outubro de 1976, relativa à independência do Transkei³¹⁸:

(The United Nations) strongly condemns the establishment of bantustans as designed to consolidate the inhuman policies of apartheid, to destroy the territorial integrity of the country, to perpetuate white minority domination and to dispossess the african people of South Africa of their inalienable rights.

(The United Nations) rejects the declaration of “independance” of the Transkei and declares it invalid.

Após a declaração do Estado de Emergência em 1985, o Conselho de Segurança adoptou, a 26 de Julho, a resolução 569, na qual, pela primeira vez são pedidas medidas económicas concretas contra a RAS, nomeadamente, o fim dos investimentos no país. Estas sanções apesar de aprovadas não tinham um carácter de obrigatoriedade, uma vez que GB e EUA não deixaram que as mesmas fossem aprovadas com carácter vinculativo. Estes dois países continuavam a apostar no diálogo e não no isolamento do regime sul-africano.

Para além da acção do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral, toda uma série de agências especializadas da ONU se envolveram na oposição ao *apartheid*. Em 1955, a África do Sul retirou-se da UNESCO; em 1963 saiu da *Food and Agriculture Organisation* (FAO); em 1964 abandonou a Organização Internacional do Trabalho. Os motivos para a saída foram sempre os mesmos, ou seja, a condenação que era feita por estas agências à política de *apartheid*. Ao mesmo tempo que a RAS estava a ser isolada na ONU, várias agências convidaram os representantes dos movimentos de libertação para as suas reuniões e conferências.

Para nos podermos aperceber do crescente isolamento internacional sul-africano, basta ter em atenção o gradual afastamento deste país das organizações internacionais. Em 1973, a RAS

³¹⁷ Este plano consistia em três fases. A primeira fase defendia uma ambiguidade estratégica, ou seja, caso fossem confrontados com a acusação de terem desenvolvido armas nucleares, os dirigentes sul-africanos não confirmariam nem negariam tal acusação. A segunda fase seria aplicada caso o país se sentisse ameaçado militarmente. Nessas circunstâncias, o governo revelaria apenas a alguns países ocidentais, entre eles os EUA, que possuía armamento nuclear. A terceira fase seria accionada caso a RAS sentisse que a Sociedade Internacional nada fazia para minorar a pressão militar exercida sobre si, o que a levaria a dar conhecimento público e oficial da posse do armamento nuclear.

³¹⁸ United Nations, *op.cit.*, pp. 343-344. Em resoluções posteriores, a ONU também rejeitou as independências do Bophuthatswana, Venda e Ciskei.

foi expulsa da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e da União Postal Internacional (UPI); da Organização Internacional da Aviação Civil (OIA) foi expulsa em 1974; em 1975 foi expulsa da *World Meteorological Organisation* (WMO); em 1977 foi a vez de ser expulsa da *Inter-Governmental Oceanographic Organisation*. A partir de 1974, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a FAO, a OIT, a UNESCO, a *United Nations Children's Fund* (UNICEF), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a *World Intellectual Property Organisation* (WIPO), passaram a prestar apoio aos movimentos de libertação sul-africanos³¹⁹. Para além do apoio prestado, o papel destas organizações era importante, uma vez que ajudavam a divulgar e a obter apoios para a luta anti-*apartheid*.

Para além da ONU, e das suas agências especializadas, outras organizações internacionais importantes, como a OUA, a CEE e a Commonwealth, apoiaram a decisão de isolar o regime sul-africano. Porém, esta decisão não foi totalmente pacífica no seio da Commonwealth. A Cimeira da Commonwealth de Nassau, realizada em Outubro de 1985, aprovou uma declaração sobre a África Austral, na qual era muito crítica em relação à RAS³²⁰:

South Africa's refusal to dismantle apartheid, its occupation of Namibia and its aggression against neighbouring states as a serious challenge to the values and principles of the Commonwealth.

Embora a maioria dos membros da Commonwealth se mostrassem favoráveis à adopção de medidas ou sanções contra Pretória, a GB, liderada por Margaret Thatcher, tentou moderar a posição a adoptar pela Organização. Sob proposta da GB, a Commonwealth criou o *Eminent Person's Group*³²¹ (EPG), destinado a promover o diálogo entre as várias partes em confronto na RAS. O EPG acabou por fracassar nos seus intentos, embora tenha elaborado um relatório final, no qual criticou duramente a posição do governo sul-africano.

5.8. As Sanções à África do Sul

As críticas ao regime sul-africano começaram a fazer-se sentir, como vimos, a partir da criação da ONU. No entanto, a primeira tentativa de aplicar sanções à África do Sul, chocou com o veto dos membros ocidentais do Conselho de Segurança. De qualquer das maneiras, o tema do *apartheid* passou a ser uma constante na agenda da ONU, a qual criou o *Special Committee Against Apartheid*, com o objectivo de fazer um acompanhamento contínuo da situação interna sul-africana.

O ano de 1963 foi o momento da aplicação de uma primeira sanção com consequências importantes, o embargo voluntário de armas à RAS. Esta decisão do Conselho de Segurança passou com as abstenções da GB e da França e com o apoio dos EUA. O embargo de armas à RAS passou a ser obrigatório a partir de Novembro de 1977, com a aprovação da resolução 418. Embora inicialmente a aplicação deste tipo de sanções tenha tido efeitos positivos, com a

³¹⁹ *Idem*, p. 42.

³²⁰ Deon Geldenhuys, *op.cit.*, p. 277.

³²¹ Liderado pelo antigo Primeiro-Ministro australiano, Malcolm Fraser e pelo antigo Presidente nigeriano, o General Olusegun Obasanjo.

RAS a desenvolver a sua indústria militar, a médio prazo teve efeitos negativos. A redução da capacidade militar sul-africana, teve consequências directas nos conflitos angolano e namibiano. Desde 1975, as várias intervenções militares sul-africanas em Angola dependiam, para o seu sucesso, da supremacia aérea sul-africana. A partir de 1987-1988, a situação começou a alterar-se, com os angolanos a quebrarem o mito da invencibilidade aérea sul-africana. Simultaneamente, as tropas sul-africanas fracassaram no intento de conquistar a cidade angolana do Cuíto Cuanavale. Este enfraquecimento militar sul-africano, favoreceu o início das negociações que conduziram à independência da Namíbia.

Outro sector abrangido pelas sanções, e que afectou seriamente a economia sul-africana, foi o embargo de petróleo. Em 1973, a grande maioria dos estados produtores de petróleo, aceitaram cessar as vendas à RAS. Até 1979, a RAS abasteceu-se, principalmente, através do Irão, situação que, como vimos, mudou com a queda do Xá Reza Palhevi. O método utilizado pelos sul-africanos para obterem petróleo a partir do carvão, implicava que cada barril obtido custava três vezes mais do que um barril adquirido no mercado. Outra maneira de obter petróleo, foi recorrendo a intermediários, método que encarecia igualmente o preço. Em 1986, o Presidente Botha referiu que, entre 1973 e 1984, o país tinha, devido às sanções, pago cerca de 25 biliões de dólares a mais pelo seu petróleo³²².

Com o objectivo de publicitar internacionalmente a luta anti-*apartheid*, a ONU declarou³²³ o período entre 21 de Março de 1978 e 20 de Março de 1979, o Ano Internacional de Luta Contra o *Apartheid*. Este tipo de acção, com importantes efeitos mobilizadores, continuou nos anos seguintes. O ano de 1982 foi declarado³²⁴ pela Assembleia Geral da ONU, o Ano Internacional da Mobilização das Sanções Contra a África do Sul. Estas campanhas ganharam adeptos e apoios à medida que a situação interna sul-africana se tornava cada vez mais uma causa internacional. Nesse sentido, os acontecimentos no Soweto em 1976, marcaram o início do receio dos investidores internacionais no mercado sul-africano³²⁵.

No início dos anos 80, a violência passou a ser uma constante na RAS. Aos ataques feitos contra símbolos do *apartheid*, juntavam-se a violência nos Bantustões entre defensores e opositores das “Independências”. Perante este clima de confrontação, o governo viu-se obrigado a decretar o Estado de Emergência a 12 de Junho de 1985. Toda esta imagem de instabilidade, prejudicou a África do Sul, com os investimentos estrangeiros a evitarem o país. Por outro lado, os países ocidentais, nomeadamente os EUA e a GB, começaram a ser pressionados, pelas respectivas opiniões públicas, no sentido de abandonarem a RAS. Esta pressão, visava o desinvestimento na RAS e a aplicação de sanções contra o regime sul-africano.

³²² João Gomes Cravinho: *África do Sul. O Debate sobre as Sanções*, p. 14.

³²³ Através da resolução 32/105 B de 14 de Dezembro de 1977 da Assembleia Geral.
<http://www.un.org/documents/ga/res/32/ares32r105.pdf>

³²⁴ Através da resolução 36/172 B de 17 de Dezembro de 1981 da Assembleia Geral.
<http://www.un.org/documents/ga/res/36/a36r172.htm>

³²⁵ Em 1977 mais de 800 milhões de randes saíram do país. Em 1978 o montante foi de 1.370 milhões de randes. Esta tendência só foi, brevemente, invertida no início dos anos 80.
Deon Geldenhuys: *Isolated States: A Comparative Analysis*, p. 388.

Em Julho de 1985, o *Chase Manhattan Bank* provocou uma enorme crise financeira na RAS ao recusar renovar os seus empréstimos de curto prazo. O discurso de Botha em Agosto provocou que idêntica atitude fosse tomada por outras instituições financeiras, o que provocou um aumento da inflação, a deterioração dos níveis de vida e a desvalorização do rand em 35%³²⁶.

Em Outubro de 1986, o Congresso dos EUA, ignorando a oposição do Presidente Reagan, aprovou a legislação que decretou sanções obrigatórias contra a RAS, nomeadamente o cancelamento de novos investimentos e empréstimos bancários, o fim das ligações aéreas e o boicote a muitas importações sul-africanas. A aprovação de leis, prevendo a dupla tributação fiscal para companhias a operarem simultaneamente nos EUA e na RAS, provocou a saída em massa das empresas norte-americanas. Segundo o *Investor Responsibility Research Center* (IRRC) de Washington, 150 empresas norte-americanas abandonaram a RAS entre 1984 e 1988, entre elas, a Coca-Cola, a Eastman Kodak, Exxon, General Motors, IBM, Ford. O investimento norte-americano na RAS passou de 2.4 biliões de USD em 1982, para 1.3 biliões de USD em 1985 e menos de 1 bilião de USD em 1987³²⁷.

Em Agosto de 1988 foi aprovado o *Anti-Apartheid Amendments Act*, o qual obrigou todas as companhias norte-americanas a desinvestirem da RAS e aos residentes norte-americanos a liquidarem os seus investimentos em portfólio. Também nesse ano, o IRRC anunciou que 115 multinacionais³²⁸ não norte-americanas haviam desinvestido na RAS.

Os defensores da aplicação das sanções à RAS pretendiam alcançar três objectivos³²⁹:

1. Objectivo Imediato: Aumentar os custos políticos e financeiros de qualquer opção alternativa às negociações.
2. Objectivo Intermédio: O fomento daqueles sectores da população susceptíveis de pressionarem a favor das negociações.
3. Objectivo Final: Iniciar negociações que levem ao fim do *apartheid*.

Os governos da GB e dos EUA resistiram à aplicação de sanções, argumentando que a aplicação das mesmas, faria com que o governo sul-africano transferisse o custo dessa aplicação para a população negra. Porém, este argumento era de difícil sustentação por dois motivos³³⁰. Por um lado, determinados tipos de sanções, nomeadamente as militares e as financeiras, eram de difícil transferência, por outro, mesmo que o regime decidisse penalizar a

³²⁶ Catherine Bradley: Causes and Consequences of the End of Apartheid, p. 34.

³²⁷ Deon Geldenhuys, *op. cit.*, p. 397.

³²⁸ Multinacionais britânicas, canadianas, francesas, alemãs e australianas.

³²⁹ João Gomes Cravinho *op.cit.*, p. 13.

³³⁰ Luís Castelo Branco: Das Razões Políticas da SADCC às Razões Económicas da SADC, p. 87.

população negra, isso iria contrair um dos grandes objectivos de P.W. Botha durante os anos 80, que era a tentativa de promover uma classe média favorável ao regime.

A população sul-africana, pela voz do Bispo Desmond Tutu, afirmou estar disposta a passar mais algumas privações, por culpa da aplicação das sanções, caso essa aplicação favorecesse o fim do *apartheid*. Também os estados da região, manifestaram a sua disponibilidade em sofrer os efeitos negativos da aplicação das sanções à RAS, caso isso acelerassem o fim do *apartheid*³³¹. Esta posição de sacrifício da população negra já tinha sido assumida nos anos 50. A este propósito, o líder do ANC, Albert Luthuli tinha referido em 1959³³²:

The economic boycott of South Africa will entail undoubted hardship for the africans. We do not doubt that. But if it is a method, which shortens the day of bloodshed, the suffering to us will be a price we are willing to pay. In any case, we suffer already, our children are undernourished, and on a small scale (so far) we die at the win of a policemen.

Apesar do cerco se apertar à volta do regime sul-africano, este não mostrou sinais de moderação. P.W. Botha referiu-se às sanções impostas ao país da seguinte maneira³³³:

We do not desire sanctions, but if sanctions must come in order that our freedom, our justice, must be maintained, we will survive it. We will not just survive; we will come stronger in the end.

O efeito que as sanções causaram na economia sul-africana não deixa de ser controverso. À partida a aplicação de qualquer sanção é negativa para o estado alvo, porém, no caso sul-africano, as sanções tiveram, de início, um efeito positivo ao promover a substituição de importações. No entanto, com o passar dos tempos a sua aplicação criou distorções económicas, retirou competitividade à economia sul-africana e aumentou, por causa do recurso aos intermediários, os custos com as importações e exportações.

O sucesso da aplicação das sanções no combate internacional ao *apartheid*, só não foi bem mais eficaz por causa dos países ocidentais, principais parceiros comerciais da RAS. Apesar do discurso oficial da maioria dos países ocidentais contra a RAS, a verdade é que na prática, continuavam a manter boas relações comerciais com Pretória. Mesmo as campanhas de desinvestimento não eram totalmente verdadeiras. Ao afirmar-se que determinada empresa pretendia desinvestir na RAS, a ideia com que se ficava era que ela iria cessar as suas actividades na RAS, forma mais radical de desinvestimento, sendo que na maior parte dos casos, não se passava para além de uma pequena diminuição dos investimentos. Mesmo no caso da cessação das actividades, os interesses das companhias que abandonavam o país eram vendidos a preços muito baixos a investidores sul-africanos que obtinham uma importante margem de lucro.

³³¹ AWEPA & CIIR: *O Futuro da África Austral. O Papel da Europa*, p. 49.

³³² Gwyneth Williams & Brian Hackland, *op. cit.*, p. 232.

³³³ *Idem*, p. 233.

Porém, a médio e longo prazo, os efeitos negativos da aplicação de sanções acabaram por se fazer sentir. Segundo F.W. De Klerk³³⁴, a aplicação de sanções à RAS na década de 80, custou ao país 1.5% do seu crescimento. Para muitos membros da comunidade branca, este era um preço que estavam dispostos a pagar para evitar a criação de um governo do ANC, influenciado pela URSS. Para o NP, a aplicação de sanções provocava exactamente o contrário do pretendido, ou seja, atrasava o avanço das reformas. O próprio De Klerk confirmou esta ideia³³⁵, afirmando que ao marginalizar a RAS, as sanções tinham evitado que a população branca fosse influenciada pelas correntes de pensamento predominantes no Ocidente e que favoreciam o avanço de negociações como forma de resolver o conflito sul-africano.

Além da aplicação de sanções por parte das organizações internacionais e estados, as quais atingiram a imagem e a credibilidade do regime, assim como o seu aparelho económico e militar, toda uma outra série de sanções, nas mais diversas áreas, foram impostas à RAS. Particularmente importantes, devido ao seu efeito psicológico no seio da população branca, foram as sanções impostas na área do desporto. Em 1968, a Assembleia Geral da ONU recomendou a todos os estados e organizações a suspensão das relações culturais, educativas e desportivas com o regime da África do Sul e com as instituições que, no país, praticassem o *apartheid*³³⁶. Em 1970, a RAS foi excluída do movimento olímpico e de todos os grandes campeonatos mundiais, nas mais diversas modalidades. As únicas excepções foram as participações em torneios de ténis, golfe, cricket e rugby, contactos esses mantidos com a GB, Austrália e Nova Zelândia. Porém, a pressão dos países da Commonwealth, obrigou estes três países a reverem a sua posição e a suspenderem os convites.

A partir de 1985, com a adopção da resolução 40/64³³⁷ de 10 de Dezembro da Assembleia Geral da ONU, a RAS passou a estar verdadeiramente isolada do ponto de vista desportivo.

Para além da ONU, também a Commonwealth e a CEE levaram a cabo campanhas destinadas à aplicação de sanções à RAS. A Commonwealth decidiu, em Outubro de 1985 na Cimeira de Chefes de Governo, realizada em Nassau, adoptar um extenso programa de sanções ao regime sul-africano. A posição da CEE não foi pacífica, com a GB a entrar a adopção de sanções. A posição da CEE começou a endurecer com a aprovação, em Setembro de 1977, do Código Voluntário para as companhias europeias a actuarem na RAS. Este Código previa a melhoria das condições de vida dos trabalhadores negros sul-africanos e o reforço dos seus sindicatos. Em 1986 a CEE decidiu boicotar as importações sul-africanas de ouro, ferro, aço e carvão.

As sanções que foram impostas à RAS, só por si não tinham a força de derrubar o regime, tanto mais que a eficácia destas sanções, era limitada por esquemas que permitiam aos sul-africanos fugir à sua aplicação. Por outro lado, o apoio de alguns países e grupos económicos

³³⁴ F.W. De Klerk: *The Last Trek: The New Beginning*, p. 70.

³³⁵ *Idem*, p. 71.

³³⁶ Enuga Sreennivasulu Reddy: *United Nations and Apartheid. A Chronology*, p. 5.
<http://www.anc.org.za/un/un-chron.html>

³³⁷ Cfr. *International Convention Against Apartheid in Sports*, General Assembly Resolution 40/64, 10 December 1985.
<http://www.anc.org.za/un/unsports.htm>

ocidentais, ajudou a minorar os efeitos das sanções. De qualquer das maneiras, a importância das sanções era que elas, para além de terem aumentado os custos políticos e financeiros³³⁸ do *apartheid*, tiveram um efeito psicológico sobre a população branca que se apercebeu que as sanções só seriam levantadas com o fim do regime do *apartheid*.

5.9. O Problema da Namíbia

Para além da sua situação interna, a RAS também era alvo de críticas devido à ocupação da Namíbia. Embora o conflito militar na Namíbia se tenha iniciado em 1966, foi só após a subida ao poder do MPLA em Angola, que o braço armado da SWAPO, o PLAN, passou a representar uma maior ameaça para as forças de segurança sul-africanas. O apoio angolano, permitiu ao PLAN instalar bases em Angola, ao mesmo tempo que o movimento namibiano viu aumentar o apoio externo, nomeadamente de países marxistas³³⁹. A maior capacidade militar do PLAN obrigou os sul-africanos a aumentarem o seu dispositivo militar no território namibiano, recorrendo à mobilização de unidades locais, nomeadamente, constituídas por ovambos e bosquímanos³⁴⁰.

Devido ao apoio angolano à SWAPO, a RAS levou a cabo uma estratégia de desestabilização de Angola que visou, por um lado, eliminar a presença de guerrilheiros do PLAN perto da fronteira da Namíbia, e por outro, evitar que Angola fosse viável. Uma Angola marxista pacificada, poderia ser um pólo alternativo à RAS, podendo inclusivé discutir a liderança regional.

Numa primeira fase, que durou entre 1978 a 1981, os ataques sul-africanos a Angola visaram controlar as actividades do PLAN. Porém, à medida que nos aproximamos dos anos 80, esta estratégia era cada vez menos eficaz, o que obrigou Pretória a rever a sua acção. Assim, a partir de 1982, tropas sul-africanas passaram a ocupar, em permanência, parte considerável da província angolana do Cunene. O objectivo sul-africano era o de criar uma área de segurança pela qual os guerrilheiros do PLAN teriam que passar, antes de lançar os seus ataques contra o território namibiano. Simultaneamente, esta presença sul-africana também era utilizada em apoio à UNITA. Ao longo dos anos 80, a RAS levou a cabo uma série de operações militares³⁴¹ em território angolano. Embora o argumento oficial fosse a luta contra os

³³⁸ A aplicação das sanções provocaram graves prejuízos á economia sul-africana. No período entre 1985 a 1990, registou-se uma fuga média anual de capitais da ordem dos 6 biliões de randes. Greg Mills, *op. cit.*, p. 249.

³³⁹ No contexto regional, foi fundamental o apoio da Zâmbia, país que também prestou auxílio aos movimentos rodesianos, em particular à ZAPU. A formação militar dos guerrilheiros do PLAN foi ministrada na Argélia e na Tanzânia, por instrutores oriundos da RDA.

³⁴⁰ Em 1989, último ano da ocupação sul-africana, 70% dos efectivos militares, envolvidos na luta contra a SWAPO, eram oriundos da Namíbia. Helmoed-Romer Heitman & Paul Hannon: Modern African Wars (3). South West Africa, p. 17.

³⁴¹ As principais operações militares foram: Operação Sceptic em Junho de 1980; Operação Protea em Agosto de 1981; Operação Daisy em Novembro de 1981; Operação Mebos em Julho de 1982 e Operação Askari em Dezembro de 1983. Sobre estas operações militares sul-africanas, Cfr. John W. Turner: Continent Ablaze. The Insurgency Wars in Africa. 1960 to the Present, pp. 35-54.

guerrilheiros do PLAN, por vezes, essas operações visavam directamente as tropas de Luanda e cubanas.

Paralelamente às iniciativas militares, Pretória tentou encontrar uma solução negociada para o problema da Namíbia. A partir de 1973, o governo sul-africano mostrou vontade de se encontrar uma solução interna para o problema namibiano. Na sequência da abertura demonstrada por Pretória, a Assembleia branca de Windhoek propôs aos outros grupos raciais a abertura de uma Conferência Nacional para discutir o futuro do território. Assim, a 1 de Setembro de 1975 realizou-se a primeira sessão da Conferência Constitucional de Turnhalle³⁴², que reuniu representantes de vários grupos étnicos, com o objectivo de se discutir o futuro do território, mas que excluía a SWAPO. Os participantes decidiram unir-se e criar a *Democratic Turnhalle Alliance* (DTA)³⁴³ que iria exigir a criação de um governo autónomo.

Uma vez que esta solução excluía a SWAPO do poder e, simultaneamente, mantinha a Namíbia na órbita sul-africana, Pretória decidiu apoiar esta solução. Em 1978, realizaram-se eleições na Namíbia, as quais deram a vitória à DTA. Após um período de transição, foi criado, em 1981, um governo liderado por Dirk Mudge. No entanto, a permanente interferência sul-africana nos assuntos namibianos, levou à demissão de Mudge em 1983, provocando o fracasso da DTA e da iniciativa sul-africana de se chegar a um acordo interno na Namíbia.

Na sequência da demissão de Mudge, a RAS voltou a governar directamente o território através de um governador. As iniciativas sul-africanas para encontrar uma solução para o problema namibiano, acabaram por não poder ser consideradas definitivas, uma vez que para além de excluírem a SWAPO, contavam com a clara hostilidade da ONU.

Após o desaire em Angola e o agravamento da situação na Rodésia, os EUA começaram a temer a crescente presença e influência soviética na África Austral. De modo a contrariar essa influência, os EUA, através do seu Secretário de Estado, Henry Kissinger, decidiram envolver-se no problema namibiano. A vitória do Partido Democrata nas eleições presidenciais norte-americanas de 1977, e a consequente subida ao poder de Jimmy Carter, alterou a posição de Washington, ao mesmo tempo que foram vistas como determinantes para pressionar a RAS a flexibilizar a sua posição. O Presidente Carter, ao contrário dos seus antecessores, mostrou claramente a sua disposição de criar um novo tipo de relacionamento com a RAS. Para os norte-americanos, a solução para o problema namibiano passava pela aplicação da Resolução 385, aprovada a 30 de Janeiro de 1976 pelo Conselho de Segurança da ONU, a qual defendia a convocação de eleições, de maneira a permitir ao povo namibiano decidir livremente o seu futuro.

³⁴² Nome do edifício em Windhoek, onde decorreram os trabalhos.

³⁴³ O partido mais importante da DTA era o *Republican Party*, representante da maioria da população branca, liderado por Dirk Mudge. Os outros partidos representados eram: *National Unity Democratic Organisation*, liderado pelo Chefe Herero Kuaima Riruako, o qual foi nomeado Presidente da DTA; *Caprivi Alliance Group*; *The Kavango Alliance Group*; *Namibia Democratic Turnhalle Party*; *Namibia People's Liberation Front*; *Rehoboth Baster Vereniging*; *Seoposengwe Party*; *SWA People's Democratic United Front*; *Tsumkwe Group*.

Com vista a promover a aplicação da resolução 385, os EUA propuseram a criação de um grupo de países ocidentais, constituído pelos EUA, França, Canadá, RFA e GB, o qual teria por missão ajudar à independência da Namíbia. Este grupo, também conhecido por Grupo de Contacto, tentou ao longo do ano de 1977, servir de interlocutor entre a RAS e a SWAPO, ao mesmo tempo que elaborou um documento final que obteve a concordância de ambas as partes. O compromisso alcançado pelo Grupo de Contacto, traduziu-se na Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU³⁴⁴. A partir de agora, para as Nações Unidas, o problema namibiano tinha que ser solucionado no quadro da resolução 435, a qual defendia basicamente o seguinte³⁴⁵:

1. Eleições baseadas no sufrágio universal e supervisionadas pela ONU;
2. O fim da legislação discriminatória;
3. Um cessar-fogo e uma retirada gradual e fiscalizada das tropas da RAS;
4. A Criação da *United Nations Transition Assistance Group* (UNTAG).

O governo de Vorster deu claras indicações de que estaria disposto a cumprir a resolução 435, a qual permitiria a rápida independência da Namíbia. Porém, a substituição de Vorster por Botha, fez abortar tal intenção. Como vimos, Botha subiu ao poder com a firme intenção de recuperar o país do sentimento de desânimo que o dominava. Nesse sentido, Botha não estava disposto a ceder a Namíbia, pois tal atitude só serviria para reforçar a ideia de que o governo sul-africano estava fragilizado. Aceitar a implementação do plano da ONU, era permitir a ascensão ao poder da SWAPO, permitindo a instalação da ameaça marxista na fronteira sul-africana. Atrasando o processo, os sul-africanos pretendiam ganhar tempo para poderem preparar uma alternativa política interna à SWAPO³⁴⁶. Com esse objectivo em mente, o novo executivo de Pretória começou a levantar vários obstáculos à implementação do plano da ONU, o que, na prática, paralisou o avanço da independência da Namíbia.

O governo de Pretória foi duramente criticado por, à última hora, ter rejeitado o acordo. Porém, a subida ao poder de Reagan nos EUA e Thatcher na GB, deram uma nova base de apoio ao regime sul-africano. Particularmente importante foi o apoio norte-americano, o qual apadrinhou o conceito de *Linkage Politics*, o qual veio a tornar o processo de independência mais complexo ao ligá-lo à presença de tropas cubanas em Angola.

Um outro obstáculo levantado por Pretória teve a ver com o futuro do Enclave de Walvis Bay, situado a meio da costa namibiana. Para os sul-africanos, uma eventual independência da Namíbia teria de deixar de fora este Enclave, apresentando para tal reivindicação argumentos históricos³⁴⁷.

³⁴⁴ A resolução 435 aprovada pelo Conselho de Segurança em 29 de Setembro de 1978, será o documento base para a independência da Namíbia.
Resolução 435 de 29 de Setembro de 1978 do Conselho de Segurança da ONU, 1 p.
<http://www.un.org/documents/sc/res/1978/78r435e.pdf>

³⁴⁵ AWEPA, *op. cit.*, pp. 7-10.

³⁴⁶ Roger Hearn: *UN Peacekeeping in Action. The Namibian Experience*, pp. 43-44.

Os sul-africanos defendiam que o Enclave de Walvis Bay tinha sido criado pelos britânicos em 1878, tendo sido posteriormente anexado pela coroa britânica à Colônia do Cabo em 1884. Nesse mesmo ano, a Alemanha ao declarar o Sudoeste Africano um seu protectorado, não contestou a soberania britânica em relação a Walvis Bay³⁴⁸. Mais tarde, quando o Sudoeste Africano foi atribuído à África do Sul pelo sistema de mandatos da SDN, os sul-africanos deixaram bem claro que o Enclave não era abrangido pelo mandato. Finalmente, a recusa sul-africana em considerar o Enclave parte integrante do Sudoeste Africano, não era mais, segundo Pretória, do que cumprir a resolução da OUA relativamente às fronteiras africanas, ou seja, que as mesmas deveriam ser as herdadas da colonização.

Mas, para além dos argumentos históricos, também outro tipo de interesses, nomeadamente geoestratégicos³⁴⁹ justificavam a posição sul-africana. Em primeiro lugar, o Porto de Walvis Bay era o único de águas profundas na costa da Namíbia, o que permitiria à RAS controlar economicamente e condicionar politicamente uma Namíbia independente. Por outro lado, a existência de uma base naval e de um aeródromo militar em Walvis Bay, eram essenciais para a segurança do território sul-africano. Em caso de ataque militar à RAS, oriundo de Angola, Walvis Bay seria a defesa avançada de Pretória.

Numa primeira fase, a SWAPO rejeitou a hipótese de aceitar a independência da Namíbia sem Walvis Bay. Tal posição contou com o apoio da ONU, a qual deixou bem clara a sua posição através da resolução 432³⁵⁰ do Conselho de Segurança, na qual afirmava que Walvis Bay estava intrinsecamente ligado por laços geográficos, históricos, culturais e étnicos ao resto do território. Nessas condições, uma independência da Namíbia nunca estaria completa sem Walvis Bay. Porém, ao aperceber-se de que a RAS utilizava esta questão para atrasar o início do processo de transição do território³⁵¹, a SWAPO moderou a sua posição, e aceitou deixar cair temporariamente a questão do Enclave.

Durante os anos 80, a aplicação da ETN por parte da RAS e a militarização que o país conheceu, inviabilizou avanços no processo de independência da Namíbia. A assinatura do Acordo de Lusaka de 1984, entre a RAS e Angola, pôs em causa a eficácia das operações do PLAN, uma vez que uma das condições para que os sul-africanos se retirassem do sul de Angola, foi que essa área não fosse utilizada pelos guerrilheiros do PLAN. Porém, o rápido regresso da RAS em auxílio da UNITA inviabilizou este Acordo.

Entre 1985 e 1987 assistiu-se a uma escalada de conflito na região, que se traduziu em batalhas como a do Cuíto Cuanavale. Porém, a falta de resultados concretos para ambas as partes, levaram a que começasse a surgir a possibilidade do conflito ser resolvido fora do

³⁴⁷ Ronald Dreyer: Disputes over Walvis Bay: Origins and Implications for Namibian Independence, pp. 497-499.

³⁴⁸ Em 1890, a Alemanha e a GB assinaram um acordo pelo qual foi reconhecido o Enclave britânico dentro do protectorado alemão. Este acordo também estabeleceu as actuais limites geográficas da Namíbia.

³⁴⁹ Marc Aicardi de Saint Paul: L'Enclave de Walvis Bay devient Namibienne, p. 38.

³⁵⁰ Resolução 432 de 27 de Julho de 1978, do Conselho de Segurança da ONU.
<http://www.un.org/documents/sc/res/1978/78r432e.pdf>

³⁵¹ SWAPO: Nasce uma Nação. A Luta de Libertação da Namíbia, p. 267.

campo de batalha. Do lado sul-africano, as dificuldades em manter o esforço militar em Angola eram crescentes, não só pela crise financeira do país, mas também pelas consequências das sanções e o aumento da contestação interna. Do lado angolano, apesar do forte apoio soviético, as dificuldades internas sentidas na URSS, deixavam antever uma diminuição desse apoio. Perante este cenário, o conceito de *Linkage Politics*, defendido pelos EUA, foi recuperado. Este conceito, que ligava uma eventual independência da Namíbia à retirada das tropas cubanas de Angola, foi posto em prática pelos EUA, através do seu Subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, Chester Crocker³⁵².

Após um intenso esforço diplomático, foram finalmente assinados, a 22 de Dezembro de 1988, em Nova Iorque, dois Acordos. Um, assinado por Angola, Cuba e RAS, previu a aplicação da resolução 435 a partir de 1 de Abril de 1989, o qual iria permitir a independência da Namíbia. As Nações Unidas envolveram-se no apoio ao processo, recuperando a ideia da criação da UNTAG³⁵³. O segundo, assinado entre Angola e Cuba, estabeleceu o calendário para a retirada gradual das tropas cubanas de Angola, a qual deveria estar concluída até dia 1 de Junho de 1991³⁵⁴.

Na sequência dos Acordos de Nova Iorque, realizaram-se eleições na Namíbia, supervisionadas pela ONU destinadas a preencher os 72 lugares da Assembleia Constituinte, a qual tinha por missão a elaboração de uma Constituição. A vitória eleitoral coube à SWAPO de Sam Nujoma que obteve 41 lugares, enquanto que a DTA obteve 21 lugares, os restantes 10 lugares foram ocupados por partidos mais pequenos³⁵⁵. Na sequência destas eleições, a Namíbia ascendeu à independência a 21 de Março de 1990. O sucesso do processo namibiano, para além das implicações que teve ao nível das missões da ONU, foi particularmente importante para a evolução dos acontecimentos na África do Sul. O modo pacífico como se procedeu à transferência de poderes, e o espírito de unidade nacional que sentiu a seguir à independência, foi um importante instrumento de influência sobre a população branca sul-

³⁵² Sobre os esforços diplomáticos que foram desenvolvidos nesta altura, Cfr. Chester Crocker: *High Noon in Southern Africa. Making Peace in a Rough Neighborhood*, pp. 335-448.

³⁵³ Após ter estado prevista na resolução 435 de 1978, a UNTAG acabaria por ser criada através da resolução 632 do Conselho de Segurança da ONU de 16 de Fevereiro de 1989. A missão da UNTAG era a de apoiar o Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas no seu esforço de garantir a independência da Namíbia. Uma das principais tarefas da UNTAG era a de criar condições para a realização de eleições na Namíbia.

United Nations Transition Assistance Group (UNTAG).

http://www.un.org/depts/dpko/co_mission/untag.htm

³⁵⁴ A fiscalização da retirada das tropas cubanas ficou a cargo das Nações Unidas, que para o efeito criaram a UNAVEM (*United Nations Angola Verification Mission*). A UNAVEM foi estabelecida, a pedido dos governos de Angola e Cuba, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas através da resolução 626 de 20 de Dezembro de 1988, com o objectivo de monitorizar a retirada das tropas cubanas de Angola, de acordo com o previsto num acordo estabelecido entre Angola e Cuba. A retirada ficou concluída a 25 de Maio de 1991, um mês antes da data prevista.

United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM).

<http://www.un.org/depts/dpko/Missions///unavem1/unavemi.htm>

³⁵⁵ A Frente Democrática Unida obteve 4 deputados; a Acção Cristã Nacional obteve 3; a Frente Patriótica Nacional obteve 1; a Convenção Federal da Namíbia obteve 1 e a Frente Nacional da Namíbia também obteve 1.

Armando Campos: *África do Sul. Potência Regional*, p. 349.

africana. A Namíbia era o exemplo vivo e próximo de como a população branca não tinha razões para temer um futuro governo negro na RAS.

5.10. O Isolamento Internacional do Regime Sul-Africano

A partir da década de 80 começou a ser bem visível o crescente isolamento do regime sul-africano. Tal isolamento, não se resumiu ao corte de relações diplomáticas e à expulsão ou suspensão sul-africana nas mais diversas organizações, sendo sentido nas mais diversas áreas, o que implicou que, cada vez mais, a RAS fosse considerada um estado pária no Sistema Internacional.

O período de glória da RAS, em termos de prestígio internacional, foi na época entre os dois conflitos mundiais. Após a II Guerra Mundial, a RAS começou a ser isolada até adquirir o estatuto de estado pária nos anos 80. Porém, os sectores mais radicais dentro da população *africânder*, não viam com maus olhos este isolamento do seu país. Para eles, o isolamento até tinha aspectos positivos, uma vez que permitia consolidar os valores *africânderes*, nomeadamente religiosos. Esta ideia era fruto da influência das experiências das Repúblicas *Boeres* do século XIX, cujo desenvolvimento tinha sido possível e até positivo, em épocas de isolamento, nomeadamente em relação à GB.

Mas a realidade apresentava-se preocupante para os dirigentes sul-africanos. Para além do isolamento internacional visto nos pontos anteriores, a marginalização sul-africana atingia outras áreas, nomeadamente a económica, com consequências desastrosas para o país. O agravamento desta situação é bem visível através da análise do seguinte quadro:

QUADRO IV

Tratados Bilaterais Assinados pela RAS 1961-1986			
Tópico	1961-1969	1970-1979	1980-1986
Comércio/Pagamentos/Empréstimos/Investimentos/Coop. Económica	32	10	9
Saúde/Educação/Segurança Social/Cultura	3	1	0
Ajuda Externa/Assistência ao Desenvolvimento/Coop. Técnica	0	0	5
Transportes/Correios/Comunicações	60	10	3
Cooperação Diplomática, Administrativa e Judicial	22	15	4
Assuntos Militares	1	0	2
Assuntos Diversos	21	22	5

Fonte: Deon Geldenhuys: *Isolated States: A Comparative Analysis*, p. 205.

Comparando os três períodos apresentados pelo Quadro, é notório o crescente isolamento internacional sul-africano. Particularmente importante é a quase ausência de acordos militares, nomeadamente com as potências ocidentais, fruto, em grande medida, das restrições decretadas pela ONU. Os dois acordos militares registados no período entre 1980 a 1986,

foram os Pactos de Não Agressão, assinados com a Suazilândia e com Moçambique. A partir dos anos 80, com o início da desestabilização económica e militar sul-africana, o número de acordos sofreu uma séria diminuição. Ao nível dos parceiros africanos, o leque reduziu-se a quatro, Botswana, Lesoto, Suazilândia e Malawi, países muito dependentes da economia sul-africana. No resto do mundo, a tendência foi a maioria dos países a diminuírem ou a cessarem a assinatura de novos acordos com Pretória³⁵⁶.

Outro indicador importante para avaliar a crescente marginalização mundial do regime sul-africano, foi o número de visitas de líderes estrangeiros à RAS. Este número foi bem menor do que o número de visitas de altos dignatários sul-africanos ao exterior. Desde a visita do Primeiro-Ministro britânico Harold MacMillan à RAS em 1960, mais nenhum outro líder ocidental visitou o país até 1988³⁵⁷, ano em que devido ao acordo sobre a independência da Namíbia, a RAS voltou a ter um novo fôlego diplomático.

No caso das visitas de líderes sul-africanos ao estrangeiro, o isolamento, embora mais atenuado, também foi visível. Após vários anos de marginalização, a RAS conseguiu, em 1984, quebrar essa situação, com P.W. Botha a visitar nove países europeus³⁵⁸. Tal situação só foi possível devido ao relaxamento internacional das críticas ao regime sul-africano, em virtude da assinatura dos Acordos de Nkomati e Lusaka. Porém, esta abertura internacional durou pouco tempo. A partir de 1985, as visitas de líderes sul-africanos ao exterior voltaram a reduzir-se, e, as poucas que se realizavam, como foi o caso de da visita de P.W. Botha à França em 1986, foram feitas a título particular.

Um caso controverso foi a visita de P.W. Botha à ilha da Madeira realizada em 1986, a convite das autoridades regionais madeirenses. A visita foi criticada pelas autoridades governamentais portuguesas. Tanto o Presidente da República, Mário Soares, como o Primeiro-Ministro, Aníbal Cavaco Silva, distanciaram-se de tal visita. O Parlamento português protestou oficialmente contra a presença de P.W. Botha em Portugal.

Este isolamento internacional só começou a ser quebrado em Fevereiro de 1989, com a eleição de Frederik De Klerk para Presidente do NP. Esta mudança de atitude da Sociedade Internacional, derivou da convicção de que, perante as alterações internacionais e regionais que se estavam a registar, De Klerk poderia ser o motor da mudança interna.

³⁵⁶ A única excepção foi Taiwan, também considerado, por outros motivos, um estado pária. Esta aproximação levou Taiwan a assinar oito acordos com a RAS no período entre 1980 e 1986.

³⁵⁷ Entre 1960 e 1988, apenas visitaram a RAS os líderes dos seguintes países: Lesoto; Rodésia; Malawi; Paraguai; Taiwan. A estas visitas podemos acrescentar as inúmeras deslocações dos líderes dos Bantustões Independentes.
Deon Geldenhuys: *Isolated States: A Comparative Analysis*, p. 227.

³⁵⁸ GB, Portugal, RFA, Bélgica, Áustria, Itália, Vaticano, Suíça e França.

CAPÍTULO VI

O PROCESSO DE TRANSIÇÃO O FIM DO APARTHEID

6.1. Os Vários Anos de Negociações Secretas. O Fim da Era Botha

Em Novembro de 1985, Mandela foi operado à próstata na Cidade do Cabo. O facto de se encontrar no hospital foi considerado como a altura ideal por parte do Ministro da Justiça, Prisões e Polícia, Hendrik Jacobus Coetsee³⁵⁹, para conhecer o líder histórico do ANC³⁶⁰. Neste primeiro encontro, podemos depreender pelo relato feito por Coetsee que ele ficou claramente fascinado pela figura de Mandela³⁶¹:

I was fascinated at what kind of man he must be to have attracted all this international attention and have all these honorary degrees and awards given to him. When I met him, I immediately understood why.

Após este encontro, outros se seguiram com um grupo de trabalho governamental a tentar convencer Mandela a aceitar uma série de princípios como pré-condições para o início das negociações³⁶². Mandela conseguiu avisar a liderança do ANC no exílio do mesmo, de modo a que não houvessem mal-entendidos e se pensasse que ele estava a negociar algum tipo de acordo com o governo³⁶³. A preocupação imediata de Mandela era a de evitar que este encontro fosse visto como uma tentativa de quebrar a unidade entre a ala interna e externa do ANC.

A ala exterior do ANC, ultrapassada a desconfiança inicial, apoiou os esforços de Mandela destinados a abrir um canal de comunicação com o governo sul-africano, através do Ministro Coetsee. O primeiro elo de ligação estava criado.

³⁵⁹ Coetsee tinha assumido este cargo em 1980 e, desde essa altura, começou gradualmente a melhorar as condições de vida dos presos políticos. Ao mesmo tempo, começou a defender dentro do governo sul-africano, a libertação dos mesmos.

³⁶⁰ Hennie Serfontein: "Kobie's Months of Secret Mandela Meetings", in Weekly Mail & Guardian, 4/08/89.

³⁶¹ Allister Sparks: Tomorrow is Another Country – The Inside Story of South Africa Road to Change, p. 24.

³⁶² O grupo era constituído por Coetsee; Roelof Pik Botha; Stoffel van den Merwe e Gerrit Viljoen. Este grupo tentou convencer, sem sucesso, Mandela a desistir da luta armada, do apelo às sanções internacionais e ao desinvestimento e das campanhas de protesto, como condições para o início das negociações.

³⁶³ Qualquer equívoco que pudesse surgir foi desfeito por George Bizos, o advogado de Mandela, que se deslocou a Lusaka para informar a liderança do ANC do encontro ocorrido com Coetsee.

P.W. Botha autorizou Coetsee a continuar os contactos com Mandela, embora não fosse muito claro quais eram as suas reais intenções. No fundo, Botha queria e sabia que tinha que libertar Mandela, só não sabia como o fazer, pois temia que tal decisão fosse interpretada como um sinal de fraqueza da sua parte. Estes encontros acabaram por se transformar num beco sem saída, uma vez que o processo negocial propriamente dito estava longe de se iniciar.

Segundo Mandela³⁶⁴, a situação foi desbloqueada devido à Commonwealth e ao envio, em 1986, do *Eminent Persons Group* (EPG), uma missão de membros da Commonwealth que se deslocou à RAS com o intuito de ajudar a desbloquear a situação. O EPG fez uma análise da situação do país e propôs uma série de passos a serem dados com vista a promover negociações sérias entre as partes. As propostas do EPG provocaram uma divisão entre os apoiantes do regime. Para uns, estas propostas eram o veículo ideal para moderar as exigências do ANC e iniciar um processo negocial; para outros, não se devia negociar até que não houvesse um domínio total sobre os movimentos de libertação.

O fim abrupto da Missão do EPG, devido aos ataques sul-africanos à Zâmbia, Zimbabwe e Botswana, que levantaram um coro de protestos internacionais, mais uma vez deixou o governo sul-africano numa posição muito difícil. O importante nesta missão da Commonwealth foi a revelação do desejo da população sul-africana num processo negocial. Esta percepção, levou Mandela a tomar a iniciativa e a pedir um encontro com P.W. Botha. O período que antecedeu este encontro foi marcado por um relaxamento das condições de prisão de Mandela. Em Dezembro de 1988, Mandela foi transferido para a prisão Victor Verster perto da cidade de Paarl, na província do Cabo. Nestas novas instalações, Mandela tinha uma casa, onde podia receber visitas e gozava de uma maior liberdade.

O tão esperado encontro com Botha foi adiado devido a um acidente cardiovascular que este sofreu em Janeiro de 1989. Após a sua recuperação, Botha mostrou-se disposto a encontrar-se com Mandela. O encontro teve lugar a 5 de Julho de 1989. Nesta altura, já a RAS tinha uma liderança bicéfala, Botha como Presidente do país, mas, devido ao seu débil estado de saúde, a liderança do NP, tinha ficado nas mãos do seu Ministro da Educação Frederik Willem De Klerk. Os candidatos à liderança do partido tinham sido quatro: Roelof “Pik” Botha, Ministro dos Negócios Estrangeiros; Barend Du Plessis, Ministro das Finanças; Chris Heunis, Ministro dos Assuntos Constitucionais e Frederik De Klerk. Os três primeiros eram considerados reformistas e o último conservador. De Klerk acabou por ganhar a eleição, com uma vantagem de oito votos sobre Du Plessis.

Com vista a preparar este encontro, Mandela apresentou previamente um documento³⁶⁵ a P.W. Botha. No documento apresentado, Mandela enumerou os principais obstáculos às negociações, as quais tinham a ver com as exigências apresentadas pelo governo como condições *sine qua non* para o início de um processo negocial. As condições do governo tinham a ver com a necessidade do ANC renunciar à violência; a ruptura com o SACP e o

³⁶⁴ Nelson Mandela: [Long Walk to Freedom](#), pp. 517-518.

³⁶⁵ Mandela utilizou este documento para explicar as opções do ANC, nomeadamente a luta armada e a ligação ao SACP, acusando o governo de arranjar falsos argumentos para não iniciar as negociações. [The Mandela Document](#), 5/07/89, p. 3.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/doc890705.html>

abandono da exigência da regra da maioria, todas elas inaceitáveis por parte do movimento de Mandela.

O encontro serviu basicamente para que os dois homens se conhecessem, mas nenhum passo na direcção a eventuais negociações foi dado. A divulgação deste encontro preocupou os líderes da UDF e a ala mais radical do ANC; ambos temiam que Mandela estivesse a ser manipulado pelo governo. Esta preocupação era particularmente evidente em alguns sectores do ANC que, ao contrário de Mandela que defendia uma solução negociada, defendiam o derrube militar do regime do *apartheid*.

Devido à sua intransigência, era notório que qualquer processo negocial sério só seria possível após o afastamento de P.W. Botha. Em Agosto de 1989, a liderança do NP pressionou Botha a demitir-se. De Klerk confrontou Botha com a necessidade de este se afastar. O argumento oficial para o afastamento foi a saúde do Presidente, porém, na prática, Botha era visto como um obstáculo quer à reforma do regime, quer ao desejo de manter a supremacia branca. Durante meses, P.W. Botha mostrou-se contrário às reformas propostas por De Klerk enquanto líder do NP. Face a este impasse, De Klerk obteve o apoio esmagador do partido, assim como dos outros membros do governo, no sentido de pressionar Botha a resignar. O choque final deu-se em Agosto de 1989, quando todos os membros do governo se deslocaram à residência oficial de Botha para lhe pedir que se afastasse³⁶⁶. A 14 de Agosto, P.W. Botha anunciou ao país através da televisão a sua resignação.

De Klerk, enquanto líder do NP, concorreu ao cargo de Presidente nas eleições de 6 de Setembro de 1989. Durante a campanha eleitoral, o programa apresentado pelo NP já era explícito em relação aos objectivos de De Klerk. Entre as principais medidas figuravam o fim da discriminação racial; a criação de um novo quadro constitucional e a criação de pontos de contacto entre os vários grupos raciais. Apesar da vitória eleitoral, o NP viu os extremistas brancos, representados pelo CP, a tornarem-se a principal força da oposição parlamentar.

6.2. F.W. De Klerk no Poder. O Discurso Histórico

Ao assumir a Presidência, De Klerk teve que repensar o processo de aproximação ao ANC. Vindo do sector conservador do NP, o novo Presidente teve que lidar com uma realidade que até há pouco desconhecia. Na verdade, até finais de 1988, De Klerk desconhecia a existência de contactos entre o governo e o ANC. Tal situação deveu-se ao facto das negociações estarem a ser conduzidas fora do âmbito governamental, o que implicava que apenas o círculo mais próximo de Botha estava a par das mesmas, e De Klerk não era um deles.

Só quando assumiu a liderança do NP no Transvaal, o que fazia dele a segunda figura dentro do partido, é que passou a estar ao corrente da existência dos contactos com o ANC. Contrariando a imagem de conservador, De Klerk afirmou que cada vez tinha mais dúvidas sobre os ideais do *apartheid*³⁶⁷:

³⁶⁶ Cfr. F.W. De Klerk: *The Last Trek. A New Beginning*, pp. 137-148.

³⁶⁷ Allister Sparks, *op. cit.*, p. 91.

I was often troubled in my mind, and it became more and more difficult for me as a loyal spokesman in a leading position to defend a policy which increasingly I believed had to go.

Esta posição de De Klerk não deixa no entanto de ser surpreendente uma vez que poucos anos antes, em 1985, ele próprio se opôs às reformas de Botha que visaram eliminar alguns dos pontos mais radicais do *apartheid*, como por exemplo a abolição do *Immorality Act*, que criminalizava as relações sexuais interétnicas.

De Klerk justificou o seu apoio ao *apartheid* afirmando que o mesmo era *An Honourable Vision of Justice*³⁶⁸, o qual iria permitir o desenvolvimento separado para os vários grupos étnicos da África do Sul. Apenas quando se provou que era impraticável é que se tornou injusto. Mais tarde, De Klerk reconheceu publicamente o fracasso do *apartheid*, embora não pedisse desculpa pelo mesmo³⁶⁹:

What started out with idealism in the quest for justice for that was the starting point of the policy of separate development failed to attain justice for all South Africans and, therefore, had to be abandoned and be replaced by the only viable policy able to work in this country.

Mas, apesar do seu conservadorismo, foi De Klerk que iniciou o processo de transição, o que nos leva a tentar identificar as razões para uma tal atitude. Imbuído no seu espírito religioso, De Klerk aceitou o cargo de Presidente como um chamamento de Deus. De Klerk era membro da *Gereformeerde Kerk in Suidlike Afrika*, o ramo mais pequeno e mais calvinista da Igreja Reformada Holandesa. Para além deste ramo, existiam mais dois, o *Nederduitse Gereformeerde Kerk* e o *Nederduitsch Hervormede Kerk*. Estes três ramos da Igreja Reformada Holandesa discordavam teologicamente em alguns pontos, porém, estavam unidas no apoio ao *apartheid*, para o qual encontravam justificação na Bíblia³⁷⁰. Na sua linha de interpretação da ideologia calvinista, os *Doppers*, os membros da Igreja a que De Klerk pertencia, acreditam que receberam uma chamada, a *roeping*, de Deus para desempenharem determinada tarefa num momento específico. De Klerk, afirmou ter sentido essa chamada e que a sua missão seria a transformação do país³⁷¹:

I believe in God and I believed I am being called upon to perform a specific task at this time in this new situation.

Os primeiros sinais de mudança surgiram logo após a vitória eleitoral do NP e de De Klerk nas eleições de Setembro de 1989. Manifestações da UDF foram autorizadas e vários opositores políticos, entre eles Walter Sisulu, foram libertados. Esta mudança surgiu num

³⁶⁸ *Idem*, p. 90.

³⁶⁹ Speech by State President FW De Klerk delivered on the steps of Tuynhuys on the Result of the Referendum, 18/03/92, p. 1.
<http://www.fwdklerk.org.za/archives/920318ref.htm>.

³⁷⁰ Marina Ottoway: South Africa. The Struggle for a New Order, p. 38.

³⁷¹ Allister Sparks, *op.cit.*, p. 100.

momento que a própria Igreja Reformada Holandesa também se distanciou do *apartheid*³⁷². Convencido da necessidade de avançar com as negociações, De Klerk precisava de convencer os seus colegas de governo e de partido. Com esse propósito em mente, juntou, em Dezembro de 1989, o seu governo na reserva de caça de D’Nyala³⁷³ ao pé da pequena cidade de Elliras no Transvaal. Neste encontro, a maioria dos membros do governo concordou com a libertação dos presos políticos. A legalização dos movimentos anti-*apartheid*, nomeadamente do SACP, enfrentou inúmeras resistências, particularmente vindas do aparelho militar. Para os militares, liderados pelo Ministro da Defesa, o General Magnus Malan, até era aceitável a legalização do ANC, mas nunca a do SACP. Porém, ambas as organizações estavam demasiadamente ligadas para que se pudesse fazer uma tal distinção. A esmagadora maioria dos membros do SACP, nomeadamente os seus líderes eram, simultaneamente, membros do ANC, tornando-se impossível legalizar apenas o ANC.

Na sequência destas decisões, De Klerk encontrou-se, pela primeira vez, com Mandela. Tal como já tinha acontecido antes do seu encontro com Botha, Mandela preparou e apresentou um documento³⁷⁴ a De Klerk. Neste documento, Mandela agradeceu os gestos de boa vontade efectuados por De Klerk, nomeadamente a libertação, por razões humanitárias, de vários presos políticos. Para Mandela estes gestos eram entendidos como sinais da disponibilidade do regime para criar um clima de aproximação. No sentido de aproximar as partes, Mandela surgiu um processo negocial em duas fases. Uma primeira serviria para o governo e o ANC criarem as pré-condições para as negociações, para que, numa segunda fase, se iniciassem as negociações.

Para o ANC, qualquer processo negocial sério com o governo, tinha de ser feito no cumprimento do estipulado na Declaração da OUA de Harare de Agosto de 1989. Antes do início de qualquer processo negocial, a OUA defendia que governo sul-africano deveria criar as seguintes condições³⁷⁵:

1. Libertação incondicional de todos os prisioneiros políticos.
2. Levantamento de todas as restrições a movimentos e pessoas.
3. Retirada das tropas das *townships*.
4. Fim do Estado de Emergência e toda a legislação destinada a condicionar a vida política.
5. Fim das execuções políticas.

³⁷² A partir dos anos 80, começaram a ser visíveis os primeiros sinais de distanciamento. Em Novembro de 1990, num encontro ecuménico com o Arcebispo Anglicano Desmond Tutu, os representantes da Igreja Reformada Holandesa reconheceram os erros e pediram perdão pelo passado.

³⁷³ Este local acabou por servir de retiro para De Klerk e para o seu governo durante as negociações. Em D’Nyala realizaram-se várias *bosberaad*, conferências no mato. A sua localização isolada favorecia o clima de trabalho, livre de pressões ou interferências externas.

³⁷⁴ [A Document to Create a Climate of Understanding](http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/nm891212.html), 12/12/89, p. 1.

³⁷⁵ [Declaration of the OAU. Ad-hoc Committee on Southern Africa on the Question of South Africa](http://www.anc.org.za/ancdocs/history/transition/harare.html), 21/08/89, p. 2.

Os meses de Dezembro e Janeiro de 1990 foram decisivos para a consolidação da evolução do pensamento do Presidente sul-africano.

Quando De Klerk se preparava para fazer o discurso de abertura do Parlamento, a 2 de Fevereiro de 1990, ninguém esperava que o seu alcance fosse tão ousado e que fosse um marco histórico na história do país. Mesmo aqueles que esperavam algumas reformas estavam algo cépticos, uma vez que não esqueciam a desilusão que tinham sofrido cinco anos antes com o *Rubicon Speech* de Botha.

O Presidente sul-africano surpreendeu todos com o seu discurso. Ninguém podia prever que De Klerk, tendo em conta o seu passado conservador e os laços familiares com o sector mais tradicionalista do regime³⁷⁶, ousasse tomar tal decisão. De Klerk estava de tal maneira associado aos ideais do *apartheid* que era conhecido como Mr. *National Party*³⁷⁷. Em menos de uma hora, o regime sul-africano ficou sentenciado para desaparecer, e os velhos mitos da nação *africânder* foram quebrados. De Klerk desfez o mito de que uma África do Sul branca era pertença dos *africânderes* por direito divino, e era condição indispensável para a sobrevivência da nação *africânder*. As palavras de De Klerk faziam prever a possibilidade de o pior pesadelo dos *africânderes*, uma África do Sul dirigida pela maioria negra, se podia tornar uma realidade. Embora não fosse, de início, essa a intenção de De Klerk, a verdade é que o seu discurso assim foi entendido.

No dia 2 de Fevereiro de 1990, De Klerk estava em condições de anunciar ao país as grandes transformações que se iriam iniciar. No seu discurso³⁷⁸, De Klerk começou por fazer uma análise da situação internacional, interpretando as grandes alterações que se estavam a fazer sentir com o fim do bloco soviético, e as consequências destas alterações para a África Austral. Grande parte do seu discurso centrou-se na análise da situação sul-africana e as condições para as negociações. Para De Klerk, o processo negocial a iniciar visava o seguinte objectivo³⁷⁹:

The aim is a totally new and just constitutional dispensation in which every inhabitant will enjoy equal rights, treatment and opportunity in every sphere of endeavour – constitutional, social and economic.

³⁷⁶ Frederik Williem De Klerk pertencia a uma família muito ligada quer ao nacionalismo *afrikander*, quer ao *apartheid*. O seu pai Jan, tinha sido Ministro do primeiro governo do NP em 1948; a sua tia foi casada com o Primeiro-Ministro Hans Strijdom. O próprio Frederik tinha feito toda a sua educação e carreira política ligada ao NP.

³⁷⁷ Para além das ligações familiares, toda a formação académica de De Klerk foi feita em instituições profundamente ligadas ao *apartheid*. De Klerk licenciou-se na Potchefstroom *University for Christian Higher Education*. Esta Universidade, situada no Transvaal, era dominada pelos ideais calvinistas e *afrikanders*.

Patti Waldmeir: *Anatomy of a Miracle. The End of Apartheid and the Birth of the New South Africa*, p. 109.

³⁷⁸ Ver o texto integral do discurso de F.W. De Klerk em anexo.

³⁷⁹ Address by the State President, Mr. F.W. De Klerk, at the opening of the second session of the ninth Parliament of the Republic of South Africa, Cape Town, 2/02/90, p. 1.
<http://www.fwdklerk.org.za/archives/900202.htm>

Para o Presidente sul-africano, a agenda das negociações deveria incluir toda uma série de questões³⁸⁰:

The agenda is open and the overall aims to which we are aspiring should be acceptable to all reasonable South Africans. Among other things, those aims include a new, democratic constitution; universal franchise; no domination; equality before an independent judiciary; the protection of minorities as well as of individual rights; freedom of religion; a sound economy based on proven economic principles and private enterprise; dynamic programmes directed at better education, health services; housing and social conditions for all.

Considerando a negociação como a grande prioridade do seu governo, F.W. De Klerk decidiu tomar várias medidas destinadas a afastar uma série de obstáculos com o objectivo de facilitar o início das mesmas. As principais decisões foram a legalização do ANC, PAC, SACP e mais 33 organizações anti-*apartheid*. Entre estas destacava-se a UDF; a libertação dos presos políticos, desde que não tivessem estado envolvidos em crimes de sangue; as medidas de controlo nos meios de comunicação social e na educação foram abolidas. Porém, o Presidente sul-africano não levantou o Estado de Emergência, justificando-se com a necessidade de controlar a violência que se fazia sentir no país.

Na parte final do seu discurso, De Klerk referiu-se a Mandela, reconhecendo a sua importância e a sua disposição de contribuir para uma transformação política e pacífica na África do Sul. Nesse sentido, o Presidente sul-africano anunciou a libertação incondicional de Mandela.

Curiosa é a referência que é feita a Buthelezi. De Klerk agradeceu a todos aqueles que ao longo dos anos, e apesar de se oporem ao governo, sempre rejeitaram a luta armada. Porém, embora se refira a várias pessoas no abstracto, referindo líderes políticos, membros de organizações da sociedade civil, o único nome que refere é o do líder do Inkatha. Este pequeno detalhe pode ser entendido como o primeiro indício na tentativa de cativar Buthelezi para integrar uma aliança anti-ANC.

Internacionalmente, o discurso foi recebido com enorme optimismo, uma vez que o mesmo foi entendido como a sentença de morte do *apartheid*. Internamente as reacções foram diversas. Para muitos foi uma sensação de alegria, mas havia também aqueles, nomeadamente no seio da população *africânder*, que consideraram que De Klerk tinha traído a sua nação.

Apesar das decisões publicitadas, De Klerk referiu claramente que não estava disposto a aceitar um governo de maioria negra. Segundo ele, não se podia esperar a adopção de um sistema político caracterizado pela fórmula do *Winner Takes All*, uma vez que tal coisa significaria o domínio da maioria negra. Na perspectiva do NP, o modelo a adoptar deveria basear-se num sistema de partilha de poderes, em que as decisões seriam tomadas através de consensos entre os líderes dos vários grupos raciais. Para o NP, a RAS era um país de minorias, em que a população negra estava dividida em dez grupos nacionais, o que implicava

³⁸⁰ *Idem*, p.11.

que nenhum grupo constituía a maioria da população. Portanto, ninguém podia exigir governar sozinho.

O sistema político a criar, seria constituído por uma Câmara de Representantes, eleitos através de um sufrágio universal; um Senado em que estariam representados, em pé de igualdade, os líderes dos vários grupos raciais; finalmente, deveria existir uma Presidência rotativa, onde também as decisões deveriam ser tomadas por consenso. Na prática, este sistema permitiria à população negra ter a maioria na Câmara dos Representantes e legislar de acordo com os seus interesses, no entanto, a população branca teria sempre a possibilidade de vetar essas decisões, quer no Senado, quer no governo.

Porém, esta intenção inicial de De Klerk rapidamente foi alterada, uma vez que, ao legalizar os movimentos anti-*apartheid* e libertar os presos políticos, o regime deixou de conseguir controlar os acontecimentos. De qualquer das maneiras, estas intenções iniciais do regime chocaram desde logo com a firme oposição dos líderes da maioria negra que rejeitaram a ideia de partilha de poder proposta pelo NP, a qual a caracterizaram como *Looser Keeps All*³⁸¹. Gradualmente, o próprio regime foi deixando cair este modelo de partilha de poder.

As decisões anunciadas por De Klerk, em Fevereiro de 1990, não foram tomadas de ânimo leve, representando sim o culminar de vários anos de contactos discretos entre o ANC e o Governo.

6.3. Razões para o Comportamento de F.W. De Klerk

Não existe uma explicação simples que justifique que um homem profundamente conotado com os ideais do *apartheid*, oriundo de uma família de dirigentes do NP e do governo, tenha iniciado um processo que pôs em causa os valores nos quais sempre acreditou. Patti Waldmeir, no seu livro *Anatomy of a Miracle. The End of Apartheid and the Birth of the New South Africa*, apresentou como explicação³⁸², que nos parece ser aquela que mais se aproxima da realidade, a conjugação de razões políticas e morais para as acções de De Klerk. Politicamente, De Klerk justificou a sua decisão com princípios morais. Numa conferência realizada, em Novembro de 1994, no *Center for Strategic and International Studies* em Washington, De Klerk afirmou³⁸³:

It was a matter of conscience. We went through a period of deep selfanalysis and came to the conclusion that we had dismally failed in bringing justice to all South Africans through the establishment of nation states, and that, instead of achieving justice and full political rights of equality for all South Africans, it had just resulted in racial discrimination and minority domination. And it was a matter of conscience to say we were wrong. It didn't work out, we admit it was wrong, it led to injustice, we are sorry about the injustice, let us make a 180 degree turn on this.

³⁸¹ Allister Sparks, *op. cit.*, p. 13.

³⁸² Cfr. Patti Walmeir, *op. cit.*, pp. 109-124.

³⁸³ *Idem*, p. 115.

Para os mais optimistas, o comportamento de De Klerk ficou a dever-se a uma transformação pessoal. Como homem religioso que era, o Presidente sul-africano terá sentido o chamamento de Deus, que mais uma vez escolhia os *africânderes* para uma missão, acabar com o regime do *apartheid*. Nesse sentido, o conservadorismo ou radicalismo inicial de De Klerk, tanto enquanto líder do NP no Transvaal como a nível nacional, terá sido apenas uma escolha estratégica destinada a conseguir ganhar o poder, o que só seria possível demonstrando a sua lealdade para com o *apartheid*. Para os mais cépticos, os motivos de De Klerk foram outros. O seu grande objectivo era o de manter o poder na mão dos brancos, para tal estava disposto a sacrificar o regime do *apartheid*. Para fundamentarem a sua tese, esta corrente apresentava dois argumentos. O primeiro tinha a ver com o facto de De Klerk não se mostrar à vontade para pedir desculpa pelo *apartheid*, apenas reconheceu que o sistema não funcionou e por isso, sim, estava disposto a pedir desculpa. O segundo argumento tinha a ver com as propostas iniciais do NP durante as negociações, as quais pretendiam defender o modelo de partilha de poder, rejeitando a regra da maioria.

Para além destas razões de origem moral e religiosa, outras, de índole interna e internacional, podem ser utilizadas para explicar o início do processo. Do ponto de vista doméstico podemos referir as seguintes:

1. A constatação do fracasso da política de *apartheid*, nomeadamente o seu grande pilar que era a aplicação do *Group Areas Act*, ou seja a criação dos bantustões. Por um lado, os Bantustões independentes existentes eram pouco viáveis economicamente, por outro, era crescente, nomeadamente no seio dos Bantustões Autónomos, as resistências às políticas do governo, sendo o Kwazulu um bom exemplo dessa realidade.
2. Internamente a contestação negra ao governo, apoiada em outras camadas da população, estava de facto a tornar partes do país ingovernáveis, o que desde logo afastava investimentos internos e externos. De Klerk apercebeu-se de um facto que P.W. Botha não quis aceitar: embora a oposição extra-parlamentar ao governo não tivesse capacidade para derrubar o regime, tinha a força suficiente para bloquear todas as iniciativas governamentais. O prestígio, interno e internacional, de alguns líderes da oposição, como Mandela, o Arcebispo Desmond Tutu e o líder da UDF, Allan Boesak, permitiu-lhes angariar cada vez mais apoios, nomeadamente nos países ocidentais, o que se traduziu numa capacidade de actuação cada vez maior.
3. As crescentes dificuldades económicas estavam a agravar as condições de vida, não só das populações negras como também das brancas. Em meados de 1991, o governador do *Reserve Bank*, Chris Stals, declarou que, a menos que se registasse um forte crescimento económico a curto prazo, o país seria ingovernável em 1995³⁸⁴.
4. O NP tinha que apresentar um projecto concreto para a resolução da situação interna. À falta de um tal projecto, o partido do governo corria o risco de perder apoiantes ou para a ala conservadora, representada pelo *Conservative Party*, ou para a ala liberal, representada pelo *Democratic Party*.
5. O conceito de Assalto Total como instrumento mobilizador e justificador das acções governamentais, perdeu toda a sua credibilidade com a queda do muro de Berlim.
6. A sociedade civil sul-africana, ao contrário do que sucedia na maior parte dos países africanos, tinha capacidade de pressão sobre o governo. Particularmente importante foi a acção da *South Africa Council of Churches* (SACC). O papel da SACC, facção dentro da

³⁸⁴ Ivor Sarakinsky: *South Africa. Changing Politics and Politics of Change*, p. 148.

Igreja sul-africana que se identificava com a luta anti-*apartheid*, na oposição ao regime começou a ser mais activo a partir do Massacre de Shapperville. Os seus grandes objectivos foram os de negar justificação bíblica para o *apartheid*, contrariando as ideias da Igreja Reformada Holandesa; expôr o carácter imoral e desumano do sistema social do regime e apoiar todos aqueles que se opunham ao *apartheid*³⁸⁵. Durante a vigência do Estado de Emergência a SACC assumiu, sobretudo depois das limitações impostas à UDF, um papel de destaque nas acções de protesto contra o regime. A força da sociedade civil foi bem visível na *Defiance Campaign* de 1989, organizada pela *Mass Democratic Movement*, conseguindo mobilizar grupos oriundos das mais variadas áreas da sociedade sul-africana.

Do ponto de vista internacional, as causas que ajudaram às negociações foram as seguintes:

1. A crescente campanha internacional contra a RAS, nomeadamente a posição dos países ocidentais. A partir de 1984, a posição do Ocidente mudou, passando a adoptar um programa concreto de oposição em relação ao regime do *apartheid*. Esta mudança de atitude foi bem visível com a missão que a Commonwealth enviou à RAS em 1985, o *Eminent Persons Group*. Esta Missão apresentou exigências muito concretas: a libertação dos presos políticos e o início das negociações. Mesmo nos principais aliados ocidentais, como os EUA e a GB, os grupos anti-*apartheid* começaram a ganhar força e a mobilizar as respectivas opiniões públicas. No caso norte-americano, teve especial importância a organização Trans-Africa, liderada por Randall Robinson, a qual conseguiu mobilizar políticos e grupos empresariais na sua acção³⁸⁶.
2. O fim da Guerra Fria aproximou Estados Unidos e URSS, o que fez com que ambas as superpotências comesçassem a ter uma visão conjunta para a resolução do problema sul-africano. Esta aproximação foi prejudicial para a RAS que, simultaneamente, perdeu o seu maior inimigo, e consequentemente justificação para as suas acções, e um dos seus maiores aliados.
3. Após a independência da Namíbia, toda a atenção, e pressão, da Sociedade Internacional na região centrou-se no problema sul-africano.
4. O envolvimento sul-africano em Angola tinha sido bem caro, quer em termos de vidas, quer em termos financeiros.
5. A instabilidade interna e o isolamento internacional tinha provocado o desinvestimento internacional na RAS, o que teve graves consequências para a economia sul-africana. Esta situação era ainda mais grave devido ao facto de, por exemplo, as sanções internacionais só serem levantadas quando o *apartheid* acabasse. Tal posição era claramente defendida pelos EUA, um dos principais parceiros comerciais da RAS. As sanções impostas pelos EUA, através do *US Comprehensive Anti-apartheid Act* de 1986, especificaram cinco condições para o seu levantamento³⁸⁷.

³⁸⁵ John Lamola: Peacemaking and Social Change in South Africa, pp. 180-181.

³⁸⁶ Eghosa E. Osaghae: The Global and Regional Contexts of the South Africa's Democratic Transition, p. 45.

³⁸⁷ Grande parte das sanções foram levantadas em meados de 1991, quando os dois últimos pontos foram cumpridos pelo governo.
Rita Byrnes: South Africa. A Country Study, p. 52.

1. Início de negociações multiraciais.
 2. Fim da ilegalização das organizações políticas.
 3. Fim do estado de emergência.
 4. Libertação dos presos políticos.
 5. Revogação do *Group Areas Act* e do *Population Registration Act*.
6. O fim do bloco soviético retirou ao ANC uma das suas principais fontes de apoio, o que levou este movimento a moderar o seu discurso e conseqüentemente a favorecer uma aproximação ao governo. Com o fim do expansionismo soviético, a população branca sul-africana estava mais à vontade para iniciar negociações com o ANC. Nesse sentido, a bem sucedida transição na Namíbia, serviu de exemplo para a população branca sul-africana.

6.4. A Libertação de Mandela

No dia 11 de Fevereiro de 1990, apenas nove dias após o discurso de De Klerk, Mandela foi libertado sem qualquer condição. Para que não surgissem mal-entendidos, logo no primeiro dia da sua libertação, Mandela fez um discurso público na Cidade do Cabo³⁸⁸, em que deixou bem claro o seu apoio à continuação da luta armada e das sanções, uma vez que as condições para o início das negociações ainda não estavam reunidas.

A euforia da libertação do líder histórico do ANC, foi simultaneamente positiva e negativa para o ANC. Apesar de poder passar a agir na legalidade, o ANC enfrentava o enorme desafio, após anos de clandestinidade, de estar à altura das expectativas de milhões de sul-africanos. Inicialmente, o movimento teve que enfrentar vários problemas. O primeiro tinha a ver com a liderança, a qual se encontrava enfraquecida na sequência da doença de Oliver Tambo. Por outro lado, caso não se conseguisse estabelecer uma linha directa de comunicação com a liderança no exterior, o governo poderia utilizar a facção interna, recentemente libertada, como instrumento da sua política e assim provocar mal-entendidos e divisões entre as várias facções. Esta política do governo tinha boas hipóteses de ser bem sucedida, tanto mais que, para muitos membros do ANC no exílio, a facção interna era suspeita de ter chegado a um entendimento com o governo em troca da sua libertação.

Logo a seguir à sua libertação, Mandela foi a Lusaka para dissipar dúvidas e desfazer eventuais mal-entendidos. Mandela pretendeu transmitir a imagem de que respeitava a liderança do ANC no exílio, ao mesmo tempo que queria evitar que os seus companheiros pensassem que ele estava a ser manipulado pelo governo³⁸⁹. Muitos membros do ANC defendiam a ideia de que Mandela devia ser nomeado Presidente do ANC, uma vez que tal facto serviria para o movimento capitalizar o prestígio, interno e internacional de Mandela³⁹⁰.

³⁸⁸ Nelson Mandela: [Speech on Release from Prison](http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1990/release.html), 11/02/90, 4 pp.

³⁸⁹ O encontro em Lusaka, realizado a 27 de Fevereiro de 1990, serviu, em grande medida, para que a liderança do ANC analisasse o estado de Mandela, de maneira a concluir se ele estaria ou não a ser controlado pelo governo. Desfeitas as dúvidas, Mandela foi nomeado Vice-Presidente, enquanto que Alfred Nzo foi nomeado Presidente interino enquanto Oliver Tambo recuperava de uma operação.

³⁹⁰ O próprio Oliver Tambo quando foi visitado por Mandela em Estocolmo, onde se encontrava em convalescença, defendeu esta nomeação.

Após a libertação de Mandela, as relações entre o ANC e o IFP começaram a deteriorar-se rapidamente devido, sobretudo, à figura de Buthelezi. Apercebendo-se do radicalismo do líder do Inkatha, o ANC tentou apostar num relacionamento independente com o rei Goodwill Zwelhetini. Mandela era o grande defensor desta estratégia³⁹¹:

My goal was to forge an independent relationship with the king separate from my relationship with Chief Buthelezi. The king was the true hereditary leader of the zulus, who loved and respected him. Fidelity to the king was far more widespread in Kwazulu than allegiance to Inkatha.

Segundo Buthelezi³⁹², a principal diferença entre o ANC e o Inkatha, era que o primeiro operava numa lógica de movimento revolucionário profundamente comprometido com as estratégias e objectivos da ideologia marxista. Por seu lado, o Inkatha, que não acreditava no sucesso da luta armada nem das sanções, apoiava-se no pluralismo político e na economia de mercado.

A notícia de libertação de Mandela e a legalização dos movimentos anti-*apartheid*, foi muito mal recebida pelos círculos da extrema-direita branca. Para o líder do CP, Andries Treunicht, De Klerk devia demitir-se, uma vez que ele não tinha autoridade para levar a cabo mudanças tão radicais, as quais punham em causa a sobrevivência dos *africânderes*. A 26 de Maio de 1990, o CP anunciaram o início de uma guerra de libertação³⁹³. Para um dos membros mais destacados do CP, Ferdie Hatzenberg, o caminho a seguir pelos *africânderes* era o exemplo do ANC, ou seja, utilizar a luta armada para obter a liberdade. Outros movimentos, como o AWB³⁹⁴, elaboraram planos com vista a desestabilizar o processo ou até mesmo a derrubar o governo.

Apesar de estar fortemente implantada nos meios militares e policiais, a extrema-direita estava muito dividida. Em inícios dos anos 90, a extrema-direita podia ser dividida em três grandes grupos³⁹⁵:

1. Os “Moderados”. O partido mais importante desta facção era o *Conservative Party*, o qual tinha representação parlamentar. O CP tinha a sua própria *Broederbond*, a *Toekomsgespraek*, a

³⁹¹ Nelson Mandela, *op. cit.*, p. 566.

³⁹² Mangosuthu Buthelezi: *A Crossroad in South African History and Western Policies*, pp. 232-233.

³⁹³ Truth and Reconciliation Commission: *Political Violence in the Era of Negotiations and Transition, 1990-1994*, Volume III, p. 46.

³⁹⁴ Durante as audiências do TRC, vários membros do AWB apresentaram provas de como este movimento teria elaborado um plano para derrubar o governo de De Klerk. Este plano tinha três fases:

1. Uma campanha de propaganda destinada a obter apoios.
2. Armazenamento de alimentos e armamento e a subversão da autoridade estatal.
3. A utilização da violência de modo a lançar o caos económico e social.

³⁹⁵ Estas distinções foram feitas pelo *Truth and Reconciliation Commission* e utilizadas ao longo dos seus trabalhos.

qual mantinha ligações com vários grupos civis conservadores, grupos religiosos e instituições públicas.

2. A Aliança *Boerestaat*. Esta aliança surgiu da delegação de líderes partidários que se encontraram com o Presidente De Klerk para lhe pedir a criação de um *volkstaat* na zona do Transvaal e do *Orange Free State*. Os membros desta aliança eram o *Boerestaat Party* de Robert van Tonder, o *Herstigste Nasionale Party*, o *Orange Werkersvereniging*, o *Transvaal Seperatiste* e o *Orde Boerevolk*.

3. A Extrema “Extrema-Direita”. Os grupos mais radicais eram o AWB de Eugene Terreblanche, que tinha um braço armado, os *Ystegarde*, Guarda de Ferro; os *Wenkommandos*; *Boere Weerstandbeweging*, com o seu braço armado *Boere Republikeinse Leer*; *Orde Boerevolk*; *Wit Wolwe*; *Wit Bevrydingsleer*, *Magsakie Afrikaner Nasionalisme*; *Pretoria Boerekommando* e *Boere Vryheidsbeweging*.

Após a morte do líder do CP, Andries Treunicht, em 1993, uma série de oficiais superiores das SADF³⁹⁶ na reserva, conhecidos como o “Comité dos Generais” realizou uma série de encontros que culminaram na criação do *Volkseenheidskomitee* (VEKOM) sob a liderança do General Constand Viljoen³⁹⁷. Imbuído no espírito *africânder* de missão, Viljoen, que já se encontrava reformado, aceitou regressar à ribalta devido ao apelo do seu povo³⁹⁸:

My feeling of loyalty is towards my people. Basically I'm an Africânder. I come from an Afrikaans home. I love farming, I love the people of the rural areas. These people came to me and said things were not going right in our country.

Duas semanas após a criação da VEKOM, foi criada a *Africânder Volksfront* (AVF). Esta nova aliança incluía o CP, o HNP; o *Afrikaner Volksunie*; *Afrikaner Vryheidstigting*; o *Boere Vryheidsbeweging*; *Pretoria Boerekommando Group* e o VEKOM. Também estiveram representados nesta reunião: o *Mine Workers Union*; *Iron-Steel Workers Union*; *Transvaal and Free State Agricultural Union*; *Church of the Creator*; *Oranjewerkers* e ainda alguns grupos empresariais. O AVF tinha a possibilidade de mobilizar cerca de 10 mil homens, bem treinados e equipados, 3 mil dos quais num curto espaço de tempo³⁹⁹.

6.5. Acordo de Groote Schuur

³⁹⁶ Entre os principais destacavam-se o General Tienie Groenewald; o General Koos Bischoff; o General Lothar Neethling e o General Cobus Visser.

³⁹⁷ Constand Laubsher Viljoen era uma figura carismática no seio das forças armadas sul-africanas. Antigo Chefe das SADF, liderou diversas intervenções em Angola. Retirou-se em 1985, passando a dedicar-se à agricultura. O seu regresso à vida pública deu-se em 1993. Shelagh Gastrow: *Who's Who in South African Politics*, pp. 298-299.

³⁹⁸ Pippa Green: *Getting to Know the General*, p. 14.

³⁹⁹ Truth and Reconciliation Commission, *op. cit.*, p. 48.

O primeiro encontro entre membros do ANC e do governo ocorreu a 2 de Maio de 1990 na Cidade do Cabo. O encontro de Groote Schuur⁴⁰⁰ foi precedido de várias reuniões preparatórias destinadas a criar bases de confiança. O ANC estava particularmente desconfiado destas iniciativas governamentais, e ao mesmo tempo que negociava, não descurava outras vertentes de acção, como ficou demonstrado pela continuação da implementação da Operação Vula. Na conferência do ANC de 1987, realizada em Arusha na Tanzânia, a falta de uma forte rede clandestina dentro da RAS, foi apontada como uma grande debilidade dentro do ANC. Devido a esta constatação, a Operação Vula foi posta em marcha com o objectivo de introduzir líderes do ANC dentro da RAS. O objectivo era que as opções estratégicas fossem tomadas dentro do país e não no exterior. Apesar das negociações parecerem ser a solução para se acabar com o *apartheid*, alguns membros do ANC desconfiavam das reais intenções do Presidente sul-africano. Nesse sentido, a Operação Vula foi sendo mantida como um plano alternativo. Ronnie Kasrils, um dos mentores desta Operação⁴⁰¹, defendeu esta opção afirmando que⁴⁰²:

Mr. Mandela thinks there's integrity and honesty. I think there is an element of that, but there's something else too. We cannot be sure of real intentions of FW. We're got to put in place an insurance policy.

Para a liderança do ANC, as outras formas de luta, nomeadamente a luta armada, o apelo à aplicação de sanções e o isolamento do regime deveriam manter-se até que o processo negocial fosse irreversível. O caso das sanções foi particularmente tenso, pois o governo esperava que o ANC apelasse, logo após os primeiros contactos, ao fim das mesmas.

Para o ANC, outras opções tinham que ser mantidas em aberto, uma vez que consideravam que a estratégia do governo era atrasar, o máximo possível, o início de negociações sérias, com o objectivo de deixar passar a euforia da libertação de Mandela. A ideia do governo era deixar Mandela cometer erros, derivados da sua longa falta de contacto com a realidade. Tanto mais que, nesta fase inicial, nem o ANC nem Mandela estavam convencidos que De Klerk estava disposto a ceder o poder⁴⁰³:

He (De Klerk) did not make any of his reforms with the intention of putting himself out of power. He made them for precisely the opposite reason: to ensure power for the afrikaner in a new dispensation. He was not prepared to negotiate the end of white rule.

De facto, a intenção inicial do governo era tudo menos a cedência do poder. De Klerk pretendia criar um sistema de partilha de poder baseado nos direitos dos vários grupos

⁴⁰⁰ Nome da mansão que servia de residência oficial do Primeiro-Ministro, na Cidade do Cabo, onde decorreu o encontro.

⁴⁰¹ Para além de Kasrils, os outros responsáveis desta Operação foram Joe Slovo, principal mentor; Mac Maharaj; Sipiwe Nyanda e Alfred Nzo.

⁴⁰² Patti Waldmeir, *op. cit.*, p. 149.

⁴⁰³ Nelson Mandela, *op.cit*, p. 569.

nacionais. Esta ideia visava preservar o sistema de poder da minoria branca. Para tal, o NP pretendia criar uma aliança anti-ANC, nomeadamente com o IFP e a população mestiça. Esta intenção foi publicamente expressa por De Klerk numa entrevista concedida, a 13 de Abril de 1990, ao jornal sul-africano *Cape Times*⁴⁰⁴:

Those who arrogantly equate the concept of a new South Africa to a takeover of power, the message needs to be transmitted loudly and clearly that the new South Africa will not fall prey to a section of the population at the expense of the rest.

A posição da minoria branca acabou por mudar devido a duas razões. Em primeiro lugar, já era evidente, há muito tempo, que o *apartheid* era impraticável. Tal constatação que começou a ser evidente com Vorster, aprofundou-se com Botha, havendo desde então uma clara disposição no sentido de dismantelar o *apartheid*. Por outro lado, as sanções e o isolamento internacional sul-africano, acrescido com o fim da Guerra Fria, pressionaram no sentido do início das negociações.

Dentro do NP existia, pelo menos desde o início dos anos 80, um sério debate entre os que defendiam o começo das negociações, representados pelo MNE, e aqueles que defendiam a continuação das posições extremistas, representados pelo Ministério da Defesa. A própria *Broederbond* fez circular, em 1983, um documento onde enumerou as condições mínimas que era preciso garantir num eventual processo negocial com vista a garantir a sobrevivência dos *africânderes*. Nessa altura, estas iniciativas fracassaram devido à força dos radicais apoiados no argumento do Assalto Total.

Vários sectores dentro do ANC convenceram-se que a disponibilidade do governo para negociar não se devia tanto a uma alteração de política, mas sim devido a um receio de uma derrota militar. Esta visão, reforçada depois da batalha do Cuito Cuanavale, era particularmente popular no seio do MK. Os comentários de Elias Matsoaledi, comandante do MK, são um bom exemplo desse estado de espírito⁴⁰⁵:

The government mounted talks with the ANC because it had been shaken militarily.

Curiosamente, os radicais do lado governamental tinham uma posição totalmente oposta. Segundo eles, foi a força do exército sul-africano no sul de Angola, que permitiu ao governo partir para as negociações numa posição de superioridade. O General Magnus Malan, foi o porta-voz dessa ideia⁴⁰⁶:

The military successes of the SADF in the late 80's in Southern Angola paved the way for the political dispensation in South Africa.

Ambos os lados pretenderam convencer e convencerem-se de que partiam para as negociações numa posição de superioridade militar. Embora ambas as partes tivessem

⁴⁰⁴ Heribert Adam & Kogila Moodley: The Negotiated Revolution. Society and Politics in Post Apartheid South Africa, p. 40.

⁴⁰⁵ *Idem*, p. 46.

⁴⁰⁶ *Idem*, p. 47.

argumentos que suportassem essa ideia, a verdade é que ambos não podiam estar certos. Os custos de uma nova ofensiva semelhante à de Cuito Cuanavale, nomeadamente em número de soldados brancos mortos, eram insuportáveis para o governo. Outros factores, como o sucesso da transição na Namíbia e o fim do apoio de Leste ao ANC, favoreceram a disposição do governo para negociar.

O ANC também tinha que avançar para as negociações. As cedências do governo foram bem vistas pela Sociedade Internacional, que esperava do ANC iguais gestos que favorecessem o início das negociações. Apesar de ser necessário dar uma imagem moderada, o ANC tinha que agir com cautela de modo a não defraudar os seus apoiantes. O mito de uma vitória militar, aliado a um discurso radical, tinha sido grande mobilizador da juventude negra. Um abandono abrupto deste tipo de actuação poderia prejudicar a popularidade do ANC. Porém, tal vitória, como o reconheceu o próprio comandante do MK Chris Hani, teria sido muito difícil de alcançar.

Apesar do clima de desconfiança, o encontro de Groote Schuur acabou por ter resultados concretos⁴⁰⁷, com o governo a criar um clima favorável às negociações, com a aprovação de legislação, o *Indemnity Act* de 1990, destinada a libertar os prisioneiros políticos ainda detidos e a permitir o regresso dos exilados. Todos aqueles que tivessem cometido alguma violação à lei, ficavam agora amnistiados. Para o governo só não seriam perdoados os crimes de sangue e outros caracterizados por um elevado grau de violência⁴⁰⁸. Embora o ANC aceitasse esta posição, alguns sectores mais radicais exigiam a libertação de todos os membros presos.

A 7 de Agosto de 1991, Mandela anunciou a decisão do ANC de suspender a luta armada. Esta decisão veio ao encontro de uma exigência há muito defendida pelo governo. Segundo Roelf Meyer, Vice-Ministro do Desenvolvimento Constitucional e um dos principais negociadores do lado governamental, tal exigência era essencial⁴⁰⁹:

Government believes that real negotiations cannot commence until violence and intimidation have been terminated.

Face aos avanços feitos e às concessões apresentadas pelo governo, o ANC decidiu suspender a luta armada, com vista a mostrar a sua disposição para avançar com as negociações. Para o ANC esta decisão justificava-se pelo seguinte⁴¹⁰:

As a token of our commitment to exploring every possible avenue to a peaceful transition from apartheid to democracy, we unilaterally suspend all armed action.

⁴⁰⁷ *Groote Schuur Minute*, p. 4.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/transition/minutes.html>.

⁴⁰⁸ Nesta categoria estavam incluídos os membros do ANC responsáveis pela morte de várias pessoas através de *necklacing*. Esta prática implicava pôr um pneu a arder à volta do pescoço daqueles acusados de serem informadores do governo.

⁴⁰⁹ RSA Policy Review: *Negotiations Become a Reality*, p. 4.

⁴¹⁰ *ANC and Government Delegations Meet*, 1 p.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/pr/1991/pr0215.html>

O regresso dos exilados e a libertação dos prisioneiros políticos criaram inúmeros problemas aos movimentos de libertação, uma vez que não tinham condições de lidar com acomodação de um tão elevado número de membros, ainda por cima numa sociedade da qual estiveram alheados durante décadas. Para fazer face a estes novos desafios, e na sequência da sua Conferência Anual, realizada em Julho de 1991, o ANC decidiu proceder a uma reforma interna. Uma das principais alterações foi ao nível da liderança. Nelson Mandela foi nomeado Presidente do ANC, em grande medida devido ao débil estado de saúde de Tambo⁴¹¹, Cyril Ramaphosa foi nomeado Secretário-Geral. O grande desafio da nova liderança foi o de transformar o ANC de um movimento clandestino num movimento político de massas. Um outro desafio para o ANC era voltar a conhecer o país após anos de exílio ou de prisão. O governo tentou explorar a desorientação inicial, divulgando a ideia de que o ANC não estava preparado para governar o país. O governo também tentou explorar a manutenção da aliança do ANC com o SACP, acusando o primeiro de estar subordinado pelo segundo.

Aproveitando a desorientação dos movimentos de libertação, o governo tentou criar uma aliança anti-ANC, tentando unir-se ao IFP, a alguns movimentos negros, mestiços e asiáticos criados durante o *apartheid*. Para tal, agitou o fantasma das consequências de uma maioria negra marxista. Esta estratégia de De Klerk demonstrou que o governo estava a deixar cair a pretensão de partilha de poder, aceitando a exigência do ANC de um governo da maioria.

Porém, sectores mais radicais dentro da população *africânder* começaram a mostrar o seu descontentamento face às reformas de De Klerk, acusando-o de ser um traidor e de pôr em causa a sobrevivência da nação *africânder*. O Presidente sul-africano defendeu-se afirmando que⁴¹²:

We stand for power sharing and not for simple, typical majority rule. We are not sellouts of anyone. We are going to make it safer for our descendants and for descendants of all South Africans.

Preocupado com o excessivo protagonismo do ANC e do NP, Buthelezi relança, em Julho de 1990, o Inkatha com o objectivo de promover os interesses dos zulus.

Um ponto essencial a determinar era o modo como a Constituição provisória seria elaborada. O governo defendia que a mesma deveria ser elaborada por um fórum de movimentos políticos. O ANC defendia a eleição de uma Assembleia Constituinte à semelhança do que tinha acontecido na Namíbia. Para a minoria branca aceitar a proposta do ANC era colocar-se claramente numa posição inferior, pois uma Assembleia saída de um sufrágio universal seria favorável ao ANC. Porém, para o ANC aceitar a fórmula do governo era aceitar uma menor representatividade dos movimentos de libertação e uma consequente maior influência do governo na formulação da nova Constituição.

⁴¹¹ Oliver Tambo regressou do exílio em Dezembro de 1990. Devido a complicações no seu estado de saúde, Tambo acabou por falecer a 24 de Abril de 1993.

⁴¹² Allister Sparks, *op. cit.*, p. 128.

O desbloqueamento deste impasse deu-se em Maio de 1991, com Mandela a propor a criação de uma convenção multipartidária, como o governo pretendia, destinada a elaborar uma constituição provisória, a qual abriria o caminho para a eleição de uma Assembleia Constituinte, como o ANC queria, a qual seria responsável pela elaboração da Constituição definitiva do país.

Apesar de ter surgido um acordo entre os principais actores políticos sul-africanos começou a ser visível que haviam grupos interessados em evitar as negociações. O PAC, que durante algum tempo se associou ao ANC, distanciou-se deste modelo de negociações, defendendo que as mesmas deviam ser realizadas fora do território sul-africano e se deveriam limitar a uma entrega do poder por parte da população branca. Também sectores extremistas no seio da população branca se mostraram contrários às negociações.

6.6. A *Convention for a Democratic South Africa*

Do acordo alcançado entre o ANC e o governo surgiu a *Convention for a Democratic South Africa* (CODESA).

O modelo de transição sul-africano enquadra-se no modelo de transição que Philip Nel designou por *Transplacement*, conceito que surge da fusão dos modelos de transformação (*transformation*) e substituição (*replacement*)⁴¹³. A transição por *Transplacement* é obtida pela acção combinada de negociações entre o governo e a oposição. O processo é inicialmente controlado pelo governo, mas com o avançar das negociações vai perdendo a capacidade de controlar sozinho os acontecimentos. Este foi o caso da África do Sul entre 1990 e 1993. Neste tipo de transição para a democracia, as forças moderadas na oposição conseguem impor-se aos radicais. Na RAS, a ala moderada dentro do ANC, juntamente com aqueles sectores dentro da população branca que defendiam as negociações, conseguiram impor-se aos radicais, do lado negro o PAC e o IFP, e do lado branco, os conservadores *africânderes*, que tentaram inviabilizar o processo. A decisão de se avançar para as negociações parte da constatação da existência de um equilíbrio de forças, nem o governo consegue eliminar os movimentos de libertação, nem estes conseguem derrubar o regime. Neste tipo de transição, existe um momento em que a capacidade de iniciativa muda de lado. No processo sul-africano, embora o governo liderasse de início o processo, a partir de 1992, o ANC adquiriu maior ascendência, obrigando o governo a seguir a sua agenda política.

A CODESA realizou a sua primeira reunião a 21 de Dezembro de 1991 nas instalações do *World Trade Center* nos arredores de Joanesburgo. Juntou 228 delegados de 19 movimentos

⁴¹³ Relativamente aos modelos de transição, para além do *Transplacement*, Philip Nel apresentou mais três:

1. Transição por Intervenção: normalmente através de intervenção militar externa, em que os actores domésticos tem pouco controlo sobre o processo. Exemplos deste tipo de transição é caso da Alemanha em 1945 ou o caso do Haiti em 1994.

2. Transição por Substituição: a oposição interna captura o poder das mãos de um regime em franca deterioração. O processo de transição é controlado pela oposição. Foi o caso de Portugal em 1974 e o da República Democrática Alemã em 1989.

3. Transição por Transformação: reformadores dentro da elite dirigente iniciam as reformas, as quais podem ou não incluir negociações com a oposição. O processo é em grande medida controlado pelas elites autoritárias. Foi o caso da Espanha entre 1975 e 1978 e o Brasil entre 1974 e 1978.

Philip Nel: Transition Through Erosion: Comparing South Africa's Democratisation, pp. 82-88.

políticos⁴¹⁴. Para além da ausência do PAC, também Buthelezi não esteve presente. A razão desta ausência deveu-se à questão da representatividade dos zulus. Buthelezi pretendia que, para além do IFP, também o Kwazulu e o rei zulu, Goodwill Zwelethini tivessem direito a uma representação autónoma. Perante a recusa desta exigência, Buthelezi não assistiu à cerimónia de abertura da CODESA, deixando a representação do IFP a cargo do seu Presidente, Frank Mdlalose.

Ficou decidido que as decisões na CODESA seriam aprovadas através de um consenso suficiente, ou seja, teriam que ter o acordo dos principais partidos, NP, ANC e IFP. Apesar da intenção de incluir todos os movimentos políticos, na CODESA não estiveram representados, por vontade própria, o AWB, o CP, o *Herstigte Nasionale Party*, o PAC, a AZAPO, o *Black Consciousness Movement*. O IFP embora tenha estado de início nos trabalhos, acabou por os abandonar. Porém, apesar destas ausências, a CODESA conseguiu reunir 19 delegações⁴¹⁵ que, no conjunto, representavam uma importante percentagem da população sul-africana.

A primeira sessão deveria ter sido apenas um acto simbólico, porém, o governo e o ANC entraram desde logo em choque. De Klerk acusou o ANC de estar de má-fé nas negociações, uma vez que não cumpriu a promessa de dismantelar o seu braço armado, o *Umkhonto we Sizwe*.

Governo e ANC tinham assinado, em Fevereiro de 1991, um acordo secreto, conhecido como Acordo Malan, pelo qual o ANC poderia manter a sua estrutura militar até que a transição para a democracia estivesse concluída. Até essa altura, o ANC daria detalhes sobre a sua capacidade militar ao governo. A opinião pública nada sabia deste Acordo e o ANC reagiu muito mal à sua divulgação por parte do governo. Mandela tomou a palavra na sessão inaugural da CODESA para fazer um duro ataque a De Klerk, acusando-o de ser de pouca confiança⁴¹⁶:

If a man can come to a conference of this nature and play the type of politics he has played, very few people would want to deal with such a man.

Este choque marcou, negativamente, o início das negociações, tanto mais que foram visíveis as enormes diferenças existentes entre os principais actores sul-africanos. O ANC queria um processo negocial rápido e que a CODESA decidisse o mínimo possível sobre a nova

⁴¹⁴ Estiveram presentes os seguintes movimentos: o governo sul-africano; o *Democratic Party*; o *Labour Party*, representante dos mestiços no Parlamento; o *National Party*; o *National People's Party*, representante dos indianos no Parlamento; *Solidarity Party*; o governo do Bophuthatswana; o governo do Ciskei; o governo do Transkei; o governo do Venda; o partido dominante no QwaQwa, o *Dikwankwetla*; o partido dominante no Kwazulu, o *Inkatha Freedom Party*; o partido dominante no Kwandebele, o *Intando Yesizwe Party*; o partido dominante no Kangwane, o *Inyandza National Movement*, o partido dominante no Lebowa, o *United People's Front*; o partido dominante no Gazangulu, o *Ximoko Progressive Party*; o *African National Congress*; o *South African Communist Party*; o *Natal/Indian Transvaal Congress*.

⁴¹⁵ Para além do NP e do ANC, estiveram presentes as seguintes delegações: *Democratic Party*; *Labour Party*, representante da população mestiça; *National People's Party and Solidarity*, maioritariamente indiano; um representante por cada um dos 10 Bantustões; *Transval Indian Congress*; *Natal Indian Congress*; SACP e uma delegação do governo liderada por De Klerk.

⁴¹⁶ Allister Sparks, *op. cit.*, p. 132.

Constituição, deixando tal tarefa para uma Assembleia saída de eleições. O governo, por seu lado, defendia um processo longo, com o objectivo de desgastar o ANC e Mandela, ao mesmo tempo que defendia que a CODESA deveria decidir o máximo possível sobre a nova Constituição, limitando a margem de manobra de uma nova Assembleia, que lhe seria claramente hostil.

Nesta primeira reunião formal, as partes presentes assinaram uma Declaração de Intenções que defendia a criação de uma *United, nonracial and non sexist society and the creation of a multiracial democracy*⁴¹⁷. No fim desta primeira sessão ficou decidido a realização de um novo encontro, em Maio de 1992, o qual ficará conhecido por CODESA II.

6.7. Referendo de Março de 1992

Face às resistências que começaram a surgir no seio da população branca⁴¹⁸ ao avanço das negociações, De Klerk decidiu convocar um referendo só para brancos, a fim de obter um mandato claro para continuar as negociações. O grande objectivo de De Klerk era o de isolar os sectores mais radicais, nomeadamente o CP que acusou De Klerk de não ter um mandato explícito para iniciar as negociações, dentro da população branca.

A 17 de Março de 1992, os eleitores brancos foram convidados a pronunciar-se em referendo sobre a seguinte questão⁴¹⁹:

Do you support continuation of the reform process which the State President began on February 2, 1990, and which is aimed at a new constitution through negotiation?.

Apesar de contestarem o facto de serem excluídos do referendo, os líderes do ANC acabaram por apelar aos membros brancos do seu movimento para que votassem a favor de De Klerk. Com o apoio da ala liberal dentro da população branca, representada pelo *Democratic Party*, De Klerk ganhou o referendo com 69% dos votos, sentindo-se legitimado a continuar as negociações. Apenas numa província, o *Northern Transvaal*⁴²⁰, ganhou o não.

Para De Klerk os resultados do referendo davam-lhe uma enorme força para continuar as negociações, marginalizando os radicais dentro da população branca. Para o Presidente sul-africano, o referendo tinha um valor histórico uma vez que marcava o fim do *apartheid*, embora para os movimentos de libertação não tivesse esse significado⁴²¹:

⁴¹⁷ Ziyad Motala & Cyril Ramaphosa: *Constitutional Law. Analysis and Cases*, p. 5.

⁴¹⁸ A ideia de realizar um referendo surgiu na sequência da derrota eleitoral inesperada do NP numa eleição intercalar na cidade de Potchefstroom, no *Western Transvaal*, que apesar de ser considerada um bastião do partido do governo, foi ganha pelo CP.
Marina Ottoway: *The March 1992 Referendum*, p. 120.

⁴¹⁹ Rita Byrnes, *op. cit.*, p. 56.

⁴²⁰ Após a transição, esta província passou a chamar-se *Northern Province*. Em 2001, o nome foi novamente alterado para Limpopo.

⁴²¹ *Speech by State President FW De Klerk delivered on the steps of Tuynhuys on the Result of the Referendum*, 18/03/92, p. 1.

Ladies and Gentlemen, today will be written up as one of the most fundamental turning points in the history of South Africa. Today we have closed the book on apartheid. That chapter is finally closed.

A partir dos resultados do referendo, De Klerk radicalizou a sua posição nas negociações, confiante que poderia criar uma aliança anti-ANC vitoriosa. Esta radicalização foi desde logo visível nos trabalhos da CODESA. De maneira a facilitar o andamento das negociações a CODESA tinha sido dividida em 5 grupos de trabalho:

1. Criação das condições que permitissem a liberdade de associação e expressão. O papel da Sociedade Internacional no processo de transição.
2. Destinado a lidar com os princípios constitucionais
3. Passos a dar no processo de transição.
4. O futuro dos Bantustões independentes.
5. Implementação das decisões dos grupos de trabalho.

O grupo de trabalho 2 tinha que lidar com as questões centrais, à volta das quais o acordo seria estabelecido. Devido à importância deste grupo, figuras importantes do ANC e do governo estavam presentes. Do lado governamental o conjunto de negociadores era composto por Gerrit Viljoen, Ministro dos Assuntos Constitucionais e o seu Vice-Ministro, Tertius Delport. A delegação do ANC era composta por Cyril Ramaphosa, Mohammed Valli Moosa e Joe Slovo.

Enquanto os outros grupos de trabalho iam avançando, o grupo 2 não avançava devido ao desacordo sobre uma questão essencial, ou seja, a adopção ou de modelo de partilha de poder ou da regra da maioria. Ambas as partes tinham feito, no entanto, algumas concessões importantes. O governo tinha aceite a ideia de que seria uma Assembleia Constituinte a responsável pela elaboração da Constituição definitiva. O ANC tinha aceite que a CODESA decidisse sobre determinados princípios essenciais. Só que o governo pretendia que o máximo de questões, e entre elas a ideia de partilha de poder, fossem consideradas essenciais. O ANC não aceitava isto.

Quando chegou o dia 15 de Maio de 1992, data limite para que os vários grupos de trabalho concluíssem as negociações, era óbvio que o grupo 2 não tinha chegado a um compromisso. O ANC propunha que as cláusulas da nova Constituição pudessem ser alteradas com uma maioria de 2/3, que era a regra adoptada internacionalmente. O governo defendia uma percentagem de 75%. O ANC aceitou subir de 66.6% para 70%, em questões relacionadas com os direitos humanos. O governo manteve-se intransigente nos 75%. O ANC temia que se aceitasse esta percentagem, a minoria branca seria capaz de bloquear qualquer possibilidade de reformas após as eleições.

A impossibilidade de se chegar a um consenso neste grupo, levou ao fracasso da CODESA II, deixando o país numa situação de incerteza em relação ao futuro. Dentro do ANC, começaram a surgir críticas à política de negociações, havendo aqueles que ainda sonhavam com uma

<http://www.fwdklerk.org.za/archives/920318ref.htm>.

vitória militar. De maneira a tentar canalizar este descontentamento, a liderança do ANC decidiu avançar com uma campanha nacional de contestação ao governo, marcando uma série de greves, manifestações. Esta onda de protestos iniciou-se a 16 de Dezembro de 1992 e deixou claro que, ao contrário, do que De Klerk julgava, o governo já não conseguia controlar sozinho o processo de transição. Ao libertar os presos políticos, e ao legalizar os movimentos anti-*apartheid*, De Klerk subestimou a capacidade destes mobilizarem a população e de influenciar a evolução dos acontecimentos.

Quando esta campanha do ANC estava a ganhar força, aconteceu um incidente que marcou o processo negocial. A 17 de Junho, membros do IFP entraram na cidade de Boipatong, uma *township* ao pé de Joanesburgo, e cometeram um massacre no seio de membros do ANC. Nesse dia, 38 pessoas, incluindo crianças e mulheres, foram assassinadas. Para além do massacre, os ânimos exaltaram-se ainda mais quando se provou que os assassinos tinham agido com a cobertura da polícia, reforçando a ideia da existência de uma Terceira Força no conflito entre IFP e ANC.

Perante a gravidade da situação, De Klerk resolveu visitar Boipatong, esforço inglório, uma vez que a recepção foi muito hostil, acabando o Presidente por não conseguir visitar a *township*. Para agravar ainda mais o ambiente, a polícia disparou sobre os manifestantes que haviam impedido a visita De Klerk, provocando mais alguns mortos.

O massacre de Boipatong e o fracasso das negociações da CODESA II, foram apresentados, pela ala mais radical do ANC, como dois argumentos poderosos a favor da adopção de outros meios de acção.

Esta sequência de acontecimentos, faziam temer que o país entrasse numa guerra civil, tanto mais que as negociações pareciam ter fracassado. Perante este cenário, a única opção em aberto parecia ser a militar.

Em Setembro, a crise do Ciskei, veio agravar ainda mais a situação. O Ciskei era governado pelo Brigadeiro Oupa Gqozo, um aliado do governo, que se mantinha no poder graças ao apoio do seu aparelho militar, o qual contava com grande ajuda de Pretória. A 7 de Setembro, uma manifestação organizada pelo ANC foi reprimida pelas forças de segurança do Bantustão, acabando por provocar vários mortos.

6. 8. O Apoio ao Inkatha. A Terceira Força

Perante a crescente violência a que se assistia no país, nomeadamente entre o IFP e o ANC, a pergunta que se punha era até que ponto ela estava a ser instigada por alguém, e se esse alguém não era o próprio Presidente sul-africano. Não deixava de ser estranho que o aparelho de segurança do *apartheid*, que durante tanto tempo controlou e garantiu a segurança interna, de repente se mostrasse incapaz de o fazer.

Particularmente curioso era constatar que as acções do IFP não eram normalmente seguidas de investigações sérias por parte da polícia. Para além disso, o clima de insegurança jogava, em última instância, a favor do governo, o qual poderia apresentar-se como único garante de estabilidade do país. Tal como já tinha sucedido nas eleições da Namíbia de 1989, em que o

governo sul-africano apostou na DTA e na desacreditação da SWAPO, o objectivo agora era atingir o prestígio do principal adversário do governo, o ANC.

Esta campanha, levada a cabo pelo aparelho de segurança, era apoiada por vários dirigentes do NP, não sendo, porém, claro, qual o envolvimento de De Klerk⁴²². Com o objectivo de limpar a sua imagem, De Klerk nomeou uma comissão de inquérito liderada pelo juiz Richard Goldstone, cujo objectivo era o de determinar o envolvimento das forças de segurança sul-africanas nas campanhas anti-ANC.

O papel de De Klerk nesta questão não está perfeitamente claro. Por um lado, era do interesse dele o enfraquecimento de Mandela e do ANC, principais opositores do regime. No entanto, o processo de transição era uma iniciativa do Presidente sul-africano, e o seu futuro político dependia do sucesso das negociações. A provável explicação para o comportamento De Klerk, que puniu uma série de oficiais do exército e da polícia, mais tarde apontados pela Comissão Goldstone como responsáveis pela campanha de apoio ao IFP, prendeu-se com a sua incapacidade de dominar e compreender o enorme aparelho militar criado na era de Botha. Perante essa realidade, De Klerk nunca terá tentado controlar totalmente os militares, consciente que fracassaria. Assim, deixou-os agir com uma certa liberdade, os quais constituíram a chamada Terceira Força no conflito entre o ANC e o IFP. O objectivo foi apoiar a parte mais fraca, o IFP, para desestabilizar e enfraquecer o ANC. Esta actuação das forças de segurança surgiu das práticas desenvolvidas durante os anos 80, nomeadamente a Operação Marion, criada na sequência do aparecimento, em 1983, da UDF⁴²³. A Operação Marion foi aprovada pelo *State Security Council* sob a liderança de P.W. Botha e cujo principal objectivo foi o de montar uma estratégia destinada a fortalecer o Inkatha.

A zona do Natal, onde se inclui o Kwazulu, foi, desde sempre, a zona mais violenta da RAS. Durante grande parte dos anos 60, Buthelezi era visto como um aliado do ANC. O afastamento entre o ANC e Buthelezi começou a ser visível a partir dos anos 70. A radicalização do regime, levou a que o ANC adoptasse comportamentos mais agressivos, o que levou a que muitos jovens acusassem Buthelezi de ser demasiadamente moderado. A criação da UDF em 1983, aprofundou esse afastamento, tanto mais que esta organização começou a receber milhares de adeptos zulus, facto que irritou Buthelezi que se sentiu ameaçado como principal representante da nação zulu. Com a legalização do ANC, em 1990, a oposição do Inkatha contra a UDF transferiu-se para o ANC.

6. 9. O Desbloquear do Impasse. O Recomeço das Negociações

O recomeço das negociações e o seu posterior sucesso ficou ligado ao esforço de dois homens: Cyril Ramaphosa, por parte do ANC, e a Roelof Meyer do lado do NP⁴²⁴. Mesmo

⁴²² Após o processo de transição, começaram a surgir provas que indicavam que De Klerk estava a par das actividades da Terceira Força.

Stefaans Brummer: "De Klerk Knew of the Third Force", in *Mail & Guardian*, 17/01/97.
<http://www.archive.mg.co.za/MGArchive/Frameset.asp?Src=Adv>

⁴²³ Reed Kramer: "Apartheid Leadership Linked to Hit Squad", in *Washington Post*, 12/06/1997.
<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/inatl/africa/june/12/trc.htm>.

durante os meses em que as negociações estiveram oficialmente suspensas, Ramaphosa e Meyer mantiveram os contactos⁴²⁵.

Meyer representava uma corrente de jovens políticos dentro do NP que defendia a necessidade de se chegar a um compromisso com o ANC, uma vez que este movimento seria, muito provavelmente, o novo poder no país. Uma outra facção, mais conotada com a época da desestabilização de Botha, apostava mais em actividades do tipo da Terceira Força com vista a desacreditar e enfraquecer o ANC.

Também dentro do ANC existia idêntica divisão. Curiosamente, a ala moderada, adepta de um acordo racional com o NP, era encabeçada pelo líder do SACP, Joe Slovo. Muito pragmático, Slovo defendia a oferta de boas condições ao NP de maneira a possibilitar um acordo. Entre as principais concessões estavam a criação de um governo de unidade nacional e a consequente partilha de poder, objectivo tão desejado pelo NP; a manutenção dos privilégios e dos empregos dos funcionários públicos brancos, acabava por ser uma medida realista, tanto mais que o ANC não tinha quadros suficientes para ocupar a totalidade da função pública. A proposta de Slovo acabaria por se transformar na posição oficial do ANC.

A criação de um novo ambiente favorável às negociações, surgido a partir do diálogo entre Meyer e Ramaphosa, culminou numa cimeira entre De Klerk e Mandela, onde um Memorando de Entendimento foi assinado, permitindo o reatamento das negociações. Porém, esta reaproximação entre os líderes do NP e do ANC, provocou a irritação de Buthelezi que se sentiu traído por De Klerk, acabando por cortar relações com o Presidente sul-africano. Tal ruptura provocou o fracasso dos esforços do NP no sentido de criar uma ampla frente anti-ANC.

Em Março de 1993, as negociações recomeçaram no *World Trade Center*, com a participação de 26 movimentos, todos os que estiveram na CODESA mais o PAC, o IFP, o *Afrikaner Volksunie* e três delegações representantes dos líderes tradicionais⁴²⁶. O termo CODESA, devido ao facto de estar conotado com os fracassos anteriores, foi abandonado e substituído por *Multiparty Negotiating Forum*.

Buthelezi aliou-se aos sectores mais radicais, o *Conservative Party*, ao Ciskei e ao Bophuthatswana, criando o *Concerned South Africans Group* (COSAG). O objectivo da COSAG era o de contestar o modelo de negociações CODESA, devido ao excesso de protagonismo do governo e do ANC, e exigir um total desmantelamento do MK antes da continuação das negociações. Esta nova e estranha aliança, ameaçou, se os seus desejos não

⁴²⁴ Meyer e Ramaphosa conheceram-se em Agosto de 1991, através de um amigo mútuo, Sidney Frankel. Desde essa altura, mantiveram uma relação de amizade e respeito mútuo, o que foi fundamental para, enquanto principais negociadores, ultrapassarem os vários obstáculos que surgiram durante as negociações.

⁴²⁵ Um quarto de hora após o anúncio oficial do ANC do corte das negociações com o governo, Cyril Ramaphosa, com a autorização de Mandela, telefonou a Meyer com o objectivo de estabelecer um canal de comunicação.
Pippa Green & Peter Wilhelm: *Why the Centre Can Hold*, p. 14.

⁴²⁶ *Cape Delegation of Traditional Leaders; Transvaal Delegation of Traditional Leaders; Orange Free State Delegation of Traditional Leaders.*

fossem aceites, com os perigos de uma guerra civil. Esta radicalização de Buthelezi foi acompanhada pela saída do Inkatha das negociações.

A 10 de Abril de 1993, o processo negocial sofreu um duro golpe com a notícia do assassinato de Chris Hani. Para além de destacado membro do ANC e do SACP, Hani era um dos mais prestigiados comandantes do MK. A sua morte, orquestrada por dois membros do CP, Janusz Waluz, um emigrante polaco, e Clive Derby Lewis, despertou um sentimento de vingança no seio do ANC⁴²⁷, nomeadamente na ala mais jovem do ANC. Tanto Mandela como De Klerk, aperceberam-se de que o país estava à beira de uma explosão de violência racial. Mandela dirigiu-se ao país, através da televisão, com o objectivo de tentar travar eventuais actos de vingança contra a população branca⁴²⁸:

Tonight, I am reaching out to every single South African, black and white, from the very depth of my being. A white man, full of prejudice and hate, came to our country and committed a deed so foul that our whole nation now teeters on the bank of disaster. A white woman, of afrikaner origin, risked her life so that we may know, and bring to justice the assassin.

O processo negocial continuou, isto apesar dos vários incidentes provocados pelos radicais de ambos os lados, o AWB do lado branco e o PAC do lado negro, destinados a inviabilizar o processo⁴²⁹.

Em 1993, o PAC declarou o *Year of the Great Storm*, passando a atingir principalmente membros da população branca. O líder do braço armado do PAC, o APLA, o comandante Sabelo Phama, não escondeu este tipo de objectivo. Numa entrevista concedida à televisão sul-africana, a 7 de Abril de 1993, declarou que⁴³⁰:

I would aim my guns at children – to hurt whites where it hurts most.

Um outro alvo privilegiado dos ataques do PAC eram os fazendeiros brancos. O objectivo era o de assustar esta camada da população branca, de modo a que abandonassem as terras, as quais deveriam estar na mão dos negros. Estes ataques centraram-se no *Orange Free State*, *Eastern Cape* e à volta do Transkei. O PAC justificou, através do comandante do APLA Dan Mofokeng, os seus ataques contra a população branca em geral da seguinte maneira⁴³¹:

⁴²⁷ Para alguns sectores mais radicais do ANC, o assassinato de Hani fez parte de uma conspiração mais vasta no âmbito das actividades da Terceira Força, o que, em última instância, envolveria o próprio De Klerk.

⁴²⁸ The 4th Anniversary of the Assassination of Hani, p. 2.
<http://www.icasit.org/afrinews.htm>

⁴²⁹ Nelson Mandela, *op. cit.*, p. 600.

⁴³⁰ A 25 de Junho de 1993, membros do AWB atacaram o local das negociações, o *World Trade Center*. Após destruírem parte das instalações e agredido vários delegados, retiraram-se, sem que a polícia no local tivesse intervenido. A 25 de Julho foi a vez do PAC atacar a Igreja de St. James em Kenilworth, um subúrbio branco da Cidade do Cabo. Os membros do PAC entraram na Igreja durante a celebração de uma missa e abriram fogo indiscriminadamente sobre a assistência branca, provocando 12 mortos e dezenas de feridos.

⁴³¹ Truth and Reconciliation Commission, *op. cit.*, p. 78.

⁴³² John Yeld: "APLA Has no Regrets over St. James", in The Cape Argus, 17/10/97.

APLA has never distinguished between hard and soft targets. This was because the apartheid government had armed the entire white South African society, making every white citizen a member of the security establishment. It would therefore be a fallacy in the context of white South Africa to talk about innocent civilians. Military trained and armed citizens defy the definition of civilians.

Os radicais brancos defendiam a manutenção do regime de *apartheid*, ou em alternativa, como era o caso do AVF de Constand Viljoen, a criação de um estado *africânder*, o *volkstaat*. Para os radicais negros, a comunidade branca deveria abandonar a África do Sul, posição bem evidente no slogan do PAC: *One Settler, One Bullet* ⁴³².

Embora todos estes incidentes aumentassem a instabilidade no país, eles acabavam por ter um efeito positivo, uma vez que a gravidade da situação servia de pressão. A 3 de Junho, o *Multy-Party Negotiating Forum* anunciou a data de 27 de Abril de 1994 para as primeiras eleições multirraciais. A 23 de Setembro, o Parlamento sul-africano aprovou o *Transitional Executive Council Act*, o qual criou o *Transitional Executive Council* (TEC), órgão responsável pela monitorização da acção do governo até à realização das eleições. O objectivo do TEC era o de garantir a imparcialidade das autoridades governativas. Constituído por membros dos vários partidos, o TEC seria, na prática, o governo nacional desde o dia da sua criação, 22 de Dezembro de 1993, até ao dia das eleições.

Em Outubro de 1993, os membros do COSAG uniram-se à AVF, uma coligação de 21 grupos *africânderes* conservadores, e criaram a *Freedom Alliance*. Os objectivos desta nova aliança eram os de garantir o direito dos povos da RAS à autodeterminação; a elaboração de uma nova Constituição antes das eleições e a continuação das negociações até que um compromisso sobre estas matérias fosse alcançado. A principal razão de ser desta aliança prendia-se com o desejo dos seus líderes garantirem alguma forma de poder estatal, provincial ou regional, nas suas áreas de influência: O IFP no Kwazulu; Lucas Mangope no Bophuthatswana e Oupa Gqozo no Ciskei.

Apesar de estar muito representada no aparelho militar e policial sul-africano, a extrema-direita branca não tinha a força suficiente para governar o país. Apesar da sua retórica militarista, mais do que a tomada de poder, o seu objectivo, pelo menos dos grupos mais importantes como o AVF e o CP, era o de obter a secessão de parte da África do Sul e criar o seu *volkstaat*, um estado *africânder*. Nunca se chegou a um consenso sobre a eventual localização desse estado. A proposta menos utópica foi apresentada por Carel Boshoff, líder do *Afrikanervolkswag*, que defendeu a criação do *volkstaat* na zona da fronteira da África do Sul com a Namíbia. O facto de ser uma região pouco habitada, facilitaria a instalação dos *africânderes*. Outro projecto foi apresentado por Robert van Tonder, líder do partido *Boerestaat*, que defendia a criação do *volkstaat* nas áreas tradicionais das Repúblicas *Boeres*, ou seja, Transvaal e *Orange Free State*. A proposta do CP, que abandonou a ideia inicial de

http://www.africanews.org/south/southafrica/stories/19971007_fest5.html

⁴³² Mais tarde, a liderança do PAC tentou justificar-se dizendo que *settler* não significava necessariamente branco, mas sim todo aquele que não se identificasse com África. De qualquer das maneiras, a conotação racial ficou.

manutenção do *apartheid*, era a de que o *volkstaat* deveria ocupar a parte ocidental do Transvaal, incluindo Pretória, a província do *Orange Free State* e a província do *Northern Cape*.

6. 10. O Acordo Final

A 18 de Novembro de 1993, as negociações chegaram ao fim. Apesar de todos os problemas⁴³³, o processo negocial na RAS foi considerado inovador, uma vez que dispensou o recurso a um mediador estrangeiro. À partida, poucos eram aqueles que acreditavam que as próprias partes envolvidas conseguissem sozinhas levar o processo a bom porto. O sucesso destas negociações, contribuiu para a atribuição do Prémio Nobel da Paz, a 10 de Dezembro, a Mandela e a De Klerk. A 22 de Dezembro o Parlamento sul-africano aprovou a Constituição Interina que, na prática, pôs fim ao *apartheid*.

A Constituição aprovada deveria ser implementada a partir das eleições de Abril de 1994. Esta Constituição forneceu a estrutura para a acção governativa durante o período de 5 anos de vigência do governo de unidade nacional. Ficou estabelecida a criação de um Parlamento bicameral, constituído por uma Assembleia Nacional com 400 membros e um Senado com 90 membros, dez por cada província. A Assembleia tinha dois anos para apresentar um projecto constitucional definitivo, o qual deveria ser aprovado por uma maioria de 2/3 e pelo Tribunal Constitucional.

O Presidente estava investido de poderes executivos e contaria com dois Vice-Presidentes. Segundo a Constituição Interina, qualquer partido que obtivesse mais do que 20% dos votos nas eleições teria direito a nomear um Vice-Presidente. Se só um partido alcançasse essa percentagem, a outra Vice-Presidência reverteria para o partido vencedor⁴³⁴. Em relação ao governo, ficou decidida a criação de um governo de unidade nacional, onde estariam representados todos os partidos que obtivessem mais do que 5% dos votos⁴³⁵.

Até 1994, a RAS estava administrativamente dividida em 4 províncias, Cabo, Natal, Transvaal e *Orange Free State*; seis Bantustões Autónomos: Gazankulu; Kangwane; Kwandebile; Kwazulu; Lebowa e QwaQwa; e quatro Bantustões Independentes; Transkei; Bophuthatswana, Venda e Ciskei.

Durante as negociações para a transição, ficou decidido rever as fronteiras internas. Em Maio de 1993, foi criada a *Commission on the Demarcation of States/Privinces/Regions*, com o objectivo de redesenhar as fronteiras internas, processo que deveria ser feito através de sessões abertas ao público. No fim, ficou decidido a criação de 9 províncias, dotadas de governos e assembleias próprias. As novas províncias e as suas capitais passaram a ser as seguintes: *Western Cape*, capital Cidade do Cabo; *Northern Cape*, capital Kimberley; *Eastern Cape*, capital Bisho; *Free State*, capital Bloemfontein; *Mpumalanga*, capital Nelspruit;

⁴³³ Em 1993, 3.706 pessoas morreram no país em consequência da violência política. F.W. De Klerk, *op. cit.*, p. 286.

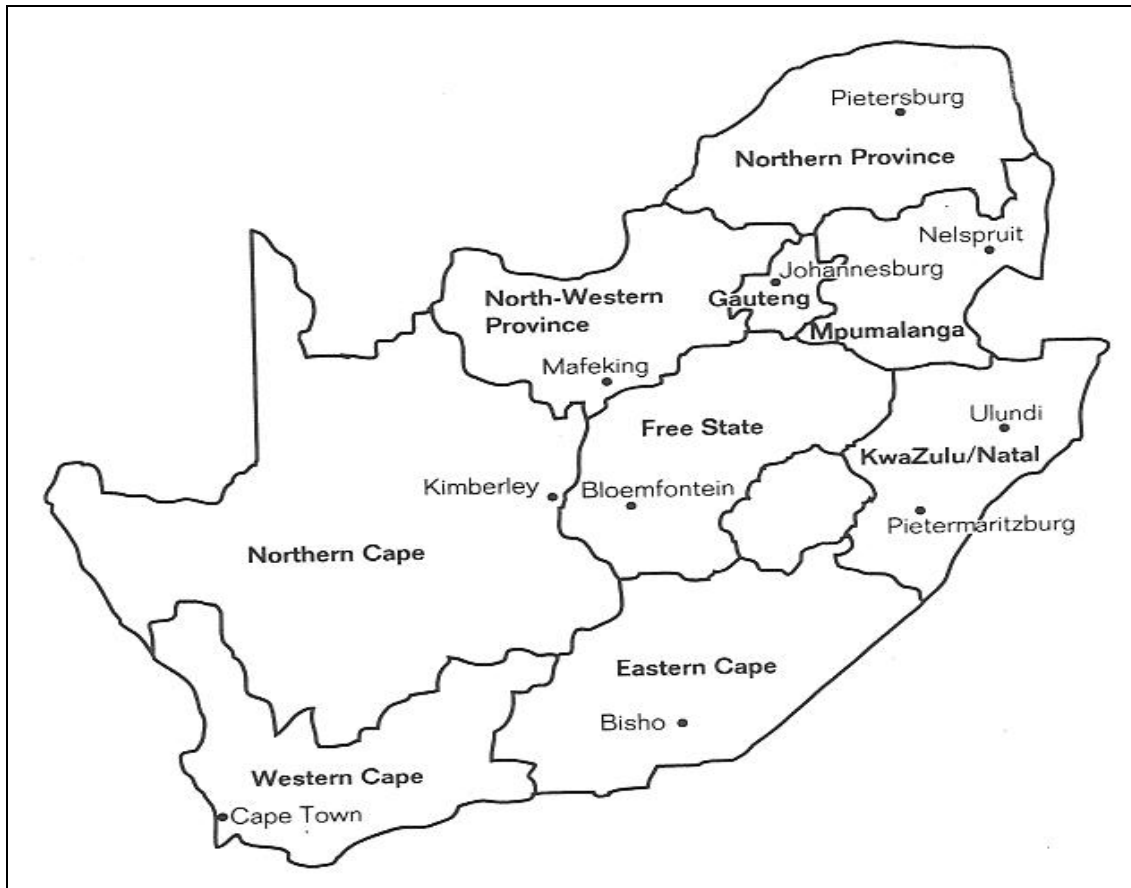
⁴³⁴ *Constitution of the Republic of South Africa, 1993*, pp. 44-48.

⁴³⁵ *Idem*, p. 5.

Northern Province, capital Pietersburg; *Gauteng*, capital Joanesburgo; *North-West Province*, capital Mmabatho; no caso do Kwazulu-Natal a escolha fez-se mais tarde e recaiu sobre Pietermaritzburg⁴³⁶.

Mapa III

A RAS em 1994



Outras decisões aprovadas visaram as seguintes questões:

1. Garantias à população branca de que os seus direitos seriam respeitados. Todos aqueles que se viram privados das suas terras devido ao *apartheid*, podiam apresentar um pedido de devolução. Esses pedidos seriam examinados por um organismo competente.
2. Nova Bandeira.
3. Novo hino nacional, o qual seria a conjugação do hino dos movimentos de libertação, o *Nkosi Sikelel' i Afrika*, Deus abençoe África, com o hino *africânder*, *Die Stem van Suid Afrika*, a voz da África do Sul.
4. Os Bantustões Independentes deveriam ser reincorporados na África do Sul a partir de 1 de Janeiro de 1994.

⁴³⁶ *Idem*, pp. 82-88.

Após a assinatura do acordo final, uma série de instituições, como as forças armadas, polícia ou função pública, permaneceram praticamente inalteradas. Esta situação provocou os protestos dos sectores mais radicais dentro do ANC, que pretendiam ver desmanteladas rapidamente algumas das instituições que tinham suportado o *apartheid*. A moderação ficou a dever-se a dois factores. Em primeiro lugar, na tentativa de se promover o espírito de reconciliação nacional, a liderança do ANC estava disposta a dar provas de confiança à população branca, razão pela qual manteve as estruturas das forças de segurança. Além disso, devido ao facto destas forças terem sido criadas e moldadas pelo *apartheid*, atingiram uma tal dimensão que tornava impossível o seu desmantelamento abrupto⁴³⁷. Por outro lado, as garantias dadas aos funcionários públicos brancos, para além de fazer parte da lógica da reconciliação, também se explicam pela necessidade de garantir uma certa continuidade na administração pública evitando-se o vazio.

No seio dos negociadores do governo, havia uma corrente que defendeu a adopção de medidas de protecção à população branca, semelhantes às adoptadas no Zimbabwe aquando da assinatura do Acordo de Lancaster House, que, em 1980, conduziu o país à independência. No caso zimbabweano, o acordo final estipulou que durante sete anos, a população branca tinha direito a 20% dos lugares no Parlamento, embora só representasse 3% da população. Esta medida prejudicou, em última instância, a própria população branca. A existência de eleições separadas, fez com que a população branca se fosse isolando, dificultando a sua integração. Perante este exemplo, a maioria dentro do governo acabou por rejeitar este modelo, tanto mais que listas eleitorais separadas daria a ideia de perpetuação do *apartheid*.

A partilha de poder acabou por ser a solução aceite por todos. Para o NP, a existência dessa partilha era condição indispensável para assinar qualquer acordo final. Para o ANC, embora inicialmente se tivesse oposto a esta fórmula, acabou por a aceitar, acabando por ser beneficiado por ela, uma vez que lhe garantia o apoio da população branca, em termos económicos e de quadros. Para a Sociedade Internacional, nomeadamente os países ocidentais, a partilha de poderes permitia o cumprimento de dois objectivos desejados: a legitimidade política do novo governo e a garantia, através da presença do IFP e do NP no novo executivo, da adesão da nova RAS à economia de mercado⁴³⁸.

À medida que a data das eleições se aproximava, o governo, com a concordância do ANC, introduziu algumas alterações à Constituição com o objectivo de satisfazer as reivindicações quer de zulus, quer de *africânderes*. As novas medidas previam o princípio da autodeterminação, com vista a permitir às pessoas com a mesma herança cultural poderem estabelecer o seu próprio estado. Tal possibilidade ficava dependente da aceitação de tal facto por parte da população da zona. Em Novembro de 1994, já após as eleições, o *Volkstaat Council Act* nº 30, estabeleceu o *Volkstaat Council* no âmbito do aparelho legislativo do governo com a missão de investigar a possibilidade de estabelecimento de um estado *africânder*⁴³⁹. Os 20 membros do concelho foram eleitos numa sessão conjunta do Senado e

⁴³⁷ Frederik van Zyl Slabbert: Why South Africa's Transition is Unique, p. 109.

⁴³⁸ Vincent Maphai: A Season for Power-Sharing, p. 68.

⁴³⁹ Os resultados eleitorais dos grupos favoráveis à criação de um *volkstaat* nas eleições de Abril de 1994, foram muito fracos. Esta situação acabou por, na prática, aniquilar qualquer esperança de criação de um estado *africânder*. No entanto, essa possibilidade, pelo menos na teoria, permaneceu em aberto.

da Assembleia Nacional. As funções do conselho visavam a recolha de informações relativas a potenciais poderes, fronteiras e estruturas de um tal estado, as quais deveriam posteriormente ser submetidas à apreciação da Assembleia Nacional.

No capítulo do poder local, as alterações não foram imediatas. Foi necessário esperar pelo novo governo para que se pudessem organizar eleições locais que permitissem substituir os conselhos municipais exclusivamente constituídos por brancos.

Uma outra novidade desta Constituição foi o reconhecimento do poder tradicional e a sua institucionalização. Segundo a Constituição, cada província onde existissem autoridades tradicionais, deveria estabelecer a Câmara do Poder Tradicional, constituída por representantes eleitos ou nomeados pelas autoridades de tais províncias⁴⁴⁰. A nível nacional seria criado o Conselho de Líderes Tradicionais, cujas funções eram essencialmente consultivas.

De fora deste acordo só ficaram os membros da *Freedom Alliance*, o que levantava desde logo problemas logísticos. Mesmo que os membros da *Freedom Alliance* não participassem nas eleições, era necessário providenciar que as mesmas se realizassem nas áreas controladas por estes movimentos, nomeadamente no Kwazulu, Ciskei e Bophuthatswana.

A posição do Inkatha não deixa de ser curiosa. Buthelezi chegou a ser das poucas vozes, dentro da RAS, a criticar o *apartheid*, o que lhe valeu reconhecimento e prestígio interno e internacional. Porém, agora aliou-se aos defensores mais radicais do *apartheid*. A única explicação para tal comportamento, prende-se com o facto de se ter sentido marginalizado no processo negocial e ter agido com o intuito de vingança, esperando recuperar algum do protagonismo perdido.

Enquanto o governo ainda desenvolvia esforços com vista a incluir o IFP nas eleições, o ANC mostrava sinais de impaciência e começava a defender a ideia de marginalização do movimento de Buthelezi. Declarações de vários líderes do ANC, entre eles Cyril Ramaphosa, advogavam um endurecimento no relacionamento com o IFP, tanto mais que o ANC desconfiava de uma eventual ligação do governo ao Inkhata. A liderança do IFP não estava disposta a aceitar uma África do Sul gerida por Xhosas, grupo étnico maioritário dentro do ANC, e nesse sentido exigiam o seu direito à secessão. Porém, este radicalismo do IFP não era unanimemente aceite no seio da nação zulu. O rei zulu, Goodwill Zwelithini, mostrou-se mais moderado e favorável a um entendimento.

De maneira a convencer os membros da *Freedom Alliance* a participar nas eleições, o ANC e o governo decidiram dialogar com os vários membros. AWB e CP não se mostraram dispostos a fazerem qualquer cedência nas suas posições, o que, na prática, inviabilizou o diálogo. O AVF de Viljoen conseguiu estabelecer uma boa base de diálogo com o ANC, o que permitiu chegar a um entendimento pelo qual ficou previsto o princípio da autodeterminação, conceito que deixava em aberto a hipótese da criação do *volkstaat*, tal como defendia o AVF e o IFP.

⁴⁴⁰ Constitution of the Republic of South Africa, 1993, p. 118.

Feitas estas concessões, o governo afirmou que nada mais seria feito para garantir a participação nas eleições por parte dos membros da *Freedom Alliance*. Se decidissem não participar, seriam excluídos das esferas de poder da nova África do Sul.

Os Bantustões Independentes e Autónomos eram uma verdadeira dor de cabeça para o governo. Os mais bem administrados eram o Kwazulu, o Bophuthatswana e o QwaQwa, os outros viviam numa perfeita anarquia financeira, com sectores públicos claramente ineficazes e excesso de trabalhadores⁴⁴¹. Este cenário obrigava o governo sul-africano a injectar constantemente apoios financeiros. À medida que as negociações avançavam, a maioria dos Bantustões foi-se aproximando do ANC. As excepções foram o Bophuthatswana, Ciskei, Kwazulu e QwaQwa.

O Bophuthatswana e o Ciskei não aceitaram as disposições do Acordo final que defendiam a reintegração dos Bantustões Independentes na RAS. Ambos alegavam que eram territórios independentes e, por conseguinte, as leis sul-africanas não se lhes aplicavam. Esgotadas as hipóteses de diálogo, o ANC começou a infiltrar apoiantes seus nos dois Bantustões com o objectivo de os desestabilizar.

O primeiro a ser atingido por esta estratégia, em inícios de Março de 1994, foi o Bophuthatswana, o qual, pouco a pouco, entrou numa onda de instabilidade com todos os sectores da sociedade a serem atingidos por greves e campanhas de desobediência civil. Perante isto, o líder do Bophuthatswana, Lucas Mangope, apelou ao apoio dos aliados da *Freedom Alliance*, para o ajudarem a defender-se. Porém, Mangope deixou bem claro que não queria o auxílio do AWB, dirigindo o seu apelo apenas ao IFP e ao AVF. Mas, foi precisamente o AWB quem primeiro respondeu ao apelo de Mangope, tendo invadido o Bophuthatswana. A intervenção do AWB levou à revolta do *Bophuthatswana Defense Force* que repeliu a invasão. Perante o caos que se instalou, os membros do AVF acabaram por não conseguir intervir. O exército sul-africano acabou por invadir o Bophuthatswana e controlar a situação. A 12 de Março, uma delegação do TEC deslocou-se à capital do Bantustão, Mmabatho, onde forçou Mangope a demitir-se, o que permitiu a reincorporação do Bophuthatswana. A resolução deste problema foi um alívio para o governo. Caso Viljoen e a AVF tivesse intervindo no Bophuthatswana, o governo teria sido forçado, pelo ANC, a enviar o exército para a zona. A questão que se poria era a de saber se o exército sul-africano aceitaria as ordens do poder político para atacar antigos colegas de armas.

Poucos dias após o início da crise no Bophuthaswana, uma situação semelhante começou a desenhar-se no Ciskei. Porém, perante o exemplo do seu aliado, o líder do Ciskei, o Brigadeiro Oupa Gqozo demitiu-se, abrindo as portas à reintegração do Bantustão na RAS. Os outros dois Bantustões Independentes, Trankei e Venda, eram claros aliados do ANC, aceitando, sem problemas, a reintegração.

Os acontecimentos no Bophuthatswana e no Ciskei provocaram desentendimentos dentro da *Freedom Alliance*. Estes acontecimentos, aliados às garantias dadas pelo governo e pelo ANC, de que a hipótese de criação de um *volkstaat* seria equacionada pelo novo governo, levaram a AVF, a 16 de Março, a concordar participar nas eleições. Descontente com o radicalismo dos

⁴⁴¹ Um caso exemplar era o Transkei que, apesar de só manter relações diplomáticas com a África do Sul, tinha um Ministério dos Negócios Estrangeiros com 400 trabalhadores.

seus aliados, Viljoen acabou por romper com o AVF e com a *Freedom Alliance* e criou a *Freedom Front*, com o objectivo de concorrer sozinho às eleições. Viljoen apercebeu-se que a retórica neo-*apartheid* dos seus aliados era contraproducente. Numa visão mais pragmática, Viljoen preferiu chegar a um entendimento com o governo e ANC, o qual se traduziu na assinatura, a 23 de Abril de 1994, de um Acordo sobre a autodeterminação *Africânder*. Este acordo possibilitou a inclusão na Constituição Interina de uma cláusula referente à possibilidade de autodeterminação dentro da RAS.

Por resolver ficava a questão do Kwazulu. Buthelezi não tinha capacidade para assumir, pela força, os destinos do país, mas tinha capacidade para ser uma força desestabilizadora. O governo e o ANC, depois de tentarem cativar Buthelezi através de várias opções, decidiram tentar enfraquecê-lo. A esmagadora maioria dos zulus aceita e respeita a autoridade do seu rei, Goodwill Zwelhetini. No entanto, a percentagem de zulus que pertencia ao IFP era menor. A ideia do governo e do ANC era a de tentar quebrar Buthelezi, promovendo o rei, que era uma figura mais moderada, de maneira a que este pudesse fazer frente ao líder do Inkatha. Esta iniciativa acabou por fracassar uma vez que Buthelezi exercia uma enorme ascendência sobre o rei zulu, de quem Buthelezi era tio.

Uma outra estratégia tentada foi o recurso à mediação internacional para resolver a questão do futuro do Kwazulu. Para tal, o governo sul-africano convidou uma série de individualidades internacionais, entre elas o antigo Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, e o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Lord Carrington. Em troca desta cedência, o IFP aceitou registar-se, provisoriamente, para as eleições. Quando a equipa de mediadores chegou à RAS, Buthelezi exigiu que da agenda de trabalhos dos mediadores constasse a possibilidade de adiamento das eleições, proposta linearmente recusada pelo governo e pelo ANC, razão pela qual os mediadores nem sequer começaram a trabalhar.

O ANC pressionou o governo a endurecer a sua posição em relação ao IFP. De Klerk estava numa posição algo incómoda, uma vez que o ANC acusava o governo de ser o responsável pelo poder do Inkatha. Na verdade o relatório do Juiz Goldstone, Presidente da *Commission of Inquiry Regarding the Prevention of Public Violence and Intimidation*, Comissão encarregue de investigar as alegadas provas de apoio das forças de segurança ao IFP, tinham-se revelado verdadeiras. No seu relatório, apresentado em Março de 1994, Goldstone deu a conhecer a De Klerk a existência de sectores das forças de segurança que, à revelia, do poder político, estavam a levar a cabo operações de desestabilização do país com vista a entrar o processo negocial. Uma das principais actividades foi o apoio às forças do IFP, através de acções de formação e fornecimento de armamento, nas suas campanhas contra o ANC. Estas actividades foram lideradas pela Vlakpass, uma unidade de elite da polícia sul-africana, comandada pelo Coronel Eugene de Kock.

As revelações do Juiz Goldstone, provavam a existência da Terceira Força e implicavam altas patentes do exército e da polícia sul-africana. Com vista a credibilizar a sua posição e mostrar a sua boa fé, De Klerk permitiu a divulgação do relatório, o que provocou um profundo mal-estar no seio das forças de segurança. O envolvimento de De Klerk ainda não é perfeitamente claro. Após as eleições de 1994, surgiram indícios de que ele estaria a par das actividades da Terceira Força. De Klerk argumentou em sua defesa o facto de ter nomeado, logo em Novembro 1992, uma comissão militar, liderada pelo General Pierre Steyn, destinada a

averiguar o grau de verdade das suspeitas levantadas pela Comissão Goldstone. A Comissão Steyn confirmou algumas suspeitas, o que levou De Klerk a suspender alguns militares.

Esgotadas todas as hipóteses, governo e ANC mostraram-se dispostos a avançar com as eleições sem o IFP. O problema era que o IFP, para além de se recusar a participar nas eleições, ameaçava inviabilizar a realização das mesmas no Kwazulu. A não realização das eleições nesta região, agora designada por Kwazulu-Natal, iria deixar uma percentagem importante da população de fora do processo⁴⁴².

Perante o risco de ser marginalizado, e apenas a 8 dias das eleições, Buthelezi e o IFP decidiram participar. Tal mudança de comportamento deveu-se a dois acontecimentos. O primeiro foi a pressão exercida junto de Buthelezi por Washington Okumu, um professor queniano amigo de longa data do líder do Inkatha, que o convenceu a participar. O segundo acontecimento foi a disponibilidade manifestada pela *Independent Electoral Commission* e pelo Parlamento, no sentido de facilitarem a participação do Inkatha nas eleições. O IEC afirmou que, para além de ser possível recuperar o registo provisório do IFP, ainda era possível ultrapassar todos os obstáculos logísticos, nomeadamente a necessidade de imprimir autocolantes com o símbolo do IFP para os colar nos boletins de voto já impressos⁴⁴³.

Um último obstáculo a ultrapassar teve a ver com o sítio onde os autocolantes com o símbolo do IFP deveriam ser colados, no princípio ou no fim do boletim. O PAC, a quem tinha calhado, por sorteio, o primeiro lugar, recusou-se a ceder o lugar ao IFP. O último lugar era do NP, que tinha feito a sua campanha aludindo à sua posição no boletim de voto⁴⁴⁴:

*If you wished to come out on top
You should vote for the bottom line.*

Apesar de achar que seria prejudicado, o NP, no intuito de facilitar o processo, aceitou ceder o seu lugar ao IFP.

6.11. A Campanha Eleitoral

Vamos agora analisar as estratégias eleitorais dos mais importantes partidos sul-africanos, concentrado-nos naqueles que obtiveram representação eleitoral nas eleições de Abril de 1994⁴⁴⁵.

⁴⁴² De acordo com dados da *Independent Electoral Commission*, deveriam votar no Kwazulu-Natal 4.585.091 eleitores, num universo de 22.709.152, o que correspondia a 20.19 % do total dos eleitores. Andrew Reynolds: *The Results*, p. 187.

⁴⁴³ Para além de se ter que proceder à inscrição do IFP, foi necessário imprimir e colar 80 milhões de autocolantes com o símbolo do IFP nos boletins de voto. Também foi necessário escolher e preparar pessoal para funcionar nas mesas de voto no Kwazulu.

⁴⁴⁴ F.W. De Klerk, *op.cit.*, p.326.

⁴⁴⁵ Participaram nas eleições 19 partidos, muitos quais eram de pequena dimensão: *Sports Organisation for Collective Contributions and Equal Rights* (SOCCER); *the Keep it Straight and Simple Party* (KISS); *the Women's Rights Peace Party* (WRPP); *the Worker's List Party* (WLP); *the Ximoko Progressive Party* (XPP); *the Africa Muslim Party* (MP); *the African Democratic Movement* (ADM); *the African Moderates*

6.11.1. A Campanha do African National Congress

Embora o ANC fosse apontado como provável vencedor das eleições, a liderança do movimento lançou uma vasta campanha de sensibilização como forma de garantir uma forte participação eleitoral. O ANC começou a preparar as eleições logo em 1992. A campanha foi organizada por uma comissão composta por Popo Molefe, Terror Lekota e Ketso Gordhan, todos membros da UDF. Para além da necessidade de angariar fundos para a campanha, um dos grandes objectivos iniciais da comissão foi o de preparar membros do ANC para trabalharem nas mesas de voto. Estimava-se que cerca de 20 milhões de pessoas iriam votar, a esmagadora maioria pela primeira vez. O ANC pretendia treinar cerca de 100 mil dos seus membros para trabalharem nas previstas 10 mil mesas de voto⁴⁴⁶.

A 26 e 27 de Setembro de 1993, o ANC realizou uma reunião com delegados de todas as regiões. Nesse encontro ficou decidido que o ANC concorreria às eleições à frente de uma aliança composta pelo próprio ANC, SACP, COSATU. Devido ao seu prestígio, o símbolo da aliança seria o símbolo do ANC. A estratégia delineada nesse encontro dividiu a acção eleitoral em duas grandes fases, ouvir e falar.

Na primeira fase, os delegados do ANC percorreram o país ouvindo a população. O objectivo destes encontros era tentar saber quais eram as esperanças, queixas e sugestões do povo sul-africano. As populações eram incentivadas a participar nestes encontros através de campanhas de publicidade que utilizavam slogans convidativos como os seguintes: *we'd like to hear your views; let us know where you stand. Because, above all, the ANC stands for you; come and tell us what do you want from the new government?*⁴⁴⁷.

Esta primeira fase durou até Janeiro de 1994, altura em que se iniciou a segunda fase, caracterizada por acções de campanha típica: comícios, colagem de cartazes e acções nos meios de comunicação social.

Do conjunto das propostas apresentadas pela população, o ANC elaborou o *Reconstruction and Development Programme* (RDP), o qual constituía o verdadeiro programa de governo do ANC. O RDP⁴⁴⁸ foi oficialmente apresentado a 21 de Janeiro de 1994. O ANC definiu o RDP da seguinte maneira⁴⁴⁹:

Congress Party (AMCP); *the Dikwankwetla Party of South Africa* (DPSA); *the Federal Party* (FP) e o *Luso-South Africa Party* (LUSAP).

⁴⁴⁶ Na realidade acabaram por ser cerca de 8.500 mesas.
Tom Lodge: *The African National Congress and its Allies*, p. 26

⁴⁴⁷ *Idem*, p. 33.

⁴⁴⁸ Devido à sua importância para a África do Sul pós-1994, o RDP será devidamente analisado no Capítulo VIII.

⁴⁴⁹ ANC: *The Reconstruction and Development Programme*, p. 1.

The RDP is an integrated, coherent socio-economic policy framework. It seeks to mobilise all our people and our country's resources toward the final eradication of apartheid and the building of a democratic, non-racial and non-sexist future.

O RDP foi apresentado não só como um manifesto eleitoral, mas também como um plano económico, e nessa medida substituiu a ultrapassada *Freedom Charter*. O RDP apresentou um programa de acção bem mais moderado do que o da *Freedom Charter*. Essa moderação deveu-se à necessidade de não assustar tanto os investidores nacionais como os internacionais. A nova atitude foi particularmente visível na questão da terra: em vez de promover uma reforma agrária radical, o RDP defendia a necessidade de se enfrentar esta questão de um modo gradual através de análise, por um tribunal especializado, dos pedidos de restituição apresentados. O RDP também foi apresentado como o instrumento necessário para fazer face às distorções económicas e sociais, provocadas por anos de *apartheid*. As principais medidas eram as seguintes⁴⁵⁰:

1. Criação de emprego através de obras públicas;
2. Construção de 1 milhão de casas, em cinco anos, dotadas de saneamento básico e electricidade;
3. Alargar a rede de cuidados de saúde;
4. Os 10 primeiros anos de educação gratuitos para todos os sul-africanos;
5. Reforma agrária;
6. Aplicar a política de *Affirmative Action*⁴⁵¹, quer ao sector privado, quer ao sector público.

Estas promessas fizeram parte do Manifesto eleitoral do ANC apresentado, a 2 de Fevereiro, sob o slogan a *Better Life for All*.

Antes de iniciar a campanha eleitoral, o ANC decidiu fazer uma série de sondagens destinadas a caracterizar as várias camadas da população. Este processo, que culminou em Julho de 1993, visou preparar a mensagem eleitoral do ANC. Do conjunto das sondagens o ANC chegou a várias conclusões importantes:

1. Uma importante percentagem da população ainda não tinha decidido o seu voto. Embora o ANC fosse, de longe, o partido preferido da população negra, mesmo no seio desta, uma importante percentagem ainda não tinha decidido o seu voto
2. A imagem de Mandela era a mais conhecida e querida no seio da população, o que deveria ser capitalizado a favor do ANC.

⁴⁵⁰ *Idem*, pp. 7-13.

⁴⁵¹ A adopção deste princípio, destinado a favorecer aqueles que no passado tinham sido prejudicados pela política do *apartheid*, causou algumas apreensões no seio da população não negra. Para a população branca a adopção do *Affirmative Action* era visto como uma ameaça à sua segurança profissional, devido ao risco de despedimento ou não promoção. Para as populações indiana e mestiça, este princípio podia promover a sua marginalização. Mesmo no seio da população negra a aplicação do *Affirmative Action* não era totalmente pacífica, uma vez que havia quem temesse ser promovido ou admitido num emprego não pela sua competência, mas pela cor da pele.

Heather Deegan: *South Africa Reborn. Building a New Democracy*, p. 86.

3. As populações indiana e mestiça desconfiavam de uma eventual vitória do ANC, uma vez que associavam este partido à má gestão governamental, violência política e mostravam-se preocupados com as ligações do ANC ao SACP.
4. Para a população negra as principais preocupações eram o desemprego, a violência política e a falta de habitação.
5. As sondagens mostravam que as maiores fraquezas do ANC situavam-se no *Western Cape* e no Kwazulu-Natal.

Para dirigir a campanha do ANC foram contratados dois especialistas norte-americanos, Stanley Greenberg e Frank Greer, responsáveis pelas vitórias presidenciais de Bill Clinton nos EUA. A mensagem que os especialistas norte-americanos decidiram foi de esperança e virada para o futuro. Em vez de se falar do passado, ou seja, do *apartheid*, apostaram mais nas promessas eleitorais do ANC. Esta campanha teve que enfrentar o excesso de optimismo que começou a surgir no seio dos membros do ANC, convencidos de que, para além da vitória eleitoral, todos os problemas iriam desaparecer no dia seguinte às eleições. Mandela sentiu a necessidade de refrear esses ânimos, tentando chamar as pessoas à realidade⁴⁵²:

Do not expect to be driving a Mercedes the day after the election or swimming in your own backyard pool. Life will not change dramatically, except that you will have increased your self-esteem and become a citizen in your own land. You must have patience. You might have to wait five years for results to show.

Durante a campanha, o ANC prestou pouca atenção aos outros partidos, com excepção do NP. A preocupação era desmistificar o novo NP de De Klerk. Para os responsáveis da campanha do ANC, a ideia que o NP estava a passar, de que nada tinha a ver com o NP anterior a De Klerk, estava a obter os seus resultados, o que para o ANC era negativo.

Uma outra preocupação do ANC foi a de tentar captar apoios no seio da população branca. Apesar de ter alguns membros brancos, muitos em virtude do SACP, o ANC queria não só convencer a população branca de que nada teria a temer de um futuro governo ANC, como considerava essencial que esta camada da população, devido ao seu poder económico e à sua preparação, não abandonasse o país. O ANC estava consciente da importância da população branca de modo a não passar pelas situações tão comuns aos países africanos pós-independência, muitos dos quais se viram sem quadros com a saída dos brancos. Mandela foi um dos principais defensores desta estratégia⁴⁵³:

I told white audiences that we needed them and did not want them to leave the country. They were South Africans just like ourselves and this was their land too.

6.11.2. A Campanha do National Party

Como o partido que promoveu o *apartheid*, as hipóteses do NP cativar o voto de membros de outras raças era diminuta. Porém, à medida que o processo negocial avançava, o NP

⁴⁵² Nelson Mandela, *op. cit.*, p. 605.

⁴⁵³ *Idem*, p. 606.

apercebeu-se da hipótese de obter o apoio maioritário da população mestiça⁴⁵⁴, receosa de ser marginalizada em caso de vitória do ANC. Este apoio da população mestiça ao NP manteve-se, com algumas ligeiras alterações⁴⁵⁵, durante todo o processo de transição e traduziu-se na inclusão de vários mestiços nas listas do NP no *Western Cape*.

A estratégia eleitoral do NP foi delineada num congresso realizado, em Fevereiro de 1994, em Pretória. Nessa altura as expectativas apontavam para que o NP fosse capaz de captar a maioria dos votos da população branca, mestiça e indiana. O grande desafio era conseguir penetrar na população negra.

As mensagens que o NP se propôs passar foram as seguintes⁴⁵⁶:

1. O fim do *apartheid* e a liberdade tinham sido alcançados com o NP a desempenhar o principal papel nestas transformações. A ideia era marginalizar o ANC na obtenção dos créditos pela transição.
2. Assegurar às pessoas que as eleições seriam livres e secretas.
3. Apresentar o novo NP. Convencer que o NP só deveria ser julgado pelos 5 anos de liderança de De Klerk. A ideia era desligar o NP do *apartheid*.
4. Chamar a atenção para os perigos do ANC, afirmando que a escolha do eleitorado era entre o novo NP e o velho ANC.

A estratégia da campanha do NP ficou a cargo da empresa britânica Lowe Bell, responsável pelos sucessos eleitorais de Margaret Thatcher na GB. Para além de transmitirem a imagem de um novo NP, os estrategas eleitorais do NP, à semelhança do ANC, apostaram forte na imagem do seu Presidente, mais popular que o partido. O próprio De Klerk contribuiu para esse esforço de promoção do NP, afirmando, no início de cada comício, que *I am not here as the President. I am here as leader of the NP*⁴⁵⁷.

A mensagem de mudança não era suficiente para aumentar o resultado eleitoral do NP, que a liderança do partido achava que se situaria entre os 14-18% dos votos. Para aumentar o seu resultado, o NP decidiu apostar na mensagem de medo sobre um eventual governo do ANC, tanto mais se este obtivesse 2/3 dos votos poderia elaborar sozinho a nova Constituição do país. Para além da inexperiência, o NP acusava o ANC de fazer promessas irrealistas em matéria económica, fruto da sua ligação aos comunistas. O NP explorou ao máximo a ligação do ANC ao SACP afirmando, por exemplo, que a influência dos comunistas no seio do ANC era bem visível pela constituição das listas eleitorais. Apesar da sua pequenez, o SACP tinha conseguido colocar muitos dos seus membros em lugares elegíveis.

⁴⁵⁴ A população mestiça, maioritariamente concentrada na província do *Western Cape*, era constituída por cerca de 3.2 milhões.

Rita Byrnes, *op. cit.*, p. 75.

⁴⁵⁵ Em 1992, 66% dos mestiços apoiavam o NP; 6% o ANC e 26% estavam indecisos. Em 1993, 47% apoiavam o NP; 19% o ANC e 30% estavam indecisos. Em Fevereiro de 1994, 42% apoiavam o NP; 17% o ANC e 38% estavam indecisos ou recusavam-se a divulgar a sua intenção de voto. Hermann Giliomee: *The National Party's Campaign for a Liberation Election*, p. 54.

⁴⁵⁶ *Idem*, p. 56.

⁴⁵⁷ *Idem*, p. 59.

Assegurado a maior parte do eleitorado mestiço, o NP tentou conseguir o mesmo no seio da população indiana⁴⁵⁸, nomeadamente na zona do Natal. Para tal, o NP utilizou os mesmos argumentos utilizados na população mestiça. Em inícios de 1994, o NP calculava controlar cerca de 60% dos votos da população indiana contra 27% do ANC⁴⁵⁹.

Outra camada da população alvo de especial atenção foi a extrema-direita branca. No seio desta camada da população, De Klerk era acusado de ter cedido em demasia ao ANC, pondo em risco a nação *africânder*. Para De Klerk, as promessas de criação de um *volkstaat*, feitas pelos partidos de extrema-direita, eram irrealistas e só serviam para dividir o voto da população branca. Para De Klerk era essencial concentrar o máximo de votos brancos no NP de modo a conseguir-se constituir uma oposição forte ao ANC.

6.11.3.A Campanha do Inkatha Freedom Party

Apesar da sua longa existência, foi criado em 1922, o Inkatha nunca esteve muito preparado para o jogo político. Mais do que uma organização política, o Inkatha foi sempre mais um movimento cultural ligado aos zulus. Mesmo quando, na sequência da abertura política de De Klerk, o Inkatha se transformou num partido político, passado a designar-se por *Inkatha Freedom Party*, a componente cultural manteve-se dominante.

Até 1990, a actuação do Inkatha caracterizou-se pela moderação. Com o avançar das negociações, e a perda de protagonismo a favor do ANC, o IFP passou a radicalizar o seu discurso em defesa dos interesses zulus. Embora esta estratégia lhe trouxesse alguns benefícios imediatos, nomeadamente a disponibilidade do ANC e do governo cederem a algumas das exigências do Inkatha, a verdade é que aniquilou qualquer esperança de obter apoios significativos fora da população zulu.

Mesmo após a marcação da data das eleições, e com todos os partidos participantes a delinearem as suas estratégias eleitorais, a decisão do IFP de não participar fez com que dentro do partido nada fosse preparado. Nesse sentido, os apoiantes do IFP em vez de estarem a ser preparados e a mobilizar as populações para a campanha eleitoral, eram utilizados para inviabilizar as acções de campanha dos outros partidos⁴⁶⁰. A província do Kwazulu-Natal mais do que estar a viver um período pré-eleitoral, aprecia estar a viver um período de pré- guerra civil. Até à decisão do IFP de participar nas eleições, qualquer actividade eleitoral, quer fosse uma acção de campanha de um partido, quer fosse uma acção de educação cívica, era vista como uma ameaça que deveria ser combatida.

⁴⁵⁸ A população indiana, cerca de um milhão, estava principalmente concentrada na província do Kwazulu-Natal.

Rita Byrnes, *op. cit.*, p. 66.

⁴⁵⁹ Hermann Giliomee, *op. cit.*, p. 66.

⁴⁶⁰ Tanto as Missões de Observação Internacionais como a própria *Independent Electoral Commission*, reconheceram que na zona do Kwazulu-Natal existiam várias zonas classificadas como *No Go Areas*, ou seja, zonas onde não era possível aos vários partidos, devido ao clima de intimidação e violência, desenvolverem as suas acções de campanha.

Apesar deste clima, algumas organizações não governamentais, como o *National Forum on Education for Democracy*, tentaram levar a cabo campanhas de educação cívicas na esperança que as eleições ainda se viessem a realizar⁴⁶¹.

Quando Buthelezi decidiu participar já faltava menos de uma semana para as eleições, o que fez com que a campanha do IFP fosse muito pequena. As poucas acções desenvolvidas destinaram-se quase exclusivamente, à população zulu, uma vez que eram praticamente nulas as hipóteses deste partido captar um número significativo de votos fora desta camada da população. A adesão de membros não zulus ao IFP era difícil de acontecer devido à exaltação do nacionalismo zulu que este movimento promovia. Buthelezi apelava aos seus membros para que⁴⁶²:

Do not allow anybody to trample on our glorious past. Do not allow anybody to destroy that inner zulu unity which has always stood the test of time.

6.11.4. A Extrema-direita Branca. A Campanha da Freedom Front

Tal como o Inkatha, a extrema-direita branca não tinha capacidade para assumir o controlo do país, no entanto, tinha poder suficiente para ser uma força desestabilizadora.

A decisão de Constand Viljoen de participar nas eleições serviu para diminuir, consideravelmente, a capacidade de actuação da extrema-direita. Devido ao seu prestígio, nomeadamente no seio das forças armadas, a decisão de Viljoen levou consigo todos aqueles que defendiam a constituição de um *volkstaat*, mas que se aperceberam que tal só seria possível através de uma colaboração com as novas autoridades do país. A tensão entre moderados, representados por Viljoen e pelo líder da *Afrikaner Volksunie* (AVU), Andries Beyers, e radicais, representados pelo CP e pelo AWB, dentro da AVF era visível desde o início.

O papel de Viljoen era ainda dificultado pelo CP e pelo seu líder, Ferdi Hatzenberg⁴⁶³, que temiam a crescente popularidade do General dentro da extrema-direita branca. A AVF ainda foi capaz de manter a sua aparente homogeneidade devido à vontade de Viljoen de conservar a unidade *afrikaner*, embora no seu íntimo fosse cada vez mais evidente as diferenças que o separavam do CP. Ao contrário da liderança do CP, Viljoen apercebeu-se, sobretudo a partir de Novembro de 1993, que uma secessão *afrikaner* estava posta de parte⁴⁶⁴. Nesse sentido, Viljoen passou a trabalhar com o intuito de se criar um *volkstaat* com os mesmos poderes que os das regiões da futura África do Sul.

A crescente tensão dentro da AVF culminou, a 4 de Março de 1994, com Viljoen a criar a *Freedom Front* (FF) com vista a participar nas eleições, o que implicou a sua ruptura com a

⁴⁶¹ Georgina Hamilton & Gerhard Maré: *The Inkatha Freedom Party*, p. 83.

⁴⁶² Marina Ottoway, *op.cit.*, p. 64.

⁴⁶³ Hatzenberg assumiu a liderança do CP após a morte de Andries Treunicht.

⁴⁶⁴ Johann van Rooyen: *The White Right*, p. 92.

AVF. O principal objectivo da participação eleitoral de Viljoen foi o de obter um forte apoio no seio da população *afrikaner* para servir de trunfo em futuras negociações com o governo. Previsões apontavam para um mínimo de 600 mil votos. Embora a principal fonte de apoio fosse o eleitorado do CP, a FF apostava em cativar o eleitorado do NP.

Durante a campanha eleitoral, NP e FF atacaram-se mutuamente. O NP acusava a FF de dividir os votos brancos por causa de um projecto, a criação de um *volkstaat*, que na prática era irrealizável. A FF acusou o NP de ter cedido em demasia ao ANC. A FF resumia assim as diferenças entre os dois partidos da seguinte maneira⁴⁶⁵:

The FF stands for similar freedoms to the NP but offers the additional guarantee of self-determination. If the NP could not contain the ANC when in government, how will they do so as the opposition.

Uma outra eventual fonte de apoio da FF era a população zulu apoiante do IFP. Caso o IFP não participasse nas eleições, que até à última da hora parecia ser o caso, a FF contava com a possibilidade de ir buscar os votos desta camada da população. A explicação era simples, a FF defendia o princípio da autodeterminação, a qual tanto poderia ser aplicada a *afrikaneres* como a zulus. Esta comunhão de interesses era defendida por Viljoen, que mantinha um bom relacionamento com Buthelezi⁴⁶⁶:

The FF is strengthening the case of the afrikaner by promoting the right to selfdetermination of the zulu people together with that of the afrikaner. Together afrikaner and zulu are capable of much more.

A campanha eleitoral da FF decorreu à volta da figura de Viljoen. Os temas defendidos foram a questão da autodeterminação do povo *afrikaner* e a luta pela segurança.

O CP recusou-se a participar nas eleições, assim como o AWB, depois do ANC e do NP rejeitarem a sua última proposta: garantias constitucionais de criação de um *volkstaat* se a extrema-direita branca obtivesse mais de 800 mil votos.

6.11.5. A Campanha do Democratic Party

De todos os partidos conotados com a população branca, o DP era de longe o que podia aspirar, devido ao seu passado de oposição ao *apartheid*, a conseguir penetrar no eleitorado negro.

O DP foi criado em Abril de 1989 a partir de uma série de pequenos partidos liberais⁴⁶⁷. Este partido representava a ala liberal no seio da população branca e era constituído

⁴⁶⁵ *Idem*, p. 98.

⁴⁶⁶ *Idem*, p. 99.

⁴⁶⁷ O DP surgiu da junção do *Progressive Party*, partido da histórica Helen Suzman; do *National Democratic Movement* e do *Independent Party*. A liderança foi repartida entre Zach de Beer, Denis Vorrall e Wynand Malan. Com o passar do tempo, Zach de Beer passou a ser considerado o líder do partido.

basicamente por anglófonos, membros da classe média residentes nos centros urbanos. O DP foi determinante no apoio às reformas de De Klerk e no apoio durante o referendo de Março de 1992, permitindo-lhe alcançar uma maioria de 2/3 dentro do eleitorado branco⁴⁶⁸.

Desde a sua criação, o DP defendeu o fim do *apartheid* e a criação de um estado social-democrata. Durante as negociações para a transição, nomeadamente na fase do *Multiparty Negotiation Forum*, os membros do DP conseguiram destacar-se pelas suas iniciativas e pelo papel desempenhado como desbloqueadores de impasses. Particularmente importante foi o papel desempenhado por Ken Andrews, Colin Eglin e Tony Leon.

Quando se iniciou a campanha eleitoral, mesmo os mais pessimistas previam que o DP iria alcançar um mínimo de 5% dos votos⁴⁶⁹, o que lhe daria entrada no futuro governo. Face à enorme bipolarização, entre o ANC e o NP, em que iria decorrer as eleições, o DP necessitava de encontrar uma área onde pudesse marcar a diferença e cativar o eleitorado. Os aspectos constitucionais e a economia eram assuntos relativamente consensuais entre as principais forças políticas, deixando ao DP apenas uma área para explorar, o passado. O NP foi criticado por ser o partido do *apartheid* e o ANC pelas suas ligações ao mundo comunista. O DP apresentou-se ao eleitorado afirmando não estar manchado pela violência, corrupção, *apartheid* ou socialismo⁴⁷⁰.

A campanha do DP foi prejudicada pela falta de fundos e pela campanha de intimidação sobre os seus apoiantes, fomentada tanto pelo IFP como pelo ANC⁴⁷¹, o que lhe impossibilitou abranger toda a população.

6.11.6. O Comportamento dos Partidos Negros Radicais. O PAC e a AZAPO

Apesar do seu passado de movimento de libertação, o PAC teve enormes dificuldades em se afirmar politicamente. O caso do PAC foi o exemplo típico de um movimento de libertação que não conseguiu transformar-se em partido político, o que afectou claramente a sua campanha eleitoral. Os slogans mais conhecidos do PAC, como o *Whites Must Leave*, eram exemplos do seu radicalismo que nem mesmo no seio da população negra, cansada de anos de violência, obtinha grande receptividade.

⁴⁶⁸ T.R.H. Davenport: South Africa. The Birth of a New Nation, p. 41.

⁴⁶⁹ Andrew Reynolds, *op. cit.*, p. 197.

⁴⁷⁰ David Welsh: The Democratic Party, p. 111.

⁴⁷¹ Estas acções de intimidação foram particularmente fortes nas províncias do Kwazulu-Natal e do *Eastern Cape*.

A campanha eleitoral do PAC correu mal, com o seu Presidente, Clarence Makwetu⁴⁷², a denotar claras insuficiências, nomeadamente no relacionamento com os meios de comunicação social. A ideia com que se ficava do PAC era que, para além da sua posição anti-branca, não tinha propostas concretas para apresentar⁴⁷³. Apenas alguns membros da cúpula dirigente do PAC, como Benny Alexander ou Patricia de Lille, pareciam ser capazes de apresentar propostas.

Se um movimento radical negro, o PAC, decidiu participar nas eleições, outro, a AZAPO, decidiu ficar de fora ameaçando com o recurso à violência. Esta decisão da AZAPO foi-lhe fatal, uma vez que a esmagadora maioria da população sul-africana estava cansada de violência e consequentemente apoiava fortemente o processo de reconciliação.

6.12. As Eleições e Análise dos Resultados

As eleições decorreram entre os dias 26 a 29 de Abril. O dia 26 foi reservado para idosos, doentes e sul-africanos a residirem no exterior⁴⁷⁴. Devido a problemas logísticos do IEC, nomeadamente devido à entrada tardia do IFP no processo, foi decidido prolongar as eleições por mais um dia, 29 de Abril, em três regiões: *Northern Transvaal*, *Eastern Cape* e *Kwazulu-Natal*.

O ANC ganhou as eleições de uma forma esmagadora, obtendo 62.6% dos votos, mais de 40% que o segundo partido mais votado, o NP. Curioso é constatar que os principais partidos, ANC, NP e IFP, ficaram satisfeitos com os seus resultados. A 6 de Maio, o Presidente da IEC, o juiz Johann Kriegler, anunciou os resultados finais das eleições. Vejamos o quadro final dos resultados e a distribuição dos deputados na nova Assembleia:

Quadro V

Resultados das Eleições de Abril de 1994.			
Distribuição de Deputados			
Partido	Votos	% Nacional	Nº Deputados
ANC	12.237.655	62.65 %	252

⁴⁷² Após anos de liderança de Potlako Leballo, o partido passou a ser dirigido, em finais dos anos 80, por Zephaniah Mothopeng que, durante algum tempo, conseguiu unificar o PAC. Com a morte de Mothopeng, a liderança foi assumida por Clarence Makwetu, voltando a registar-se problemas no seio da liderança do movimento.

⁴⁷³ Saths Cooper: *The PAC and AZAPO*, p. 118.

⁴⁷⁴ Calculou-se que fossem cerca de 300 mil.
United Nations: *The United Nations and Apartheid, 1948-1994*, p. 123.

NP	3.983.690	20.39 %	82
IFP	2.058.294	10.54 %	43
FF	424.555	2.17 %	9
DP	338.426	1.73 %	7
PAC	243.478	1.25 %	5
ACDP	88.104	0.45 %	2
AMP	34.466	0.18 %	0
AMCP	27.690	0.14 %	0
DPSA	19.451	0.10 %	0
FP	17.663	0.09 %	0
MF	13.433	0.07 %	0
SOCCER	10.575	0.05 %	0
ADM	9.886	0.05 %	0
WRPP	6.434	0.03 %	0
XPP	6.320	0.03 %	0
KISS	5.916	0.03 %	0
WLP	4.169	0.02 %	0
LUSO-SA	3.293	0.02 %	0
TOTAL	19.533.498	100 %	400

Fonte: Independent Electoral Commission (IEC)

O ANC obteve 12.2 milhões de votos oriundos, na sua esmagadora maioria, da população negra, o que lhe permitiu eleger 252 deputados. Porém, o ANC não conseguiu penetrar muito junto do eleitorado não negro, como fica demonstrado pelo seguinte quadro:

QUADRO VI

CONSTITUIÇÃO RACIAL DO VOTO DO ANC ⁴⁷⁵		
Comunidade	% do Total de votos do ANC	Votos Aproximados
Negra	94% *	11.5 milhões
Mestiça	4%	0.5 milhões
Indiana	1.5 %	150 mil

⁴⁷⁵ Andrew Reynolds calculou a distribuição do voto racial do ANC socorrendo-se de uma combinação de dados oriundos de sondagens e apoios regionais dos partidos.

Branca	0.5 %	50 mil
Total	100 %	12.2 milhões

* Predominantemente Xhosa; Venda; Sotho; Tswana; Tsonga e Ndebele. O ANC terá obtido cerca de 6 a 7 % de votos no seio da população zulu.

Fonte: Andrew Reynolds: *The Results*, p. 191.

O fracasso eleitoral do PAC e a não participação da AZAPO nestas eleições, ajudaram a concentrar o voto negro no ANC. A nível provincial, o ANC ganhou em sete das nove províncias⁴⁷⁶. Em quatro províncias as vitórias do ANC foram esmagadoras: *Orange Free State*, agora designado por *Free State*, com 76.6%; *North West* com 83.3%; *Northern Transvaal*, agora designado por *Northern Province*, com 91.6% e no *Eastern Transvaal*, agora designado por Mpumalanga, com 80.7%⁴⁷⁷. Embora a vitória do ANC fosse esmagadora, não alcançou os 2/3 necessários para poder elaborar e aprovar sozinho a nova constituição. O próprio Mandela reconheceu que esse facto até era positivo para a reconciliação e democracia sul-africanas.

Para o NP de De Klerk, o resultado obtido, 20.3% e 82 deputados, também foi claramente uma vitória. Se tivermos em conta que a população branca constituía cerca de 15% da população sul-africana e que o seu voto foi dividido entre os vários partidos brancos, e não só, concorrentes, a percentagem obtida pelo NP demonstra que o partido conseguiu penetrar no eleitorado não branco. Vejamos como é que foi constituído o voto do NP:

QUADRO VII

CONSTITUIÇÃO RACIAL DO VOTO DO NP ⁴⁷⁸		
Comunidade	% do Total de votos do NP	Votos Aproximados
Branca	49 %	1.9 Milhões
Mestiça	30 %	1.2 Milhões
Negra	14 %	0.5 Milhões
Indiana	7 %	300 Mil
Total	100 %	3.9 Milhões

⁴⁷⁶ O ANC ganhou no *Northern Cape*; *North West*, Pretoria-Witwatersrand-Vereeniging (PWV); *Northern Transvaal*; *Eastern Transvaal*; *Orange Free State* e no *Eastern Cape*.

⁴⁷⁷ Para além das três províncias referidas que mudaram de nome também a província de Pretoria-Witwatersrand-Vereeniging (PWV) mudou o seu nome para Gauteng.

Fonte: *Independent Electoral Commission* (IEC).

<http://www.elections.org.za>

⁴⁷⁸ À semelhança do quadro referente ao ANC, Andrew Reynolds calculou a distribuição do voto racial do NP socorrendo-se de uma combinação de dados oriundos de sondagens e apoios regionais dos partidos.

Fonte: Andrew Reynolds: The Results, p. 192.

O facto de ter obtido 2 milhões de votos não brancos, foi uma vitória extraordinária para o partido que criou o *apartheid*. A percentagem obtida pelo NP permitiu-lhe, não só participar no novo governo, como ainda ter a possibilidade de indicar um Vice-Presidente, uma vez que obteve mais de 20% dos votos.

A nível regional, e como já era esperado, o NP obteve o controlo da província do *Western Cape*. Esta vitória, na qual foi essencial o apoio da população mestiça, que constituía 55% do total da população desta província, foi obtida com uma folgada margem, 53% contra 33% de votos no ANC. Na província do *Northern Cape*, onde o NP havia apostado numa eventual vitória, apesar de um bom resultado, 40.5% contra 49.7% do ANC, a verdade é que a liderança do NP sentiu-se frustrada⁴⁷⁹. Curioso é constatar que no Parlamento desta província, o ANC elegeu 15 deputados e os partidos brancos, em conjunto, outros 15, NP 12, FF 2 e o DP 1. Na altura de eleger o Primeiro-Ministro do *Northern Cape*, os vários partidos brancos não se entenderam e não conseguiram apresentar uma candidatura conjunta, com a FF a abster-se e o DP a votar a favor do candidato do ANC, Manne Dipico.

O IFP, apesar de todas as contrariedades, acabou por ter um bom resultado eleitoral, 10% e 43 deputados. A percentagem alcançada permitiu ao IFP vir a participar no novo governo sul-africano. Em termos provinciais, o IFP conseguiu obter o controlo da sua província o Kwazulu-Natal, zona onde se concentraram a maior parte dos votos no IFP. Fora do seu bastião tradicional, o partido de Buthelezi apenas obteve alguma expressão eleitoral nas *townships* à volta de Joanesburgo, onde o partido obteve 170 mil votos⁴⁸⁰, graças ao elevado número de zulus que aí residiam. Buthelezi mostrou-se satisfeito com os resultados do seu partido, afirmando que os mesmos poderiam ter sido melhores caso tivessem tido mais tempo para preparar a campanha, queixando-se igualmente de eventuais manobras que terão prejudicado o IFP⁴⁸¹:

We entered the electoral process only a week before elections were to be held. Our political campaign was organized in and was conducted for four days only, and took place against the backdrop of two years of the most intense anti-IFP propaganda and defamation. The results of that election are far from being beyond suspicion of manipulation and large scale fraud which could severely penalized the electoral showing of the IFP which had entered elections whitout any preparation, voter agents or necessary infrastructures.

A província do Kwazulu-Natal foi a zona do país onde ocorreram mais incidentes e maiores irregularidades durante o processo de votação e de contagem⁴⁸². Estes acontecimentos prejudicaram, sobretudo, os partidos mais pequenos que se viram impossibilitados de

⁴⁷⁹ Ver resultados provinciais em Anexo.

⁴⁸⁰ Andrew Reynolds, *op.cit.*, p. 194.

⁴⁸¹ Mangosuthu Buthelezi, *op. cit.*, p. 236.

⁴⁸² O clima de intimidação levado a cabo pelo IFP, impossibilitou que em algumas estações de voto nas zonas rurais do Kwazulu-Natal, o ANC e NP não conseguiram ter agentes partidários. Entrevista a José Guedes de Sousa, Observador da UE na província do Kwazulu-Natal.

desenvolver a sua campanha em grande parte da província, nomeadamente nas zonas rurais, totalmente controladas pelo IFP. Embora as irregularidades tenham sido cometidas principalmente por membros do IFP, também elementos ligados ao ANC terão participado em algumas fraudes, nomeadamente durante a votação. Apesar dos resultados nesta província poderem ser muito discutíveis, dado o elevado grau de favorecimento ao IFP, tanto o ANC e o NP decidiram não aprofundar a questão e deixar o IFP ganhar o controlo da província como forma de favorecer o clima de pacificação nacional.

O quarto partido mais votado foi a FF de Viljoen que obteve 2.2% dos votos e elegeu 9 deputados. Os resultados obtidos por Viljoen ficaram aquém do desejado pelo General, que esperava cativar entre 1/2 a 1/3 do voto branco. Curiosa é a discrepância de votos a nível nacional da FF, cerca de 400 mil, e o conjunto de votos das várias províncias, mais de 600 mil. A ideia com que se fica é que os eleitores brancos apostaram em De Klerk e no NP a nível nacional, para possibilitar a criação de uma forte oposição ao ANC, mas em termos provinciais votaram de acordo com a sua primeira preferência. No que diz respeito ao voto nas várias províncias, o melhor resultado da FF foi obtido nas províncias do *Northern Cape* e do *Orange Free State* onde obteve 6% dos votos. Como prémio de consolação ficou o facto da FF ter sido o terceiro partido mais votado em 6 províncias⁴⁸³.

Dentro dos partidos mais pequenos houve duas desilusões, o DP e o PAC, e uma surpresa o ACDP.

O DP obteve um resultado desastroso, 1.7% dos votos e apenas 7 deputados. O desaire eleitoral do DP levou à demissão, no mesmo dia da divulgação dos resultados, do seu líder Zach de Beer. O DP foi vítima de umas eleições muito bipolarizadas, tendo sido incapaz quer de atrair os liberais brancos ou os moderados negros⁴⁸⁴. A nível provincial, o melhor resultado obtido foi na província do *Western Cape*. Uma das figuras mais carismáticas do partido, Tony Leon, substituiu Zach de Beer à frente dos destinos do partido.

O PAC também representou uma desilusão eleitoral, obtendo apenas 1.25% dos votos e elegendo 5 deputados. As razões apontadas anteriormente, nomeadamente ao nível da falta de liderança e a dificuldade de se adaptar ao jogo democrático, explicam este fraco resultado.

Ao nível das surpresas positivas surgiu o *African Christian Democratic Party* (ACDP), liderado pelo Reverendo Kenneth Meshoe, que obteve 0.45% dos votos e que conseguiu eleger dois deputados. Criado em 1993, o objectivo do ACDP era o de *Bring God to Government*⁴⁸⁵. O ACDP defendia os valores cristãos e um governo pouco interventivo. Em termos provinciais os ACDP conseguiu eleger três deputados, um na província de PWV, outro no *Western Cape* e o último no Kwazulu-Natal.

⁴⁸³ *Northern Cape; North West, Pretoria-Witwatersrand-Vereeniging; Northern Transvaal; Eastern Transvaal; Orange Free State.*

⁴⁸⁴ Nas eleições de 1989, apenas destinadas à população branca, o DP tinha obtido 430.199 votos. Nas eleições multirraciais de 1994 ficou-se pelos 338.426 votos. Andrew Reynolds, *op. cit.*, p.198.

⁴⁸⁵ Tom Lodge: *The South African General Elections, April 1994: Results, Analysis and Implications*, p. 495.

De todos os outros partidos concorrentes, apenas o *Minority Front* de Amichand Rajbansi conseguiu obter votos suficientes em Durban, no seio da população indiana, para eleger um deputado no Parlamento do Kwazulu-Natal.

6.13. A Observação Internacional das Eleições Sul-Africanas

As eleições sul-africanas foram um dos actos eleitorais de sempre mais acompanhados por observadores internacionais. O nível de tensão que se vivia no país e a importância da África do Sul, quer para a sua região, quer para o continente africano, despertou um enorme interesse e apoio ao processo.

Os primeiros passos para o acompanhamento do processo sul-africano surgiram em 1992 no seio dos líderes religiosos sul-africanos. Em Março desse ano, o Arcebispo Desmond Tutu pediu a De Klerk que reconhecesse a importância de um acompanhamento do processo internacional. Inicialmente De Klerk rejeitou a ideia. Porém, rapidamente teve que reconsiderar devido ao agravamento da situação interna, provocado pelo colapso da CODESA e o massacre de Boipatong.

Face ao aumento da conflitualidade interna, Mandela, apoiado pelo OUA, pediu à ONU que acompanhasse a situação na RAS. Para tal fim, a ONU nomeou Cyrus Vance, antigo Secretário de Estado norte-americano da era de Carter, como Representante Especial do Secretário Geral da ONU, Boutros Boutros Galli, para a questão sul-africana. Após uma visita de Vance à RAS, a ONU decidiu criar a *United Nations Observer Mission in South Africa* (UNOMSA).

Através da resolução 772 do Conselho de Segurança de 17 de Agosto de 1992⁴⁸⁶, a ONU convidou a OUA a União Europeia (UE) e a Commonwealth a enviarem missões de observadores para a RAS. Este convite foi aceite, com a UE a enviar uma missão, a *European Union Election Unit in South Africa* (EUNELSA). A Commonwealth enviou a *Commonwealth Observer Group to South Africa* (COGSA). Também a OUA decidiu enviar observadores para a África do Sul. Uma vez no terreno, a resolução 772 previa que estas missões trabalhassem em coordenação com a ONU.

Estas missões estavam no terreno para acompanhar o processo negocial. A transformação do seu mandato e a decisão de acompanharem o processo eleitoral foi feita a pedido das próprias autoridades sul-africanas. A 17 de Novembro de 1993, numa sessão do *Multiparty Negotiating Forum*, foi aprovada uma declaração apelando ao envolvimento internacional no processo eleitoral. Mais tarde, o TEC aprovou uma resolução pedindo às quatro missões presentes no país, ONU, UE, Commonwealth e OUA, que: *provide a sufficient number of international observers to oversee the electoral process*⁴⁸⁷.

⁴⁸⁶ Resolução 772 de 17 de Agosto de 1992 do Conselho de Segurança, p. 2.
<http://www.un.org/documents/sc/res/1992/s92r772e.pdf>

⁴⁸⁷ Douglas Anglin: *International Monitoring of the Transition to Democracy in South Africa, 1992-94*, p. 527.

Face ao pedido das autoridades sul-africanas, a ONU decidiu alterar o mandato da UNOMSA. O mandato inicial visava a promoção da paz na África do Sul. Porém, a 14 de Janeiro de 1994, o mesmo foi alargado com vista a incluir a observação eleitoral. Embora a maior parte dos sul-africanos fosse favorável à presença de observadores, alguns sectores da sociedade opunham-se à presença das missões internacionais, não se coibindo, como foi o caso de membros da extrema-direita branca, de o deixar claro aos observadores internacionais⁴⁸⁸.

Entre as quatro organizações ficou decidido que iriam funcionar sob coordenação da ONU⁴⁸⁹. Gradualmente, cada uma delas começou a fazer chegar ao país os seus observadores. A UE enviou 325 observadores, incluindo 14 membros do Parlamento Europeu⁴⁹⁰. A Commonwealth enviou 104 observadores, a OUA 102 e a ONU 1985⁴⁹¹. Para além destes observadores estiveram presentes mais 600 observadores oriundos da Suíça, Finlândia, Holanda e Suécia. A estes observadores juntaram-se ainda mais 3 mil oriundos de 97 ONG⁴⁹².

Em termos gerais, as eleições sul-africanas foram consideradas livres e justas. Apesar da legitimidade do resultado final, não foram esquecidas algumas irregularidades cometidas, nomeadamente durante a contagem dos votos. A Commonwealth foi das quatro grandes organizações presentes a que mais atenção prestou no seu relatório final às irregularidades verificadas, embora também ela acabasse por considerar as eleições como válidas⁴⁹³:

In the final analysis, the election represented a free and clear expression of the will of the South African people. The outcome was the result of a credible democratic process which was substantially fair.

Devido ao seu papel de coordenação e aos meios que envolveu no processo, a posição da ONU sobre o modo como decorreram as eleições era especialmente importante. O Secretário Geral da ONU, Boutros Boutros Galli, embora admitisse a existência de algumas irregularidades, também reconheceu a legitimidade do processo. Esta posição do Secretário Geral reabriu as portas da ONU à RAS.

Apesar da quase unanimidade à volta da validade dos resultados eleitorais, surgiram algumas vozes que criticaram este juízo, afirmando que tal decisão se deveu apenas à necessidade de

⁴⁸⁸ Foi o caso de situações vividas na província do *North West*, nomeadamente nas cidades de Klerksdorp e Potchefstroom.

Entrevista a Nuno Sousa Mendes, Observador da União Europeia na província do *North West*.

⁴⁸⁹ O elevado número de observadores provocou alguns problemas de coordenação por parte da ONU.

Entrevista a José Guedes de Sousa, Observador da União Europeia na província do Kwazulu-Natal.

⁴⁹⁰ Comissão das Comunidades Europeias: Comunicação da Comissão sobre a Assistência e Observação Eleitorais da UE, p. 30.

⁴⁹¹ Douglas Anglin, *op. cit.*, p. 525.

⁴⁹² United Nations, *op. cit.*, pp. 118-119.

⁴⁹³ Commonwealth: The End of Apartheid. The Report of the Commonwealth Observer Group to the South Africa Elections, 26-29 April 1994, p. 71.

se evitar uma situação de guerra civil. Uma dessas vozes foi o Professor David Welsh⁴⁹⁴, que foi muito crítico na análise feita às eleições sul-africanas e ao papel dos observadores internacionais⁴⁹⁵:

For reasons of state, South Africans have been required to subscribe to the latest national myth, namely that the elections were “substantially free and fair”. They were nothing of the kind, and hardly any of the sanctimonious foreign observers who fell about themselves to declare it so would for one moment have accepted the validity of an election subject to such flaws in their own country.

As eleições sul-africanas, embora tenham sido marcadas por algumas irregularidades, acabaram por reflectir a vontade da população que votou. Mesmo que tenham havido fraudes na contagem, a diferença percentual entre os principais partidos foi tão grande que dificilmente o resultado final foi substancialmente afectado. Devido ao enorme esforço financeiro feito, com o envio de observadores, e também devido à importância da África do Sul, a Sociedade Internacional estava muito interessada que as eleições fossem consideradas livres e justas. Para tal, houve com certeza alguma flexibilidade na análise das informações dos observadores de modo a não prejudicar aquilo que todos queriam, ou seja, a validade do resultado final. De qualquer das maneiras, alguns dos problemas registados não se deveram a uma clara intenção dos seus autores em adulterar a verdade do voto, mas sim fruto da inexperiência eleitoral de muitos dos intervenientes, posição aliás defendida pelos observadores internacionais⁴⁹⁶. Um processo eleitoral exemplar seria sempre impossível de alcançar na RAS. Além disso o mais difícil foi conseguido, ou seja, realizar as primeiras eleições multirraciais de um modo satisfatório.

A 9 de Maio, o novo Parlamento realizou, na Cidade do Cabo, a sua primeira reunião, proclamando unanimemente Nelson Mandela como Presidente do país, Thabo Mbeki como primeiro Vice-Presidente e F.W. De Klerk como segundo Vice-Presidente. A 10 de Maio, Mandela fez, em Pretória, o seu juramento como Presidente da África do Sul⁴⁹⁷:

In the presence of those assembled here and in full realisation of the high calling I assume as Executive President in the service of the Republic of South Africa I, Nelson Rolihlahla Mandela, do hereby swear to be faithful to the Republic of South Africa, and do solemnly and sincerely promise at all times to promote that which will advance and to oppose all that may harm the Republic; to obey, observe, uphold and maintain the Constitution and all other Laws of the Republic; to discharge my duties with all my strength and talents to the best of my knowledge and ability and true to the dictates of my conscience; to do justice to all; and to devote myself to the well-being of the Republic and all its people.

⁴⁹⁴ David Welsh era Professor de estudos da África Austral na universidade da Cidade do Cabo.

⁴⁹⁵ David Welsh: The Democratic Party, p. 113.

⁴⁹⁶ Entrevista a Natália Falé, Observadora da ONU na província do *Eastern Transvaal*.

⁴⁹⁷ Nelson Mandela: Oath of Office as Sworn by President Nelson Mandela at his Inauguration, 10/05/94, p. 1.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1994/oath94.html>

So help me God.

CAPÍTULO VII

OS DESAFIOS DO GOVERNO DE UNIDADE NACIONAL PRIORIDADE AOS ASSUNTOS INTERNOS

7.1. A Prioridade Máxima: A Aplicação do RDP

Após a constituição do novo governo saído das eleições de Abril de 1994, a grande prioridade do novo executivo foi pôr em marcha a aplicação do *Reconstruction and Development Programme* (RDP). O RDP surgiu como um plano destinado a fazer face aos inúmeros problemas sociais e económicos que o novo governo herdava da época do *apartheid*. Estes problemas tinham a ver com uma série de situações que iam desde a violência, falta de habitação, crise económica e desemprego às desigualdades existentes nas mais variadas áreas.

O RDP passou a ser a primeira prioridade do novo governo. Como tal, pretendia-se mobilizar o país e todos os seus recursos com o objectivo de eliminar rapidamente as distorções do *apartheid* e criar uma sociedade democrática e não racial. De maneira a iniciar a transformação, o RDP começou por traçar um retrato nada animador da sociedade sul-africana, em que a divisão da população, a todos níveis, era bem visível. A população branca usufruía de uma boa situação financeira e profissional, o que lhe permitia ter acesso a toda uma série de serviços e gozar de um nível de vida elevado. No extremo oposto, estava a população negra, que enfrentava grandes dificuldades financeiras, era seriamente atingida pelo desemprego, e tinha poucos meios que lhe permitissem usufruir mesmo dos serviços mais básicos, como o acesso à água potável ou a electricidade.

Perante esta realidade, o RDP visava dois objectivos essenciais: a diminuição da pobreza e a reconstrução da economia. O modo como tal devia ser alcançado não gerava, no entanto, consensos. Para uns, um crescimento equilibrado era impossível sem a promoção simultânea de um desenvolvimento económico. Crescimento económico sem desenvolvimento fracassaria no intento de conseguir a transformação estrutural desejada pelo ANC. Políticas destinadas a promover o crescimento apenas acentuariam as desigualdades existentes e perpetuariam a pobreza existente. Segundo o RDP, o governo deveria desempenhar um papel de liderança, conseguindo integrar o crescimento com a reconstrução económica e desenvolvimento social. Nesse sentido, o RDP alertou a população para o facto das eleições de 1994 serem apenas o primeiro passo para a transformação desejada. Para promover as mudanças era necessário criar um programa capaz de reconstruir e desenvolver o país e o RDP era esse programa, o qual assentava em seis princípios⁴⁹⁸:

1. *To address the whole problem, not just part of it;*
2. *Based on the needs and energies of all of our people;*
3. *To provide peace and security for all;*

⁴⁹⁸ ANC: The Reconstruction and Development Programme. A Policy Framework, pp. 4-7.

4. *To build the nation;*
5. *To link reconstruction and development;*
6. *To build and strengthen democracy.*

Estes princípios deveriam ser alcançados através da promoção de cinco programas prioritários⁴⁹⁹:

a) Melhorar as necessidades básicas:

O *apartheid* deixou uma pesada herança em termos sociais. Cerca de 11 milhões de sul-africanos, na sua esmagadora maioria negros, viviam abaixo do limiar da pobreza. Em 1990 o país necessitava de 1.3 milhões de novas casas e, cada ano que passava, 200 mil novos agregados procuravam casa. Até 1992, o governo só conseguia construir 50 mil novas casas por ano; 12 milhões de pessoas não tinham acesso a água potável e 21 milhões não tinham saneamento básico. Só 36% das casas sul-africanas tinham energia eléctrica, enquanto que 19 mil escolas e 4 mil clínicas não tinham electricidade.

Perante este cenário, a melhoria das condições básicas eram uma prioridade, tanto mais que esta era a principal expectativa de uma percentagem muito elevada do eleitorado do ANC. Uma das principais reivindicações da população negra, a revisão do direito da posse da terra, ficou um tanto ao quanto paralisada pelos compromissos assumidos pelo ANC, embora houvesse vontade de fazer avançar esta questão.

Face à realidade que herdou, o governo decidiu avançar com promessas muito concretas destinadas a minorar a situação. A aposta do governo era a construção de 1 milhão de novas casas até 1999. Outro objectivo era acabar com a má nutrição em três anos e garantir cuidados de saúde gratuitos a todas as crianças até aos 6 anos. Electrificar 2.5 milhões de casas, assim como todas as escolas e clínicas até 1999.

b) Desenvolver os Recursos Humanos:

O objectivo era o de criar um sistema nacional de educação único que ultrapassasse as injustiças do ensino da era do *apartheid*. O ensino deveria ser gratuito nos primeiros 10 anos de escolaridade. Face às discriminações do passado, o RDP defendia a política de *Affirmative Action*, destinada a privilegiar aqueles que no passado foram prejudicados pelas políticas raciais do *apartheid*. Nesse sentido, a política de recursos humanos deveria ter em atenção a composição da sociedade sul-africana, com o sector público a dar o exemplo⁵⁰⁰:

Within two years, recruitment and training should reflect South African society in terms of race and gender.

c) Reconstrução da Economia:

⁴⁹⁹ Cfr. ANC: The Reconstruction and Development Programme. A Policy Framework, pp. 14-135.

⁵⁰⁰ Tom Lodge, *op. cit.*, p. 28.

A economia sul-africana era vista como pouco competitiva e demasiado dependente das exportações de ouro e outros minerais. O sector da indústria transformadora estava pouco desenvolvido e muito dependente dos baixos salários e da maquinaria importada. A economia estava na mão de poucas empresas dominadas pelo capital branco. Em matéria económica o RDP visava: o fim da pobreza; a criação de novos empregos; enfrentar os problemas estruturais da economia; acabar com todas as formas de discriminação e proteger os direitos dos trabalhadores. Ao nível da reconstrução da economia, o RDP defendia que⁵⁰¹:

The RDP's aim is to build the economy. But in doing so we must accept that the present economy was constructed under the colonial, racist apartheid system. So in order to escape this, the RDP talks of reconstruction – that is, programmes such as training; affirmative action; developing small and medium business and improving the position of rural people.

Para o RDP, nem uma economia centralizada, nem uma economia de mercado livre poderia resolver a crise económica. Conforme a análise de cada situação, o peso do estado poderia ter que aumentar ou diminuir. As metas do RDP visavam alcançar um crescimento da economia na ordem dos 5% anuais e a criação, no prazo de 5 anos, de 300 mil novos empregos na indústria e 500 mil no comércio.

d) Democratização do Estado e da Sociedade:

O ponto de partida do RDP foi o princípio da *Freedom Charter - The People Shall Govern*. Nesse sentido, os objectivos do RDP visavam a democratização de todos os centros de decisão, permitindo a todos o acesso ao poder. Sem esta democratização, os esforços de reconstrução estavam condenados ao fracasso.

e) Implementação do RDP:

Segundo o ANC, os objectivos do RDP eram perfeitamente alcançáveis, uma vez que⁵⁰²:

The new government will remove the division and complication of the old apartheid order. This will make consultation, action and delivery easier and more efficient.

O financiamento do RDP deveria ser assegurado sem aumentar os gastos do estado, o que implicaria o desvio de verbas de uns sectores para os outros. À luz dos desafios que tinha pela frente, houve sectores que tiveram que ser sacrificados, nomeadamente a Defesa e os recursos destinados a uma maior intervenção internacional. Uma outra área sacrificada foi a da agricultura comercial, maioritariamente na mão de agricultores brancos, que até 1994 recebiam fortes subsídios estatais. A diminuição de subsídios a esta actividade implicou a perda de empregos⁵⁰³.

⁵⁰¹ ANC, *op. cit.*, p. 10.

⁵⁰² *Idem*, p. 136.

⁵⁰³ Em 1994, os agricultores comerciais empregavam cerca de 1.4 milhões de trabalhadores, número que desceu para 637 mil em 1998.
Tom Lodge, *op. cit.*, p. 33.

Apesar do enorme apoio que o RDP teve, a verdade é que houve várias, e algo diferentes, interpretações do mesmo. Tanto a COSATU como o SACP realçaram os pontos onde o RDP apelou à necessidade de uma maior intervenção estatal na economia.

Os meios empresariais chamaram a atenção para outros pontos do RDP, como a ideia que o desenvolvimento era um processo que dependia de uma eficaz parceria entre o estado e o sector privado ou a ideia de se ter que promover um estado menos pesado e mais eficiente. A pressão dos meios empresariais conseguiram que a versão do RDP que foi apresentado como programa de governo, e que foi a sexta versão do documento, fosse bem mais moderado do que as intenções iniciais do ANC.

Para o governo, cuja visão do RDP foi expressa, em Setembro de 1994, no *RDP White Paper*, este plano era visto como um instrumento destinado a relançar a economia, a qual passava pelo controlo do crescimento do estado e num plano de privatizações, fonte de desentendimento do ANC com os seus aliados.

Finalmente havia as expectativas populares à volta do RDP, as quais se centravam essencialmente na melhoria das condições de vida básicas. A grande maioria do eleitorado do ANC, a população negra, sentiu-se atraída pelo slogan da campanha do ANC que prometia *A Better Life for All*, o qual era entendido como a melhoria das condições de vida.

Segundo fontes oficiais sul-africanas, os gastos com o RDP no ano fiscal de 1994-95 ascenderam a 2.5 biliões de randes, o que correspondeu a 7% dos gastos governamentais. Para o ano de 1995-96, os gastos foram o dobro. O objectivo era alcançar os 12.5 biliões de randes em 1998-99, o que corresponderia a 25% dos gastos do estado⁵⁰⁴.

7.1.1. Do Reconstruction and Development Programme ao Growth Employment and Redistribution.

Passada a primeira fase da euforia com a vitória eleitoral, os dirigentes sul-africanos aperceberam-se que os objectivos do RDP dificilmente seriam alcançados. Em 1996 a estrutura do RDP foi profundamente alterada, sinal de que as coisas não estavam a correr bem. O Ministro Jay Naidoo, responsável pelo RDP, foi destacado para outras funções e toda a estrutura do RDP foi colocada sob controlo directo do Vice-Presidente Thabo Mbeki. Parte da explicação para os fracos resultados do RDP teve a ver com a pouca capacidade de resposta por parte das administrações provinciais, responsáveis pela implementação de muitos dos programas do RDP. A falta de experiência de quadros, a burocracia, a incompetência e choque entre vários departamentos governamentais puseram em causa os objectivos do RDP⁵⁰⁵, implicando que, muitas vezes, as verbas disponibilizadas pelo governo central ficassem por aplicar⁵⁰⁶. Um erro do governo foi o facto de não ter utilizado a capacidade das ONG. Durante os anos 80, as ONG desempenharam um importante papel na sociedade sul-

⁵⁰⁴ Jesmond Blumenfeld: From Icon to Scapegoat: The Experience of the South Africa's Reconstruction and Development Programme, p. 187.

⁵⁰⁵ Jesmond Blumenfeld, *op. cit.*, p. 68.

africana. Como os países que queriam ajudar a população sul-africana não podiam apoiar o governo de Pretória, devido às sanções, os recursos foram canalizados para as ONG. Ao subir ao poder, o ANC desconfiou de todas as ONG que não estivessem na sua esfera de influência, menosprezando assim o conhecimento e a experiência destas nas mais diversas áreas.

Embora tivesse havido de início um enorme apoio nacional ao RDP, a verdade é que havia interpretações muito diferentes sobre os objectivos do programa. Se para o governo o objectivo era promover uma transformação total da sociedade sul-africana, para muitos no seio da população branca, o RDP não passava de uma declaração de intenções com uma série de metas. Mais do que um programa destinado a promover reformas económicas, o RDP era apresentado pelo ANC como o instrumento ideal para uma profunda transformação da África do Sul a todos os níveis.

Em Junho de 1996, o governo avançou com um novo programa económico, o *Growth, Employment and Redistribution* (GEAR)⁵⁰⁷, com o objectivo de criar uma economia competitiva que permitisse um rápido crescimento que possibilitasse alcançar as metas estabelecidas pelo RDP. Os críticos do governo, nomeadamente a COSATU, acusaram o governo de ter cedido às pressões das Instituições de Bretton Woods. Na verdade, desde 1995, o governo sul-africano estava a ser pressionado pelo FMI e pelo Banco Mundial para iniciar um programa de privatizações, e nesse sentido, o GEAR apareceu como uma cedência. Para a COSATU, a criação do GEAR significava uma alteração das prioridades do governo, pondo em causa as metas estabelecidas pelo RDP. A versão oficial era a de que os dois programas eram compatíveis, já que o GEAR também visava, tal como o RDP, a redução da pobreza, apostando na resolução deste problema através do crescimento económico que iria gerar mais emprego.

Porém, o GEAR não conseguiu alcançar os seus propósitos. Entre 1996 e 1999, o PNB sul-africano cresceu 2.1% ao ano, abaixo da taxa de crescimento da população que foi de 2.2%⁵⁰⁸, e bem abaixo dos 3.8% que o GEAR considerava essenciais. Esta situação deveu-se ao fraco crescimento do investimento, quer interno quer externo, e à queda do preço do ouro, principal exportação sul-africana, nos mercados internacionais. Portanto, em vez da criação de novos empregos, o baixo crescimento económico aumentou o desemprego, contribuindo também para o aumento da pobreza.

⁵⁰⁶ Dos 2.5 biliões de randes disponibilizados para o fundo do RDP em 1994-95, mais de 1.7 biliões ficaram por utilizar.

Charles Simkins: *Problems of Reconstruction*, p. 85.

⁵⁰⁷ Government of South Africa: *Growth, Employment and Redistribution. A Macroeconomic Strategy*, 8 pp. <http://www.polity.org.za/html/govdocs/polity/growth.html>

⁵⁰⁸ *Stats in Brief 2000*, p. 16.

No fim da era Mandela, os avanços no campo social foram consideráveis⁵⁰⁹, embora insuficientes para esbater a tradicional divisão da sociedade entre brancos ricos e negros pobres, o que implicou a continuação da atenção prioritária do novo governo de Mbeki na continuação desta transformação.

QUADRO VIII

Resultados do RDP, 1994-2000	
Abastecimento de Água	4 milhões de pessoas obtiveram acesso a água potável
Abastecimento de Electricidade	1.5 milhões de novas ligações
Novas Linhas telefónicas	4.2 milhões de novas linhas
Novas Habitações	900 mil novas casas
Cuidados de Saúde	600 novas clínicas. Serviços de saúde gratuitos para crianças até aos 6 anos e para as mulheres grávidas
Alívio da Pobreza	3 biliões de randes aplicados

Fonte: RDP Development Monitor, in *Africa Recovery*, vol.14 nº 4, January 2001, p. 14.

Apesar destes apregoados sucessos, muito ainda havia a fazer. Para além disso, os números apresentados pelo RDP podem ser enganadores. Por exemplo, no caso do abastecimento de água potável, em finais de 1999, 8 milhões de sul-africanos continuavam à espera de ser abastecidos. A lentidão nesta área, levou a que as autoridades sul-africanas reconhecessem que ao ritmo dos últimos anos, levaria 20 anos a abastecer toda a população, falhando a meta estabelecida, que apontava para 2007⁵¹⁰. No caso da habitação, as 900 mil casas construídas na era Mandela aproximaram-se da meta estabelecida pelo RDP, que era de um milhão, porém a verdade é que este quase sucesso escondia grandes fragilidades. A principal tinha a ver com a qualidade das casas construídas, a qual era muito fraca e se juntava à pequena dimensão das mesmas⁵¹¹.

Apesar dos esforços desenvolvidos, a verdade é que no fim do mandato de Mandela, a sociedade sul-africana continuava a estar, em termos sociais e económicos, muito dividida, tal como se pode constatar pelo seguinte quadro:

QUADRO IX

⁵⁰⁹ Até 1998, cerca de 1.3 milhões de casas passaram a estar abastecidas com água potável e 1.4 milhões de casas foram electrificadas.

Government of South Africa: *The Foundation for Better Life has been Laid. The Government's Mid-Term Report to the Nation*, p. 16.

⁵¹⁰ Ernest Harsch: *South Africa Tackles Social Inequities*, p. 16.

⁵¹¹ Esta situação levou a que surgissem anedotas a esse respeito: *The houses are so small that you have to go outside to change your mind.*

Comparação Racial das Condições Económicas e Sociais

	% Pobres	% Desemprego	Acesso Cuidados Saúde	Electricidade em Casa	Acesso a Água Potável
Negros	61	42.5	15	31	27
Mestiços	38	20.9	26	76	72
Indianos	5	12.2	29	99	98
Branços	1	4.6	78	98	96

Fonte: Ernest Harsch: *South Africa Tackles Social Inequities*, p. 13.

Ao nível económico a disparidade entre brancos e negros manteve-se, com a diferença ao nível de rendimentos a ser bem visível. Em 1998 os brancos tinham, em média, um rendimento à volta dos 85.296 randes e os negros tinham um rendimento médio de 15.024 randes⁵¹². A manutenção do *apartheid* económico era vista como um dos principais problemas da sociedade sul-africana. A incapacidade de desfazer as disparidades nesta área, era uma ameaça grave para a estabilidade do país. Mandela afirmou-o várias vezes, criticando num tom duro a população branca por oferecer resistências às mudanças necessárias nestas áreas. No seu discurso de despedida de líder do ANC, realizado em Mafikeng em Dezembro de 1997, Mandela avisou a população branca para o perigo de se manter essa disparidade⁵¹³:

The perpetuation of the apartheid patterns of economic ownership and control constitutes a recipe for an enormous social and political explosion in future. Desracialising the ownership of productive property and making it easier for black people to have access to it was an essential part of the ANC's perspectives.

Mandela adoptou um tom duro contra aqueles que ele considerava adeptos do *apartheid* e de consequentemente terem resistido às reformas em curso⁵¹⁴:

We have experienced serious resistance to the transformation of the public service, with representatives of the old order using all means in their power to ensure that they remain in dominant positions. The reason for this is that the defenders of apartheid privilege continue to sustain a conviction that as opportunity will emerge in future, when they can activate this counter-insurgency machinery, to impose an agenda on South African society which would limit the possibilities of the democratic order to such an extent that it would not be able to create a society of equality, that would be rid of the legacy of apartheid.

Face a uma minoria branca rica, continuava a existir uma maioria negra pobre impaciente com a falta de resultados concretos. O desemprego e a pobreza eram os responsáveis pelo aumento da criminalidade e outras formas de conflito social. A entrada de milhares de imigrantes

⁵¹² Marcus Mabry: "The Colour of Fear", in *Newsweek*, 23/03/98, p. 46.

⁵¹³ Nelson Mandela: *Opening Adress at the 50th ANC National Conference*, 16/12/97, p. 2.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela71997/sp971216.html>

⁵¹⁴ *Idem*, p. 3.

ilegais provocou ainda mais desemprego e despertou sentimentos xenófobos no seio da população sul-africana.

Toda esta situação derivou da lentidão das reformas do governo e do facto de a expectativa em 1994 à volta das potencialidades do RDP terem sido demasiado elevadas. Além dos velhos problemas sociais e económicos herdados do *apartheid*, o governo sul-africano passou a ter que lidar com outros novos, como foi o caso da elevada taxa de contaminação do vírus do HIV⁵¹⁵.

7.2. O Governo de Unidade Nacional

De acordo com as percentagens alcançadas nas eleições, o ANC teve direito a 18 ministérios, o NP a seis e o IFP a três⁵¹⁶. A ideia inicial era que o NP fosse consultado quer sobre a distribuição dos ministérios, quer sobre os nomes escolhidos para cada um deles. No caso dos ministérios atribuídos ao ANC, o NP não foi consultado, o que provocou desde logo um certo mal-estar entre os dois principais partidos do governo. A ideia do NP era a de conseguir controlar ministérios nas quatro principais áreas do governo: segurança, economia, administração e assuntos sociais. Porém, Mandela concentrou os cargos atribuídos ao NP na área económica, atribuindo-lhe as pastas das finanças, assuntos mineiros e energéticos, agricultura, segurança social e desenvolvimento, assuntos provinciais e desenvolvimento constitucional. Não obstante o mal-estar, o controlo das áreas económicas por ministros do NP, aliado ao facto do Governador do Banco Central continuar a ser o mesmo da época do *apartheid*, Chris Stals, reforçou a confiança dos grupos económicos⁵¹⁷.

No caso do IFP, a pasta mais importante que lhe foi atribuída foi a de Ministro do Interior, cargo que passou a ser ocupado pelo próprio Buthelezi.

O primeiro ano de governo reflectiu o estado geral de euforia que se vivia no país. A cooperação entre os três partidos do governo correu bem, trabalhando todos no projecto de criação de uma nova Constituição destinada a substituir a interina. Quase desde o início, a liderança do governo foi assumida por Thabo Mbeki, com Mandela a desempenhar um papel protocolar. As reuniões do executivo eram muitas vezes presididas ou por Mbeki ou por De Klerk. Porém, Mandela e Mbeki coordenaram as suas agendas de modo a que um estivesse sempre no país de maneira a evitar que a presidência interina fosse ocupada por De Klerk.

Porém, apesar do espírito de cooperação existente, a verdade é que o governo se baseava numa aliança frágil. Normalmente quando vários partidos se unem numa aliança governativa, existe na base dessa união princípios e objectivos comuns, o que não era o caso sul-africano.

⁵¹⁵ Em finais de 1999, a taxa de contaminação da população sul-africana andava à volta dos 20%, fazendo com que a RAS fosse um dos países do mundo com maior percentagem de infectados. Com base nesta taxa, calculou-se que em 2010, 25% da população estará contaminada, com a esperança de vida a baixar de 65 anos, nos anos 90, para 48 anos.

Ernest Harsch: *South Africa's Mounting AIDS Toll*, p. 19.

⁵¹⁶ Ver em anexo a lista completa dos membros do governo de unidade nacional.

⁵¹⁷ Charles Simkins, *op. cit.*, p.84.

Pouco a pouco começaram a surgir tensões entre o NP e o ANC. O primeiro sinal desse relacionamento tenso surgiu quando sectores na polícia ligados ao ANC começaram a fazer diligências com o objectivo de acusar vários oficiais superiores das antigas forças de segurança, com o antigo Ministro da Defesa, o General Magnus Malan, à cabeça. As acusações visavam as actividades da terceira força no apoio ao Inkatha durante o processo de transição. Perante isto, o NP decidiu recuperar as queixas contra os membros do ANC acusados de crimes violentos, as quais tinham sido suspensas durante as negociações. Embora as iniciativas de ambos os lados tenham sido anuladas pelas decisões do TRC, a verdade é que o mal-estar ficou instalado.

O primeiro grande choque entre Mandela e De Klerk deu-se a 18 de Janeiro de 1995. A crise surgiu a propósito do papel do NP no governo. Para o ANC, o NP, ao estar no governo, não podia acusar e criticar as acções do mesmo. O problema era que o NP, era simultaneamente o maior partido da oposição e julgava-se no direito de exercer essa oposição. O NP foi igualmente acusado de não se empenhar o suficiente no apoio ao RDP e na aplicação da política de *Affirmative Action*. Em relação à política de *Affirmative Action*, De Klerk mostrou-se de facto muito crítico, afirmando que⁵¹⁸:

The National Party at all times supported the judicious application of affirmative action, but not the implementation of policies which constituted blatant reverse racial discrimination or which placed inexperienced people in jobs for which they were not yet qualified.

Esta onda de criticismo esteve à beira de provocar a saída do NP do governo. Era óbvio que o relacionamento começava a ser cada vez mais difícil, não augurando grande futuro à aliança. O próprio De Klerk reconheceu essa situação⁵¹⁹:

I said that everyone had probably read of the domestic tensions between the ANC and the NP within the GNU. I said that it was true. Ours had never been a marriage of love. We had come from very different backgrounds and our families didn't get on very well with one another. We had been forced together to legitimize the New South Africa. Now the honeymoon was over. We greeted each other politely; we ran the household jointly, and tried to keep up appearances. We only remained together for the sake of our joint offspring.

Os contínuos choques entre Mandela e De Klerk traduziram-se num papel cada vez mais reduzido do NP no governo. Para além se de sentir cada vez mais controlado pelo ANC, De Klerk sentia que os apoiantes do NP estavam descontentes com a forma como o partido estava a desempenhar o seu papel de líder da oposição. Perante o avolumar dos choques no seio do governo, o NP apercebeu-se que, mais tarde ou mais cedo, teria que assumir o seu papel de principal líder da oposição, o que levaria à sua saída do governo. Nesse sentido, De Klerk começou a preparar uma profunda reforma do partido. Para tal, nomeou Roelf Meyer Secretário Geral do partido, nomeação que implicou a saída deste do governo, com a missão

⁵¹⁸ Frederik De Klerk: *The Last Trek. A New Beginning*, p. 350.

⁵¹⁹ *Idem*, p. 352.

de explorar as várias alternativas que permitissem relançar o partido e conquistar novos eleitores.

Ao mesmo tempo que se preparava para assumir o seu lugar na oposição, o NP procurou o momento mais oportuno para abandonar o governo. A ideia era, para além de se preparar para as eleições de 1999, o que implicava a saída do governo algum tempo antes para ganhar capacidade crítica, era necessário passar a imagem de partido responsável, nesse sentido queria ter uma participação activa na elaboração da nova Constituição.

A 8 de Maio de 1996, e após dois anos de trabalhos, o Parlamento aprovou a nova Constituição, destinada a substituir a Constituição interina em 1999. As negociações sobre o novo texto decorreram até ao último minuto, com o ANC a não aceitar a exigência do NP sobre a manutenção da fórmula de partilha do poder para além de 1999. A Constituição foi aprovada com os votos do ANC, NP, DP e PAC. A FF absteve-se, os deputados do IFP estiveram ausentes da votação e os dois deputados do ACDP votaram contra⁵²⁰. A nova Constituição incluía muitos aspectos da anterior, embora tivesse algumas diferenças importantes. Ao contrário da Constituição interina, a nova adoptou uma forma de governo baseado no partido vencedor das eleições, deixando cair a fórmula de partilha de poder.

Após a aprovação da nova Constituição, o NP anunciou a sua decisão de abandonar o executivo a 30 de Junho de 1996. De Klerk justificou a saída naquele momento afirmando que aprovada a Constituição, que merecia um amplo consenso nacional, tinha chegado o momento do NP assumir o papel de líder da oposição, responsável pela fiscalização da acção do governo.

A saída do NP do governo em vez de promover o seu relançamento foi o princípio do seu declínio. Em vez de existir um espírito combativo que permitisse uma oposição eficaz, o partido foi caindo numa apatia que desmotivou até os mais importantes líderes. O próprio De Klerk não conseguiu entusiasmar-se com o seu papel de líder da oposição⁵²¹:

I found it, personally, quite difficult to adapt to my new role as full-time leader of the opposition. I no longer had sufficient enthusiasm for the role that the leader of the official opposition had to play in Parliament.

Para além desta falta de entusiasmo com a sua nova tarefa, De Klerk ainda teve que enfrentar graves problemas dentro do NP. As propostas apresentadas por Meyer, com vista a relançar o partido e a reforçar a sua oposição ao ANC, foram consideradas muito drásticas pela velha guarda do partido. A principal proposta de Meyer passava pela dissolução do NP e a criação de um novo partido. A necessidade de se criar uma nova imagem passava pela constatação que o NP não conseguia livrar-se da sua conotação com o *apartheid*, o que tornava impossível a sua penetração no eleitorado negro. Nesse sentido, todo o partido que não conseguisse cativar o eleitorado negro, nunca poderia aspirar a ser governo, tanto mais que a população branca estava a perder, em termos demográficos, importância. O sector mais conservador do

⁵²⁰ O ACDP votou contra porque acusava a nova Constituição de conter *anti-family clauses*. Secundino González Marrero: *Sudáfrica. Cambios Constitucionales y Poder Compartido*, p. 15.

⁵²¹ Frederik De Klerk, *op. cit.*, pp. 362-363.

NP, liderado pelo *Premier* do *Western Cape*, Hernus Kriel, forçou De Klerk a demitir Meyer do cargo de Secretário Geral. Toda esta polémica levou Meyer, que muitos consideravam o sucessor de De Klerk, a demitir-se do NP, aumentando a crise do partido.

O desânimo e o desencanto com a vida partidária acabaram por motivar o abandono de De Klerk da política activa⁵²². A decisão foi tomada a 26 de Agosto de 1997, no seu discurso oficial de despedida⁵²³, De Klerk justificou-se com a necessidade do partido enfrentar as eleições de 1999 com um novo líder, já que ele, continuava a ser visto como o líder do *apartheid*. Apesar desta justificação oficial, que aliás nem correspondia bem à realidade uma vez que De Klerk era bem mais popular que o NP, a verdade é que o desencanto e o desânimo foram as principais razões para o afastamento.

Toda esta crise e indecisão no seio do NP, fez com que o partido fosse incapaz de promover uma forte e eficaz oposição ao governo, desanimando os seus apoiantes e provocando demissões e deserções para outros partidos, nomeadamente para o ANC e para o DP. Face ao descalabro interno, o partido tentou encontrar uma solução para a liderança, embora os poucos membros importantes que restavam se mostrassem indisponíveis para avançar para o cargo⁵²⁴.

7.2.1. A Velha Função Pública e os Novos Desafios

Até 1994, a função pública sul-africana era composta por 750 mil funcionários, aos quais se juntaram 270 mil oriundos dos quatro Bantustões Independentes e vários milhares de novas admissões patrocinadas pelo ANC, o que fez um total de 1.230.000 funcionários públicos divididos por 176 departamentos⁵²⁵. Segundo um estudo feito em 1994, antes da subida ao poder do ANC, a repartição sexual e racial dos funcionários públicos era a seguinte⁵²⁶: nos cargos de chefia, os postos eram ocupados em 85% dos casos por homens brancos, 10% por homens negros, 1.5% por indianos, 2% por mulheres brancas, 0.6% por mulheres negras. No escalão intermédio, com ambos os sexos juntos, 48% dos cargos estavam na mão de brancos, 41% na mão de mestiços, 7% ocupados por negros e 5% por indianos. No escalão inferior os negros representavam 50% dos funcionários, os brancos 36%, os mestiços 10% e os indianos 4%.

Esta administração representava um triplo problema para o ANC. Por um lado a lealdade da maioria dos funcionários oriundos da época do *apartheid* era duvidosa. Mesmo que não pusessem em causa as reformas, faziam, em muitos casos, resistência passiva. O segundo

⁵²² O desejo de De Klerk de abandonar a política activa já tinha sido visível durante a sua participação no governo de unidade nacional. A passagem de figura central para um papel secundário, acompanhada pela incapacidade de influenciar os acontecimentos a nível governamental terão contribuído para o aumento desse desejo.

⁵²³ National Party: Resignation Statement by Former President F.W. De Klerk, 28/06/97, 3 pp. http://www.africanews.org/south/southafrica/19970826_feat7.html

⁵²⁴ A questão da liderança do NP será aprofundada no ponto 8.6.2.

⁵²⁵ D.J. Brynard & S.X. Hanekom: La Nouvelle Fonction Publique, p. 31.

⁵²⁶ *Idem*, p. 32.

problema derivou do facto de se ter optado pela absorção dos funcionários públicos oriundos dos Bantustões Independentes, os quais estavam, na sua maioria, muito mal preparados e iriam desempenhar funções em áreas onde já havia funcionários suficientes, limitando-se a ser um peso financeiro extra para o estado. O terceiro problema derivou da inexperiência dos quadros do ANC, o que impossibilitava que substituíssem de imediato os antigos funcionários do *apartheid*.

Para além dos funcionários públicos *africânderes*, outra força de bloqueio ao novo governo foi a polícia. Ainda antes das eleições, Mandela acusou a polícia de ser parcial e de estar envolvida nas actividades da terceira força. O ANC no seu relatório sobre a polícia *Policing in the New South Africa*, publicado em 1994, descreveu a polícia como um instrumento do *apartheid*, considerando-a *a militaristic, secretive, unaccountable, racist and violent institution*⁵²⁷. Para o ANC havia necessidade de a polícia credibilizar a sua imagem aos olhos da população, condição indispensável para que houvesse um esforço nacional de combate à crescente criminalidade. Tal tarefa passava pela reforma do aparelho policial composto por 133 mil polícias, 19 mil dos quais oriundos dos Bantustões⁵²⁸.

Para além de uma administração pesada e ineficiente, o governo tinha ainda que lidar com a crescente corrupção que se foi instalando em todos os sectores da administração pública. Embora a corrupção fosse cada vez mais visível, a verdade é que, em grande medida, este mal era uma herança do passado. Desde 1948, houve um claro favorecimento dos *africânderes* no seio do estado. Com a criação dos Bantustões Independentes, a prática da corrupção generalizou-se. Durante o *apartheid*, vários foram os ministérios que estavam dotados de orçamentos para despesas secretas, sobre as quais não tinham que prestar contas, o que favorecia o seu desvio. Por exemplo, o Ministério da Defesa tinha um orçamento anual de 4 biliões de randes para projectos secretos⁵²⁹.

Após 1994, ao absorver-se quer a antiga administração do *apartheid*, quer as administrações dos Bantustões, o novo poder absorveu estas realidades. Esta corrupção começou a alargar-se a outras instituições vitais do estado como a polícia. Desmotivados e mal pagos, os polícias foram alvos fáceis da corrupção. Em 1997, 10 mil polícias, de um total nacional de 140 mil, estavam sob investigação devido a suspeitas de corrupção, roubo, fraude ou chantagem⁵³⁰. Apesar das velhas formas de corrupção, novas formas surgiram após 1994, devido em grande medida à criação dos governos provinciais. Até 1999 vários foram os ministros provinciais que foram afastados dos seus cargos devido a práticas ilegais, sendo que a província mais atingida foi a de Mpumalanga. Este mal provocou o afastamento de investimentos internos e externos.

Também o ANC se viu abalado por alguns escândalos que envolveram personalidades importantes do movimento. Foi o caso de Winnie Mandela, que foi afastada do governo devido a graves práticas de corrupção, e Allan Boesak, acusado de se ter apropriado dos

⁵²⁷ James Barber: *Forging the New South Africa*, p. 27.

⁵²⁸ *Idem*, p. 26.

⁵²⁹ Tom Lodge, *op. cit.*, p. 60.

⁵³⁰ *Idem*, p. 62.

fundos que recebeu enquanto líder da UDF. A oposição também acusou o ANC de receber avultadas somas de dinheiro em troca de favores. Esta acusação foi parcialmente confirmada pelo tesoureiro do ANC, Arnold Stofile, que reconheceu, em 1997, o costume dos empresários negros fazerem doações de dinheiro ao ANC. Em contrapartida, Stofile reconheceu que o ANC facilitava a vida a esses empresários⁵³¹: *we opted for the role of facilitators for black business in the country.*

7.2.2. A Política de Affirmative Action

A *Affirmative Action* foi um programa do governo sul-africano adoptado oficialmente em Agosto de 1995. A criação foi justificada pela herança social e económica do *apartheid*, a qual provocou desigualdades sociais e disparidades económicas. Tais situações foram deliberadamente provocadas pelo anterior regime através de práticas discriminatórias em desfavor da população não branca⁵³².

A adopção desta política era o cumprimento de uma promessa do ANC. Em Fevereiro de 1993, ao publicar a *Bill of Rights for a New South Africa*, o ANC propunha-se criar princípios destinados a favorecer os grupos discriminados⁵³³ no passado nas mais diversas áreas, com vista a esbater as desigualdades e as injustiças provocadas pelo regime do *apartheid*⁵³⁴.

O objectivo da *Affirmative Action* era o de obter um equilíbrio étnico na função pública até ao ano 2000⁵³⁵:

The goal of affirmative action in the public service is to speed up the creation of a representative and equitable public service and to build an environment that supports and enables those who have been historically disadvantaged by unfair discrimination to fulfil their maximum potential within it so that the public service may derive the maximum benefit of their diverse skills and talents to improve service delivery.

Tal objectivo deveria ser alcançado através de uma série de medidas, apostando, nomeadamente, na reforma dos funcionários brancos, cerca de 8% ao ano, e dando preferência a candidatos não brancos para preencher os novos lugares. Logo após tomar o

⁵³¹ *Idem*, p. 66.

⁵³² Como a reserva dos melhores empregos para brancos ou a proibição dos negros adquirirem propriedades.

⁵³³ Para o governo sul-africano, os grupos discriminados no passado e portanto alvos privilegiados da *Affirmative Action*, eram os africanos, entendendo-se por tal os negros, indianos e os mestiços. Os outros dois grupos eram as mulheres e os deficientes. A definição de deficiente era a adoptada pela Organização Internacional do Trabalho na Convenção 159: *Any individual whose prospects of securing and retaining suitable employment are substantially reduced as a result of physical or mental impairment.* Department of Public Service and Administration: White Paper on Affirmative Action in the Public Service, p. 3.
http://www.polity.org.za/govdocs/white_papers/affirmative.html

⁵³⁴ Jean Batiste Onana: L’Affirmative Action: Préférence Ethnique ou Discrimination à Rebours?, p. 28.

⁵³⁵ Department of Public Service and Administration, *op. cit.*, p. 3.

poder, o ANC deu sinais de estar disposto a aplicar a *Affirmative Action*. Tal vontade ficou bem expressa quando o Ministro da Administração Local, Zola Skweyiya, reservou 11 mil empregos para candidatos à luz do programa de *Affirmative Action*⁵³⁶. O *Department of Public Service and Administration* era o responsável pelo acompanhamento da aplicação da política da *Affirmative Action* nas mais diversas áreas, quer a nível nacional, quer a nível provincial. O objectivo era o de que a função pública fosse o reflexo da composição demográfica da população sul-africana, cumprindo assim o estabelecido na Constituição⁵³⁷.

Em relação ao sector privado, os subsídios ou outros apoios seriam retirados às empresas que não cumprissem um programa de *Affirmative Action*. As resistências neste meio não se fizeram esperar. Em Julho de 1996, num documento sobre o *Affirmative Action*, a *South African Chamber of Business* (SACOB) acusou o governo de, ao impor um cumprimento rígido do *Affirmative Action*, estar a perder a confiança dos investidores. O governo defendeu-se, afirmando que se não fosse imposto o cumprimento do princípio do *Affirmative Action*, dificilmente se veria uma participação voluntária dos empresários.

Se, por um lado, a política do *Affirmative Action* era desejada pela população negra, por outro, a sua implementação provocou a fuga de muitos quadros brancos, receosos de serem marginalizados ou afastados, para outros países como a Austrália ou Nova Zelândia. Este receio da população branca derivava também das experiências registadas noutros países africanos nesta matéria. Também na Namíbia e no Zimbabwe foram adoptados, a seguir às respectivas independências, programas de *Affirmative Action*. Apesar de alguma moderação demonstrada, de início, pelos governos de ambos os países, a verdade é que a africanização dos quadros provocou a saída da população branca.

Embora contasse com o apoio teórico da esmagadora parte da população sul-africana, a implementação da *Affirmative Action* não foi pacífica. Segundo um estudo efectuado por R.W. Johnson e Lawrence Schlemer⁵³⁸, 61% dos votantes achavam que as pessoas deveriam competir pelos empregos com base nas suas qualificações e experiências. Apenas 38% concordavam com a ideia de que as pessoas discriminadas durante o *apartheid* deveriam ser beneficiadas.

A reacção da população branca foi assumida pelo DP, já que o NP estava cada vez mais fragilizado pelos problemas internos. Para o DP, a política de *Affirmative Action* era aceitável do ponto de vista teórico, embora preferissem chamar-lhe *Empowerment Action*. Porém, o DP chamou a atenção para a necessidade de se evitar cair no extremo oposto⁵³⁹:

⁵³⁶ Kanya Adam: *The Politics of Redress: South African Style Affirmative Action*, p. 241.

⁵³⁷ No Capítulo X, artigo 195, alínea I, a Constituição sul-africana afirmava que: *Public administration must be broadly representative of the south african people, with employment and personnel management practices based on ability, objectivity, fairness and the need to redress the imbalances of the past to achieve broad representation.*

Constituição da República da África do Sul, 1996, p. 74.

⁵³⁸ R.W. Johnson e Lawrence Schlemer: *Lauching Democracy in South Africa*, New Haven & London 1996, p. 370, citado em Kanya Adam: *The Politics of Redress: South African Style Affirmative Action*, p. 232.

⁵³⁹ *Affirmative Action: The DP's Vision*.
<http://www.dp.org.za/>

The belief that it is both immoral and impractical to try to redress racial imbalances by taking steps which will entrench race consciousness.

Para o DP, o ANC estava apostado em manter a questão na ordem do dia, quer ao nível do discurso político, quer ao nível da acção. Tal comportamento podia pôr em causa a reconciliação nacional devido à marginalização que a população branca sentia em todas as esferas da sociedade. Tal comportamento era bem visível na adopção de medidas concretas no mercado de trabalho, através da implementação da *Employment Equity Bill*, legislação destinada a alcançar uma representação demográfica a todos os níveis do mercado de emprego.

Na função pública a população negra apenas representava 6% dos cargos dirigentes em 1994. Em 1997 esse número ascendeu a 33% e em 1999 era de 38%, ficando, porém, aquém dos 50% desejados pelo governo⁵⁴⁰. Tal subida vertiginosa fez-se, segundo o DP, à custa da qualidade dos serviços, uma vez que foram promovidos funcionários sem a preparação adequada para os cargos que foram desempenhar.

Para além do mercado de trabalho, outras duas áreas de actuação do *Affirmative Action* foram alvo de contestações. No caso da educação, o governo desconfiava dos professores, na sua esmagadora maioria brancos, tendo iniciado um programa de promoção de professores negros. No caso do desporto, o governo decidiu aplicar um sistema de quotas a cumprir por todas as federações. As que não cumprissem, seriam penalizadas com o corte dos apoios financeiros. Este sistema foi muito criticado por favorecer a escolha dos atletas com base na sua raça e não na sua *performance* desportiva. Particularmente atingidos foram os desportos tradicionalmente considerados brancos, como o rugby e o cricket, desportos onde a RAS gozava de prestígio internacional, tendo-se inclusivé sagrada campeã do mundo de rugby em 1995. Vários dirigentes desportivos tentaram resistir às directrizes governamentais, questionando se o objectivo era jogar para ganhar ou para cumprir as quotas. O conflito, particularmente visível no caso da selecção nacional de rugby, levou o Ministro do Desporto, Steven Tswete, a ponderar o apelo a um boicote internacional à selecção sul-africana, caso os dirigentes não aplicassem as directivas governamentais.

7.2.3. A Reforma da Terra. Resultados

Uma das principais questões que viu a sua resolução adiada durante as negociações para a transição, foi a polémica à volta da posse da terra. Devido à delicadeza da questão, decidiu-se adiar a sua resolução, uma vez que se temia que a mesma pudesse inviabilizar um acordo final. No fundo, seguiu-se na RAS o mesmo caminho adoptado no Zimbabwe na altura da independência⁵⁴¹.

⁵⁴⁰ Departement of Public Service and Administration, *op. cit.*, p. 8.

⁵⁴¹ No caso zimbabweano, face à complexidade do problema da posse da terra, maioritariamente na mão dos brancos, foi decidido congelar a resolução da mesma durante um período de 10 anos. Durante esse período, o governo zimbabweano viu-se impossibilitado de avançar com uma reforma agrária compulsiva, apenas podendo adquirir terras com o consentimento dos seus proprietários. Durante esses 10 anos, a GB comprometeu-se a financiar as reformas necessárias.

Embora a alteração da posse da terra fosse um dos principais desejos da população negra, o ANC estava consciente da necessidade de abordar esta questão de uma maneira gradual e controlada devido à delicadeza da mesma. A melhor terra estava na mão de agricultores brancos, cerca de 60 mil, os quais eram responsáveis por grande parte da produção alimentar do país, assim como da exportação de alguns bens, nomeadamente carne e frutas.

Segundo o governo, cerca de 3.5 milhões de pessoas e seus descendentes⁵⁴², foram vítimas da política agrária do *apartheid*, que implicou o deslocamento compulsivo de populações. Durante anos, a população negra foi afastada, quer das suas áreas de residência, quer das suas terras de cultivo. O *apartheid* utilizou dois conjuntos de instrumentos legais, um para as zonas urbanas, através da implementação do *Group Areas Act* e do *Urban Areas Act*, e outro para as zonas rurais, através do *Black Land Act* nº 27 de 1913; *the Development Trust and Land Act* nº 18 de 1936 e o *Prevention of Illegal Squatting Act* nº 52 de 1951.

Face a esta realidade, a Constituição Provisória de 1993, apresentou as primeiras propostas para alterar as injustiças do passado. No artigo 122⁵⁴³, a Constituição previu a criação da *Commission on Restitution of Land Rights* com vista a analisar os pedidos de devolução apresentados; tentar encontrar uma solução para esses pedidos e caso não se conseguisse chegar a um acordo entre novos e velhos proprietários, remeter o processo para uma instância superior.

A *Commission on Restitution of Land Rights* viu a sua actuação clarificada e reforçada através da aprovação, em Novembro de 1994, do *Restitution of Land Rights Act* nº 22⁵⁴⁴, o qual definia que se a Comissão não fosse capaz de alcançar um acordo amigável entre as partes, a disputa seria analisada por um tribunal especial, o *Land Claims Court*. Segundo a legislação aprovada em 1994, seriam investigados todos os casos referentes às confiscações de terras que tivessem ocorrido após 19 de Junho de 1913, altura em que foi aprovado o *Black Land Act* nº 27, e a quem não foi paga uma indemnização adequada.

Com vista a promover este processo de restituição das terras, o governo sul-africano iniciou uma campanha de divulgação e sensibilização das suas propostas nesta área. A campanha foi preparada pelo *Department of Land Affairs* e decorreu sob o lema de *Stake your Claim*. No fim do prazo dado para a entrada dos pedidos de restituição, 31 de Dezembro de 1998, foram apresentados 68.878 pedidos de restituição⁵⁴⁵. Caso os pedidos de restituição fossem

⁵⁴² Fonte: Department of Land Affairs.
<http://land.pwv.gov.za>

⁵⁴³ Constitution of the Republic of South Africa, 1993, p. 80.

⁵⁴⁴ Government of South Africa: Restitution of Land Rights Act nº 22.
<http://www.polity.org.za/govdocs/legislation/1999/act18.pdf>

⁵⁴⁵ A província onde foram apresentados mais pedidos foi o Kwazulu-Natal, com 14.808 pedidos. O total foi, inicialmente de 63.455. Porém, investigações posteriores identificaram que alguns pedidos diziam respeito a várias situações, o que fez com que o total de pedidos de restituição subisse posteriormente para 68.878, número considerado final em 10 de Janeiro de 2002.
Fonte: Commission on Restitution of Land Rights, Department of Land Affairs.
<http://www.restitution.pwv.gov.za/>

considerados válidos, havia várias formas de resolver a questão: restituir as terras reclamadas; fornecimento de novas terras; pagamento de compensações pelas terras retiradas; ou a combinação do pagamento de uma indemnização e a atribuição de novas terras. A intenção do governo, expressa no *White Paper on South African Land Policy*, era fazer mudar de mãos 30% das terras em cinco anos⁵⁴⁶.

Com o avançar das investigações, grande parte dos pedidos apresentados não foram resolvidos amigavelmente, tendo transitado para a alçada do *Land Claims Court*. Porém, a lentidão nas investigações, aliada à falta de meios, humanos e financeiros do *Departement of Land Affairs*, não possibilitou grandes avanços entre 1994 e 1999. Perante isto, o governo decidiu aprovar nova legislação em 1999, o *Land Restitution and Reform Laws Amendment Act*, com o objectivo de acelerar os trabalhos⁵⁴⁷.

Embora todos os principais partidos sul-africanos concordassem com a necessidade de se rever a questão da posse da terra, existiam profundos desacordos sobre o modo como o fazer. Os partido mais conotados com a população branca, o NP e o DP, temiam que as políticas do governo levassem o país a cair numa instabilidade semelhante à do Zimbabwe, a qual começou a ser visível a partir de 1991 com a aprovação do *Land Act*⁵⁴⁸. Alguns partidos negros, como o PAC, defendiam que o governo estava a fazer o jogo dos grandes proprietários agrícolas brancos, marginalizando as aspirações da maioria negra, defendendo uma intervenção radical nesta questão. No meio destas posições estava o governo.

Até finais de 1999, os avanços do governo nesta área foram muito modestos. Um conjunto de razões explicam este resultado, entre as quais, a fraca capacidade financeira do estado, originando dificuldades em pagar as indemnizações aos antigos proprietários ou aos novos para que abandonassem as terras e as divergências no seio do próprio governo que entravaram o processo. Embora o objectivo fosse restituir 30% das terras agrícolas do país, a verdade é que em inícios de 2000 apenas 3% o tinham sido⁵⁴⁹, sendo que muitas das terras já estavam na posse do estado. A falta de resultados no processo de reforma agrária foi também responsável pelo aumento da criminalidade nas zonas rurais. Segundo o DP, entre 1994 e 1999, foram

⁵⁴⁶ Cfr. Department of Land Affairs: *White Paper on South African Land Policy*, 40 pp.
http://www.polity.org.za/govdocs/white_papers/landwp.html

⁵⁴⁷ Government of South Africa: *Land Restitution and Reform Laws Amendment Act n° 18*.
<http://www.polity.org.za/govdocs/legislation/1999/act18.pdf>

⁵⁴⁸ Findo o período imposto pelo acordo de Lancaster House, o Presidente Mugabe decidiu avançar com a reforma agrária, aprovando em 1991 o *Land Act*. A reforma proposta, defendia o pagamento de indemnizações aos proprietários brancos que se vissem afastados das suas terras. A falta de verbas, assim com uma má gestão do processo, levou ao fracasso desta reforma. Face ao aumento da contestação interna, Mugabe decidiu avançar para um processo de reforma mais radical, decidindo não pagar indemnizações aos agricultores brancos, o que para além de afectar a produção alimentar e as exportações, lançou o país numa onda de instabilidade.

Luís Castelo Branco & Guilherme Zeverino: *Portugal na Missão de Observação Eleitoral da União Europeia no Zimbabwe*, pp. 41-42.

⁵⁴⁹ Samuel Kariuki: "Land Reform Could Widen the Divide", in *Mail & Guardian*, 10/03/00.
<http://www.archive.mg.co.za>

mortos 500 agricultores, se muitos o foram devido ao aumento da criminalidade generalizada a que se assistiu no país, outros foram-no por motivos políticos⁵⁵⁰.

7.3. O Longo Caminho da Reconciliação Nacional. O *Truth and Reconciliation Commission*

Apesar do espírito de reconciliação, que pautava a acção do governo de unidade nacional, o ANC estava disposto a esclarecer tudo aquilo que se passou na época do *apartheid*. A ideia não era o desejo de vingança nem o de castigar os infractores, mas antes de se conhecer em toda a sua dimensão os crimes cometidos durante o regime de segregação racial. O objectivo era o de iniciar uma verdadeira reconciliação nacional não escondendo o passado. Para se construir o futuro, era necessário exorcizar o passado. Mais do que simplesmente perdoar os culpados por actos criminosos, a missão do *Truth and Reconciliation Commission* (TRC) era a de reconfortar as vítimas ou os seus familiares. Nesse sentido, o TRC concedia amnistias a todos aqueles que tendo praticado crimes de natureza política, entre 1 de Março de 1960 e 9 de Maio de 1995, confessassem publicamente os seus actos⁵⁵¹.

A origem do TRC surge em 1993, quando o ANC decidiu criar a Comissão Motsenyane, com o objectivo de investigar alegadas violações dos direitos humanos, ocorridas nos seus campos. O relatório final desta Comissão reconheceu a existência de violações dos direitos humanos, nomeando, em alguns casos, os culpados⁵⁵². A liderança do movimento reconheceu essas violações, aceitando a culpa colectiva do ANC pelo sucedido. Em Setembro de 1993 foi publicado um relatório final da Comissão Motsenyane. Este comportamento do ANC, uma novidade ao nível dos movimentos de libertação, foi o ponto de partida para a decisão de se levar a cabo um processo semelhante a nível nacional, estando assim dado o primeiro passo para a criação do TRC.

Após as eleições de Abril de 1994, o Parlamento sul-africano aprovou o *Promotion of National Unity and Reconciliation Act*⁵⁵³, o qual permitiu ao Presidente Mandela criar o TRC, presidido pelo Arcebispo Desmond Tutu, tendo como Vice-Presidente Alex Boraine⁵⁵⁴, antigo director do *Institute for a Democratic South Africa* (IDASA) e antigo deputado do *Progressive Party*. Para além destas duas individualidades, o Presidente Mandela escolheu, a

⁵⁵⁰ Para demonstrar a gravidade da situação, o líder do DP, Tony Leon, deu como termo de comparação, os 269 agricultores rodesianos mortos nos 14 anos de guerra civil.

Tony Leon: [ANC Government Must Admit That Rural Crime is a National Crisis. DP Proposes Practical Measures](#), p. 1.

⁵⁵¹ [Truth and Reconciliation Commission](#), volume I, p. 50.

⁵⁵² Johnny de Lange: [The Historical Context, Legal Origins and Philosophical Foundation of the South African Truth and Reconciliation Commission](#), p. 20.

⁵⁵³ Government of South Africa: [Promotion of National Unity and Reconciliation Act](#). <http://www.polity.org.za/html/govdocs/legislation/1995/act95-034.html>

⁵⁵⁴ Alex Boraine foi um dos principais promotores da ideia de que se devia combater o esquecimento sobre o passado. Nesse sentido, organizou dois seminários através do IDASA sobre a violência política na época do *apartheid*.

Richard J. Goldstone: [For Humanity. Reflections of a War Crimes Investigator](#), p. 63.

29 de Novembro de 1995, os restantes 17 comissários do TRC. Mandela justificou a criação do TRC da seguinte maneira⁵⁵⁵:

The experience of others has taught that nations which do not deal with their past are haunted by it for generations. It would be well to underline at the outset that reconciliation touches upon virtually every facet of our life as a nation.

O objectivo do TRC era o de promover a unidade nacional e a reconciliação através de um espírito de compreensão que ultrapassasse os conflitos e as divisões do passado. Para tal recorria-se à criação de uma Comissão da Verdade, modelo semelhante ao adoptado no Chile após o fim do regime de Pinochet⁵⁵⁶, que, ao não condenar os culpados, permitia conhecer a verdade dos acontecimentos. Este modelo não estava isento de problemas, uma vez que ao mesmo tempo que visava apoiar as vítimas, ajudando-as a ultrapassar os seus traumas e a compensá-las pelos crimes sofridos, provocava alguma confusão na população devido ao facto de amnistiar os criminosos. A Comissão assentava em três princípios: primeiro contar a verdade; segundo promover a justiça na medida do possível, o facto da transição resultar de uma solução negociada implicou que se tivessem feito concessões aos antigos dirigentes, e em terceiro lugar, a reintegração e compensação dos exilados.

A vantagem das Comissões de Verdade é o facto de permitirem conhecer, devido à concessão de amnistias aos culpados, com maior pormenor toda a verdade, dado não se recorrer tanto a fontes secundárias mas sim a primárias. A importância de se criar este mecanismo derivou do facto de ser absolutamente necessário à sociedade sul-africana lidar com o seu passado. Tentar construir uma sociedade democrática, escondendo o passado, seria apenas adiar um problema que, com o passar do tempo, tenderia a agravar-se.

O TRC foi dividido em três comités:

1. Comité destinado a analisar as violações dos direitos humanos;
2. Comité destinado a estudar os pedidos de amnistia;
3. Comité destinado a estudar os pedidos de reparação e reabilitação.

Ao TRC competia a recolha do máximo de informação possível sobre as violações dos direitos humanos cometidas durante o período indicado. Também tinha poderes para conceder amnistias a todos aqueles que cumprissem os requisitos do *Promotion of National Unity and Reconciliation Act*. Finalmente o TRC era responsável por descobrir o paradeiro das vítimas e restaurar a sua dignidade, quer através de enterros dignos, quer através de medidas reparatórias.

Com sede na Cidade do Cabo, e delegações em várias cidades, o TRC iniciou os seus trabalhos a 15 de Abril de 1996 com uma sessão na cidade de *East London*.

⁵⁵⁵ Nelson Mandela: Statement on Receiving the Report of the TRC, p. 3.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1998/nm1029.htm>

⁵⁵⁶ Sobre a experiência chilena Cfr. Alexandra Barahona de Brito: Truth, Justice, Memory and Democratization in the Southern Cone, pp. 119-160.

Ao longo dos seus mais de dois anos de existência, o TRC recebeu cerca de 8 mil pedidos de amnistia, a maioria dos quais de pessoas que já se encontravam a cumprir penas de prisão, e possibilitou a 20 mil vítimas contarem a sua história⁵⁵⁷. Muitas das amnistias concedidas foram alvo de grande contestação⁵⁵⁸, porém o TRC decidiu concedê-las sempre que os motivos por detrás das ações tivessem sido políticos e não pessoais.

Ao nível dos principais partidos todos aceitaram testemunhar perante o TRC. No caso do NP a expectativa era elevada devido às óbvias ligações deste partido com o regime do *apartheid*. Logo no seu primeiro depoimento, o NP deixou bem claro que considerava o TRC um órgão parcial, já que nenhum dos comissários era do NP, havendo vários conotados com o ANC. O depoimento do NP foi apresentado por F.W. De Klerk, o qual foi considerado uma desilusão pelo TRC⁵⁵⁹:

As one who had done so much to turn the tide of South African history, his evasiveness and unwillingness candidly to acknowledge the full burden of the NP's responsibility seemend to the Commission to be a missed opportunity to take the reconciliation process forward.

Outros membros do NP, entre eles o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha aceitaram colaborar totalmente com o TRC. Outros, como Roelf Meyer ou Leon Wessels, reconheceram publicamente os erros do anterior regime. Porém, para a clara compreensão das actividades dos estado durante o *apartheid*, mais do que a ala política, era necessário que a componente militar do regime se mostrasse disposta a testemunhar. Inicialmente, todos aqueles ligados ao aparelho de segurança do anterior regime, com P.W. Botha à cabeça, mostraram-se indisponíveis para responder perante o TRC. O código de silêncio só foi quebrado devido ao testemunho do Coronel Eugene de Kock, chefe da Vlakpass, unidade responsável pelos piores crimes cometidos durante o *apartheid*. Ao envolver no seu depoimento altas patentes da polícia sul-africana, o Coronel de Kock, obrigou a que muitos oficiais se vissem obrigados a depor perante o TRC, como forma de garantir a sua amnistia.

No caso dos militares, o código de silêncio foi, em grande medida mantido⁵⁶⁰. O depoimento oficial das antigas forças armadas foi feito pelo General Constand Viljoen, o qual recusou as acusações de violações dos direitos humanos atribuídas aos militares, preferindo acusar o TRC de parcialidade⁵⁶¹:

⁵⁵⁷ Dumisa Ntsebeza: The Struggle for Human Rights: from the UN Declaration of Human Rights to the Present, p. 6.

⁵⁵⁸ Uma das que originou mais protesto foi a libertação do capitão da polícia do Kwazulu-Natal, Brian Mitchell, acusado de ter morto 11 pessoas em 1988.

⁵⁵⁹ Truth and Reconciliation Commission, volume V, p. 2.

⁵⁶⁰ Apesar das resistências internas contra a decisão dos militares deporem, várias foram as vozes que defenderam a forte presença dos militares nas audiências do TRC. A necessidade de se clarificar o papel dos militares durante o *apartheid* era essencial para se criar umas novas forças armadas sem ressentimentos. O TRC acabou por dedicar grande parte do seu relatório final ao papel dos militares. Sobre a importância da participação dos militares no TRC, Cfr. Ian Liebenberg e Rocky Williams: The Impact of the TRC on the Military: Pressions, Problems and Imponderables, 19 pp.

⁵⁶¹ Truth and Reconciliation Commission, volume V, p. 3.

The former SADF was politically neutral, whilst your Commission is highly politicised. The governing party of the former government did not demonstrate interest in the former SADF. You really erred in your assumptions, and the expectations you created in public, that the SADF was guilty of gross violation of human rights on a substantial scale.

No seu depoimento, o ANC mostrou-se mais colaborante que o NP. O movimento assumiu responsabilidades colectivas pelas violações dos direitos humanos ocorridas nos campos do ANC. Este espírito colaborante do ANC não era unanimemente aceite por todos dentro do movimento. Os sectores mais ligados ao MK, mostraram-se menos colaborantes. O ANC defendia a necessidade de colaborar da seguinte maneira⁵⁶²:

We do acknowledge that the fact the ANC waged a just war against apartheid does not render us or anyone else immune from judgment on our conduct in the course of the struggle. We have set out the conditions under which violations of policy occurred. But we emphasise that none of these violations reflected official policy or were in way sanctioned by the leadership. These are instances where we could have acted more firmly and speedily to prevent or stop abuses; and for this the ANC accepts collective responsibility.

Durante as audiências do TRC, o ANC teve que enfrentar alguns momentos complicados devido aos depoimentos de alguns dos seus membros. O pior momento foi, sem dúvida, o depoimento de Winnie Mandela. Perante as acusações de ter participado em mais de 20 casos de abuso de direitos humanos, Winnie acabou por reconhecer ter perdido o controlo dos seus colaboradores e das coisas lhe terem corrido mal⁵⁶³. Winnie tentou defender-se afirmando, à semelhança do que tinha sido feito por De Klerk, que ela não podia ser responsabilizada pelos crimes cometidos pelos seus colaboradores. A acusação mais grave recaiu sobre os guarda-costas de Winnie, reunidos à volta do chamado *Mandela United Football Club*, acusados de terem assassinado um rapaz de 14 anos, Stompie Seipei⁵⁶⁴.

Após vários dias de depoimentos, Winnie acabou por pedir desculpa por tudo o que aconteceu à sua volta. Embora tenha sido ilibada dos crimes de que era acusada, subsistiram muitas dúvidas sobre o seu real envolvimento. As várias sessões do TRC causaram a Winnie consideráveis estragos nas suas ambições políticas, eliminando quaisquer hipóteses de vir a ser nomeada Vice-Presidente do país a seguir às eleições de 1999. Esta derrota política surgiu pouco depois de Winnie ter sido afastada, em Março de 1995, do cargo de Vice-Ministra das Artes, Ciência e Tecnologia devido à má utilização dos fundos públicos. Também ao nível

⁵⁶² ANC Submission to the Truth and Reconciliation Commission, p. 91.
<http://www.anc.org.za/ancindex.html>

⁵⁶³ Adrian Hadland: “O Lamento da Velha Senhora”, in *Público*, 5/12/97.

⁵⁶⁴ Este caso já tinha ensombrado o percurso político de Winnie Mandela quando, em 1992 um tribunal a condenou a 6 anos de prisão por agressão e rapto. Porém, a pena seria posteriormente transformada numa multa. Este aligeirar da pena deveu-se ao momento delicado em que estavam as negociações para a transição. Nessa altura, a notícia da condenação de Winnie, figura muito popular no seio da população negra, poderia ter sido interpretada não como um acto de justiça mas sim de vingança contra ao ANC. Ed O’Loughin: “Winnie a Mal Amada”, in *Expresso*, 20/12/97.

pessoal a sua vida sofreu profundas alterações com Nelson Mandela, que se manteve ao seu lado durante as audiências do TRC, a pedir o divórcio⁵⁶⁵.

No caso do IFP, o silêncio imposto por Buthelezi aos membros do partido, impossibilitou o conhecimento sobre muitos dos incidentes ocorridos no Kwazulu-Natal, especialmente durante a fase da transição. Esta ordem dada por Buthelezi impediu que vários membros do IFP, a cumprirem penas de prisão, pudessem contar o que sabiam e assim apelar a uma amnistia ao TRC.

A importância do testemunho do IFP derivava do facto de este movimento ser acusado de 33% de todas as violações denunciadas ao TRC, o que fazia do IFP o principal responsável, fora o estado sul-africano, pelas violações dos direitos humanos⁵⁶⁶.

O IFP defendeu-se, acusando o TRC de ser um instrumento do ANC e portanto parcial na sua actuação. Para o Inkatha, o relatório final do TRC era prova dessa falta de neutralidade⁵⁶⁷:

The TRC body comprised people of questionable neutrality and openmindedness, who were all active supporters of the UDF and therefore the ANC.

Para além dos testemunhos colectivos dos partidos, dois casos concretos chamaram a atenção para os trabalhos do TRC. A primeira surgiu em Agosto de 1997, quando os responsáveis pelo assassinato de Chris Hani, Janusz Walvus e Clive Derby Lewis, condenados a prisão perpétua pelo crime, solicitaram a sua amnistia⁵⁶⁸. Para explicar o assassinato de Hani, Clive Lewis, importante membro do *Conservative Party*, justificou-se com objectivos políticos. Segundo ele, a ideia era a de criar uma onda de instabilidade que permitisse ao CP, com a ajuda dos seus apoiantes nas forças de segurança, tomar o poder no país. Esta acção seria necessária para travar a entrega da África do Sul à aliança de comunistas e negros. O pedido de amnistia foi rejeitado.

O outro caso que concentrou as atenções teve a ver com a figura de Wouter Basson⁵⁶⁹, médico militar, também conhecido pela alcunha de *Dr. Death*. Basson foi acusado de ser o responsável por vários crimes cometidos no âmbito de um projecto secreto das forças armadas intitulado *Project Coast*. Este projecto visava desenvolver armas químicas e biológicas apenas destinadas a atingir a população negra. Entre os principais objectivos do *Project Coast* estava a tentativa de descobrir uma bactéria que só matasse negros e a criação de um agente químico

⁵⁶⁵ A base para o pedido de divórcio foi a acusação de adultério. Foram apresentadas provas como Winnie Mandela mantinha uma relação com o advogado Dali Mpfu.

⁵⁶⁶ Truth and Reconciliation Commission, volume V, p. 4.

⁵⁶⁷ IFP: 1998 Implications of Buthelezi in TRC Report is “Preposterous”, p. 2.
<http://www.africanews.org>

⁵⁶⁸ Peter Hawthorne: “The Painful Truth”, in Time Magazine, 25/10/97.

⁵⁶⁹ Após a sua audiência no TRC, Basson começou a ser julgado num processo que se arrastou desde Outubro de 1999 até Abril de 2002, altura em que foi absolvido.
Dr. Death Acquitted in South Africa, in BBC News on Africa, 11/04/2002.
http://www.bbc.co.uk/hi/english/world/africa/newsud_1923000/1923000.stm

que pudesse ser introduzido no sistema de distribuição de água e cujo efeito era esterilizar as mulheres negras. Para além destas, o *Project Coast* poderá ter-se estendido a outras iniciativas⁵⁷⁰. Ao tomar conhecimento das reais intenções do *Project Coast*, o Presidente do TRC, o Arcebispo Desmond Tutu, classificou-o de: *The most diabolical aspect of apartheid*⁵⁷¹.

7.3.1. As Conclusões do TRC e as suas Implicações

Em Outubro de 1998, Desmond Tutu apresentou ao Presidente Mandela o relatório final do TRC. Embora a maioria da população negra tenha achado que o trabalho do TRC foi independente e justo, a maioria da população branca considerou-o parcial e discriminatório. Esta crítica era reforçada pelo facto de apenas dois, dos 17 comissários, não serem considerados pro-ANC. Outra acusação, feita principalmente pelo IFP, teve a ver com o pouco empenho do TRC na investigação das acções levadas a cabo pelo ANC durante a fase da transição, nomeadamente nos incidentes registados no Kwazulu-Natal. Buthelezi queixou-se publicamente desse facto, afirmando que⁵⁷²:

The IFP has made detailed submissions to the TRC imploring it to investigate the systematic murder of over 420 IFP leaders and office bearers. The TRC refused to act on this respect.

Apesar das descobertas feitas pelo TRC, ficou a certeza que muitos acontecimentos assim como os seus autores não foram revelados. Os indícios de envolvimento das principais figuras do *apartheid*, de P.W. Botha a De Klerk, na violência eram de difícil prova. Por um lado, na fase final no poder, o regime do *apartheid* encarregou-se de eliminar provas incriminatórias, por outro, as provas apresentadas contra os líderes do regime careciam de sustentação e limitavam-se ao testemunho de prisioneiros. Estas dificuldades que afectaram os trabalhos do TRC foram reconhecidas pelo próprio Mandela⁵⁷³:

We should take note of the difficulties it faced as a result of what it saw as a lack of response to the spirit of generosity and reconciliation embodied in the establishment of the Commission, on the part of those who were part of, or who benefited from, or who acquiesced in the apartheid state. We note this not out of any vindictive spirit of pointing fingers.

⁵⁷⁰ Uma das principais suspeitas tem a ver com a contaminação propositada de membros negros das forças de segurança com o vírus do HIV, situação que ajudaria a explicar a elevada taxa de contaminação existente no seio da população sul-africana.

⁵⁷¹ Osei Boateng: "Did this Man Kill Blacks Big Time?", in *New African*, November 2001, p. 16.

⁵⁷² IFP: *1998 Implications of Buthelezi in TRC Report is "Preposterous"*, p. 1.
<http://www.africanews.org>

⁵⁷³ Nelson Mandela: *Statement on Receiving the Report of the TRC*, p. 6.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1998/nm1029.htm>

Apesar da dificuldade em obter as provas necessárias para muitas situações denunciadas, o TRC não poupou responsabilidades, no seu relatório final, ao anterior regime e ao IFP pela violência que o país conheceu⁵⁷⁴:

On the basis of the evidence available to it, the primary finding of the Commission is that the predominant portion of gross violations of human rights was committed by the former state through its security and law enforcement agencies. Moreover, the South African state in the period from late 1970's to early 1990's became involved in activities of criminal nature when, amongst other things, it knowingly planned, undertook, condoned and covered up the Commission of unlawful acts, including the extra-judicial killings of political opponents and others, inside and outside South Africa. In pursuit of these unlawful activities, the state acted in collusion with certain other political groupings, most notably the Inkatha Freedom Party.

Tendo sido criado para promover a reconciliação nacional, interessa saber, acima de tudo, se o TRC conseguiu atingir este objectivo. Antes de mais é necessário ter em atenção que o processo de reconciliação nacional não dependia só do TRC, sendo este apenas um instrumento da mesma. Ao longo da sua existência, como vimos, o TRC foi acusado de parcialidade e, nesse sentido, de não estar a contribuir para o espírito de reconciliação nacional. Essas críticas não surgiram apenas dos sectores conotados com a população branca ou com o IFP; dentro do próprio ANC surgiram vozes críticas. Por exemplo, a liderança regional do ANC no Kwazulu-Natal, acusou o TRC de estar a pôr em causa o delicado equilíbrio naquela região ao deteriorar as relações do ANC com o IFP⁵⁷⁵.

Para a maioria da população sul-africana, o TRC foi um processo doloroso, mas desejado. Durante os seus dois anos e meio de trabalhos, o país foi confrontado com os horrores do passado, tendo provocado um enorme desgaste psicológico na população que, acima de tudo, queria avançar com a sua vida.

Passados já alguns anos sobre o fim dos trabalhos, as opiniões continuam a ser divergentes. Para a maioria da população negra o TRC podia ter ido mais longe, nomeadamente implicando as principais figuras do anterior regime ainda vivas. Para a população branca, o TRC pecou por excesso de parcialidade que os levou a concentrar os seus trabalhos na actuação da população branca. Porém de um modo geral, a maioria da população considerou o trabalho do TRC como positivo. Embora o TRC tenha sido necessário, o fim do seu trabalho não significou, de todo, que o processo de reconciliação tenha chegado ao fim, havendo ainda um longo caminho a percorrer.

Se a ideia era de que o TRC seria o grande motor da reconciliação nacional, então essa expectativa saiu frustrada, uma vez que o conhecimento da verdade não implicou a reconciliação. Quanto muito o que se conseguiu foi uma coexistência pacífica. Se o critério de avaliação for mais modesto, como por exemplo considerar que o TRC serviu para marcar a diferença do novo regime em relação ao passado, então podemos considerar a missão do TRC como tendo sido bem sucedida.

⁵⁷⁴ Truth and Reconciliation Commission, volume V, p. 13.

⁵⁷⁵ Charles Villa-Vicencio: Getting on with Life: A Move Towards Reconciliation, p. 200.

A importância do TRC será, porventura, sentida no futuro, uma vez que o trabalho desenvolvido permitirá combater algo que será possível nas gerações vindouras, o revisionismo. Mesmo antes do fim do *apartheid*, muitos eram os brancos que acreditavam nas versões oficiais sobre os acontecimentos violentos que se iam registando no país⁵⁷⁶.

7.4. A Criação das Novas Forças Armadas

Ao assumir o poder, o ANC teve que enfrentar a complicada tarefa de criar as novas forças armadas sul-africanas, as *South African National Defence Forces* (SANDF). Este processo passava pela fusão dos vários grupos armados e exércitos existentes no país. Assim, as novas forças deveriam incluir os efectivos do antigo exército do regime, a SADF, os guerrilheiros do MK e do APLA, e os exércitos dos quatro Bantustões Independentes. Mais do que juntar soldados, o verdadeiro desafio estava em criar o espírito de exército único.

As negociações relativas às questões militares, nomeadamente à criação das novas forças armadas, começaram em Março de 1993, três anos após os primeiros contactos políticos. O atraso deveu-se ao desejo, quer do governo, quer do ANC, de manterem em aberto a opção militar caso as negociações políticas falhassem. Para o governo, a ideia inicial era a de manter sozinho o controlo sobre as forças armadas, as quais, mesmo após a transição, deveriam sofrer poucas alterações. Nesse contexto, os membros do MK que quisessem fazer parte das novas forças armadas deveriam apresentar candidaturas individuais.

Embora fosse previsível a vitória eleitoral do ANC, a obtenção do poder político não lhe facilitaria a tarefa no campo militar. Os membros do MK eram em menor número que os efectivos da SADF e estavam pior preparados, nomeadamente ao nível das chefias, do que as forças do *apartheid*. Com vista a minorar estas deficiências, quadros do MK começaram, a partir de 1993, a frequentar cursos de preparação militar intensivos, nomeadamente na Índia e no Zimbabwe, com vista a melhorar a sua preparação. Face à fraqueza do MK, as chefias militares da SADF acreditavam que poucas alterações, nomeadamente ao nível do comando, iriam ser impostas ao aparelho militar, e que a sua autonomia, uma herança dos tempos de Botha e que De Klerk não conseguiu anular, continuaria a existir.

A tarefa dos negociadores militares passava pela integração de todos os efectivos militares. A SADF tinha 67.500 efectivos⁵⁷⁷; o MK teria entre 14 a 16 mil guerrilheiros⁵⁷⁸, o APLA teria

⁵⁷⁶ Por exemplo, muitos brancos acreditaram na versão oficial para a morte de Steven Biko, segundo a qual ele teria atacado os guardas que se viram obrigados a defender-se. A presença dos assassinos de Biko no TRC, onde contaram a versão real dos acontecimentos, ajudou a desfazer esse equívoco.

⁵⁷⁷ Em 1994, estes efectivos estavam divididos da seguinte maneira: 47 mil no Exército; 10 mil na Força Aérea; 4.500 na Marinha e 6 mil no Corpo Médico. Para além destas forças, ainda existiam as reservas: a *Citizen Force* com 360 mil; a *Active Citizen Force Reserve* com 135 mil e os *Commandos* com 40 mil. The International Institute for Strategic Studies: *The Military Balance 1993-1994*, pp. 217-218.

⁵⁷⁸ Mark Shaw: *Negotiating Defence for a New South Africa*, p.15.

pouco mais de 6.000 guerrilheiros; o Bophuthatswana tinha um exército com 4 mil efectivos, o Venda tinha 1.800 efectivos, o Ciskei tinha 2.000 e o Transkei 3.500⁵⁷⁹.

O primeiro encontro oficial realizou-se em Abril de 1993 em Simon's Town, na província do *Western Cape*, com ambos os lados a fazerem-se representar ao mais alto nível⁵⁸⁰. Durante os primeiros contactos ficou bem claro o papel da SADF. Para além de estar preparada para avançar com as negociações, era visível a sua disposição em manter-se neutral durante o processo e reafirmar o seu profissionalismo. No entanto, as chefias militares também deixaram bem claro não estar na disposição de perder poder operacional durante todo o processo. As negociações abordaram três grandes temas:

1. O controlo das forças armadas durante o processo de transição;
2. Princípios de um acordo sobre a criação de uma força de manutenção da paz⁵⁸¹;
3. A integração de todas as forças no novo exército.

Para o avanço das negociações era essencial o entendimento entre a SADF e o MK, já que os efectivos do APLA eram muito poucos e as forças dos Bantustões estavam subordinadas a Pretória. Os exércitos dos Bantustões eram liderados por oficiais brancos e estavam ligados a Pretória por pactos de não agressão. A principal tarefa destas forças era a de travar as ofensivas do MK. Porém, na prática, estes exércitos começaram a autonomizar-se de Pretória, demonstrando terem um elevado grau de independência, especialmente verdade no caso do Transkei de Bantu Holomisa⁵⁸², claramente conotado com o ANC.

Se o Transkei estava conotado com o ANC, os outros três Bantustões Independentes alinhavam com o governo. Assim sendo, as forças destes Bantustões foram deixadas, de início, fora das negociações, uma vez que os seus interesses estavam a ser representados pelos seus aliados.

O processo de integração militar foi inserido no âmbito dos trabalhos do *Transitional Executive Council* (TEC), o qual criou para o efeito um Sub-Conselho para a Defesa. O assunto essencial a discutir era o início da integração e o controlo das forças armadas durante o processo de transição. A missão do Sub-Conselho era a de definir o papel das forças armadas no âmbito de um estado democrático; rever e actualizar o código de conduta dos militares das novas forças armadas e criar processos de treino e de preparação para todos os

⁵⁷⁹ Markus Reichardt & Jakkie Cilliers: *The History of the Homeland Armies*, pp. 68-79.

⁵⁸⁰ A delegação da SADF foi composta pelo Ministro da Defesa, Kobie Coetsee, e pelos Generais George Meiring, futuro Chefe do Estado Maior das novas Forças Armadas, Pierre Steyn, "Kat" Liebenberg e James Kriel. Do lado do ANC a delegação foi composta por Mathews Phosa, Fink Haysom e Joe Modise, futuro Ministro da Defesa.

⁵⁸¹ Este corpo militar deveria surgir de uma selecção de efectivos das várias forças. Embora tenha chegado a existir, a sua capacidade de actuação foi nula e acabou por ser extinto.

⁵⁸² Bantu Holomisa subiu ao poder no Transkei através de um golpe de estado em 1987. A partir do momento em que assumiu o poder, Holomisa começou a reforçar o exército do Bantustão, o *Transkei Defence Force*, aumentando o número de novos recrutas. Ao contrário dos outros Bantustões, dispensou os conselheiros militares sul-africanos, preferindo ir buscar o apoio de indianos, israelitas e antigos militares rodesianos.

militares. As propostas no campo militar para o período de transição foram apresentadas pelo *Institute for Defence Policy* (IDP) de Pretória, as quais foram o ponto de partida para as negociações⁵⁸³.

Para apoiar o Sub-Conselho foi criado o *Joint Military Coordinating Council* (JMCC), o qual seria presidido pelo Chefe da SADF, o General George Meiring, e pelo Comandante Supremo do MK, Siphwe Nyanda. O JMCC tinha seis grupos de trabalho: pessoal; serviços de informação; operações; logística; finanças e outros assuntos. Em cada um dos grupos estavam representados elementos das sete forças militares. O trabalho destes grupos serviu de base à elaboração de uma estratégia de defesa para o novo executivo. As conclusões dos trabalhos foram apresentadas quatro dias antes das eleições de Abril de 1994. Todos aqueles que foram registados como militares pelas respectivas entidades, foram integrados à meia-noite do dia 26 para o dia 27 de Abril de 1994 nas novas forças armadas, as SANDF.

O grande desentendimento com o ANC teve a ver com o modo como as novas forças armadas iriam ser criadas. A SADF apostava numa absorção das outras forças dentro da estrutura das forças armadas já existentes, o que daria um enorme poder às chefias militares brancas⁵⁸⁴. Para o ANC o modelo a seguir deveria ser a combinação de todas as forças no sentido de se criar uma nova entidade. Esta questão era mais uma posição de princípio do ANC do que propriamente uma ideia estruturada. Devido ao nível de sofisticação e de recursos das SADF, era inevitável que as outras forças fossem absorvidas, caso contrário a África do Sul arriscava-se a não ter, devido à enorme confusão, forças armadas credíveis.

Apesar da alteração de nome, de SADF para SANDF, o verdadeiro processo de integração ficou adiado para depois das eleições. Até lá as SADF continuaram a existir apenas com outro nome. À partida o MK estava em clara desvantagem devido à falta de quadros militares capazes de preencher os lugares cimeiros da hierarquia militar. De facto, as SANDF tinham, de início, grande parte dos seus oficiais oriundos das SADF, e portanto eram brancos⁵⁸⁵. Esta questão levantou alguns protestos, com sectores dentro do ANC a defenderem a adopção de uma política de *Affirmative Action* nas forças armadas.

A decisão de integrar todas as forças e a partir daí começar a desmobilizar, teve uma consequência positiva, uma vez que permitiu controlar todas as forças, mas também teve um

⁵⁸³ O IDP passou a designar-se, em finais de 1997, por *Institute for Security Studies*, dirigido por Jakkie Cilliers. Este Instituto dedica-se ao estudo e à apresentação de propostas na área da defesa. Sobre as propostas apresentadas no período de transição, Cfr. Jakkie Cilliers & Paul Bolko Mertz: Proposals for the Transitional Period, pp. 14-35.

⁵⁸⁴ O número de soldados não brancos nas forças armadas do regime do *apartheid* só aumentou consideravelmente com o início das negociações nos anos 90. Pouco antes das eleições de 1994, o número de soldados negros no exército já era superior ao número de soldados brancos. No caso da Marinha e da Força Aérea, a supremacia branca manteve-se. No caso das chefias o domínio branco era total. Em 1993 o oficial negro mais graduado era um Major. No caso da população mestiça era um Brigadeiro e no caso da população indiana era um Comandante de Marinha. Greg Mills & Geoffrey Wood: Ethnicity, Integration and the South African Forces, p. 27.

⁵⁸⁵ Em Julho de 1995, o MK tinha assegurado os seguintes lugares na hierarquia militar: 438 Tenentes; 336 Capitães; 224 Majores; 102 Tenentes-Coronéis; 45 Coronéis; 15 Brigadeiros; 9 Generais. Na mesma altura, para além dos outros postos, havia 135 Brigadeiros e 40 Generais brancos. Mark Shaw, *op. cit.*, p. 31.

aspecto negativo, o elevado custo com os efectivos das novas forças. O processo de integração, que se iniciou em 1995, foi feito através de um processo de reunião dos ex-guerrilheiros nos três campos de acantonamento criados, Wallmannsthal, Hoedspruit e De Brug. Nestes campos foi feita a triagem do pessoal e escolhidos os que estavam em condições de ser integrados⁵⁸⁶. O processo foi muito lento, o que provocou sentimentos de impaciência no seio do MK, que acusou as novas SANDF de racismo.

A questão racial foi-se mantendo ao longo da era Mandela. Em 1998 o Ministro da Defesa, Joe Modise, afirmou a necessidade das forças armadas dispensarem ainda alguns milhares de soldados, processo no qual deveria ser tida em atenção a composição da população sul-africana, numa clara indicação da sua disposição para diminuir o número de brancos. Para Modise, tal processo era absolutamente necessário com vista a transformar as SANDF numa instituição representativa da população. Segundo o Vice-Ministro da Defesa, Ronnie Kasrils⁵⁸⁷, o fracasso no processo de transformação das forças armadas poderia pôr em causa a sua legitimidade aos olhos da população, para quem o exército sul-africano continuava a ser, em muitos aspectos, o exército do *apartheid*.

Tal como no resto da sociedade sul-africana, as questões racial e étnica mantiveram-se centrais no processo de criação das novas forças armadas. Sendo questões muito complexas, e cuja origem se encontra em décadas de discriminação racial, a sua resolução não era imediata. Assim sendo, e tal como nos outros sectores da sociedade, era essencial enfrentar estas questões com um duplo cuidado. Se, por um lado, não se deveria demorar muito em promover as alterações desejadas, de modo a evitar o sentimento de frustração no seio da população negra, por outro, um processo demasiadamente brusco poderia assustar a minoria branca. O trabalho apresentado pelo ISS chamou a atenção para esse facto⁵⁸⁸:

The survival of South Africa as a single state in the difficult years that lie ahead will depend partly on the care which is devoted to balancing the composition of its military units and formations and the effectiveness in restoring law and order. The question is how to balance effectiveness with affirmative action and how to effectuate the ethnic racial composition itself.

7.4.1. Os Primeiros Anos das SANDF

O processo de criação das SANDF foi acompanhado por duas questões determinantes para o papel das novas forças armadas. O primeiro tinha a ver com a mudança radical do ambiente, quer interno, quer externo, em que as forças armadas sul-africanas estavam habituadas a agir. O fim do *apartheid*, a queda do muro de Berlim, a independência da Namíbia e o fim das intervenções militares em Angola, retiraram às forças armadas o seu tradicional campo de actuação e o seu protagonismo. A alteração das prioridades do estado sul-africano, da esfera externa para a interna, implicou uma menor intervenção nomeadamente em termos regionais.

⁵⁸⁶ Cerca de 4 mil guerrilheiros do MK e APLA aceitaram voluntariamente a desmobilização. Marc Aicardi de Saint-Paul: *La Réorganisation des Forces Armées et l'Industrie d'Armement*, p. 19.

⁵⁸⁷ Ronnie Kasrils: *The Future South African Army – Futures and Forecasts*, p. 3.

⁵⁸⁸ Jakkie Cilliers & Paul Bolko Mertz, *op. cit.*, p. 23.

Por outro lado, o processo de criação das SANDF deu-se num período de diminuição dos gastos militares, fruto das novas prioridades do governo, resumidas no RDP. Esta diminuição do orçamento da defesa surgiu no momento, em que devido à integração das várias forças, o orçamento com o pessoal aumentou consideravelmente. Perante este aperto financeiro a área mais sacrificada foi a da manutenção e modernização do equipamento militar.

Para além do processo de integração, a transformação das forças armadas compreendia outras duas importantes fases, a da desmobilização e da racionalização, ambas a serem executadas pelo governo de Mandela.

O processo de integração, após uma selecção prévia, começou a 1 de Abril de 1996. Em finais desse ano, as SANDF eram constituídas por 98.782 militares, entre os quais estavam 13.416 membros do MK e 3.922 do APLA. Dos quatro Bantustões vieram 10.852 efectivos⁵⁸⁹. Em Novembro de 1996, o Parlamento sul-africano aprovou o *Special Pensions Act* nº 69, desbloqueando verbas para o pagamento dos desmobilizados. A escolha dos que iriam ser desmobilizados começou por ser feita tendo em conta critérios de idade, condição física e vontade de continuar nas forças armadas.

O papel das forças armadas em democracia ficou delineado em dois documentos essenciais, o *White Paper on Defence* e o *Defence Review*. O *White Paper*, apresentado em 1996, estabeleceu as prioridades das forças armadas ao mesmo tempo que apostava no processo de transformação interna. O *Defence Review* veio actualizar as principais ideias do *White Paper*. Segundo o *White Paper*, o papel da SANDF estava condicionado às prioridades do novo executivo, o que na prática significava uma redução de recursos⁵⁹⁰:

In the new South Africa, national security is no longer viewed as a predominantly military and police problem.

The government of national unity recognises that the greatest threats to the south african people are socio-economic problems like poverty, unemployment, poor education, the lack of housing and the absence of adequate social services, as well as the high level of crime and violence.

Face à nova realidade interna, as SANDF deveriam concentrar-se no seu processo de transformação interno, o qual, segundo o *White Paper*, implicaria uma redução dos efectivos⁵⁹¹. Tal processo teria que ser gradual, de modo a evitar-se cortes radicais que poriam em causa não só a operacionalidade das forças armadas, como também a estabilidade interna. Tal esforço de redução de custos também era provocado por uma previsível diminuição significativa nos orçamentos de defesa durante os anos seguintes.

Do ponto de vista operacional, as grandes missões das SANDF eram, segundo o Comandante do Exército, o General Johan Pretorius, a protecção da soberania e integridade nacional e um controlo efectivo das fronteiras. A missão de controlo fronteiriço era particularmente

⁵⁸⁹ South Africa Yearbook 1997, p. 312.

⁵⁹⁰ Department of Defence: South African White Paper on Defence, p. 5.
<http://www.mil.za.Articles&Papers/Frame/Frame.htm>

⁵⁹¹ *Idem*, p. 27.

importante devido ao risco da RAS se ver invadida por uma avalanche de imigrantes⁵⁹² que poderiam pôr em causa o delicado equilíbrio interno. Segundo um estudo do *Human Science Research Council*⁵⁹³ de Pretória, 55% da população sul-africana via na chegada de novos imigrantes uma ameaça ou uma concorrência ao seu emprego, razão pela qual a xenofobia estava a aumentar no país.

Durante a segunda metade dos anos 90, o processo de transformação das forças armadas decorreu muito lentamente, nomeadamente no processo de desmobilização. As poucas alterações ao nível das chefias militares, permitindo a continuação da hegemonia dos oficiais brancos, foi provocando um mal-estar crescente. Face a tal situação, o Ministro da Defesa Joe Modise, declarou a necessidade de se avançar mais rapidamente com uma política de *Affirmative Action* para colmatar as diferenças entre brancos e negros ao nível das chefias⁵⁹⁴. A preocupação em promover oficiais negros já tinha ficado patente no *White Paper* que, sobre esta questão afirmou o seguinte⁵⁹⁵:

In order to secure the legitimacy of the armed forces, the Ministry of Defence is committed to the long-term goal of overcoming the legacy of apartheid and ensuring that the SANDF, and its leadership, in particular, is representative of the South African population. The Ministry will therefore oversee the design and implementation of an affirmative action and equal opportunity programme. The emphasis of the programme will be on the training and development of black officers.

Apesar da política de *Affirmative Action*, que favoreceu a promoção de oficiais negros, a verdade é que em 1999, as chefias militares ainda denotavam uma superioridade dos oficiais brancos⁵⁹⁶.

Entre 1994 e 1999, as forças armadas sul-africanas foram abaladas por dois acontecimentos que vieram pôr à prova o seu grau de coesão. A primeira foi a demissão do Chefe das SANDF, o General George Meiring, oriundo das SADF. O afastamento de Meiring deu-se a 30 de Abril de 1998, na sequência de uma história muito confusa sobre uma alegada tentativa de golpe de

⁵⁹² Só em 1994, as tropas sul-africanas apanharam 35.812 pessoas a tentarem entrar no país. A situação era particularmente grave se se tiver em conta que este número era apenas uma pequena percentagem do total que tentou entrar no país.

Johan Pretorius: *Integration, Rationalisation and Restructuring of the SA Army: Challenges and Prospects*, p. 27.

⁵⁹³ Marc Antoine Pérouse de Montclos: *Les Nouveaux Enjeux de l'Immigration en Afrique du Sud*, p. 224.

⁵⁹⁴ Joe Modise: *Facing the Future. The South African Army and Transformation*, p. 4.
<http://www.iss.co.za/Pubs/Papers/21/Paper21.html>

⁵⁹⁵ Department of Defence, *op. cit.*, pp. 28-29.

⁵⁹⁶ A disparidade era particularmente visível nas chefias médias e altas. Existiam 23 Majores Gerais brancos para 10 negros; 106 Brigadeiros Gerais brancos para 41 negros, 2 mestiços e 2 asiáticos; 555 Coronéis brancos para 77 negros, 5 mestiços e 2 asiáticos; 1.121 Tenentes Coronéis brancos para 233 negros, 40 mestiços e 5 asiáticos; 1.114 Majores brancos para 452 negros, 102 mestiços e 17 asiáticos, 1.593 Capitães brancos para 882 negros, 146 mestiços e 30 asiáticos.

Department of Defence *Annual Report 1999/2000*.
<http://www.mil.za/Articles&Papers/DefenceReports/htm>

estado que estaria a ser preparada para derrubar Mandela. Tendo tido conhecimento desta eventual tentativa, Meiring avisou Mandela acusando o seu Vice-Chefe, o General Siphiwe Nyanda, oriundo do MK, de ser um dos cérebros da operação. A história revelou ser falsa e Meiring viu-se obrigado a demitir-se, tendo sido substituído por Nyanda. Todo este processo provocou um mal-estar no seio das SANDF, com os oficiais brancos a considerarem que Meiring teria sido alvo de uma armadilha destinada a afastá-lo do cargo.

A segunda questão teve a ver com a crise que o Lesoto viveu em Setembro de 1998⁵⁹⁷. Face a umas eleições que correram mal, o pequeno reino entrou numa situação de anarquia, com as autoridades locais a pedirem auxílio aos seus parceiros da SADC. A RAS já tinha sido pressionada, quer regional quer internacionalmente, para se envolver militarmente em missões de *peace-keeping* e *peace-enforcing*. A resistência sul-africana devia-se ao profundo processo pelo qual estavam a passar as suas forças armadas, o que não aconselhava a envolver-se em missões fora das suas fronteiras. Porém, a RAS caso quisesse manter o seu estatuto de potência regional, teria que mostrar o poder do seu exército, não bastando fazer a ameaça do uso da força. A situação escolhida para mostrar as capacidades das SANDF foi esta crise no Lesoto. A intervenção sul-africana, conhecida por Operação Boleas, foi um desastre demonstrando as fragilidades das suas forças. Especialmente preocupantes foram os casos de tensão racial vividos entre os oficiais brancos e os soldados negros. Toda a operação serviu o atraso que existia na criação efectiva de um novo exército sul-africano.

Em Abril de 1999, as SANDF eram constituídas por 86.533 efectivos⁵⁹⁸, número que já estava dentro do previsto pelo governo. Porém, se por um lado se alcançou o número desejado, por outro, ao nível das chefias militares as disparidades mantinham-se. Mas, mais grave do que isso foi a diminuição da capacidade de actuação das SANDF afectadas pelos drásticos cortes orçamentais⁵⁹⁹, que provocaram uma deterioração do material e a impossibilidade de uma modernização, condição essencial para que a RAS pudesse continuar a desempenhar um papel hegemónico na região.

7.5. As Províncias

A criação das várias províncias foi um dos processos mais controversos durante as negociações. À partida, o ANC era favorável a um governo mais centralizador, sem dúvida devido à sua rejeição da política de Bantustões. Porém, o problema do Kwazulu e o desejo dos zulus de alcançarem a sua secessão, obrigou o ANC, igualmente pressionado pelo DP e pelo NP, a aceitar alguma forma de descentralização. Esta solução também servia para contentar aqueles que no seio da população *africânder* sonhavam com a criação do *volkstaat*.

⁵⁹⁷ A crise no Lesoto em 1998 será mais aprofundada no Capítulo IX.

⁵⁹⁸ *Idem*.

⁵⁹⁹ Em 1995-96 o orçamento da defesa foi de 12.908 milhões de randes, o que representou 8.7% dos gastos totais; em 1996-97 o orçamento foi de 11.552 milhões de randes, correspondendo a 7.4% dos gastos totais; em 1997-98 o orçamento foi de 10.716 milhões de randes, o que correspondeu a 5.6% dos gastos totais; em 1998-99 o orçamento foi de 10.393 milhões de randes, o que correspondeu a 5.2% dos gastos totais.

Fonte: South Africa Yearbook 1996, p. 222; South Africa Yearbook 1997, p. 222; South Africa Yearbook 1998, p. 230; Department of Defence 1998-99 Budget, p. 1.

Assim, durante o processo negocial foi decidido dividir o país em nove províncias⁶⁰⁰. Esta divisão obedeceu mais à necessidade de alcançar compromissos e apoios durante as negociações, do que propriamente a uma lógica geográfica ou económica. A ideia subjacente à criação destas províncias teve a ver com o objectivo de atribuir algum poder aos partidos da oposição mais importantes, os quais através da descentralização do poder, não se sentiriam totalmente excluídos do novo cenário político. Nenhuma das explicações apresentadas para a criação das províncias teve por base critérios associados à eficácia do estado ou à necessidade de desenvolvimento equilibrado do país.

As nove províncias eram todas elas heterogéneas em termos de desenvolvimento e riqueza. As províncias onde existiam maiores disparidades eram o Kwazulu-Natal, com um corredor de riqueza entre Pietermaritzburg- Durban e *Richards Bay*, e o caso do *Eastern Cape* com uma zona de riqueza à volta de *Port Elizabeth* e *East London* e com zonas muito pobres nos antigos territórios do Ciskei e do Transkei. Do ponto de vista da riqueza, as províncias mais ricas eram Gauteng, que incluía Joanesburgo e Pretória, e o *Western Cape*, que incluía a Cidade do Cabo.

Embora a criação destas províncias se tenha revelado um sucesso político, ao longo dos anos 90, os encargos económicos das mesmas revelaram-se um peso excessivo para o estado.

As províncias foram dotadas de grandes poderes. De acordo com a Constituição sul-africana, cada província tinha o seu Parlamento, constituído entre 30 a 100 deputados, de acordo com a população⁶⁰¹. Cerca de 2/3 do orçamento do país era canalizado para elas. Dos 1.2 milhões de funcionários públicos⁶⁰², grande parte estava ligado aos governos provinciais. As autoridades provinciais detinham poderes nas mais diversas áreas, afectando os cidadãos no seu dia-a-dia. Na verdade, quando a população se queixava do desempenho do governo central em determinada área, muitas vezes a responsabilidade era mais do governo da sua província do que do estado central.

A descoordenação inicial da maioria das províncias teve a ver com a necessidade destas terem que criar serviços públicos recorrendo a funcionários, muitos oriundos dos Bantustões, que careciam da preparação adequada. Também as informações sobre cada uma das províncias ou estava muito desactualizada ou então nem sequer existia, o que obrigou a enorme esforço de recolha de informações nas mais diversas áreas. Os problemas agravavam-se para aquelas províncias que tiveram que englobar os territórios e populações dos bantustões. Apenas as províncias de Gauteng, *Western Cape*, *Northern Cape* não tiveram que herdar as estruturas de Bantustões⁶⁰³.

⁶⁰⁰ *Gauteng; Western Cape; Northern Cape; Free State; Mpumalanga; Eastern Cape; Kwazulu-Natal; Northern Province; North West.*

⁶⁰¹ As províncias mais populosas eram o Kwazulu-Natal, com 8.173.100 habitantes e Gauteng com 7.004.300 habitantes em 1995. A província menos populosa era o *Northern Cape* com apenas 742.000 habitantes, o que representava apenas 1.8 % do total da população. Porém, o *Northern Cape* era a maior província em termos de território com 361.800 Km², o que representava 29.7% da área total do país. *South Africa Yearbook 1996*, pp. 4-22.

⁶⁰² Cerca de 400 mil eram oriundos dos Bantustões Independentes e Autónomos. *Idem*, p. 12.

Dentro das 7 províncias por si governadas, o ANC enfrentou, entre 1994 e 1999, toda uma série de problemas. Muitos desses problemas surgiram do choque entre a liderança nacional do partido e as estruturas provinciais, visível no desentendimento em questões como a escolha do *Premier*. Um exemplo disto foi a imposição do nome de Patrick “Terror” Lekota pela direcção nacional do ANC para o cargo de *Premier* do *Free State*⁶⁰⁴. Outro problema derivou da actuação dos líderes dos governos provinciais que excederam os limites da sua autonomia. O exemplo disto foi a acção de Mathews Phosa, *Premier* de Mpumalanga, que pretendeu criar uma política externa regional com Moçambique. No caso da substituição do *Premier* de Gauteng, Tokyo Sewale, o processo provocou desentendimentos dentro da aliança do ANC, com a COSATU e o SACP a apoiarem um candidato, Amos Masondo, e a liderança a impor o nome de Matole Motshenkga.

Esta descoordenação ou desentendimento entre o ANC nacional e as suas estruturas regionais, derivaram essencialmente de uma crise de rápido crescimento. Entre 1990 e 1994, o ANC cresceu muito internamente, englobando pessoas das mais diversas origens. Os governos provinciais do ANC eram bem o exemplo dessa heterogeneidade ao incluir membros regressados, do exílio, aderentes recentes ao partido e antigos funcionários dos Bantustões. Esta amálgama de membros dificultava a criação de uma linha própria de actuação, com muitos dos funcionários a manterem os seus hábitos de trabalho e as suas redes de relacionamento⁶⁰⁵.

Por outro lado, antigos adversários, nomeadamente dos Bantustões, eram por vezes inseridos dentro da mesma administração, como foi o caso de funcionários oriundos do Lebowa e do Venda, juntos na *Northern Province*. Esta realidade fez com que velhas rivalidades fossem minar as novas administrações.

Entre 1994 e 1999, os problemas mais graves com as províncias tiveram a ver com o descontrolo financeiro que atingiu a maioria delas. O governo era responsável por 96% do orçamento das províncias, perfazendo uma transferência anual de 83 biliões de randes. Porém, face ao endividamento das províncias, o governo viu-se obrigado, várias vezes a injectar novos financiamentos⁶⁰⁶.

7.6. A Evolução Partidária.

⁶⁰³ A província do *Eastern Cape* englobou o Transkei e o Ciskei; a província do Kwazulu-Natal ficou com o Kwazulu; a *Northern Province* ficou com a Venda, Gazankulu e Lebowa; a província do *North West* ficou com o Bophuthatswana e o Kwandebele e a província do *Free State* com o Qwaqwa.

⁶⁰⁴ Apesar de ter nascido na província do *Free State*, em Kroonstad, Lekota viveu grande parte da sua vida no Transkei, o que motivou o descontentamento da estrutura regional do ANC pela sua nomeação. Outro caso foi a nomeação de Ngoako Ramatlhodi para *Premier* da *Northern Province*. Em ambos os casos, as elites políticas provinciais não gostaram que lhes fosse imposta uma pessoa fora do seu círculo.

⁶⁰⁵ Os vários ministros do Inkatha no governo do Kwazulu-Natal, faziam questão de serem recebidos por grupos de funcionários públicos no aeroporto de Ulundi cada vez que regressavam de viagem.

⁶⁰⁶ Por exemplo, em 1998, o governo teve que injectar mais de 2.1 biliões de randes para cobrir o excesso de despesas provinciais. Tal facto implicou que o défice do PNB passasse de 4.0% para 4.3%. South Africa's Profligate Provinces, in *The Economist*, 28/02/98.

A esmagadora vitória eleitoral do ANC nas eleições de 1994, foram vistas por parte da oposição, como uma ameaça ao aprofundamento da democracia sul-africana. Uma tão grande hegemonia de um partido, à qual se juntava a inexperiência governativa do ANC, era vista como favoráveis a práticas autoritárias. Curiosamente, o próprio ANC temia esta situação e por diversas vezes a quiz combater. Assim, após a saída do NP do governo de unidade nacional, o ANC quis convencer o DP e o PAC a integrarem o executivo. Através deste convite, Mandela pretendia promover a política de reconciliação nacional, obtendo maiores apoios para as metas macro-económicas, tentando cativar os bons quadros, nomeadamente os do DP, para o governo.

O DP, apesar da sua pouca expressão parlamentar, tinha-se vindo a revelar a oposição mais eficaz ao ANC, tendo mesmo, em algumas ocasiões, embaraçado o governo. Ao incluir o DP no governo, o ANC pretendia isolar o NP, ainda visto como principal opositor, nas eleições de 1999, evitando a criação de uma ampla coligação. A inclusão do PAC permitiria cativar aqueles que no seio da população negra se tinham desencantado com o ANC e tinham procurado partidos com mensagens mais radicais.

Embora o DP e o PAC se tivessem inclinado para aceitar o convite, acabaram por rejeita-lo. A principal razão para a recusa foi o facto de uma eventual entrada no governo limitar, em muito, a margem de manobra de ambos os partidos, o que poderia afectar o seu resultado eleitoral nas eleições de 1999.

Apesar dos pontos negativos que a fraqueza da oposição representava, ela acabava também por ter alguns pontos favoráveis. Face aos desafios que o país enfrentava, eram necessárias reformas de fundo, as quais nem sempre eram populares. A existência de uma oposição forte, poderia pôr em causa, por razões meramente eleitoralistas, a aplicação das reformas necessárias.

A fragmentação da oposição foi encarada por muitos, especialmente no seio da população branca, como um outro sinal de que a África do Sul estava a seguir o exemplo zimbabweano. O controlo que o ANC conseguiu adquirir sobre o IFP, fazia lembrar o controlo exercido pela ZANU de Mugabe que dominou o seu principal opositor, a ZAPU de Joshua Nkomo, integrando-o no governo.

7.6.1. As Eleições Locais de 1995

As eleições municipais de 1 de Novembro de 1995⁶⁰⁷ foram importantes por dois motivos. Por um lado, foram vistas como um primeiro teste à popularidade e à gestão do governo, nomeadamente do ANC. Por outro, porque do poder local dependia a realização das principais decisões do governo. Para os sul-africanos brancos, a *performance* do governo devia ser analisada de acordo com a sua capacidade de administrar toda uma série de serviços, como a segurança, limpeza das ruas, fornecimento de serviços básicos, manutenção dos espaços

⁶⁰⁷ Devido a problemas relacionados com a demarcação das novas fronteiras das localidades, as eleições na Cidade do Cabo e em toda a província do Kwazulu-Natal foram adiadas, no caso do Cabo, para 29 de Maio de 1996, e no caso do Kwazulu-Natal, para 26 de Junho de 1996

públicos, tarefas que dependiam claramente do poder local. Igualmente muitas das esperanças da população negra, como a melhoria do sistema de saúde, fornecimento de serviços básicos, dependiam também das autoridades locais.

QUADRO X

Resultados dos Principais Partidos nas Eleições Locais Novembro de 1995		
Partido	% de Votos	Lugares Conquistados
ANC	58.02 (5.033.855)	6032
NP	18.02 (1.563.465)	1814
IFP	8.73 (757.704)	754
DP	3.48 (302.006)	138
FF	2.66 (230.845)	159
PAC	1.2 (104.455)	27
CP	0.79 (68.595)	57
ACDP	0.77 (66.985)	8

Fonte: ETG Report on Local Government Elections in South Africa 1995-1996, citando em Local Government in South Africa. Elections CD. David Pottie & Heather Ford eds.

Nas eleições de Novembro de 1995, a primeira constatação a que se chega quando se analisam os resultados, é que houve um claro desinteresse por parte do eleitorado. Apenas 8.675.567 milhões de votantes, num total de 17.782.694 milhões, votaram, o que se traduziu numa percentagem de participação da ordem dos 48.79%⁶⁰⁸. Os motivos que explicam este resultado foram, basicamente, dois. Em primeiro lugar, as autoridades não foram capazes de mobilizar a população através de uma campanha de educação cívica capaz de explicar o papel das autoridades locais. Em segundo, houve um certo desinteresse da população, sobretudo não negra, em relação às eleições⁶⁰⁹.

Ao nível dos resultados, estas eleições confirmaram a supremacia do ANC, perante uma oposição fragilizada e incapaz de se apresentar aos eleitores numa frente unida. A questão racial continuou na ordem do dia, embora tivessem havido algumas tentativas de mistura, nomeadamente ao nível das candidaturas independentes⁶¹⁰.

⁶⁰⁸ ETG Report on Local Government Elections in South Africa 1995-1996, citando em Local Government in South Africa. Elections CD. David Pottie & Heather Ford eds.

⁶⁰⁹ Num estudo feito em 1996 pelo IDASA, 37% da população reconheceu não compreender bem o papel das eleições locais. Sobre o interesse das mesmas, 45% do total mostrou o seu desinteresse, 47% no seio da população branca, 50 % no seio da população mestiça, 59% no seio da população indiana e 43% no seio da população negra.

Heather Deegan: South Africa Reborn. Bulding a New Democracy, p. 120.

⁶¹⁰ Por exemplo, o caso do *Community Action Party* (CAP) que concorreu às eleições em Midrand - Ivory Park. O CAP era composto por antigos membros do NP, ANC e PAC. O CAP perdeu as eleições para o ANC por uma escassa margem.

As novas autoridades locais enfrentaram uma pesada tarefa. Para além das expectativas serem altas por parte do eleitorado, as enormes tarefas do executivo não prometiam a disponibilização de grandes meios financeiros e, para além disto, os próprios municípios enfrentavam uma grave crise financeira. Esta crise advinha dos boicotes decretados, ainda durante o *apartheid*, ao pagamento de serviços. Este boicote foi-se transformando num dado adquirido, sendo difícil às novas autoridades quebrar essa tradição. Para fazer face à crise financeira dos municípios, o governo lançou, em Maio de 1995, uma campanha nacional intitulada *Masakhane*, que significa, em nguni, “vamos construir em conjunto”, com o objectivo de alterar as mentalidades e mobilizar a população a favor da sua comunidade. Esta campanha visava acelerar o fornecimento de serviços básicos à população, tarefa só possível com o recomeço do pagamento dos serviços.

As preocupações dos municípios variavam bastante, estando dependentes da composição racial do seu eleitorado. Segundo um estudo do *Human Science Research Council*, a manutenção da segurança era a principal preocupação para 70% dos brancos, apenas o sendo para 20% dos negros. A principal preocupação para 56% da população negra era a criação de novos empregos⁶¹¹.

Estes dois mundos eram difíceis de conciliar. Os problemas enfrentados pelo Presidente da Câmara de Pietermaritzburg – Msunduzi, Omar Latiff, são bem o espelho dessa realidade⁶¹²:

We have essentially two cities: one with all the infrastructure; the other with no services, no water, no lights, no parks. It's time to bridge the gap.

Um dos problemas que também explicou a fraca participação nas eleições teve a ver com um certo desencanto com política por parte dos sul-africanos. Tal situação deveu-se, em grande medida, à ideia de que os políticos eram muito permissíveis à corrupção. Num estudo realizado pelo IDASA em 1996, 46% dos sul-africanos achavam que grande parte dos políticos eram corruptos. Apenas 6% achavam que o governo não era corrupto⁶¹³.

Do ponto de vista da luta política, as eleições marcaram aquilo que já começava a ser visível na sociedade sul-africana, a crescente dificuldade do NP se afirmar como alternativa política ao ANC. O processo de fragmentação interna, e a conseqüente perda de apoio, já era visível nessa altura.

7.6.2. As Transformações Políticas

Entre 1994 e 1999, o cenário político sul-africano sofreu profundas alterações. O ANC acabou por ser o partido que menos mudou. O NP foi o extremo oposto. Após a euforia pelo bom resultado eleitoral em 1994, o NP não conseguiu resolver as diferenças internas e projectar a mensagem de um partido diferente, libertando-se da imagem do *apartheid*. A saída de Meyer

⁶¹¹ Tom Lodge, *op. cit.*, p. 46.

⁶¹² Heather Deegan, *op. cit.*, p. 124.

⁶¹³ Tom Lodge: Political Corruption in the New South Africa?, p. 23.

seguida, pouco tempo depois, pela de De Klerk, abalou o partido, que entrou em queda. A escolha do novo líder deixou transparecer a falta de opções do partido.

Sem nenhum membro influente a disponibilizar-se para avançar para a liderança⁶¹⁴, esta ficou entregue ao jovem, e relativamente desconhecido, Marthinus van Schalkwyk⁶¹⁵, até então director executivo do partido durante a presidência de De Klerk. Para além de van Schalkwyk, entraram na corrida Dannie Schutte, líder do NP em Gauteng, Kraai van Niekerk, antigo Ministro da Agricultura, e Sam de Beer líder do NP no Kwazulu-Natal. A escolha de van Schalkwyk não entusiasmou os membros do NP, sendo visto como uma escolha de recurso.

O enorme poder eleitoral do ANC convenceu a população sul-africana da quase perpetuação deste partido no poder. Esta ideia ficou bem expressa por Steven Freidman, do *Center for Political Studies*, que afirmou, em 1996, a este respeito o seguinte⁶¹⁶:

Almost a conventional wisdom to assume that the ANC will monopolise government for a considerable period.

Esta constatação era ainda reforçada pela fragmentação da oposição, incapaz de se apresentar como uma alternativa credível de governo ao ANC. Em termos teóricos, a RAS era uma democracia consolidada, existindo e funcionando todos os instrumentos que assegurassem um bom jogo democrático. O problema era que a ausência de alternativas podia pôr em causa as regras democráticas.

Com a oposição fragmentada, a principal ameaça ao ANC vinha de dentro da sua própria aliança. A ligação entre o ANC, o SACP e a COSATU tinha funcionado com base em solidariedades políticas, sendo que as questões económicas tinham sido de início marginalizado. Após a subida ao poder e o início da implementação do RDP, os choques começaram a fazer-se sentir. O ANC aproximou-se dos grandes empresários sul-africanos e trabalhou em conjunto com o FMI e com o Banco Mundial. Estas novas amizades desagradaram aos comunistas e aos sindicalistas, os quais se opunham à política de privatizações e defendiam o reforço do papel do estado na economia.

Embora o ANC apostasse numa liberalização da economia, não podia dispensar os seus aliados. O SACP, embora fosse um partido pequeno, estava recheado de quadros experientes,

⁶¹⁴ A aposta chegou a ser Hernus Kriel, *Premier do Western Cape*.

⁶¹⁵ Marthinus van Schalkwyk fez carreira no seio do nacionalismo *afrikander*. Foi presidente da associação de estudantes *afrikanders*, *Jeugkrag*, na *Rand Afrikaans University* em Joanesburgo. Durante os anos 80 van Schalkwyk manteve ligações muito estreitas com os militares.
Patrick Smith: *Who's Who of Southern Africa*, p. 142.

⁶¹⁶ Tom Lodge: *South African Politics since 1994*, p. 70.

essenciais para um país carente de quadros. A COSATU representava 1.9 milhões de trabalhadores, essenciais no apoio à acção governativa.

Ao longo da era Mandela, vários foram os momentos de tensão entre os três aliados. Tanto a COSATU como o SACP enfrentavam o mesmo dilema. Por um lado, tinham as suas linhas programáticas e os seus compromissos com os seus membros, por outro, a ligação ao ANC permitia-lhes estar no governo e ter maior capacidade de pressão. Porém, os três aliados estavam convencidos de que a aliança não teria grande futuro se ninguém cedesse. O ANC, enquanto parceiro mais forte da aliança, foi pressionando os seus aliados, esforço bem visível no discurso de Mandela nas celebrações dos 75 anos do SACP⁶¹⁷. A inevitabilidade da ruptura era reconhecida pelo próprio ANC. Num entrevista concedida à televisão sul-africana, em Janeiro de 1998, o Vice-Presidente Thabo Mbeki reconheceu essa inevitabilidade⁶¹⁸.

O desencanto da população com a política, que já tinha sido visível nas eleições locais de 1995, foi aumentando ao longo dos anos. Em 1997, um estudo da *Human Science Research Council*, mostrou claramente a frustração dos eleitores, com cerca de 2.3 milhões a mostrarem o seu descontentamento face à escolha do seu voto em 1994. Embora todos os partidos fossem abrangidos por esta frustração, o NP foi o partido mais penalizado. Cerca de 40% do eleitorado do NP, demonstraram a sua insatisfação com o partido, afirmando que, nesse momento, preferiam outro partido⁶¹⁹. O desânimo advinha da incapacidade do partido se mostrar como uma oposição forte e de não se conseguir renovar. Determinados acontecimentos, como a divulgação pelo TRC do envolvimento dos membros do NP com as forças de segurança do *apartheid*, dificultavam a criação da nova imagem. A perda de poder do NP, podia reduzi-lo à qualidade de um partido regional, com expressão eleitoral apenas no *Western Cape*.

Embora os três principais partidos sul-africanos vivessem à sombra do carisma e da popularidade dos seus líderes, nenhum estava tão dependente como o IFP de Buthelezi. Se no caso do NP o problema era a incapacidade de esbater a imagem de partido branco do *apartheid*, o IFP não conseguia livrar-se da chancela de partido zulu. Mas, o caso do IFP era ainda mais complicado, já que para além de não conseguir fazer o pleno no seio da população zulu, o partido não existia praticamente fora da província do Kwazulu-Natal. Durante os 5 anos de governo de unidade nacional, o IFP não conseguiu apresentar-se como uma

⁶¹⁷ Nesta ocasião, Mandela deixou bem claro aos seus aliados, que a política económica do governo, nomeadamente as privatizações, era para avançar.

Cfr. Nelson Mandela: Address on the Occasion of the 75th Anniversary of the South African Communist Party, 28/07/96, 8 pp.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1996/sp960728.html>

⁶¹⁸ Petite Leçon de Politique de Mandela à l'adresse de Mbeki, in Marchés Tropicaux et Méditerranéens, 2/01/98, pp. 1997-1998.

⁶¹⁹ Daniel Silke: "Key Role of ANC in Political Realignment", in South African Political Information Exchange Homepage, 25/09/97, 1 p.

<http://www.sapolitics.co.za/realignment.htm>

alternativa ao ANC, tendo mesmo perdido apoio no seio da população zulu. Já nem o velho sonho da secessão e a consequente criação de um estado zulu, conseguia mobilizar os seus eleitores. A perda de poder por parte do IFP deixou-lhe duas opções: ou continuar a alinhar com o governo do ANC, correndo o risco de perder a sua identidade própria e ser absorvido, ou então sair do governo e limitar-se a ser um partido regional em lento declínio. A liderança autoritária de Buthelezi tornava difícil a preparação da era pós-Buthelezi, correndo o Inkatha o risco de desaparecer após a morte do seu líder histórico.

No caso dos outros partidos, a fragilidade também era a nota dominante. A FF vivia muito da imagem do seu líder, Constand Viljoen, o qual continuava a apelar à criação de um *volksstaat*. As esperanças da FF de aumentar a sua base eleitoral eram praticamente nulas, uma vez que os seus apoios se limitavam à população branca *africânder*, basicamente residente nas províncias de Gauteng, *Free State* e *Northern Cape*. Face à evolução dos acontecimentos, e pese embora o discurso oficial de Viljoen⁶²⁰, em finais dos anos 90 a criação de um *volksstaat*, tal como a hipótese de secessão do Kwazulu-Natal, já não era, de facto, uma opção viável. Aliás, a constatação desta realidade, implicou que a FF fosse perdendo apoios. Apenas a popularidade de Viljoen evitou um desgaste mais rápido.

A falta de uma liderança forte provocou um sentimento de orfandade à população *africânder*. Habituada a estar no poder, e a possuir uma liderança carismática e determinada, a nova situação deixou os *africânderes* desamparados, tanto mais que nenhum dos políticos *africânderes* mais populares, Viljoen, Meyer ou Kriel, se mostrava capaz de unificar a nação *africânder*. Este sentimento de marginalização foi aumentando à medida que o novo governo foi adoptando medidas que, necessariamente, afectavam os privilégios dos *africânderes*⁶²¹.

Reconhecendo a importância da população branca para o futuro do país, Mandela foi tentando oferecer garantias e moderando o seu discurso, numa actuação nem sempre bem aceite pelos sectores mais radicais do ANC⁶²². Também o Vice-Presidente, Thabo Mbeki, participou neste esforço, criticando aqueles que, no seio da população negra, se estariam a aproveitar da nova situação⁶²³:

⁶²⁰ Numa entrevista, concedida em Junho de 1997, Viljoen insistiu na criação do *volksstaat*, embora reconhecesse que a sua não criação se devia não só ao ANC, como também aos desentendimentos dentro dos próprios *afrikanders*, nomeadamente, NP, Partido Conservador e FF. Adrian Hadland: "Entrevista a Constand Viljoen", in Público, 24/06/97.

⁶²¹ Em zonas de forte implantação *afrikander*, como na província da *Northern Province*, a população branca reagiu negativamente quando, em Fevereiro de 1996, as escolas brancas foram obrigadas a aceitarem alunos negros. Os sectores mais conservadores *afrikanders* também protestaram quando a televisão pública sul-africana decidiu reduzir as horas de emissão em *afrikaans*. Ben Schiff: The Afrikanders after Apartheid, pp. 220-221.

⁶²² Veja-se, por exemplo, o comentário de Lulama Luti, antiga jornalista do jornal *The Sowetan*, que a este respeito proferiu o seguinte a propósito da população branca: *They should be worried. Wait till Madiba (alunha de Mandela) is gone. We are going to push them back into the sea.* Marcus Mabry, *op.cit.*, p. 46.

⁶²³ Thabo Mbeki: Speech at the National Assembly during the Debate on the Budget Vote, nº 2, 10/06/97, p. 8.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1997/sp970610.01>

The time has come to call and impose a halt to the abuse of freedom in the name of an entitlement, said to arise naturally from our having been the victims of apartheid, specially by those elements among the black elite which have a choice precisely because they are better of.

Porém, esta moderação de Mandela conheceu algumas exceções, durante as quais, o Presidente sul-africano não se coibiu de lançar duras críticas à população branca por não ter feito tudo o que estaria ao seu alcance para promover a necessária transformação do país.

Esta marginalização, aliada à incerteza quanto ao seu futuro, fez com que muitos brancos comessem a deixar o país. Embora a queda da economia e dos programas governamentais como o *Affirmative Action* e o *Black Empowerment* favorecessem tal saída, a principal razão era, para 96% dos emigrantes⁶²⁴, o aumento da criminalidade no país. O número de saídas reais do país era impossível de obter, já que muitos emigrantes, numa clara estratégia de manter todas as opções em aberto, não declaravam à saída que estavam a emigrar⁶²⁵. A saída destes cidadãos, na sua maioria quadros qualificados com capacidade económica, representava um grave prejuízo para a economia sul-africana já por si carente de quadros. Das 46 economias analisadas pelo *World Competitiveness Yearbook 1998*, num estudo realizado pelo *Institute for Management Development*, a África do Sul foi considerado o país onde era mais difícil contratar pessoal especializado⁶²⁶.

A excepção à fragilidade experimentada pelos outros partidos da oposição foi o DP. Apesar do seu desastre eleitoral em 1994, que só lhe permitiu eleger 7 deputados, o DP conseguiu aumentar o seu número de apoiantes devido a uma oposição eficaz que foi mantendo ao ANC no Parlamento. Grande parte do dinamismo do DP ficou a dever-se à actuação do seu líder, Tony Leon. Embora o avanço do DP fosse encarado com optimismo, ele não deixava de evidenciar também as fraquezas do partido. O aumento do número de apoiantes foi feito na sua grande maioria à custa do NP, o que mostrava a incapacidade do DP penetrar noutras camadas raciais da população.

A grande novidade do ponto de vista partidário, foi a criação do *United Democratic Movement* (UDM), o qual surgiu da junção dos movimentos *National Consultive Forum* de Bantu Holomisa e do *New Movement Process* de Roelf Meyer. Tanto Holomisa como Meyer chegaram a ser grandes esperanças dos seus respectivos partidos, ANC e NP, mas, por razões diferentes, acabaram por sair dos mesmos em choque com as lideranças.

Tendo feito todo o seu percurso académico e profissional no seio do nacionalismo *africânder*, Meyer começou a destacar-se durante as negociações para transição, assumindo o papel de um

⁶²⁴ White South Africa on the Wing, in *The Economist*, 6/06/98.

⁶²⁵ Entre 1994 e 1997, o *Central Statistical Service* da África do Sul registou a saída de 5.514 emigrantes sul-africanos para a Austrália. Porém, nesse mesmo período, as autoridades australianas registaram a entrada de 9.092 emigrantes sul-africanos.

Ibidem.

⁶²⁶ *Ibidem.*

dos principais negociadores do lado do NP. Durante a liderança de De Klerk, Meyer foi ascendendo dentro do partido até ocupar o cargo de Secretário Geral. A sua saída ficou a dever-se a pressões exercidas pela ala conservadora do NP, liderada por Hennis Kriel, que não gostou das propostas apresentadas por Meyer para a reforma do partido.

Bantu Holomisa foi líder do Transkei, altura em que apoiou clandestinamente o ANC. Este apoio valeu-lhe o reconhecimento do ANC que o nomeou Vice-Ministro do Ambiente e Turismo. Porém, Holomisa iniciou uma campanha de luta contra a corrupção, na qual acusou vários membros importantes do partido de aceitarem subornos. A acusação mais grave feita por Holomisa, implicou o Vice-Presidente Thabo Mbeki, acusando-o de receber benefícios da sua ligação com o empresário sul-africano Sol Kerzner⁶²⁷. Estas denúncias levaram à sua expulsão do ANC em 1996, ficando, tal como Meyer, órfão politicamente.

Tanto Meyer como Holomisa, após terem saído dos seus partidos, mantiveram-se politicamente activos, estudando várias hipóteses, sendo que a mais consistente chegou a ser uma eventual adesão ao DP de Tony Leon. Porém, o desejo de liderança de ambos, e face à impossibilidade de liderarem o DP, afastou tal hipótese.

Meyer e Holomisa acabaram por criar o UDM em Setembro de 1997, como primeiro partido que se afirmava multirracial e sem ligações ao passado. A aposta do UDM, como o reconheceu Meyer, era apresentar-se como um partido não racial com vista a diminuir a conflitualidade existente na sociedade sul-africana e combater a hegemonia do ANC⁶²⁸:

The problem is thre-fold: exactly because of our racially defined politics we essentially remain in separate worlds, never having been able to deal with our problems and challenges from the same perspective. This can lead to a renewal of the conflict along racial lines, the very last thing we can afford. The second problem is the one of a

⁶²⁷ Holomisa acusou Mbeki de ter aceite que Kerzner lhe pagasse, em 1992, a sua festa dos 50 anos. Stefaans Brummer: "Who Paid for Mbeki's Party", in Mail & Guardian, 8/08/96. <http://www.mg.co.za/mg/news//96aug1/08aug-holomisa.html>

⁶²⁸ Roelf Meyer: "Challenge for the Opposition is Bridging the Racial Divide", in The Cape Argus, 14/10/97. http://www.africanews.org/south/southafrica/stories/199710194_feat3.html

country rapidly moving towards being a virtual one party state, with all the dangers this represents to any developing democracy.

Embora as perspectivas fossem grandes à volta do UDM, a verdade é que a união entre Meyer e Holomisa não deixou de ser estranha devido ao passado de ambos. O partido não conseguiu apresentar um programa próprio, com soluções para os principais problemas do país. O carácter individualista de ambos os líderes, era visto como um entrave ao bom funcionamento do partido. A base de apoio do UDM assentava nos apoios reunidos por Holomisa na zona do antigo Transkei, na província do *Eastern Cape*, e em alguns quadros, pouco significativos em termos numéricos, que saíram do NP com Meyer. Mas, para avaliar a real expressão do UDM, era necessário esperar pelas eleições de 1999.

7.7. A Sucessão de Mandela

Um das principais razões que explicam o sucesso da transição política na RAS, teve a ver com o carácter excepcional de Mandela. Enquanto Presidente do país, Mandela conseguiu agradar à maioria da população, promovendo em termos práticos a reconciliação nacional. Porém, a decisão de Mandela, assumida desde o início, de só cumprir um mandato, levantou a dúvida de como seria a era pós-Mandela⁶²⁹. A dúvida assentava, não tanto na escolha do seu sucessor, mas mais na capacidade deste conseguir manter o espírito de reconciliação nacional. Desde as eleições de 94 que Thabo Mbeki estava escolhido para suceder a Mandela⁶³⁰.

A história de Mbeki e do ANC confundem-se, com o movimento a influenciar e a moldar a maneira de ser do líder. Mbeki é o exemplo claro do princípio do ANC de liderança colectiva,

⁶²⁹ Mandela anunciou, a 15 de Fevereiro de 1995, a sua intenção de não se recandidatar a um novo mandato em 1999.

⁶³⁰ Nascido no Transkei em 1942, Thabo Mvuyelwa Mbeki pertencia a uma família com longas tradições na luta política. O seu pai, Govan Mbeki, foi um destacado membro do SACP e do ANC. Desde muito cedo Thabo Mbeki aderiu aos ideais do ANC, tendo crescido no seio da *Youth League*. Em 1962 abandonou a RAS, tendo-se licenciado em economia em Londres. Como membro do ANC no exílio, Mbeki foi representante do movimento em vários países, Nigéria, Tanzânia e Suazilândia. Em 1975 passou a desempenhar o cargo de Secretário do Presidente do ANC, Oliver Tambo, responsável pela elaboração dos seus discursos. A partir de 1989, Mbeki assumiu o cargo de responsável pelas relações internacionais do ANC, o que lhe permitiu aprofundar a sua faceta diplomática. Mbeki assumiu a liderança nos primeiros contactos entre o ANC e os empresários *afrikanders*. Apesar disto, durante a fase da transição, a sua actuação foi mais modesta, ofuscado pelo protagonismo de Cyril Ramaphosa. Durante a fase das negociações, o seu principal contributo foi o facto de ter conseguido convencer Constand Viljoen e a FF a participarem nas eleições. Após a vitória do ANC foi indigitado Vice-Presidente do governo de unidade nacional.

Shelagh Gastrow: *Who's Who in South African Politics*, pp. 169-171.

nunca reclamando para si os louros de qualquer particular acontecimento ou decisão, preferindo sempre falar do papel do partido.

A sua escolha para sucessor de Mandela deveu-se a uma situação de compromisso entre as várias facções dentro do ANC, SACP, COSATU, UDF, quadros no exílio, prisioneiros políticos, estruturas clandestinas, as várias sensibilidades a nível provincial, *Youth League* e *Women's League*. Face à impossibilidade de se escolher um candidato claramente conotado com alguma destas facções foi decidido escolher uma solução de consenso. A escolha não foi, no entanto, pacífica. Os comunistas, entre eles, Joe Slovo, preferiam, após o desaparecimento do seu candidato natural Chris Hani, Cyril Ramaphosa, que era também a escolha da COSATU e de Mandela ⁶³¹. Porém, Ramaphosa contava com a oposição de Winnie Mandela e por conseguinte da ANC *Women's League*.

A entrada de Mbeki para o governo em 1994, com o cargo de Vice-Presidente, permitiu-lhe não só ganhar experiência, como, pouco a pouco, indo controlando, através do aumento do seu poder, o aparelho governativo e partidário. No processo de afirmação, nacional e internacional, Mbeki contou com o apoio de Mandela, o qual foi dando cada vez mais sinais de quem na realidade governava o país era Mbeki e não ele. Tal situação ficou bem evidente num entrevista dada, em inícios de 1997, em Singapura: *I am doing less and less work. That is being done by the present Deputy President* ⁶³². Este apoio de Mandela a Mbeki era vital, já que a popularidade do Vice-Presidente a nível nacional não era muito elevada. Num estudo realizado em 1997 pela *Helen Suzman Foundation*, apenas 25% dos sul-africanos manifestaram o seu apoio a Mbeki, enquanto que 68% manifestavam o seu apoio a Mandela ⁶³³.

O aumento de poder de Mbeki foi bem visível através de acções concretas. Em 1996, quando a estrutura do RDP perdeu a sua autonomia, grande parte das suas atribuições passaram para a dependência directa de Mbeki. Quando o documento económico que viria a dar lugar ao GEAR estava a ser discutido no seio do Ministério das Finanças, Mbeki ia sendo informado do decorrer dos trabalhos antes do Parlamento ou de Mandela serem informados.

Na sua maneira de agir, Mbeki dava especial importância à actuação discreta, explorando ao máximo a via negocial, situação que, por vezes, era criticada, inclusivé pelo próprio Mandela: *He can be diplomatic to the point where many people regard him as weak* ⁶³⁴. Esta maneira de agir de Mbeki visava conseguir não alterar o equilíbrio entre as várias facções dentro do ANC. Mesmo em situações extremas, como foi o caso dos afastamentos do governo de Winnie Mandela e de Bantu Holomisa, Mbeki tentou sempre a via negocial em vez de apostar num corte radical. A única excepção a esta moderação de Mbeki, e que talvez marque a sua maior

⁶³¹ Mandela ter-se-à manifestado, de início, favorável a Ramaphosa devido ao factor étnico, uma vez que Ramaphosa é venda e Mbeki é xhosa. Porém, no fim, a estrutura do ANC fortemente xhosa, pelo qual também é conhecida por "*Xhosa -Nostra*", impôs a opção Mbeki.

⁶³² Tom Lodge: *South African Politics since 1994*, p. 114.

⁶³³ Daniel Silke: "Poor Political Vision in Party Leadership Stakes", in *South African Political Information Exchange Homepage*, 25/09/97, p. 2.
<http://www.sapolitics.co.za/poor.htm>

⁶³⁴ Tom Lodge, *op.cit.*, p. 116.

diferença em relação a Mandela, teve a ver com a sua posição em relação à população branca. Embora inicialmente apoiasse os esforços de Mandela destinados a cativar a população branca, Mbeki deu claras indicações que durante a sua presidência, o governo não se mostraria tão atencioso e preocupado em acalmar os receios da população branca. Tal posição não se devia a uma atitude racista de Mbeki, mas sim devido à necessidade de acelerar o processo de transformação social e económica. Para Mbeki era impossível manter o espírito de harmonia e reconciliação numa sociedade em que a riqueza e a pobreza continuavam a ser definidas em termos raciais. A decisão de assumir um discurso mais agressivo era vista como necessário para o ANC manter a sua base eleitoral.

À medida que ficava claro que Mbeki era de facto o sucessor de Mandela⁶³⁵, vários membros do ANC conotados com o Vice-Presidente, começaram a ser promovidos. Ao mesmo tempo, alguns destacados membros do ANC que não alinhavam com Mbeki, começaram a ser marginalizados. Uma primeira promoção foi a de Jacob Zuma para o cargo de Vice-Presidente do ANC, o que fazia dele o mais que provável Vice-Presidente do país após as eleições de 1999. Zuma era zulu e líder do ANC no Kwazulu-Natal, tendo desempenhado um importante papel na pacificação desta região após 1994. Embora fosse um excelente negociador, Zuma era pouco conhecido fora da sua província. A sua promoção ficou a dever-se à lealdade demonstrada a Mbeki. A escolha de Zuma afastou outros candidatos ao lugar: Winnie Mandela, líder da *ANC Women's League*, Mathews Phosa, *Premier* da província de Mpumalanga, Joel Netshitenzhe, Director de Comunicação do gabinete de Mbeki e Naledi Pandor, líder da bancada parlamentar do ANC e importante dirigente da *ANC Women's League* no *Western Cape*.

Ao mesmo tempo que foi construindo a sua base de apoio, Mbeki conseguiu afastar os seus principais opositores internos. O principal era Cyril Ramaphosa, a quem Mbeki venceu na corrida à obtenção do cargo de Vice-Presidente. Derrotado, Ramaphosa rejeitou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, preferindo ocupar o cargo de Presidente da Assembleia Constituinte. Quando, em 1996, e na sequência do abandono do governo por parte do NP, Ramaphosa tentou ocupar a pasta das Finanças, Mbeki opôs-se, conseguindo nomear para o cargo um dos seus aliados, Trevor Manuel. Perante mais esta derrota, Ramaphosa decidiu afastar-se da vida política para se dedicar ao mundo empresarial, passando a integrar a direcção do maior grupo económico negro, o *New Africa Investments Limited* (NAIL). Esta opção foi entendida não como um passo voluntário, mas como resultado da crescente marginalização a que Ramaphosa estava sujeito dentro do ANC. Esta marginalização terá sido orquestrada por Mbeki como forma de aumentar o seu poder.

Desde que abandonou a vida política, surgiram, ciclicamente, notícias implicando Ramaphosa em golpes destinados a minar o poder de Mbeki⁶³⁶. Tais notícias parecem ter origem dentro do

⁶³⁵ Um momento decisivo foi em Dezembro de 1997, durante a realização do 50º Congresso do ANC, altura em que Mbeki assumiu a Presidência do ANC em substituição de Mandela.

⁶³⁶ Foi o caso da notícia divulgada pelo jornal sul-africano *The Star*, de 13 de Outubro de 1997, que acusava Ramaphosa de pertencer a um grupo que estava a elaborar um plano para derrubar Mbeki. ANC: "ANC Rejects Story on Ramaphosa Challenging Mbeki", in *Africa News Online*, 14/10/97. <http://www.africanews.online>

próprio círculo íntimo de Mbeki, para quem o afastamento de Ramaphosa era considerado apenas temporário, e tinham por objectivo dificultar um eventual regresso de Ramaphosa à vida política activa.

Para além de Ramaphosa, outros líderes do ANC foram sendo marginalizados. Monsioux Patrick “Terror” Lekota foi afastado do cargo de *Premier* da província do *Free State* em 1997, na sequência de conflitos dentro da estrutura regional do ANC. O afastamento de Lekota foi determinado pelo *ANC National Working Committee*, presidido por Mbeki. Esta decisão foi vista como o afastamento de um líder em ascensão⁶³⁷.

Um outro membro do ANC que ameaçou a ascensão de Mbeki foi Tokyo Sexwale. Enquanto *Premier* de Gauteng, Sexwale nunca escondeu as suas ambições políticas, as quais entravam em choque com Mbeki. O choque final entre os dois deu-se em Maio de 1997, após as alegações de que Sexwale estaria envolvido no tráfico de drogas, razão pela qual Mbeki o teria mandado investigar. Sexwale era um dos mais próximos colaboradores de Chris Hani, o que motivou que, após a morte deste, muitos, nomeadamente no seio do SACP, vissem Sexwale como o candidato natural à liderança do ANC⁶³⁸. Devido à perda de influência dentro do ANC, visível no confronto com Mbeki, Sexwale acabou por se demitir, em Maio de 1997, de *Premier* de Gauteng e afastar-se da vida política.

Para além destes três casos, outros houve em que os seus implicados foram temporariamente afastados, numa clara prova de força de Mbeki. Um desses casos implicou Pallo Jordan. Devido ao seu carácter independente, Jordan acabava por fazer declarações nem sempre bem aceites pela liderança do ANC. Jordan foi afastado do governo, onde ocupava a pasta dos Correios e das Telecomunicações, durante a remodelação governamental de Abril de 1996. Após a saída do NP do governo, Jordan foi novamente chamado para ocupar o cargo de Ministro do Ambiente e Turismo. Também a desistência de Winnie Mandela de concorrer ao cargo de Vice-Presidente do ANC em 1997, foi entendida como um sinal de força de Mbeki. Noutras situações, como foi o caso do líder do *ANC Youth League*, Peter Mokaba, Mbeki não hesitou em pôr a trabalhar junto de si elementos considerados radicais, de forma a conseguir controlá-los.

Ao mesmo tempo que ia afastando os seus opositores internos, Mbeki chamou para junto de si uma série de quadros do ANC. Nesse sentido, Mbeki, enquanto Vice-Presidente, criou um conselho consultivo, com o objectivo de lhe fornecer conselhos políticos. Este conselho permitiu a Mbeki reunir à sua volta as várias sensibilidades políticas dentro do ANC. Constituído por 24 pessoas, tinha membros do governo, como o Ministro da Segurança, Sydney Mufamadi, o Ministro da Defesa, Joe Modise e o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Aziz Pahad. Também estava presente a COSATU, através do seu Secretário Geral, Sam Shilowa, o SACP, através do seu Secretário Geral, Charles Ngakula. O meio empresarial e académico também se encontravam representados. Este conselho era bem o espelho do modo de actuação de Mbeki, que pretendia agir principalmente através de compromissos entre as várias sensibilidades.

⁶³⁷ Hein Marais: *Leaders of the Pack*, p. 55.

⁶³⁸ Why Tokyo Wants to quit the Tracksuit, in *Weekly Mail & Guardian*, 30/05/97. <http://www.wn.apc.org/wmail/issues/970530/News10.html>

Este modo de agir era essencial para que Mbeki conseguisse manter o domínio sobre o ANC. Com o fim do *apartheid*, o principal elo de ligação entre as várias facções do ANC tinha desaparecido. Durante a era Mandela, a união manteve-se devido ao carisma e prestígio do líder. Mbeki, para além de garantir uma gestão eficaz do governo, tinha que apostar numa mensagem que garantisse a continuação da coesão interna do ANC. A aposta de Mbeki foi na mobilização à volta da necessidade de se avançar com a transformação nacional. Daqui se compreende a aposta no ideário africanista, entendido acima de tudo como uma mensagem interna. Esta posição de Mbeki ficou bem clara no seu discurso *I am African*, proferido em 1996⁶³⁹, e na sua defesa do conceito de Renascimento Africano.

Uma das principais prioridades de Mbeki, na altura em que se preparava para assumir a presidência do país, foi a de combater a imagem de Mandela, que ameaçava ensombrar-lhe o cargo durante muito tempo. Nesse sentido, em várias entrevistas que concedeu⁶⁴⁰, Mbeki esforçou-se por transmitir a ideia de que a política de reconciliação praticada por Mandela não tinha origem apenas no Presidente sul-africano, já que era uma decisão da direcção do ANC que Mandela se limitava a cumprir. Na verdade, Mbeki tinha razão nesta sua afirmação. Desde a subida ao poder do ANC ao poder em 1994, as decisões governamentais moderadas, muitas delas favoráveis aos brancos, como o abandono da política de nacionalizações e a adopção de políticas fiscais e monetárias rígidas, foram encorajadas por vários sectores do ANC, nomeadamente por Mbeki⁶⁴¹.

Embora reconhecesse a necessidade de uma transição suave de liderança, e elogiasse os enormes méritos de Mandela, as tentativas de Mbeki se distanciar da era Mandela, eram necessárias como forma a consolidar, a todos os níveis, a sua liderança. É nesse contexto que devem ser entendidas algumas das declarações de Mbeki, nomeadamente aquelas que diziam respeito à sua análise sobre a era Mandela, considerando a mesma como sendo apenas o início da transformação desejada⁶⁴²:

I think it will say that a great transformation of South African society began. And began in a way that I think is remarkably smooth, given where we come from. The making of a new government, a new culture, new challenges – I think of the Mandela era as having initiated an important process of change.

7.8. As Eleições de 1999

Os partidos políticos iniciaram a campanha eleitoral com mensagens bem diferentes. Para o ANC, a ideia a transmitir através do seu manifesto, era que o país tinha melhorado nos últimos cinco anos, mas que era necessário continuar com as mudanças em curso. No lado

⁶³⁹ Stanley Uys: "Is Mbeki an Autocrat or Democrat?", in the *Mail & Guardian*, 3/05/99. <http://www.mg.co.za/mg/news/99may/3may/mbeki.html>

⁶⁴⁰ Veja-se, por exemplo, Farida Ayari: *Afrique du Sud: Le Dauphin. Entretien avec Thabo Mbeki*, pp. 119–128.

⁶⁴¹ Stanley Uys, *op.cit.*, p. 4.

⁶⁴² Peter Hawthorne: "Looking to be on the Cutting Edge", in *Time Magazine*, 16/09/96.

oposto, os principais partidos da oposição pretenderam transmitir uma imagem negativa do país, acentuando os problemas ligados à criminalidade, ao desemprego e à corrupção. Praticamente todos os partidos criticaram o ANC pelo o aumento da criminalidade, com os partidos brancos a fazerem desta questão um tema central das suas respectivas campanhas⁶⁴³.

Tal como em 1994, o ANC apostou numa campanha pela positiva, transmitindo aquilo que de bom o governo tinha feito, apelando ao apoio para continuar a transformação iniciada⁶⁴⁴, intenção bem expressa em slogans como *Together we can speed up change* ou *Our fight for change is showing results*. Para os estrategas do ANC, liderados novamente pelo norte-americano Stanley Greenberg, a prioridade era melhorar os resultados nas duas únicas províncias que o ANC não controlava, o Kwazulu-Natal e o *Western Cape*.

Ao contrário do que aconteceu em 1994, durante a campanha eleitoral, o ANC lançou duros ataques contra os partidos da oposição, nomeadamente ao DP e ao NNP⁶⁴⁵. A excepção a esta tática foi o IFP, parceiro de governo do ANC. Os ataques dirigidos ao DP e ao NNP, não eram ataques contra a população branca, a qual o ANC pretendia cativar, objectivo bem visível nas acções de campanha.

A campanha do IFP, embora tenha tido mais tempo de preparação que a de 1994, tinha uma liberdade de acção muito limitada, já que, enquanto parceiro de governo do ANC, se via impossibilitado de criticar a acção governativa. Perante isto, o IFP pouco mais poderia esperar do que continuar a ser o maior partido no Kwazulu-Natal e controlar o governo desta província.

Quem partiu para estas eleições com expectativas elevadas foi o DP. A visibilidade adquirida durante os trabalhos do Parlamento, deixavam antever um aumento considerável do número de eleitores. A questão que se punha, era saber se esse eleitorado era exclusivamente oriundo de outros partidos brancos atingidos por uma crise de identidade, como o NNP e a FF, ou se conseguia penetrar no eleitorado não branco. A principal mensagem do manifesto eleitoral do DP foi *Fight Back*, demonstrando a vontade do partido continuar a ser a principal voz crítica à acção do ANC. O DP estava consciente do seu crescente protagonismo, tendo-se esforçado por apresentar um modelo alternativo de governo para a RAS⁶⁴⁶, com propostas concretas nas mais variadas áreas.

O NNP partiu para as eleições abalado por uma profunda crise, não só de identidade como também de liderança, com Marthinus van Schalkwyk a não conseguir travar a onda de deserções internas. A campanha do NNP foi feita com o objectivo de evitar que o ANC obtivesse uma vitória por 2/3 dos votos. A mensagem que o manifesto eleitoral do NNP tentou passar, foi a de que se o ANC obtivesse tal vitória iria mexer na Constituição, comparando o

⁶⁴³ Por exemplo, a campanha da *Federal Alliance* foi centrada no crime, contra o qual apresentaram medidas radicais como o regresso da pena de morte.

⁶⁴⁴ Cfr. ANC: 1999 Manifesto. Together Fighting for Change. A Better Life for All, 36 pp.

⁶⁴⁵ Com o objectivo de se desligar do passado, o *National Party* mudou o seu nome para *New National Party* em Dezembro de 1998.

⁶⁴⁶ Cfr. DP: 1999 Manifesto. Fight Back for a Better Life, 41 pp.

país ao Zimbabwe de Robert Mugabe⁶⁴⁷. Ameaçado pelo DP, grande parte da campanha do NNP concentrou-se em ataques a este partido, esquecendo, por vezes, o ANC.

A campanha da FF foi feita com base em alguns sentimentos de desilusão, uma vez que o seu principal objectivo, a criação do *volkstaat*, parecia cada vez mais distante. A ideia da FF era evitar o êxodo cada vez mais sentido no seio da população *africânder*, intenção expressa em slogans como⁶⁴⁸: *The FF's plan is down to earth, preventing our people from packing for Perth* (Austrália). A performance eleitoral da FF era ainda dificultada pela entrada nas eleições de novos movimentos que disputavam o mesmo eleitorado. Um era o *Afrikaner Eenheids Beweging* (AEB), criado com base em grande parte dos apoiantes do *Conservative Party*, e cujo programa era muito semelhante ao da FF. O outro movimento foi a *Federal Alliance* (FA).

A grande novidade nestas eleições era o UDM, partido que concorria pela primeira vez a umas eleições gerais. A principal mensagem do UDM era o combate à corrupção, preocupação derivada das posições de Holomisa.

Para estas eleições, o *Independent Electoral Commission* (IEC), procedeu a um novo recenseamento, com os eleitores a terem que possuir um novo cartão. Esta situação implicou que muitos eleitores não tivessem, voluntária ou involuntariamente, procedido à actualização dos seus dados, ficando assim impossibilitados de votar. Segundo algumas sondagens, foi especialmente no seio da população branca que se verificou a não vontade de proceder ao novo recenseamento, prejudicando assim os resultados dos partidos brancos, nomeadamente do NNP e da FF⁶⁴⁹.

7.8.1. Os Resultados

As eleições de 2 de Junho de 1999, voltaram a dar uma vitória esmagadora ao ANC, que, apesar de ver o número de votos diminuir, ficou apenas a um lugar da maioria de 2/3. A oposição mostrou-se muito fragilizada, reforçando a ideia de que o ANC era o partido hegemónico na RAS.

QUADRO XI

Resultados Nacionais das Eleições de 1999	
1999	1994

⁶⁴⁷ Daryl Swawepoel: ANC to Abolish Constitutional Property Guarantees on Obtaining Two-Thirds Majority, 1 p.

⁶⁴⁸ Tom Lodge: Consolidating Democracy. South Africa's Second Popular Election, p. 132.

⁶⁴⁹ Em conjunto, estes dois partidos perderam, comparando com os resultados de 1994, um milhão de votos. Esta perda resultou da transferência de votos, da abstenção e do não registo. *Idem*, p. 183.

Partido	Votos	%	Lugares	Votos	%	Lugares
ACDP	228.994	1.43	6	88.104	0.45	2
AEB	46.403	0.29	1	---	---	---
ANC	10.608.021	66.36	266	12.237.655	62.65	252
AZAPO	27.263	0.17	1	---	---	---
DP	1.526.315	9.55	38	338.426	1.73	7
FA	86.707	0.54	2	---	---	---
IFP	1.373.180	8.59	34	2.058.294	10.54	43
MF	48.285	0.3	1	13.433	0.07	0
NNP	1.098.125	6.87	28	3.983.690	20.39	82
PAC	113.150	0.71	3	243.478	1.25	5
GPDP	9.188	0.06	0	---	---	---
SOPA	9.065	0.06	0	---	---	---
UCDP	125.408	0.78	3	---	---	---
UDM	547.118	3.42	14	---	---	---
FF	127.233	0.8	3	424.555	---	9
AITUP	10.620	0.07	0	---	---	---
TOTAL	15.892.367	86.7*	400	19.533.498	---	400

Total de Registrados: 18.335.224

Fonte: Independent Electoral Commission.

Apesar de ter tido menos votos que em 1994, o ANC conseguiu aumentar a sua percentagem, assim como o número de deputados, passando de 252 para 266. Em segundo lugar, a uma grande distância, ficou o DP que quadruplicou o seu resultado de 1994, obtendo 1,5 milhões de votos, o que correspondeu à eleição de 38 deputados.

O IFP sofreu um duro golpe, perdendo cerca de 600 mil votos, passando de mais de 2 milhões de votos em 1994 para cerca de 1.4 milhões em 1999. Esta diminuição de votos tornou evidente a ideia de que o IFP caminhava a passos largos para se transformar num partido regional, e mesmo na sua região de origem, o Kwazulu-Natal, a sua hegemonia estava ameaçada pelo ANC.

O grande derrotado destas eleições foi o NNP, que tal como o IFP se transformou num partido regional. O NNP passou de principal partido da oposição, com quase 4 milhões de votos e 82 deputados nas eleições de 1994, para quarto partido com pouco mais de 1 milhão de votos e 28 deputados.

A FF também foi dos partidos mais castigados nestas eleições, perdendo grande parte do seu eleitorado, passando de 9 deputados em 1994 para 3 em 1999. Esta diminuição da sua votação implicou que a FF passasse de quarto partido mais votado para sétimo. Este desastre eleitoral enterrou, de vez, o sonho da criação do *volkstaat*. A FF ficou reduzida a algumas bolsas de apoiantes na *Northern Province*, na fronteira com o Botswana e nas zonas rurais do *Free State*. Os resultados da FF foram ainda afectados pela concorrência de outros dois movimentos *africânderes*, o AEB que conseguiu eleger 1 deputado e a FA que elegeu dois deputados.

O UDM obteve com 3.42% dos votos e elegendo 14 deputados. Apesar das expectativas, o UDM apenas foi bem sucedido na província do *Eastern Cape*, onde conseguiu ser a segunda força mais votada atrás do ANC⁶⁵⁰.

Para além do DP, estas eleições também, marcaram o aumento da votação do ACDP. Apostando novamente numa campanha centrada no cumprimento dos princípios bíblicos⁶⁵¹, o ACDP viu aumentar a sua votação, permitindo-lhe passar dos 2 deputados eleitos em 1994, para 6 em 1999.

Uma outra novidade destas eleições, foi o aparecimento de alguns partidos regionais ligados às antigas elites dos Bantustões⁶⁵². O mais importante destes partidos foi o *United Christian Democratic Party* (UCDP) de Lucas Mangope, o qual conseguiu ser o segundo partido mais votado na província do *North West* atrás do ANC⁶⁵³.

Apesar dos esforços da oposição, nomeadamente dos partidos brancos, para evitar que o ANC obtivesse os 2/3, que lhe permitiriam mudar sozinho a Constituição, a verdade é que, na prática, não o conseguiram. O ANC ficou a um deputado dos 2/3, mas o facto da *Minority Front* de Rajbansi⁶⁵⁴, que aumentou a sua votação no Kwazulu-Natal e conseguiu eleger um deputado nacional, passar a alinhar com o partido vencedor, permitiu-lhe alcançar essa maioria.

Em termos provinciais, as eleições de 1999 foram uma repetição das de 1994. O ANC ganhou em 7 delas, em três das quais com maiorias esmagadoras, *Free State* com 80.81% dos votos, Mpumalanga com 84.86% e na *Northern Province* com 88.28%. Do ponto de vista provincial, o interesse destas eleições centrou-se em três províncias: Gauteng, *Western Cape* e Kwazulu-Natal. No caso de Gauteng, o interesse devia-se ao facto de ser a província mais rica, que englobava Joanesburgo e Pretória. Nesta província, o ANC aumentou o seu resultado em mais de 50 mil votos, o DP transformou-se na segunda força política, com mais de 600 mil votos, e o NNP sofreu uma derrota humilhante passando de um 1 milhão de votos para pouco mais de 140 mil votos. Este desastre do NNP ficou a dever-se à desilusão com o partido e à decisão de muitos brancos de se absterem⁶⁵⁵.

⁶⁵⁰ No *Eastern Cape*, a UDM obteve 13.59% dos votos contra 73.81% do ANC.

Fonte: Independent Electoral Commission: Elections 99.

<http://www.elections.org.za>

⁶⁵¹ Cfr. ACDP: 1999 Manifesto, 10 pp.

⁶⁵² Outros partidos foram o *Ximoko Party* na zona do Gazankulu, na *Northern Province*, ou o *Dababorovhuwa Patriotic Front* na zona do Venda, na província do *Northern Cape*.

⁶⁵³ Na província do *North West*, o UCDP obteve 9.56% dos votos contra 84.86% do ANC.

Fonte: Independent Electoral Commission: Elections 99.

<http://www.elections.org.za>

⁶⁵⁴ A *Minority Front* passou de 13.433 votos em 1994 para 48.285 em 1999.

Fonte: Independent Electoral Commission: Elections 99.

<http://www.elections.org.za>

⁶⁵⁵ Estima-se em cerca de 500 mil os eleitores que se tenham abtido nesta província.

Tom Lodge: Consolidating Democracy. South Africa's Second Popular Election, p. 173.

No caso do *Western Cape*, província controlada pelo NNP, as eleições deram a vitória ao ANC por uma escassa margem, obtendo 18 deputados provinciais contra 17 do NNP e 5 do DP. A aliança entre NNP e DP, permitiu manter o ANC fora do governo provincial. Apesar de continuar à frente dos destinos da província, o NNP também aqui sofreu uma pesada derrota, passando de 23 deputados eleitos para 17. Preocupante para o futuro do NNP, foi a capacidade do ANC começar a penetrar no eleitorado mestiço.

No Kwazulu-Natal, província dominada pelo IFP, as eleições foram marcadas pelo enorme equilíbrio entre o ANC e o IFP, que, na prática, demonstravam um avanço do primeiro e um enfraquecimento do segundo. O IFP perdeu quase 500 mil eleitores, passando de 41 deputados provinciais em 1994, para 34 em 1999, enquanto o ANC passou de 26 para 32 deputados. Nesta província o DP também ultrapassou o NNP, passando a ser a terceira força.

7.8.2. A Democracia na África do Sul

A consolidação democrática é um processo longo, não se resumindo apenas à realização de eleições em intervalos regulares. Os modos como as sociedades são geridas nos períodos entre eleições são tão importantes como a realização dos sufrágios, para a consolidação democrática. Interessa saber até que ponto as eleições de 1999 foram um aprofundamento democrático na RAS.

Estas eleições, que decorreram de um modo geral bem, mostraram que a democracia sul-africana estava a funcionar, embora não se possa considerar que estivesse ainda a funcionar em pleno. Em alguns círculos existe a ideia de que a democracia só estará efectivamente consolidada quando houver uma alternância de poder pacífica. No entanto, esta ideia aplicada à RAS implicaria que a consolidação só se concluisse no dia em que o ANC perdesse as eleições e abandonasse o poder. A esmagadora maioria eleitoral obtida pelo ANC, aliada à cada vez maior fragmentação da oposição, poderão adiar por muitos anos essa hipótese. Uma outra hipótese de mudança poderá surgir de uma cisão dentro do ANC, fruto do relacionamento tenso entre os membros da aliança. Porém, a sociedade sul-africana possui determinados instrumentos que, no seu conjunto, servem de garante ao bom funcionamento da democracia. A este propósito Susan Booysen referiu o seguinte⁶⁵⁶:

South Africa is likely, and possibly for a long period to live with the dominance of the ANC in party politics. The diversity in modes of opposition, however, could guarantee multiple forums of debate, interaction, influence and challenge. Together with the ANC's legitimacy and the pressure from voters to remain accountable and delivery orientated, there is certain to be continuous and multiple forms of exchange among the ANC government, political parties and voters.

A grande maioria da população negra continua a apoiar o ANC, e, enquanto assim for, será impossível derrotá-lo eleitoralmente. O que é preocupante não é essa hegemonia do ANC, mas o facto de o voto continuar a ser decidido de acordo com questões raciais. Que as eleições de 1994 reflectissem essa realidade era natural, agora que o mesmo acontecesse em

⁶⁵⁶ Susan Booysen: *The 1999 Election and New Orientations in Opposition Parties in South Africa*, p. 26.

1999 era sinónimo de que a reconciliação nacional ainda tinha um longo caminho a percorrer. Esta realidade implica a necessidade do governo continuar a prestar atenção prioritária à esfera interna de modo a consolidar a estabilidade, o que se traduz numa diminuição da atenção e dos recursos dispensados para a esfera externa.

A 16 de Junho de 1999, Thabo Mbeki assumiu o cargo de Presidente da África do Sul, tendo como Vice-Presidente Jacob Zuma, pondo fim à era Mandela. O novo executivo surgiu da aliança do ANC e do IFP, com Buthelezi a reter a pasta de Ministro do Interior. Saído de cena, Mandela, que entretanto se tinha casado com Graça Machel, retirou-se para a sua aldeia natal, Qunu, no Transkei.

CAPÍTULO VIII

A POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA NA ERA MANDELA

8.1. A Política Externa do ANC

Desde a sua criação em 1912, o ANC foi estabelecendo uma rede de contactos internacionais com vista a obter apoios e a difundir os seus objectivos. Até ao fim da II Guerra Mundial estes apoios foram claramente ultrapassados pelos apoios internacionais recebidos pelo regime sul-africano.

O novo ambiente internacional surgido após 1945 começou a ser favorável aos esforços do ANC. À medida que cada vez mais países africanos ascendiam à independência, os apoios à luta do ANC aumentavam, nomeadamente traduzidos na possibilidade de obter bases militares seguras. Este apoio africano passou a ser essencial no momento em que o ANC foi ilegalizado e do início da luta armada. A obtenção de apoios para a luta obrigou o ANC a estabelecer uma rede de representações no exterior com vista a obter ajudas nas mais diversas áreas, nomeadamente no campo da preparação militar. Nesse sentido, o ANC decidiu apostar na Sociedade Internacional com vista a promover uma campanha anti-*apartheid*, como peça central da sua luta.

Nos anos 60 as posições extremaram-se. Ao início da luta armada anunciada pelo ANC, respondeu o estado sul-africano com a aprovação de legislação mais dura e pelo reforço dos poderes dos militares.

Face às dificuldades de actuação no campo interno, devido às limitadas hipóteses de sucesso da luta armada, o ANC decidiu apostar no campo externo como área preferencial de actuação. A atribuição do prémio Nobel da Paz, em 1961, a Albert Luthuli foi o corolário da acção externa do ANC e dos seus aliados. Relançada a questão sul-africana no seio da Sociedade Internacional, o papel da missão externa do ANC e dos seus aliados foi a de não deixar cair o assunto. O objectivo era o de isolar e sancionar o regime sul-africano. Nesse sentido, uma importante vitória foi obtida em 1962 nas Nações Unidas quando foi aprovada uma resolução decretando sanções contra Pretória.

Antes de ser ilegalizado, na sua acção externa, o ANC limitou-se a utilizar os canais oficiais, apresentando protestos formais a várias organizações e pedindo aos vários países para que pressionassem o regime de Pretória. Apesar de toda a retórica utilizada, a verdade é que a acção externa era essencialmente ineficaz.

Após a sua ilegalização, o grande objectivo do ANC foi a sobrevivência imediata. Apesar de ter sido apanhado desprevenido, o ANC conseguiu sobreviver devido a uma rede internacional de apoio que tinha sido criada. A existência física do ANC no exílio dependia da criação da Missão Externa. Das capacidades de actuação da Missão Externa dependia a reconstrução do movimento no exílio e o desenvolvimento da luta armada, nomeadamente o apoio e a formação dos guerrilheiros do MK.

Após as prisões de Rivonia, o ANC ficou decapitado ao nível da liderança dentro da RAS. Tal realidade implicou a transferência da liderança do movimento para a Missão externa. Assim, passou a ser da responsabilidade da Missão Externa dirigir o movimento, promover a campanha internacional de isolamento à RAS, apelar às sanções ao regime de Pretória e coordenar a luta armada. Para tudo isto era necessário encontrar os meios financeiros adequados.

8.2. A Missão Externa do ANC

A criação da Missão Externa começou pouco antes do massacre de Shapperville, uma vez que era convicção da liderança do ANC que, mais tarde ou mais cedo, o movimento seria ilegalizado. Os representantes iniciais da Missão Externa foram Oliver Tambo, que deveria actuar como embaixador itinerante, e Jonas Matlou, membro do *ANC Youth League*. Os objectivos iniciais da missão eram os de obter fundos e representar o movimento junto de organizações internacionais. Um outro objectivo, que permaneceu de início secreto, foi o de arranjar bases de treino caso o ANC enveredasse pela luta armada⁶⁵⁷.

A primeira tarefa prática da Missão Externa foi a de procurar um território onde se pudesse instalar. Inicialmente, pensou-se no Gana devido ao prestígio do seu líder, Kwame Nkrumah, mas a distância geográfica anulou essa hipótese. Desentendimentos, nomeadamente sobre a união dos movimentos sul-africanos⁶⁵⁸, também justificaram a desistência do ANC.

A partir de 1962, o ANC estabeleceu representações em Argel, Rabat, Cairo, Dar-es-Salaam, Lusaka e Londres. Alguns países, como o Gana, discordaram da estratégia do ANC, criticando, nomeadamente, a existência de brancos e indianos dentro do movimento, razão pela qual preferiram apoiar o PAC, movimento visto como uma genuína expressão do nacionalismo africano.

Com o passar dos anos, e face ao pouco sucesso da via armada, a Missão Externa assumiu, cada vez mais, um maior protagonismo no seio do ANC. Esta realidade foi confirmada na Conferência Consultiva do ANC, realizada em Morongoro na Tanzânia em 1969. Durante esta Conferência, a Missão Externa foi reorganizada com o objectivo de a canalizar para a luta de libertação nacional.

Apesar das constantes rivalidades, o ANC viu-se pressionado a um entendimento com o PAC. Tal pressão era oriunda dos países africanos e da OUA e visava criar frentes comuns entre os movimentos com os mesmos objectivos, de modo a aumentar a eficácia da sua luta e a usar racionalmente o apoio recebido.

À medida que a Missão Externa se foi fortalecendo, o ANC pretendeu diversificar ao máximo os seus contactos externos com vista a aumentar os apoios. O apoio tradicional da OUA era claramente insuficiente e, para além disso, o ANC discordava da Teoria do Dominó da OUA, segundo a qual se devia começar por dar prioridade às lutas de libertação nos elos mais fracos

⁶⁵⁷ Scott Thomas: *The Diplomacy of Liberation: The Foreign Relations of the ANC since 1960*, p. 26.

⁶⁵⁸ O Gana patrocinou em 1960, a criação da *South African United Front*, movimento que congregou o ANC, PAC, SAIC e o *South West Africa National Union*. Esta união durou pouco tempo, devido sobretudo a desentendimentos entre o ANC e o PAC. A união acabou em 1961.

da cadeia colonial na África Austral, ou seja, nas colónias portuguesas. Nessa medida, os apoios deveriam ser preferencialmente canalizados para as lutas em Angola e Moçambique⁶⁵⁹. Segundo o ANC, esta estratégia prejudicava a libertação da África do Sul que era deixada para último lugar. Para o ANC a estratégia de libertação deveria concentrar-se na África do Sul, pilar de suporte dos outros regimes de minoria branca na região.

Para além da ONU, uma das principais organizações a quem a Missão Externa do ANC pediu apoio foi o Movimento dos Não-Alinhados (MNA). De início, os recursos e a atenção disponibilizados pelo MNA à luta pelas independências africanas foi muito limitada, tanto mais que a atenção estava concentrada no conflito Leste-Oeste com a questão alemã na ordem do dia. O ambiente começou a mudar após a II Conferência do MNA, realizada no Cairo em 1964. Nessa Conferência foi dado maior destaque à luta contra os poderes coloniais e aos regimes de minoria branca em África. Ao longo dos anos, as atenções do MNA dependiam muito dos interesses do país organizador. Do ponto de vista do ANC, o principal interesse do MNA consistia no apoio à estratégia de isolamento diplomático da RAS.

Com as independências de Angola e Moçambique, o equilíbrio de poderes alterou-se substancialmente na África Austral. Esta alteração traduziu-se na criação dos Estados da Linha da Frente, cuja acção foi completada, a partir de 1980, com uma vertente económica de oposição ao *apartheid* representada pela SADCC. A Missão Externa do ANC procurou junto destas duas organizações promover o crescente isolamento sul-africano.

8.2.1. A Missão Externa e a ONU

A grande batalha diplomática do ANC, ao nível das organizações internacionais, foi travada na ONU. Como vimos em capítulos anteriores, a posição da ONU em relação ao problema sul-africano evoluiu de uma relativa indiferença até um empenhamento total, traduzido na adopção de sanções contra o regime de Pretória.

Devido à importância da ONU, enquanto fórum de discussão internacional, o ANC sentiu a necessidade, assim como o PAC, de estabelecer uma representação permanente junto desta organização. Esta decisão surgiu sobretudo no momento em que o ANC e o PAC passaram a usufruir, a partir de 1974, do estatuto de observadores. Nesse sentido, o ANC pediu, em 1976, à OUA para conseguir garantir uma presença permanente junto da ONU. Por pressão da OUA, a Assembleia Geral da ONU decidiu criar os mecanismos necessários para garantir que, tanto, o ANC como o PAC, conseguissem manter representações junto das Nações Unidas. Apesar destes esforços, foi só em Dezembro de 1979 que a ONU aceitou prestar auxílio financeiro ao ANC e ao PAC para que ambos pudessem manter as suas representações junto da sede das Nações Unidas. Porém, esta decisão não foi pacífica. Especialmente os países ocidentais, assim como os latino-americanos, discordaram da decisão de se apoiar este tipo de organizações.

O facto do ANC e do PAC passarem a gozar do estatuto de observadores e possuírem representações permanentes junto da ONU, foi visto como uma séria ameaça pelo regime sul-

⁶⁵⁹ Curiosamente, também o MPLA, embora fosse beneficiado por esta estratégia da OUA, era contrário a este modo de actuação. Segundo o seu Presidente, Agostinho Neto, o MPLA defendia a abertura simultânea de vários frentes de combate ao colonialismo. Scott Thomas, *op. cit.*, p. 48.

africano. Apesar da crescente hostilidade que o governo sul-africano sentia na ONU, a sua eventual retirada desta organização ficou excluída devido ao estatuto dos movimentos de libertação. Pretória temia que, caso suspendesse a sua presença na ONU, o seu lugar seria ocupado pelos movimentos de libertação, situação que tinha que ser evitada.

O grande objectivo da Missão Externa durante os anos 60 e 70, o isolamento internacional do regime sul-africano, teve que enfrentar as iniciativas diplomáticas de Pretória. Apesar de reunir o apoio do bloco afro-asiático, o ANC não conseguiu evitar que o poder económico sul-africano causasse brechas na unidade africana. Através da arma económica, a RAS conseguiu convencer países da região da África Austral, como o Lesoto e o Malawi, a quebrarem o isolamento imposto⁶⁶⁰.

Para além destes dois casos extremos, havia um outro conjunto de países que, pese embora não fossem favoráveis à RAS, não excluía o diálogo com o regime sul-africano. À cabeça destes países estava a Costa do Marfim, do Presidente Felix Houphouet Boigny, o qual defendia o diálogo com a RAS com o objectivo de encontrar uma solução pacífica para a situação sul-africana. A Costa do Marfim contou com o apoio de países como o Botswana, Suazilândia, Gabão, Gana, Togo e Madagáscar. Todas estas iniciativas punham em causa a estratégia de isolamento defendida pelos movimentos de libertação. Para o ANC, esta política de diálogo era uma ameaça para os seus objectivos e acusava alguns países ocidentais de estarem por detrás desta aproximação à RAS⁶⁶¹.

Can it be that these states are genuinely undertaking a reappraisal of the southern african scene or are other factors at work? It was sure British and French Imperialism were behind the dialogue with South Africa.

Se até 1974 o ANC não conseguiu mais do que sucessos limitados na esfera militar e diplomática, a revolução portuguesa e as consequentes independências de Angola e Moçambique, abriram novas possibilidades à luta do ANC. O sucesso dos movimentos de libertação nestes dois países lusófonos serviu de tónico aos outros movimentos na região. Para além da cedência dos seus territórios, estes dois países foram fortes aliados do ANC em várias organizações, nomeadamente na ONU, OUA, SADC, ELF e MNA.

8.3. Os Vários Apoios ao ANC

Os países socialistas foram dos mais fortes apoiantes da luta dos movimentos de libertação sul-africanos. Na ONU, a URSS e os países da Europa de Leste apoiavam todas as resoluções que condenassem o regime sul-africano. Também era apoiado por várias organizações

⁶⁶⁰ Em Janeiro de 1967, o Primeiro-Ministro do Lesoto, Leabua Jonathan, tornou-se o primeiro líder africano a visitar a RAS. Em Maio de 1967 foi a vez do Presidente do Malawi, Hastings Banda, visitar a RAS, na sequência da qual estabeleceu relações diplomáticas com Pretória.

⁶⁶¹ Scott Thomas, *op.cit.*, p. 133.

internacionais como a Federação Mundial da Juventude Democrática, a Federação Democrática Internacional das Mulheres ou a Federação Mundial dos Sindicatos.

Esta ligação próxima ao ANC ao mundo socialista foi utilizada pelo regime sul-africano para acusar o movimento de ser comunista. Alguns sectores dentro do ANC ponderaram as vantagens de uma tão próxima ligação ao bloco soviético. Tais dúvidas surgiram dos ganhos reais de tal ligação. A verdade é que até ao colapso do colonialismo português em África, a questão do apartheid estava algo marginalizada nas organizações conotadas com a URSS. Estas organizações estavam dependentes das prioridades da diplomacia soviética, ou seja, o combate à influência norte-americana na Europa, Vietname e Médio Oriente.

No contexto do bloco soviético, o principal apoio ao ANC adveio da República Democrática Alemã. Para além de pôr em prática a estratégia do ANC de isolamento da RAS, a RDA desenvolvia toda uma série de iniciativas internacionais com vista a mobilizar apoios à luta contra o apartheid.

O conflito sino-soviético obrigou o ANC a tomar posição, tendo optado, como vimos, pelo lado soviético, devido em grande medida à influência que o SACP exercia dentro do ANC. Porém, apesar de lógica, esta decisão não foi totalmente pacífica, uma vez que havia membros do ANC que preferiam a abordagem maoísta da revolução, apostando preferencialmente no meio rural.

Uma tentativa de aproximação, em 1979, entre a República Popular da China e o ANC falhou devido à invasão chinesa do Vietname. Juntamente com a URSS, RDA, Cuba, Angola e Moçambique, o Vietname era um dos principais apoiantes do ANC, nomeadamente no campo militar.

Para além dos países nórdicos, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia⁶⁶², e até certo ponto a Holanda, o ANC recebeu pouco apoio dos outros países ocidentais, sendo necessário alterar a posição das opiniões públicas ocidentais de modo a que estas pressionassem os seus respectivos governos no isolamento e na aplicação de sanções à RAS. Face ao pouco apoio recebido oficialmente, o ANC agiu através de vários grupos nacionais de oposição⁶⁶³.

⁶⁶² O apoio dos países nórdicos ao ANC foi, desde 1960, ao mais alto nível. Não só apoiava as acções internacionais contra a RAS, como as resoluções da ONU, como ainda apoiavam o ANC nas mais diversas áreas: assistência humanitária; apoio financeiro e apoio na formação de quadros.

⁶⁶³ O número e força destes grupos aumentou devido ao agravamento da situação na RAS, especialmente após os acontecimentos do Soweto em 1976. Exemplo desses grupos era o *Boycott Movement*, formado na GB em 1959, e que após os incidentes de Shapperville se passou a designar por *Anti-Apartheid Movement*. Nos EUA o movimento anti-apartheid surgiu mais tarde, devido à preocupação do país com a situação no Vietname. Porém, a partir de 1976, vários foram os grupos que se criaram no combate ao apartheid, como foi o caso do *Free South Africa Movement*. Devido à crescente violência registada nas *Townships*, a questão sul-africana foi assunto da campanha presidencial de Walter Mondale e Jesse Jackson nas eleições de 1984. A entrega do prémio Nobel da Paz ao Arcebispo sul-africano Desmond Tutu em 1984, chamou, ainda mais, a atenção da opinião pública internacional para o problema do apartheid.

Particularmente importante para o ANC era o apoio que tanto os EUA como a GB prestavam à RAS. Embora a posição destes dois países tenha evoluído ao longo dos tempos, no sentido de adoptarem uma posição de maior distanciamento em relação ao regime de Pretória, a verdade é que os dois não estavam, dentro da lógica bipolar, dispostos a deixar cair a RAS na mão de um movimento marxista aliado da URSS. No máximo, ambos os países estavam dispostos a pressionar os sul-africanos para uma evolução gradual da situação.

8.4. O Fim da Guerra Fria. Consequências

O fim da ameaça soviética e o consequente fim do apoio da URSS à luta do ANC teve duas consequências importantes. Por um lado, moderou o discurso do ANC, permitindo que fosse melhor recebido por parte da comunidade branca, e, por outro, retirou aos governos ocidentais o principal argumento para explicar às suas respectivas opiniões públicas a razão do apoio a um regime que praticava a discriminação racial. Assim sendo, as condições para um acordo interno estavam facilitadas, tanto mais que os principais apoiantes de Pretória também desejavam a resolução pacífica da questão sul-africana. No caso da GB, a pressão não era só interna, mas também da Commonwealth, e da Comunidade Europeia que pressionavam o governo britânico a adoptar uma posição mais dura contra a RAS. Nos EUA, e apesar da posição da administração Reagan, que era favorável ao regime de P.W. Botha, a pressão da opinião pública, aliada à posição do Congresso, obrigaram o Presidente Ronald Reagan a rever a sua posição.

A Missão Externa do ANC tentou aproveitar ao máximo o novo ambiente favorável. O ANC tinha reestruturado a sua componente externa em 1983, alargando-a de modo a tornar mais eficazes os esforços desenvolvidos.

A partir do momento em que Mandela foi libertado, assistiu-se a uma batalha diplomática entre o governo e o ANC. O grande objectivo externo do ANC passou a ser o de continuar a pressionar pelo prosseguimento da aplicação das sanções ao país. A razão era simples. Prevendo o fim da luta armada, cujo sucesso nunca foi muito grande, restavam apenas ao ANC dois instrumentos de pressão junto do governo sul-africano: a mobilização popular interna e as sanções. Apesar dos passos positivos dados por De Klerk, o ANC continuava desconfiado das intenções do governo. O próprio Mandela deixou transparecer essa desconfiança⁶⁶⁴:

Let us be clear about the situation in South Africa. The fight for one person, one vote and as long as that is not considered, any other measure peripheral.

Na tentativa de capitalizar a imagem do seu líder histórico e consequentemente obter apoios, o ANC decidiu promover um tour mundial de Mandela. Nesta viagem, Mandela visitou países

⁶⁶⁴ ANC Newsbriefing, nº42, 28/08/90, p. 4.

africanos, como a Zâmbia, Zimbabwe, Angola e Nigéria, assim como vários países europeus. Durante estas visitas, Mandela tentou convencer os países europeus a não suspenderem as sanções à RAS nem o seu isolamento, condições essenciais para o avanço sério das negociações. Este pedido de Mandela fazia todo o sentido uma vez que vários países europeus, na sequência de uma viagem de De Klerk, se terem mostrado dispostos a relaxar as sanções impostas ao regime sul-africano⁶⁶⁵.

Um grande sucesso para o ANC foi a deslocação de Mandela aos EUA. Devido à acção dos grupos anti-*apartheid*, a luta do ANC foi ganhando adeptos. Quando Mandela chegou aos EUA foi recebido como um verdadeiro herói. A administração Bush, mais próxima do regime de De Klerk, eliminou, em Julho de 1991, as sanções impostas a Pretória, o que motivou o descontentamento do ANC que considerou tal medida precipitada.

8.5. A Política Externa na Fase da Transição

Durante a era do *apartheid*, a política externa sul-africana visou a criação de um ambiente regional favorável, quer à segurança económica, quer à segurança militar da África do Sul branca. Como vimos no Capítulo VI, este objectivo foi alcançado com relativa facilidade até à década de 60. O desfecho da II Guerra Mundial, que implicou a condenação universal de regimes que se baseassem na divisão de sistemas com base na raça, e o início das descolonizações, ameaçou o status quo na África do Sul.

No caso sul-africano, a natureza do regime implicou que o impacto da política interna na política externa fosse mais notório do que é habitual. Com o passar dos anos, e sobretudo na década de 80, a sobrevivência do regime estava intimamente dependente da capacidade do país controlar a região da África Austral.

O período entre 1985 a 1990 foi marcado pelo agravamento da situação interna, com a declaração de vários estados de emergência e com a oposição a congregar-se à volta da United Democratic Front (UDF). No plano externo, a imagem da RAS estava muito debilitada. Depois de um breve período de melhoria, marcado pelo Acordo de Nkomati, em 1984, o radicalismo militar sul-africano fez cair as últimas esperanças daqueles que ainda acreditavam ser possível encontrar um *modus vivendi* entre os estados da região. Porém, a radicalização da posição do regime e a ausência de resultados concretos acabaram por favorecer as negociações, as quais ganharam um forte impulso com a subida ao poder de Frederik De Klerk. O início das negociações permitiu à RAS melhorar a sua imagem externa e começar a quebrar o seu isolamento internacional.

⁶⁶⁵ Apesar dos apelos do ANC no sentido de não se recompensar antecipadamente o regime de De Klerk, a verdade é que a maioria dos países da Comunidade Europeia começou a levantar gradualmente as sanções impostas à RAS.

Com o desenrolar das negociações, passou a ser evidente que o regime do apartheid tinha os seus dias contados, sendo apenas uma questão de tempo até que fosse eleito um governo da maioria. Nesse sentido, a questão que se punha era a de saber como é que seria a política externa de um governo do ANC. À partida, a política externa de uma África do Sul multirracial estaria influenciada pelos seguintes pontos:

1. Livre dos constrangimentos do apartheid, e da lógica bipolar, Pretória podia desenvolver um conjunto coerente de objetivos de política externa e uma estratégia para os poder alcançar.
2. Face à natureza da luta anti-apartheid, a nova RAS poderia colocar a moralidade, e a defesa de princípios como a defesa dos direitos humanos, como peça central da sua política externa. O próprio Mandela confirmou essa intenção⁶⁶⁶:

Human Rights will be the light that guides our foreign affairs.

3. Devido ao sucesso da fase da transição política, seria de esperar que a RAS constituísse um modelo para o resto de África.
4. Seria de esperar que a RAS fosse vista não só como líder da África Austral, mas também de todo o continente africano.

A fase mais importante do processo de transição coincidiu com o fim da Guerra Fria, o que implicou um profundo processo de reavaliação dos interesses nacionais e alianças internacionais não só das principais potências, como de todos os países do mundo. A redefinição das prioridades externas surgiu num momento em que a RAS se preparava para proceder a grandes alterações, sem ter a certeza de poder contar com a lealdade do seu corpo diplomático para lhe garantir alguma continuidade e estabilidade internacionais. Até 1990, a RAS tinha claramente duas políticas externas opostas. Uma, conduzida oficialmente pelo estado, visava preservar os privilégios da minoria branca e para tal visava associar-se ao Ocidente. Esta política oficial, que se caracterizava por relações estado a estado, teve que enfrentar o isolamento internacional crescente. A outra, era oficiosa, representada pelo ANC, PAC e UDF, conotada com o mundo socialista, visava derrubar o regime vigente. Um novo governo democrático teria que juntar estas duas diplomacias, nomeadamente ao nível do pessoal.

À medida que as negociações iam avançando, o ANC foi assumindo um maior protagonismo nas mais diversas áreas. No que diz respeito à política externa, o ANC promoveu a criação, no seio do Transitional Executive Council (TEC), de um sub-conselho destinado a elaborar uma nova visão sobre a política externa de uma África do Sul multirracial. Se, por um lado, deveria haver uma linha de continuidade, como a prioridade dada à região da África Austral, por outro,

⁶⁶⁶ Nelson Mandela: South Africa: Future Foreign Policy, p. 88.

também deveriam haver profundas alterações, nomeadamente a alteração de prioridade da área da segurança para a área económica. Gradualmente o TEC passou a adoptar, em matéria de política externa, as principais ideias apresentadas pelo ANC⁶⁶⁷:

1. *Promotion of democracy and human rights, based on the belief and understanding that just and lasting solutions to the problems of humankind can only come through the promotion of democracy worldwide.*
2. *Promotion of international peace as a goal to which all nations must strive.*
3. *Commitment to the development of the African continent and the southern African region in particular.*
4. *A belief that South Africa's economic development depends on the growing regional and international economic co-operation in an interdependent world.*
5. *That our international relations must mirror our deep commitment to the consolidation of a democratic South Africa.*
6. *Underpinning all this are our anti-imperialist, anti-colonial and anti neo-colonial commitments in international relations.*
7. *Development of a just and equitable world order in which tackling the problems facing Southern Africa, Africa and indeed the whole of the South is at the top of the international agenda.*

Para os dirigentes do ANC, a sua luta contra o regime do apartheid obrigava-os a encararem a defesa dos direitos humanos não só como uma prioridade, mas também como uma obrigação e uma questão de princípio⁶⁶⁸:

The rise of a non-racial, non sexist democratic South Africa from the ashes of apartheid will not terminate our quest for human rights. South Africa will immediately become a fully fledged and vital member of the family of nations who hold human rights issues central to foreign policy. Some of these steps we will take are symbolic but in our efforts to canonise human rights in our international relations we regard them as far more than this.

⁶⁶⁷ ANC: Developing a Strategic Perspective on South African Foreign Policy, p. 2.
<http://www.anc.org.za/ancdocuments/discussion/foreign.html>

⁶⁶⁸ ANC: Foreign Policy Perspective in a Democratic South Africa, p. 3.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/policy/Foreign.html>

Relativamente à grande prioridade externa da época do apartheid, a África Austral, o relacionamento ficou, desde logo, condicionado pelo facto da RAS reconhecer os erros do passado e pelo sofrimento causado, o que punha em causa a continuação da liderança regional⁶⁶⁹:

While South Africa's people experienced discrimination and repression at home, the people's of other countries fell victims to barbaric destabilisation policies which left nearly two million people dead, displaced millions more and inflicted damage estimated at 65 billions of USD on the economies of neighbouring countries.

Em relação ao continente africano, o desejo era o de transmitir uma imagem de colaboração e não de tendências hegemónicas⁶⁷⁰:

We would not however want to use the strength of our economic links as a means to exert pressure on individual African countries or use our trading position to serve special recognition for government policies within South Africa.

Mas, tal como seria de esperar, para a nova África do Sul, o continente africano seria uma prioridade da política externa. Tal objectivo já tinha sido delineado por Mandela quando em 1993, num artigo escrito na revista *Foreign Affairs*, se tinha debruçado sobre a futura política externa do país⁶⁷¹:

South Africa cannot escape its african destiny. If we do not devote our energies to this continent, we too could fall victim to the forces that have brought ruin to its various parts.

Após o início de funções do governo de unidade nacional, o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alfred Nzo apresentou, em Maio de 1994, as prioridades do seu executivo no campo da política externa⁶⁷²:

1. Peaceful co-existence and the promotion of economic development in Southern Africa.

⁶⁶⁹ *Idem*, p. 5.

⁶⁷⁰ *Idem*, p. 6.

⁶⁷¹ Nelson Mandela, *op. cit.*, p. 89.

⁶⁷² Roland Henwood: South Africa's Foreign Policy: Principles and Problems, p. 6.

2. *Constructive interaction with Africa, specifically to address the challenges of the next decade and to find solutions to conflict.*

3. *Interaction in multilateral organisations.*

4. *Improved relations with G-7 nations, as well as with South Africa's major trading partners, and*

5. *The continuation of traditional friendships and the promotion of new partnerships.*

Estas prioridades representavam o esforço do governo para adaptar a sua política externa a duas grandes mudanças simultâneas. Por um lado, o fim do apartheid alterou por completo as prioridades do país, por outro, o fim da Guerra Fria pôs fim à lógica bipolar, obrigando o país a um realinhamento.

8.6. Da Teoria à Prática

Da RAS do pós-apartheid esperava-se que fosse a solução para os inúmeros problemas enfrentados pelos países africanos, numa época pós Guerra Fria em que o continente africano se via numa marginalização crescente. Esta visão optimista sobre as potencialidades sul-africanas era fomentada, principalmente, do exterior, a qual acabou por se transformar numa pressão junto do executivo de Pretória para que assumisse um maior protagonismo, não só na região como também no continente. Da RAS esperava-se que fosse capaz de, simultaneamente, oferecer um modelo de desenvolvimento e que fosse o motor de arranque do crescimento continental, quer através do comércio, quer através do investimento.

O novo governo assumiu funções rodeado por um clima de grande optimismo e idealismo. Para muitos sul-africanos, nomeadamente no seio do ANC, o apoio demonstrado pela Sociedade Internacional na luta contra o apartheid, aliado ao prestígio de Mandela, deixavam antever um futuro risonho para o país. Ao subir ao poder, o governo de unidade nacional decidiu basear a política externa sul-africana no conjunto de princípios apresentados pelo ANC pouco antes das eleições, e em que a prioridade era a promoção dos direitos humanos⁶⁷³. Porém, apesar dos princípios gerais defendidos, era notório que a política externa sul-africana carecia de uma linha orientadora clara que deixasse antever quais seriam os objectivos e estratégias em matéria externa.

⁶⁷³ Organizações como a Amnistia Internacional apoiaram a decisão da RAS em declarar a defesa dos direitos humanos como pilar da nova política externa sul-africana.

Justin Pearce: "Let Human Rights Lead SA Foreign Policy", in *Weekly Mail & Guardian*, 21/07/95.
<http://www.apc.org/wmail/issues/950721/wm950721-1.html>

Esta preocupação a nível teórico veio a ser comprovada com o início da actuação do governo nesta área. A inexperiência do ANC juntamente com problemas internos, nomeadamente a reestruturação do Department of Foreign Affairs (DFA), acabaram por ter efeitos negativos na performance internacional do país.

O idealismo sul-africano podia representar um problema para o próprio país. Ao transmitir a imagem de uma política externa benigna, assente em princípios morais, a RAS corria o risco de ser ignorada ou marginalizada em determinadas questões, nomeadamente relacionadas com África. Face ao isolamento internacional anterior, o governo de Mandela desejou regressar ao convívio das nações soberanas imbuído naquilo que autores, como Chris Landsberg e Zondi Masiza, chamaram de *Good World Citizen*⁶⁷⁴. Este idealismo inicial, aliado a um excessivo protagonismo do Presidente Mandela e a uma estrutura burocrática no seio do DFA, pouco conotado com o novo regime, provocou, como veremos, alguns dissabores ao governo de unidade nacional.

O facto do processo de transição política sul-africano ter corrido bem, fez com que muitos, nomeadamente a nível internacional, se convencessem da possibilidade de exportar o modelo sul-africano. Por outro lado, o elevado estatuto moral de Nelson Mandela convenceu muitos, a começar por ele próprio, de que seria capaz de resolver muitos dos conflitos internacionais. O excesso de exposição e de protagonismo sem resultados concretos poderia ser fatal para a imagem do país. Outros, como o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alfred Nzo, tentaram ser mais realistas⁶⁷⁵:

I often think that our successful domestic transition has created perceptions that we are capable of miraculous interventions which would instantly solve the many conflicts in our region and beyond. The reality is more complex and demands more painstaking commitment rather than instant quick fix solutions.

Apesar dos princípios defendidos, a actuação externa sul-africana começou logo por sofrer várias contradições. A mais óbvia era o desejo de conjugar a defesa dos direitos humanos com a vontade de retribuir o apoio recebido por vários aliados, alguns dos quais, como a Líbia, Irão, Indonésia e Cuba, estavam longe de ser um exemplo neste capítulo. As contradições também eram fruto da falta de homogeneidade dentro do governo de unidade nacional. Sobretudo o ANC e o NP tinham visões diferentes sobre o papel da RAS no mundo⁶⁷⁶. Para o NP o país deveria continuar a ser um bastião ocidental em África, situação que muitos países ocidentais, nomeadamente os EUA, pretendiam promover. Para o ANC tinha chegado o momento do país

⁶⁷⁴ Chris Landsberg & Zondi Masiza: Strategic Ambiguity or Ambiguous Strategy? Foreign Policy since the 1994 Election, p. 7.

⁶⁷⁵ Discurso de Alfred Nzo no Parlamento sul-africano em 8/02/99, citando em Greg Mills: The Wired Model. South Africa, Foreign Policy and Globalisation, p. 264.

⁶⁷⁶ James Barber: South Africa in the Post-Cold War World, p. 20.

se desligar de uma imagem excessivamente conotada com o Ocidente e regressar ao seio dos países africanos⁶⁷⁷ e recompensar os aliados do ANC.

Também as expectativas iniciais criadas à volta das potencialidades e desempenho da política externa sul-africana na era Mandela foram sendo frustradas por um conjunto de circunstâncias, que passaremos a ver, e que fizeram com que esta área do governo de Mandela fosse das mais mal sucedidas.

8.7. A Estrutura do DFA

A política externa sul-africana na era Mandela teve que enfrentar desde logo dois obstáculos à sua implementação. Em primeiro lugar, o organismo que devia ser o responsável pela implementação dessa política, o DFA, tal como todas as outras áreas governamentais, necessitava de passar por uma fase de adaptação e reestruturação em virtude dos novos tempos. Nesse sentido, os desafios impostos ao DFA eram vários:

1. O novo DFA tinha que acomodar os antigos funcionários do apartheid, os membros do ANC que estiveram relacionados com as questões diplomáticas na época da clandestinidade⁶⁷⁸ e ainda os funcionários dos antigos Bantustões Independentes que se encarregavam da política externa dos respectivos estados⁶⁷⁹. Tudo isto não só aumentou consideravelmente o número de funcionários, como também pôs em causa a eficácia e a homogeneidade do trabalho produzido.
2. Era importante rever a estrutura do DFA que, em termos gerais, se manteve idêntica à da época do apartheid, o que levantava problemas para o novo governo, pois a lealdade dos funcionários não era garantida. Em 1995, segundo o Professor John Daniels da Universidade de Durban⁶⁸⁰, 90% do pessoal do DFA, incluindo o seu Director Geral, Rusty Evans, eram os mesmos da época do apartheid. As grandes mudanças no seio do DFA só começaram, verdadeiramente em 1998, com a nomeação de Jackie Selebe para o cargo de Evans.

⁶⁷⁷ Muitos, a começar pelos próprios sul-africanos, esperavam que a RAS viesse a desempenhar um papel importante no continente africano. Este desejo foi expresso pelo Director Geral do DFA, Rusty Evans, que afirmou que o desafio externo mais importante para a nova RAS era: *The role which it will be able to play within the African continent*. James Barber, *op. cit.*, p. 29.

⁶⁷⁸ Na época de maior isolamento internacional da RAS, o país chegou a ter apenas 30 representações diplomáticas, enquanto que o ANC tinha 28 representações no estrangeiro. Greg Mills: *Leaning All Over the Place? The Not so New South Africa's Foreign Policy*, p. 21.

⁶⁷⁹ Em 1994, o DFA tinha 1917 funcionários, aos quais se lhe juntaram, após as eleições, 139 quadros do ANC e 415 funcionários oriundos dos Bantustões Independentes. *Idem*, p. 21.

⁶⁸⁰ Foreign Affairs Department Under Fire, in *Mail & Guardian*, 9/06/95. <http://www.unp.ac.za/UNPDepartments/politics/flounder.htm>

3. Se, por um lado, esta escolha na continuidade parecia acertada para garantir uma certa estabilidade, por outro, fez com que os principais líderes do ANC desconfiassem do DFA e o marginalizassem em determinados assuntos.

4. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alfred Nzo, foi escolhido mais como um sinal de reconhecimento pelo seu envolvimento na luta contra o apartheid, do que propriamente devido às suas qualidades na área. Aliás a primeira escolha de Mandela para o cargo foi Cyril Ramaphosa, que o recusou. Face ao carácter algo apagado do Ministro Nzo, a política externa era muitas vezes conduzida pelo Vice-Ministro Aziz Pahad, um dos mais próximos aliados de Mbeki. Outros ministérios, como o da Defesa, Finanças ou Indústria, desenvolveram acções externas ultrapassando ou marginalizando o DFA.

5. A descoordenação ao nível da política externa sul-africana foi também provocada pelo desejo de protagonismo de Mandela que, muitas vezes, actuava sem dar conhecimento às estruturas do DFA e ao próprio Ministro. Um exemplo desta atitude foi a decisão de Mandela perdoar a dívida namibiana à RAS, a qual foi anunciada durante uma visita do Presidente sul-africano à Namíbia, sem que o DFA fosse informado dessa decisão. Outro exemplo da marginalização do DFA foi o caso do negócio da venda de armas à Síria. Enquanto a diplomacia sul-africana se esforçava para tranquilizar os EUA e Israel, dizendo-lhes que a venda era apenas uma hipótese, Mandela denunciou a ingerência dos EUA e afirmou que a venda ia mesmo realizar-se. Também Mbeki, que chegou a desempenhar o papel de responsável pelas Relações Internacionais do ANC, demonstrou o desejo de ter algum protagonismo nesta área, marginalizando as estruturas existentes.

6. O DFA teve que dar um salto qualitativo e quantitativo em pouco tempo. Com o fim do apartheid e a realização das eleições sul-africanas, a RAS quebrou o seu isolamento internacional⁶⁸¹, voltando a ocupar o lugar numa série de organizações internacionais e estabelecendo ou reestabelecendo relações diplomáticas com dezenas de países⁶⁸². Oficialmente, o isolamento sul-africano acabou a 23 de Junho de 1994, quando o Ministro Alfred Nzo ocupou o lugar da RAS na Assembleia Geral da ONU. A partir desse momento, o país regressou às várias organizações do sistema das Nações Unidas. Em Maio desse ano, a UE já tinha levantado as últimas sanções que mantinha contra a RAS, que diziam respeito ao embargo de armas imposto em 1977. Também importantes, do ponto de vista simbólico, foram o regresso à Commonwealth, em Junho de 1994 após 33 anos de ausência, e a adesão, a 31 de Maio de 1994, à OUA.

⁶⁸¹ Embora alguns países tenham começado a moderar o isolamento imposto à RAS a partir de 1991, a grande mudança deu-se em Setembro de 1993 quando Mandela, durante a sua visita à ONU, apelou ao fim das sanções contra a RAS. Mandela justificou tal decisão como forma de promover a recuperação económica e enfrentar as heranças do *apartheid*.
Neil Lurssen: South Africa: In From the Cold. With Sanctions Lifted will Investors Return?, p. 55.

⁶⁸² O aumento da actividade registou-se a partir de 1995, com o país a passar de 30 representações diplomáticas, para 156 representações em 1998, embora em alguns casos com representantes não residentes.
South Africa Yearbook 1998, pp. 199-205.

O segundo grande obstáculo que se levantava ao DFA era a necessidade de elaborar uma visão estruturada e coerente da política externa sul-africana. Embora todos concordassem com o facto da política externa ter que ser conduzida de acordo com os interesses nacionais do país, a verdade é que não havia consenso à volta do conteúdo deste conceito.

A primeira tentativa para delinear uma estratégia coerente para a política externa sul-africana surgiu, após dois anos de hesitação, através do South African Foreign Policy Discussion Document. Este documento visava criar uma linha de actuação externa baseada num amplo consenso nacional, obtido através de contribuições dos mais variados sectores da opinião pública. Porém, o documento foi recebido com grande desilusão, uma vez que não ajudava ao estabelecimento de uma política externa coerente. Aliás, o próprio documento, logo no início, contribuiu para essa desilusão ao afirmar⁶⁸³:

The purpose of this document is not to formulate fine tuned foreign policy for the democratic government of South Africa.

Perante isto, o desânimo foi grande, já que o governo tinha passado dois anos, e gasto milhões de randes, para apresentar um documento, o qual se limitou a apresentar uma série de objectivos, que de tão gerais, podiam ser utilizados por quase todos os países do mundo. A desilusão ficou bem patente nas palavras do comentador político Ray Hartley⁶⁸⁴:

At times it needs like high rational essay written an hour before deadline going around and around in circles and failing to address the topic.

O aumento da experiência, e o aparecimento de uma abordagem mais pragmática e realista dos assuntos internacionais, permitiu o desenvolvimento de novas visões sobre política externa, expressas em documentos como Developing a Strategic Perspective on South African Policy. Neste documento, apresentado em Julho de 1997, o governo sul-africano reconheceu as dificuldades enfrentadas derivadas do choque entre o idealismo inicial e a realidade internacional⁶⁸⁵:

With the benefit of three years of experience, it is becoming more and more clear that the difficult challenge is to translate these principles into effective governmental policies and actions in our relations with particular countries and within various international forums.

⁶⁸³ Department of Foreign Affairs: South African Foreign Policy Discussion Document, p. 2.
<http://www.gov.za/greenpaper/1996/foraf1.htm>

⁶⁸⁴ Ray Hartley: "Hello, We Want to Be your Friends", in Sunday Times, 9/07/96.

⁶⁸⁵ ANC: Developing a Strategic Perspective on South African Foreign Policy, p. 2.
<http://www.anc.org.za/ancdocuments/discussion/foreign.html>

Apesar do optimismo inicial, casos concretos, como o relacionamento com a Nigéria, mostraram claramente ao governo sul-africano as suas limitações, fazendo ver que a onda de solidariedade internacional de apoio à RAS, que se traduziu numa fase de benevolência para com o país, foi desaparecendo⁶⁸⁶:

Even though we once benefited from international solidarity in the struggle against apartheid, this has not necessarily translated into favourable terms for South Africa's full integration in the international arena.

O excesso de atenções que a RAS atraía, acabaram por ser prejudiciais para o próprio país. Perante tal situação, era necessário encontrar uma solução, que passava pela moderação das expectativas criadas. O ANC referiu-se a esta situação na análise que fez, em 1997, sobre a política externa do país⁶⁸⁷:

Another important lesson and challenge is that given South Africa's stature on the continent and in the world, it is not always possible to act in a way that satisfies the expectations of other countries, particularly those on the African continent. This necessarily poses the question to our movement in particular, on how we build our capacity to make an effective contribution on the continent and in the world, whilst at the same time not exaggerating what we can do and achieve.

8.8. A Política Externa Sul-Africana em Acção

Estes problemas, passaram a ser bem visíveis na actuação externa da RAS. A falta de coordenação, desorientação e inexperiência motivaram algumas actuações controversas, incoerências e até o registo de alguns fracassos.

8.8.1. O Relacionamento com os EUA

As relações entre os EUA e o novo governo sul-africano foram marcadas por duas realidades. Por um lado, o idealismo norte-americano e, por outro, o distanciamento sul-africano. Os EUA pretendiam manter um bom e estreito relacionamento com a RAS, o qual se traduzia na aposta norte-americana na RAS para liderar os esforços de paz no continente. Em Outubro de 1996, o Secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, visitou a RAS com o intuito de

⁶⁸⁶ *Ibidem.*

⁶⁸⁷ ANC: *Developing a Strategic Perspective on South African Foreign Policy*, p. 3.
<http://www.anc.org.za/ancdocuments/discussion/foreign.html>

garantir a participação e a liderança deste país na criação da African Crisis Response Force⁶⁸⁸. Segundo Christopher, a necessidade de criar uma tal força explicava-se pelo seguinte⁶⁸⁹:

This concept is not new, but it certainly is necessary. The crisis in Burundi adds urgency to this effort. It makes it highly important that we urgently explore the creation of such a crisis force.

Os norte-americanos, influenciados pelo fracasso da sua intervenção na Somália no início dos anos 90, decidiram não voltar a envolver forças suas no continente, preferindo apoiar a criação de uma força africana de intervenção. Embora tal força devesse contar com o contributo humano de vários países africanos, os EUA apostavam na RAS para liderar essa força⁶⁹⁰.

Porém, e ao contrário do que tinha sido a regra até 1994, a RAS pretendeu afastar-se de uma imagem demasiadamente conotada com o Ocidente, nomeadamente com os EUA. Este desejo não se deveu, inicialmente, a um mau relacionamento com os EUA, mas sim à necessidade de marcar a diferença com o tempo do apartheid. Nesse sentido, a procura de nova identidade, em matéria de política externa, foi feita através da diversificação das relações externas, alargando-as a novas áreas, como foi o caso do Índico⁶⁹¹. Mas esta diversificação não significava uma posição anti-ocidental. Aliás, um eventual desejo de diminuir o relacionamento com o Ocidente não faria sentido do ponto de vista económico, uma vez que não só diminuía as hipóteses de obter investimentos estrangeiros, tão necessários à recuperação económica, como também prejudicava as relações comerciais sul-africanas⁶⁹².

Ao entusiasmo inicial norte-americano, responderam os sul-africanos com alguma frieza, rejeitando a proposta de Warren Christopher. Esta rejeição do plano norte-americano deveu-se a dois motivos. Em primeiro lugar, a RAS não podia, devido à delicada situação interna, privilegiar a sua actuação externa, tanto mais que as suas forças armadas, pilar essencial da

⁶⁸⁸ A ideia era criar uma força de 10 mil homens, oriundos de vários países africanos, pronta para intervir em situações de conflito em África. Os EUA seriam os principais contribuintes desta iniciativa. Stefaans Brummer: "No Clear Path for SA", in *Weekly Mail & Guardian*, 2/08/96. <http://wn.apc.org/wmail/issues/960802/News28.html>

⁶⁸⁹ Warren Christopher: Intervenção por ocasião da visita ao *South African Institute of International Affairs*, Joanesburgo, 12/10/96, p. 2.

⁶⁹⁰ Não foram só os EUA que pressionaram a RAS a assumir um papel de maior liderança no continente. Durante a visita de Mandela à GB, França e Alemanha, em Julho de 1996, estes países também pressionaram Mandela a assumir um maior protagonismo continental.

⁶⁹¹ Com alguns países do Índico, nomeadamente, Austrália, Índia, Quênia, Maurícias, Omã e Singapura, a RAS desenvolveu, a partir de 1995, a chamada Indian Ocean Rim Initiative (IORI). Gordon Freer: *South Africa Dilemmas Surrounding the Indian Ocean Rim*, p. 207.

⁶⁹² Os principais parceiros comerciais da RAS eram todos países ocidentais. Em 1994 os primeiros eram: EUA; Alemanha; GB. Em 1995 os principais eram: Alemanha; GB; EUA. Greg Mills: *Leaning All Over the Place? The Not so New South Africa's Policy*, p. 27.

iniciativa norte-americana, estavam em profunda transformação. Face a isto, a RAS não estava em condições de liderar tal iniciativa, como o afirmou o Vice-Director de Política Externa, Abdel Minty⁶⁹³:

South Africa is unable to meet Africa's needs in short term. The cost of the transition has been so high that it has sucked up what you may call a post-apartheid dividend. Our internal situation is no fluid that large sums of money have to be committed to a variety of projects to stabilise this young nation.

Embora os dirigentes sul-africanos compreendessem as expectativas internacionais criadas à volta da nova RAS, a verdade é que os desafios da transição não deixavam grande margem de manobra. O processo de transição das forças armadas não permitia que estas desempenhassem um papel muito activo no plano externo. Sobre as potencialidades das SANDF, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Aziz Pahad, afirmou, em 1994, o seguinte⁶⁹⁴:

The likelihood that the South African National defence Force (SANDF), which must be regarded as one of the most advanced on the African continent, could or would be used to prevent or bring to an end conflict situations on the continent outside the Southern African region, is small at present. The country's defence establishment is still completing its process of integration and restructuring.

Perante essa realidade, Pahad defendeu que a contribuição mais importante que a RAS podia dar naquela altura no campo da diplomacia preventiva era the moral authority it has derived from its own process of national reconciliation and democratisation⁶⁹⁵.

Para além desta incapacidade sul-africana, Mandela também rejeitou a proposta norte-americana porque temia que ela fosse uma desculpa para que tanto o Ocidente como a própria ONU, se desvinculassem dos problemas africanos.

O desejo de Mandela de se distanciar dos EUA, foi visível em duas questões: no relacionamento sul-africano com estados que os EUA consideravam párias, e que veremos mais à frente, e durante a visita do Presidente Bill Clinton à RAS. Para além da incapacidade sul-africana em assumir o papel de líder continental, os sul-africanos também não estavam interessados em serem vistos como os executores da política norte-americana em África. Este distanciamento foi ainda reforçado, não só pelo relacionamento com estados inimigos dos EUA, como também por decisões sul-africanas que desagradaram aos EUA. Uma dessas questões foi a política sul-africana de venda de armas.

⁶⁹³ South African Cannot Lead Africa , Yet, in African Economic Digest, 24/06/96, p. 5.

⁶⁹⁴ Aziz Pahad: South Africa and Preventive Diplomacy, p. 161.

⁶⁹⁵ *Ibidem*.

Uma das áreas em que a RAS podia aspirar a aumentar as suas exportações era na indústria de armamento, sendo o mundo árabe um mercado promissor. Baseado ainda nos princípios idealistas que caracterizaram os primeiros anos da política externa de Mandela, o governo de Pretória decidiu criar, em Agosto de 1995, a National Conventional Arms Control Committee (NCACC), cuja missão era a de estabelecer uma série de critérios que servissem de guia na venda de armas aos vários países candidatos. Nesse sentido, o NCACC estabeleceu os seguintes critérios⁶⁹⁶:

1. Respeitar os direitos humanos e liberdades fundamentais.
2. Avaliar a situação interna e regional dos países receptores.
3. Evitar o desvio do armamento para grupos terroristas.

A decisão de vender armas à Síria, em Janeiro de 1997, abriu um amplo debate interno e internacional. Internamente, os mais pragmáticos defenderam a venda argumentando que as principais potências mundiais não deixavam que os princípios morais evitassem a obtenção de lucros com a venda de armamento a países da região. Outros, imbuídos de um espírito mais idealista, defendiam os critérios do NCACC, como forma de evitar essa venda.

Internacionalmente, os EUA reagiram muito negativamente a esta possibilidade, chegando mesmo a ameaçar, se a venda fosse efectuada, com a suspensão da ajuda à RAS. A oposição norte-americana ficou a dever-se ao facto de acusarem a Síria de apoio ao terrorismo internacional. Quem também reagiu negativamente foi Israel, que acusou a RAS de pretender vender armamentos com tecnologia israelita, fornecida à RAS durante a época do apartheid. Segundo Israel, tal venda poderia pôr em causa o equilíbrio de forças na região.

O debate chegou a dividir o governo sul-africano, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alfred Nzo, a opor-se à venda, e o Ministro da Defesa, Joe Modise, a apoiá-la. No fim, a venda de armas à Síria não se efectuou. Porém, e apesar dos princípios morais, o governo de Mandela não se coibiu de vender armas a países cujos regimes se caracterizavam por sistemas autoritários, em que a defesa dos direitos humanos nem sempre estava salvaguardada. Para além do pretensio negócio com a Síria, a RAS avançou com negócios com o Ruanda, Uganda, República Popular do Congo, Argélia, Kuwait e Arábia Saudita. A posição de defesa assumida pelo governo adveio da importância desta actividade para a economia sul-africana⁶⁹⁷. Este caso foi um bom exemplo das incoerências entre a teoria e a prática que foram caracterizando a política externa na era Mandela.

⁶⁹⁶ Larry Benjamin: South Africa and the Middle East: The Anatomy of an Emerging Relationship, p. 170.

⁶⁹⁷ Entre 1994 e 1999, a RAS vendeu material militar no valor de 600 milhões de dólares. Peter Batchelor: South Africa: An Irresponsible Arms Trader?, p.1.
http://www.igd.org.za/publications/global_dialogue/Special_feature/trader.html

Uma outra ocasião em que foi bem visível o distanciamento de Mandela em relação aos EUA foi durante a visita do Presidente norte-americano Bill Clinton, em Março de 1998, à RAS. Durante essa visita, Mandela reafirmou a sua decisão de aprofundar as relações com estados como o Irão, Cuba ou Líbia, países claramente opostos aos EUA. Mandela também criticou a política de Washington em relação a África, em especial a Lei de Crescimento e Oportunidade. Esta lei norte-americana visava substituir a ajuda ao desenvolvimento por investimentos e comércio com países que procedessem a reformas políticas e económicas. Clinton pretendeu apresentar esta medida como elemento favorável ao Renascimento Africano⁶⁹⁸, conceito desenvolvido por Mandela e Mbeki, destinado a combater o afro-pessimismo global. Os dirigentes sul-africanos reagiram negativamente a esta Lei, com Mandela a dizer que tal medida não era de todo aceitável⁶⁹⁹.

A visita de Clinton à RAS, que poderia ter sido vista como um sinal de bom relacionamento entre os dois países, o que seria do agrado dos norte-americanos, serviu sim para demonstrar as grandes diferenças que separavam os dois países⁷⁰⁰. Embora em 1998 a posição sul-africana fosse mais moderada em relação aos EUA, sobretudo se comparada com a altura da rejeição da proposta da African Crisis Response Force, a verdade é que no campo económico as diferenças eram grandes. Mas, se os sul-africanos evoluíram na sua posição, também os EUA o fizeram, moderando claramente as suas expectativas em relação às potencialidades sul-africanas. Tal realismo norte-americano ficou bem patente nas palavras do Embaixador dos EUA na ONU, Richard Holbrooke, em 1999, durante uma Conferência proferida em Pretória⁷⁰¹:

Political, economic and social change rarely occur overnight. The journey to freedom can be long and frustrating, but it is worth the effort. And you, like your brethren in Eastern and Central Europe, the journey has just begun.

8.8.2. As Relações com o Regime Nigeriano

O modo como Mandela lidou com a questão nigeriana foi um exemplo da ineficácia da diplomacia sul-africana, ao mesmo tempo que foi um duro golpe para o prestígio e imagem do líder sul-africano.

⁶⁹⁸ O conteúdo deste conceito será desenvolvido mais à frente neste capítulo.

⁶⁹⁹ Adrian Hadland: "Catalisador do Renascimento Africano", in Público, 30/03/98.

⁷⁰⁰ Esse distanciamento esteve bem patente nos discursos de Mandela durante a visita de Clinton. Cfr. Nelson Mandela: Speech at the Banquet in Honour of President Clinton of the United States of America, 27/03/98, 2 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1998/sp980327.html>

⁷⁰¹ Greg Mills: The Wired Model. South Africa, Foreign Policy and Globalisation, p. 3.

Em relação ao regime nigeriano, liderado pelo General Sani Abacha, o governo sul-africano encontrava-se numa posição muito delicada. Apesar da RAS reconhecer na Nigéria de Abacha um regime autoritário, claramente violador dos direitos humanos e das regras democráticas, não se podia esquecer do forte apoio que este país concedeu ao ANC durante o apartheid. Mandela estava convencido de que a sua autoridade moral seria suficiente para pressionar o General Abacha a encetar reformas internas e a melhorar a sua performance no capítulo dos direitos humanos.

Esta convicção de Mandela foi posta à prova em Novembro de 1995, a propósito da condenação à morte de uma série de activistas nigerianos, nomeadamente o escritor Ken-Saro-Wiwa. Estes activistas, pertencentes à etnia ogoni, tinham-se manifestado contra o regime de Abacha, apelando a uma reforma do sistema. Face à sentença de condenação à morte, Mandela decidiu pedir clemência a Abacha, defendendo internacionalmente que não se devia isolar o líder nigeriano, mas colaborar com ele. A resposta de Abacha foi executar os activistas ogoni.

Mandela sentiu-se humilhado por esta decisão, e reagiu com dureza, apelando à adopção de sanções contra o regime de Abacha, nomeadamente um boicote ao petróleo nigeriano⁷⁰². Tal pedido de Mandela só teve eco na Commonwealth, que suspendeu a Nigéria, mas cujos efeitos foram meramente simbólicos. Para que tivessem sido adoptadas sanções no âmbito da ONU, teria sido necessário que o Conselho de Segurança aprovasse uma resolução nesse sentido. Porém, uma tal resolução necessitaria do apoio da República Popular da China, o que devido à sua posição em relação à violação dos direitos humanos, era difícil de acontecer.

Depois deste incidente, o relacionamento entre os dois países piorou bastante, com a Nigéria a não aceitar e a menosprezar as atitudes do Presidente Mandela. Tal menosprezo foi visível nas palavras do Ministro da Informação nigeriano, Walter Ofonagoro que, em Julho de 1997, caracterizou a RAS e Mandela nos seguintes termos⁷⁰³:

South Africa is a white country with a black President.

A crise nigeriana serviu para que a RAS se apercebesse da sua posição no continente africano. A ideia de que a RAS era o líder continental por excelência, sofria fortes resistências em África. O mau relacionamento com a Nigéria era disso um bom exemplo. Outros casos similares eram as relações com Angola e o Zimbabwe. O mal-estar de alguns países africanos em relação a uma eventual liderança continental sul-africana foi bem visível em questões como a candidatura da RAS à organização dos Jogos Olímpicos de 2004. Apresentada como uma

⁷⁰² Stefaans Brummer: "Foreign Affairs Backpeddles over Nigeria", in *Weekly Mail & Guardian*, 19/04/96.
<http://wn.apc.org/wmail/issues/960419/News46.html>

⁷⁰³ Sniping Unhealthy for Abuja, in *The Nation*, 18/07/97.
<http://www.africanews.org>

candidatura africana, a verdade é que, para surpresa dos sul-africanos, muitos países africanos votaram na candidatura de Atenas, a qual acabou por vencer⁷⁰⁴.

8.8.3. A Questão das Duas Chinas

Quando o Presidente Mandela anunciou, a 27 de Novembro de 1996, que a RAS deixava de reconhecer a República da China, Taiwan, e passava a estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China, apanhou de surpresa quase todo o mundo⁷⁰⁵. Esta decisão foi um dos primeiros casos concretos das ambiguidades que caracterizaram a política externa sul-africana no pós-apartheid.

Para compreendermos esta questão convém recuar um pouco no tempo. As relações diplomáticas entre a RAS e a República da China foram estabelecidas em 1931. Com a vitória das forças de Mao Zedong sobre as de Chiang Kai Tshek na guerra civil chinesa, as forças nacionalistas refugiaram-se na ilha de Taiwan, enquanto que as forças comunistas assumiram o poder em Pequim. A partir desse momento passaram a existir duas Chinas, uma continental controlada por Mao Zedong e uma outra na ilha de Taiwan controlada por Chiang Kai Tshek. Os EUA e os seus aliados, dentro da lógica de combate ao comunismo, mantiveram o apoio e o reconhecimento à República da China de Chiang Kai Tshek, o que permitiu aos nacionalistas, entre outras coisas, manter o seu lugar no Conselho de Segurança da ONU. A RAS, já sob o comando do National Party, e na oposição ao expansionismo comunista, manteve o reconhecimento a Taiwan⁷⁰⁶.

A partir dos anos 60, tanto a RAS como Taiwan passaram a ser considerados, por diferentes razões, estados párias no sistema internacional. Este isolamento deveu-se, no caso da RAS, à política do apartheid e, no caso de Taiwan, à actividade política de Pequim. Em 1971, contando com o apoio ocidental, a República Popular da China passou a ocupar o lugar da China no Conselho de Segurança da ONU, até então ocupado por Taiwan. Ao mesmo tempo, cada vez mais países reconheciam Pequim em vez de Taipé⁷⁰⁷.

⁷⁰⁴ Apesar do empenho pessoal de Mandela em tentar trazer a organização dos Jogos Olímpicos de 2004 para a Cidade do Cabo, o Comité Olímpico Internacional escolheu a candidatura de Atenas, numa decisão que foi encarada como uma derrota pessoal de Mandela.

⁷⁰⁵ A decisão de Mandela foi uma verdadeira surpresa para Taiwan, cujo Vice-Presidente havia recebido garantias de Mandela, durante uma visita à RAS em inícios de 1996, de que o reconhecimento sul-africano seria mantido.
Anthoni van Nieuwkerk: "China Choice a Sensible One", in *The Star*, 5/12/96.

⁷⁰⁶ Chris Alden: Solving South Africa's Chinese Puzzle: Democratic Foreign Policy Making and the Two Chinas Question, p. 120.

⁷⁰⁷ Em 1949, 46 estados reconheciam Taiwan e apenas 16 a RPC. Em 1971 os números eram 62 a favor de Taiwan e 59 a favor da RPC. Em 1973 deu-se a grande viragem, com 39 estados a manterem o reconhecimento de Taiwan e 85 a reconhecerem a RPC. Em 1988 a diferença já era enorme, com 22 países a reconhecerem Taiwan e 104 a reconhecerem a RPC.
Deon Geldenhuys: Isolated States: A Comparative Analysis, p. 146.

Este crescente isolamento aproximou e aprofundou a relação entre Taiwan e a RAS. Para além do aumento das visitas oficiais, as relações comerciais aumentaram consideravelmente, passando de 30 milhões de USD em 1979, para 5.8 biliões de USD em 1995⁷⁰⁸. Também os investimentos de Taiwan na RAS aumentaram, nomeadamente nas zonas dos Bantustões⁷⁰⁹.

O que não deixa de ser curioso é que ao mesmo tempo que a RAS aprofundava as relações com Taiwan, discretamente também eram mantidos alguns contactos com Pequim. A venda de milho e minerais sul-africanos à RPC, venda feita através de Hong-Kong, fez da RAS, entre 1960 a 1990, o maior parceiro comercial africano da RPC. Para além disso, conversações secretas entre os dois países sobre a possibilidade da venda de armas, da RAS à RPC, foram mantidas. Este relacionamento é ainda mais curioso se tivermos em conta o apoio chinês aos movimentos de libertação na África Austral, nomeadamente ao PAC sul-africano.

Com o início do processo de transição sul-africano, e a eventual vitória do ANC nas eleições, era convicção generalizada que um governo da maioria negra iria trocar o reconhecimento de Taipé por Pequim. Esta convicção apoiava-se em determinadas declarações de membros do ANC que deixavam transparecer essa hipótese⁷¹⁰.

Após a subida ao poder do ANC, a tomada de uma decisão tornou-se mais complicada do que se esperava. No seio da sociedade sul-africana começaram a surgir vozes a favor de uma ou outra posição. Para os defensores de Taiwan, a má performance de Pequim em matéria de direitos humanos deveria ser suficiente para que a RAS não alterasse o seu reconhecimento, uma vez que a defesa dos direitos humanos era apresentada como a principal característica da sua política externa. Para além disso, Taiwan, que também era apontado como um país onde se registavam violações dos direitos humanos, estava a fazer um sério esforço de melhoria neste capítulo⁷¹¹. Para os defensores de Pequim, a importância da RPC, quer como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, quer ao potencial de consumo do seu mercado, eram razões mais do que suficientes para uma alteração do reconhecimento.

⁷⁰⁸ Chris Alden, *op.cit.*, p. 121.

⁷⁰⁹ Em 1994, havia 485 companhias de Taiwan a operarem nos Bantustões. *Idem*, p. 122.

⁷¹⁰ Em Julho de 1993, durante uma visita a Taiwan, Mandela afirmou que um futuro governo do ANC respeitaria as decisões da ONU em relação à questão das duas Chinas, dando a entender que haveria uma troca no reconhecimento sul-africano. Quatro meses antes das eleições de Abril de 1994, Mbeki afirmou claramente que a RAS iria estabelecer relações diplomáticas com a RPC.

⁷¹¹ Em 1985 a revista *The Economist* publicou um artigo sobre os direitos humanos no mundo, a *World Human Rights Guide*, no qual Taiwan recebeu a classificação de insuficiente no que se referia ao respeito pelos direitos humanos. Em 1987 a *Freedom House*, uma ONG norte-americana que se dedica ao fortalecimento das instituições democráticas no mundo, também deu uma fraca classificação a Taiwan na área do respeito pelos direitos humanos. Porém, a partir de 1988 a *Freedom House* apontou Taiwan como um país onde os avanços no respeito pelos direitos humanos eram mais visíveis. Deon Geldenhuys, *op. cit.*, p. 95.

Esta divisão atravessou as mais diferentes áreas e grupos da sociedade sul-africana. Ao mesmo tempo, as duas Chinas tentavam cativar o maior número de apoiantes dentro da RAS. Particularmente importantes foram os esforços de Taiwan, uma vez que a RAS era, de longe, entre os estados que reconheciam este país, o mais importante. Taiwan tentou influenciar a nova classe política sul-africana, convidando inúmeros deputados sul-africanos a visitarem o país. Também o mundo académico e jornalístico foi alvo das campanhas de Taipé através de visitas ao país e concessão de apoios à realização dos mais variados eventos. O ANC, que já tinha sido apoiado financeiramente por Taiwan durante a campanha eleitoral de 1994⁷¹², foi alvo de atenções especiais.

No meio deste intenso debate estava o governo sul-africano, claramente hesitante em relação à posição que deveria tomar. A reestruturação em curso no *Department of Foreign Affairs*, aliada à existência de elementos no seu seio favoráveis à manutenção do reconhecimento a Taiwan, complicou ainda mais a posição dos dirigentes políticos.

A questão de qual das duas Chinas deveria ser reconhecida dependia, em larga medida, do critério que o governo decidisse usar:

1. A questão dos direitos humanos, que jogava a favor de Taipé;
2. A importância atribuída ao aumento das trocas comerciais, que era favorável a Pequim;
3. A importância atribuída ao apoio recebido pelo ANC durante a fase da libertação, que era favorável a Taipé;
4. As questões de realpolitik, que eram favoráveis a Pequim.

8.8.3.1. O Reconhecimento da República Popular da China

O processo de troca de reconhecimentos atravessou três fases. A primeira, entre Maio de 1994 e Dezembro de 1995, caracterizou-se por ser a fase em que o governo passou do reconhecimento quase óbvio da RPC, à dúvida. Tal alteração ficou a dever-se à discussão interna sobre o tema e aos esforços, nomeadamente financeiros, de Taiwan para reter o reconhecimento sul-africano. Nessa altura, e contradizendo o que havia deixado entender pouco antes das eleições, Mandela era favorável à manutenção do reconhecimento de Taiwan, posição defendida publicamente em Abril de 1995⁷¹³:

⁷¹² Taiwan apoiou a campanha eleitoral do ANC em 1994 com 20 milhões de randes. Jean-Jacques Cornish: *New South Africa and China*, p. 250.

⁷¹³ Chris Alden, *op. cit.*, p. 130.

We don't draw distinction between the two Chinas. We won't cancel diplomatic relations unless the country has done something which requires us (to do so) and justifies cancellation of such diplomatic relations. And we have no intention of cancelling our diplomatic relations with ROC.

A segunda fase, que durou entre Julho de 1995 e Julho de 1996, caracterizou-se pela tentativa sul-africana de encontrar uma solução alternativa, a qual passaria pelo reconhecimento de ambas as Chinas. Esta hipótese contava para o seu sucesso, com a imagem e prestígio do Presidente Mandela que tentaria convencer as duas Chinas. Se Taiwan a aceitou, já a RPC a rejeitou linearmente⁷¹⁴. A recusa de Pequim, aliada à sua crescente impaciência, fez com que os responsáveis sul-africanos começassem a pensar que, face à impossibilidade de reconhecer ambas, então deveriam reconhecer a RPC.

A terceira fase, iniciada em Julho de 1996 e que culminou no reconhecimento da RPC, caracterizou-se pela crescente importância da RPC para a RAS. Por um lado, a iminente devolução de Hong Kong por parte da GB a Pequim⁷¹⁵, preocupava os sul-africanos devido à importância daquele porto para as exportações sul-africanas para a região. A RPC fez saber que quem não tivesse relações diplomáticas consigo teria que negociar um acordo especial para continuar a utilizar o porto de Hong Kong; os países que tivessem relações diplomáticas poderiam continuar a usar o porto nos mesmos moldes. Em segundo lugar, o potencial do mercado chinês não podia ser totalmente aproveitado pelas empresas sul-africanas devido à falta do reconhecimento diplomático. Em terceiro lugar, caso se avançasse para uma reforma do Conselho de Segurança da ONU, a qual passaria pela atribuição de novos lugares, um deles destinado a África, as possibilidades da RAS obter esse lugar ficariam seriamente comprometidas sem o apoio da RPC⁷¹⁶. Finalmente, o facto do apoio financeiro de Taiwan ter ficado aquém do prometido⁷¹⁷, motivou a decisão sul-africana de alterar o seu reconhecimento.

⁷¹⁴ O governo da RPC afirmava representar toda a China, considerando Taiwan uma província chinesa. Pequim advogava uma reunificação nos seus termos, após a qual, Taiwan teria direito a um estatuto especial semelhante ao de Hong Kong e Macau. Até lá a RPC não aceitava estabelecer ou manter relações diplomáticas com estados que reconhecessem Taiwan. Para Taipé, a nação chinesa estava dividida, temporariamente, em duas entidades distintas. Taiwan defendia igualmente a reunificação das duas, porém, recusava o domínio da RPC sobre o processo. Até que se consiga a reunificação, Taiwan defendia que as duas Chinas deviam poder coexistir e ter igual acesso à Sociedade Internacional. Assim, e ao contrário de Pequim, Taipé não se opunha ao duplo reconhecimento internacional.
Willie Breytenbach: *The Chinese Dilemma: Dual Recognition is the Ultimate Solution*, p. 56.

⁷¹⁵ Esta devolução ocorreu em Julho de 1997.

⁷¹⁶ Entre as várias propostas de revisão do Conselho de Segurança da ONU, a mais realista, previa a criação de mais cinco lugares permanentes a atribuir aos seguintes países: Alemanha, Japão e três para os países em vias de desenvolvimento. No caso da América Latina, o escolhido deveria ser o Brasil; no caso asiático a escolha deveria recair sobre a Índia; no caso africano a escolha mais lógica parecia ser a África do Sul. Porém, no seio do continente africano, havia vários países, nomeadamente a Nigéria, Egipto, Líbia ou até o Zimbábue, que se achavam com o direito de ocupar esse lugar.
Newton Kanhema: "South Africa Gears for Permanent UN Council Seat", in *Panafrican News Agency*, 17/09/97.
<http://www.africanews.org>

⁷¹⁷ Taiwan tinha prometido um forte apoio financeiro ao RDP e a construção de uma fábrica petroquímica na zona de Mossel Bay, na província do *Western Cape*.

A decisão foi tomada pelo Presidente Mandela, com o DFA e o seu Ministro, Alfred Nzo, a ficarem à margem do processo.

Após o anúncio da decisão, Taiwan mandou sair o seu embaixador e suspendeu toda a ajuda e tratados com a RAS.

A questão das duas Chinas serviu para demonstrar várias realidades ao nível da política externa sul-africana. Em primeiro lugar, foi óbvia a hesitação e a incoerência do Presidente Mandela, que em pouco tempo tomou posições radicalmente diferentes. Por outro lado, Mandela também se apercebeu que o seu prestígio internacional não era suficiente para resolver as questões na prática, tendo fracassado o seu intento de conseguir o reconhecimento das duas Chinas. Também visível foi a fraqueza do DFA em todo este processo. Dividido entre apoiantes de Taiwan e da RPC, o DFA acabou por ficar à margem da decisão final. Finalmente, esta questão também mostrou o choque entre os princípios idealistas defendidos pela RAS no plano teórico, nomeadamente a defesa dos direitos humanos, e a realidade internacional, em que os interesses económicos acabaram por ditar as regras. A importância do mercado chinês para a economia sul-africana fez com que Mandela, quando visitou a RPC, em Maio de 1999, se recusasse a comentar a realidade dos direitos humanos nesse país, temendo, provavelmente, que um eventual comentário pudesse pôr em causa os interesses económicos do seu país.

Mas as incoerências na política externa sul-africana também provocaram outras acções que afectaram a credibilidade e o prestígio quer de Mandela, quer do novo governo.

8.8.4. As Promessas Falhadas: A Frente POLISARIO

Um dos casos em que foi bem visível a contradição entre as posições do ANC como movimento de libertação e do ANC como governo, foram as relações com a Frente Popular de Libertación del Saguia el-Hamra y Rio del Oro (POLISARIO). Durante o regime do apartheid, o ANC era um firme apoiante da Frente POLISARIO. O regime marroquino contava com o apoio material e político de Pretória. A Frente POLISARIO chegou a doar ao ANC o material militar sul-africano capturado ao exército marroquino.

Porém, uma vez no poder, o ANC mudou o seu comportamento. Apesar de Mandela ter escrito, em Março de 1995, ao Presidente sarauí, Mohamed Abdel Aziz, prometendo-lhe reconhecer o seu governo no exílio⁷¹⁸, a verdade é que não fez. Uma vez no governo, Mandela preferiu adoptar uma posição mais distante em relação ao conflito, passando a apoiar a resolução do diferendo através das iniciativas levadas a cabo pela ONU⁷¹⁹.

⁷¹⁸ Rehana Rossouw: "What Happened to Sahrawi's Diplomatic Ties?", in *Weekly Mail & Guardian*, 10/08/95.

⁷¹⁹ A 29 de Abril de 1991 o Conselho de Segurança da ONU criou a *Misión de las Naciones Unidas para el Referendo en el Sahara Occidental* (MINURSO), cuja principal missão era a preparação de um referendo

O caso sarauí é um bom exemplo do choque crescente que o governo sul-africano foi sentindo em relação à sua política externa. Se, por um lado, defendia determinados princípios, na prática era-lhe difícil manter esses compromissos. Esta dificuldade foi particularmente sentida em outros casos em que o ANC quis manter o desejo de agradecer a regimes, que embora muito longe de cumprirem os princípios defendidos pelo ANC, tinham sido grandes apoiantes do movimento de libertação nos tempos da clandestinidade.

8.8.5. As Amizades Perigosas

Apesar de se apresentar como grande defensor dos direitos humanos, o governo sul-africano insistiu em manter, e até aprofundar o relacionamento com estados que tinham um comportamento violador destes direitos. Vejamos de seguida esses casos.

Durante o apartheid, as ligações políticas e económicas da RAS com os estados do Médio Oriente foram muito limitadas. Após o conflito israelo-árabe do Yom Kippur, em Outubro de 1973, os estados árabes impuseram um embargo petrolífero à RAS, condenando simultaneamente a política racista da RAS e o seu relacionamento com Israel. Em Novembro de 1975, a Assembleia Geral da ONU adoptou a Resolução 3379, considerando o sionismo como racismo. Após essa data, do ponto de vista árabe, tanto a RAS como Israel eram vistos como estados do apartheid, e como tal, ambos deveriam ser isolados. Após a queda do Xá Reza Palhevi no Irão, em 1979, a RAS perdeu a pouca influência que detinha na área.

A partir de 1976, Israel e a RAS aprofundaram o seu relacionamento, embora no caso israelita esta ligação fosse mais de conveniência do que de afecto⁷²⁰. Para a RAS era particularmente útil o apoio israelita no fornecimento de material militar.

Nessa mesma altura, o ANC aprofundou as suas relações com os países árabes. Esta ligação explica a razão pela qual, anos mais tarde, Mandela afirmará que a RAS não abandonaria os países e os movimentos árabes que apoiaram a luta do ANC. Prova dessa determinação foi a afirmação feita por Mandela, em 1994, a Hannan Ashrawi, uma das principais negociadoras palestinianas⁷²¹:

para decidir o futuro do território. Divergências entre a Frente POLISARIO e o governo marroquino sobre quem poderia votar nesse referendo, foram adiando a realização do mesmo.

UN Missions: [Misión de las Naciones Unidas para el Referendo en el Sahara Occidental \(MINURSO\)](http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/minurso/minursoB.htm), 3 pp. <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/minurso/minursoB.htm>

⁷²⁰ Larry Benjamin: [South Africa and the Middle East. The Anatomy of an Emerging Relationship](#), p. 159.

⁷²¹ Hannan Ashrawi: [This Side of Peace: A Personal Account](#), Simon & Schuster, 1995, New York, p. 298, citando em Larry Benjamin, *op. cit.*, p. 159.

You (the PLO) were the first to stand by us (the south african liberation movements) and support our struggle, and we shall never forget that. I shall be the first to come and visit Yasser (Arafat) on Palestinian soil.

Após a transição sul-africana, a RAS virou-se para o Médio Oriente, não só como um gesto de gratidão, mas também como estratégia para aumentar as suas exportações e encontrar novas fontes de investimento estrangeiro.

A necessidade de cativar os países desta zona, principal fonte de abastecimento petrolífero à RAS, fez com que Pretória fosse esquecendo o seu principal pilar em matéria de política externa, o respeito pelos direitos humanos. Se se tivesse agarrado a esse princípio, muito dificilmente teria conseguido aprofundar o relacionamento com países como a Síria ou o Irão⁷²².

Para além de Israel, também os EUA se manifestaram preocupados com a aproximação sul-africana a estes países. Para além da eventual venda de armas à Síria, que vimos anteriormente, também a aproximação sul-africana a movimentos como o Hamas⁷²³, preocupou estes dois países, que tiveram dificuldade em aceitar a perda de um aliado. Mas, o que mais preocupava aos EUA era o relacionamento sul-africano com os estados considerados pelos norte-americanos como párias.

8.8.6. O Relacionamento com o Irão

O Irão esteve sempre muito presente, devido ao seu petróleo, nos acontecimentos internos sul-africanos. Depois de terem sido decretadas sanções petrolíferas contra o regime do apartheid, o regime iraniano do Xá Reza Palhevi continuou a ser uma fonte de abastecimento sul-africana. Após a revolução iraniana, e como vimos no Capítulo V, o ANC pressionou, com sucesso, as novas autoridades a cessarem o fornecimento petrolífero à RAS. Com a ascensão do Ayatollah Khomeini ao poder, o Irão passou de aliado do apartheid, a aliado dos movimentos de libertação.

Após a subida ao poder, Mandela pretendeu aprofundar as relações com este país com vista a recuperar a tradicional fonte de abastecimento petrolífero, mas também como forma de agradecer e ajudar um aliado que se encontrava numa situação complicada. Os EUA, que acusavam o Irão de patrocinar o terrorismo internacional, reagiram mal a esta decisão sul-africana. Porém, também a RAS reagiu mal a esta intromissão dos norte-americanos, afirmando

⁷²² Durante a era Mandela, o Irão foi responsável pelo abastecimento de 50% a 60% das necessidades petrolíferas sul-africanas.
Larry Benjamin, *op. cit.*, p. 164.

⁷²³ Os primeiros contactos foram estabelecidos, em Maio de 1998, entre o Ministro da Justiça sul-africano, Dullah Omar, durante uma visita a Meca, altura em que se encontrou com o líder espiritual do Hamas, o Sheik Ahmed Yassin.

o Ministro Alfred Nzo, em Maio de 1996 durante uma visita ao Irão, que a posição sul-africana era a seguinte⁷²⁴:

We (South Africa) do not follow the US embargo and efforts to isolate Iran. Relations with Iran are good.

Uma das razões pelas quais os EUA temiam o aprofundamento das relações entre a RAS e o Irão, tinha a ver com o receio de que os sul-africanos passassem segredos nucleares aos iranianos⁷²⁵.

Esta aproximação ao Irão punha claramente em causa o princípio da defesa dos direitos humanos, dando novamente um ar de incoerência à política externa sul-africana. Esta incoerência é ainda mais evidente se tivermos em conta que na primeira sessão da Assembleia Geral da ONU em que a nova RAS participou, o país votou a favor de uma resolução⁷²⁶ que condenava o Irão devido à sua política de violação dos direitos humanos. Após a visita do Presidente iraniano Rafsanjani à RAS, em Setembro de 1996, Mandela instruiu a delegação sul-africana na ONU para, de futuro, se abster em resoluções contra o Irão. Perante as críticas ocidentais, que acusavam a RAS de pôr à frente dos princípios morais os interesses económicos, Mandela justificou o relacionamento com o Irão afirmando que os inimigos do Ocidente não eram, necessariamente, os inimigos da RAS⁷²⁷.

Este argumento de Mandela também serviu para explicar a posição sul-africana em relação ao Iraque. Em Setembro de 1996, na sequência dos ataques dos EUA ao Iraque, em retaliação pelo ataque iraquiano contra os curdos no norte do país, o Presidente Mandela afirmou que nenhum país tinha o direito de se assumir como polícia do mundo. Esta questão pôs novamente em evidência as contradições da política externa sul-africana. A intervenção norte-americana fez-se ao abrigo das resoluções da ONU e visou proteger a população curda dos ataques iraquianos, situação que deveria ter contado com o apoio sul-africano à luz da sua posição em relação aos direitos humanos. Por outro lado, ao pôr-se do lado do Iraque, a RAS esqueceu a população curda, com quem o ANC chegou a ter boas relações através do partido curdo, o Partido dos Trabalhadores do Kurdistan (PKK)⁷²⁸.

8.8.7. As Relações com Cuba

⁷²⁴ Larry Benjamin, *op. cit.*, p. 176.

⁷²⁵ Edyth Bulbring: “US Fears SA-Iran Nuclear Linkage”, in *Sunday Times*, 20/08/95.

⁷²⁶ Resolução 50/188 adoptada pela Assembleia Geral da ONU em 22/12/95.
<http://www.un.org/documents/ga/res/50/a50r188.htm>

⁷²⁷ Roland Henwood, *op. cit.*, p. 13.

⁷²⁸ Greg Mills: *The Wired Model. South Africa, Foreign Policy and Globalisation*, p. 266.

O aprofundamento das relações entre Cuba e a nova RAS faziam sentido à luz da história recente da África Austral. Tanto Cuba como o ANC combateram, no terreno, o mesmo inimigo. Perante esta identificação, foi natural que o novo governo sul-africano e Cuba estabelecessem relações diplomáticas logo a 11 de Maio de 1994, o dia seguinte à tomada de posse do governo de unidade nacional. Fidel Castro foi, aliás, um dos convidados de honra para a cerimónia de tomada de posse de Mandela.

O estabelecimento destas relações voltou a irritar os norte-americanos, os quais chegaram a fazer ameaças indirectas aos sul-africanos. Vários congressistas norte-americanos, com influência na Comissão dos Negócios Estrangeiros, escreveram, em Agosto de 1995, perante a iminência da abertura da embaixada sul-africana em Havana, ao embaixador sul-africano em Washington, Franklin Sonn, afirmando⁷²⁹:

The clear message of such a decision would be to tell the american people that South Africa does not share our commitment to liberty, justice and democracy. Such a message could have significant impact on the Congress's relations with your country.

A RAS opunha-se claramente à decisão norte-americana de reforçar o embargo a Cuba através da aplicação da Lei Helms-Burton. Esta lei visava desencorajar empresas de vários países de investirem em Cuba, ameaçando os seus proprietários com represálias.

As relações estabelecidas com Cuba pareciam ser contrárias aos princípios defendidos pela política externa sul-africana. Assim sendo, e tendo em conta que esta ligação não trazia qualquer benefício económico para os sul-africanos, surge então a questão de se perceber o porquê deste relacionamento. A explicação prende-se com uma dívida de gratidão, resultante do apoio cubano ao ANC durante a luta de libertação. Para Mandela era uma questão de princípio apoiar e não abandonar quem tinha apoiado o ANC na sua luta.

8.8.8. As Relações com a Líbia

As explicações para a aproximação sul-africana à Líbia são semelhantes às utilizadas nos casos do Irão e Cuba, a que se deve acrescentar o facto da Líbia fazer parte do continente africano. Em relação ao problema que opôs a Líbia aos EUA, a propósito do atentado de Lockerbie⁷³⁰,

⁷²⁹ Stefaans Brummer: "US Congressmen Upset about SA's Cuban Ties", in Weekly Mail & Guardian, 10/08/95.

⁷³⁰ A 21 de Dezembro de 1988, uma bomba explodiu a bordo de um avião da companhia norte-americana PAN AM que fazia a ligação entre a GB e os EUA. Os destroços caíram sobre a localidade escocesa de Lockerbie.

Pretória apoiou as posições da OUA⁷³¹. O desbloqueamento da questão foi efectuado com a ajuda sul-africana, permitindo a Khadafi salvar a face e o levantamento das sanções à Líbia.

As visitas de Mandela à Líbia, em Outubro de 1997, foram vistas como uma forma de agradecimento a Khadafi pela ajuda prestada ao ANC durante a luta de libertação e na campanha eleitoral de 1994. Mandela reconheceu a importância do apoio líbio⁷³²:

The people of Libya shared the trenches with us in our struggle for freedom. You were in the front ranks of those whose selfless and practical support helped assure a victory that was much yours as it is ours.

Ao mesmo tempo, Mandela pretendeu com esta visita contribuir para o fim do isolamento do regime líbio, tentando para tal aproximar a GB e os EUA da Líbia. Durante a sua estadia na Líbia, Mandela não se cansou nos seus discursos⁷³³ de elogiar Khadafi, tentando assim trazê-lo de volta à ribalta internacional.

8.8.9. O Apoio à Indonésia e a Questão Timorense

As iniciativas em relação à questão timorense não deixaram de levantar muitas suspeitas por parte de Portugal. Embora fosse grande defensor dos direitos humanos, Mandela também desejava apoiar o regime indonésio, forte apoiante do ANC durante a clandestinidade. Mandela estava dividido entre apoiar a causa timorense e retribuir o apoio que a Indonésia lhe tinha prestado, tanto mais que o país era alvo de uma campanha internacional de contestação por causa da ocupação de Timor-Leste. Nesse sentido, a visita de Mandela à Indonésia, em Julho de 1997, embora abordasse a questão timorense, não deixou de ser vista como uma ajuda ao regime do General Suharto.

Ao mesmo tempo que tomava a iniciativa de se envolver na questão timorense, Mandela foi informando Portugal⁷³⁴ e a ONU das suas diligências. O Presidente sul-africano revelou que durante a sua visita a Jacarta tinha tido a oportunidade de se encontrar com Xanana Gusmão⁷³⁵,

⁷³¹ Em relação a este problema, a OUA defendia que os presumíveis autores do atentado de Lockerbie fossem julgados num país neutro. Os EUA pretendiam a extradição dos dois líbios. A OUA também se manifestou contra as sanções que foram impostas à Líbia.

⁷³² Mandela Commends Libya's Role in Eliminating Apartheid, in Panfrican News Agency, 23/10/97. http://www.africanews.org/south/southafrica/stories/19971023_feat13.html

⁷³³ Cfr, por exemplo, Nelson Mandela: Speech at the Banquet Hosted by Colonel Qadhafi, Tripoli, 22/10/97, 3 pp. <http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1997/sp1022.html>

⁷³⁴ Portugal, na pessoa do seu Presidente da República, Jorge Sampaio, foi informado destas iniciativas durante a sua visita à RAS, em Julho de 1997. José Gonçalves: "Timor no Segredo dos Deuses", in Diário de Notícias, 31/07/97.

⁷³⁵ O líder da resistência timorense tinha sido capturado pelo exército indonésio em 1992. Julgado, foi condenado a prisão perpétua, pena posteriormente comutada em 20 anos. Na altura da visita de Mandela,

e tinha pedido ao governo indonésio a sua libertação⁷³⁶. Neste encontro também foi revelado que Mandela teria oferecido a RAS como local para o exílio de Xanana Gusmão.

Embora Mandela defendesse que o problema de Timor tinha que ser encontrada no âmbito da ONU, e que passava pela necessária libertação do líder da resistência timorense, a verdade é que outros interesses sul-africanos se movimentavam na penumbra. Do ponto de vista económico, os empresários sul-africanos e indonésios consideravam-se como potenciais parceiros, e a indústria de armamento sul-africana via na Indonésia um excelente mercado.

Após a sua viagem à Indonésia, Mandela recebeu na RAS vários dirigentes timorenses, entre eles o Bispo de Dili, D. Ximenes Belo, e o porta voz da resistência, José Ramos Horta. Nesses encontros, Mandela tentou convencer os líderes timorenses a aceitarem um estatuto de autonomia para Timor⁷³⁷. Apesar desta proposta do líder sul-africano, a verdade é que os indonésios, através do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, rejeitaram tal hipótese⁷³⁸. Também os timorenses não se mostravam muito confiantes nesta proposta. Por um lado, era uma proposta desde logo rejeitada por Jacarta, e, por outro, apesar das garantias de Mandela, não se esqueciam do forte apoio financeiro da Indonésia ao ANC.

As iniciativas de Mandela na questão timorense inseriam-se na acção que o líder sul-africano pretendia desenvolver com vista a capitalizar o seu prestígio internacional e simultaneamente ajudar aliados em dificuldades. Porém, estas iniciativas assentavam mais no voluntarismo do Presidente sul-africano do que propriamente numa política externa coerente e bem estruturada. Os acontecimentos que se seguiram, carecem ainda de alguns elementos essenciais para a sua total compreensão.

A 1 de Agosto de 1997, o embaixador português em Pretória, Vasco Valente, foi expulso do país sob a acusação de quebra de sigilo. Devido a isto, Vasco Valente foi obrigado a abandonar o país poucos dias antes do fim da sua comissão. Alegadamente, o embaixador português teria aberto uma carta de Mandela para Suharto, a qual foi indevidamente entregue na embaixada portuguesa em vez da indonésia. Sobre este incidente existem duas versões.

Para os portugueses, os sul-africanos prometeram uma cópia da carta de Mandela a Suharto. Tendo recebido a carta na embaixada, o embaixador abriu-a convencido de que era uma cópia e não a original. O conteúdo da carta foi enviado para Lisboa, onde alegadamente teria havido uma fuga de informação, com a imprensa a publicar o conteúdo da mesma. Basicamente a carta

Xanana Gusmão encontrava-se a cumprir pena na cadeia javanesa de Cipinang.

⁷³⁶ A pedido de Mandela, realizou-se um jantar com Xanana Gusmão a 15 de Julho de 1997. Rui Flores: “Sampaio com Mandela em Pretória”, in Público, 29/07/97.

⁷³⁷ Joaquim Trigo de Negreiros: “Nelson Mandela Defende Autonomia para Timor-Leste”, in Público, 10/09/97.

⁷³⁸ Joaquim Trigo de Negreiros: “Jacarta diz Não a Mandela”, in Público, 11/09/97.

referia o pedido de Mandela a Suharto para que Xanana Gusmão fosse libertado. Face a isto, Mandela, irritado, terá mandado expulsar o embaixador português. Lisboa, e ao contrário do que se chegou a esperar, não retaliou, porventura pensando na sua comunidade residente na RAS.

A versão sul-africana é ligeiramente diferente. Os sul-africanos garantem que nunca prometeram uma cópia da carta de Mandela. Assim sendo, os portugueses ao receberem tal carta deveriam tê-la devolvido e nunca enviado para Lisboa.

Seja qual for a verdade sobre esta história, a verdade é que ela deixou claras duas coisas. Em primeiro lugar, o excesso de voluntarismo de Mandela, o qual estava convencido que o seu prestígio seria suficiente para resolver a questão timorense. Em segundo lugar, a descoordenação e o mau funcionamento do DFA que se engana na entrega de um documento tão sensível como a carta do seu Presidente. Uma possível explicação para um erro tão clamoroso como este, assenta nas resistências internas dentro do DFA às iniciativas diplomáticas do novo governo. Se tal for verdade, só confirma a intuição de vários dirigentes sul-africanos que consideravam que o DFA ainda estava nas mãos de adeptos do anterior regime.

8.9. As Relações com a União Europeia

Durante o apartheid, os países da UE desenvolveram vários esforços no sentido de ajudar a eliminar o regime de minoria branca. Porém, nem todos os estados se mostraram igualmente empenhados no combate ao regime sul-africano, sendo que o empenho era mais forte em países como a Holanda ou a Dinamarca, e menor no caso da GB. Na fase final do apartheid, a UE decidiu-se pela imposição de sanções ao regime sul-africano.

Com o início das negociações para a transição, a UE foi das primeiras organizações a flexibilizar o regime de sanções imposto à RAS. Poucos dias antes das eleições de Abril de 1994, a UE anunciou, através da Declaração do Luxemburgo, que o Sistema Geral de Preferências era atribuído à RAS. Do ponto de vista comercial, a UE tinha uma enorme importância para a RAS, sendo, em 1993, o destino de 47.5% das exportações sul-africanas e a origem de 48.3% das suas importações⁷³⁹.

O principal tópico no relacionamento entre as duas partes, no período entre 1994 e 1999, teve por base questões económicas, nomeadamente as negociações de adesão da RAS à Convenção de Lomé. O início de tais negociações surgiu em Novembro de 1994, quando o Vice-Presidente Thabo Mbeki, em nome da RAS, pediu a abertura oficial de negociações. Porém, a economia

⁷³⁹ As trocas estavam fortemente concentradas em três países: Alemanha, GB e Itália, os quais totalizavam 75% das exportações para a RAS e 82% das importações.

Daniel C. Bach: *L'Afrique du Sud, L'Union Européenne et la Convention de Lomé: du Bilatéralisme au Néo-Régionalisme?*, p. 734.

sul-africana representava um caso único no contexto africano. Todos os membros da Convenção de Lomé ou eram países em desenvolvimento ou países menos avançados. A RAS foi classificada como sendo uma economia em transição⁷⁴⁰. Dar os mesmos benefícios à RAS do que aos outros países da Convenção de Lomé, era pôr em perigo algumas actividades produtivas na Europa, nomeadamente a agricultura. Por outro lado, a adesão da RAS à Convenção de Lomé, em igualdade de circunstâncias com os outros países ACP, punha em causa a viabilidade deste esquema, devido à força da economia sul-africana⁷⁴¹. Assim, a ideia da UE foi a de dar um estatuto especial à RAS que, na prática, se traduzia numa adesão parcial do país ao esquema de Lomé. A RAS rejeitou, de início, esta proposta.

Após alguns anos de complicadas negociações, a RAS aderiu ao esquema de Lomé em 24 de Abril de 1997. Apesar do acordo alcançado, o relacionamento entre a UE e a RAS continuou a enfrentar algumas dificuldades de índole económica e política. No capítulo económico, alguns países europeus, nomeadamente a Itália, Espanha e Portugal, levantaram algumas objecções ao facto da RAS continuar a produzir bebidas alcoólicas com as mesmas designações utilizadas nestes três países, Grappa, Sherry e Porto. Após um período de impasse, as partes assinaram, em 24 de Março de 1999, um Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação⁷⁴², no qual ficou estipulado que a RAS deixaria de utilizar ao fim de cinco anos, para fins de exportação mundial, a terminologia Porto, Sherry e Grappa; ao fim de oito anos deixaria de a utilizar nas exportações para a SADC e ao fim de doze para o mercado da SACU⁷⁴³.

Do ponto de vista político, o relacionamento esteve sujeito a alguma tensão em virtude de um certo afastamento sul-africano em relação ao Ocidente. Embora o afastamento não tenha sido tão notório como no caso norte-americano, a verdade é que em algumas questões fez-se sentir. A principal questão foi a propósito da crise que se começou a viver no Zimbabwe em finais dos anos 90. Países como a GB esperavam uma posição mais activa e crítica do governo Mandela em relação às posições adoptadas pelo Presidente Robert Mugabe a propósito da questão da posse da terra naquele país.

8.10. A Grande Prioridade da Política Externa: A África Austral

⁷⁴⁰ Talitha Bertelsmann: *The European Union and South Africa: Reaching Agreement?*, p. 25.

⁷⁴¹ A força da economia sul-africana podia permitir à RAS obter grande parte dos recursos disponibilizados pela UE ao abrigo do Fundo Europeu para o Desenvolvimento e também através do STABEX e do SYSMIN, os dois esquemas criados para proteger os países atingidos pelas flutuações no preço das matérias-primas.

⁷⁴² O Acordo abrangeu 90% do comércio entre os dois países. A UE aceitou liberalizar 95% das importações provenientes da RAS num prazo máximo de 10 anos. Em contrapartida, a RAS aceitou fazer o mesmo a 86% das importações provenientes da UE num prazo de 12 anos.

Marina Mayer: *The EU – South Africa Trade Deal. Implications for Southern Africa*, p. 2.
<http://www.igd.org.za/publications/global-dialogue/Special-feature/trade.html>

⁷⁴³ Department of Foreign Affairs: *Profile of Bilateral Relations with the Portuguese Republic*, p. 1.
<http://www.dfa.gov.za/for-relations/bilateral/portugal.htm>

A nível internacional, a grande prioridade da política externa sul-africana foi a África Austral. Em relação a esta região, a África do Sul teve de saber agir entre o desejo de intervir e liderar, transmitindo, simultaneamente, a ideia de querer cooperar e não dominar a região. Este cuidado estava associado ao passado recente no relacionamento entre a África do Sul e os outros estados da região.

Apesar de Pretória considerar a África Austral a sua prioridade máxima em matéria de política externa, a verdade é que era nesta região que se encontravam os seus principais problemas. Durante o apartheid, e como vimos no Capítulo VI, o relacionamento regional caracterizou-se por fortes ligações económicas, ao mesmo tempo que as relações políticas eram hostis. Com o fim do apartheid desapareceu essa hostilidade. Apesar da nova RAS dar a entender que não pretendia dominar a região, o seu poderio económico assustava os seus vizinhos⁷⁴⁴.

A tentativa de acalmar os receios dos países da África Austral face ao domínio sul-africano pós-apartheid, começou a ser desenvolvida pelo próprio ANC ainda antes das eleições de 1994. Imbuídos de um espírito idealista, os líderes do ANC achavam que tinha chegado a altura de retribuir aos países da região o apoio prestado à luta de libertação da RAS. As fortes ligações criadas entre os líderes do ANC no exílio e os governos da região, deixavam antever uma nova era de colaboração frutífera, tanto mais que o ANC, através de Mandela, renunciou a tendências hegemónicas⁷⁴⁵:

The new South Africa would avoid domination and resist any pressure or temptation to pursue its own interest at the expense of Southern Africa. Reconstruction of the region must be a collective enterprise in which South Africa will shoulder responsibility not in the spirit of paternalism or dominance but with mutual co-operation and respect.

Na tentativa de marcar a diferença ao nível da política externa, nomeadamente em termos regionais, o novo governo sul-africano pretendeu, desde logo, marcar a diferença em relação ao apartheid, afirmando, repetidamente que a sua intenção era: to become part of a movement to create a new forum of economic interaction in the region based on principles of mutual benefit and interdependence⁷⁴⁶. Este cuidado inicial não significava que a RAS abandonava oficialmente a intenção de liderar a região, o que se pretendia era dar uma imagem de relacionamento pela positiva. Esta ideia foi bem expressa pelo Vice-Ministro dos Negócios

⁷⁴⁴ Em 1997, o PNB sul-africano era de 130.151 milhões de USD. O dos outros países era: Angola, 3.012 milhões de USD; Botswana, 5.070 milhões de USD; RDC, 5.201 milhões de USD; Lesoto, 1.368 milhões de USD; Malawi, 2.129 milhões de USD; Moçambique, 2.405 milhões de USD; Suazilândia, 1.458 milhões de USD; Tanzânia, 6.632 milhões de USD; Zâmbia, 3.536 milhões de USD e Zimbábue com 8.208 milhões de USD.

Greg Mills: The Wired Model. South Africa, Foreign Policy and Globalisation, p. 224.

⁷⁴⁵ Nelson Mandela: South Africa's Future Foreign Policy, p. 90.

⁷⁴⁶ David R. Black & Larry A. Swatuk: Gazing into the Continental Crystal Ball: Directions and Suggestions for South Africa – Africa Relations, p. 36.

Estrangeiros, Aziz Pahad, o qual referiu que a RAS continuava a ser a potência regional mas, ao contrário, do que sucedia no passado, a afirmação sul-africana pretendia ser efectuada por meios não violentos⁷⁴⁷.

Porém, apesar do governo de unidade nacional evitar utilizar o seu poder nas relações, a verdade é que as linhas de continuidade em matéria de política externa faziam-se sentir. Esta continuidade era desejada pelos grandes grupos económicos sul-africanos, os quais contavam com o apoio do FMI e Banco Mundial, que desejavam que a RAS desempenhasse um papel de liderança regional. Os defensores desta continuidade, e no fundo da hegemonia sul-africana na região, acreditavam na necessidade da RAS gerar crescimento, sendo para tal necessário atrair investimento estrangeiro. Nesse sentido, a política externa do país deveria continuar a privilegiar as ligações extra continentais do país, nomeadamente as ligações à Europa, EUA e Ásia.

No entanto, esta visão mais pragmática dos grupos económicos sul-africanos preocupava os países da região, que não só se sentiam ameaçados pela RAS, como viam este país a monopolizar os investimentos estrangeiros, sendo o Zimbabwe o principal prejudicado. Esta preocupação aumentava devido às desconfianças sobre o comportamento político e militar da nova RAS. Os países da região, principalmente Angola e o Zimbabwe, não estavam dispostos a aceitar a liderança sul-africana, não só por uma questão de luta pelo domínio regional, mas também devido ao facto de, nomeadamente em termos militares, a RAS ainda ser vista como o país do apartheid.

De facto, se por um lado a RAS enviava sinais reconfortantes e tranquilizadores para a região, por outro, determinadas medidas, nomeadamente no campo militar, não ajudavam a sossegar os países da região em relação às tendências hegemónicas da RAS.

Durante grande parte da era do apartheid, os militares assumiram um papel de destaque na sociedade sul-africana, o que se traduziu na dotação de fortes recursos financeiros e na ingerência no processo de formulação política, interna e externa. Após as eleições de 1994, os militares perderam essa capacidade de intervenção e influência. Porém, a estrutura militar sul-africana manteve-se, nomeadamente ao nível do pessoal, praticamente na mesma. Como vimos no Capítulo VIII, o processo de transformação só começou depois das eleições e foi muito lento. Os militares tentaram influenciar o novo regime veiculando uma visão militarista da realidade, com o intuito de justificar a manutenção da estrutura militar existente. O próprio Ministro da Defesa, Joe Modise, foi o porta-voz desta visão⁷⁴⁸:

No one can predict where the threat lies. Any country that attacks us, will not notify us prior to the attack. What we are doing in our country is keeping a reserve force, which enables us to defend ourselves if we are attacked, and we are also building up military

⁷⁴⁷ Entrevista do autor a Aziz Pahad, Pretoria, 5/02/2001.

⁷⁴⁸ James Hamill: South Africa's Regional Security Dilemmas, p. 32.

capabilities if the need exists. I think it will be a mistake to say that this country or that country is planning to attack us. In other words, there is no visible threat but we must be prepared, we will not get a second chance. We will be totally destroyed and colonised again.

Mas esta preocupação com a defesa do país, não deixou de causar desconfianças e apreensões nos estados da região. No entanto, uma efectiva cooperação dos estados da África Austral, nomeadamente no âmbito da SADC, passava necessariamente pela cooperação em matéria de segurança e defesa.

8.10.1 O Órgão Político da SADC

Durante os anos 80, a SADCC foi demasiadamente conotada com a luta anti-apartheid. Se, por um lado, tal conotação era positiva, uma vez que lhe permitia angariar apoio internacional, por outro, o fim do apartheid, parecia condenar a continuidade desta organização. A própria SADCC apercebeu-se da necessidade de se transformar para enfrentar os novos tempos. A SADCC não só se teve que adaptar para receber a RAS, como teve que empenhar-se verdadeiramente no capítulo económico. Apesar dos seus objectivos económicos, a SADCC teve que concentrar a sua actuação no campo político. Como referiu Fernando Jorge Cardoso⁷⁴⁹, a SADCC funcionou efectivamente como organismo de coordenação de apoios económicos externos e não como modelo de integração, tendo-se empenhando mais na coordenação política de acções de apoio aos movimentos de libertação sul-africanos.

Face às alterações registadas a nível regional e internacional, a cimeira da SADCC de Windhoek, realizada em Agosto de 1992, decidiu alterar a organização, que passou a designar-se Southern Africa Development Community (SADC). Esta alteração visou preparar o terreno para a adesão de uma África do Sul multirracial, país essencial a qualquer esforço de integração naquela área. A adesão sul-africana acabou por se concretizar em 29 de Agosto de 1994 durante a cimeira da SADC em Gaborone⁷⁵⁰. O governo sul-africano pretendeu adoptar um novo comportamento regional que o levasse a cooperar e não a isolar-se do resto da região, posição explicada do seguinte modo⁷⁵¹:

It is impossible to rebuild the economy of South Africa in isolation from its Southern African neighbours. It would also be dangerous for South Africa to dominate its neighbours, as it would restrict their growth, reduce their potential as markets which will worsen their unemployment and lead to increased migration to South Africa. It is therefore important for South Africa to participate in regional development through multilateral

⁷⁴⁹ Fernando Jorge Cardoso: Les Intégrations Désintégréées de l'Afrique, p. 12.

⁷⁵⁰ L'Afrique du Sud Intégrée, in Marchés Tropicaux et Méditerranéens, 2/09/94, p. 1852.

⁷⁵¹ Government of South Africa: RDP White Paper, pp. 31-32.
http://www.polity.org.za/html/govdocs/white_papers/rdpwhite.htm?rebookwork=1

forums such as the Southern African Development Community (SADC) and the Southern African Customs Union (SACU).

A RAS era vista como o substituto ideal aos apoios que a SADC recebia do exterior. Porém, nem a RAS tinha capacidade financeira para substituir financeiramente a Sociedade Internacional, nem estava em condições de liderar de imediato a SADC⁷⁵². Apesar de internacionalmente se esperar que a RAS liderasse a recuperação da região, os sul-africanos não tinham capacidade para tal devido aos seus problemas internos, mas também devido às resistências dentro da própria região. O facto da RAS ter optado por agir através de consensos multilaterais em vez da tradicional unilateralidade⁷⁵³, acabou por ser prejudicial à afirmação sul-africana.

O primeiro caso em que se verificou o choque entre a RAS e alguns dos países da região foi a propósito da criação do órgão político da SADC, o Organ on Politics, Defence and Security. Este novo órgão absorveu o Inter State Defence and Security Committee (ISDSC) dos ELF, e representava a importância que os estados membros prestavam às questões relacionadas com a segurança. Questões como uma eventual agressão externa contra a região; a coordenação de operações de apoio a situações de desastre nacional; a desminagem; a protecção através da costa através da vigilância aérea; o combate ao contrabando de armas e drogas, tornaram necessária a cooperação regional nesta área. A coordenação destas matérias exigia a existência de um estado claramente capaz de liderar as acções, papel que parecia estar reservado para a RAS. Porém, esta eventual liderança sul-africana não recolhia o apoio unânime na região. Se, de início, houve alguma contenção, devido ao prestígio internacional de Mandela e da RAS, com o passar dos tempos a contestação começou a surgir. O primeiro país a assumir essa contestação foi o Zimbabwe de Robert Mugabe.

8.10.2. A Dificil Relação entre a RAS e o Zimbabwe

Até à libertação de Mandela, o Zimbabwe e o seu Presidente, consideravam-se e eram considerados como os líderes quer da SADC, quer dos Estados da Linha da Frente. Tal liderança explicava-se pelo facto da economia zimbabweana ser, excluindo a sul-africana, a mais forte da região, com o país dotado de boas infra-estruturas e uma economia estável, nomeadamente devido à sua agricultura, o que lhe permitiu ser considerado o celeiro da região. Esta liderança também era possível pelo facto do outro potencial líder, Angola, estar envolvido numa situação de guerra civil. A nível militar, o poder zimbabweano fazia-se sentir no conflito moçambicano, com o envio de tropas para proteger o corredor da Beira e auxiliar o exército

⁷⁵² Mandela encarregou-se logo de desfazer eventuais mal-entendidos, avisando os seus parceiros de que a RAS não podia ser vista como a solução para todos os problemas da região. Na Cimeira da SADC de Joanesburgo, realizada em Setembro de 1997, Mandela deixou isso bem claro ao afirmar: *South Africa is not a goldmine or a bastion for employment where people would just get in without meeting resistance.* Mandela Asks Neighbours to Bear With Us, in Business Malawi, 15/09/97. <http://www.africanews.org>

⁷⁵³ Entrevista do autor a Pandeoane Thomas Mathoma, Director do Departamento de África Austral do DFA, Pretória, 6/02/2001.

moçambicano no combate à RENAMO. Durante os anos 80, o investimento estrangeiro que se dirigia à região escolhia, preferencialmente, o Zimbabwe, que também via chegar milhares de turistas ocidentais para desfrutarem dos seus parques nacionais. O Presidente Mugabe era visto, regional e internacionalmente, como o líder do conjunto de estados que enfrentavam o apartheid na África Austral.

O processo de transição sul-africano veio alterar esta realidade. A libertação de Mandela e a sua actuação posterior, começou a ofuscar a figura de Mugabe. Muito rapidamente, Mandela passou a ser visto como o líder da região e, após as eleições de 1994, a RAS recuperou o estatuto de estado mais importante da África Austral. Tudo isto implicou uma certa marginalização internacional quer do Zimbabwe, quer de Mugabe. O agravamento da relação entre os dois países surgiu devido ao projecto de criação de um órgão político dentro da SADC.

Em Julho de 1997, a organização ELF, criada para combater os regimes de minoria branca na região, deixou de existir por razões óbvias. Em sua substituição, Mugabe propôs a criação da Association of Southern African States (ASAS). Num primeiro momento, o Zimbabwe aspirava a assumir a liderança deste projecto. A lógica zimbabweana baseava-se no facto de ter liderado os ELF, e uma vez que a ASAS era a sucessora dessa organização, também deveria ser Harare a liderar a nova organização.

O choque entre a RAS e o Zimbabwe a propósito da ASAS foi visível na Cimeira da SADC realizada em Joanesburgo, em Agosto de 1995. O Zimbabwe defendia a intervenção da ASAS em situações de conflito interno nos estados membros, desde que a intervenção fosse dirigida pelo Secretariado da SADC e presidida pelo chefe de estado da região com mais experiência nesta área, ou seja, Robert Mugabe. Pretória opôs-se a esta ideia, defendendo a intervenção militar apenas como último recurso, e contando com o prévio aval da OUA e da ONU. Para além disso, a RAS opôs-se à presidência automática de Mugabe, defendendo uma presidência rotativa.

A aprovação das propostas sul-africanas, e a rejeição das ideias de Mugabe, levaram ao fracasso da ASAS, durante a Cimeira da SADC de 1995, e à irritação pública de Mugabe⁷⁵⁴. Em sua substituição, a RAS propôs a criação de um órgão destinado a lidar com as questões relacionadas com a defesa, política e segurança da região. Porém, também à volta deste órgão surgiram diferendos entre o Zimbabwe, que pretendia que este órgão funcionasse independente da SADC, e a RAS, que queria o novo órgão a funcionar dentro da estrutura da SADC⁷⁵⁵.

O órgão da SADC para as questões políticas, de defesa e de segurança foi criado oficialmente, a 28 de Junho de 1996, na Cimeira da SADC de Gaborone. A necessidade de se avançar para áreas não económicas tinha ficado prevista no Tratado institutivo da SADC, cujo artigo 21

⁷⁵⁴ António Mateus: "Uma Cimeira de Ciúmes", in *Diário de Notícias*, 27/08/95.

⁷⁵⁵ SA Seeks to Clarify Role of SADC Security Organ, in *The Zimbabwe Independent*, 12/09/97.
<http://www.africanews.org>

referia que umas das áreas de actuação da Comunidade era a política, a diplomacia, as relações internacionais, a paz e a segurança⁷⁵⁶. A base legal para a existência do órgão foi estabelecida pelo artigo 4 do Tratado da SADC, o qual estipulou que a Comunidade e os seus estados membros actuavam em conformidade com os seguintes princípios⁷⁵⁷:

1. Igual soberania de todos os estados membros;
2. Solidariedade, paz e segurança;
3. Direitos humanos, democracia e respeito pela lei;
4. Equidade, equilíbrio e benefício mútuo;
5. Resolução pacífica dos diferendos.

Após a criação deste órgão, Mugabe assumiu a presidência que, embora fosse rotativa, não deixou de levantar um coro de protestos na RAS. A principal fonte de críticas prendeu-se com a má performance de Mugabe no capítulo do respeito pelos direitos humanos no seu país⁷⁵⁸. O órgão acabou por nascer num momento de grande expectativa à volta das capacidades sul-africanas. Porém, os problemas internos sul-africanos, aliados às divergências regionais sobre o modo de actuação deste órgão, limitaram, em muito, as suas capacidades de actuação. A adesão de novos membros à SADC⁷⁵⁹ também não veio ajudar à consolidação, quer da SADC, quer do seu órgão político.

Mas, acima de tudo, o processo conducente à criação desta estrutura política dentro da SADC serviu para mostrar o início das dificuldades de relacionamento da RAS com os países da região, no caso do Zimbabwe. Esta realidade deixou bem claro, que o relacionamento sul-africano com os seus vizinhos, apesar de já ter desaparecido o apartheid, não seria fácil.

O antagonismo demonstrado pelo Zimbabwe em relação à RAS, seria repetido pouco tempo depois, devido à crise zairese. Só que, neste caso, a oposição zimbabweana foi acompanhada por Angola.

8.10.3. A Questão Zairese

⁷⁵⁶ Artigo 21, ponto 3 alínea G do Tratado da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral.

⁷⁵⁷ Artigo 4 do Tratado da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral.

⁷⁵⁸ Horace Campbell: *SADC Heads at Loggerheads?*, p. 9.

⁷⁵⁹ As Maurícias aderiram à SADC em 1995. Seychelles e República Democrática do Congo aderiram em Setembro de 1997.

O regime zaireense de Mobutu Sese Seko tinha sido um aliado vital para a política norte-americana em África durante a Guerra Fria. Mobutu desempenhou um importante papel na estratégia norte-americana de combate ao regime marxista em Angola e era considerado um baluarte ocidental na África Central. Este apoio permitiu ao líder zaireense governar o seu país de uma forma autoritária, conseguindo controlar as várias correntes da oposição.

Com o fim da Guerra Fria, os EUA começaram a sentir enormes dificuldades em continuar a apoiar um regime tão despótico como o de Mobutu. Pouco a pouco, os norte-americanos foram diminuindo o seu apoio, o que implicou um enfraquecimento de Mobutu e um despertar das várias questões internas.

Uma das principais questões tinha a ver com os chamados tutsis banyamulenges, que residiam na região zaireense do Kivu há gerações. O problema com estes tutsis, na prática cidadãos zaireenses, tinha a sua origem em 1981, altura em que o governo de Kinshasa aprovou uma nova lei da cidadania que privou os banyamulenges da sua cidadania. Quando se iniciou a revolta contra Mobutu, apoiada pelo Uganda e pelo Ruanda, os tutsis banyamulenges aderiram.

O interesse do Ruanda em derrubar Mobutu prendia-se com a sua história recente. A 6 de Abril de 1994, o Presidente ruandês, Juvenal Habyarimana foi morto quando o seu avião foi abatido. Suspeitou-se do envolvimento tutsi no atentado, situação que foi usada pelo exército ruandês e os seus aliados, as milícias hutus interahamwe, para matar 800 mil tutsis e hutus moderados⁷⁶⁰. A chacina terminou quando as forças tutsis da Frente Patriótica Ruandesa, lideradas por Paul Kagamé, apoiadas pelo Uganda, conquistaram o poder em Kigali. Receando represálias, cerca de 2 milhões de hutus, muitos deles membros do exército ruandês e das milícias interahamwe, refugiaram-se no Zaire, a partir de onde começaram a tentar desestabilizar o Ruanda.

Face à passividade das autoridades zaireenses, o Ruanda e o Uganda decidiram apoiar os rebeldes de Laurent Kabila reunidos na Aliança das Forças Democráticas do Congo-Zaire. Assim, Kabila passou a liderar um movimento composto por várias correntes que, de comum, tinham o desejo de derrubar o regime de Mobutu.

A nível regional, o conflito no Congo-Zaire mostrou bem as diferenças existentes entre os membros da SADC, provando a crescente dificuldade da RAS em se assumir como líder regional em termos políticos. A RAS pretendeu apostar numa posição conjunta da SADC, organização que na altura presidia, a favor de uma resolução pacífica do conflito. O insucesso da iniciativa sul-africana ficou a dever-se a vários factores. Por um lado, a sua incapacidade de se impor às partes em confronto. Por outro lado, a RAS, ao contrário de Angola, não se apercebeu das reais intenções dos líderes em confronto. Nesse sentido, os encontros patrocinados pela RAS, em Maio de 1997, entre os dois líderes zaireenses, a bordo do barco sul-africano Outeniqua⁷⁶¹, não passaram de uma utopia sul-africana. Kabila, fortemente apoiado por Angola, não estava interessado em negociar numa altura em que a sua vitória militar era apenas

⁷⁶⁰ Hussein Solomon: Some Reflections on the Crisis of Zaire, p. 1.

uma questão de tempo. Por outro lado, Mobutu devido ao seu comportamento autoritário e ainda por cima minado por um cancro, não estava disposto a passar pela humilhação de uma rendição.

Uma visão mais realista tiveram os grandes grupos económicos sul-africanos, como a De Beers ou a Gencor, que, perante os avanços militares das forças rebeldes, começaram a estabelecer pontes com estes com vista a assegurar o futuro dos respectivos investimentos⁷⁶².

Se, por um lado, o conflito do Zaire serviu para mostrar a incapacidade sul-africana, por outro, mostrou o crescente poder regional angolano. Angola adoptou uma posição muito pragmática em relação ao conflito no Zaire. O apoio aos rebeldes zairenses ia de encontro aos interesses do governo de Luanda. Mobutu era um aliado tradicional da UNITA, permitindo aos rebeldes angolanos a utilização do território zairense, quer como santuário, quer como ponto de abastecimento. Ao apoiar Kabila, Luanda esperava que um novo poder em Kinshasa fechasse as fronteiras à UNITA, tornando mais difícil o abastecimento e o refúgio dos rebeldes angolanos. Com esse objectivo em mente, Angola passou a ser dos principais apoiantes de Kabila, não sendo por acaso que o líder zairense tenha passado por Luanda a caminho dos encontros com Mobutu.

Em finais de Maio de 1997, os rebeldes tomaram o poder em Kinshasa, com Mobutu a refugiar-se em Marrocos, onde viria a morrer pouco tempo depois. O novo poder rebatizou o país com o nome de República Democrática do Congo (RDC).

Apesar da vitória de Kabila, a paz não durou muito tempo na RDC. As forças que compunham a aliança rebelde rapidamente entraram em choque. O motivo voltou a ter na sua origem os tutsis banyamulenges que, após terem combatido do lado de Kabila, se viram marginalizados pelo novo poder, tendo sido afastados dos cargos mais importantes do novo governo e também das forças armadas. Tanto o Uganda como o Ruanda, também esperavam que o novo poder erradicasse do território congolês os membros das antigas forças armadas ruandesas e as milícias interahamwe. Contando, mais uma vez, com o apoio do Uganda e do Ruanda, os tutsis banyamulenges iniciaram novamente a luta armada.

O reacender do conflito na RDC lançou novas discórdias no seio da SADC. Angola, Namíbia e Zimbabwe decidiram apoiar militarmente o governo de Kabila. Se o envolvimento angolano era de fácil compreensão, devido à sua situação interna, já o envolvimento dos outros dois era de mais difícil compreensão. Em ambos os casos a promessa de vantagens económicas terá favorecido esse envolvimento. No caso zimbabweano há ainda que acrescentar o desejo de

⁷⁶¹ Com vista a promover a resolução pacífica do conflito, os sul-africanos destacaram um barco de guerra para servir de palco de negociações entre as duas partes. O barco Outeniqua ficou sediado em Pointe Noire no Congo Brazzaville.

⁷⁶² Fernando Jorge Cardoso: "Zaire. O Papel dos Actores Externos", in Expresso, 10/05/97.

protagonismo e de liderança de Mugabe, ao mesmo tempo que pretendia distanciar-se das posições sul-africanas.

A posição destes três países provocou um diferendo com a RAS à volta da legitimidade da intervenção. Mugabe justificou a intervenção na RDC como sendo uma acção legítima em apoio de um estado membro da SADC alvo de uma invasão estrangeira, pretendendo que a organização adoptasse oficialmente esta posição, situação rejeitada pela RAS. O choque entre as duas posições foi bem visível durante a Cimeira da SADC nas ilhas Maurícias, em Setembro de 1998.

Esta segunda guerra civil na RDC deixou bem patente não só os desentendimentos dentro da SADC, como o receio sul-africano de se envolver militarmente fora das suas fronteiras. Se ainda existia algum receio regional face à capacidade sul-africana, em virtude do seu poderio militar, a verdade é que, mais tarde ou mais cedo, a RAS seria obrigada a mostrar o real valor das suas forças armadas, de modo a provar o seu poder.

A crise na RDC foi mais um acontecimento a agravar o relacionamento entre a RAS e o Zimbabwe, o qual à medida que a era Mandela chegava ao fim, não parava de se deteriorar. A situação interna no Zimbabwe, nomeadamente a polémica questão da posse da terra, foi uma outra razão para esse agravamento.

Quando o Zimbabwe alcançou a independência em 1980, através do Acordo de Lancaster House, ficou decidido, por pressão da GB, que a questão da posse da terra⁷⁶³ ficaria congelada durante 10 anos. A melhor terra, que estava na mão de fazendeiros brancos, só poderia ser adquirida pelo governo se os seus proprietários acedessem a vendê-la. Durante esses 10 anos a GB comprometeu-se a apoiar financeiramente o governo de Harare para levar a cabo uma reforma agrária moderada.

Findo o prazo estipulado pelo Acordo de Lancaster House, o governo zimbabweano decidiu aprovar legislação⁷⁶⁴ capaz de promover a reforma agrária. A falta de recursos financeiros fez com que o governo avançasse, em 1997, com soluções mais drásticas, não prevendo o pagamento de qualquer indemnização aos fazendeiros que se vissem privados das suas terras. A GB cortou o seu apoio acusando as autoridades de Harare de desvio dos fundos recebidos e de favorecimento dos seus apoiantes na atribuição das terras. Este problema foi-se agravando ao longo dos anos 90, culminando em finais de 1999 com a decisão de Harare de expulsar os agricultores brancos, sem direito a qualquer compensação. O problema é que as grandes fazendas eram as responsáveis não só pelo abastecimento alimentar do país, como ainda eram uma das principais fontes de receitas do estado.

⁷⁶³ Sobre o problema da terra no Zimbabwe, Cfr. Luís Castelo Branco & Guilherme Zeverino: Portugal na Missão de Observação Eleitoral da União Europeia no Zimbabwe, pp. 37-41.

⁷⁶⁴ Em 1991 o governo de Harare aprovou o *Land Act*, o qual estipulou o direito das autoridades adquirirem compulsivamente a terra, prevendo o direito à compensação financeira dos seus proprietários.

Face ao agravamento da situação no Zimbabwe esperava-se uma ação mais enérgica por parte da RAS, tanto mais que a força económica sul-africana era suficiente para pressionar Mugabe a moderar o seu comportamento político. As posições moderadas de Mandela face à situação zimbabweana foram menosprezadas por Mugabe. O problema da posse da terra preocupava os sul-africanos, uma vez que também no seu país o problema se fazia sentir. Tal como aconteceu no Zimbabwe, o acordo de transição na RAS evitou tocar na delicada questão da posse da terra, adiando a sua resolução para o futuro. Até certo ponto, muitos encaravam a situação no Zimbabwe como a antevisão dos acontecimentos na África do Sul, já que não era só a questão da posse da terra, como também a evolução partidária, a convivência racial e o tipo de acordo assinado, que permitiam traçar semelhanças entre os dois países⁷⁶⁵.

Para além do Zimbabwe, as dificuldades regionais sul-africanas faziam-se sentir também e com maior grau no relacionamento com Angola.

8.10.4. As Relações entre Angola e a RAS

Desde a sua independência, Angola foi um dos principais alvos da política de desestabilização sul-africana. As razões para tal eram várias. Em primeiro lugar, uma Angola marxista viável era um polo alternativo à RAS na região da África Austral. Em segundo lugar, a existência de forças militares cubanas em Angola eram uma ameaça à presença sul-africana na Namíbia, assim como ao próprio território sul-africano. Finalmente, Angola prestava um enorme apoio ao ANC na sua luta de libertação. Perante tudo isto, findo o apartheid, seria de prever uma nova era de entendimento e de cooperação entre os dois países. Porém, o que na realidade aconteceu foi o início de uma luta pela afirmação de poderio e influência regional.

O mal-estar começou logo nas cerimónias de tomada de posse de Mandela, com os representantes angolanos a sentirem-se marginalizados na cerimónia ao serem relegados para um lugar considerado secundário. Os angolanos esperavam que, após anos de sacrifícios devido ao apoio prestado ao ANC, fossem alvo de especial atenção durante a tomada de posse de Mandela.

O mau relacionamento acentuou-se quando Luanda acusou Pretória de não querer controlar todos os aeroportos do seu país, de onde, alegadamente, partiam aviões privados de apoio à UNITA. No fundo, Luanda não compreendia, nem aceitava, a posição que Pretória pretendia assumir face ao conflito angolano. Pretória pretendia servir de interlocutor entre as partes, enquanto que Luanda exigia um apoio total. Segundo Aziz Pahad, o governo sul-africano reconhecia que o mau relacionamento com Angola advinha da incapacidade angolana em aceitar a posição da RAS face ao conflito angolano, a qual era inclusiva e não exclusiva⁷⁶⁶. A

⁷⁶⁵ Sobre a evolução do Zimbabwe no pós-independência e as suas semelhanças à situação no pós-apartheid, Cfr. Colin Stoneman: Lessons Unlearned. South Africa's One Way Relationship with Zimbabwe, pp. 89-102.

⁷⁶⁶ Entrevista do autor a Aziz Pahad, Pretória, 5/02/2001.

partir desta posição, toda uma série de acontecimentos serviram para agravar o relacionamento entre os dois países.

Um desses acontecimentos foi a decisão de Mandela de receber Jonas Savimbi na RAS⁷⁶⁷. Luanda interpretou este gesto como a tentativa da RAS se imiscuir no processo de paz angolano. Nesse sentido, o próprio Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, afirmou que o seu governo apenas aceitava os esforços de paz levados a cabo pela ONU, rejeitando linearmente a abertura de um outro canal.

Um outro incidente deveu-se à figura do General Ben Ben, um dos mais destacados militares da UNITA e sobrinho de Savimbi. Após ter contraído malária, o General Ben Ben foi evacuado para a RAS, onde viria falecer. As autoridades de Luanda exigiram o corpo para lhe conceder um enterro de estado. Embora fosse sobrinho de Savimbi, Ben Ben tinha-se afastado da UNITA militar. Porém, as autoridades sul-africanas rejeitaram tal pedido de Luanda, declarando que só entregariam o corpo à família. Devido ao contencioso, o corpo esteve quase um ano à espera de ser enterrado. Segundo os sul-africanos⁷⁶⁸, Angola estava convencida de que Ben Ben não estava morto e que se tinha juntado ao seu tio no interior de Angola, daí a razão pela qual queriam ver o corpo.

Face ao idealismo demonstrado pela política externa sul-africana, Luanda caracterizou-se por um forte pragmatismo. Determinada a resolver o seu problema interno, Luanda decidiu envolver-se nos conflitos regionais de modo a retirar apoios à UNITA. Nesse sentido, e para além do envolvimento na RDC, Luanda também se envolveu no conflito na República Popular do Congo. Face ao conflito que opunha o Presidente Pascoal Lissouba⁷⁶⁹ ao anterior Chefe de Estado, Dennis Sassou Nguesso, Angola decidiu intervir militarmente no Congo. Uma vez que o Presidente Lissouba era visto como um apoiante da UNITA, Luanda apoiou o regresso ao poder de Sassou Nguesso. Contando com o apoio de tropas angolanas, Nguesso venceu, em Setembro de 1997, a curta guerra civil no país, o que permitiu a Luanda cortar mais um apoio aos rebeldes da UNITA.

Também neste conflito Mandela pretendeu servir de mediador entre as forças em confronto. Porém, a indecisão sul-africana contrastou com a determinação angolana em resolver o conflito a seu favor. Quando se levantou a questão do reconhecimento do novo governo em Brazzaville, novamente surgiram divisões no seio da SADC, com Angola a reconhecer de imediato o governo de Nguesso e Pretória a hesitar, como ficou patente nas palavras de Aziz Pahad⁷⁷⁰:

⁷⁶⁷ Mandela recebeu Jonas Savimbi a 8 de Janeiro de 1997 em Umtata, no *Eastern Cape*. Ballet Diplomatique Autour de La Formation du Nouveau Gouvernement, in Marchés Tropicaux et Méditerranées, 24/01/97.

⁷⁶⁸ Fonte: Department of Foreign Affairs, Pretoria.

⁷⁶⁹ Lissouba venceu Nguesso nas primeiras eleições democráticas realizadas em 1992.

⁷⁷⁰ S. Africa won't Recognise Congo's Sassou Immediately, in Infoseek News, 16/10/97. <http://www.infoseek.com>

We will have to look at the facts and in consultation with our partners in SADC make a decision.

Para além dos dois Congos, também a Zâmbia foi alvo das atenções de Luanda. Devido à utilização do território zambiano pela UNITA, Luanda avisou o governo de Frederick Chiluba que, caso não conseguisse controlar o seu território, teria que sofrer as consequências, dando a entender a possibilidade de uma intervenção militar angolana.

8.10.5. A Intervenção Militar Sul-Africana no Lesoto

À medida que a política externa sul-africana mostrava as suas limitações, quer devido à falta de recursos, quer devido a fracassos, era cada vez mais evidente a dificuldade que a RAS sentia em se impor regionalmente. Apesar da imagem de pouca segurança que a RAS transmitia aos seus vizinhos, a verdade é que estes ainda mostravam alguma cautela em relação aos sul-africanos devido ao seu exército. Se era verdade que o exército do apartheid tinha fama de ser bem disciplinado e eficaz, o mesmo se pensava em relação ao novo exército. Desde a subida ao poder de Mandela, em várias ocasiões se pensou que os sul-africanos iriam demonstrar a sua força militar, quer em casos concretos, como o conflito na RDC, quer em acções multilaterais, como o envio de forças de paz. Mas a falta de actuação das forças sul-africanas começou a levantar a dúvida sobre o seu verdadeiro estado de operacionalidade depois da fase da transição. Era, pois, urgente dar um exemplo do poderio militar sul-africano, sob pena de afectar a credibilidade militar sul-africana.

A oportunidade surgiu com a crise no pequeno reino do Lesoto, país onde as forças do apartheid tinham intervindo, com sucesso, em várias ocasiões. O Lesoto era, dos países da região, o mais dependente da RAS. O facto de estar encravado dentro do território sul-africano explicava em grande medida essa dependência. Embora a dependência económica em relação à RAS fosse total⁷⁷¹, o país tentou, durante os anos 80, adoptar uma posição anti-apartheid. Esta posição, que permitiu ao ANC estabelecer bases em território sotho, explicou os constantes ataques militares sul-africanos ao país e o apoio ao grupo rebelde, o Lesotho Liberation Army (LLA).

Com a subida ao poder do ANC, as relações políticas entre os dois países melhoraram, mas o padrão de dependência continuou o mesmo. Apesar da sua pequenez, o Lesoto tinha um enorme interesse para a RAS devido às suas reservas de água, essenciais para abastecer as zonas urbanas de Pretória e Joanesburgo. Com vista a canalizar a água do Lesoto para a RAS, foi

⁷⁷¹ Durante os últimos anos do *apartheid*, a RAS era o destino de 90% das exportações do Lesoto e a origem de 95 % das importações.

Greg Mills: Lesotho. Between Independence and Incorporation, p. 64.

desenvolvido o Highlands Water Project, financiado pelos sul-africanos e que prometia ser a principal fonte de receitas do pequeno reino⁷⁷².

A crise de 1998, e que levou à intervenção militar da RAS, teve a sua origem nas eleições desse ano. Ao contrário do que era esperado, o Lesotho Congress for Democracy (LCD), criado pelo até então Primeiro-Ministro Mokhehle e um grupo de apoiantes, todos saídos do partido do governo o Basotho Congress Party (BCP), ganharam as eleições de uma forma esmagadora, obtendo 79 dos 80 lugares no Parlamento⁷⁷³. O antigo partido de Mokhehle rejeitou os resultados alegando fraudes generalizadas. A contestação arrastou-se por semanas, paralisando o país e provocando confrontos entre os apoiantes das duas forças. Face ao agravamento da situação, o Primeiro-Ministro sotho, Pakalitha Mosisili, indicado pelo LCD, apelou à intervenção da SADC.

A este apelo responderam a RAS e o Botswana. Para os sul-africanos era a ocasião ideal para mostrar o seu poder militar. A intervenção militar, que se deveria revelar fácil, seria uma excelente ocasião para a RAS mostrar a operacionalidade das novas forças armadas. A RAS, no intuito de se assumir como líder regional, tinha que ser capaz de demonstrar a sua força bélica, tanto mais que um outro candidato ao lugar, Angola, demonstrava uma crescente capacidade de intervenção militar na região.

A 22 de Setembro de 1998, tropas do Botswana e da RAS deram início à Operação Boleas, cuja missão era o restabelecimento da ordem no Lesoto. Uma das preocupações iniciais dos sul-africanos foi a de justificar a sua intervenção à luz da SADC⁷⁷⁴, de maneira a afastar o fantasma das intervenções unilaterais da RAS do apartheid.

A intervenção militar sul-africana foi um desastre. Em primeiro lugar provocou um elevado grau de destruição na capital do Lesoto, Maseru. Em segundo lugar, os sul-africanos não estavam à espera de encontrar tanta resistência, tanto mais que o exército sotho aliou-se aos rebeldes. Em terceiro lugar, em vez de utilizar a força armada, a RAS poderia ter optado por utilizar a enorme força económica que detinha sobre o Lesoto para obrigar as partes a negociar. Finalmente, a intervenção militar pôs a descoberto as fragilidades das novas forças armadas sul-africanas, as SANDF. Foram bem visíveis as falhas no campo logístico, com unidades militares sul-africanas a perderem-se dentro do Lesoto. Mais graves foram os casos de indisciplina e de racismo no seio das SANDF. A evidência destas fragilidades foram um duro golpe para o governo sul-africano. Os problemas demonstrados nesta intervenção, aliados aos outros problemas da política externa sul-africana, puseram claramente em causa a possibilidade do país se assumir como o líder regional.

⁷⁷² O Projecto foi assinado em 1986, estando o mesmo orçado em 4 mil milhões de randes. Greg Mills, *op. cit.*, p. 65.

⁷⁷³ Roger Southall: *Is Lesotho South Africa's Tenth Province?*, p. 86.

⁷⁷⁴ Pedro Rosa Mendes: "Mandela Defende Intervenção no Lesoto", in *Público*, 25/09/98.

A dificuldade sul-africana em conseguir influenciar os seus vizinhos começou a ser claramente visível. Se os mais poderosos, como Angola e o Zimbabwe, desafiavam abertamente as opções sul-africanas, os mais pequenos optavam por ignorar as posições sul-africanas⁷⁷⁵.

8.11. Do Idealismo ao Realismo

O debate à volta da política externa sul-africana passou a ser uma constante a partir de 1996. Independentemente dos vários participantes nesse debate considerarem que a mesma estava a ser bem ou mal conduzida, todos concordavam com a necessidade do governo estabelecer com clareza os objectivos da mesma. Era necessário basear a política externa em objectivos concretos e realistas.

Enquanto questão teórica, a promoção dos direitos humanos era fácil de defender. O problema surge quando se tenta passar esse princípio à prática, sendo ainda mais complicado no caso sul-africano devido ao facto de considerar essa defesa como um pilar essencial da sua política externa. Em termos concretos, a defesa dos direitos humanos não se alcança apenas através dos discursos nos fóruns internacionais ou através da chamada diplomacia silenciosa, ou seja, pressões privadas sobre os violadores. É necessária uma atitude mais activa e agressiva que pode passar pela adopção de sanções, corte de relações diplomáticas com o país violador e até o apoio a movimentos de oposição. Ora, a RAS não estava em condições de adoptar este tipo de comportamento, como ficou bem claro no caso da Nigéria em 1995.

Esta realidade fez com que vários responsáveis políticos sul-africanos se comesçassem a aperceber do choque entre o idealismo e o realismo em matéria de política externa. Um desses responsáveis foi Raymond Suttner, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento sul-africano, que, em 1996, a este respeito afirmou o seguinte⁷⁷⁶:

The promotion of human rights and democracy in foreign policy is easy to state as an aspiration. It is however difficult to implement.

⁷⁷⁵ Um exemplo disto foi o caso da crise na Suazilândia em 1996. Perante o conflito entre os adeptos das reformas democráticas e os defensores da monarquia absoluta, a RAS tentou servir de mediadora. Apesar do elevado grau de dependência da Suazilândia em relação à RAS, Mandela não conseguiu convencer o rei Mswati III a enveredar por uma verdadeira democracia.

Stefaans Brummer: "Mandela's Secret Swazi Plan", in *Weekly Mail & Guardian*, 22/03/96.
<http://wn.apc.org/wmail/issues/960322/News25.html>

Outro exemplo foi a incapacidade sul-africana em ajudar a resolver o conflito entre o Botswana e a Namíbia a propósito da posse da ilha Kasikili no rio Chobe. Esta questão acabou por ser resolvida através do recurso ao Tribunal Internacional de Justiça. Em Dezembro de 1999, o Tribunal Internacional de Justiça pronunciou-se sobre este caso afirmando que a ilha de Kasikili deveria pertencer ao Botswana. Esta decisão foi acatada pela Namíbia.

Christof Maletsky: "Kasikili KO. Namibia to Abide by Decision", in *Namibian*, 13/12/99.
<http://www.namibian.com.na/Netstories/December99/KO.html>

⁷⁷⁶ Raymond Suttner: *South African Foreign Policy and the Promotion of Human Rights*, p. 300.

Para além da dificuldade em implementar os princípios defendidos, a política externa sul-africana dos primeiros anos da era Mandela foi marcada pelo choque entre o idealismo do ANC enquanto movimento de libertação e o realismo do ANC enquanto governo. Este choque deu a imagem de uma política externa pouco coerente e sem objectivos bem definidos.

O idealismo inicial foi dando lugar a um maior pragmatismo das autoridades de Pretória. Esta evolução teve dois momentos chave. O primeiro foi a visita de Mandela a Singapura em Março de 1997. Nessa ocasião, Mandela afirmou claramente que a RAS não deixaria que as questões dos direitos humanos e democracia fossem um impedimento ao estabelecimento de relações económicas benéficas com outras entidades⁷⁷⁷. Estava dado o primeiro golpe no idealismo.

O segundo momento surgiu em Outubro de 1998 com a apresentação do White Paper on South African Participation in International Peace Missions⁷⁷⁸. A apresentação deste documento representou o desejo da RAS de aceitar, pelo menos parcialmente, a responsabilidade pela estabilidade do continente africano. Neste documento, a RAS manifestou a sua disponibilidade para passar a ter um papel mais activo nas questões de segurança relativas a África. A RAS manifestou a sua disponibilidade para se envolver em missões de paz no continente, enviando tropas desde que as mesmas fossem enquadradas no âmbito da ONU, OUA ou SADC⁷⁷⁹. No fundo, aquilo que a RAS rejeitou em 1995, aquando da proposta norte-americana de criação do African Crisis Response Force, vem mais tarde aceitar.

Estes dois momentos surgem numa altura em que a actuação sul-africana passa a ser influenciada pelo ideal do Renascimento Africano.

8.12. O Conceito de Renascimento Africano

A primeira referência pública ao Renascimento Africano foi feita pelo Vice-Presidente Thabo Mbeki quando, a 10 de Junho de 1997, falou no Parlamento sul-africano durante a apresentação do orçamento. Nessa ocasião Mbeki disse o seguinte⁷⁸⁰:

⁷⁷⁷ Marie Muller: South Africa Regional Policy in Perspective, p. 68.

⁷⁷⁸ Este documento foi aprovado pelo governo a 21 de Outubro de 1998 e apresentado ao Parlamento a 24 de Fevereiro de 1999.

⁷⁷⁹ Apesar do discurso cauteloso adoptado no documento, é evidente que o mesmo marca uma importante viragem na posição sul-africana em relação ao seu envolvimento continental. Cfr. Department of Foreign Affairs: White Paper on South African Participation in International Peace Missions, 31 pp. http://www.gov.za/whitepaper/1999/peace_missions.htm

⁷⁸⁰ Thabo Mbeki: Speech at the National Assembly during the Debate on Budget Vote nº 2, 10/06/97, p. 7. <http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1997/sp970610.01>

The obligation to contribute to the common African Continental effort at last to achieve the African Renaissance, including the establishment of stable democracy, respect for human rights, an end to violent conflicts and a better life for all peoples of Africa.

Apesar de ter sido Mbeki o primeiro a falar do Renascimento Africano, vai ser Mandela quem lhe vai dar um conteúdo mais concreto. Mandela definiu o conceito nos seguintes termos⁷⁸¹:

The word renaissance means rebirth, renewal, springing up a new. Therefore, when we speak of an African Renaissance, we speak of the rebirth and renewal of our continent.

Durante o 50º Congresso do ANC, realizado em Mafikeng em Dezembro de 1997, o qual marcou a passagem da liderança do movimento para Mbeki, Mandela caracterizou o conceito de Renascimento Africano do seguinte modo⁷⁸²:

1. Desenvolvimento económico do continente africano,
2. Afirmação dos sistemas políticos democráticos;
3. Ruptura dos laços de dependência económica neo-colonial;
4. A mobilização dos africanos para que se tornem obreiros da sua história;
5. Rápido desenvolvimento de uma economia centrada nas pessoas;
6. Avançar com a Unidade Africana;
7. Reafirmar a independência dos países africanos e fortalecer o papel de África nos assuntos internacionais.

Gradualmente, vários líderes políticos, não só sul-africanos, começaram a utilizar este conceito⁷⁸³. No entanto, a sua existência estava fortemente ligada à RAS. Para além de Mandela e Mbeki, vários políticos sul-africanos passaram a contribuir para a caracterização deste conceito. Um deles foi o líder do IFP, Buthelezi, que utilizou o conceito para chamar a atenção do poder tradicional africano nas sociedades civis.

Uma outra definição de Renascimento Africano foi dada por Vusi Mavimbela, Conselheiro Político de Thabo Mbeki. Segundo Mavimbela, o Renascimento Africano era o terceiro movimento de libertação. O primeiro englobou os acontecimentos entre 1957, a independência do Gana, até finais dos anos 80, com o colapso dos países comunistas; o segundo período foi

⁷⁸¹ Nelson Mandela: *An African Renaissance*, 16/12/97, p. 1.
<http://www.presidentialreport.50thnationalconference.htm>

⁷⁸² *Idem*, p. 2.

⁷⁸³ Foi o caso, por exemplo, do Presidente do Uganda, Yoweri Museveni, que utilizou frequentemente no seu discurso uma variante do Renascimento Africano conhecido como *Africa Re-Awakening*.

desde finais dos anos 80 até finais dos anos 90. O terceiro momento era o início do novo século, explicando ele o Renascimento Africano do seguinte modo⁷⁸⁴:

Is the need to empower African peoples to deliver themselves from the legacy of colonialism and neo-colonialism and to situate themselves on the global stage as equal and respected contributors to, as well as beneficiaries of the achievements of human civilization.

Nesse sentido, Mavimbela chamou a atenção para a necessidade de se adoptar *a programme of action to galvanise and sensitive the continent about its import and to send a strong message to the world that the African Continent cannot be marginalised*⁷⁸⁵.

Sobre os objectivos do Renascimento Africano, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Aziz Pahad, caracterizou-os da seguinte maneira⁷⁸⁶:

The African Renaissance is about how to achieve the objectives of turning things around in Africa. It is a multifaceted approach to turn Africa around from a continent with vast potential which is currently underutilised. This is linked to multiparty democracy, good governance, a move away from state controlled economies, a better relationship between unions, government and business.

O Renascimento Africano aparece também como uma forma de contrariar o afro-pessimismo que se tinha instalado no continente africano e que ameaçava agravar a marginalização de África no sistema internacional.

À medida que Mbeki, e o seu círculo de apoios, iam assumindo maior protagonismo na direcção do país, o Renascimento Africano passou a ser um conceito chave na formulação da política externa do país. Tal importância foi reconhecida pelo próprio ANC em 1997 no seu documento intitulado *Developing a Strategic Perspective on South African Foreign Policy*, no qual é afirmada a importância do Renascimento Africano na política externa sul-africana⁷⁸⁷:

The concept of an African Renaissance is being advanced as the main pillar of our international policy not only relating to Africa, but in all our international relations globally.

8.13. A Era Mbeki

A 6 de Junho de 1999 realizaram-se as segundas eleições multipartidárias na RAS, as quais consagraram o ANC e Mbeki como grandes vencedores⁷⁸⁸. O novo Presidente sul-africano caracterizou-se, desde logo, por uma visão mais pragmática, mais centrada nas questões

⁷⁸⁴ Greg Mills: *The Wired Model. South Africa, Foreign Policy and Globalisation*, pp. 312-314.

⁷⁸⁵ *Idem*, p. 313.

⁷⁸⁶ Greg Mills: *South Africa's Foreign Policy: from Isolation to Respectability?*, p. 74.

⁷⁸⁷ ANC: *Developing a Strategic Perspective on South African Foreign Policy*, p. 5.
<http://www.anc.org.za/ancdocuments/discussion/foreign.html>

económicas e menos idealista, em relação à política externa do país. Tal posição já era visível ainda antes das eleições de 1999. A linguagem e a acção dos governantes mais próximos de Mbeki, transmitiam os pensamentos e as aspirações do futuro presidente. A propósito da política externa e o papel que a RAS deveria adoptar na era Mbeki, Aziz Pahad, um dos colaboradores mais próximos do novo Presidente, referiu pouco antes das eleições o seguinte⁷⁸⁹:

We cannot continue as an island of prosperity in a sea of poverty and instability.

Para Mbeki o conceito de Renascimento Africano era central para a política externa sul-africana, e o instrumento essencial para que a RAS pudesse assumir maior protagonismo internacional. Mas, a aposta neste conceito também representava um sério desafio para Mbeki. O sucesso da aplicação dos ideais do Renascimento Africano dependia, em primeiro lugar, da capacidade sul-africana para dar o exemplo, nomeadamente no modo como enfrentava os problemas económicos, a corrupção e o crime a nível nacional.

Passada a face inicial da transição, a atenção sul-africana sobre a cena internacional pôde aumentar. Adoptada uma posição de maior pragmatismo, assente num processo político mais coerente, a RAS pretendeu assumir um maior protagonismo internacional, nomeadamente ao nível regional e continental⁷⁹⁰. Para os novos dirigentes sul-africanos, a falta de uma orientação clara sobre os objectivos de política externa, aliada a um excesso de optimismo e idealismo, tinha posto em causa a imagem e a credibilidade do país. A tentativa de se envolver na resolução de vários conflitos, tentando capitalizar a imagem do Presidente Mandela, foi uma jogada arriscada, tanto mais que não produziu grandes resultados. A necessidade de se adoptar um comportamento mais pragmático visava combater uma imagem de política externa demasiado idealista. Tal imagem, a que Greg Mills chamou de *benign foreign policy godmather*⁷⁹¹, era potencialmente desastrosa para a RAS num mundo dominado pelo realismo dos interesses nacionais.

As tensões que se fizeram sentir ao nível da formulação da política externa na era Mandela, entre a vertente favorável aos interesses económicos e comerciais e uma outra mais idealista, favorável à defesa de valores como os direitos humanos, esbateram-se bastante. O novo Presidente estava consciente da necessidade de atrair investimento externo de modo a enfrentar três importantes problemas da sociedade sul-africana⁷⁹²: crescimento lento, pobreza e extremas

⁷⁸⁸ O ANC obteve 66.35% dos votos, contra 62.6% em 1994. O segundo partido mais votado foi o DP que obteve 9.56% dos votos.

Independent Electoral Commission: [Elections 99. Results](http://www.elections.org.za/results/natperparty.asp), 5 pp.

⁷⁸⁹ Greg Barrow: "Heavy Handed", in [BBC Focus on Africa](#), January/March 1999, p.12.

⁷⁹⁰ O próprio Mbeki afirmou, no seu discurso de tomada de posse como Presidente, serem essas as prioridades da política externa sul-africana.

Cfr. Thabo Mbeki: [Faranani. Towards the African Century](http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1999/tm0616html), 16/09/99, 5 pp.

⁷⁹¹ Greg Mills: [South Africa's Foreign Policy: From Isolation to Respectability 2](#), p. 73.

⁷⁹² Garth le Pere & Kato Lambrechts & Anthoni van Nieuwerk: [The Burden of the Future: South Africa's Foreign Policy Challenges in the New Millenium](http://www.igd.org.za/publications/global_dialogue/foreign_policy/foreign.html), p. 1.

desigualdades existentes no seio da população ao nível das condições de vida, rendimentos e oportunidades. Se o investimento externo foi chegando até 1997, a partir de 1998 começou o declínio⁷⁹³. Assim sendo, Mbeki tinha que recuperar esse investimento.

A diferença entre a era Mandela e a era Mbeki começou a ser, desde logo, visível pela disponibilidade demonstrada pela RAS em assumir maior protagonismo nas Missões de Paz no Continente. Desde a subida ao poder do ANC, os pedidos para o envolvimento sul-africano em Missões de Paz foram quase imediatos⁷⁹⁴. Não só países, como os EUA, mas também organizações internacionais, como a ONU e a OUA, esperavam um maior protagonismo sul-africano⁷⁹⁵. Porém, os problemas internos sul-africanos não permitiram um envolvimento activo em Missões de Paz, limitando-se a dar assistência técnica e humanitária a algumas missões, como foi o caso do apoio da Força Aérea sul-africana às missões da ONU em Angola, a *United Nations Verification Mission in Angola* (UNAVEM), e em Moçambique, a *Operation of the United Nations in Mozambique* (ONUMOZ)⁷⁹⁶.

Com Mbeki, a RAS passou a estar disponível para participar em Missões de Paz, desde que as mesmas fossem criadas ao abrigo de mandatos de organismos internacionais, como a ONU, OUA ou SADC. Nesse contexto, a RAS disponibilizou-se para enviar tropas para a RDC⁷⁹⁷.

⁷⁹³ Em 1997 a RAS recebeu 1.3 biliões de USD. Em 1998 o valor saldou-se por apenas 370 milhões de USD, ficando a RAS atrás de países como a Nigéria, Angola ou o Zimbabwe.
Greg Mills: *The Wired Model. South Africa, Foreign Policy and Globalisation*, p. 260.

⁷⁹⁴ Houve logo pedidos para a contribuição sul-africana no Haiti, Ruanda e Angola.
Jakkie Cilliers & Mark Shaw & Greg Mills: *Towards a South African Policy on Preventive Diplomacy and Peace Support Operations*, p. 9.

⁷⁹⁵ As pressões sobre a RAS, para que enviasse tropas para as Missões de Paz, foram particularmente fortes no caso do Burundi e, mais tarde, no caso da RDC. A OUA estava esperançada que após a adesão da RAS à organização, ocorrida em Maio de 1994, os sul-africanos desempenhassem um papel de maior protagonismo e até de liderança da organização.
Pierre François Gonidec: *Afrique du Sud. Une Nouvelle Politique Extérieure?*, p. 184.

⁷⁹⁶ Sobre o papel da Força Aérea sul-africana nestas duas missões, Cfr. H.A.P. Potgieter: *South African Assistance and Experience in UNOMOZ and UNAVEM*, pp. 231-239.

⁷⁹⁷ Em Agosto de 1999, o Presidente Mbeki anunciou a disponibilidade da RAS de enviar tropas para a RDC.
Cedric de Koning: *South African Blue Helmets in the Democratic Republic of Congo*, p. 1.
http://www.igd.org.za/publications/global_dialogue/africa/helmets.html.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho pretendeu-se fazer uma reflexão sobre o processo de formulação da política externa sul-africana e demonstrar essencialmente por que razão a RAS perdeu a liderança política da região da África Austral no período entre 1994 e 1999, e quais as consequências de tal situação.

A criação do regime do *apartheid*, em 1948, provocou que na RAS convivessem duas realidades muito distintas: o mundo da população branca privilegiada e o mundo dos não brancos, indianos, mestiços e negros. Ao longo da sua existência, o *apartheid* foi moldando a sociedade sul-africana em todas as suas vertentes. À medida que o regime ia ficando mais isolado, particularmente a partir da década de 70 do século XX, a sobrevivência do mesmo passava pela sua capacidade de controlar a região em que se encontrava. Tal realidade, implicou que para o regime de minoria branca, a capacidade de assumir o papel de potência regional era essencial à sua sobrevivência. Assim se explica a força dos militares na sociedade sul-africana, nomeadamente ao nível dos recursos à sua disposição e o seu papel no processo de formulação política, interna e externa.

Este enorme protagonismo externo levou a Sociedade Internacional a acreditar que a RAS pós-*apartheid* seria capaz de continuar a actuar como líder regional e, eventualmente, também como líder continental.

À partida, a política externa do governo sul-africano saído das eleições de Abril de 1994 distinguia-se da política externa do *apartheid* num aspecto essencial: a posição típica do anterior regime em desafiar a ordem internacional, foi substituída pelo desejo de posicionar o país no seio da Sociedade Internacional. Na tentativa de apagar a imagem negativa do *apartheid*, a RAS reapareceu na cena internacional movida por princípios louváveis, como a defesa dos direitos humanos e da democracia. Porém, as primeiras acções do novo governo, no capítulo externo, mostraram alguma confusão e desorientação, o que levou ao aparecimento de uma onda de críticas internas e desilusões externas. A actuação sul-africana dava a ideia de que não havia um processo de formulação política coerente e com objectivos precisos. A ideia de que o processo de formulação da política externa se baseia num encadeamento de objectivos, a curto, médio e longo prazo, parecia não existir no caso sul-africano.

Esta onda de desânimo e de criticismo surgiu devido a um excesso de optimismo em relação às reais capacidades sul-africanas. Durante o *apartheid* o protagonismo externo sul-africano deveu-se a uma pura lógica de sobrevivência. A prioridade dada à esfera externa era essencial para que o regime sul-africano se pudesse defender dos ataques, internos e externos. Desaparecido o *apartheid*, as prioridades do executivo sul-africano passaram a ser outras, nomeadamente na esfera interna. Do mesmo modo que a actuação externa era essencial ao regime do *apartheid* para garantir a sua sobrevivência, a capacidade do novo governo em resolver os desafios internos, nomeadamente lidar com as pesadas heranças económicas e sociais do *apartheid*, eram agora determinantes. De maneira a que o “milagre” político alcançado com a transição fosse bem sucedido, era essencial que o novo executivo prestasse

atenção prioritária aos problemas internos, situação que se iria reflectir necessariamente na actuação externa. Foi esta lógica que parece que escapou a muitos actores externos, uma vez que estavam convencidos que o grau de envolvimento praticado pela RAS do *apartheid* seria mantido, agora a favor de boas causas, pela RAS democrática. A incapacidade de compreender estas mudanças, explica as frustrações sentidas por muitos em relação às capacidades externas da nova RAS.

Os desafios internos sul-africanos obrigaram o novo governo a concentrar a sua energia e recursos na sua resolução, diminuindo necessariamente a sua capacidade de actuação na esfera externa. Apesar da força da economia sul-africana, a verdade é que o governo de Mandela teve que enfrentar enormes problemas como as disparidades económicas e sociais entre brancos e negros, um desemprego crescente fruto da liberalização da economia e da concorrência mundial e o agravamento da criminalidade e da corrupção.

A mudança de contextos e de prioridades na era Mandela implicou, de facto, a perda da liderança regional em termos políticos e militares. Se recuperarmos a definição de potência regional apresentada no primeiro capítulo, veremos que a RAS pós-*apartheid* não estava em condições de preencher os requisitos necessários. Nem foi necessário que fosse criada uma aliança regional contra a RAS, para demonstrar essa incapacidade.

Durante as décadas de 70 e 80 do século XX, as questões de segurança dominaram as políticas externas dos países da África Austral. Estas duas décadas foram caracterizadas por conflitos inter-estatais, desestabilizações internas e guerras civis. Como resultado de tudo isto, a região foi envolvida numa espiral de violência e insegurança em que os Estados da Linha da Frente e a RAS eram os principais actores. O fim do *apartheid* e as transições para a democracia deixavam antever uma nova era de paz para a região.

Embora a RAS e os estados da África Austral entrassem com optimismo na fase pós-*apartheid*, a verdade é que ambos os lados estavam muito marcados pelas experiências passadas e influenciados pelos seus receios e esperanças. Se a RAS esperava continuar a dominar a região, apesar da prioridade à situação interna, os estados da região pretendiam que os sul-africanos agissem mais como um parceiro do que como um líder. O choque entre as duas visões era apenas uma questão de tempo. Quando começou a ser visível, devido à criação do órgão político da SADC ou à crise no Zaire, que não era possível conjugar as duas posições, foi necessária uma clarificação. Tal clarificação passou ainda por uma medição de forças, isto é, por comprovar, na prática, a força do exército sul-africano, e a sua real capacidade, e até vontade, de agir em termos regionais. Essa comprovação surgiu com a intervenção no Lesoto, a qual deixou bem evidentes as fragilidades militares sul-africanas.

Essas fragilidades contribuíram para que países como o Zimbabwe, e especialmente Angola, aumentassem o seu protagonismo regional, o que pôs em causa, de facto, a liderança política da RAS na região. O idealismo sul-africano a nível regional contrastou com o forte realismo angolano. Para além disso, a moderação e cautela que a RAS pôs no relacionamento regional, com vista a afastar os fantasmas do passado, diminuíram ainda mais a sua capacidade de se impor aos seus vizinhos. Face à situação de guerra civil, o governo de Luanda utilizou a

política externa para aumentar a sua capacidade para resolver o conflito interno. Tal comportamento explica o envolvimento angolano nos dois Congos. Porém, tal como sucedeu à RAS após o *apartheid*, uma Angola pacificada irá provavelmente privilegiar a resolução dos problemas internos, relegando para segundo plano os assuntos externos. Se isso acontecer, a RAS, já adaptada aos novos tempos, poderá, eventualmente, recuperar o espaço perdido entre 1994 e 1999, voltando a assumir um maior protagonismo regional.

Ao analisarmos a política externa sul-africana na era Mandela, temos que ter em atenção uma série de questões *a priori*, de modo a podermos dar uma resposta objectiva. A primeira questão foi o facto das enormes expectativas criadas à volta das capacidades da RAS pós-1994 terem sido originadas do exterior. Foi a Sociedade Internacional, e em particular países como os EUA, que se convenceram e quiseram convencer outros, de que os sul-africanos teriam capacidade para liderar, não só a África Austral, como todo o continente africano. Para além disso, os EUA estavam convencidos de que a RAS poderia vir a desempenhar o papel de polícia do continente, resolvendo os vários problemas que surgissem de acordo com os interesses ocidentais. Nesse sentido, o afastamento sul-africano em relação ao Ocidente, nomeadamente em relação aos EUA, deve ser visto não como um sentimento anti-americano, mas como a necessidade de se criar uma nova política externa sul-africana diferente da praticada durante o *apartheid*.

A segunda questão teve a ver com o facto de alguns países da Sociedade Internacional não terem entendido que a transição política na RAS, embora bem sucedida, não resolvia todos os problemas do país. A transição no seu todo só estaria concluída quando fossem resolvidas as questões económicas e sociais, as quais, de modo a evitar-se cortes bruscos e consequentes instabilidades, seriam necessariamente mais lentas que a transição política. Para além disso, muitas questões importantes, como a posse da terra, ainda carecem de uma solução definitiva.

Perante esta realidade, a política externa sul-africana na era Mandela foi analisada tendo em conta os seguintes pontos:

1. A prioridade do novo governo era a esfera interna, traduzida na aplicação do *Reconstruction and Development Programme* (RDP) e depois do *Growth, Employment and Redistribution* (GEAR).
2. As dificuldades do novo governo em se afirmar, continental e regionalmente, devido à história de agressão do *apartheid*. Tal realidade levou a que a RAS evitasse agir unilateralmente, preferindo fazê-lo multilateralmente com o apoio ou de organizações internacionais, como a OUA, SADC ou ONU, ou de países.
3. Inexperiência dos novos líderes, situação particularmente complicada pela enorme exposição externa do país, o regresso a toda uma série de organismos internacionais e o estabelecimento ou reestabelecimento de relações diplomáticas com dezenas de países.
4. A dificuldade do ANC em passar de movimento de libertação para partido no poder.
5. O facto do *Department of Foreign Affairs* (DFA) ter sido submetido a um profundo processo de transformação, o qual contou com a resistência passiva de muitos dos funcionários ligados ao anterior regime.

6. O excesso de voluntarismo de Mandela no capítulo externo, que o levou muitas vezes a agir sem conhecimento e apoio prévio do DFA. Um exemplo disso foi, como referimos, a decisão de Mandela perdoar à Namíbia, durante uma visita que realizou em 1995, a dívida externa deste país à RAS.

7. A figura apagada do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alfred Nzo, sucessivamente marginalizado das decisões de política externa por outros membros do governo, como vimos, no caso da eventual venda de armas à Síria ou no caso do reconhecimento da República Popular da China.

8. A região da África Austral esteve durante a época do *apartheid* unida contra um inimigo comum, o qual justificava uma conjugação de esforços e uma marginalização de certas questões menos consensuais. Num certo sentido, os países da região estavam unidos por uma aliança negativa, ou seja, não tinham necessariamente os mesmos interesses, mas uniram-se, pois sabiam aquilo que não queriam. Desaparecido o inimigo comum, era natural que surgissem diferendos entre os vários países. Para além dos desentendimentos à volta das grandes questões, como foi o caso da órgão político da SADC ou o conflito no Zaire-República Democrática do Congo, toda uma outra série de pequenas questões, como o diferendo entre o Botswana e a Namíbia a propósito da pequena ilha de Kasikili no rio Chobe, minaram a unidade regional. Neste contexto, o processo de integração regional só poderia avançar desde que houvesse um líder claro com força económica e política para conduzir o processo. Embora a RAS possuísse o poder económico necessário para um tal processo, carecia de capacidade política para se impor aos outros estados.

9. O cenário de excesso de optimismo criado à volta das reais capacidades de actuação externa sul-africanas, serviu para convencer o Presidente Mandela de que, de facto, poderia ter uma actuação internacional de destaque. Nesse sentido, a actuação de Mandela, muitas vezes agindo sozinho, prejudicou a consolidação da nova política externa sul-africana. Os casos relatados no Capítulo IX ilustram bem esta realidade. No entanto, o percurso político de Mandela, aliado à sua imagem de moderado durante a fase das negociações para a transição política, esbateu as actuações menos conseguidas no plano internacional. O papel que desempenhou na reconciliação nacional sul-africana, evitando que o país resvalasse para um conflito que muitos consideravam inevitável, permitiu a Mandela passar à história como um dos melhores líderes que África conheceu.

Ao falarmos do sucesso ou insucesso da política externa sul-africana na era Mandela, há que distinguir dois objectivos. O desejo de manter o domínio regional e, simultaneamente, alargar o seu protagonismo a nível continental, não foi alcançado. Um outro objectivo foi o de fazer regressar o país ao seio do sistema de nações, normalizando as suas relações e colaborando com as instituições internacionais na resolução dos problemas que fossem surgindo, o qual foi bem sucedido. O problema é que os novos líderes sul-africanos iniciaram a sua actividade imbuídos do segundo objectivo, mas por pressões externas e idealismo interno, acabaram por tentar cumprir o primeiro objectivo, causando, de facto, a sensação de insucesso em matéria de política externa na era Mandela.

Após a subida ao poder de Thabo Mbeki, a sensação de ambiguidade e hesitação que caracterizavam a política externa sul-africana foi substituída por uma forte sensação de

identidade. Concluída a transição política, de facto o grande objectivo da era Mandela, e ultrapassada a fase de adaptação dos mais variados sectores da sociedade sul-africana, o país estava preparado para assumir um maior protagonismo internacional, a nível regional e continental.

ANEXOS

ANEXO 1

Capítulo II

MANIFESTO OF THE COMMUNIST PARTY OF SOUTH AFRICA

(Adopted at the inaugural conference of the Party, Cape Town, 30 July, 1921)

The Communist Party of South Africa, which has been formed by the union of the former International Socialist League (S.A.), Social Democratic Federation of Capetown, Communist Party of Capetown, Jewish Socialist Society of Capetown, Jewish Socialist Society (Poalei Zion) of Johannesburg, Marxian Club of Durban, and other Socialist bodies and individuals, and which expects shortly to be affiliated to the World Communist International, makes its appeal to all South African workers, organised and unorganised, white and black, to join in promoting the overthrow of the capitalist system and outlawry of the capitalist class, and the establishment of a Commonwealth of Workers throughout the World.

What does this mean?

All recorded history is the history of class struggles and consequent evolutionary changes in the form of society; the class divisions and institutions varying from age to age according to the current economic basis, and each form being superseded by another when its mission is fulfilled. Today this is more true than ever. Under the form of society dictated by modern capitalist production, the means of life are concentrated in the hands of a small privileged class, which exploits the propertyless working masses, appropriates all the product of their labour reduces them to the lowest and most servile level of existence that will permit them to continue working and reproducing their kind, and in addition obtains, by virtue of that economic supremacy, control of the entire State Power.

This regime of contradiction between 'social production' and 'individual appropriation', of irreconcilable antagonism between masters and man, employers and employed, property owners and proletarians - the class struggle of today - has brought mankind into unprecedented conflict, misery and chaos - a veritable abomination of desolation and terror.

But it is fast approaching a crisis entailing its overthrow by the revolting masses in favour of a New Order, the transition to which will be masterfully controlled by a politically victorious working class, but the eventual outcome of which will be an emancipated world, a society of economic and social equals wherein class divisions, privileges and disabilities will for the first time in history be impossible; a system of social ownership of the means of production industrially administered by the workers on an organised and harmonious plan, ensuring from every man according to his capacity and to every man according to his needs, under the motto "All for each and each for All".

This Social Revolution is the essential objective of the Labour Movement, the end towards which every step it takes must directly tend. The task is no mere pastime; it is a fight, a grim,

often a dangerous, sometimes a mortal fight. It is idle to deny the war between the classes, or to pretend it can somehow be composed by a drawn battle or an armistice. So elemental a conflict - which a defeat of Labour obviously only prolongs - can be solved by nothing short of the world wide destruction of the capitalist power; and it is in that direction that the world is actually evolving, for Russia is only the first country where the working class has realised in practical fashion that industry needs no exploiters, and agriculture no landlords, by locking them out.

That pioneer victory has set the pace for the politics of the whole world today; everyone feels that others are bound to follow the Russian lead. The governments representing the bourgeois power, having strained every nerve to strangle that young Workers' Republic, are now all the more determined to prevent its example from spreading, and are ready to adopt every method to that end, from diplomatic chicanery, false propaganda in press, school, pulpit and platform, economic pressure and intimidation, artificial trade depression, hypocritical appeals to snobbery, patriotism, religious prejudice and racial fear or pride, to the brute force of the Mailed Fist and the Iron Heel wherever they dare. Lately they have instituted a determined campaign all over the world to reduce wages.

They are criminally conspiring to maintain as long as they can their decadent, outworn, slave-grinding system with its political expression, the so-called democratic state, notwithstanding that, as a glance at any day's newspaper will show, it has not only failed to fulfil a single one of the promises still held out for it, but, by crushing the workers with the perpetual dread or actuality of unemployment, starvation, repression, massacre and war, it is driving mankind ever deeper into the abyss.

It is time for the Labour Movement in South Africa too to hearken to the call of the times to discard its futile reformism, its misleader's careerism, its petty middle class opportunism, its subservient snobbery and cowardice, of the past - all typical of the 'social patriotic' Second International which failed the workers so miserably at the outbreak of the great war, and which is even now being rehashed as the "2 1/2 International" It is time to recognise the historic and titanic nature of the fight, and to unite all our forces in countering the enemy's palpable activity with an even more active Red forward movement, political and industrial, of all the workers; a Great Push so militant, well organised and unified by solidarity as to deliver, in co-operation with the advanced Labour Movement of the rest of the world, the knockout blow to a hated class and system. To this standard the United Communist Party of S. A. bids all class conscious workers rally, whether previously adherents of any other party or not.

For the immediate future, indeed, the main duty of the party and of every member of it is to establish the widest and closest possible contact with workers of all ranks and races and to propagate the Communist gospel among them, in the first instance among the industrial masses, who must provide the "storm troops" of the Revolution, and secondly among the rural toilers. Even that path will not be smooth. Immediate repression in the form of raids, prosecutions, mob attacks and bloodshed by "Black (and Tan) Hundreds" or "White Guards" may be looked for as the propaganda is seen to be working among the submissive helot races whose enlightenment and organisation the ruling class dreads above all. The Communists will therefore proceed neither timorously nor tactlessly, losing no opportunity of demonstrating that, inasmuch as the cheap docile labour is what attracts the world capitalist investor to South

Africa, so its understanding of and conscious entry into the working class movement is the most deadly blow South Africa can deal to world capitalism.

But propaganda "is not enough" in these days of rapid change and action, and the party will be alert to turn to the advantage of the Labour Movement wherever possible any phase of discontent or disaffection, any opposition to imperialism, any indignation at the accepted 'skiet skiet' native policy, any genuine revolt of the masses against tyranny; striving always to hasten, sharpen and shorten the inevitable conflict, to guide and inspire the struggling workers in times of stress and trial like the present, and generally to act as the revolutionary vanguard of the Labour army of South Africa.

In any sacrifices it may be called upon to undergo the party will derive great strength and inspiration from its connection with the World Communist International, at present headed by the Russian Communist Party, with which is also closely identified the Red Trade Union International; besides which circumstances will bring it from time to time into specially close touch with the movement in Britain, where the struggle of the miners has recently disclosed unexampled heroism and endurance. Heartened by this sense of solidarity and support, and by the exhilarating comradeship known only to fellow workers in a militant movement, we advance to do battle with the capitalist Goliath, confident that if we play our part unfalteringly we shall in our lifetime see the robber and butcher class brought low and the workers' 'Soviets' in power.

We hold aloft the glistening banner of the World Commune to be, when the class war shall have been for ever stamped out, when mankind shall no longer cower under the bludgeon of the oppressor, when the necessaries and amenities of life, the comfort and the culture, the honour and the power, shall be to him who toils not him who exploits when none shall be called master and none servant, but all shall be fellow workers in common.

Down with the Capitalist System!
Up with the Workers' Commune!
Speed the Social Revolution!

ANEXO 2

Capítulo II

PROGRAMME OF ACTION: **STATEMENT OF POLICY ADOPTED AT THE ANC ANNUAL** **CONFERENCE**

17 December 1949

The fundamental principles of the Programme of Action of the African National Congress are inspired by the desire to achieve national freedom. By national freedom we mean freedom from White domination and the attainment of political independence. This implies the rejection of the conception of segregation, *apartheid*, trusteeship, or white leadership which are all, in one way or another, motivated by the idea of white domination or domination of the white over the Blacks. Like all other people the African people claim the right of self-determination. With this object in view, in the light of these principles we claim and will continue to fight for the political rights tabulated on page 8 of our Bill of Rights, such as:

1. The right of direct representation in all the governing bodies of the country - national, provincial and local - and we resolve to work for the abolition of all differential institutions or bodies specially created for Africans, viz. representative councils, present form of parliamentary representation .
2. To achieve these objectives the following Programme of Action is suggested:
 - a. the creation of a national fund to finance the struggle for national liberation.
 - b. the appointment of a committee to organise an appeal for funds and to devise ways and means therefor.
 - c. the regular use of propaganda material through:
 - i. the usual press, newsletter or other means of disseminating our ideas in order to raise the standard of political consciousness;
 - ii. establishment of a national press.
3. Appointment of a council of action whose function should be to carry into effect, vigorously and with the utmost determination, the Programme of Action. It should be competent for the council of action to implement our resolve to work for:
 - a. the abolition of all differential political institutions, the boycotting of which we accept, and to undertake a campaign to educate our people on this issue and, in addition, to employ the following weapons: immediate and active boycott, strike, civil disobedience, non-co-operation and such other means as may bring about the accomplishment and realisation of our aspirations.

- b. preparations and making of plans for a national stoppage of work for one day as a mark of protest against the reactionary policy of the government.

4. Economic:

- a. The establishment of commercial, industrial, transport and other enterprises in both urban and rural areas.
- b. Consolidation of the industrial organisation of the workers for the improvement of their standard of living.
- c. Pursuant to paragraph (a) herein, instructions be issued to Provincial Congresses to study the economic and social conditions in the reserves and other African settlements and to devise ways and means for their development, establishment of industries and such other enterprises as may give employment to a number of people.

5. Education:

It be an instruction to the African National Congress to devise ways and means for:

- a. Raising the standard of Africans in the commercial, industrial and other enterprises and workers in their workers' organisations by means of providing a common educational forum wherein intellectuals, peasants and workers participate for the common good.
- b. Establishment of national centres of education for the purpose of training and educating African youth and provision of large scale scholarships tenable in various overseas countries.

6. Cultural:

- a. To unite the cultural with the educational and national struggle.
- b. The establishment of a national academy of arts and sciences.

7. Congress realises that ultimately the people will be brought together by inspired leadership, under the banner of African nationalism, with courage and determination.

ANEXO 3

Capítulo II

THE FREEDOM CHARTER

Adopted at the Congress of the People, Kliptown, on 26 June 1955

We, the People of South Africa, declare for all our country and the world to know:

that South Africa belongs to all who live in it, black and white, and that no government can justly claim authority unless it is based on the will of all the people;
that our people have been robbed of their birthright to land, liberty and peace by a form of government founded on injustice and inequality;
that our country will never be prosperous or free until all our people live in brotherhood, enjoying equal rights and opportunities;
that only a democratic state, based on the will of all the people, can secure to all their birthright without distinction of colour, race, sex or belief;
And therefore, we, the people of South Africa, black and white together equals, countrymen and brothers adopt this Freedom Charter;
And we pledge ourselves to strive together, sparing neither strength nor courage, until the democratic changes here set out have been won.

The People Shall Govern!

Every man and woman shall have the right to vote for and to stand as a candidate for all bodies which make laws;
All people shall be entitled to take part in the administration of the country;
The rights of the people shall be the same, regardless of race, colour or sex;
All bodies of minority rule, advisory boards, councils and authorities shall be replaced by democratic organs of self-government.

All National Groups Shall have Equal Rights!

There shall be equal status in the bodies of state, in the courts and in the schools for all national groups and races;
All people shall have equal right to use their own languages, and to develop their own folk culture and customs;
All national groups shall be protected by law against insults to their race and national pride;
The preaching and practice of national, race or colour discrimination and contempt shall be a punishable crime;
All *apartheid* laws and practices shall be set aside.

The People Shall Share in the Country's Wealth!

The national wealth of our country, the heritage of South Africans, shall be restored to the people;

The mineral wealth beneath the soil, the Banks and monopoly industry shall be transferred to the ownership of the people as a whole;

All other industry and trade shall be controlled to assist the wellbeing of the people;

All people shall have equal rights to trade where they choose, to manufacture and to enter all trades, crafts and professions.

The Land Shall be Shared Among Those Who Work It!

Restrictions of land ownership on a racial basis shall be ended, and all the land re-divided amongst those who work it to banish famine and land hunger;

The state shall help the peasants with implements, seed, tractors and dams to save the soil and assist the tillers;

Freedom of movement shall be guaranteed to all who work on the land;

All shall have the right to occupy land wherever they choose;

People shall not be robbed of their cattle, and forced labour and farm prisons shall be abolished.

All Shall be Equal Before the Law!

No-one shall be imprisoned, deported or restricted without a fair trial; No-one shall be condemned by the order of any Government official;

The courts shall be representative of all the people;

Imprisonment shall be only for serious crimes against the people, and shall aim at re-education, not vengeance;

The police force and army shall be open to all on an equal basis and shall be the helpers and protectors of the people;

All laws which discriminate on grounds of race, colour or belief shall be repealed.

All Shall Enjoy Equal Human Rights!

The law shall guarantee to all their right to speak, to organise, to meet together, to publish, to preach, to worship and to educate their children;

The privacy of the house from police raids shall be protected by law;

All shall be free to travel without restriction from countryside to town, from province to province, and from South Africa abroad;

Pass Laws, permits and all other laws restricting these freedoms shall be abolished.

There Shall be Work and Security!

All who work shall be free to form trade unions, to elect their officers and to make wage agreements with their employers;

The state shall recognise the right and duty of all to work, and to draw full unemployment benefits;

Men and women of all races shall receive equal pay for equal work;

There shall be a forty-hour working week, a national minimum wage, paid annual leave, and sick leave for all workers, and maternity leave on full pay for all working mothers;

Miners, domestic workers, farm workers and civil servants shall have the same rights as all others who work;

Child labour, compound labour, the tot system and contract labour shall be abolished.

The Doors of Learning and Culture Shall be Opened!

The government shall discover, develop and encourage national talent for the enhancement of our cultural life;

All the cultural treasures of mankind shall be open to all, by free exchange of books, ideas and contact with other lands;

The aim of education shall be to teach the youth to love their people and their culture, to honour human brotherhood, liberty and peace;

Education shall be free, compulsory, universal and equal for all children; Higher education and technical training shall be opened to all by means of state allowances and scholarships awarded on the basis of merit;

Adult illiteracy shall be ended by a mass state education plan;

Teachers shall have all the rights of other citizens;

The colour bar in cultural life, in sport and in education shall be abolished.

There Shall be Houses, Security and Comfort!

All people shall have the right to live where they choose, be decently housed, and to bring up their families in comfort and security;

Unused housing space to be made available to the people;

Rent and prices shall be lowered, food plentiful and no-one shall go hungry;

A preventive health scheme shall be run by the state;

Free medical care and hospitalisation shall be provided for all, with special care for mothers and young children;

Slums shall be demolished, and new suburbs built where all have transport, roads, lighting, playing fields, creches and social centres;

The aged, the orphans, the disabled and the sick shall be cared for by the state;

Rest, leisure and recreation shall be the right of all:

Fenced locations and ghettos shall be abolished, and laws which break up families shall be repealed.

There Shall be Peace and Friendship!

South Africa shall be a fully independent state which respects the rights and sovereignty of all nations;

South Africa shall strive to maintain world peace and the settlement of all international disputes by negotiation - not war;

Peace and friendship amongst all our people shall be secured by upholding the equal rights, opportunities and status of all;

The people of the protectorates Basutoland, Bechuanaland and Swaziland shall be free to decide for themselves their own future;

The right of all peoples of Africa to independence and self-government shall be recognised, and shall be the basis of close co-operation.

Let all people who love their people and their country no say, as we say here:

**THESE FREEDOMS WE WILL FIGHT FOR, SIDE BY SIDE, THROUGHOUT
OUR LIVES, UNTIL WE HAVE WON OUR LIBERTY**

ANEXO 4

Capítulo II

The National Party's Colour Policy.

Statement by the National Party of South Africa, March 29, 1948

There are two sections of thought in South Africa in regard to the policy affecting the non-European community. On the one hand there is the policy of equality, which advocates equal rights within the same political structure for all civilized and educated persons, irrespective of race or colour, and the gradual granting of the franchise to non-Europeans as they become qualified to make use of democratic rights.

On the other hand there is the policy of separation (*apartheid*) which has grown from the experience of established European population of the country, and which is based on the Christian principles of Justice and reasonableness.

Its aim is the maintenance and protection of the European population of the country as a pure White race, the maintenance and protection of the indigenous racial groups as separate communities, with prospects of developing into self-supporting communities within their own areas, and the stimulation of national pride, self-respect, and mutual respect among the various races of the country.

We can act in only, one of two directions. Either we must follow the course of equality-, which must eventually mean national suicide for the White race, or we must take the course of separation (*apartheid*) through which the character and the future of every race will be protected and safeguarded with full opportunities for development and self-maintenance in their own ideas, without the interests of one clashing with the interests of the other, and without one regarding the development of the other as undermining or a threat to himself.

The party therefore undertakes to protect the White race properly and effectively against any policy, doctrine or attack which might undermine or threaten its continued existence. At the same time the party rejects any policy of oppression and exploitation of the non-Europeans by the Europeans as being in conflict with the Christian basis of our national life and irreconcilable with our policy.

The party believes that a definite policy of separation (*apartheid*) between the White races and the non-White racial groups, and the application of the policy of separation also in the case of the non-White racial groups, is the only basis on which the character and future of each race can be protected and safeguarded and on which each race can be guided so as to develop his own national character, aptitude and calling.

All marriages between Europeans and non-Europeans will be prohibited.

In their areas the non-European racial groups will have full opportunities for development in every sphere and will be able to develop their own institutions and social services whereby the forces of the progressive non-Europeans can be harnessed for their own national

development (*volkeerbou*). The policy of the country must be so planned that it will eventually promote the ideal of complete separation (*algehele apartheid*) in a national way.

A permanent advisory body of experts on non-European affairs will be established.

The State will exercise complete supervision over the moulding of the youth. The party will not tolerate interference from without or destructive propaganda from the outside world in regard to the racial problems of South Africa.

The party wishes all non-Europeans to be strongly encouraged to make the Christian religion the basis of their lives and will assist churches in this task in every possible way. Churches and societies which undermine the policy of *apartheid* and propagate doctrines foreign to the nation will be checked.

The Coloured community takes a middle position between the European and the Natives. A policy of separation (*apartheid*) between the Europeans and Coloureds and between Natives and Coloureds will be applied in the social, residential, industrial and political spheres. No marriage between Europeans and Coloureds will be permitted. The Coloureds will be protected against unfair competition from the Natives in so far as where they are already established.

The Coloured community will be represented in the Senate by a European representative to be appointed by the Government by reason of his knowledge of Coloured affairs.

The present unhealthy system which allows Coloureds in the Cape to be registered on the same voters' roll as Europeans and to vote for the same candidate as Europeans will be abolished and the Coloureds will be reprecricated in the House of Assembly by three European representatives.

These Coloured representatives will be elected by a Coloured representative council. They will not vote on:

- (1) Votes on confidence in the Government.
- (2) A declaration of war, and
- (3) A change in the political rights of non-Europeans.

A State Department of Coloured Affairs will be established.

The Coloured community will be represented in the Cape Provincial Council by three Europeans elected by the Coloured representative council.

A Coloured representative council will be established in the Cape Province consisting of representatives elected by the Coloured community, divided into constituencies with the present franchise qualifications, the head of the Department of Coloured Affairs and representatives nominated by the Government. In their own areas the Coloured community will have their own councils with their own public services which will be managed by themselves within the framework of the existing councils with higher authority.

Attention will be given to the provision of social, medical and welfare services in which the efforts of the Coloured themselves can be harnessed, and in which they will be taught as far as possible to be self-supporting.

Fonte:

United Nations, General Assembly, *Official Records: Eighth Session*, Supplement No. 16 (A/2505 and A/2505/Add.1 "Report of the United Nations Commission on the Racial Situation in the Union of South Africa," Annex V (New York: 1952), pp. 139-140.

ANEXO 5

Capítulo III

LEGISLAÇÃO DO APARTHEID

Admission of Persons to the Republic n° 59, 1972.
Affected Organizations Act n° 31, 1974.
Alliens Act n° 1, 1937.
Alliens and immigrations Amendment Act, 1984.
Armaments Act.
Armaments Development and Production Act.
Atomic Energy Act.
Bantu Administration Act n° 45, 1971.
Bantu Homelands Citinzenship Act, n° 26, 1970.
Bantu Laws Amendement Act n° 102, 1978.
Bantu (Prohibition of Interdicts) Act n° 14, 1956.
Basic Conditions of Employment Act, n° 3, 1983.
Black Laws Amendment Act, n° 76, 1963.
Black Local Authorities Act n° 102, 1982.
Black Resettlement Act, n° 19, 1954.
BOSS (Bureau of State Security) Act, 1969.
Ciskei National Security Act, 1982.
Criminal Laws Amendment Act, 1953.
Criminal Procedure Act n° 56, 1955.
Criminal Procedure Act n° 51, 1977.
Criminal Procedure Amendment Act n° 96, 1965.
Criminal Procedure Amendment Act n° 79, 1978.
Criminal Procedure and Evidence Amendment Act n° 29, 1955.
Dangerous Weapons Act
Defence Act.
Defence Amendment Act n° 34, 1983.
Demonstrations in or near Court Buildings Prohibition Act.
Development Land and Trust Act n° 18, 1936.
Explosives Amendment Act.
Expropriation Act, n° 26, 1975.
Finance Act n° 101, 1979.
Fund Raising Act, n° 107, 1978.
Gatherings and Demonstrations Act n° 52, 1973.
General Laws Amendments Act n° 39, 1961 / n° 37, 1963.
Group Areas Act n° 41, 1950.
Immigration Regulation Amendment Act n° 43, 1953.
Immorality Act, 1927.
Immorality Amendment Act n° 23, 1957.
Indemnity Act n° 61, 1961.
Indemnity Act, n° 13, 1927.
Industrial Conciliation Amendment Act n° 94, 1979.

Information Service of South Africa Special Account Act n° 108, 1979.
 Internal Security Act
 Internal Security Amendment Act n° 79, 1976.
 Internal Security Act n° 74, 1982.
 Intimidation Act.
 Laws of Co-Operation and Development Amendment Act, 1983.
 Liquor Amendment Act n° 58, 1975.
 Local Government Affairs Amendment Bill.
 Mines and Works Act.
 (Prohibition of) Mixed Marriages Act n° 55, 1949.
 Motor Carrier Act.
 Motor Carrier Transportation Amendment Act n° 44, 1955.
 National States Citizenship Act n° 26, 1970.
 National States Constitution Act n° 21, 1971.
 Natives (Abolition of Passes and Co-ordination of Documents) Act n° 67, 1952.
 Native Administration Act n° 31, 1927.
 Native Administration Act n° 42, 1956.
 Native labour (Settlement of Disputes) Act n° 48, 1953.
 Natives Land Act n° 27, 1913.
 Natives Land Act, 1936.
 Native Laws Amendment Act n° 36, 1957.
 Native Laws Amendment Act n° 54, 1972.
 Native (Urban Areas) Act n° 21, 1923.
 Natives (Urban Areas) Consolidation Act n° 25, 1945.
 Newspaper and Imprint Act, 1962.
 Official Secrets Act.
 Physical Planning Act n° 88, 1967.
 Police Act.
 Police Amendment Act n° 70, 1965.
 Police Amendment Act n° 64, 1979.
 Police Amendment Act n° 24, 1983.
 Police Special Account Bill.
 Population Registration Act n° 30, 1950.
 Population Registration Amendment Act, 1962 (appearance and acceptance as criteria).
 Population Registration Amendment Act, 1964 (definition of “White”).
 Population Registration Amendment Act, 1967 (classification of Coloureds and Africans).
 Population Registration Amendment Act, 1969 (classification appeal).
 Post Office Act.
 Prevention of Illegal Squatting Amendments Act, 1955, 1976, 1977.
 Prison Act, 1959.
 Prohibition of Disguises Act.
 Prohibition of Political Interference Act n° 51, 1968.
 Promotion of Bantu Self Government Act n° 46, 1959.
 Promotion of Local Government Affairs Act n° 91, 1983.
 Promotion of Local Government Affairs Act n° 91, 1983.
 Protection of Information Act.
 Publications Act n° 42, 1974.
 Publications Amendments Act n° 44, 1979.

Public Safety Act n° 3, 1953.
Railways and Harbours Acts.
Republic of South Africa Constitution Act n° 110, 1983.
Reservation of Separate Amenities Act n° 49, 1953.
Riotous Assemblies Act, n° 17, 1956.
Riotous Assemblies Act, n° 30, 1974.
Road Transportation Act, n° 74, 1977.
Secret Services Account Act n° 56, 1978.
Slums Clearance Act, n° 53, 1934.
South African Police Special Account Bill.
Suppression of Communism Act n° 44, 1950.
Terrorism Act, n° 83, 1967.
Transkei Labour Relations Act.
Trespass Act.
Unemployment Insurance Act.
University Amendment Act n° 83, 1983.
Unlawful Organizations Act, n° 34, 1960.
Urban Areas Amendment Act, n° 97, 1978.
Urban Areas Consolidation Act, 1945.

ANEXO 6

Capítulo III

Manifiesto of Umkhonto we Sizwe

Leaflet issued by the Command of Umkhonto we Sizwe, 16th December 1961

Units of Umkhonto we Sizwe today carried out planned attacks against government installations, particularly those connected with the policy of apartheid and race discrimination. Umkhonto we Sizwe is a new, independent body, formed by Africans, It includes in its ranks South Africans of all races It is not connected in any way with a so-called 'Committee for National Liberation' whose existence has been announced in the press. Umkhonto we Sizwe will carry on the struggle for freedom and democracy by new methods, which are necessary to complement the actions of the established national liberation organisations. Umkhonto we Sizwe fully supports the national liberation movement, and our members jointly and individually, place themselves under the overall political guidance of that movement.

It is, however, well known that the main national liberation organisations in this country have consistently followed a policy of non-violence. They have conducted themselves peaceably at all times, regardless of government attacks and persecutions upon them, and despite all government-inspired attempts to provoke them to violence. They have done so because the people prefer peaceful methods of change to achieve their aspirations without the suffering and bitterness of civil war. But the people's patience is not endless.

The time comes in the life of any nation when there remain only two choices: submit or fight. That time has now come to South Africa. We shall not submit and we have no choice but to hit back by all means within our power in defence of our people, our future and our freedom. The government has interpreted the peacefulness of the movement as weakness; the people's non-violent policies have been taken as a green light for government violence. Refusal to resort to force has been interpreted by the government as an invitation to use armed force against the people without any fear of reprisals. The methods of Umkhonto we Sizwe mark a break with that past.

We are striking out along a new road for the liberation of the people of this country. The government policy of force, repression and violence will no longer be met with non-violent resistance only! The choice is not ours; it has been made by the Nationalist government which has rejected ever peaceable demand by the people for rights and freedom and answered ever such demand with force and yet more force! Twice in the past 18 months, virtual martial law has been imposed in order to beat down peaceful, non-violent strike action of the people in support of their rights. It is now preparing its forces - enlarging and rearming its armed forces and drawing the white civilian population into commandos and pistol clubs - for full-scale military actions against the people. The Nationalist government has chosen the course of force and massacre, now, deliberately, as it did at Sharpeville.

Umkhonto we Sizwe will be at the front line of the people's defence. It will be the fighting arm of the people against the government and its policies of race oppression . It will be the striking force of the people for liberty, for rights and for their final liberation! Let the government, its supporters who put it into power, and those whose passive toleration of

reaction keeps it in power, take note of where the Nationalist government is leading the country!

We of Umkhonto we Sizwe have always sought -as the liberation movement has sought - to achieve liberation without bloodshed and civil clash. We do so still. We hope - even at this late hour - that our first actions will awaken every one to a realisation of the disastrous situation to which the Nationalist policy is leading. We hope that we will bring the government and its supporters to their senses before it is too late, so that both the government and its policies can be changed before matters reach the desperate state of civil war. We believe our actions to be a blow against the Nationalist preparations for civil war and military rule.

In these actions, we are working in the best interests of all the people of this country - black, brown and white - whose future happiness and well-being cannot be attained without the overthrow of the Nationalist government, the abolition of white supremacy and the winning of liberty, democracy and full national rights and equality for all the people of this country.

We appeal for the support and encouragement of all those South Africans who seek the happiness and freedom of the people of this country.

Afrika Mayibuye!

ANEXO 7

Capítulo IV

SINDICATOS FUNDADORES DA COSATU

SINDICATO	Membros
Amalgamated Black Workers Union (Abwu)	1,000
Building, Construction and Allied Workers Union (Bcawu)	748
Commercial, Catering and Allied Workers Union of SA (Ccawusa)	50,345
Commercial and Distributive Workers Union (CDWU)	1,600
Cleaning Services and Allied Workers Union (CSAWU)	850
Cape Town Municipal Workers Association (CTMWA)	11,097
Chemical Workers Industrial Union (CWIU)	20,700
Food and Canning Workers Union (FCWU)	26,455
General and Allied Workers Union (Gawu)	19,076
General Workers Union (GWU)	20,000
Garment Workers Union of SA (Gwusa)	2,905
Health and Allied Workers Union (Hawu)	1,111
Metal and Allied Workers Union (Mawu)	38,789
Motor Assemblers and Component Workers Union of SA (Macwusa)	3,100
Municipal Workers Union of SA (Mwusa)	9,249
National Automobile and Allied Workers Union (Naawu)	20,338
National General Workers Union of SA (Ngwusa) and the Retail and Allied Workers Union - Pretoria (Rawu)	6,037
National Iron, Steel and Metal Workers Union (Nismawu)	976
National Post Office and Allied Workers Union (Napawu)	2,163
National Union of Textile Workers (NUTW)	23,241
National Union of Mineworkers (Num)	100,000
Paper, Wood and Allied Workers Union (Pwawu)	11,856
Retail and Allied Workers Union - Cape Town (Rawu - CT)	3,830
SA Allied Workers Union (Saawu)	25,032
SA Domestic Workers Association (Sadwa)	4,500
SA Mineworkers Union (Samwu)	3,029
SA Railways and Harbour Workers Union (Sarhwu)	8,220
SA Scooter, Transport and Allied Workers Union (Sastawu)	4,700
SA Textile and Allied Workers Union (Satawu)	1,900
Sweet, Food and Allied Workers Union (SFAWU)	19,596
SA Textile Workers Union (Satwu)	581
Transport and General Workers Union (TGWU)	11,000
United Mining, Metal and Allied Workers of SA (Ummawosa)	8,335

ANEXO 8

Capítulo IV

STATEMENT BY UDF NATIONAL EXECUTIVE COMMITTEE ON NATIONAL LAUNCHING OF UDF.

The national executive committee of the United Democratic Front (UDF) met in Johannesburg on Saturday July 30 and Sunday July 31. It was decided that the UDF should be launched nationally in Cape Town at a People's rally on August 20. The executive meeting brought together the leadership of the Transvaal, Natal and Western Cape UDF's. The purpose of the meeting was to define a common approach and policy in resistance to the constitutional and Koornhof Bills.

This meeting was the result of months of hard work, concerted efforts and mass consultations with organisations and individuals throughout the country.

Over the past six months a number of fully constituted units of the UDF have emerged. A UDF was launched in Natal in May, in the Transvaal in the same month, and in the Cape in July.

This executive meeting therefore reflected the aspirations and expectations of the vast majority of the oppressed masses.

The strength of the UDF lies in the democratic nature of its composition. The central characteristic of the UDF is that it is made up of trade unions as well as community, women's student, religious, youth, sports, political, professional, and business organisations and interests groups. These organisations represent people of all colours and creeds from all strata of South African society.

All have clearly rejected the constitutional and Koornof Bills. All of us have recognised that these manoeuvres of the state are designed to weaken the people's resistance by dividing them whilst entrenching *apartheid*. We have firmly and unanimously committed ourselves to the achievement of a democratic society under the banner of the UDF through the active participation of thousands of members of our organisations.

A declaration of policy and intent has evolved and is in the process of being finalised.

The conscience and the moral impulse of all freedom-loving people of South Africa have been aroused. People have been moved to reject these pernicious and evil laws which consolidate the heresy of *apartheid*.

Whilst the UDF articulates the viewpoint of the broad cross-section of people, we accept as fundamental that the main burden of exploitation and discrimination falls on the poor.

Accordingly, the main thrust of the organisation is directed towards the participation of working people in the workplace, in the communities and wherever they may be.

We call upon all democratic organisation is directed towards the participation of working people in the workplace, in the communities and wherever they may be.

We call upon all democratic organisations who have not as yet identified with the UDF to join us and further unify the resistance to these new Bills.

The grand design of *apartheid* is to fragment our people's unity. And those who deliberately refrain from helping us to maximise this unity advance the cause of the enemy and delay the cause of democracy.

At this stage in constructing unity, hundreds of organisations are already an integral part of the UDF. This process continues.

The UDF draws inspiration from the overwhelming support and commitment of the people. And we announce the national launching of the UNITED DEMOCRATIC FRONT in CAPE TOWN on August 20 1983.

This historic event is the culmination of the first phase of this process. It is tangible manifestation of the indomitable will of the people and is a momentous step on the long road to freedom.

ISSUED BY: National Executive Committee of the United Democratic Front
Johannesburg,
August 1, 1983.

**LIST OF ORGANISATIONS WHICH SUPPORT AND ARE AFFILIATES OF THE
REGIONAL UDF**

TRANSVAAL

LABOUR ORGANISATIONS

General and Allied Workers Union
Municipal and General Workers Union
Council of Unions of South Africa
South African Allied Workers Union
Commercial and Catering Workers Union of South Africa
S A Mineworkers Union
Johannesburg Scooter Drivers Association

CIVIC ORGANISATIONS

Soweto Civic Associations
Huhudi Civic Association
Mohalakeng Civic Association
Kagiso Residents Organisation
Winterveld Action Committee
East Rand Peoples Organisation
Soweto Residents Association
Mamelodi Action Committee

POLITICAL

Committee of Ten
Transvaal Indian Congress
Transvaal Anti-President's Council Committee
Anti-Community Council Committee

YOUTH AND STUDENTS

Azanian Students Organisation
Congress of South African Students
National Union of South African Students
Young Christian Students
Young Christian Workers
Soweto Youth Congress
Catholic Students Association

CHURCH

Witwatersrand Council of Churches
Islamic Council of South Africa

WOMEN

Federation of South African women

OTHERS

Detainees Aid Movement
National Educational Union of South Africa
Detainees Parents Support Committee
Khuvangano

NATAL

LABOUR

South African Allied Workers Union
Tin Workers
African Workers Association
National Federation of workers
Council of Unions of South Africa

CIVIC

Joint Rent Action Committee
Durban Housing Action Committee
Phoenix Working Committee
Newlands East Residents Association
Chatsworth Housing Action Committee
Joint Commuters Committee
Tonga Civic Association
Pietermaritzburg Combined Ratepayers Association
Reservoir Hills Ratepayers Association
Verulam Housing Action Committee
Merebank Ratepayers Association
Greenwoodpark Ratepayers Association
Asherville Housing Action Committee
St Wendolins Welfare Committee
Isulumusi Inanda

CHURCH

Diakonia
Islamic Council of South Africa

POLITICAL

Natal Indian Congress
Release Mandela Committee
Detainees Support Committee
Black Sash
Natal Anti-SAIC Committee

YOUTH AND STUDENT

Azaso
UND SRC
Cosas

Merebank Ex-Student Society
MSRC (Medical Students Representative Council)
UDW SRC
Lamontville Youth Organisation

WOMEN

Women for Peaceful Change Now
Durban Women's Group

UDF

North Coast Region UDF
Western Areas Region UDF

WESTERN CAPE

CIVIC

The Cape Areas Housing Action Committee
The Western Cape Civic Association

WOMEN

The United Women's Organisation

STUDENT AND YOUTH

The Azanian Students' Organisation
The Congress of South African Students
The Cape Youth Congress The Inter-Church Youth
The National Union of South African Students

LABOUR

The Media Workers Association
The Food and Canning and African Food and Canning Workers Union
The Cape Town Municipal Workers Association
The General Workers Union

CHURCH

The Muslim Judicial Council
The Ecumenical Action Movement
The Islamic Council of South Africa
The Western Province Council of Churches

TRADERS

The Western Cape Traders Association,

ANEXO 9

Capítulo V

Statement by Secretary-General Kurt Waldheim in the Security Council after the adoption of resolution 418 (1977) concerning a mandatory arms embargo against South Africa.

S/PV.2046, 4 November 1977

We have today clearly witnessed a historic occasion. The adoption of this resolution marks the first time in the 32-year history of the Organization that action has been taken under Chapter VII of the Charter against a Member State. It is not my purpose to seek to determine whether the Council's decision by itself is adequate to secure its objective. However, it is abundantly clear that the policy of *apartheid* as well as the measures taken by the South African Government to implement this policy are such a gross violation of human rights and so fraught with danger to international peace and security that a response commensurate with the gravity of the situation was required. It is also significant that this momentous step is based on the unanimous agreement of the Council members. Thus we enter a new and significantly different phase of the long-standing efforts of the international community to obtain redress of these grievous wrongs.

I note that the Council requests me to report within the next six months on the progress of the implementation of the mandatory arms embargo which it has decided to impose. To fulfil this task, I shall obviously need, and I am confident I shall receive, the whole-hearted co-operation of all States, Members and non-members of the United Nations. I would ask all Governments to provide me with the most complete information as quickly as possible on the measures which they take to comply with this binding decision of the Council.

It is, of course, unfortunate that the situation in South Africa should have deteriorated to such a point that the Council felt compelled to take this extraordinary measure. However, this should come as no surprise to the Government of South Africa when it considers how long the world has appealed in vain for the abandonment of its *apartheid* policies.

We can only hope that the gravity of the Council's decision will be fully recognized by the Government of South Africa and that it will therefore begin without delay the process of restoring fundamental human rights to all the people in South Africa, without which there can be no peace.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/udf/affiliates.html>

ANEXO 10

Capítulo VII

Address by the State President, Mr FW De Klerk, at the opening of the second session of the ninth parliament of the Republic of South Africa Cape Town.

2 February 1990

Mr. Speaker, Members of Parliament,

The general election on 6 September 1989 placed our country irrevocably on the road of drastic change. Underlying this is the growing realization by an increasing number of South Africans that only a negotiated understanding among the representative leaders of the entire population can ensure lasting peace.

The alternative is escalating violence, tension and conflict, which is unacceptable and in nobody's interest. The well-being of all in this country is linked inextricably to the ability of the leaders to come to terms with one another on a new dispensation. No-one can escape this simple truth.

On its part, the Government will accord the process of negotiation the highest priority. The aim is a totally new and just constitutional dispensation in which every inhabitant will enjoy equal rights, treatment and opportunity in every sphere of endeavor - constitutional, social and economic.

I hope that this new parliament will play a constructive part in both the prelude to negotiations and the negotiating process itself. I wish to ask all of you who identify yourselves with the broad aim of a new South Africa, and that is the overwhelming majority:

- Let us put petty politics aside when we discuss the future during this Session.
- Help us build a broad consensus about the fundamentals of a new, realistic and democratic dispensation.
- Let us work together on a plan that will rid our country of suspicion and steer it away from domination and radicalism of any kind.

During the term of this new Parliament, we shall have to deal, complimentary to one another, with the normal processes of legislation and day-to-day government, as well as with the process of negotiation and renewal.

Within this framework I wish to deal first with several matters more closely concerned with the normal process of government before I turn specifically to negotiation and related issues.

1. FOREIGN RELATIONS

The Government is aware of the important part the world at large has to play in the realization of our country's national interests.

Without contact and co-operation with the rest of the world we cannot promote the well-being and security of our citizens. The dynamic developments in international politics have created new opportunities for South Africa as well. Important advances have been made, among other things, in our contacts abroad, especially where these were precluded previously by ideological considerations.

I hope this trend will be encouraged by the important change of climate that is taking place in South Africa.

For South Africa, indeed for the whole world, the past year has been one of change and major upheaval. In Eastern Europe and even the Soviet Union itself, political and economic upheaval surged forward in an unstoppable tide. At the same time, Beijing temporarily smothered with brutal violence the yearning of the people of the Chinese mainland for greater freedom.

The year 1989 will go down in history as the year in which Stalinist Communism expired. These developments will entail unpredictable consequences for Europe, but they will also be of decisive importance to Africa. The indications are that the countries of Eastern and Central Europe will receive greater attention, while it will decline in the case of Africa.

The collapse, particularly of the Marxist economic system in Eastern Europe, also serves as a warning to those who insist on persisting with it in Africa. Those who seek to force this failure of a system on South Africa, should engage in a total revision of their point of view. It should be clear to all that it is not the answer here either. The new situation in Eastern Europe also shows that foreign intervention is no recipe for domestic change. It never succeeds, regardless of its ideological motivation. The upheaval in Eastern Europe took place without the involvement of the Big Powers or of the United Nations.

The countries of Southern Africa are faced with a particular challenge: Southern Africa now has an historical opportunity to set aside its conflicts and ideological differences and draw up a joint programme of reconstruction. It should be sufficiently attractive to ensure that the Southern African region obtains adequate investment and loan capital from the industrial countries of the world. Unless the countries of Southern Africa achieve stability and a common approach to economic development rapidly, they will be faced by further decline and ruin.

The Government is prepared to enter into discussions with other-Southern African countries with the aim of formulating a realistic development plan. The Government believes that the obstacles in the way of a conference of Southern African states have now been removed sufficiently.

Hostile postures have to be replaced by co-operative ones; confrontation by contact; disengagement by engagement; slogans by deliberate debate.

The season of violence is over. The time for reconstruction and reconciliation has arrived.

Recently there have, indeed, been unusually positive results in South Africa's contacts and relations with other African states. During my visits to their countries I was received cordially, both in private and in public, by presidents Mobutu, Chissano, Houphouet-Boigny and Kaunda. These leaders expressed their sincere concern about the serious economic problems in our part of the world. They agreed that South Africa could and should play a positive part in regional co-operation and development.

Our positive contribution to the independence process in South West Africa/Namibia has been recognised internationally. South Africa's good faith and reliability as a negotiator made a significant contribution to the success of the events. This, too, was not unnoticed. Similarly, our efforts to help bring an end to the domestic conflict situations in Mozambique and Angola have received positive acknowledgement.

At present the Government is involved in negotiations concerning our future relations with an independent Namibia and there are no reasons why good relations should not exist between the two countries. Namibia needs South Africa and we are prepared to play a constructive part.

Nearer home I paid fruitful visits to Venda, Transkei and Ciskei and intend visiting Bophuthatswana soon. In recent times there has been an interesting debate about the future

relationship of the TBVC countries with South Africa and specifically about whether they should be re-incorporated into our country.

Without rejecting this idea out of hand, it should be borne in mind that it is but one of many possibilities. These countries are constitutionally independent. Any return to South Africa will have to be dealt with, not only by means of legislation in their parliaments, but also through legislation in this Parliament. Naturally this will have to be preceded by talks and agreements.

2. HUMAN RIGHTS

Some time ago the Government referred the question of the protection of fundamental human rights to the South African Law Commission. This resulted in the Law Commission's interim working document on individual and minority rights. It elicited substantial public interest.

I am satisfied that every individual and organisation in the country has had ample opportunity to make representations to the Law Commission, express criticism freely and make suggestions. At present, the Law Commission is considering the representations received. A final report is expected in the course of this year.

In view of the exceptional importance of the subject of human rights to our country and all its people, I wish to ask the Law Commission to accord this task high priority.

The whole question of protecting individual and minority rights, which includes collective rights and the rights of national groups, is still under consideration by the Law Commission. Therefore, it would be inappropriate of the Government to express a view on the details now. However, certain matters of principle have emerged fairly clearly and I wish to devote some remarks to them.

The Government accepts the principle of the recognition and protection of the fundamental individual rights which

form the constitutional basis of most Western democracies. We acknowledge, too, that the most practical way of protecting those rights is vested in a declaration of rights justiciable by an independent judiciary. However, it is clear that a system for the protection of the rights of individuals, minorities and national entities has to form a well-rounded and balanced whole. South Africa has its own national composition and our constitutional dispensation has to take this into account. The formal recognition of individual rights does not mean that the problems of a heterogeneous population will simply disappear. Any new constitution which disregards this reality will be inappropriate and even harmful.

Naturally, the protection of collective, minority and national rights may not bring about an imbalance in respect of individual rights. It is neither the Government's policy nor its intention that any group -- in whichever way it may be defined -- shall be favoured above or in relation to any of the others.

The Government is requesting the Law Commission to undertake a further task and report on it. This task is directed at the balanced protection in a future constitution of the human rights of all our citizens, as well as of collective units, associations, minorities and nations. This investigation will also serve the purpose of supporting negotiations towards a new constitution.

The terms of reference also include:

- the identification of the main types and models of democratic constitutions which deserve consideration in the aforementioned context;
- an analysis of the ways in which the relevant rights are protected in every model; and
- possible methods by means of which such constitutions may be made to succeed and be safeguarded in a legitimate manner.

3. THE DEATH PENALTY

The death penalty has been the subject of intensive discussion in recent months. However, the Government has been giving its attention to this extremely sensitive issue for some time. On 27 April 1989, the honourable Minister of Justice indicated that there was merit in suggestions for reform in this area. Since 1988 in fact, my predecessor and I have been taking decisions on reprieves which have led, in proportion, to a drastic decline in executions. We have now reached the position in which we are able to make concrete proposals for reform. After the Chief Justice was consulted, and he in turn had consulted the Bench, and after the Government had noted the opinions of academics and other interested parties, the Government decided on the following broad principles from a variety of available options:

- that reform in this area is indicated;
- that the death penalty should be limited as an option of sentence to extreme cases, and specifically through broadening judicial discretion in the imposition of sentence; and
- that an automatic right of appeal be granted to those under sentence of death.

Should these proposals be adopted, they should have a significant influence on the imposition of death sentences on the one hand, and on the other, should ensure that every case in which a person has been sentenced to death, will come to the attention of the Appellate Division.

These proposals require that everybody currently awaiting execution, be accorded the benefit of the proposed new approach. Therefore, all executions have been suspended and no executions will take place until Parliament has taken a final decision on the new proposals. In the event of the proposals being adopted, the case of every person involved will be dealt with in accordance with the new guidelines. In the mean time, no executions have taken place since 14 November 1989.

New and uncompleted cases will still be adjudicated in terms of the existing law. Only when the death sentence is imposed, will the new proposals be applied, as in the case of those currently awaiting execution.

The legislation concerned also entails other related principles which will be announced and elucidated in due course by the Minister of Justice. It will now be formulated in consultation with experts and be submitted to Parliament as soon as possible.

I wish to urge everybody to join us in dealing with this highly sensitive issue in a responsible manner.

4. SOCIO-ECONOMIC ASPECTS

A changed dispensation implies far more than political and constitutional issues. It cannot be pursued successfully in isolation from problems in other spheres of life which demand practical solutions. Poverty, unemployment, housing shortages, inadequate education and training, illiteracy, health needs and numerous other problems still stand in the way of progress and prosperity and an improved quality of life.

The conservation of the physical and human environment is of cardinal importance to the quality of our existence.

For this the Government is developing a strategy with the aid of an investigation by the President's Council.

All of these challenges are being dealt with urgently and comprehensively. The capability for this has to be created in an economically accountable manner. Consequently, existing strategies and aims are undergoing a comprehensive revision.

From this will emanate important policy announcements in the socio-economic sphere by the responsible Ministers during the course of the session. One matter about which it is possible to make a concrete announcement, is the Separate Amenities Act, 1953. Pursuant to my speech before the President's Council late last year, I announce that this Act will be repealed during this Session of Parliament. The State cannot possibly manage all the social

advancement our circumstances demand single-handedly, The community at large, and especially the private sector, also have a major responsibility towards the welfare of our country and its people.

5. THE ECONOMY

A new South Africa is possible only if it is bolstered by a sound and growing economy, with particular emphasis on the creation of employment. With a view to this, the Government has taken thorough cognisance of the advice contained in numerous reports by variety of advisory bodies. The central message is that South Africa, too, will have to make certain structural changes to its economy, just as its major trading partners had to do a decade or so ago. The period of exceptionally high economic growth experienced by the Western world in the 1960s, was brought to an end by the oil crisis in 1973. Drastic structural adaptations became inevitable for these countries, especially after the second oil crisis in 1979, when serious imbalances occurred in their economies. After considerable sacrifices, those countries which persevered with their structural adjustment programmes, recovered economically so that lengthy periods of high economic growth and low inflation were possible.

During that particular period, South Africa was protected temporarily by the rising gold price from the necessity of making similar adjustments immediately. In fact, the high gold price even brought prosperity with it for a while. The recovery of the world economy and the decline in the price of gold and other primary products, brought with them unhealthy trends. These included high inflation, a serious weakening in the productivity of capital, stagnation in the economy's ability to generate income and employment opportunities. All of this made a drastic structural adjustment of our economy inevitable.

The Government's basic point of departure is to reduce the role of the public sector in the economy and to give the private sector maximum opportunity for (optimal) performance. In this process, preference has to be given to allowing the market forces and a sound competitive structure to bring about the necessary adjustments.

Naturally, those who make and implement economic policy have a major responsibility at the same time to promote an environment optimally conducive to investment, job creation and economic growth by means of appropriate and properly co-ordinated fiscal and monetary policy. The Government remains committed to this balanced and practical approach.

By means of restricting capital expenditure in parastatal institutions, privatisation, deregulation and curtailing government expenditure, substantial progress has already been made towards reducing the role of the authorities in the economy. We shall persist with this in a well-considered way.

This does not mean that the State will forsake its indispensable development role, especially in our particular circumstances. On the contrary, it is the precise intention of the Government to concentrate an equitable portion of its capacity on these aims by means of the meticulous determination of priorities.

Following the progress that has been made in other areas of the economy in recent years, it is now opportune to give particular attention to the supply side of the economy.

Fundamental factors which will contribute to the success of this restructuring are:

- the gradual reduction of inflation to levels comparable to those of our principal trading partners;
- the encouragement of personal initiative and savings;
- the subjection of all economic decisions by the authorities to stringent financial measures and discipline;
- rapid progress with the reform of our system of taxation; and

- the encouragement of exports as the impetus for industrialisation and earning foreign exchange.

These and other adjustments, which will require sacrifices, have to be seen as prerequisites for a new period of sustained growth in productive employment in the nineties.

The Government has also noted with appreciation the manner in which the Reserve Bank has discharged its special responsibility in striving towards our common goals. The Government is very much aware of the necessity of proper co-ordination and consistent implementation of its economic policy. For this reason, the establishment of the necessary structures and expertise to ensure this co-ordination is being given preference. This applies both to the various functions within the Government and to the interaction between the authorities and the private sector.

This is obviously not the occasion for me to deal in greater detail with our total economic strategy or with the recent course of the economy.

I shall confine myself to a few specific remarks on one aspect of fiscal policy that has been a source of criticism of the Government for some time, namely State expenditure.

The Government's financial year ends only in two months' time and several other important economic indicators for the 1989 calendar year are still subject to refinements at this stage. Nonetheless, several important trends are becoming increasingly clear. I am grateful to be able to say that we have apparently succeeded to a substantial degree in achieving most of our economic aims in the past year.

In respect of Government expenditure, the budget for the current financial year will be the most accurate in many years. The financial figures will show:

- that Government expenditure is thoroughly under control;
- that our normal financing programme has not exerted any significant upward pressure on rates of-interest; and
- that we shall close the year with a surplus, even without taking the income from the privatisation or Iscor into account.

Without pre-empting this year's main budget, I wish to emphasise that it is also our intention to co-ordinate fiscal and monetary policy in the coming financial year in a way that will enable us to achieve the ensuing goals namely:

- that the present downturn will take the form of a soft landing which will help to make adjustments as easy as possible;
- that our economy will consolidate before the next upward phase so that we shall be able to grow from a sound base; and
- that we shall persist with the implementation of the required structural adaptations in respect, among other things, of the following: easing the tax burden, especially on individuals; sustained and adequate generation of surpluses on the current account of the balance of payments; and the reconstruction of our gold and foreign exchange reserves.

It is a matter of considerable seriousness to the Government, especially in this particular period of our history, to promote a dynamic economy which will make it possible for increasing numbers of people to be employed and share in rising standards of living.

6. NEGOTIATION

In conclusion, I wish to focus the spotlight on the process of negotiation and related issues. At this stage I am refraining deliberately from discussing the merits of numerous political questions which undoubtedly will be debated during the next few weeks. The focus, now, has to fall on negotiation.

Practically every leader agrees that negotiation is the key to reconciliation, peace and a new and just dispensation. However, numerous excuses for refusing to take part, are advanced. Some of the reasons being advanced are valid. Others are merely part of a political chess game. And while the game of chess proceeds, valuable time is being lost.

Against this background I committed the Government during my inauguration to giving active attention to the most important obstacles in the way of negotiation. Today I am able to announce far-reaching decisions in this connection.

I believe that these decisions will shape a new phase in which there will be a movement away from measures which have been seized upon as a justification for confrontation and violence. The emphasis has to move, and will move now, to a debate and discussion of political and economic points of view as part of the process of negotiation.

I wish to urge every political and community leader, in and outside Parliament, to approach the new opportunities which are being created, constructively. There is no time left for advancing all manner of new conditions that will delay the negotiating process.

The steps that have been decided, are the following:

- The prohibition of the African National Congress, the Pan Africanist Congress, the South African Communist Party and a number of subsidiary organisations is being rescinded.
- People serving prison sentences merely because they were members of one of these organisations or because they committed another offence which was merely an offence because a prohibition on one of the organisations was in force, will be identified and released. Prisoners who have been sentenced for other offences such as murder, terrorism or arson are not affected by this.

- The media emergency regulations as well as the education emergency regulations are being abolished in their entirety.

- The security emergency regulations will be amended to still make provision for effective control over visual material pertaining to scenes of unrest.

- The restrictions in terms of the emergency regulations on 33 organisations are being rescinded. The organisations include the following:

National Education Crisis Committee

South African National Students Congress

United Democratic Front

Cosatu

Die Blanke Bevrydingsbeweging van Suid-Afrika.

- The conditions imposed in terms of the security emergency regulations on 374 people on their release, are being rescinded and the regulations which provide for such conditions are being abolished.

- The period of detention in terms of the security emergency regulations will be limited henceforth to six months. Detainees also acquire the right to legal representation and a medical practitioner of their choice.

These decisions by the Cabinet are in accordance with the Government's declared intention to normalise the political process in South Africa without jeopardising the maintenance of the good order. They were preceded by thorough and unanimous advice by a group of officials which included members of the security community.

Implementation will be immediate and, where necessary, notices will appear in the Government Gazette from tomorrow.

The most important facets of the advice the Government received in this connection, are the following:

- The events in the Soviet Union and Eastern Europe, to which I have referred already, weaken the capability of organisations which were previously supported strongly from those quarters.
- The activities of the organisations from which the prohibitions are now being lifted, no longer entail the same degree of threat to internal security which initially necessitated the imposition of the prohibitions.
- There have been important shifts of emphasis in the statements and points of view of the most important of the organisations concerned, which indicate a new approach and a preference for peaceful solutions.
- The South African Police is convinced that it is able, in the present circumstances, to combat violence and other crimes perpetrated also by members of these organisations and to bring offenders to justice without the aid of prohibitions on organisations.

About one matter there should be no doubt. The lifting of the prohibition on the said organisations does not signify in the least the approval or condonation of terrorism or crimes of violence committed under their banner or which may be perpetrated in the future. Equally, it should not be interpreted as a deviation from the Government's principles, among other things, against their economic policy and aspects of their constitutional policy. This will be dealt with in debate and negotiation.

At the same time I wish to emphasise that the maintenance of law and order dare not be jeopardised. The Government will not forsake its duty in this connection. Violence from whichever source, will be fought with all available might.

Peaceful protest must not become the springboard for lawlessness, violence and intimidation. No democratic country can tolerate that.

Strong emphasis will be placed as well on even more effective law enforcement. Proper provision of manpower and means for the police and all who are involved with the enforcement of the law, will also be ensured. In fact, the budget for the coming financial year will already begin to give effect to this.

I wish to thank the members of our security forces and related services for the dedicated service they have rendered the Republic of South Africa. The dedication makes reform in a stable climate possible.

On the state of emergency, I have been advised that an emergency situation, which justifies these special measures which have been retained, still exists. There is still conflict which is manifesting itself mainly in Natal, but as a consequence of the country-wide political power struggle. In addition, there are indications that radicals are still trying to disrupt the possibilities of negotiation by means of mass violence.

It is my intention to terminate the state of emergency completely as soon as circumstances justify it and I request the co-operation of everybody towards this end. Those responsible for unrest and conflict have to bear the blame for the continuing state of emergency. In the mean time, the state of emergency is inhibiting only those who use chaos and disorder as political instruments. Otherwise the rules of the game under the state of emergency are the same for everybody.

Against this background the Government is convinced that the decisions I have announced are justified from a security point of view. However, these decisions are justified from a political point of view as well.

Our country and all its people have been embroiled in conflict, tension and violent struggle for decades. It is time for us to break out of the cycle of violence and break through to peace and reconciliation. The silent majority is yearning for this. The youth deserve it.

With the steps the Government has taken it has proven its good faith and the table is laid for sensible leaders to begin talking about a new dispensation, to reach an understanding by way of dialogue and discussion.

The agenda is open and the overall aims to which we are aspiring should be acceptable to all reasonable South Africans.

Among other things, those aims include a new, democratic constitution; universal franchise; no domination; equality before an independent judiciary; the protection of minorities as well as of individual rights; freedom of religion; a sound economy based on proven economic principles and private enterprise; dynamic programmes directed at better education, health services; housing and social conditions for all.

In this connection Mr Nelson Mandela could play an important part. The Government has noted that he has declared himself to be willing to make a constructive contribution to the peaceful political process in South Africa.

I wish to put it plainly that the Government has taken a firm decision to release Mr Mandela unconditionally. I am serious about bringing this matter to finality without delay. The Government will take a decision soon on the date of his release. Unfortunately, a further short passage of time is unavoidable.

Normally there is a certain passage of time between the decision to release and the actual release because of logistical and administrative requirements. In the case of Mr Mandela there are factors in the way of his immediate release, of which his personal circumstances and safety are not the least. He has not been an ordinary prisoner for quite some time. Because of that, his case requires particular circum-spection.

Today's announcements, in particular, go to the heart of what Black leaders -- also Mr Mandela -- have been advancing over the years as their reason for having resorted to violence. The allegation has been that the Government did not wish to talk to them and that they were deprived of their right to normal political activity by the prohibition of their organisations.

Without conceding that violence has ever been justified, I wish to say today to those who argued in this manner:

- The Government wishes to talk to all leaders who seek peace.
- The unconditional lifting of the prohibition on the said organisations places everybody in a position to pursue politics freely.
- The justification for violence which was always advanced, no longer exists.

These facts place everybody in South Africa before a fait accompli. On the basis of numerous previous statements there is no longer any reasonable excuse for the continuation of violence. The time for talking has arrived and whoever still makes excuses does not really wish to talk.

Therefore, I repeat my invitation with greater conviction than ever:

Walk through the open door, take your place at the negotiating table together with the Government and other leaders who have important power bases inside and outside of Parliament.

Henceforth, everybody's political points of view will be tested against their realism, their workability and their fairness. The time for negotiation has arrived.

To those political leaders who have always resisted violence I say thank you for your principled stands. This includes all the leaders of parliamentary parties, leaders of important organisations and movements, such as Chief Minister Buthelezi, all of the other Chief Ministers and urban community leaders.

Through their participation and discussion they have made an important contribution to this moment in which the process of free political participation is able to be restored. Their places in the negotiating process are assured.

CONCLUSION

In my inaugural address I said the following:

"All reasonable people in this country -- by far the majority -- anxiously await a message of hope. It is our responsibility as leaders in all spheres to provide that message realistically, with courage and conviction. If we fail in that, the ensuing chaos, the demise of stability and progress, will for ever be held against us.

"History has thrust upon the leadership of this country the tremendous responsibility to turn our country away from its present direction of conflict and confrontation. Only we, the leaders of our peoples, can do it.

"The eyes of responsible governments across the world are focused on us. The hopes of millions of South Africans are centred around us. The future of Southern Africa depends on us. We dare not falter or fail." This is where we stand:

- Deeply under the impression of our responsibility.
- Humble in the face of the tremendous challenges ahead.
- Determined to move forward in faith and with conviction.

I ask of Parliament to assist me on the road ahead. There is much to be done.

I call on the international community to re-evaluate its position and to adopt a positive attitude towards the dynamic evolution which is taking place in South Africa. I pray that the Almighty Lord will guide and sustain us on our course through uncharted water and will bless your labours and deliberations.

Mr Speaker, Members of Parliament, I now declare this second Session of the Ninth Parliament of the Republic of South Africa to be duly opened.

ANEXO 11

Capítulo VI

RESULTADOS ELEITORAIS PROVÍNCIAIS

ABRIL 1994

PROVÍNCIA DO <i>WESTERN CAPE</i>		
Partido	% dos Votos	Lugares
NP	53.3	23
ANC	33	14
DP	6.6	3
FF	2.1	1
ACDP	1.2	1
Outros	3.8	0
Total	100	42

Fonte: Independent Electoral Commission (IEC)

PROVÍNCIA DO <i>NORTHERN CAPE</i>		
Partido	% dos Votos	Lugares
ANC	49.7	15
NP	40.5	12
FF	6	2
DP	1.9	1
Outros	1.9	0
Total	100	30

Fonte: Independent Electoral Commission (IEC)

PROVÍNCIA DO <i>EASTERN CAPE</i>		
---	--	--

Partido	% dos Votos	Lugares
ANC	84.4	48
NP	9.8	6
DP	2.1	1
PAC	2	1
Outros	1.7	0
Total	100	56

Fonte: Independent Electoral Commission (IEC)

PROVÍNCIA DO ORANGE FREE STATE (Free State)		
Partido	% dos Votos	Lugares
ANC	76.6	24
NP	12.6	4
FF	6	2
Outros	4.8	0
Total	100	30

Fonte: Independent Electoral Commission (IEC)

PROVÍNCIA DO NORTH WEST		
Partido	% dos Votos	Lugares
ANC	83.3	26
NP	8.8	3
FF	4.6	1
Outros	3.3	0
Total	100	30

Fonte: Independent Electoral Commission (IEC)

PROVÍNCIA DE PRETORIA-WITWATERSRAND-VEREENIGING (Gauteng)		
PARTIDO	% dos Votos	Lugares
ANC	57.6	50
NP	23.9	21
FF	6.2	5
DP	5.3	5
IFP	3.7	3

PAC	1.5	1
ACDP	0.6	1
Outros	1.2	0
Total	100	86

Fonte: Independent Electoral Commission (IEC)

PROVÍNCIA DO *NORTHERN TRANSVAAL (Northern Province)*

Partido	% dos Votos	Lugares
ANC	91.6	38
NP	3.3	1
FF	2.2	1
Outros	2.9	0
Total	100	40

Fonte: Independent Electoral Commission (IEC)

PROVÍNCIA DO *EASTERN TRANSVAAL (Mpumalanga)*

Partido	% dos Votos	Lugares
ANC	80.7	25
NP	9	3
FF	5.7	2
Outros	4.6	0
Total	100	30

Fonte: Independent Electoral Commission (IEC)

PROVÍNCIA DO KWAZULU-NATAL

Partido	% dos Votos	Lugares
IFP	50.3	41
ANC	32.3	26
NP	11.2	9
DP	2.2	2
MF	1.3	1
PAC	0.7	1
ACDP	0.7	1
Outros	2.1	0

Total	100	81
-------	-----	----

Fonte: Independent Electoral Commission (IEC)

ANEXO 12

Capítulo VI

GOVERNO DA NOVA ÁFRICA DO SUL

May 1994

President	Nelson Mandela (ANC)
First Deputy President	Thabo Mbeki (ANC)
Second Deputy President	FW De Klerk (NP)
Agriculture	Kraai van Niekerk (NP)
Arts, Culture, Science and Technology	Ben Ngubane (IFP)
Correctional Services	Sipho Mzimela (IFP)
Defence	Joe Modise (ANC)
Education	Sibusiso Bengu (ANC)
Environment Affairs	Dawid de Villiers (NP)
Finance	Derek Keys (NP)
Foreign Affairs	Alfred Nzo (ANC)
Health	Nkosazana Zuma (ANC)
Home Affairs	Mangosuthu Buthelezi (IFP)
Housing	Joe Slovo (ANC)
Justice	Dullah Omar (ANC)
Labour, Manpower	Tito Mboweni (ANC)
Land Affairs	Derek Hanekom (ANC)
Mineral and Energy Affairs	Roelof “Pik” Botha (NP)
Posts, Telecommunications and Broadcasting	Pallo Jordan (ANC)
Provincial Affairs and Constitutional Development	Roelf Meyer (NP)
Public Enterprises	Stella Sigcau (ANC)
Public Service and Administration	Zola Skweyiya (ANC)
Public Works	Jeff Radebe (ANC)
Safety and Security	Sidney Mufamadi (ANC)
Sport and Recreation	Steve Tshwete (ANC)
Trade, Industry and Tourism	Trevor Manuel (ANC)
Transport	Mac Maharaj (ANC)
Water Affairs and Forestry	Kader Asmal (ANC)
Welfare and Population Development	Abe Williams (NP)
Minister without Portfolio	Jay Naidoo (ANC)

Fonte: Allister Sparks: Tomorrow is Another Country. The Inside History of South Africa's Road to Change.

I CAPÍTULO

AVLIS, J.G. (1900): As Guerras do Transvaal, Typographia Século XX, Porto, 315 pp.

BEINART, William (1994): Twentieth Century South Africa, Oxford University Press, Oxford & New York, 293 pp.

BRADLEY, Catherine (1996): Causes and Consequences of the End of Apartheid, Raintree Steck-Vaughn Publishers, Austin, 79 pp.

BRANCO, Luís Castelo (1995): Das Razões Políticas da SADCC às Razões Económicas da SADC, edições da Universidade Lusíada, Lisboa, 167 pp.

BUNTING, Brian (1969): The Rise of the South African Reich, Penguin African Library, Middlesex, 552 pp.

BYRNES, Rita (1996): South Africa. Country Study, Federal Research Division of the Library of Congress of the EUA, policopiado, 213 pp.

CAMPOS, Armando de (1996): África do Sul: Potência Regional, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 595 pp.

CETIM (1984): Afrique du Sud. Du Discours a la Realité, Centre Europe-Tiers Monde, Genève, 214 pp.

HARRISON, David (1987): The White Tribe of Africa. South Africa in Perspective, Southern Book Publishers, Johannesburg, 315 pp.

H.J. & SIMONS, R.E. (1969): Class and Colour in South Africa 1850-1950, Penguin Books, Middlesex, 702 pp.

JACKSON, Tabitha (1999): The Boer War, Macmillam Publishers, London, 192 pp.

KOCK, W. J. (1972): História da África do Sul, Ministério da Informação da África do Sul, Pretória, 64 pp.

MAYLAM, Paul (1987): A History of the African People of South Africa. From the Early Iron Age to the 1970's, Croom Helm & David Philip, London & Cape Town, 259 pp.

OMOND, Roger (1985): The Apartheid Handbook. A Guide to South Africa's Everyday Racial Policies, Penguin Books, London, 282 pp.

PAKENHAM, Thomas (1991): The Scramble for Africa. White's Man Conquest of the Dark Continent from 1876-1912, Avon Books, New York, 738 pp.

PAKENHAM, Thomas (1992): The Boer War, Thomas Pakenham, London, 659 pp.

PRETORIUS, Fransjohan (1999): Life on Commando during the Anglo-Boer War, 1899-1902, Human & Rosseau, Cape Town, 479 pp.

POSEL, Deborah (1997): The Making of Apartheid, 1948-1961. Conflict and Compromise, Oxford Studies in African Affairs, Clarendon Paperbacks, Oxford, 295 pp.

SPARKS, Allister (1995): Tomorrow is Another Country - The Inside Story of South Africa Road to Change, Hill & Wang, New York, 254 pp.

WILKINS, Ivor & STRYDOM, Hans (1980): The Super- Africânderes. Inside the Africânder Broederbond, Jonathan Ball Publishers, Johannesburg, 749 pp.

WORDEN, Nigel (1994): The Making of Modern South Africa: Conquest, Segregation and Apartheid, Blackwell, Norwich, 166 pp.

Fontes Retiradas da Internet.

Anglo-Boer War, 1899-1902, Melrose House.
http://www.melrose.co.za/boer_war/war1.htm

BARNARD, Hennie: The Concentration Camps.
http://www.boer.co.za/boerwar/helk_amp.htm

MORITZ, Garrett: From the Jameson Raid to Bloemfontein. Debating the Origins of the Boer War. <http://www.gttexts.com/college/papers/s1.html>.

Peace Negotiations, Melrose House.
http://www.melrose.co.za/boer_war/war20.htm

Peace Treaty of Vereeniging, Melrose House
http://www.melrose.co.za/boer_war/war2.htm

Statistical Release P0302. Mid-year estimates (1991-1995), Statistics South Africa, 5 pp.
<http://www.statssa.gov.za/default1.asp>

STEYN, E. & PROPHET, J.: Anglo-Boer War Database, University of Free State.
<http://www.uovs.ac.za/data/index/angloboer.asp>

WEBER, Max: The Boer War Remembered.
<http://www.boer.co.za/boerwar/weber.html>.

II CAPÍTULO

ALDEN, Chris (1993): "From Liberation Movement to Political Party: ANC Foreign Policy in Transition", in South African Journal of International Affairs, vol.1, nº1, pp. 62-81.

BRADLEY, Catherine (1996): Causes and Consequences of the End of Apartheid, Raintree Steck-Vaughn Publishers, Austin, 79 pp.

BEINART, William (1994): Twentieth Century South Africa, Oxford University Press, Oxford & New York, 293 pp.

BUNTING, Brian (1969): The Rise of the South African Reich, Penguin African Library, Middlesex, 552 pp.

BYRNES, Rita M. (1996): South Africa. Country Study, Federal Research Division, Library of Congress, Washington, policopiado, 213 pp.

CHAZAN, Naomi & ROBERT, Mortimer & RAVENHILL, John (1992): "South Africa: Race and Politics", in Politics and Society in Contemporary Africa, Lynne Rienner Publishers, Boulder Colorado, pp. 419-441.

DAVENPORT, T. R.H. (1987): South Africa. A Modern History, Cambridge Commonwealth Series, MacMillan Press, London, 692 pp.

FISCHER, Louis (1992): Gandhi. Sua Vida e Mensagem para o Mundo, Martin Claret editores, São Paulo, 303 pp.

KOCK, W. J. (1972): História da África do Sul, Ministério da Informação da África do Sul, Pretória, 64 pp.

LIPTON, Merle (1986): Capitalism and Apartheid. South Africa, 1910-1986, Wildwood House, Hants, 472 pp.

LODGE, Tom (1983): Black Politics in South Africa since 1945, Longman, London & New York, 389 pp.

MANDELA, Nelson Rolihlahla (1994): Long Walk to Freedom, Little, Brown & Company, London, 630 pp.

OMOND, Roger (1985): The Apartheid Handbook. A Guide to South Africa's Everyday Racial Policies, Penguin Books, London, 282 pp.

PITSWANE, Johnny (1992): "Namibia. Changelles of the First Decade", in Southern Africa at the Crossroads?, edited by Larry Benjamin & Christopher Gregory, Justified Press, Rivonia, pp. 105-125.

POSEL, Deborah (1997): The Making of Apartheid, 1948-1961. Conflict and Compromise, Oxford Studies in African Affairs, Clarendon Paperbacks, Oxford, 295 pp.

PROENÇA, Fátima (1987):“O *Apartheid* de Todos os Dias”, in Terra Solidária, nº10, Novembro/Dezembro, CIDAC, Lisboa, pp. 31-34.

ROSA, Victor Pereira da & TRIGO, Salvato (1986): Portugueses e Moçambicanos no Apartheid. Da Ficção à Realidade, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos, Série Migrações, Porto, 169 pp.

SAMPSON, Anthony (2000): Mandela. The Authorised Biography, Harper Collins Publishers, London, 676 pp.

SHUBIN, Vladimir (1996):”The Soviet Union/Russian Federation’s Relations with South Africa, with Special Reference to the Period since 1980”, in African Affairs, vol. 95, nº378, January, Royal African Society, London, Oxford University Press, pp. 5-30.

SCHUBIN, Vladimir (1999): ANC. A View From Moscow, Mayibuye History and Literature Series nº 88, University of the Western Cape, Belville, 434 pp.

SMITH, Ian (1997): The Great Betrayal. The Memoirs of Africa’s Most Controversial Leader, Blake Publishing Ltd., London, 418 pp.

OTTAWAY, Marina (1990):”The ANC: From Symbol to Political Party”, in South Africa. Twelve Perspectives on the Transition, edited by Helen Kitchen & J. Coleman Kitchen. The Washington Papers nº165, The Center for Strategic and International Studies, Washigton D.C., Praeger, pp. 28-48.

WILLIAMS, Gwyneth & HACKLAND, Brian (1988): The Dictionary of Contemporary Politics of Southern Africa, Routledge, London, 339 pp.

WORDEN, Nigel (1994): The Making of Modern South Africa: Conquest, Segregation and Apartheid, Blackwell, Norwich, 166 pp.

Fontes Retiradas da Internet.

ANC Women’s League, 1 p.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/congress/saic.html>.

Constitution of the South African Native National Congress, September 1919, ANC Historical Documents, 7 pp.

http://www.anc.org.za/ancdocs/history/const/constitution_sannc.html.

MANDELA, Nelson:”In Our Lifetime”, in Liberation, Newspaper of the Congress Movement, 1956, 3 pp.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history7campaigns/cop/freedom-in-our-lifetime.html>.

Manifesto of The Communist Party of South Africa, SACP homepage, 2 pp.
<http://www.sacp.org.za/docs/history/manifesto21.html>.

Programme of Action 1949: Statement of Policy at the ANC Annual Conference, ANC Historical Documents, 2 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/progaet.html>

REDDY, Enuga Sreennivasulu: The Freedom Charter and the United Nations, unpublished paper, 1985, 9 pp.
<http://www.anc.org.za/un/reddy/fac-un.html>.

REDDY, Enuga Sreennivasulu: "Defiance Campaign in South Africa, Recalled", in Asian Times, 1987, London, 2 pp.
http://www.anc.org.za/ancdocs7history/struggles/defiance_recalled.html.

South African Coloured People's Congress, ANC Historical Documents, 2 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/congress/sacpc/index.html>

South African Indian Congress, ANC Historical Documents, 1 p.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history///congress/saic.html>.

Resolution Against the Natives Land Act 1913 and the Report of the Natives Land Commission, South African Native National Congress, 2 October 1916, ANC Historical Documents, 2 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/early/resolutions161002.html>.

The Demand of the Women of South Africa for the Withdrawal of Passes for Women and the Repeal of the Pass Laws, ANC Historical Documents, 2 pp.
<http://www.anc.org.za7ancdoc/history/women7petition560809.html>.

The National Party's Colour Policy, 1948, Internet Modern History Sourcebook, 3 pp.
<http://www.fordham.edu/halsall/mod/1948apartheid.html>

The Pan Africanist Congress (PAC) of Azania, PAC homepage, 4 pp.
<http://www.paca.org.za/panhist.htm>.

The Freedom Charter, adopted at the Congress of the People, Kliptown, 26 June 1955, ANC Historical Documents, 3 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/charter.html>

Three Doctors' Pact, Joint Declaration of Cooperation, by Dr. A. B. Xuma, President of the African National Congress, Dr. G. M. Naicker, President of the Natal Indian Congress, and Dr. Y. M. Dadoo, President of the Transvaal Indian Congress, March 9 1947, SACP homepage, 1 p.
<http://www.sacp.org.za/docs/history/dadoo-45.html>.

Unity in Action. A Short History of the African National Congress 1912-1982, ANC Historical Documents, 36 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/unity.html>

III CAPÍTULO

BEINART, William (1994): Twentieth Century South Africa, Oxford University Press, Oxford & New York, 293 pp.

BOWMAN, Larry W. (1982): "The Strategic Importance of South Africa to the United States: An Appraisal and Policy Analysis", in African Affairs, vol. 81, 323, April, The Royal African Society, London, pp. 159-191.

BUNTING, Brian (1969): The Rise of the South African Reich, Penguin African Library, Middlesex, 552 pp.

BYRNES, Rita (1996): South Africa Country Study, Federal Research Division of the Library of Congress of the EUA, policopiado, 213 pp.

CAMPOS, Armando de (1996): África do Sul: Potência Regional, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 595 pp.

COKER, Christopher (1985): NATO, The Warsaw Pact and Africa, Macmillan Press, London, 302 pp.

COKER, Christopher (1990): "South Africa and the Western Alliance, 1949-88: A History of Illusions", in Stephen Chan: Exporting Apartheid. Foreign Policies in Southern Africa, 1978-1988, MacMillan Publishers, London, pp. 249 – 266.

DAVENPORT, T.R.H. (1987): South Africa. A Modern History, Cambridge Commonwealth Series, MacMillan Press, London, 692 pp.

DAVENPORT, T.R.H. (1998): The Birth of a New South Africa, University of Toronto Press Incorporated, Toronto, 143 pp.

GASTROW, Shelagh (1995): Who's Who in South African Politics n°5, Ravan Press, Johannesburg, 319 pp.

HEARN, Roger (1999): UN Peacekeeping in Action. The Namibian Experience, Nova Science Publishers, Inc, New York, 272 pp.

IISS (1993): "South Africa", in The Military Balance, 1993-1994, International Institute for Strategic Studies, London, pp. 217 – 219.

KOCK, W. J. (1972): História da África do Sul, Ministério da Informação da África do Sul, Pretória, 64 pp.

LODGE, Tom (1995): "Soldiers of the Storm: A Profile of the Azanian People's Liberation Army", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 105-117.

MANDELA, Nelson Rolihlahla (1994): Long Walk to Freedom, Little, Brown & Company, London, 630 pp.

MOTUMI, Tsepe (1995): "The Spear of the Nation - The Recent History of Umkhonto we Sizwe (MK)", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defense Policy, Halfway House, pp. 84-104.

NYERERE, Julius K. (1977): "America and Southern Africa", in Foreign Affairs, vol. 55, n°4, July, Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp. 671-684.

PATTEE, Richard (1971): África do Sul, Vizinha de Portugal, Portugal na África Contemporânea, vol. I, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 654 pp.

POSEL, Deborah (1997): The Making of Apartheid, 1948-1961. Conflict and Compromise, Oxford Studies in African Affairs, Clarendon Paperbacks, Oxford, 295 pp.

SAMPSON, Anthony (2000): Mandela. The Authorised Biography, Harper Collins Publishers, London, 676 pp.

SASS, Bill (1995): "The Union and South African Defense Force-1912 to 1994", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defense Policy, Halfway House, pp. 118-139.

SHUBIN, Vladimir (1996): "The Soviet Union/Russian Federation's Relations with South Africa, with Special Reference to the Period since 1980", in African Affairs, vol. 95, n°378, Jan.1996, Royal African Society, London, Oxford University Press, pp. 5-30.

SCHUBIN, Vladimir (1999): ANC. A View From Moscow, Mayibuye History and Literature Series n° 88, University of the Western Cape, Belville, 434 pp.

SWAPO (1981): Nasce Uma Nação: A Luta de Libertação da Namíbia, Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, Zed Press, Londres, 395 pp.

UNITED NATIONS (1994): The United Nations and Apartheid, 1948-1994, The United Nations Blue Books Series, vol. I, Department of Public Information, New York, 565 pp.

WALDMEIR, Patti (1997): Anatomy of a Miracle. The End of Apartheid and the Birth of the New South Africa, Rutgers University Press, New Jersey, 289 pp.

WILLIAMS, Gwyneth & HACKLAND, Brian (1988): The Dictionary of Contemporary Politics of Southern Africa, Routledge, London, 339 pp.

WORDEN, Nigel (1994): The Making of Modern South Africa. Conquest, Segregation and Apartheid, Blackwell Publishers, Oxford & Cambridge, 166 pp.

TEED, Peter (1992): Dictionary of 20th Century History 1914-1990., Oxford University Press, 520 pp.

Fontes Retiradas da Internet.

BERNSTEIN, Lionel: Rivonia Telling as it Was, ANC Historical Documents, 1988, 4 pp.
<http://www.anc.org.za/anacdocs/history/trials/rivonia.html>

Biographie of Joe Modise, ANC Biographies, ANC Historical Documents, 2 pp.
<http://www.anc.org.za/anacdocs/history/people/modise/index.html>

Biographie of Joe Slovo, SACP Biographies, SACP homepage, 2 pp.
<http://www.sACP.org.za/biographies/slovo.html>

Carta da Organização das Nações Unidas, Capítulo XI, 2 pp.
<http://www.un.org/Overview/Chapter/chapter11.html>

History of the SACP, 1912-1990, SACP Historical Documents, 14 pp.
<http://www.sACP.org.za/docs/history/sACP>

KARIS, Thomas & GERHART, Gail M. Gerhart: Toward Robben Island. The Rivonia Trial, ANC Historical Documents, 1977, 17 pp.
http://www.anc.org.za/anacdocs/history/trials/toward_robben_island.html

LERUMO, A: Fifty Fighting Years. The Communist Party of South Africa 1921-1971, SACP Historical Documents, 50 pp.
<http://www.sACP.org.za/docs/history/fifty1.html>

MANDELA, Nelson: Black Man in a White Court, Mandela's First Court Statement, ANC Historical Documents, 1962, 26 pp.
<http://www.anc.org.za/anacdocs/history/mandela/1960s/nm6210.html>

MANDELA, Nelson: I am Prepared to Die, Statement from the Dock at the Opening of the Defence Case in the Rivonia Trial, 20/04/64, ANC Historical Documents, 15 pp.
<http://www.anc.org.za/anacdocs/history/mandela/1960's/rivonia.html>

Manifesto of the Umkhonto we Sizwe, Umkhonto we Sizwe Historical Documents, ANC Historical Documents, 2 pp.
<http://www.anc.org.za/anacdocs/history/manifesto-mk.html>

MK's History. 1961-1990, Umkhonto we Sizwe Documents, ANC Historical Documents, 14 pp.
<http://www.anc.org.za/anacdocs/history/mk/mk-history.html>

Operation Mayibuye, Underground Operations, ANC Historical Documents. 6 pp.
<http://www.anc.org.za/anacdocs/history/mk/mayibuye.html>

REDDY, Enuga Sreennivasulu: United Nations and Apartheid. A Cronology, ANC Historical Documents, 1994, 15 pp.
<http://www.anc.org.za/un/un-chron.html>

Unity in Action. A Short History of the African National Congress 1912-1982, ANC Historical Documents, 36 pp.

<http://www.anc.org.za/ancedocs/history/unity.html>

IV CAPÍTULO

ABRAHAMSSON, Hans & Nilsson, Anders (1994): Moçambique em Transição. Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o período 1974-1992, Peace and Development Research Institute Gothenburg University & Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais & Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo, 365 pp.

BARBER, James (1986): "South Africa: The Regional Setting", in World Today, nº1, London, pp. 8-12.

BIRMINGHAM, David (1992): Frontline Nationalism in Angola & Mozambique, James Currey Ltd. & Africa World Press, London & New Jersey, 121 pp.

BRANCO, Luís Castelo (1995): Das Razões Políticas da SADCC às Razões Económicas da SADC, edições da Universidade Lusíada, Lisboa, 167 pp.

BRANCO, Luís Castelo & ZEVEERINO, Guilherme (2002): Portugal na Missão de Observação Eleitoral da União Europeia no Zimbabwe, edições Universidade Lusíada, Lisboa, 147 pp.

BUNTING, Brian (1969): The Rise of the South African Reich, Penguin African Library, Middlesex, 552 pp.

BYRNES, Rita M. (1996): South Africa. Country Study, Federal Research Division, Library of Congress, Washington, policopiado, 213 pp.

CAMPOS, Armando de (1996): África do Sul: Potência Regional, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 595 pp.

CHAN, Stephen (1990): Exporting Apartheid: Foreign Policies in Southern Africa 1978-1988, Macmillan Publishers, Hong Kong, and 374 pp.

Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente (1983): Os Países da Linha da Frente, Comissão Nacional Portuguesa da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, Lisboa, 128 pp.

CROCKER, Chester A (1992): High Noon in Southern Africa - Making Peace in a Rough Neighborhood, W.W. Norton & Company, New York & London, 533 pp.

DAVENPORT, T.R.H. (1987): South Africa. A Modern History, Cambridge Commonwealth Series, MacMillan Press, London, 692 pp.

DAVIES, Robert (1990): "A Statistical Profile of the SADCC Countries in the 1980's", in Southern African Perspectives, A Working Paper Series - nº3, Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape, Belville, 16 pp.

DAVIES, Robert & O'MEARA, Dan (1990): "Total Strategy in Southern Africa. An Analysis of South African Regional Policy since 1978", in, Stephen Chan (ed.) Exporting Apartheid: Foreign Policies in Southern Africa 1978-1988, Macmillan Publishers, Hong Kong, pp. 179-219.

GELDENHUYS, Deon & VENTER, Denis (1979): Cooperação Regional na África Austral. Uma Constelação de Estados? Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 35 pp.

GELDENHUYS, Deon (1984): The Diplomacy of Isolation. South African Foreign Policy Making, St. Martin's Press, New York, 295 pp.

GUMEDE, António (1994): "Robert Gabriel Mugabe, o Estadista Ideal", in Revista ELO, nº18, Janeiro/Março, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, Lisboa, pp. 34-39.

GRUNDY, Kenneth W. (1988): The Militarization of South African Politics, Oxford University Press, Oxford, 152 pp.

HARGREAVES, J.D. (1988): "From Rhodesia to Zimbabwe", in Decolonization in Africa, Longman, London & New York, pp. 218-228.

HEITMAN, Helmoed-Romer & HANNON, Paul (1991): Modern African Wars (3) - South-West Africa, Men-At-Arms Series, Osprey Publishing Ltd, London, 47 pp.

JOHNSON, Phyllis & MARTIN, David (1989): Apartheid Terrorism. The Destabilization Report, The Commonwealth Secretariat & James Currey & Indiana University Press, London, 164 pp.

KLERK, F.W. de (1998): The Last Trek. A New Beginning, The Autobiography, Macmillan, London, 412 pp.

LIPTON, Merle (1986): Capitalism and Apartheid. South Africa, 1910-1986, Wildwood House, Hants, 472 pp.

LODGE, Tom (1995): "Soldiers of the Storm: A Profile of the Azanian People's Liberation Army", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 105-117.

MACQUEEN, Norrie (1997): The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire, Addison Wesley Longman Limited, London, 266 pp.

M'BOKOLO, Elikia (1985): "Le Tournant de 1974 et ses Conséquences", in L'Afrique au XX Siècle - Le Continent convoité, éditions du Seuil, Paris, pp. 311-325.

MANDELA, Nelson Rolihlahla (1994): Long Walk to Freedom, Little, Brown & Company, London, 630 pp.

MARCUM, John A. (1976):“Lessons of Angola”, in Foreign Affairs, vol. 54, nº3, April, Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp. 407-425.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia (1977):”Operation Carlota”, in New Left Review, nº101-102, New Left Review, London, pp. 123-127.

McMICHAEL, R. Daniel (1985):”Strategic Minerals”, in Conflicts Options Strategies in a Threatened World, Werner Kaltefleiter & Ulrike Schumacher (ed.), Institute of Political Science, Christian Albrechts University, Kiel, p. 27.

METZ, Steven (1986):”The Mozambique National Resistance and South African Foreign Policy”, in African Affairs, vol. 85, 341, October, The Royal African Society, London, pp. 491-507.

MILLS, Greg (2000): The Wired Model. South Africa, Foreign Policy and Globalisation, The South African Institute of International Affairs & Tafelberg Publishers Limited, Cape Town, 368 pp.

MINTER, William & SCHMIDT, Elizabeth (1988):”When Sanctions Worked: The Case of Rhodesia Examined”, in African Affairs, vol. 87, 347, April, The Royal African Society, London, pp. 207-237.

MUGABE, Robert G. (1987):”Struggle for Southern Africa”, in Foreign Affairs, vol. 66, nº2, winter, Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp. 311-327.

O'MEARA, Dan (1988): Destabilisation of the Frontline States of Southern Africa, Background Paper nº20 June, Canadian Institute for International Peace and Security, Ottawa, 8 pp.

PATTEE, Richard (1971): África do Sul, Vizinha de Portugal, Portugal na África Contemporânea, vol. I, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 654 pp.

POTTINGER, Brian (1989):”The Botha Era: An End or a Beginning?”, in South Africa. Twelve Perspectives on the Transition, edited by Helen Kitchen & J. Coleman Kitchen, The Washington Papers nº165, The Centre for Strategic and International Studies, Washington D.C., Praeger, pp.13-27.

PRICE, Robert M. (1984):“Pretoria’s Southern Africa Strategy”, in African Affairs, vol. 83, 330, January, The Royal African Society, London, pp. 11-32.

PROENÇA, Fátima (1987):“O *Apartheid* de Todos os Dias”, in Terra Solidária, nº 10, Novembro/Dezembro, CIDAC, Lisboa, pp. 31-34.

RALHA, Leonardo (2001):“Revolucionário antes de Castro”, in O Independente, 17 de Agosto, nº 692, 1 p.

SADCC (1980): Southern Africa: Toward Economic Liberation, SADCC, Lusaka, policopiado, 10 pp.

SALGUEIRO, João (1991): "Acordo de Nkomati: Antecedentes do Entendimento", in África Austral - O Desafio do Futuro: Integração Nacional e Integração Regional, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp. 39-48.

SASS, Bill (1995): "The Union and South African Defence Force-1912 to 1994", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 118-139.

SHUBIN, Vladimir (1999): ANC. A View From Moscow, Mayibuye History and Literature Series n° 88, University of the Western Cape, Belville, 434 pp.

SMILEY, Xan (1980): "Zimbabwe, Southern Africa and the Rise of Robert Mugabe", in Foreign Affairs, vol. 58 n°5, Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp. 1060-1083.

SMITH, Ian (1997): The Great Betrayal. The Memoirs of Africa's Most Controversial Leader, Blake Publishing Ltd., London, 418 pp.

SPARKS, Allister (1995): Tomorrow is Another Country - The Inside Story of South Africa Road to Change, Hill & Wang, New York, 254 pp.

ST. JORRE, John de (1976): "Inside the Laager: White Power in South Africa", in Foreign Affairs, vol. 55, n°1, October, Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp. 169-186.

STIFF, Peter (2000): Cry Zimbabwe. Independence – Twenty Years On, Galago Publishing, Cape Town, 496 pp.

STULTZ, Newell M. (1987): "The Apartheid Issue at The General Assembly: Stalemate or Gathering Storm?", in African Affairs, vol. 86, 342, January, The Royal African Society, London, pp. 25-45.

TAIBO, Pablo Ignacio & ESCOBAR, Froilán & GUERRA, Félix (1995): O Ano em que Estivemos em Parte Nenhuma. A Guerrilha Africana de Ernesto Che Guevara, Campo de Letras, Porto, 238 pp.

TAMARKIN, M. (1990): The Making of Zimbabwe, Decolonization in Regional and International Politics, Frank Cass & Co. Ltd., London, 362 pp.

TURNER, John W. (1998): Continent Ablaze. The Insurgency Wars in Africa, 1960 to the Present, Jonathan Ball Publishers, Johannesburg, 280 pp.

WALDMEIR, Patti (1997): Anatomy of a Miracle. The End of Apartheid and the Birth of the New South Africa, Rutgers University Press, New Jersey, 289 pp.

WILLIAMS, Gwyneth & HACKLAND, Brian (1988): The Dictionary of Contemporary Politics of Southern Africa, Routledge, London, 339 pp.

WORDEN, Nigel (1994): The Making of Modern South Africa: Conquest, Segregation and Apartheid, Blackwell, Norwich, 166 pp.

WORLD BANK (1989): "Costs of Conflict and Destabilisation in Southern Africa", in Sub-Saharan Africa. From Crises to Sustainable Growth. A Long Term Perspective Study, World Bank, Washington, p. 23.

Fontes Retiradas da Internet

AWEPA (1981): Declaration of the Conference of West European Parliamentarians on an Oil Embargo against South Africa, Brussels, 30-31 January, ANC Historical Documents, 3 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/boycotts/brussels.html>

COSATU. A Giant Has Risen, in The Shopsteward, vol.4 nº 6, December 1995, 3 pp.
<http://www.cosatu.org.za/shop/ss0406-2.html>

COSATU. Years of Forging Unity, in The Shopsteward, vol.4 nº 6, December 1995, 4 pp.
<http://www.cosatu.org.za/shop/ss0406-5.html>

International Convention Against Apartheid in Sports, United Nations General Assembly Resolution 40/64, 10 December 1985, ANC Historical Documents, 5 pp.
<http://www.anc.org.za/un/unsports.htm>

REDDY, Enuga Sreennivasulu: Free Nelson Mandela. An Account of the Campaign to Free Nelson Mandela and All Other Political Prisoners in South Africa, ANC Historical Documents, 1988, 13 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/campaigns/prisoner.html>

Resolução 38/11 de 15 de Novembro de 1983 da Assembleia Geral da ONU, ANC Historical Documents, 1 p.
<http://www.anc.org.za/un/undocs2b.html-105>

TAMBO, Oliver: Letter to Ayatollah Khomeini, Oliver Tambo Page, ANC Historical Documents, 1979, 1 p.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/or/or/79-5.html>.

TAMBO, Oliver: There Can Be no Peace or Stability in Southern Africa Without the Destruction of Apartheid, UNESCO, Paris, May 25 1981, Oliver Tambo Page, ANC Historical Documents, 2 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/or/or81-5a.html>

TAMBO, Oliver: Response to PW Botha's Rubicon Speech, ANC Press Statement, Oliver Tambo Page, ANC Historical Documents, 1985, 2 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/pr/1980s/pr850816.html>

TAMBO, Oliver: Render South Africa Ungovernable!, Message of The National Executive Committee of the African National Congress on the 73 Anniversary of the ANC, January 8 1985, Oliver Tambo Page, ANC Historical Documents, 6 pp.

<http://www.anc.org.za/ancedocs/history/or/or85-1.html>

We Are All Revolutionaries, Internationalists and Africans, II National Consultative Conference of the ANC, ANC Historical Documents, 3 pp.

<http://www.anc.org.za/ancedocs/history/conf/kab.html>

V CAPÍTULO

ABRAHAM, Garth & PELET, Caroline de (1997): "South Africa and Regional Integration: SACU, SADC and COMESA", in South African Yearbook of International Affairs 1997, The South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, Johannesburg, pp. 130-147.

AFRICAN-EUROPEAN INSTITUTE (1995): Consolidation of Democracy in Namibia. AWEPA Electoral Observer Mission, African-European Institute, Amsterdam, 56 pp.

AWEPA & CIIR (1987): O Futuro da África Austral: O Papel da Europa, AWEPA, Haia, 55 pp.

BARRATT, John (1976): "Southern Africa: a South African View", in Foreign Affairs, vol. 55, nº1, October, Council on Foreign Affairs, Inc., New York, pp. 147-168.

BARRAT, John (1994): "Changes in Regional Policy of South Africa", in The New Regional Foreign Policy of South Africa, John Barrat & Anthoni van Nieuwkerk & Erich Leistner & Koji Hayashi, Institute of Developing Economies, Joint Research Programmes series nº107, Tokyo, pp.1-23.

BRADLEY, Catherine (1996): Causes and Consequences of the End of Apartheid, Raintree Steck-Vaughn Publishers, Austin, 79 pp.

BRANCO, Luís Castelo (1995): Das Razões Políticas da SADCC às Razões Económicas da SADC, edições da Universidade Lusíada, Lisboa, 167 pp.

CAMPOS, Armando de (1996): África do Sul: Potência Regional, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 595 pp.

CARDOSO, Fernando Jorge (1993): "A Metamorfose das Relações Regionais", in Estratégia - Revista de Estudos Internacionais, nº10/11, Inverno, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp. 121-132.

CRAVINHO, João Gomes (1990): "O Debate Sobre as Sanções", in Terra Solidária, nº 22/23, Maio/Agosto, CIDAC, Lisboa, pp. 11-16.

CROCKER, Chester A (1992): High Noon in Southern Africa - Making Peace in a Rough Neighborhood, W.W. Norton & Company, New York & London, 533 pp.

DREYER, Ronald (1984): "Dispute over Walvis Bay: Origins and Implications for Namibian Independence", in African Affairs, vol. 83, 333, October, The Royal African Society, London, pp. 497-510.

GELDENHUYS, Deon (1984): The Diplomacy of Isolation. South African Foreign Policy Making, St. Martin's Press, New York, 295 pp.

GELDENHUYS, Deon (1990): Isolated States: A Comparative Analysis, Cambridge Studies in International Relations n°15, Cambridge University Press, Cambridge, 764 pp.

GRUNDY, Kenneth W. (1988): The Militarization of South African Politics, Oxford University Press, Oxford, 152 pp.

HEARN, Roger (1999): UN Peacekeeping in Action. The Namibian Experience, Nova Science Publishers, Inc, New York, 272 pp.

HEITMAN, Helmoed-Romer & HANNON, Paul (1991): Modern African Wars (3) - South-West Africa, Men-At-Arms Series, Osprey Publishing Ltd, London, 47 pp.

HENWOOD, Roland (1997): "South Africa's Foreign Policy: Principles and Problems", Fairy God-Mother, Hegemon or Partner? In Search of a South African Foreign Policy, Institute for Security Studies, Monograph Series n°13, edited by Hussein Solomon, Johannesburg, pp.3-18.

KLERK, F.W. de (1998): The Last Trek. A New Beginning, The Autobiography, Macmillan, London, 412 pp.

KNIGHT, Richard (1990): "Sanctions, Desinvestment and U.S. Corporations in South Africa", in Towards Negotiations - What Role for Sanctions?, International Workshop on Sanctions, 8/11 March, Oslo, p. 72.

LIBERMAN, Peter (2001): "The Rise and Fall of the South African Bomb", in International Security, Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard University, pp. 45-86.

MILLS, Greg (2000): The Wired Model. South Africa, Foreign Policy and Globalisation, The South African Institute of International Affairs & Tafelberg Publishers Limited, Cape Town, 368 pp.

PAVIA, José Francisco (2000): Economia e Política. Moçambique e as Instituições de Bretton Woods, Ciências Sociais e Políticas, Vega, Lisboa, 136 pp.

PITSWANE, Johnny (1992): "Namibia. Changelles of the First Decade", in Southern Africa at the Crossroads?, edited by Larry Benjamin & Christopher Gregory, Justified Press, Rivonia, pp. 105-125.

POTGIETER, P.J.J.S. (1991): "The Resolution 435: Election in Namibia", in Politikon - South Africa Journal of Political Science, vol. 18, n°2, pp. 26-48.

POTTINGER, Brian (1989): "The Botha Era: An End or a Beginning?", in South Africa. Twelve Perspectives on the Transition, edited by Helen Kitchen & J. Coleman Kitchen. The Washington Papers n°165, the Centre for Strategic and International Studies, Washington D.C., Praeger, pp.13-27.

PRICE, Robert M. (1984): "Pretoria's Southern Africa Strategy", in African Affairs, vol. 83, 330, January, The Royal African Society, London, pp. 11-32.

SAINT-PAUL, Marc Aicardi de (1994): "L'Enclave de Walvis Bay Devient Namibienne", in Afrique Contemporaine, Abril/Junho, Paris, pp. 37-40.

SASS, Bill (1995): "The Union and South African Defense Force-1912 to 1994", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defense Policy, Halfway House, pp. 118-139.

SCHOEMAN, Elna (1993): South Africa's Foreign Relations in Transition 1985-1992. A Chronology, Bibliographical Series n° 24, South Africa Institute of International Affairs, 666 pp.

SIDAWAY, James & GIBB, Richard (1998): "SADC, COMESA, SACU: Contradictory Formats for Regional Integration in Southern Africa?", in South Africa in Southern Africa. Reconfiguring the Region, edited by David Simon, James Currey, Ohio & David Phillips, Oxford, Athens & Cape Town, pp. 164-186.

SIMON, David (1998): "Desert Enclave to Regional Gateway? Walvis Bay's Reintegration in Namibia", in South Africa in Southern Africa. Reconfiguring the Region, edited by David Simon, James Currey, Ohio & David Phillips, Oxford, Athens & Cape Town, pp. 103-128.

SOLE, Donald (1994): "South African Foreign Policy Assumptions and Objectives from Hertzog to de Klerk", in The South African Journal of International Affairs, vol.2 n°1, summer 1994, South African Institute of International Affairs, Johannesburg, pp. 104-113.

ONU (1995): Carta das Nações Unidas e Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, Departamento de Informação Pública, Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal, 98 pp.

SOUTHALL, Roger (s/d): South Africa in Africa: Foreign Policy Making During the Apartheid Era, policopiado, 34 pp.

STULTZ, Newell M. (1987): "The Apartheid Issue at The General Assembly: Stalemate or Gathering Storm?", in African Affairs, vol. 86, 342, January, The Royal African Society, London, pp. 25-45.

SWAPO (1981): Nasce Uma Nação: A Luta de Libertação da Namíbia, Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, Zed Press, Londres, 395 pp.

TURNER, John W. (1998): Continent Ablaze. The Insurgency Wars in Africa, 1960 to the Present, Jonathan Ball Publishers, Johannesburg, 280 pp.

UNITED NATIONS (1994): The United Nations and Apartheid, 1948-1994, The United Nations Blue Books Series, vol. I, Department of Public Information, New York, 565 pp.

VILIERIS, J.W. De, JARDINE, Roger & REISS, Mitchell (1993): "Why South Africa Gave Up the Bomb", in Foreign Affairs, vol. 72, n°5, November/December, pp. 98-109.

WILLIAMS, Gwyneth & HACKLAND, Brian (1988): The Dictionary of Contemporary Politics of Southern Africa, Routledge, London, 339 pp.

Fontes Retiradas da Internet

International Convention Against Apartheid in Sports, General Assembly Resolution 40/64, 10 December 1985, ANC Historical Documents, 5 pp.
<http://www.anc.org.za/un/unsports.htm>

REDDY, Enuga Sreennivasulu: United Nations and Apartheid. A Cronology, ANC Historical Documents, 1994, 15 pp.
<http://www.anc.org.za/un/un-chron.html>

Resolução 3068 de 30 de Novembro de 1973 da Assembleia Geral da ONU, International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid, 5 pp.-
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/udf/udf830801.html>

Resolução 32/105 B de 14 de Dezembro de 1977 da Assembleia Geral da ONU, 2 pp.
<http://www.un.org/documents/ga/res/32/ares32r105.pdf>

Resolução 36/172 B de 17 de Dezembro de 1981 da Assembleia Geral da ONU, 14 pp.
<http://www.un.org/documents/ga/res/36/a36r172.htm>

Resolução 435 de 29 de Setembro de 1978 do Conselho de Segurança da ONU, 1 p.
<http://www.un.org/documents/sc/res/1978/78r435e.pdf>

Resolução 432 de 27 de Julho de 1978 do Conselho de Segurança da ONU, 1 p.
<http://www.un.org/documents/sc/res/1978/78r432e.pdf>

United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM), 1 p.
<http://www.un.org/depts/dpko/Missions///unavem1/unavemi.htm>

United Nations Transition Assistance Group (UNTAG), 1 p.
http://www.un.org///depts/dpko/co_mission/untag.htm

VI CAPÍTULO

ADAM, Heribert & MOODLEY, Kogila (1993): The Negotiated Revolution. Society and Politics in Post-Apartheid South Africa, Jonathan Ball Publishers, Johannesburg, 257 pp.

ANC (1994): The Reconstruction and Development Programme. A Policy Framework, Umanyano Publications, Johannesburg, 147 pp.

ANGLIN, Douglas G. (1995): "International Monitoring of the Transition to Democracy in South Africa, 1992-1994", in African Affairs, vol. 94, nº377, October, pp. 519-543.

BARBER, James (1994): Forging the New South Africa, The Royal Institute of International Affairs, Discussion Paper nº 52, London, Royal Institute of International Affairs, 57 pp.

BENJAMIN, Larry (1992): "Southern Africa: The Moment of Truth", in Southern Africa at the Crossroads?, edited by Larry Benjamin & Christopher Gregory, Justified Press, Rivonia, pp.1-19.

BLUMENFELD, Jesmond (1992): "The International Dimension", in Wealth or Poverty? Critical Choices for South Africa, Robert Schrire, Oxford University Press, Capetown, pp. 59-76.

BRADLEY, Catherine (1996): Causes and Consequences of the End of Apartheid, Raintree Steck-Vaughn Publishers, Austin, 79 pp.

BRANCO, Luís Castelo (2001): "O Processo de Transição na África do Sul (1989-1994)", in Revista de Relações Internacionais, nova série nº 1, Universidade Lusíada, Lisboa, pp. 111-128.

BRANCO, Luís Castelo & ZEVEIRINO, Guilherme (2002): Portugal na Missão de Observação Eleitoral da União Europeia no Zimbabwe, edições Universidade Lusíada, Lisboa, 147 pp.

BROEK, Mark H. van den (1994): "South Africa, Southern Africa and the Southern African Development Community: Contemplating the Future", in Politeia vol.13 nº1, pp. 51-61.

BRUNIN, Dominique (1994): "As Eleições Multirraciais na África do Sul e Perspectivas Económicas para o Futuro", in Marchés Tropicaux et Méditerranéens, nº2530, 6 de Maio, Moreaux S.A., Paris, pp. 900-904.

BUTHELEZI, Mangosothu (1994): "A Crossroad in South Africa History and Western Policies", in The Brown Journal of World Affairs, vol. II, Issue I, Winter 1994. Brown University, USA, pp. 231-239.

BYRNES, Rita M. (1996): South Africa. Country Study, Federal Research Division, Library of Congress, Washington, policopiado, 213 pp.

COETZEE, Jan K. (1993): South Africa's Transition in a Broader Context: Some Initial Notes, policopiado, pp. 10-15.

COMISSÃO das COMUNIDADES EUROPEIAS (1999): Comunicação da Comissão sobre a Assistência e Observação Eleitorais da UE, Bruxelas, policopiado, 52 pp.

CAMPOS, Armando de (1996): África do Sul: Potência Regional, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 595 pp.

COMMONWEALTH (1994): The End of Apartheid. The Report of the Commonwealth Observer Group to the South Africa Elections, 26-29 April 1994, Commonwealth Secretariat, London, 124 pp.

Constitution of the Republic of South Africa 1993, Government Gazette, n°15466, 28/01/1994, 227 pp.

COOPER, David (1992): "Re-forming the Land Question", in Wealth or Poverty? Critical Choices for South Africa, Robert Schrire, Oxford University Press, Capetown, pp. 405-419.

COOPER, Saths (1994): "The PAC and AZAPO", in Election '94 South Africa. The Campaigns, Results and Future Prospects, edited by Andrew Reynolds, St. Martin's Press, New York, pp. 117-120.

CROUZEL, Ivan (1996): "Le Vote et la Négociation: La Démocratisation du Régime Sud-Africain", in Hérodote - Revue de Géographie et de Géopolitique, n° 82/83, Paris, pp. 17-29.

D'A HENDERSON, Robert (1995): "South African Intelligence under De Klerk", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 140-171.

DARBON, Dominique (1996): "L'institutionnalisation du Miracle Sud-Africain", in Hérodote - Revue de Géographie et de Géopolitique, n° 82/83, Paris, pp. 113-129.

DAVENPORT, T.R.H. (1998): The Birth of a New South Africa, University of Toronto Press Incorporated, Toronto, 143 pp.

DAVENPORT, T.R.H. (1998): The Transfer of Power in South Africa, David Philip Publishers, Cape Town, 145 pp.

DEEGAN, Heather (1999): South Africa Reborn. Building a New Democracy, UCL Press, London, 225 pp.

FRIEDMAN, Steven & ATKINSON, Doreen (1994): The Small Miracle. South Africa's Negotiated Settlement, Ravan Press, Johannesburg, 337 pp.

FRIEDMAN, Steven & MAKUMBE, John (1995): "Political Parties and Democracy. From Freedom Fighters to the Seats of Power", in Southern Africa after Elections: Towards a Culture of Democracy, Carrie Marias, Peter H. Katjavivi & Arnold Wehmhorner (eds), Friedrich-Ebert-Stiftung, University of Namibia, Unesco, Gamsberg Macmillan Publishers, Windhoek, pp.17-42.

GASTROW, Shelagh (1995): Who's Who in South African Politics n°5, Ravan Press, Johannesburg, 319 pp.

GINSBURG, David (1996): "The Democratisation of South Africa: Transition Theory Tested", in Transformation n°29, pp. 74-102.

GREEN, Pippa & Peter Wilhelm (1993): "Why the Centre Can Hold", in Leadership vol.12.n°5, 1993, Churcill Murray Publications, Cape Town, pp. 11-16.

GREEN, Pippa (1994): "Getting to Know the General", in Leadership vol.13 n°1, Churcill Murray Publications, Cape Town, pp. 9-20.

GILIOMEE, Hermann (1994): "The National Party's Campaign for a Liberation Election", in Election '94 South Africa. The Campaigns, Results and Future Prospects, edited by Andrew Reynolds, St. Martin's Press, New York, pp. 43-72.

GOELKE, Adrian (1999): South Africa in Transition. The Misunderstood Miracle, I.B. Tauris Publishers, London & New York, 211 pp.

GOUDIE, Andrew & NEYAPTI, BILIN (1999): Conflict and Growth in Africa, vol. 3 – Southern Africa, Development Centre Studies, OCDE, Paris, 188 pp.

HABIB, Adam (1995): "The Transition to Democracy in South Africa: Developing a Dynamic Model", in Transformation n°27, pp. 50-73.

HAMILL, James & SPENCE J.E. (1994): "South Africa's Watershed Election", in The World Today vol.50 n°7 July, The Royal Institute of International Affairs, London, pp. 128-132.

HAMILTON, Georgina & MARÉ, Gerhard (1994): "The Inkhata Freedom Party", in Election '94 South Africa. The Campaigns, Results and Future Prospects, edited by Andrew Reynolds, St.Martin's Press, New York, pp. 73-88.

JAMES, Wilmot & CALIGUIRE, Daria (1996): "Renewing Civil Society", in Journal of Democracy, vol.7 n°1 January, Johns Hopkins University Press, Baltimore, pp. 57-66.

KILOH, Margaret (1997): "South Africa: Democracy Delayed", in Democratisation, edited by David Potter, David Goldblatt, Margaret Kiloh & Paul Lewis, Polity Press in association with the Open University, Cambridge, pp. 294-320.

KLERK, Michael de (1992): "Addressing Land Hunger", in Wealth or Poverty? Critical Choices for South Africa, Robert Schrire, Oxford University Press, Capetown, pp. 376-404.

KLERK, F.W. de (1998): The Last Trek. A New Beginning, The Autobiography, Macmillan, London, 412 pp.

LAMOLA, John (1996): "Peacemaking and Social Change in South Africa", in Peacemaking and Democratisation in Africa: Theoretical Perspectives and Church Initiatives, edited by Hizkias Assefa and George Wachira, East African Educational Publishers, Nairobi-Kampala, pp. 179-191.

LIJPHART, Arend (1994): "Prospects for Power Sharing in the New South Africa", in Election '94 South Africa. The Campaigns, Results and Future Prospects, edited by Andrew Reynolds, St.Martin's Press, New York, pp. 221-232.

LODGE, Tom (1995): "The South African General Election, April 1994: Results, Analysis and Implications", in African Affairs, vol. 94, n°377, October, Royal African Society, London, Oxford University Press, pp. 471-500.

LODGE, Tom (1994): "The African National Congress and its Allies", in Election '94 South Africa. The Campaigns, Results and Future Prospects, edited by Andrew Reynolds, St.Martin's Press, New York, pp. 23-42.

LURSSSEN, Neil (1993): "South Africa: In from the Cold. With Sanctions Lifted will Investors Return?", in The International Economy, Magazine of the G-7 Council, November/December, The International Economy Publications, Washington, pp. 55-58.

MACOZOMA, Saki (1994): "The ANC and the Transformation of South Africa", in The Brown Journal of World Affairs, vol. II, Issue I, Winter, Brown University, USA, pp. 241-248.

MANDELA, Nelson Rolihlahla (1994): Long Walk to Freedom, Little, Brown & Company, London, 630 pp.

MAPHAI, Vincent T. (1996): "A Season for Power-Sharing", in Journal of Democracy, vol.7 n°1 January, Johns Hopkins University Press, Baltimore, pp. 67-81.

MARAIS, Maj Maynard (1994): "Southern Africa's Prospects- Stability or Chaos?", in Africa Defence Review, n°16, Institute for Defence Policy, Pretoria, pp. 25-36.

MARCHÉS TROPICAUX (1993): "Special Afrique du Sud", in Marchés Tropicaux et Méditerranéens, n° 2476, Moreaux S.A., Paris, pp. 1052-1067.

MARRERO, Secundino González (1997): Sudáfrica. Cambios Constitucionales y Poder Compartido, Congreso de la Asociación Española de Ciencia Política, Universidad Complutense de Madrid, policopiado, 35 pp.

MATTES; Robert (1994): "The Road to Democracy: From 2 February 1990 to 27 April 1994", in Election '94 South Africa. The Campaigns, Results and Future Prospects, edited by Andrew Reynolds, St. Martin's Press, New York, pp. 1-22.

MATTES, Robert (1995): The Election Book. Judgement and Choice in South Africa's 1994 Election, IDASA Public Information Center, CapeTown, 150 pp.

McDONALD, Steven (1990): "Why Racial Reconciliation is Possible in South Africa", in South Africa. Twelve Perspectives on the Transition, edited by Helen Kitchen & J. Coleman Kitchen, The Washington Papers n°165, the Center for Strategic and International Studies, Washigton D.C., Praeger, pp.1-12.

MOTALA, Ziyad & RAMAPHOSA, Cyril (2002): Constitutional Law. Analysis and Cases, Oxford University Press, Oxford, 438 pp.

MOTUMI, Tsepe (1995): "The Spear of the Nation - The Recent History of Umkhonto we Sizwe (MK)", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 84-104.

MUTUA, Makau wa (1994): "Southern Africa: From Regional Conflict to Internal Reconstruction", in The Brown Journal of World Affairs, vol. II, Issue I, Winter, Brown University, USA, pp. 179-187.

NATTRASS, Nicoli (1992): "The ANC's Economic Policy: A Critical Perspective", in Wealth or Poverty? Critical Choices for South Africa, Robert Schrire, Oxford University Press, Capetown, pp. 623-634.

NEL, Philip (1995): "Transition Through Erosion: Comparing South Africa's Democratisation", in Aussen Politik vol.46 n°1, Interpress verlag GmbH, Hamburg, pp. 83-93.

NEOCOSMOS, Michael & SUTTNER, Raymond & TAYLOR, Ian (2002): Political Cultures in Democratic South Africa, Nordiska Afrikainstitutet, discussion paper 19, Uppsala, 52 pp.

OHLSON, Thomas & STEDMAN, Stephen John (1991): "Trick or Treat? The End Of Bipolarity and Conflict Resolution in Southern Africa", in Southern African Perspectives, A Working Paper Series, Center for Southern African Studies, University of the Western Cape, Bellville, 30 pp.

OSAGHAE, Eghosa E. (1996): "The Global and Regional Contexts of South Africa's Democratic Transition", in Politikon – South Africa Journal of Political Science, vol.223 n°2, pp. 36-53.

OTTAWAY, Marina (1990): "The ANC: From Symbol to Political Party", in South Africa. Twelve Perspectives on the Transition, edited by Helen Kitchen & J. Coleman Kitchen, The Washington Papers n°165, the Center for Strategic and International Studies, Washigton D.C., Praeger, pp. 28-48.

OTTOWAY, Marina (1992): "The March 1992 Referendum", in South Africa. Twelve Perspectives on the Transition, edited by Helen Kitchen & J. Coleman Kitchen, The Washington Papers n°165, the Center for Strategic and International Studies, Washigton D.C., Praeger, pp.119-134.

OTTAWAY, Marina (1993): South Africa. The Struggle for a New Order, The Brookings Institution, Washington D.C., 250 pp.

OTTAWAY, Marina (1994): Democratisation and Ethnic Nationalism: African and Eastern European Experiences, Overseas Development Council, Policy Essay n°14, Washington D.C., 85 pp.

PITTA, Robert & FANNELL, Jeff & McCOUAIG, Simon (1993): South African Special Forces, Elite Series n°47, Osprey Military, Osprey Publishing Ltd., 64 pp.

POGROUND, Benjamin (1994): "South Africa Goes to the Polls", in Election '94 South Africa. The Campaigns, Results and Future Prospects, edited by Andrew Reynolds, St. Martin's Press, New York, pp. 159-181.

PORTEILLA, Raphael (1996): "Le Processus de Recomposition de l'État Sud-Africain et l'Empreinte des Bantoustans", in Hérodote – Revue de Géographie et de Géopolitique, n° 82/83, Paris, pp. 79-112.

REICHARDT, Markus & CILLIERS, Jakkie (1995): "The History of The Homelands", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 63-83.

REICHARDT, Markus & CILLIERS, Jakkie (1995): "Swords and Business: The Past and Future of the South African Defence Industry", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 251-270.

REYNOLDS, Andrew (1994): "The Results", in Election '94 South Africa. The Campaigns, Results and Future Prospects, edited by Andrew Reynolds, St. Martin's Press, New York, pp. 182-220.

ROOYEN, Johann van (1994): "The White Right", in Election '94 South Africa. The Campaigns, Results and Future Prospects, edited by Andrew Reynolds, St. Martin's Press, New York, pp. 89-106.

RSA Policy Review (1991): Negotiations Become a Reality, vol.4 n°1, January/February, 63 pp.

SAMPSON, Anthony (2000): Mandela. The Authorised Biography, Harper Collins Publishers, London, 676 pp.

SARAKINSKY, Ivor (1992): "South Africa. Changing Politics and the Politics of Change", in Southern Africa at the Crossroads?, edited by Larry Benjamin & Christopher Gregory, Justified Press, Rivonia, pp. 125-161.

SCHNEIDMAN, Witney W. (1994): "South Africa: Will the Consensus Last?", in The Brown Journal of World Affairs, vol. II, Issue I, Winter, Brown University, pp. 213-219.

SERFONTEIN, Hennie (1989): "Kobie's Months of Secret Mandela Meetings", in Weekly Mail & Guardian, 4/08/89, 3 pp.

SETHANTSHO, Peba Rat S. (1995): "Fig Leaves or Guardians of Democracy: The Role of Opposition Parties", in Southern Africa after Elections: Towards a Culture of Democracy, Carrie Marias, Peter H. Katjavivi & Arnold Wehmhorner (eds.), Friedrich-Ebert- Stiftung, University of Namibia, Unesco, Gamsberg Macmillan Publishers, Windhoek, pp. 43-53.

SHAW, Mark (1995): "Negotiating Defence for a New South Africa", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 9-34.

SHUBIN, Vladimir (1999): ANC. A View From Moscow, Mayibuye History and Literature Series n° 88, University of the Western Cape, Belville, 434 pp.

SISK, Timothy D. (1994): "Perspectives on South Africa's Transition: Implications for Democratic Consolidation", in Politikon - South Africa Journal of Political Science, vol.21 n°1, pp. 66-73.

SISK, Timothy D. (1994): "US Perspective of South Africa's Africa 1994 Election", in Election '94 South Africa. The Campaigns, Results and Future Prospects, edited by Andrew Reynolds, St. Martin's Press, New York, pp. 144-158.

SISK, Timothy D. (1995): Democratization in South Africa. The Elusive Social Contract, Princeton University Press, New Jersey, 342 pp.

SLABBERT, Frederik van Zyl (1992): "Why South Africa's Transition is Unique", in South Africa. Twelve Perspectives on the Transition, edited by Helen Kitchen & J. Coleman Kitchen, The Washington Papers n°165, the Center for Strategic and International Studies, Washington D.C., Praeger, pp. 107-118.

SPARKS, Allister (1995): Tomorrow is Another Country - The Inside Story of South Africa Road to Change, Hill & Wang, New York, 254 pp.

SPICER, Michael & Reichardt, Markus (1992): "Southern Africa: The International Community and Economic Development in the 1990's", in Southern Africa at the Crossroads?, edited by Larry Benjamin & Christopher Gregory, Justified Press, Rivonia, pp. 255-280.

TESSENDORF, Harold (1996): "The National Peace Accord in South Africa's Political Transition", in Foreign Affairs, vol. 72, n°5, November/December 1993, pp. 79-96.

THOMPSON, Lisa (1992): "Southern Africa, Regional Institutions and Dynamics", in Southern Africa at the Crossroads?, edited by Larry Benjamin & Christopher Gregory, Justified Press, Rivonia, pp. 227-255.

TJONNELAND, Elling Njal & VRAALSEN, Tom (1996): "Towards Common Security in Southern Africa: Regional Co-operation after Apartheid", in South Africa & Africa Within or

Apart2, African Center for Development and Strategic Studies, Adebayo Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London and New Jersey, pp. 193-214.

TORRES, Adelino (1991): "A África Austral Contemporânea na Hora das Mutações", in África Austral - O Desafio do Futuro: Integração Nacional e Integração Regional, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp. 49-72.

TRUTH and Reconciliation Commission (1997): Political Violence in the Era of Negotiations and Transition, 1990-1994, TRC vol. III, policopiado, 97 pp.

UNITED NATIONS (1994): The United Nations and Apartheid, 1948-1994, The United Nations Blue Books Series, vol. I, Department of Public Information, New York, 565 pp.

WALDMEIR, Patti (1997): Anatomy of a Miracle. The End of Apartheid and the Birth of the New South Africa, Rutgers University Press, New Jersey, 289 pp.

WEILAND, Heribert (1995): "Democratisation in Africa: Problems and Perspectives", in Southern Africa after Elections: Towards a Culture of Democracy, edited by Carrie Marias, Peter H. Katjavivi & Arnold Wehmhorner, Friedrich-Ebert- Stiftung, University of Namibia, Unesco, Gamsberg Macmillan Publishers, Windhoek, pp. 5-16.

WELSH, David (1994): "The Democratic Party", in Election '94 South Africa. The Campaigns, Results and Future Prospects, edited by Andrew Reynolds, St. Martin's Press, New York, pp. 107-116.

WELSH, David (1994): "South Africa's Democratic Transition", in The Brown Journal of World Affairs, vol. II, Issue I, Winter, Brown University, pp. 221-229.

WILLIAMS, Vincent (1994): Forms of Transition to Democracy: A South African Case Study, Institute for Democracy in South Africa (IDASA) & Queens University, Cape Town & Kingston, policopiado, 13 pp.

Fontes Retiradas da Internet

A Document to Create a Climate of Understanding. A Document forwarded by Nelson Mandela to FW de Klerk on 12 December 1989, ANC Historical Documents 3 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/nm891212.html>

ACDP History, ACDP homepage, 2 pp.
<http://www.acdp.org.za/>

ANC and Government Delegations Meet, ANC Department of Information and Publicity. ANC Historical Documents, 1 p.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/pr/1991/pr0215.html>

Address by the State President, Mr. FW De Klerk at the opening of the second session of the ninth Parliament of the Republic of South Africa, Cape Town, 2 February 1990. The FW De Klerk Foundation, 12 pp.

<http://www.fwdklerk.org.za/archives/900202.htm>

BRUMMER, Stefaans: "De Klerk Knew of the Third Force", in Mail & Guardian, 17/01/97, 3 pp.

<http://www.archive.mg.co.za/MGArchive/Frameset.asp?Src=Adv>

Declaration of the OAU. Ad-hoc Committee on Southern Africa on the Question of South Africa, Harare, Zimbabwe, 21 August 1989. ANC Historical Documents, 3 pp.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/transition/harare.html>

Democratic Party homepage.

<http://www.da.org.za/DA/site/eng/default.htm>

Groote Schuur Minute, ANC Historical Documents, 8 pp.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/transition/minutes.html>.

History of the IFP, IFP homepage, 14 pp.

<http://www.ifp.org.za>

Independent Electoral Commission (IEC).

<http://www.elections.org.za>

KRAMER, Reed: "Apartheid Leadership Linked to "Hit Squad", in Washington Post, 12/06/97, 3 pp.

<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/inatl/africa/june/12/trc.htm>.

MANDELA, Nelson: Speech on Release from Prison, ANC Historical Documents, 11 February 1990, 4 pp.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1990/release.html>

MANDELA, Nelson: Oath of Office as Sworn by Presidente Nelson Mandela at his Inauguration, Pretória, 10 May 1994, ANC Historical Documents, 1 p.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1994/oath94.html>

Resolução 772 de 17 de Agosto de 1992 do Conselho de Segurança da ONU, 2 pp.

<http://www.un.org/documents/sc/res/1992/s92r772e.pdf>

Speech by State President FW De Klerk delivered on the steps of Tuynhuys on the Result of the Referendum, 18 March 1992, The FW De Klerk Foundation, 3 pp.

<http://www.fwdklerk.org.za/archives/920318ref.htm>.

SILKE, Daniel: "What Shaped South Africa?", in South African Political Information Exchange Homepage, 1997, 4 pp.

<http://www.sapolitics.co.za/hist1.htm>

South Africa 1994 National and Provincial Elections, Independent Electoral Commission (IEC), 12 pp.

<http://www.elections.org.za/election94.asp>

The Mandela Document – A document presented by Nelson Mandela to PW Botha before their meeting on 5 July 1989, ANC Historical Documents, 7 pp.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/doc890705.html>

The 4th Anniversary of the Assassination of Hani, ANC Department of Information and Publicity, Africa News Online, p. 5.

<http://www.icasit.org/afrinews.htm>

YELD, John:”Apla has “No regrets” over St.James”, in Cape Argus, 7/10/97, distributed via Africa News Online, 1 p.

http://www.africanews.org/south/southafrica/stories/19971007_fest5.html

Entrevistas

. José Guedes de Sousa, Observador da União Europeia na província do Kwazulu-Natal. Entrevista feita em Março de 2000.

. Nuno de Sousa Mendes, Observador da União Europeia na província do North West. Entrevista realizada em Junho de 2001.

. Natália Falé, Observadora da Organização das Nações Unidas na província do Eastern Cape. Entrevista realizada em Maio de 2002.

VII CAPÍTULO

ACDP (1999): 1999 Manifesto, policopiado, 10 pp.

ADAM, Kanya (1997): "The Politics of Redress: South African Style Affirmative Action", in The Journal of Modern African Studies, vol. 35, n°2, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 231-249.

ANC (1994): The Reconstruction and Development Programme. A Policy Framework, Umanyano Publications, Johannesburg, 147 pp.

ANC (1996): ANC Submission to the Truth and Reconciliation Commission, August, policopiado, 120 pp.

ANC (1999): 1999 Manifesto. Together Fighting for a Change. A Better Life for All, Marshalltown, Johannesburg, 36 pp.

ARNOLD, Millard W.(1991): "Southern Africa in the Year 2000: An Optimistic Scenario", in South Africa. Twelve Perspectives on the Transition, edited by Helen Kitchen and J. Coleman Kitchen, The Centre for Strategic and International Studies, Washington D.C., Praeger, pp.185-196

AYARI, Farida (1996): "Afrique du Sud: Le Dauphin, Entretien avec Thabo Mbeki", in Politique Internationale, n°72, Été, edited par Politique Internationale S.A., Paris, pp.119-128.

AYARI, Farida (1996): "Afrique du Sud: Le Temps du Pardon, Entretien avec Monseigneur Desmond Tutu", in Politique Internationale, n°73, Automne, edited par Politique Internationale S.A., Paris, pp. 115-123.

BARBER, James (1994): Forging the New South Africa, The Royal Institute of International Affairs, Discussion Paper n° 52, London, Royal Institute of International Affairs, 57 pp.

BEKKER, Simon (1996): "La Nouvelle Nation Sud-Africaine et la Restructuration de la Société Civile", in Hérodote - Revue de Géographie et de Géopolitique, n°82/83, Paris, pp. 141-160.

BLERK, Chris van (1995): "A Smooth Integration Process for SANDF", in Southern African Perspectives, A Working Paper Series n°40, Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape, South African Communication Service, vol.8 n°9, Pretoria, pp. 13-20.

BLUMENFELD, Jesmond (1995): "The New South Africa's Economic Prospects", in The World Today n°8/9 vol.51 August/September, The Royal Institute of International Affairs, London, pp. 174-179.

BLUMENFELD, Jesmond (1996): "Pragmatists versus Populists in the "New" South Africa", in The World Today vol.52 n°7 July, The Royal Institute of International Affairs, London, pp. 185-189.

BLUMENFELD, Jesmond (1997): "From Icon to Scapegoat: The Experience of South Africa's Reconstruction and Development Programme", in Development Policy Review, vol.15 n°1 March, pp. 65-91.

BOOYSEN, Susan (1999): "The 1999 Election and Orientations in Opposition Politics in South Africa", in Journal of Opinion, vol. 27 n° 2, pp. 24-30.

BRANCO, Luís Castelo & ZEVEERINO, Guilherme (2002): Portugal na Missão de Observação Eleitoral da União Europeia no Zimbabwe, edições Universidade Lusíada, Lisboa, 147 pp.

BRENT, R. Stephen (1996): "Tough Road to Prosperity", in Foreign Affairs, vol. 75, n°2, March/April, pp.113-126.

BRITO, Alexandra Barahona de (2001): "Truth, Justice, Memory and Democratization in the Southern Cone", in The Politics of Memory. Transitional Justice in Democratizing Societies, Alexandra Barahona de Brito & Carmen González – Enríquez & Paloma Aguiar (eds.), Oxford Studies in Democratization, Oxford University Press, pp. 119-160.

BRYNARD, D.J. & HANEKOM, S.X. (1996) "La Nouvelle Fonction Publique", in Hérodote - Revue de Géographie et de Géopolitique, n° 82/83, Paris, pp. 30-40.

BYRNES, Rita M. (1996): South Africa. Country Study, Federal Research Division, Library of Congress, Washington, policopiado, 213 pp.

CAWTHRA, Gavin (1997): Securing South Africa's Democracy Defence, Development and Security in Transition, MacMillan Press, London, 230 pp.

CILLIERS, Jakkie & MERTZ, Paul-Bolko (1993): "Proposals for the Transitional Period", in South African Defence Review, n°8, pp. 14-35.

CILLIERS, Jakkie & REICHARDT, Markus (1995): "The National Peacekeeping Force: The Triumph of Politics over Security", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 35-62.

CILLIERS, Jakkie & SASS, Bill & MOTUMI, Tsepe & SCHUTTE, Carl (1995): "Public Opinion on Defence and Security Issues", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 223-250.

CILLIERS, Jakkie (1998): Continuity in Change. The SA Army in Transition, Monograph n°28, August, Institute for Security Studies, 5 pp.

CHAZAN, Naomi & ROBERT, Mortimer & RAVENHILL, John (1992): "South Africa: Race and Politics", in Politics and Society in Contemporary Africa, Lynne Rienner Publishers, Boulder Colorado, pp. 419-441.

COCK, Jacklyn (1993): "The Social Integration of Demobilised Soldiers in Contemporary South Africa", in South Africa Defence Review, n° 12, Institute for Security Studies, Pretoria, pp. 1-17.

Constitution of the Republic of South Africa 1993, Government Gazette, n°15466, 28/01/1994, 227 pp.

Constitution of the Republic of South Africa 1996, South African Embassy – Lisbon, policopiado, 223 pp.

COOPER, David (1992): "Re-forming the Land Question", in Wealth or Poverty? Critical Choices for South Africa, Robert Schrire, Oxford University Press, Cape Town, pp. 405-419.

CROUZEL, Ivan (1996): "Le Vote et la Négociation: La Démocratisation du Régime Sud-Africain", in Hérodote - Revue de Géographie et de Géopolitique, n° 82/83, Paris, pp.17-29.

D'A HENDERSON, Robert (1995): "South African Intelligence under De Klerk", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 140-171.

DARBON, Dominique (1996): "L'institutionnalisation du Miracle Sud-Africain", in Hérodote - Revue de Géographie et de Géopolitique, n° 82/83, Paris, pp. 113-129.

DAVENPORT, T.R.H. (1998): The Transfer of Power in South Africa, David Philip Publishers, Cape Town, 143 pp.

DEEGAN, Heather (1999): South Africa Reborn. Building a New Democracy, UCL Press, London, 225 pp.

DP (1998): The Death of the Rainbow Nation. Unmasking the ANC's Programme of Re-Racialisation, policopiado, 33 pp.

DP (1999): 1999 Manifesto. Fight Back for a Better Life, Cape Town, 41 pp.

DREIJMANIS, John (2000): "Is South Africa a Consolidated or a Defective Democracy?", in Il Politico, Rivista Italiana di Scienze Politiche, Università Degli Studi di Pavia n°2, Pavia, pp. 209-228.

DUGARD, John (1997): "Retrospective Justice: International Law and South African Model", in Transitional Justice and the Rule of Law in New Democracies, A. James McAdams (ed.), University of Notre Dame Press, Notre Dame & London, pp. 269-290.

EDITORS INC. (2001): SA 2001-2002. South Africa at a Glance, Craighall, 191 pp.

ELLIS, Stephen (1996): "Les Nouvelles Forces de Sécurité Sud-Africaines", in Hérodote – Revue de Géographie et de Géopolitique, n° 82/83, Paris, pp. 177-185.

ESTERHUYSE, Willie (2000): "Truth as a Trigger for Transformation. From Apartheid Injustice to Transformational Justice", in Looking Back Reaching Forward. Reflections on the Truth and Reconciliation Commission of South Africa, Charles Villa-Vicencio & Wilhelm Verwoerd, University of Cape Town Press & Zed Books Ltd., Cape Town & London, pp. 144-154.

FF (1999): 1999 Manifesto. We Have a Plan, Lynwood Ridge, Pretoria, 9 pp.

FURLONG, Patrick J. (1996): "South Africa", in Understanding Contemporary Africa, April A. Gordon & Donald L. Gordon (eds.), Lynne Rienner Publishers, London, pp. 335-369.

GASTROW, Shelagh (1995): Who's Who in South African Politics n°5, Ravan Press, Johannesburg, 319 pp.

GILIOMEE, Hermann (1999): "South Africa's Emerging Dominant Party Regime", in Democratisation in Africa, edited by Larry Diamond & Marc F. Plattner, John Hopkins University Press, Baltimore & London, pp. 140-154.

GOVERNMENT of SOUTH AFRICA (1997): The Foundation for a Better Life Has Been Laid. THE Government's Mid-Term Report to the Nation, Pretoria, 39 pp.

GOLDSTONE, Richard J. (2000): For Humanity. Reflections of a War Crimes Investigator, Yale University Press, New Haven & London, 152 pp.

GUTTERIDGE, William (1999): "South Africa: Potential of Mbeki's Presidency", in Conflict Studies 319/320, June/July, Research Institute for the Study of Conflict and Terrorism, pp. 1-36.

HARSCH, Ernest (2001): "South Africa Tackles Social Inequities", in African Recovery, vol.14, n°4, January, United Nations Department of Public Information, New York, pp.12-18.

HARSCH, Ernest (2001): "South Africa's Mounting AIDS Toll", in African Recovery, vol.14, n°4, January, United Nations Department of Public Information, New York, p. 19.

HERBST, Jeffrey (1992): "The Transition to a Post-Apartheid Economy: Lessons from Independent Africa", in Wealth or Poverty? Critical Choices for South Africa, Robert Schrire, Oxford University Press, Cape Town, pp. 77-89.

IFP (1999): 1999 Manifesto. Make South Africa Governable, policopiado, 6 pp.

JAMES, Wilmot & CALIGUIRE, Daria (1996): "Renewing Civil Society", in Journal of Democracy, vol.7 n°1 January, Johns Hopkins University Press, Baltimore, pp. 57-66

JOHNSON, R.W. & SCHLEMMER, Lawrence (1996): Launching Democracy in South Africa. The First Open Election, Yale University Press, New Haven & London, 412 pp.

JOSEPH, Richard (1999): "Africa 1990-1997: From Abertura to Closure", in Democratisation in Africa, edited by Larry Diamond & Marc F. Plattner, John Hopkins University Press, Baltimore & London, pp. 3-17.

KASRILS, Ronnie (1995): "The Future South African Army – Futures and Forecasts", in African Security Review, vol. 14, n° 1, Institute for Security Studies, Pretoria, pp. 2-5.

KESSEL, Ineke van (1996): "Société Civile et Démocratie", in Hérodote – Revue de Géographie et de Géopolitique, n° 82/83, Paris, pp. 161-176.

KILOH, Margaret (1997): "South Africa: Democracy Delayed", in Democratisation, edited by David Potter, David Goldblatt, Margaret Kiloh & Paul Lewis, Polity Press in association with the Open University, Cambridge, pp. 294-320.

KLERK, Michael de (1992): "Addressing Land Hunger", in Wealth or Poverty? Critical Choices for South Africa, Robert Schrire, Oxford University Press, Cape Town, pp. 376-404.

KLERK, F.W. de (1998): The Last Trek. A New Beginning, The Autobiography, Macmillan, London, 412 pp.

LAMBONY, Marie Anne Gervais (1996): "Découpage Régional, Pouvoirs Provinciaux, Pouvoir Central", in Hérodote - Revue de Géographie et de Géopolitique, n° 82/83, Paris, pp. 61-78.

LAMOLA, John (1996): "Peacemaking and Social Change in South Africa", in Peacemaking and Democratisation in Africa: Theoretical Perspectives and Church Initiatives, edited by Hizkias Assefa and George Wachira, East African Educational Publishers, Nairobi-Kampala, pp. 179-191.

LANGE, Johnny de (2000) "The Historical Context, Legal Origins and Philosophical Foundation of the South African Truth and Reconciliation Commission", in Looking Back Reaching Forward. Reflections on the Truth and Reconciliation Commission of South Africa, Charles Villa-Vicencio & Wilhelm Verwoerd, University of Cape Town Press & Zed Books Ltd., Cape Town & London, pp.14-31.

LEON, Tony (1999): ANC Government Must Admit That Rural Crime is a National Crisis. DP Proposes Pratical Measures, Press Statement, policopiado, 4 pp.

LIEBENBERG, Ian & WILLIAMS, Rocky (s/d): The Impact of the TRC on the Military: Pressions, Problems and Imponderables, policopiado, 19 pp.

LODGE, TOM (1996): "Political Corruption in the New South Africa?", in Indicator SA – Political Monitor, pp. 23-26

LODGE, Tom (1999): South African Politics since 1994, David Philip Publishers, Cape Town & Johannesburg, 136 pp.

LODGE, Tom (1999): Consolidating Democracy. South Africa's Second Popular Election, Electoral Institute of South Africa & Witwatersrand University Press, 258 pp.

LYMAN, Princeton N. (1996): "South Africa's Promise", in Foreign Affairs, n°102, Spring, pp. 105-119.

MACOZOMA, Saki (1994): "The ANC and the Transformation of South Africa", in The Brown Journal of World Affairs, vol. II, Issue I, Winter, Brown University, pp. 241-248.

MARAIS, Hein (1997): "Leaders of the Pack", in Leadership, August, Churchill Murray Publications, Cape Town, pp. 52-63.

MARRERO, Secundino González (1997): Sudáfrica. Cambios Constitucionales y Poder Compartido, Congreso de la Asociación Española de Ciencia Política, Universidad Complutense de Madrid, policopiado, 35 pp.

McDONALD, Steven (1990): "Why Racial Reconciliation is Possible in South Africa", in South Africa. Twelve Perspectives on the Transition, edited by Helen Kitchen & J. Coleman Kitchen. The Washington Papers n°165, The Centre for Strategic and International Studies, Praeger, Washington D.C., pp. 1-12.

MILLS, Greg & WOOD, Geoffrey (1993): "Ethnicity, Integration and the South African Armed Forces", in South African Defence Review n°12, pp. 22-35.

MOGOTSI, Vance & TOTEMEYER, Gerhard (1995): "Is the Center Willing to Share the Power? The Importance of Regional and Local Government", in Southern Africa after Elections: Towards a Culture of Democracy, Carrie Marias, Peter H. Katjavivi & Arnold Wehmhorner (eds), Friedrich-Ebert- Stiftung, University of Namibia, UNESCO, Gamsberg Macmillan Publishers, Windhoek, pp. 54-71.

MONGA, Célestin (1999): "Eight Problems with African Politics", in Democratisation in Africa, edited by Larry Diamond & Marc F. Plattner, John Hopkins University Press, Baltimore & London, pp. 48-61.

MONTCLOS, Marc-Antoine Pérouse de (1997): "Le Nouveau Enjeu de L'immigration en Afrique du Sud", in Afrique Contemporaine n°184, Octobre-Décembre, numéro spécial – Afrique du Sud - Afrique Australe. Interdépendance et Antagonismes, pp. 223-232.

MOUNAMOU-DULAC, Karin (1997): "Inégalité des Revenus et Évolution Socio-Économique de L'Afrique du Sud", in Afrique Contemporaine n°184, Octobre-Décembre, numéro spécial - Afrique du Sud - Afrique Australe. Interdépendance et Antagonismes, pp. 233-246.

MOSKOS, Charles (1994): "Racial Integration in the US Army. Any Lessons for South Africa?", in South Africa Defence Review, n° 15, Institute for Security Studies, Pretoria, pp. 1-6.

NIERKERK, Phillip van & LUDMAN, Barbara eds. (1999): A – Z of South Africa Politics 1999, Penguin Books, London, 327 pp.

NNP (1999): 1999 Manifesto. Let's Get South Africa Working, Pretoria, policopiado, 16 pp.

NTSEBEZA, Dumisa (2000): "The Struggle for Human Rights: from the UN Declaration of Human Rights to the Present", in Looking Back Reaching Forward. Reflections on the Truth and Reconciliation Commission of South Africa, Charles Villa-Vicencio & Wilhelm Verwoerd, University of Cape Town Press & Zed Books Ltd., Cape Town & London, pp. 2-13.

O'BRIEN, Kevin (1995): "South Africa's New Intelligence Environment", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 172-193.

OBENG, Fred Anwireng (1996): "The State of the South African Political Economy", in South Africa & Africa Within or Apart?, African Centre for Development and Strategic Studies, Adebayo Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London and New Jersey, pp. 118-140.

ONANA, Jean-Baptiste (1997): "L'Affirmative Action: Préférence Ethnique ou Discrimination à Rebours", in Afrique Contemporaine n°184, Octobre-Décembre, numéro spécial – Afrique du Sud - Afrique Australe. Interdépendance et Antagonismes, pp. 26-40.

ONIMODE, Bade (1996): "The State of the African Political Economy", in South Africa & Africa Within or Apart?, African Centre for Development and Strategic Studies, Adebayo Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London and New Jersey, pp. 101-117.

OTTAWAY, Marina (1996): "Ethnic Conflict and Security in South Africa", in Africa in the New International Order. Rethinking State Sovereignty and Regional Security, Edmond J. Keller & Donald Rothchild, Lynne Rienner Publishers, London, pp. 119-133.

PABST, Martin (1996): "Partition-Still an Issue in South Africa?", in Aussen Politik vol.47 n°3, Interpress verlag Gmbh, Hamburg, pp. 300-310.

PEBERDY, Sally (1998): "Obscuring History? Contemporary Patterns of Regional Migration to South Africa", in South Africa in Southern Africa. Reconfiguring the Region, edited by David Simon, James Currey & Ohio & David Phillips, Oxford & Athens & Cape Town, pp. 187-205.

PRETORIUS, Johan (1995): "Integration, Rationalisation and Restructuring of the SA Army: Challenges and Prospects", in African Security Review, vol. 4, n° 1, Institute for Security Studies, Pretoria, pp.18-27.

REICHARDT, Markus & CILLIERS, Jakkie (1995): "Swords and Business: The Past and Future of the South African Defence Industry", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 251-270.

REICHARDT, Markus & CILLIERS, Jakkie (1995): "The History of The Homelands", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 63-83.

REYNOLDS, Andrew (1999): Election '99. South African from Mandela to Mbeki, Andrew Reynolds, David Philips, Cape Town, 256 pp.

RHOODIE, NIC & LIEBENBERG, Ian (1994): Democratic Nation-Building in South Africa, HSRC Publishers, Pretoria, 466 pp.

SAINT-PAUL, Marc Aicardi (1997): "La Réorganisation des Forces Armées et de L'Industrie d'Armement", in Afrique Contemporaine n°184, Octobre-Décembre, numéro spécial – Afrique du Sud - Afrique Australe. Interdépendance et Antagonismes, pp. 208-222.

SASS, Bill (1995): "The Union and South African Defence Force-1912 to 1994", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 118-139.

SCHNEIDMAN, Witney W. (1994): "Post-Apartheid South Africa: Steps Taken, the Path Ahead", in CSIS Africa Notes, n°156, Centre for Strategic & International Studies, Washington D.C., 11 pp.

SCHNEIDMAN, Witney W. (1994): "South Africa: Will the Consensus Last?", in The Brown Journal of World Affairs, vol. II, Issue I, Winter, Brown University, pp. 213-219.

SCHIFF, Ben (1996): "The Africânderes after Apartheid", Current History – A Journal of Contemporary World Affairs, vol.95, n°601, May, edited by William W. Finan Jr., Philadelphia, pp. 216-221.

SHAW, Mark (1995): "Negotiating Defence for a New South Africa", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 9-34.

SIMKINS, Charles (1996): "Problems of Reconstruction", in Journal of Democracy vol. 7 N°1 January, Johns Hopkins University Press, Baltimore, pp. 83-95.

SISK, Timothy D. (1994): "Perspectives on South Africa's Transition: Implications for Democratic Consolidation", in Politikon - South Africa Journal of Political Science, vol.21 n°1, pp. 66-73.

SMITH, Patrick (1998): Who's Who of Southern Africa, Africa Confidential, Blackwell Publishers Ltd, Oxford, 235 pp.

South Africa Yearbook 1996, South Africa Communication Service, Pretoria, 542 pp.

South Africa Yearbook 1997, South Africa Communication Service, Pretoria, 576 pp.

South Africa Yearbook 1998, South Africa Communication Service, Pretoria, 564 pp.

SPARKS, Allister (1995): Tomorrow is Another Country - The Inside Story of South Africa Road to Change, Hill & Wang, New York, 254 pp.

SPENCE, J.E. (1995): "The New South Africa's First Birthday", in The World Today vol.51 n°7 July, The Royal Institute of International Affairs, London, pp. 142-145.

STATISTICS SOUTH AFRICA (2000): Stats in Brief. 2000, Statistics South Africa, Pretoria, 66 pp.

SWAWEPOEL, Daryl (1999): ANC to Abolish Constitutional Property Guarantees on Obtaining Two-Thirds Majority, Office of the National Leader, NNP, 2 May, policopiado, 1 p.

TRUTH and RECONCILIATION COMMISSION, Volume I, policopiado, 57 pp.

TRUTH and RECONCILIATION COMMISSION, Volume II, policopiado, 116 pp.

TRUTH and RECONCILIATION COMMISSION, Volume III, policopiado, 97 pp.

TRUTH and RECONCILIATION COMMISSION, Volume IV, policopiado, 103 pp.

TRUTH and RECONCILIATION COMMISSION, Volume V, policopiado, 51 pp.

UDM (1999): 1999 Manifesto. Uniting the Nation, Cape Town, 28 pp.

UYS, Fanie (1997): "The SANDF Transformation Process", in African Security Review, vol. 6, n° 1, Institute for Security Studies, Pretoria, pp. 58-63.

VERWOERD, Wilhelm (1997): Justice after Apartheid? Reflections on the South African Truth and Reconciliation Commission, Paper delivered at the Fifth International Conference on Ethnicity and Development: Globalisation, Self-Determination and Justice in Development, Madras, India, 2-9 January, policopiado, 10 pp.

VICENCIO, Charles Villa (2000): "Getting on with Life. A Move Towards Reconciliation," in Looking Back Reaching Forward. Reflections on the Truth and Reconciliation Commission of South Africa, Charles Villa-Vicencio & Wilhelm Verwoerd, University of Cape Town Press & Zed Books Ltd., Cape Town & London, pp. 199-209.

WILSON, Richard A. (2001) "Justice and Legitimacy in the South African Transition", in The Politics of Memory. Transitional Justice in Democratizing Societies, Alexandra Barahona de Brito & Carmen González – Enríquez & Paloma Aguiar (eds.), Oxford Studies in Democratization, Oxford University Press, pp. 190-217.

Artigos de Revistas e Jornais

A Busca da Verdade, in Expresso nº1329, 18/04/98, 1 p.

A Hora de Pik Botha, in Publico, nº 2726, 29/08/97, 1 p.

ARENSTEIN, Justin: "Betting on a One Horse Race", in Mail & Guardian, vol. 15 nº 21, 28/05/99, p.15.

BARREL, Howard: "Coalition Likely for the W.Cape, but of Who", in Mail & Guardian, vol. 15 nº 20, 21/05/99, p. 5.

BARREL, Howard: "Crime Pays....in Votes", in Mail & Guardian, vol.15 nº 9, 14/05/99, p.18.

BOATENG, Osei: "Did this Man Kill Blacks Big Time?", in New African, nº401, November 2001, pp.16-24.

Congrès de l'ANC: "Nelson Mandela Quitte la Présidence du Movement, mais "La Lutte Continue", in Marchés Tropicaux et Méditerranéens, nº2720, 26/12/97, pp. 2851-2852.

Country in Focus: South Africa, in Africa Recovery vol. 14 nº 4, January 2001, pp. 12-19.

DASNOIS, Alide: "Deracialise Economy or Face Huge Explosion", in Cape Argus 17/12/97, 5 pp.

De Klerk se Retira de la Política, in El País, nº7412, 27/08/97, 1 p.

Frederik de Klerk Abandona a Política, in Publico, nº2724, 27/08/97, 1 p.

Gen. Viljoen: Insistimos numa Pátria *Africânder*, in Publico, nº2297, 24/06/96, 1 p.

HADLAND, Adrian: Entrevista a Constand Viljoen, in Público, nº2297, 24/06/96, 1 p.

HADLAND, Adrian: "O Lamento da Velha Senhora", in Público nº2824, 5/12/97, 1 p.

HADLAND, Adrian: "Terminou a Era Mandela", in Público, nº3379, 17/06/99, 2 pp.

HAWTHORNE, Peter: "Looking to be the Cutting Edge", in Time Magazine, vol.148, nº12, 16/09/96, 2 pp.

HAWTHORNE, Peter: "Rebel with a Cause", in Time Magazine, vol.148 nº17, 21/07/96, 2 pp.

HAWTHORNE, Peter: "The Painful Truth", in Time Magazine vol.150 nº8, 25/10/97, 1 p.

La Nouvelle Constitution a Été Adoptée, in Marchés Tropicaux et Méditerranéens, nº2635, 10/05/96, p. 971.

Le Président Iranien en Visite d'Etat, in Marchés Tropicaux et Méditerranées n°2654 20/09/96, p. 2031.

Let's Have a Party, in Time Magazine, vol.150, n°14, 6/10/97, 1 p.

MABRY, Marcus:"The Colour of Fear", in Newsweek, vol. XXXI, n°12, 23/03/98, 2 pp.

Mandela "Règle"les Problemes de Succession, in Marchés Tropicaux et Méditerranées n°2662 15/11/96, p. 2444.

Matar em Nome da Raça, in Expresso n° 1406, 8/10/99, 1 p.

MATTHEWS, Roger:"Facing Up the New Global Realities", in Financial Times, 25/03/97, 4 pp.

MATTHEWS, Roger:"South Africa-Smooth Transition to a New Era", in Financial Times n°33428, 22/10/97, 1 p.

MATTHEWS, Roger:"Dream May Become a Nightmare", in Financial Times n°33428, 22/10/97, 1 p.

NELAN, Bruce:"From Mandela to Mbeki", in Time Magazine, vol.153 n° 20, 24/05/99, 9 pp.

OGDEN, Christopher:"The Post-Miracle Phase", in Time Magazine, vol.148, n°12, 16/09/96, 5 pp.

O'LOUGHLIN, Ed:"Winnie a Mal Amada", in Expresso n°1312, 20/12/97, 1 p.

O'LOUGHLIN, Ed:"A Diferença do Sucessor", in Expresso, n°1312, 20/12/97, 1 p.

ONANA, J.B.:"L'Afrique du Sud Malade de ses Immigrés", in Marchés Tropicaux et Méditerranées n°2697 18/07/97, pp. 1595-1596.

Os Brancos na RAS, in O Independente, n°418, 17/05/96, 2 pp.

Partido Nacional Anunciou que Abandona o Governo, in Publico, n°2252, 10/05/96, 1 p.

Petite Leçon de Politique de Mandela à l'Adresse de Mbeki, in Marchés Tropicaux et Méditerranéens, n°2721, 2/01/98, pp.1997-1998.

Pretoria s'engage dans le Processus de Paix en Angola, in Marchés Tropicaux et Méditerranées n°2670 10/01/97, p. 102.

Pretoria Doit Jouer un Nouveau Rôle en Afrique, in Marchés Tropicaux et Méditerranées n°2664 26/11/96, p. 2540.

RAS um Ano depois das Eleições, in Publico, n°1874, 26/04/95, 1 p.

RAVENSWOOD, George: "Nouvelle Afrique du Sud, An Deux", in Marchés Tropicaux et Méditerranéens, n° 2639, 7/06/96, pp.1136-1137.

Remodelação Militar, in Público n°2945, 7/04/98, 1 p.

South Africa's Hurtful Truth, in The Economist vol.348 n°8079, 1/08/98, 1 p.

South Africa- The End of a Miracle, in The Economist vol.435 n°8047, 13/12/97, 2 pp.

South Africa's Leaderless Nats, in The Economist vol.344 n°8032, 30/08/97, 1 p.

South Africa's New Men, in The Economist, vol.345 n°8048, 20/12/97, 1 p.

South Africa's Profligate Provinces, in The Economist vol.346 n°8057, 28/02/98, 2 pp.

Sun and Showers, in The Economist, vol.348 n°8078, 25/07/98, 1 p.

THORNNYCROFT, Peta (1997): "Shady Past of FW's Heir", in Mail & Guardian, 28/08/97, 2 pp.

Tokyo Sexwale Pourrait Quitter la Politique pour les Affaires, in Marchés Tropicaux et Méditerranées n°2891, 6/06/97, p. 1263.

White South Africa on the Wing, in The Economist, vol.347, n°8071, 6/06/98, 1 p.

Fontes Retiradas da Internet

Affirmative Action: The DP's Vision, DP homepage, 9 pp.
<http://www.dp.org.za/>

ANC: Bill of Rights for a New South Africa, ANC Historical Documents, February 1993, 44 pp.
<http://www.anc.org.za/ancindex.html>

ANC Submission to the Truth and Reconciliation Commission, ANC Historical Documents, August 1996, 35 pp.
<http://www.anc.org.za/ancindex.html>

ANC: ANC Rejects Story on Ramaphosa Challenging Mbeki, ANC Department of Information, distributed via Africa News Online, 14/10/97, 2 pp.
<http://www.africanews.online>

BERESFORD, David: "Exit the Outsider", in Mail & Guardian 27/08/97, 3 pp.
<http://www.mg.co.za/mg/news/97aug2/27aug-fw.html>

BRUMMER, Stefaans: "Who Paid for Mbeki's Party", in Mail & Guardian, 8/08/96, 3 pp.
<http://www.mg.co.za/mg/news//96aug1/08aug-holomisa.html>

Centre for the Study of Violence and Reconciliation (CSVR).

<http://www.csvr.org.za/>

Cyril: Ablow to S.A, in Weekly Mail & Guardian, 19/04/96, 1 p.

<http://web.sn-apc.org/wmail/issues/960419/Africa51.html>

Cyril Ramaphosa, Deputy Chairman of New Africa Investments Ltd (Nail), in Weekly Mail & Guardian, 11/10/96, 2 pp.

<http://web.sn-apc.org/wmail/issues/960419/NEWS29.html>

Commission on Restitution of Land Rights, Department of Land Affairs.

<http://www.restitution.pwv.gov.za/>

DAVIDS, Gaye: "How Cyril was Edged Out By Thabo", in Weekly Mail & Guardian, 19/04/96, 2 pp.

<http://web.sn-apc.org/wmail/issues/960419/NEWS29.html>

DAVIDS, Gaye: "Mandela: Magic Man Still at the Top", in Mail & Guardian, 18/07/97, 5 pp.

http://www.africanews.org/south/southafrica/19970720_feat19.html

DAVIES, Gaye: "Black Nats Back Van Schalkwyk", in Mail & Guardian 29/08/97, 2 pp.

<http://www.mg.co.za/mg/news/97aug2/29aug-np2.html>

Departement of Defence Annual Report 1997/98.

<http://www.mil.za/Articles&Papers/DefenceReports/htm>

Departement of Defence Annual Report 1998/99.

<http://www.mil.za/Articles&Papers/DefenceReports/htm>

Departement of Defence Annual Report 1999/2000.

<http://www.mil.za/Articles&Papers/DefenceReports/htm>

Departement of Defence 1998-99 Budget, 27 pp.

http://www.mil.za/Articles&Papers/AnnualReports/AnnualReport1998_1999/BudgetAppro.htm

Departement of Defence: South African White Paper on Defence, 1996, 30 pp.

<http://www.mil.za/Articles&Papers/Frame/Frame.htm>

Departement of Defence: South African Defence Review, 1998, 12 pp.

<http://www.mil.za/Articles&Papers/Frame/Frame.htm>

Department of Defence: National Defence White Paper, May 1996, 41 pp.

<http://www.gov.za/whitepaper/1996/defencewp.htm>

Department of Land Affairs.

<http://land.pwv.gov.za>

Departement of Land Policy: White Paper on South African Land Policy, 1997, 40 pp.

http://www.polity.org.za/govdocs/white_papers/landwp.html

Departement of Public Service and Administration: White Paper on Affirmative Action in the Public Service, 1995, 23 pp.

http://www.polity.org.za/govdocs/white_papers/affirmative.html

Dr. Death Acquitted in South Africa, in BBC News on Africa, 11/04/02, 2 pp.

http://www.bbc.co.uk/hi/english/world/africa/newsud_1923000/1923000.stm

EDMUNDS, Marion: "Who's Who in Mbeki's Think Tank", in Weekly Mail & Guardian, 19/07/96, 2 pp.

<http://wn.apc.org/wmail/issues/960714/NEWS1.html>

EDMUNDS, Marion: "Roelf Turns into a New Man", in Mail & Guardian, 23/05/97, 3 pp.

<http://www.mg.co.za/mg/news/97may2/23may-meyer.html>

EDMUNDS, Marion: "How Roelf Broke the Rules", in Mail & Guardian 8/05/97, 2 pp.

<http://www.mg.co.za/mg/news/97may1/08may-hernus.html>

ERFORT, Chantel: "Mandela Blast Won't Halt Exodus From SA", in Cape Argus, 13/09/98, distributed via Africa News Online, 2 pp.

<http://www.africanews.org>

FW De Klerk Steps Down, in Cape Argus 26/08/97, distributed via Africa News Online, 2 pp.

http://www.africanews.org/south/southafrica/19970826_feat6.html

FW: The Cipher Who Achieved Greatness (Editorial), in Mail & Guardian, 28/08/97, 2 pp.

http://www.africanews.org/south/southafrica/19970829_feat14.html

GOVERNMENT of SOUTH AFRICA: Restitution of Land Rights Act n° 22, 25 November 1994, 8 pp.

<http://www.polity.org.za/govdocs/legislation/1999/act18.pdf>

GOVERNMENT of SOUTH AFRICA: Land Restitution and Reform Laws Amendment Act n° 18, 1999.

<http://www.polity.org.za/govdocs/legislation/1999/act18.pdf>

GOVERNMENT of SOUTH AFRICA: National Report on Social Development 1995-2000, May 2000.

<http://www.polity.org.za/govdocs/reports/welfare/html>

GOVERNMENT of SOUTH AFRICA: RDP White Paper, September 1994, 62 pp.

http://www.polity.org.za/html/govdocs/white_papers/rdpwhite.htm?rebookwork=1

GOVERNMENT of SOUTH AFRICA: Promotion of National Unity and Reconciliation Act, July 1995, 16 pp.

<http://www.polity.org.za/html/govdocs/legislation/1995/act95-o34.html>

GOVERNMENT of SOUTH AFRICA: White Paper on the Transformation of Public Service, November 1995, 49 pp.

<http://www.gov.za/whitepapers/1995/transformation.htm>

GOVERNMENT of SOUTH AFRICA: Growth, Employment and Redistribution. A Macroeconomic Strategy, June 1996, 8 pp.

<http://www.polity.org.za/html/govdocs/polity/growth.html>

HAMBER, B.: Truth. The Road to Reconciliation, Building Bridges to Peace, vol.3, Centre for the Study of Violence and Reconciliation, 4 pp.

<http://www.csvr.org.za/articles/artrcant.htm>

HLONGWA, Wonder: "Who is this Man Zuma?", in Mail & Guardian, 24/10/97, 3 pp.

<http://www.mg.co.za/mg/news/97oct2/24oc-zuma.html>

Independent Electoral Commission: Elections 99.

<http://www.elections.org.za>

IFP: "1998 Implications of Buthelezi in TRC is "Preposterous", in Africa News, 30/10/98, 2 pp.

<http://www.africanews.org>

KARIUKI, Samuel: "Land Reform Could Widen the Divide", in Mail & Guardian, 10/03/00, 3 pp.

<http://www.archive.mg.co.za>

MACKINLEY, Dale: "The Evolution of the ANC", in Mail & Guardian, 25/02/00, 2 pp.

<http://archive.mg.co.za>

MANDELA, Nelson: Address on the Occasion of the 75th Anniversary of the South African Communist Party, Cape Town, 28/07/96, ANC Historical Documents, 8 pp.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1996/sp960728.html>

MANDELA, Nelson: Opening Address at the 50th ANC National Conference, Mafikeng, 16/12/97, ANC Historical Documents, 40 pp.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela71997/sp971216.html>

MANDELA, Nelson: Address to the Closing Session of the 50th National Conference of the ANC, Mafikeng, 20/12/97, ANC Historical Documents, 12 pp.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1997/sp19971220.html>

MANDELA, Nelson: Statement on Receiving the Report of the TRC, Pretoria, 29/10/98, ANC Historical Documents, 6 pp.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mandela/1998/nm1029.htm>

MARAIS, Hein: THE RDP. Is There Life After GEAR? 12 pp.

http://www.interfund.org.za/pdf/vol.1_one/rdp.pdf

MATLOU, Jubie: "DP's Marriage of Political Opposites", in Mail & Guardian, 17/12/99, 2 pp.

<http://www.archive.mg.co.za>

MBEKI, Thabo: Speech at the National Assembly during the Debate on Budget Vote n° 2, 10/06/97, Mbeki Page, ANC Historical Documents, 8 pp.

<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1997/sp970610.01>

MEYER, Rolef: "Challenge for the Opposition is Bridging the Racial Divide", in Cape Argus, 14/10/97, distributed via Africa News Online, 2 pp.

http://www.africanews.org/south/southafrica/stories/199710194_feat3.html

MODISE, Joe: Facing the Future. The South African Army and Transformation, Conference of the Minister of Defence, Institute for Security Studies, Pretoria, 26/03/97, 5 pp.

<http://www.iss.co.za/Pubs/Papers/21/Paper21.html>

MUTUME, Gumisai: "Another Nail in the Nat Coffin", in Mail & Guardian, 28/08/97, 3 pp.

<http://www.mg.co.za/mg/news/97aug2/28aug-deklerk.html>

NATIONAL PARTY: Resignation Statement by Former President F.W. De Klerk, 28/06/97, distributed via Africa News Online, 3 pp.

http://www.africanews.org/south/southafrica/19970826_feat7.html

PHAHLANE, Charles: "GEAR Unworkable, Says Party Leader", in Cape Argus, 2/07/98, distributed via Africa News Online, 2 pp.

<http://www.africanews.org>

RDP Development Monitor.

<http://www.development-sa.co.za/>

Resignation Statement by former President F.W. de Klerk, Africa News Online, 26/08/97, 3 pp.

http://www.africanews.org/south/southafrica/19970826_feat7.html

ROBERTSON, Hugh: "F.W. Drops Nats in Crisis", in Cape Argus, 26/08/97, distributed via Africa News Online, 2 pp.

http://www.africanews.org/south/southafrica/19970826_feat8.html

Roelf and Bantu Only a Sideshow, in Mail & Guardian, 26/09/97, 3 pp.

http://www.africanews.org/south/southafrica/stories/19970926__feat8.html

SAYWER, Clive: "In Politics, FW's Timing is Immaculate", in Cape Argus, 27/08/97, distributed via Africa News Online, 3 pp.

http://www.africanews.org/south/southafrica/19970827__feat6.html

SAYWER, Clive: "Nats Plot Cabinet Comeback", in Cape Argus, 27/08/97, distributed via Africa News Online, 2 pp.

http://www.africanews.org/south/southafrica/19970827_feat3.html

SEKOALI, Khutlso: "Racism Soaring within SANDF", in The Survivor, 27/10/98, Newshare Foundation, Maseru, distributed via Africa News Online 2 pp.

<http://www.africanews.online>

SILKE, Daniel: "ANC Must Rethink its Alliance", in South African Political Information Exchange Homepage, 25/09/97, 3 pp.

<http://www.sapolitics.co.za/rethink.htm>

SILKE, Daniel: "Critical Ideological Issues in Realignment Debate", in South African Political Information Exchange Homepage, 25/09/97, 1 p.
<http://www.sapolitics.co.za/critical.htm>

SILKE, Daniel: "Key Role of ANC in Political Realignment", in South African Political Information Exchange Homepage, 25/09/97, 1 p.
<http://www.sapolitics.co.za/realignment.htm>

SILKE, Daniel: "Poor Political Vision in Party Leadership Stakes", in South African Political Information Exchange Homepage, 25/09/97, 4 pp.
<http://www.sapolitics.co.za/poor.htm>

SMITH, Charlene: "Can Meyer and Holomisa Keep the Party Clean?", in Mail & Guardian, 15/08/97, 2 pp.
http://www.africanews.org/south/southafrica/19970815_feat16.html

South Africa Assembly Adopts Permanent Constitution, in Reuters, 8/05/96, 2 pp.
http://www.yahoo.com/headlines/south_africa/south_africa2.html

South African Defence Force Gets New Chief, in Pananfrican News Agency, distributed via Africa News Online, 30/04/98, 1 p.
<http://www.africanews>

Statement of Deputy President Thabo Mbeki on the Occasion of the Debate on the Budget Vote, Office of Deputy President, National Assembly, in Mbeki Page, 3/06/98, 14 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1998/sp980603.html>

STEYN, Greta: "White Population Far Lower Than Expected", in Business Day, distributed via Africa News Online, 21/10/98, 1 p.
<http://www.africanews.org>

THORNYCROFT, Peta: "Nat Crown Prince was MI Agent", in Mail & Guardian 29/08/97, 3 pp.
<http://www.mg.co.za/mg/news/97aug2/29aug-np1.html>

THORNNYCROFT, Peta: "Shady Past of FW's Heir", in Mail & Guardian, 28/08/97, 2 pp.
http://www.africanews.org/south/southafrica/19970829_feat16.html

UYS, Stanley: "Is Mbeki as Autocrat or Democrat?", in Mail & Guardian, 3/05/99, 5 pp.
<http://www.mg.co.za/mg/news/99may/3may/mbeki.html>

When Local is not so Lekker, in Cape Argus, distributed via Africa News Online, 28/08/97, 1 p.
http://www.africanews.org/south/southafrica/19970828_feat1.html

Why Tokyo Wants to Quit the Tracksuit, in Weekly Mail & Guardian, 30/05/97, 2 pp.
<http://www.wn.apc.org/wmail/issues/970530/News10.html>

Who Was Sent Back There, in Weekly Mail & Guardian, 15/07/94, 1 p.
<http://wm.apc.org/wmail/issues/940715/wm940715-58.html>

WILLIAMS, Rocky: The Integration of Armed Forces, paper presented at the Centre for the Study of Violence and Reconciliation, seminar n°6, 7 pp.
<http://www.csvr.org.za/papers/papwill.htm>

Outras Fontes

Local Government in South Africa. Elections CD. David Pottie & Heather Ford (eds.) Electoral Institute of Southern Africa, 2000, Joanesburgo.

VIII CAPÍTULO

ABRAHAM, Garth & PELET, Caroline de (1997): "South Africa and Regional Integration: SACU, SADC and COMESA", in South African Yearbook of International Affairs 1997, The South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, Johannesburg, pp. 130-147.

ABRAHAMSSON, Hans & Nilsson, Anders (1994): Moçambique em Transição. Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o período 1974-1992, Peace and Development Research Institute Gothenburg University & Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais & Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo, 365 pp.

ADEBAYO, Adedeji (1996): "Towards a New African Order with a New South Africa", in South Africa & Africa Within or Apart?, African Centre for Development and Strategic Studies, Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London and New Jersey, pp. 217-236.

ALDEN, Chris (2001): "Solving South Africa's Chinese Puzzle: Democratic Foreign Policy-Making and the "Two-Chinas" Question", in South Africa Foreign Policy. Dilemmas of a New Democracy, edited by Jim Broderick & Gary Burford & Gordon Freer, Palgrave Publishers, New York, pp. 119-138.

ANSTEE, Margaret Joan (1996): Órfão da Guerra Fria. Radiografia do Colapso do Processo de Paz Angolano 1992/1993, Campo de Letras Editores S.A., Porto, 709 pp.

ANDOR, Lydia Eve (1997): "South Africa's Foreign Relations, 1996: A Bibliographical Chronology", in South African Yearbook of International Affairs 1997, The South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, Johannesburg, pp. 423-452.

ASMAL, Kader (1996): "South Africa in Africa: a South African Perspective", in South Africa & Africa Within or Apart? African Centre for Development and Strategic Studies, Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London and New Jersey, pp. 29-36.

BARBER, James (1994): Forging the New South Africa, The Royal Institute of International Affairs, Discussion Paper n° 52, London, Royal Institute of International Affairs, 57 pp.

BARBER, James (1996): South Africa in the Post-Cold War World, Bradlow Series n°8, The South African Institute of International Affairs, Johannesburg, 50 pp.

BARRAT, John (1994): "Changes in Regional Policy of South Africa", in The New Regional Foreign Policy of South Africa, John Barrat & Anthoni van Nieuwkerk & Erich Leistner & Koji Hayashi, Institute of Developing Economies, Joint Research Programmes series n°107, Tokyo, pp. 1-23.

BENJAMIN, Larry (1992):“Southern Africa: The Moment of Truth”, in Southern Africa at the Crossroads? edited by Larry Benjamin & Christopher Gregory, Justified Press, Rivonia, pp. 1-19.

BENJAMIN, Larry (2001):“South Africa and the Middle East: The Anatomy of an Emerging Relationship”, in South Africa Foreign Policy. Dilemmas of a New Democracy, edited by Jim Broderick & Gary Burford & Gordon Freer, Palgrave Publishers, New York, pp. 157-186.

BERTELSMAN, Talitha (1998): The European Union and South Africa: Reaching Agreement? SAIIA Reports n°6, The South African Institute of International Affairs, Johannesburg, 55 pp.

BLUMENFELD, Jesmond (1991): Economic Interdependence in Southern Africa: From Conflict to Cooperation? The Royal Institute of International Affairs, London, 187 pp.

BLUMENFELD, Jesmond (1992):”The International Dimension”, in Wealth or Poverty? Critical Choices for South Africa, Robert Schrire, Oxford University Press, Capetown, pp. 59-76.

BRANCO, Luís Castelo & ZEVERINO, Guilherme (2002): Portugal na Missão de Observação Eleitoral da União Europeia no Zimbabwe, edições Universidade Lusíada, Lisboa, 147 pp.

BRATTON, Michael (1999):”Second Elections in Africa”, in Democratization in Africa, edited by Larry Diamond & Marc F. Plattner, John Hopkins University Press, Baltimore & London, pp.18-47.

BREYTENBACH, Willie (1997): Democratisation in Sub-Saharan Africa: Transitions, Elections and Prospects for Consolidation, Africa Institute of South Africa, Pretoria, 105 pp.

BRODERICK, JIM (2001):“The USA and South Africa: Constructing a New Relationship”, in South Africa Foreign Policy. Dilemmas of a New Democracy, edited by Jim Broderick & Gary Burford & Gordon Freer, Palgrave Publishers, New York, pp. 83-98.

BRODERICK, Jim (2001):“Searching for the “New” in South African Foreign Policy?”, in South Africa Foreign Policy. Dilemmas of a New Democracy, edited by Jim Broderick & Gary Burford & Gordon Freer, Palgrave Publishers, New York, pp. 223-236.

CALDEIRINHA, Cláudia de Castro (1997): Portugal e a África do Sul. Relações Escassas no Pós- Apartheid, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Lisboa, policopiado, 168 pp.

CAMPOS, Armando de (1996): África do Sul: Potência Regional, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 595 pp.

CARDOSO, Fernando Jorge (2001):”Les Intégrations Désintégrees de l’Afrique”, in L’Afrique Politique 2001. Reformes des Etats Africains, CEAN, Karthala, 17 pp.

CAWTHRA, Gavin (1997): Securing South Africa's Democracy Defence, Development and Security in Transition, MacMillan Press, London, 230 pp.

CILLIERS, Jakkie (1995): "Towards Collaborative and Co-operative Security in Southern Africa: The OAU and SADC", in About Turn. The Transformation of the South African Military and Intelligence, Institute for Defence Policy, Halfway House, pp. 194-222.

CHERU, Fantu (1996): "Africa and the New World Order: Rethinking Development Planning in the Age of Globalization", in South Africa & Africa Within or Apart? African Centre for Development and Strategic Studies, Adebayo Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London & New Jersey, pp. 44-72.

CHIPETA, Chinyamata & DAVIES, Robert (1993): Regional Relations and Cooperation Post-Apartheid, SADC, Gaborone, 142 pp.

CONING, Cedric de (1997): "South Africa and the Organisation of African Unity", in South African Yearbook of International Affairs 1997, The South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, Johannesburg, pp. 148-153.

Constitution of the Republic of South Africa 1993, Government Gazette, n°15466, 28/01/1994, 227 pp.

Constitution of the Republic of South Africa 1996, South African Embassy – Lisbon, policopiado, 223 pp.

CORNISH, Jean-Jacques (1997): "New South Africa and China", in South African Yearbook of International Affairs 1997, The South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, Johannesburg, pp. 250-256.

DAVIES, Robert (1990): "Key Issues in Reconstructing South-Southern African Economic Relations after Apartheid", in Southern African Perspectives - A Working Paper Series - n°2, Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape, Bellville, 22 pp.

DAVIES, Robert (1996): "South Africa's Economic Relations with Africa: Current Patterns and Future Perspectives", in South Africa & Africa Within or Apart?, African Centre for Development and Strategic Studies, Adebayo Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London and New Jersey, pp. 167-192.

DEPARTMENT of FOREIGN AFFAIRS (1995): Policy Guidelines by the Minister and Deputy Minister of Foreign Affairs, Government Printer, Pretoria, 36 pp.

DEPARTMENT of FOREIGN AFFAIRS (1998): XII Summit Conference of Heads of State or Government of the Non-Aligned Movement, August/September, Department of Foreign Affairs, 266 pp.

FREER, Gordon (2001): "South Africa Dilemmas Surrounding the Indian Ocean Rim", in South Africa Foreign Policy. Dilemmas of a New Democracy, edited by Jim Broderick & Gary Burford & Gordon Freer, Palgrave Publishers, New York, pp. 205-222.

FRIEDMAN, Steven & MAKUMBE, John (1995): "Political Parties and Democracy. From Freedom Fighters to the Seats of Power", in Southern Africa after Elections: Towards a Culture of Democracy, Carrie Marias, Peter H. Katjavivi & Arnold Wehmhorner (eds), Friedrich-Ebert-Stiftung, University of Namibia, Unesco, Gamsberg Macmillan Publishers, Windhoek, pp. 17-42.

FRIEDMAN, Steven (1995): "South Africa: Divided in a Special Way", in Politics in Developing Countries. Comparing Experiences with Democracy, Larry Diamond, Juan J. Linz & Seymour Martin Lipset (eds.), Lynne Rienner Publishers, London, pp. 531-581.

FURLONG, Patrick J. (1996): "South Africa", in Understanding Contemporary Africa, A.Gordon & Donald L. Gordon (eds.), Lynne Rienner Publishers, London, pp. 335-369.

GASTROW, Shelagh (1995): Who's Who in South African Politics n°5, Ravan Press, Johannesburg, 319 pp.

GEINGOB, Hage G. (1996): "South Africa in Africa: A Namibian Perspective", in South Africa & Africa Within or Apart?, African Centre for Development and Strategic Studies, Adebayo Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London & New Jersey, pp. 39-43.

GELDENHUYS, Deon (1984): The Diplomacy of Isolation. South African Foreign Policy Making, St. Martin's Press, New York, 295 pp.

GELDENHUYS, Deon (1990): Isolated States: A Comparative Analysis, Cambridge Studies in International Relations n° 15, Cambridge University Press, Cambridge, 764 pp.

HAMILL, James (2001): "South Africa's Regional Security Dilemmas", in South Africa Foreign Policy. Dilemmas of a New Democracy, edited by Jim Broderick & Gary Burford & Gordon Freer, Palgrave Publishers, New York, pp. 29-54.

HANDLEY, Antoinette (1997): "South and Southern Africa", in South African Yearbook of International Affairs 1997, The South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, Johannesburg, pp.18-51.

HARVEY, Charles & LEWIS, Stephen R. (1988): Southern African Interdependence: Its Effects on SADCC and on Botswana, Center for Southern African Studies, University of York, York, 29 pp.

HENWOOD, Roland (1997): "South Africa's Foreign Policy: Principles and Problems", Fairy God-Mother, Hegemon or Partner? In Search of a South African Foreign Policy, Institute for Security Studies Monograph Series n°13, edited by Hussein Solomon, Johannesburg, pp. 3-18.

HEITMAN, Helmoed-Romer & HANNON, Paul (1991): Modern African Wars (3) - South-West Africa, Men-At-Arms Series, Osprey Publishing Ltd, London, 47 pp.

HERBST, Jeffrey (s/d): "South Africa and Southern Africa After Apartheid", in Africa in World Politics. Post-Cold War Challenges, edited by John W. Harbeson & Donald Rothchild, Westview Press, Boulder Colorado, pp.147-162.

HILL, Christopher (2001): "The European Union and South Africa", in South Africa Foreign Policy. Dilemmas of a New Democracy, edited by Jim Broderick & Gary Burford & Gordon Freer, Palgrave Publishers, New York, pp. 139-156.

HODGES, Anthony (1996): "O Desafio do Pós-Guerra: Reintegração Sócio-Económica de Deslocados, Refugiados e Soldados Desmobilizados", in Angola, Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento, Coordenação de Manuel Bravo, Hugin Editores Lda., Lisboa, pp. 99-117.

HUDSON, Judy (1997): "South Africa and Regional Immigration", in South African Yearbook of International Affairs 1997, The South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, Johannesburg, pp. 288-299.

INEGBEDION, John (1996): "Regional Security and Development in South Africa: an Annotated Bibliography, 1980-1994", in South Africa & Africa Within or Apart?, African Center for Development and Strategic Studies, Adebayo Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London & New Jersey, pp. 237-250.

JOHNSON, Alexander (2001): "Democracy and Human Rights in the Principles and Practice of South African Foreign Policy", in South Africa Foreign Policy. Dilemmas of a New Democracy, edited by Jim Broderick & Gary Burford & Gordon Freer, Palgrave Publishers, New York, pp. 11-28.

JOSEPH, Richard (1999): "Africa 1990-1997: From Abertura to Closure", in Democratization in Africa, edited by Larry Diamond & Marc F. Plattner, John Hopkins University Press, Baltimore & London, pp. 3-17.

KATZENELLENBOGEN, Simon E. (1982): South Africa and Southern Mozambique. Labour, Railways and Trade in the Making of a Relationship, Manchester University Press, Manchester, 178 pp.

KILOH, Margaret (1997): "South Africa: Democracy Delayed", in Democratisation, edited by David Potter, David Goldblatt, Margaret Kiloh & Paul Lewis, Polity Press in association with the Open University, Cambridge, pp. 294-320.

KLERK, F.W. de (1998): The Last Trek. A New Beginning, The Autobiography, Macmillan, London, 412 pp.

LAMOLA, John (1996): "Peacemaking and Social Change in South Africa", in Peacemaking and Democratisation in Africa: Theoretical Perspectives and Church Initiatives, edited by Hizkias Assefa and George Wachira, East African Educational Publishers, Nairobi-Kampala, pp. 179-191.

LANDSBERG, Chris & NIEUWKERK, Anthoni van (1995): Mission Imperfect. Redirecting South Africa's Foreign Policy, proceedings of a workshop convened by the Foundation for a Global Dialogue and the Centre for Policy Studies, Johannesburg, 140 pp.

LODGE, Tom (1999): South African Politics since 1994, David Philip Publishers, Cape Town & Johannesburg, 136 pp.

MANDAZA, Ibbo & TOSTENSEN, Arne (1994): Southern Africa: In Search of a Common Future. From the Conference to the Community, Emang Motlhabane Maphanyane (ed.), Gaberone, 239 pp.

MBOMA, R.P. (1994): "The Role of Regional Bodies in Preventive Diplomacy and Peacekeeping", in Peacekeeping in Africa, Jakkie Cilliers & Greg Mills, Institute for Defence Policy & South African Institute of International Affairs, Braamfontein, pp.109-118.

MILLS, Greg (1992): "Lesotho. Between Independence and Incorporation", in Southern Africa at the Crossroads?, edited by Larry Benjamin & Christopher Gregory, Justified Press, Rivonia, pp. 63-75.

MILLS, Greg (1997): "South Africa's Foreign Policy: The Year in Review", in South African Yearbook of International Affairs 1997, The South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, Johannesburg, pp. 1-17.

MILLS, Greg (1997): "South Africa and the Non-Aligned Movement", in South African Yearbook of International Affairs 1997, The South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, Johannesburg, pp. 160-168.

MILLS, Greg (1998): "South Africa's Foreign Policy: From Isolation to Respectability", in South Africa in Southern Africa. Reconfiguring the Region, edited by David Simon, James Currey, Ohio & David Phillips, Oxford, Athens & Cape Town, pp. 72-88.

MILLS, Greg (2000): The Wired Model. South Africa, Foreign Policy and Globalisation, The South African Institute of International Affairs & Tafelberg Publishers Limited, Cape Town, 368 pp.

MOLOTO, Johnny (s/d): South Africa's Foreign Policy Objectives, International Relations, University of Witwatersrand, policopiado, 16 pp.

MUTSCHLER, Claudia (2001): "South Africa and Latin America: Bridging the South Atlantic", in South Africa Foreign Policy. Dilemmas of a New Democracy, edited by Jim Broderick & Gary Burford & Gordon Freer, Palgrave Publishers, New York, pp. 187-204.

NIERKERK, Phillip van & LUDMAN, Barbara eds. (1999): A – Z of South Africa Politics 1999, Penguin Books, London, 327 pp.

NIEUWKERK, Anthoni van (s/d): The Outlook for Regional Foreign Policy under a New Democratic Government, The South African Institute of International Affairs, Johannesburg, policopiado, 63 pp.

OBENG, Fred Anwireng (1996): "The State of the South African Political Economy", in South Africa & Africa Within or Apart?, African Center for Development and Strategic Studies, Adebayo Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London & New Jersey, pp. 118-140.

OBENG, Fred Anwireng & McGOWAN, Patrick J. (2001): "Partner or Hegemon? South Africa in Africa", in South Africa Foreign Policy. Dilemmas of a New Democracy, edited by Jim Broderick & Gary Burford & Gordon Freer, Palgrave Publishers, New York, pp. 55-82.

ONIMODE, Bade (1996): "The State of the African Political Economy", in South Africa & Africa Within or Apart?, African Center for Development and Strategic Studies, Adebayo Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London & New Jersey, pp. 101-117.

OSADA, Masako (2001): "South Africa's Relations with Japan", in South Africa Foreign Policy. Dilemmas of a New Democracy, edited by Jim Broderick & Gary Burford & Gordon Freer, Palgrave Publishers, New York, pp. 99-118.

PAHAD, A. (1994): "South Africa and Preventive Diplomacy", in Peacekeeping in Africa, Jakkie Cilliers & Greg Mills, Institute for Defence Policy & South African Institute of International Affairs, Braamfontein, pp. 153-166.

PEBERDY, Sally (1998): "Obscuring History? Contemporary Patterns of Regional Migration to South Africa", in South Africa in Southern Africa. Reconfiguring the Region, edited by David Simon, James Currey & Ohio & David Phillips, Oxford & Athens & Cape Town, pp. 187-205.

POTGIETER, H.A.P. (1994): "South African Assistance and Experience in UNOMOZ and UNAVEM", in Peacekeeping in Africa, Jakkie Cilliers & Greg Mills, Institute for Defence Policy & South African Institute of International Affairs, Braamfontein, pp. 231-240.

SADC (1992): Protocolo da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral Relativo a Imunidades e Privilégios, SADC, Windhoek, 15 pp.

SADC (1992): Rumo à Comunidade do Desenvolvimento da África Austral. Uma Declaração dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados da África Austral, Windhoek, SADC, Windhoek, 5 pp.

SADC (1993): Southern African: A Frame Work and Strategy for Building the Community, SADC, Gaborone, 300 pp.

SADC (1992): Tratado da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC), Windhoek, SADC, 16 pp.

SAMPSON, Anthony (2000): Mandela. The Authorised Biography, Harper Collins Publishers, London, 676 pp.

SCHOEMAN, Elna (1993): South Africa's Foreign Relations in Transition 1985-1992. A Chronology, Bibliographical Series n° 24, South Africa Institute of International Affairs, 666 pp.

SELLSTRÖM, Tor (1991): "The Regional Prospects", in Religion and Politics in Southern Africa, edited by Carl Frederik Hallencreutz & Mai Palmberg, Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala, pp. 57-63.

SHAW, Timothy M. (1996): "South and Southern Africa in the New International Divisions of Labour and Power: Development Prospects in the 1990's", in South Africa & Africa Within or Apart?, African Center for Development and Strategic Studies, Adebayo Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London & New Jersey, pp. 73-98.

SIMON, David (1998): "Desert Enclave to Regional Gateway? Walvis Bay's Reintegration in Namibia", in South Africa in Southern Africa. Reconfiguring the Region, edited by David Simon, James Currey, Ohio & David Phillips, Oxford, Athens & Cape Town, pp. 103-128.

South Africa Yearbook 1996, South Africa Communication Service, Pretoria, 542 pp.

South Africa Yearbook 1997, South Africa Communication Service, Pretoria, 576 pp.

South Africa Yearbook 1998, South Africa Communication Service, Pretoria, 564 pp.

South African Yearbook of International Affairs 2000/2001, South African Institute of International Affairs, Johannesburg, 549 pp.

SPENCE, J.E. (1999): After Mandela. The 1999 South African Elections, The Royal Institute of International Affairs, Southern African Study Group, London, 98 pp.

SPUY, Willem van der (s/d): South Africa and Regional Security since 1994, International Relations, University of Witwatersrand, policopiado, 15 pp.

STATISTICS SOUTH AFRICA (2000): Stats in Brief 2000, Stats SA Information, Pretoria, 66 pp.

STONEMAN, Colin (1998): "Lessons Unlearned: South Africa's One-Way Relationship with Zimbabwe", in South Africa in Southern Africa. Reconfiguring the Region, edited by David Simon, James Currey, Ohio & David Phillips, Oxford, Athens & Cape Town, pp. 89-102.

SUTTNER, Raymond (1997): "South African Foreign Policy and the Promotion of Human Rights", in South African Yearbook of International Affairs 1997, The South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, Johannesburg, pp. 300-308.

TJONNELAND, Elling Njal & VRAALSEN, Tom (1996): "Towards Common Security in Southern Africa: Regional Co-operation after Apartheid", in South Africa & Africa Within or Apart?, African Center for Development and Strategic Studies, Adebayo Adedeji (ed.), Sadri Books, Cape Town, Zed Books, London & New Jersey, pp. 193-214.

THOMAS, Scott (1996): The Diplomacy of Liberation: The Foreign Relations of the ANC since 1960, International Library of African Studies, Tauris Academic Studies, I. B. Tauris Publishers, London & New York, 333 pp.

VALE, Peter (s/d): Hoping Against Hope: the Prospects for South Africa's Post-Apartheid Regional Policy, Southern African Perspectives A Working Paper Series n°14, Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape, 17 pp.

VENTER, Denis (1996): "Regional Security in Southern Africa in the Post-Cold War Era", in Africa in the New International Order. Rethinking State Sovereignty and Regional Security, Edmond J. Keller & Donald Rothchild, Lynne Rienner Publishers, London, pp. 134-148.

VINES, Alex (1998): "Small Arms Proliferation: A Major Change for Post-Apartheid South & Southern Africa", in South Africa in Southern Africa. Reconfiguring the Region, edited by David Simon, James Currey, Ohio & David Phillips, Oxford, Athens & Cape Town, pp. 36-53.

WILLET, Susan (1998): "In the Wake of War: Military Transitions in Southern Africa", in South Africa in Southern Africa. Reconfiguring the Region, edited by David Simon, James Currey, Ohio & David Phillips, Oxford, Athens & Cape Town, pp. 19-35.

WILLIAMS, Rocky (1997): "Peace Support Operations", in South African Yearbook of International Affairs 1997, The South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, Johannesburg, pp. 240-249.

WYK, Jo-Ansie van (1997): "Parliament and Foreign Affairs: Continuity or Change", in South African Yearbook of International Affairs 1997, The South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, Johannesburg, pp. 189-213.

YOUNG, Crawford (1999): "Africa: An Interim Balance Sheet", in Democratisation in Africa, edited by Larry Diamond & Marc F. Plattner, John Hopkins University Press, Baltimore & London, pp. 63-79.

Publicações Periódicas Especializadas.

AARDT, Maxi van (1997): "The SADC Organ for Politics", in South African Journal of International Affairs, vol.4 n°2, Winter, South African Institute of International Affairs, Johannesburg, pp. 144-164.

ALDEN, Chris (1993): "From Liberation Movement to Political Party: ANC Foreign Policy in Transition", in South African Journal of International Affairs, vol.1, n°1, pp. 62-81.

ALLEN, Chris (1997): "Zaire, South Africa: Moving Forward?", in Review of African Political Economy, ROAPE 72, pp.165-170.

ANC (1990): ANC Newsbriefing, n°42, 28/08/90, p. 4

BACH, Daniel C.(1996):"L'Afrique du Sud, l'Union Européene et la Convention de Lomé: du Bilatéralisme au Néo-régionalisme?", in Études Internationales n°4 vol.XXVII Décembre, Institut Québécois des Hautes Études Internationales, Université Laval, Québec Canada, pp. 733-742.

BARROW, Greg (1999):"Heavy Handed", in BBC Focus on Africa, vol.10, n°1, January/March, pp.11-14.

BESSA, Paulo (2000):"Do Apartheid ao Arco-Íris", in O Mundo em Português, n°8, Maio, Insituto de Estudos Estratégicos Internacionais, pp. 8-9.

BLACK, David R. & SWATUK, Larry A. (1997):"Gazing into the Continental Crystal Ball: Directions and Suggestions for South Africa-Africa Relations", in Fairy God-Mother, Hegemon or Partner? In Search of a South African Foreign Policy, Institute for Security Studies Monograph Series n°13, edited by Hussein Solomon, Johannesburg, pp. 35-52.

BREYTENBACH, Willie (1994):"The Chinese Dilemma: Dual Recognition is the Ultimate Solution", in South African Journal of International Affairs, vol.2 n°1, Summer, South African Institute of International Affairs, Johannesburg, pp. 50-61.

BROEK, Mark H. van den (1994):"South Africa, Southern Africa and the Southern African Development Community: Contemplating the Future", in Politeia vol.13 n°1, pp. 51-61.

CAMPBELL, Horace (1997):"SADC Heads at Loggerheads?", in Southern African Political & Economic Monthly, vol.10, n°12, October, Harare, pp. 4-9.

CARDOSO, Fernando Jorge (1993):"A Metamorfose das Relações Regionais", in Estratégia – Revista de Estudos Internacionais, n°10/11, Inverno, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp. 121-132.

CILLIERS, Jakkie & SHAW, Mark & MILLS, Greg (1995):"Towards a South African Policy on Preventive Diplomacy and Peace Support Operations", in South Africa and Peacekeeping in Africa, vol.1, Institute for Defence Policy, Halfway House, Midrand, pp. 1-15.

CILLIERS, Jakkie & MALAN, Mark (1996):"Old Habits Die Hard. Can SADC Counter Military Intervention in Southern Africa?", in Indicator SA – Political Monitor, vol.13 n°3, pp.19-22.

CHRISTOPHER, Warren (1996): Intervenção por ocasião da visita ao South African Institute of International Affairs, in Review, vol. 4 n°1, South African Institute of International Affairs,12/10/96, Joanesburgo, 4 pp.

COEHN, Herman J. (1994):"Can Southern Africa Become an Integrated Community?", in The Brown Journal of World Affairs, vol. II, Issue I, Winter, Brown University, pp.189-195.

CONLEY, A.I. (1996): "A Synoptic View of Water Resources in Southern Africa", in Sink or Swim?: Water, Resource and State Co-operation, edited by Hussein Salomon, Institute for Defence Policy Monograph Series n°6, pp. 17-69.

CROCKER, Chester (1994): "Post-Apartheid South Africa and its Regional Role", in The Brown Journal of World Affairs, vol. II, Issue I, Winter, Brown University, pp. 203-211.

DAVIES, Robert (s/d): South African Foreign Policy. Options in a Changing Global Context. Southern African Perspectives A Working Paper Series n°40, Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape, 12 pp.

DAVIES, Stephen M. (1991): "Facing Goliath-Zimbabwe's Role in Conflict Resolution in South Africa", in South Africa International vol.21, n°4, S.A. Foundation, Johannesburg, pp. 244-255.

DYANI, Phindile (1997): The Role of Civil Society in South Africa's Foreign Policy Making, Global Dialogue vol. 2. 1 February, Foundation for Global Dialogue, 2 pp.

FOUNDATION for GLOBAL DIALOGUE (1997): South Africa in Southern Africa – The Case for Benign Hegemony, Global Dialogue vol. 2.3, Foundation for Global Dialogue, 2 pp.

FOUNDATION for GLOBAL DIALOGUE (1998): South Africa's Foreign Policy Mood: Moral Intrenationalism or Commercial Realism?, Global Dialogue, vol. 3.1 March, Foundation for Global Dialogue, 3 pp.

FOUNDATION for GLOBAL DIALOGUE (1999): The Burden of the Future: South Africa's Foreign Policy Challenges in the New Millennium, Global Dialogue vol. 4.3, Foundation for a Global Dialogue, 9 pp.

GONÇALVES, Fernando (1997): "Deadlock in Blantyre", in Southern African Political & Economic Monthly, vol.10, n°12, October, Harare, pp. 10-11.

GONIDEC, Pierre-François (1997): "Afrique du Sud: Une Nouvelle Politique Extérieure", in Afrique Contemporaine n°184, Octobre-Décembre, numéro spécial – Afrique du Sud - Afrique Australe. Interdépendance et Antagonismes, pp.181-198.

GUTTERIDGE, William (1999): "South Africa: Potential of Mbeki's Presidency", in Conflict Studies n° 319/320, June/July, Research Institute for the Study of Conflict and Terrorism, UK, 36 pp.

HARRIS, Laurence (1993): "South Africa's Economic and Social Transformation", in Review of African Political Economy, ROAPE 57, Chris Allen & Jan Burgess (ed.), Abingdon, pp. 91-103.

HOLLAND, Martin (1995): "South Africa, SADC, and the European Union: Matching Bilateral with Regional Policies", in The Journal of Modern African Studies, 33.2, Cambridge University Press, pp. 263-283.

HUDSON, Heidi (1996): "Resource-based Conflict. Water (In) security and its Strategic Implications", in Sink or Swim?: Water, Resource and State Co-operation, edited by Hussein Salomon, IDP Monograph Series n°6, pp. 3-16.

HUGON, Phillipe (1997): "L'Afrique du Sud et l'integration Régionale à la Lumière des Théories du Nouveau Régionalisme", in Afrique Contemporaine n°184, Octobre-Décembre, numéro spécial Afrique du Sud - Afrique Australe. Interdépendance et Antagonismes, pp. 116-125.

JOHNSTON, Harry (1994): "Southern Africa: Prospects for the Region", in The Brown Journal of World Affairs, vol. II, Issue I, Winter, Brown University, pp. 197-201.

LANDSBERG, Chris & MASIZA, Zondi (1995): Strategic Ambiguity or Ambiguous Strategy? Foreign Policy since the 1994 Election, Policy Review Series, Policy: Issues and Actors, vol.8 n°11, Centre for Policy Studies, Johannesburg, 34 pp.

LANDSBERG, Chris (2000): "Promoting Democracy: The Mandela-Mbeki Doctrine", in Journal of Democracy, vol.11 n°3, July, John Hopkins University Press, Washington, pp.107-121.

LIEBERMAN, Evan Scott (1997): "Organisational Cloaking in Southern Africa. South Africa and the SADC after Apartheid", in Transformation 34, pp. 86-110.

LOVE, Roy (1993): "The Future of Southern Africa", in Review of African Political Economy, ROAPE 57, Chris Allen & Jan Burgess (ed.), Abingdon, pp. 86-90.

LURSSSEN, Neil (1993): "South Africa: In from the Cold. With Sanctions Lifted will Investors Return?", in The International Economy - Magazine of the G-7 Council, November/December, The International Economy Publications, Washington, pp. 55-58.

MANDELA, Nelson (1993): "South Africa's Foreign Policy", in Foreign Affairs, vol. 72, n°5, November/December, pp. 86-97.

MARAIS, M.L. (1994): "A Changing Southern Africa in the 1990s. From Confrontation to Co-operation?", in Africanus vol. 24 n°1, Journal of Development Alternatives, University of South Africa (UNISA), Pretoria, pp. 44-61.

MARAIS, Maj Maynard (1994): "Southern Africa's Prospects- Stability or Chaos?", in Africa Defence Review, n°16, Institute for Defence Policy, Pretoria, pp. 25-36.

McGOWAN, Patrick J. (1993): "The New South Africa: Ascent or Descent in the World System?", in South African Journal of International Affairs, Spring, Johannesburg, pp. 53-64.

MILLS, Greg & CLAPHAM, Christopher (s/d): Southern African Security After Apartheid: A Framework for Analysis, Southern African Perspectives A Working Paper Series n°8, Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape, 10 pp.

MILLS, Greg (1997): "Leaning All Over the Place? The Not-so-New South Africa's Foreign Policy", Fairy God-Mother, Hegemon or Partner? In Search of a South African Foreign Policy, Institute for Security Studies Monograph Series n°13, edited by Hussein Solomon, Johannesburg, pp. 19-34.

MULLER, Marie (1997): "South African Regional Policy in Perspective", Fairy God-Mother, Hegemon or Partner? In Search of a South African Foreign Policy, Institute for Security Studies Monograph Series n°13, edited by Hussein Solomon, Johannesburg, pp. 64-73.

MUTUA, Makau wa (1994): "Southern Africa: From Regional Conflict to internal Reconstruction", in The Brown Journal of World Affairs, vol. II, Issue I, Winter, Brown University, pp. 179-187.

NEL, Philip (1995): "Transition Through Erosion: Comparing South Africa's Democratisation", in Aussen Politik vol.46 n°1, Interpress verlag Gmbh, Hamburg, pp. 83-93.

NIEUWKERK, Anthoni van (1993): "From Confrontation to Democracy?", in Estratégia - Revista de Estudos Internacionais, n°10/11, Inverno, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, pp. 147-172.

NIEUWKERK, Anthoni van (1999): "Implications for South Africa's Foreign Policy Beyond the Lesotho Crisis", in Occasional Papers n°3, African Centre for the Constructive Resolution of Disputes, Durban, 4 pp.

NCUBE, Patrick (1992): "Possible Future Relations in Southern Africa", in Southern Africa Political and Economic Monthly, Harare, pp. 36-46.

PERE, Garth le & LAMBRECHTS, Kato & NIEUWKERK, Anthoni van (1999): The Burden of the Future: South Africa's Foreign Policy Challenges in the New Millennium, Global Dialogue vol. 4.3 December, Institute for a Global Dialogue, 9 pp.

ROPP, Klaus Freiherr von der (1994): "Outbreak of Peace in South Africa?", in Aussen Politik vol.45 n°4, Interpress verlag Gmbh, Hamburg, pp. 383-391.

ROPP, Klaus Freiherr von der (1995): "South Africa's Stability and Co-operation with the Countries of Southern Africa", in Aussen Politik vol.46 n°2, Interpress verlag Gmbh, Hamburg, pp.187-195.

SAINT-PAUL, Marc Aicardi de (1994): "L'Enclave de Walvis Bay Devient Namibienne", in Afrique Contemporaine, Abril/Junho, Paris, pp. 37-40.

SCHONTEICH, Martin (2000): "South Africa's Position in Africa's Crime Rankings", in African Security Review, n°9 vol. 9, Institute for Security Studies, Pretoria, pp. 51-65.

SIMON, David (1994): "Namibia Regains Walvis Bay at Last", in Review of African Political Economy, ROAPE 59, Chris Allen & Jan Burgess (ed.), Abingdon, pp. 127-29.

SOLE, Donald (1994): "South African Foreign Policy Assumptions and Objectives from Hertzog to de Klerk", in South African Journal of International Affairs, vol.2 n°1, Summer, South African Institute of International Affairs, Johannesburg, pp. 104-113.

SOLOMON, Hussein (1997): "South African Foreign Policy and Middle Power Leadership", Fairy God-Mother, Hegemon or Partner? In Search of a South African Foreign Policy, Institute for Security Studies Monograph Series n°13, edited by Hussein Solomon, Johannesburg, pp. 53-63.

SOLOMON, Hussein (1997): Some Reflections on the Crisis in Zaire, Institute for Security Studies Papers n°15 February, Institute for Security Studies, Halfway House, 6 pp.

SOUTHALL, Roger (s/d): South Africa in Africa: Foreign Policy Making During the Apartheid Era, policopiado, 34 pp.

SOUTHALL, Roger (1998): "Is Lesotho South Africa's Tenth Province?", in Indicator SA – Political Monitor, vol. 15 n°4, University of Natal, Durban, pp. 83-89.

SPARKS, Donald (1993): "The Peace Dividend. Southern Africa after Apartheid", in Indicator SA – Political Monitor, vol.10 n°2, University of Natal, Durban, pp. 27-32.

STEYN, Pierre (1998): "South Africa and Peace Support Operations: Limitations, Options and Challenges", in African Security Review, vol. 7 n° 1, Institute for Defence Policy, Pretoria, 9 pp.

TAYLOR, Ian (1997): South Africa and the United Nations Security Council – Between the Desirable and the Possible, Global Dialogue, vol. 2.3 October, Institute for a Global Dialogue, 2 pp.

Artigos de Revistas e Jornais

A RAS à conquista da África, in Revista Além-Mar n°451 Julho/Agosto 1997, 2 pp.

A RAS na SADC. As Esperanças, in O Independente 29/09/95, n°385, 1 p.

AMADO, Joana: "Zimbabwe Reforça Tropas em Kinshasa", in Público n°3086, 27/08/98, 1 p.

Ballet Diplomatique Autour de La Formation du Nouveau Gouvernemet, in Marchés Tropicaux et Méditerranées n°2672, 24/01/97, pp. 195.

BAVUMA, Vuyo: "The Cuba-SA Relations", in The Sowetan, 28/08/95, 1 p.

BRUMMER, Stefaans: "US Congressmen Upset about SA's Cuban Ties", in Weekly Mail & Guardian, 10/08/95, 1 p.

BULBRING, Edyth: "US Fears SA-Iran Nuclear Linkage", in Sunday Times, 20/08/95, 1 p.

CARDOSO, Fernando Jorge: “Zaire. O Papel dos Actores Externos”, in Expresso nº1280, 10/05/97, 1 p.

Duvida-se que a RAS aposte a fundo na SADC. Comércio Livre só no século XX, in Público nº2171, 19/02/96, 1 p.

Finally the End, in Time Magazine, nº21 vol.149, 26/05/97, 2 pp.

FLORES, Rui:”Sampaio com Mandela em Pretória”, in Público nº2695, 29/07/97, 1 p.

GONÇALVES, José:”Timor no Segredo dos Deuses”, in Diário de Notícias nº46881, 31/07/97, 1 p.

GUARDIOLA, Nicole:”Mediação (im)possível. O Fracasso da Fórmula Mandela”, in Expresso nº1453, 2/09/00, 1 p.

HADLAND, Adrian:”Catalisador do Renascimento Africano”, in Público nº2937, 30/03/98, 1 p.

HARTLEY, Ray:”Hello, We Want to Be your Friends”, in Sunday Times, 9/07/96, 1 p.

HEITOR, Jorge:“A Integração na África Austral. Entrevista ao Investigador Fernando Jorge Cardoso”, in Público, 1/02/96, 1 p.

HOLMAN, Michael:”Reborn Africa Reaches Out”, in Financial Times nº33428, 22/10/97, 1 p.

Jeux Olympiques: Un Revers pour Nelson Mandela, in Marchés Tropicaux et Méditerranéens nº 2705, 12/09/97, p. 2018.

L’Afrique du Sud Intégrée, in Marchés Tropicaux et Méditerranéens nº 2547, 2/09/94, p.1852

Mandela Prêt à Offrir ses Bons Offices dans la Crise Congolaise, in Marchés Tropicaux et Méditerranéens nº2704, 5/09/97, p.1963.

Mandela Silencia Clinton, in Diário de Notícias nº47121, 28/03/98, 1 p.

MATEUS, António:”Uma Cimeira de Ciúmes”, in Diário de Notícias, nº46177, 27/08/95, 1 p.

MENDES, Pedro Rosa:”Uma Última Pedra no Soweto”, in Público nº2937, 30/03/98, 1 p.

MENDES, Pedro Rosa:”Mandela Defende Intervenção no Lesotho”, in Público, nº3116, 25/09/98, 1 p.

Mugabe Descontente com o Protagonismo de Mandela, in Diário de Notícias, nº46177, 27/08/95, 1 p.

NEGREIROS, Joaquim Trigo de: "Nelson Mandela Defende Autonomia para Timor-Leste", in Público nº2738, 10/09/97, 1 p.

NEGREIROS, Joaquim Trigo de: "Jacarta diz Não a Mandela" in Público nº2739, 11/09/97, 1 p.

NIEUWKERK, Anthoni van: "China Coice a sensible One", in The Star, 5/12/96, 1 p.

O'LOUGHIN, Edward: "Os Embaraços de Mandela", in Expresso, nº1295, 23/08/97, 1 p.

POWELL, Ivor: "High Noon in Mauritius", in Mail & Guardian, 11/09/98, 4 pp.

ROSSOUW, Rehana: "What Happened to Sahrawi's Diplomatic Ties?", in Weekly Mail & Guardian, 10/08/95, 1 p.

SOARES, José Manuel de Andrea: "A Nova Política do "Make Trade not Aid", in Expresso nº1299, 20/09/97, 1 p.

South Africa Cannot Lead Africa, Yet, in African Economic Digest, 24/06/96, 1 p.

SPENCE, Jack: "Realists Wrestle with Radicals", in Mail & Guardian, 25/08/95, 1 p.

The Language of Sport, in The Economist, vol.344 nº8029, 9/08/97, 1 p.

The Region's Blundering Elephant, in The Economist, vol.349, nº8094, 14/11/98, 1 p.

Fontes Retiradas da Internet

A Time to Take the Lead, in Weekly Mail & Guardian, 01/10/95, 1 p.
<http://wn.apc.org/wmail/issues/950901/wm950901-15.html>

Africa Deserves a Bigger Say in UN, in The Nation, 25/09/97, distributed via Africa News Online, 2 pp.
http://www.africanews.org/atlarge/stories/19970925_feat3.html

ANC: Foreign Policy Perspective in a Democratic South Africa, ANC Historical Documents, 1994, 13 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/policy/Foreign.html>

ANC: Developing a Strategic Perspective on South African Foreign Policy, ANC Historical Documents, July 1997, 8 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocuments/discussion/foreign.html>

BALEFIE, Tsie: Regional Security in Southern Africa: Whither the SADC Organ on Politics, Defence and Security? Global Dialogue 3.3, December 1998, Institute for Global Dialogue, 4 pp.
<http://www.igd.org.za/publications/global-dialogue/africa/sadc.html>

Bashir to Meet SPLA Leader in Pretoria, in Panafrican News Agency, 21/08/97, distributed via Africa News Online, 1 p.

http://www.africanews.org/east/sudan/stories/19970821_feat1.html

BATCHELOR, Peter: South Africa: An Irresponsible Arms Trader?, Global Dialogue 4.2, August 1999, Institute for Global Dialogue, 4 pp.

http://www.igd.org.za/publications/global_dialogue/Special_feature/trader.html

BRODERICK, Jim: The Clinton Visit to South Africa. More Flash than Flesh?, Global Dialogue 3.2, July 1998, Institute for Global Dialogue, 3 pp.

http://www.igd.org.za/publications/global_dialogue/Special_feature/clinton.html

BRUMMER, Stefaans: "Southern Africa's Leaders Win a Few Lose a Few", in Weekly Mail & Guardian, 01/09/95, 1 p.

<http://wn.apc.org//wmail/issues/950901/wm950901-49.html>

BRUMMER, Stefaans: "Mandela's Secret Swazi Plan", in Weekly Mail & Guardian, 22/03/96, 2 pp.

<http://wn.apc.org/wmail/issues/960322/News25.html>

BRUMMER, Stefaans: "SA Won't Interfere in Swazi Crisis", in Weekly Mail & Guardian, 2/02/96, 1 p.

<http://wn.apc.org/wmail/issues/960202/wm960202-43.html>

BRUMMER, Stefaans: "Foreign Affairs Backpeddles over Nigeria", in Weekly Mail & Guardian, 19/04/96, 2 pp.

<http://wn.apc.org/wmail/issues/960419/News46.html>

BRUMMER, Stefaans: "SA Peacekeepers May Go to Burundi", in Weekly Mail & Guardian, 19/07/96, 2 pp.

<http://wn.apc.org/wmail/issues/960719/News53.html>

BRUMMER, Stefaans: "No Clear Path for SA", in Weekly Mail & Guardian, 2/08/96, 1 p.

<http://wn.apc.org/wmail/issues/960802/News28.html>

BRUMMER, Stefaans & BLATT, Jason: "South Africa's Foreign Policy Was for Sale", in Mail & Guardian, 22/03/02, 2 pp.

<http://www.mg.co.za/mg/za/news.html#forsale>

CILLIERS, Jakkie: An Emerging South Africa Foreign Policy Identity, Occasional Paper n° 39, April 1999, Institute for Security Studies, 16 pp.

<http://www.iss.co.za/Pubs/PAPERS/39.html>

CHOSSUDOVSKY, Michel: "Exporting Apartheid to Sub-Saharan Africa", in Mail & Guardian, 14/05/97, 8 pp.

<http://www.mg.co.za/mg/news/97may1/14may-moztrek.html>

DAVIES, Gay: "Mandela Placates East Timorese from his Bed", in Weekly Mail & Guardian, 20/09/96, 1 p.

<http://www.apc.org/wmail/issues/960920/NEWS54.html>

Department of Foreign Affairs: South African Foreign Policy Discussion Document, 1996, 47 pp.

<http://www.gov.za/greenpaper/1996/foraf1.htm>

Department of Foreign Affairs: White Paper on South African Participation in International Peace Missions, 21/02/99, 31 pp.

http://www.gov.za/whitepaper/1999/peace_missions.htm

Department of Foreign Affairs: Profile of Bilateral Relations with the Republic of Cuba, 25/02/02, 4 pp.

<http://www.dfa.gov.za/for-relations/bilateral/cuba.htm>

Department of Foreign Affairs: Profile of Bilateral Relations with the Islamic Republic of Iran, 25/02/02, 6 pp.

<http://www.dfa.gov.za/for-relations/bilateral/iran.htm>

Department of Foreign Affairs: Profile of Bilateral Relations with the Great People's Socialist Libyan Arab Jamahiriya, 25/02/02, 3 pp.

<http://www.dfa.gov.za/for-relations/bilateral/libya.htm>

Department of Foreign Affairs: Profile of Bilateral Relations with the Portuguese Republic, 8/10/02, 5 pp.

<http://www.dfa.gov.za/for-relations/bilateral/portugal.htm>

DIXON, Norm: "South Africa's Foreign Policy Criticised", in Weekly Mail & Guardian, 1 p.

<http://www.peg.apc.org/~stan/200/200p22.htm>

DYANI, Phindale: The Role of Civil Society in South Africa's Foreign Policy Making, Global Dialogue vol. 2.1, February 1997, Institute for Global Dialogue, 5 pp.

http://www.igd.org.za/publications/global_dialogue/foreign_policy/foreign.html

Friends in Need, in Cape Argus, 23/10/97, distributed via Africa News Online, 1 p.

http://www.africanews.org/south/southafrica/stories/19971023_feat6.html

Foreign Affairs Department Under Fire, in Mail & Guardian, 9/06/95, 2 pp.

<http://www.unp.ac.za/UNPDepartments/politics/flounder.htm>

GOVERNMENT of SOUTH AFRICA: RDP White Paper, September 1994, 62 pp.

http://www.polity.org.za/html/govdocs/white_papers/rdpwhite.htm?rebookwork=1

GRAUMANS, Anne: Redefining Relations Between South Africa and the European Union: An Analysis of the South Africa – European Union Trade and Cooperation Negotiations – 1994-97, Occasional Papers n° 9, 1997, Institute for Global Dialogue, 42 pp.

<http://www.igd.org.za/publications/occasional.html#9>

GRAUMANS, Anne: SADC-EU Cooperation Beyond the lomé Convention: Between Continuity and Change, Occasional Papers n° 10, 1997, Instiute for Global Dialogue, 38 pp.

<http://www.igd.org.za/publications/occasional.html#10>

INAMBAO, Chrispin & MOTHIBI, Mike: "More Island Talks in Offing", in The Namibian, 14/11/97, 2 pp.

http://www.africanews.org/south/stories/19971114_feat2.html

Independent Electoral Commission: Elections 99. Results, 8/06/99, 5 pp.

<http://www.elections.org.za/results/natperparty.asp>

KANHEMA, Newton: "South Africa Gears for Permanent UN Council Seat", in Panafrican News Agency 17/09/97, distributed via Africa News Online, 2 pp.

<http://www.africanews.org>

KHUZWAYO, Wiseman: "Why the Lesotho Government was Suspended", in Weekly Mail & Guardian, 26/08/94, 1 p.

<http://wn.apc.org/wmail/issues/940826/wm940826-52.html>

KONING, Cedric de: South African Blue Helmets in the Democratic Republic of Congo, Global Dialogue vol. 4.3, December 1999, Institute for Global Dialogue, 3 pp.

http://www.igd.org.za/publications/global_dialogue/africa/helmets.html.

MALETSKY, Christof: "Kasikili KO. Namibia to Abide by Decision", in Namibian, 13/12/99, 2 pp.

<http://www.namibian.com.na/Netstories/December99/KO.html>

Mandela Warns Summit Against Selfishness, in Panafrican News Agency, 21/05/97, distributed via Africa News Online, 1 p.

<http://www.africanews.org>

Mandela Asks Neighbours to Bear with Us, in Business Malawi, 15/09/97, distributed via Africa News Online, 1 p.

<http://www.africanews.org>

MANDELA, Nelson: Speech at a Banquet Hosted by Colonel Qadhafi, Tripoli, 22/10/97, in Mandela Page, ANC Historical Documents, 3 pp.

<http://www.anc.org.za/ancedocs/history/mandela/1997/sp1022.html>

MANDELA, Nelson: An African Renaissance, Mafikeng, in Mandela Page, ANC Historical Documents, 16/12/97, 4 pp.

<http://www.presidentialreport.50thnationalconference.htm>

MANDELA, Nelson: Speech at a Banquet in Honour of President Clinton of the United States of America, Cape Town, 27/03/98, in Mandela Page, ANC Historical Documents, 2 pp.

<http://www.anc.org.za/ancedocs/history/mandela/1998/sp980327.html>

Mandela Commends Libya's Role in Eliminating Apartheid, in Panafrican News Agency, distributed via Africa News Online, 23/10/97, 2 pp.

http://www.africanews.org/south/southafrica/stories/19971023_feat13.html

Mandela Cool US Proposed Africa Peace Force, in Infoseek News, 12/10/96, 2 pp.

<http://www.guide-p.infoseek.com>

Mandela in Tripoli Welcomes “Strong Bonds”, in Africa News Online, 24/10/97, 2 pp.
http://www.africanews.org/south/southafrica/stories/19971024_feat10.html

MAYER, Marina: The EU – South Africa Trade Deal. Implications for Southern Africa, Global Dialogue 4.2., August 1999, Institute for Global Dialogue, 7 pp.
<http://www.igd.org.za/publications/global-dialogue/Special-feature/trade.html>

MBEKI, Thabo: Address to Corporate Council on Africa’s “Attracting Capital to Africa” Summit, 19/04/97, Chantilly, Virginia, USA, Mbeki Page, ANC Historical Documents, 4 pp.
<http://www.anc.org/ancdocs/history/mbeki/1997/sp970419.html>

MBEKI, Thabo: Speech at the National Assembly during the Debate on Budget Vote n° 2, 10/06/97, Mbeki Page, ANC Historical Documents, 8 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1997/sp970610.01>

MBEKI, Thabo: The African Renaissance, South Africa and The World, speech at the United Nations University, Mbeki Page, ANC Historical Documents, 9/04/98, 28 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1998/sp980409.html>

MBEKI, Thabo: Faranani. Towards the African Century, Mbeki Page, ANC Historical Documents, 16/09/99, 5 pp.
<http://www.anc.org.za/ancdocs/history/mbeki/1999/tm0616html>

Mbeki says South Africa to Keep Helping New Congo, in Nando.Net, 9/06/97, 2 pp.
<http://www.nando.net/newsroom/nt/521warns.html>

NATHAN, Laurie: A South African Policy Framework on Peace Initiatives in Africa, Paper prepared for the second workshop with civil society: Draft Policy Paper on Peace Support Operations, Departement of Foreign Affairs, Pretoria, 11/11/97, 9 pp.
<http://www-jha.sps.cam.ac.uk/a/a575.htm>

NIEUWKERK, Anthoni van:”SA’s Foreign Policy Challenge”, in Weekly Mail & Guardian, 20/12/96, 1 p.
<http://www.apc.org/wmail/issues/961220/News53.html>

NIEUWKERK, Anthoni van: Implications for South Africa’s Foreign Policy Beyond the Lesotho Crisis, Occasional Papers, n°3, 1999, African Centre for the Constructive Resolution of Disputes, 4 pp.
<http://www.accord.org.za>

NP Calls on Mandela to Act on Angola, in Africa News Online, 2/09/97, 1 p.
http://www.africanews.org/south/southafrica/19970902_feat1.html

PEARCE, Justin:”Let Human Rights Lead SA Foreign Policy”, in Weekly Mail & Guardian, 21/07/95, 1 p.
<http://www.apc.org/wmail/issues/950721/wm950721-1.html>

PERE, Garth le & LAMBRECHTS, Kato & Nieuwkerk, Anthoni van: The Burden of the Future: South Africa's Foreign Policy Challenges in the New Millenium, Global Dialogue vol. 4.3, December 1999, Institute for Global Dialogue, 9 pp.

http://www.igd.org.za/publications/global_dialogue/foreign_policy/foreign.html

Resolução 50/188 de 22 de Dezembro de 1995 adoptada pela Assembleia Geral da ONU.

<http://www.un.org/documents/ga/res/50/a50r188.htm>

ROSSOUW, Rehana: Foreign Affairs Departement Under Fire, in Mail & Guardian, 9/06/95, 2 pp.

<http://www.unp.ac.za/UNDPeartments/politics/flounder.htm>

SA Seeks to Clarify Role of SADC Security Organ, in The Zimbabwe Independent, 12/09/97, distributed via Africa News Online, 2 pp.

<http://www.africanews.org>

S. Africa won't Recognise Congo's Sassou Immediately, in Infoseek News, 16/10/97, 1 p.

<http://www.infoseek.com>

SEYMOUR, Vernon: "Cuba Deserves our Support", in Weekly Mail & Guardian, 16/08/96, 2 pp.

<http://wn.apc.org/wmail/issues//960816/NEWS70.html>

Sniping Unhealthy fo Abuja, in The Nation (Editorial), 18/07/97, distributed via Africa News Online, 1 p.

<http://www.africanews.org>

South Africa Says no Strings to Support for Kabila, in Nando.Net, 9/06/97, 2 pp.

<http://www.nando.net/newsroom/nt/519saf.html>

South Africa will not Interfere in New Congo Government, Mbeki Says, in Nando.Net, 9/06/97, 2 pp.

<http://www.nando.net/newsroom/nt/523mbeki.html>

Speaking Up Against the Bullies, in Mail & Guardian, 10/10/97, 2 pp.

http://www.africanews.org/south/southafrica/stories/19971010_feat7.html

Time to Take the Lead, in Weekly Mail & Guardian, 1/09/95, 1 p.

<http://wn.apc.org/wmail/issues/950901/wm950901-15.html>

UN Missions: Misión de las Naciones Unidas para el Referendo en el Sahara Occidental (MINURSO), 5/11/02, 3 pp.

<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/minurso/minursoB.htm>

UN Security Council Resolution 919, 25/05/94, 2 pp.

<http://www.un.org/Docs/scres/1994/9423047e.htm>

Entrevistas / Encontros.

- . Greg Mills – Director do South Africa Institute of International Affairs, Joanesburgo, 5/02/2001.
- . Aziz Pahad – Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Pretoria, 5/02/2001.
- . Timo Beurkes – Vice-Director do Zimbabwe e Moçambique Desk no Department of Foreign Affairs, Pretória, 6/02/2001.
- . W.E.Groot – Vice-Director do Angola e Namibia Desk no Department of Foreign Affairs, Pretória, 6/02/2001.
- . Pandeoane Thomas Mathoma – Chief Director of the Southern African Department no Department of Foreign Affairs, Pretória, 6/02/2001.
- . Amanda Wortman – Deputy Director Africa Institute of South Africa, Pretória, 7/02/2001.
- . Hussein Solomon – Head for African Studies. Centre for International Political Studies. University of Pretoria, 7/02/2001.
- . Ian Liebenberg – Senior Researcher/ Political Analyst. Human Science Research Council, Pretoria, 7/02/2001.
- . Jakkie Cilliers – Director of the Institute for Security Studies, Pretória, 7/02/2001.

Videos

The Speeches of Nelson Mandela, 1995, The Speeches Collection, MPI Home Video, 70 minutos.

Mandela. Father of a Nation, Son of Africa, 1995, Island Pictures, 118 minutos.

Apartheid Did Not Die, 1998, Carlton International Media Limited, 50 minutos.

The New Homeland, Australian Broadcasting Corporation, 1998, 45 minutos.

